

Callipole

Revista de Cultura n.º 30 – 2024



Município de Vila Viçosa • Câmara Municipal

Callipole

Callipole

Revista de Cultura

N.º 30 – 2024



***Callipole* – Revista de Cultura n.º 30 – 2024**

Edição e Propriedade

Câmara Municipal de Vila Viçosa

Diretor

Inácio José Ludovico Esperança

Diretor Adjunto

Licínio Lampreia

Conselho Editorial

Tiago Salgueiro (Presidente), António Rosa, Armando Quintas, Carlos Filipe, Cristina Soeiro, Inês Borrões, João Gabriel Caia, João Ruas, Joaquim Barreiros, Licínio Lampreia, Luís Brito da Luz, Luís Lopes, Maria de Jesus Coelho, Margarida Borrega, Noémia Serrano.

Apoio Editorial

Inês Borrões

Margarida Borrega

Colaboradores deste número

Ana Rita Aurélio Ramos, António Azzalini, António Rosa, Armando Quintas, Carlos Aurélio, Carlos Filipe, Cármen Almeida, Francisco Caeiro, Inês Borrões, Inês Jonífero, João Pires Lopes, Joaquim Saial, Jorge Fonseca, Jorge Velez, Laura Susete Viegas, Luís Brito da Luz, Luís Lopes, Madalena Barros, Noémia Serrano, Paula Afonso, Paula Faria, Paulo Mourão, Pedro López Gómez, Paulo Silva, Rita Marnoto, Rosalina Pisco Costa, Ruben Martins, Rui Miguel Lobo, Tiago Passão Salgueiro, Vera da Silva, Vera Pires e Vicente Fino.

Capa

Fachada do Cine-Teatro Florbela Espanca de Vila Viçosa. © CMVV

Administração e Redação

Câmara Municipal de Vila Viçosa

Praça da República

7160-207 Vila Viçosa

Telefone: 268 889 310 – Paços do Concelho

Endereço electrónico de *Callipole*: revista.callipole@cm-vilavicosas.pt

Estatuto Editorial

Disponível em www.cm-vilavicosas.pt

Paginação e impressão

Rainho & Neves, Lda. – Santa Maria da Feira

www.rainhoeneves.pt | geral@rainhoeneves.pt

Periodicidade anual (30.º ano)

Tiragem: 500 exemplares

ISSN: 0872-5225

Depósito Legal N.º 68004/93

Os artigos são da inteira responsabilidade dos autores.

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA

<i>Diretor da Revista</i>	9
---------------------------------	---

V CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE LUÍS DE CAMÕES

ENTRE LISBOA, GOA E ANTUÉRPIA. AS FONTES TIPOGRÁFICAS <i>DOS COLÓQUIOS DOS SIMPLES, E DROGAS</i> (1563) E DE <i>OS LUSÍADAS</i> (1572) <i>Rita Marnoto</i>	13
---	----

DOIS PASSOS ATÉ CAMÕES <i>Carlos Aurélio</i>	27
---	----

ESTUDOS HISTÓRICOS

OS CASAMENTOS NA SÉ DE ÉVORA ENTRE 1594 E 1610. CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DAS MIGRAÇÕES EM PORTUGAL <i>Jorge Fonseca</i>	37
--	----

VILA VIÇOSA E OS PRIMÓRDIOS DA FOTOGRAFIA NO ALENTEJO OITOCENTISTA <i>Cármén Almeida</i>	53
---	----

OS <i>LIVROS ANTIGOS PORTUGUEZES DE D. MANUEL II: ONTEM E HOJE</i> <i>Vicente Fino</i>	71
---	----

ALANDROAL, BORBA E VILA VIÇOSA NO SEMANÁRIO “VIDA ALENTEJANA” (1934-35) <i>Joaquim Saial</i>	87
---	----

ENTRE OS VENTOS DA REPÚBLICA E DO ESTADO NOVO – GNR <i>Noémia Serrano</i>	97
--	----

AS MEMÓRIAS DOS MOVIMENTOS REPUBLICANOS DE 3 A 7 DE FEVEREIRO DE 1919 E 25 DE ABRIL DE 1974 <i>Francisco Caeiro</i>	119
--	-----

Índice

<i>FORNOS DE TELHA DE VILA VIÇOSA – “COZENDO O BARRO COM LENHA DO CONCELHO”</i> <i>Tiago Passão Salgueiro</i>	127
<i>VILA VIÇOSA EM PROCISSÃO – UM CAMINHAR PELO PASSADO</i> <i>Inês Jonífero</i>	145
<i>PRAÇA DE TOIROS DE ESTREMOZ</i> <i>Luís Brito da Luz</i>	151
ESTUDOS DO PATRIMÓNIO	
<i>TRADICIÓN MATERIAL E INNOVACIÓN ESTILÍSTICA EN LA FACHADA MANIERISTA DEL PALACIO DUCAL DE VILA VIÇOSA</i> <i>Pedro López Gómez</i>	165
<i>OS MÁRMORES PORTUGUESES NA AMÉRICA LATINA: EXPORTAÇÃO E AGENTES COMERCIAIS (1850-1945)</i> <i>Armando Quintas e Carlos Filipe</i>	191
<i>A ARQUITETURA DOS MÁRMORES NOS CONVENTOS PAULISTAS. O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS DE ELVAS DA ORDEM DE S. PAULO</i> <i>Carlos Filipe e João Pires Lopes</i>	217
<i>ROSE PROJECT A.C.E.</i> <i>Luís Brito da Luz</i>	241
<i>APLICAÇÃO DE LAMAS CARBONATADAS DA INDÚSTRIA EXTRATIVA E TRANSFORMADORA DE PEDRA NATURAL EM COMPÓSITOS PÉTREOS</i> <i>António Azzalini, Jorge Velez, Luís Lopes, Paula Afonso, Paula Faria, Paulo Mourão, Ruben Martins e Vera Pires</i>	265
<i>AS NOVENAS DO PADRE JOAQUIM ESPANCA</i> <i>Laura Susete Viegas</i>	285
<i>OS PAINÉIS DO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO DE ARRAIOLOS: UMA OBRA INCONTORNÁVEL DE DORDIO GOMES</i> <i>Rui Miguel Lobo</i>	297
JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE EM VILA VIÇOSA	
<i>JMJ EM VILA VIÇOSA, JOVENS DO MUNDO COM JESUS</i> <i>Carlos Aurélio</i>	325
ESTUDOS FLORBELIANOS	
<i>FLORBELA ESPANCA NO JORNAL “A COMARCA DE ARGANIL” (ARGANIL, DISTRITO DE COIMBRA)</i> <i>Joaquim Saial</i>	343

“É AMAR-TE, ASSIM, PERDIDAMENTE” – A FIGURA DE FLORBELA ESPANCA NA CONSTRUÇÃO AUTO-IDENTITÁRIA DE JOVENS CALIPOLENSES <i>Vera da Silva e Rosalina Pisco Costa</i>	359
---	-----

HOMENAGENS

À MEMÓRIA DE JOÃO TAVARES (1949-2024) <i>Carlos Aurélio</i>	381
--	-----

NOTÍCIAS

ESTE ANO HOVE PROCISSÃO PELO SANTO ANTÓNIO <i>Ana Rita Aurélio Ramos</i>	387
---	-----

“LUÍSA DE GUSMÃO”, DA AUTORIA DE ISABEL MACHADO, MANUSCRITO EDITORA, 2023. <i>António Rosa</i>	391
--	-----

CINE-TEATRO FLORBELA ESPANCA – O RENASCER DE UM PATRIMÓNIO CULTURAL CALIPOLENSE <i>Inês Borrões, Madalena Barros e Paulo Silva</i>	401
--	-----

NOTA DE ABERTURA

Apresentamos aos nossos leitores, à comunidade de profissionais, professores, investigadores, estudantes, mas também, sempre e sobretudo, a todos os que amam Vila Viçosa, o seu concelho e o nosso Alentejo.

O volume 30 da nossa Revista de Cultura corresponde ao ano de 2024 e mostra que em 31 anos editámos 30 revistas, só interrompida pela pandemia. O caminho percorrido pela *Callipole*, é longo, e, nos últimos anos, de alguma transformação: mudanças próprias de um caminho, maior exigência nos critérios formais de edição, próprios da sua “adulterez”; a assunção, claramente deliberada e expressamente declarada, dos propósitos distintivos do perfil desta publicação: A *Callipole* não pretende ser mais uma revista de cultura generalista, mas pretende colocar, como primeira missão, o serviço à divulgação de Vila Viçosa, do seu património, material e imaterial, do Alentejo e das suas gentes.

Nesta edição, será notado que possuímos também o espaço reservado às Notícias, seção que mede o pulsar vivo da nossa comunidade, não esquecemos também as Jornadas Mundiais da Juventude e as comemorações dos 500 anos do nascimento de Luis de Camões. Incluímos uma Homenagem póstuma a um “livre pensador” da nossa comunidade e mantivemos os Estudos Históricos, do Património e Florbelianos.

Sempre ativos. Sempre esperançosos. Sempre confiantes. Procuramos manter a chama do conhecimento e da nossa cultura bem acesa, o que bem precisamos nestes tempos tão decisivos para o reconhecimento de Vila Viçosa como Património da Humanidade e no ano em que reabrimos a casa da cultura Calipolense – o nosso Cine-Teatro.

Agradeço a todos os envolvidos todo o trabalho e empenho que tornou possível mais esta edição.

Dêmo-la então a conhecer, partilhemo-la, conversemos uns com os outros, falemos dela, pelos quatro campos do mundo, pois falar de nós, da nossa amada terra e da sua envolvimento.

Boas leituras!

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
Inácio José Ludovico Esperança

V Centenário do Nascimento de Luís de Camões

Entre Lisboa, Goa e Antuérpia. As fontes tipográficas dos *Colóquios dos Simples, e Drogas* (1563) e de *Os Lusíadas* (1572)

Rita Marnoto*

Os tipos móveis com que foram impressos, em Goa, no ano de 1563, os *Colóquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India*, de Garcia de Orta, e, em Lisboa, no ano de 1572, *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, têm na sua origem punções do mesmo artífice, François Guyot. Este artigo assinala uma convergência até à data inobservada, explorando os percursos que a partir dela se abrem no âmbito da história da tipografia e da literatura.

Os Lusíadas, Colóquios dos simples, e drogas, História das fontes tipográficas, François Guyot, *Aquele unico exemplo*

1. A diferença longitudinal entre Lisboa e Goa é de cerca de 83°. De facto, conforme o diz, nos nossos dias, qualquer motor de pesquisa, a longitude de Lisboa ronda os 9°07'59" O, ao passo que a de Goa Velha se situa nos 73°53'8.59" E. Chamo à colação estas coordenadas, a propósito da primeira edição das duas grandes obras que irei abordar. Em Goa, foi pela primeira vez impresso, no ano de 1563, o tratado *Colóquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India*, de Garcia de Orta, e em Lisboa, em 1572, o poema épico *Os Lusíadas*, de Luís de Camões.

Essa distância entre os respectivos semimeridianos possui a precisão de um valor numérico que ainda poderá ser eventualmente particularizado por uma plataforma de localização geográfica. Contudo, no século XVI, detinha um outro valor relacional. A volta de África descrita pelas naus portuguesas¹, com todos os perigos e incertezas da viagem oceânica, dilatavam-na. Era ainda acrescida por uma dimen-

* Universidade de Coimbra. Centre International d'Études Portugaises de Genève.
rmarnoto@fl.uc.pt

¹ E que continuou a ser descrita pelas rotas de navegação, até à abertura do Canal do Suez em 1869, empreendimento que permitiu reconfigurar toda a comunicação com o Oceano Índico.

são antropológica, inerente à esfera das diferenças entre climas, populações e modos de vida.

Não obstante, quiseram as rotas de circulação de material tipográfico que os tipos móveis de redondo em que João de Endem bateu a primeira edição dos *Colóquios dos simples, e drogas*, em Goa (fig. 1), derivassem de punções e de matrizes² produzidos pelo mesmo artífice que criou o itálico usado por António Gonçalves, em Lisboa, na primeira edição de *Os Lusíadas* (fig. 2). Esse puncionista e gravador é François Guyot, de Antuérpia (fig. 3).

Contudo, a convergência, que vai muito para além de uma mera casualidade, não termina aí, sendo ainda engrandecida por um outro dado. Nas páginas iniciais dos *Colóquios dos simples, e drogas*, foi publicado o primeiro poema de Camões a sair em letra de forma, ou seja, a ode *Aquele unico exemplo*.

2. A primeira oficina tipográfica da Ásia foi instalada no Colégio de São Paulo, em Goa, que pertencia à Companhia de Jesus desde 1542. A prensa terá chegado em 1556, mas os primórdios da actividade tipográfica do Colégio encontram-se escassamente documentados. Talvez tivessem começado por ser impressos pequenos folhetos soltos que, pela sua fragilidade material, não resistiram ao curso do tempo (Priolkar 1958).

Nesse quadro, sabe-se que um dos primeiros livros batidos em Goa foi o *Compendio spiritual da vida christã, tirado de muitos autores pello primeiro arcebispo de Goa*, ou seja, Gaspar de Leão (fig. 4)³. Saiu em 1561, um in 12.º impresso por João Quinquêncio e João de Endem. A impossibilidade de localizar, nos nossos dias, um único exemplar da obra poderá indiciar, além do mais, a baixa tiragem da edição. O que do *Compendio spiritual da vida christã* se conhece é tão só a reprodução de cinco das suas páginas, conforme foi disponibilizada por Primrose num artigo de 1939.

² O punção e a matriz eram os modelos a partir dos quais se produzia o tipo móvel. Com base num desenho prévio, a letra era entalhada, com irrepreensível precisão, no extremo de um punção fabricado com um metal duro, geralmente aço. Seguidamente, o punção era fortemente batido sobre uma barra de um metal mais macio, que costumava ser cobre, de modo a gravar um molde negativo, a matriz. A matriz era então sujeita a uma delicadíssima operação de rectificação e ajuste à escala tridimensional adequada, a justificação. Com uma matriz, podiam ser fundidos milhares de tipos, numa liga de chumbo, estanho e antimónio, que adquiriam a forma da letra original do punção. Se a matriz fosse bem conservada, a partir dela seria sempre possível moldar mais tipos, semelhantes entre si, mas não necessária e precisamente iguais, desde logo porque as condições físicas em que a fundição do metal se operava estavam sujeitas a variações. A delicadeza desta sequência de operações requeria competências técnicas, tipográficas e de desenho excepcionais. Vários puncionistas detinham experiência de ourivesaria. Vd. Marnoto em Camões 2023, vol. 1, 344-347.

³ Transcrevo o título a partir de imagem facultada por Primrose 1939, 248.

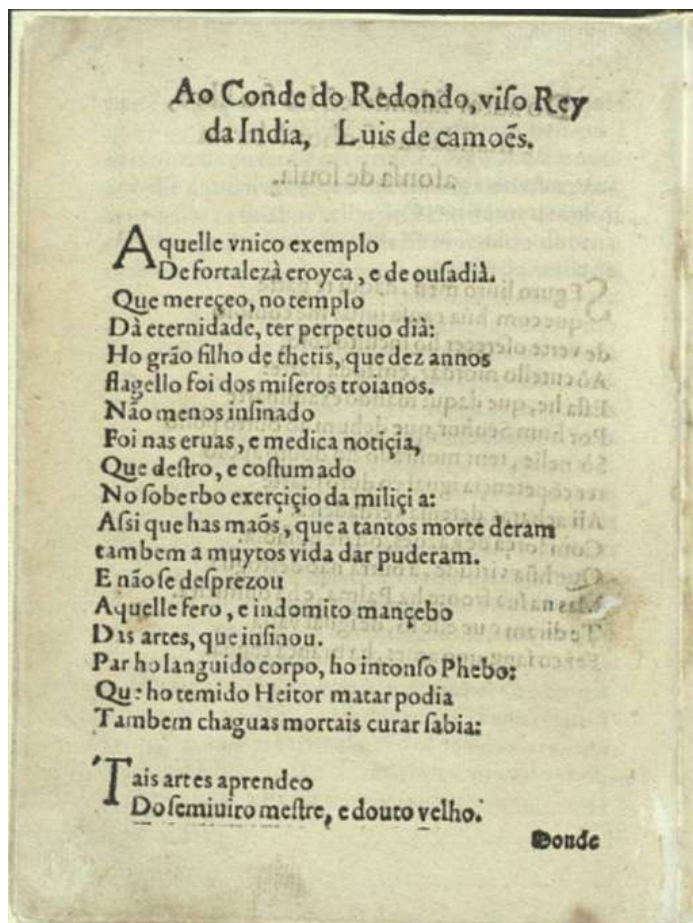


Figura 1 – Ode de Luís de Camões ao Conde do Redondo, em Garcia de Orta, *Coloquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India, e assi dalgũas frutas achadas nella onde se tratam algũas cousas tocantes amediçina, pratica e outras cousas boas, pera saber*, Ioannes de endem, Goa, 1563, f. s. n. BNP RES-4706-P

O estudioso recorreu, para o efeito, ao exemplar da New York Public Library, que também António Joaquim Anselmo assinalou no seu índice de 1926, apesar de não o ter observado directamente⁴. Contudo, o livro veio a desaparecer.

Dois anos volvidos sobre a edição do *Compendio spiritual da vida christã*, ou seja, em 1563, é impressa uma das mais famosas obras dos primórdios da tipografia goesa e da história da botânica, *Coloquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India*, de Garcia de Orta (Anselmo 1926, 151, n.º 535). Deve-se a um dos impressores do *Compendio spiritual da vida christã*, João de Endem, tendo-se perdido o rasto de João Quinquêncio.

⁴ “New York Public Library (talvez ex. único)”, regista Anselmo, com remissão para os estudiosos que o mencionaram anteriormente (Anselmo 1926, 152, n.º 540).

As investigações acerca de impressores e tipógrafos activos no Portugal do século XVI não têm vindo a registar, mais recentemente, desenvolvimentos significativos. Existem, porém, manifestos indícios de uma rede de relações que ligava Francisco Correia, o impressor do Colégio das Artes de Coimbra que seguidamente trabalhou no Porto e em Lisboa (Deslandes 1888, 42-45; Anselmo 1926, 126-141), João Blávio, o impressor de Colónia estabelecido em Lisboa (Deslandes 1888, 72-73; Anselmo 1926, 83-97), e João de Endem, que como o seu nome o sugere teria provindo desse destacado polo da tipografia alemã (Deslandes 1888, 42-45, 72-73; Brito 1911, 16-19; Anselmo 1926, 151-152).

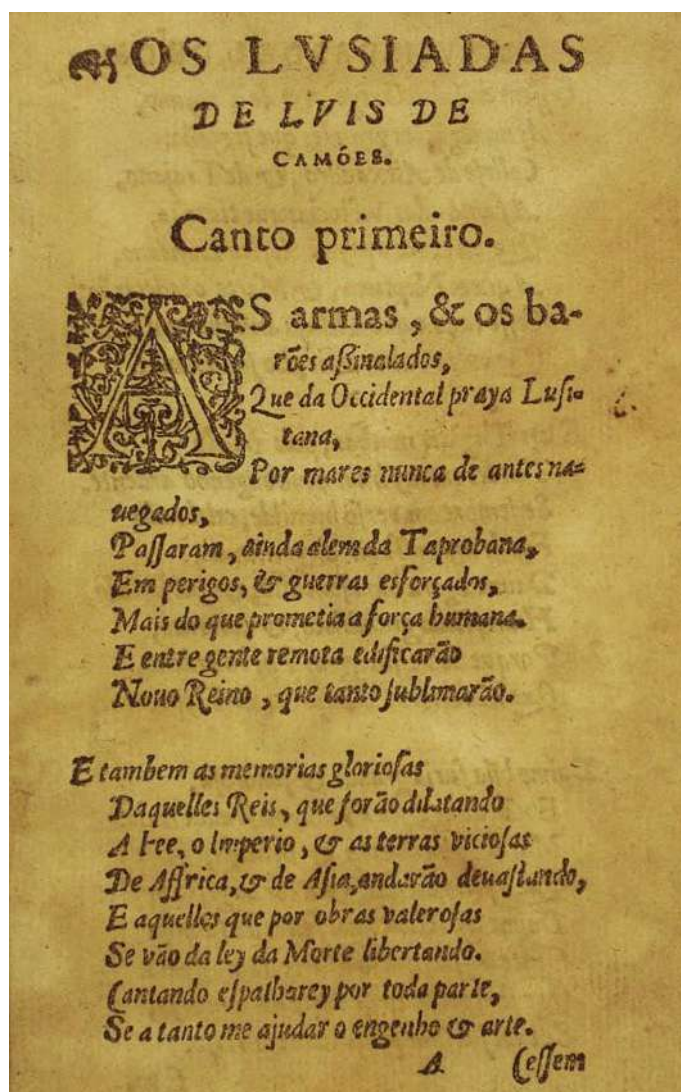


Figura 2 – Luís de Camões, *Os Lusíadas*, António Gonçalves, Lisboa, 1572, f. 1r. Fundação BN, Rio de Janeiro, 2.29A

**Entre Lisboa, Goa e Antuérpia. As fontes tipográficas dos
Colóquios dos Simples, e Drogas (1563) e de *Os Lusíadas* (1572)**

De acordo com as fontes citadas, foi de facto João de Endem, um tipógrafo pouco esmerado, quem terminou, em 1563, a impressão dos *Coloquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India*, depois da morte de João Quinquêncio⁵. Por outro lado, João Blávio, falecido em 1563, tinha oficina em Goa, e a partir de 1564 Francisco Correia passou a arrendatário das tipografias que Blávio detinha quer em Lisboa, quer em Goa⁶. Nessa condição, mantém os direitos sobre a importação de papel de que Blávio já usufruía. A isto se acrescenta a hipótese, convictamente adiantada por Primrose, acerca da proveniência da prensa instalada no Colégio de Jesus de São Paulo. Em seu entender, teria vindo do Colégio de Coimbra, onde Francisco Correia trabalhara como impressor⁷.

Toda esta quadrícula é ainda transversalmente cruzada pela cadeia de impressores que publicaram a obra de Gaspar de Leão. É dos prelos de João Blávio que sai em Lisboa, no ano de 1558, o *Tratado espiritual para o sacerdote quando diz Missa*, num voluminho em 12.º (Anselmo 1926, 89, n.º 326). Já em Goa, em 1565, depois do referido *Compendio spiritual da vida christã* de 1561, caberá ainda a João de Endem a impressão do *Tratado que fez mestre Hieronimo, medico do papa Benedicto. 13. cõtra os judeus* (Anselmo 1926, 151, n.º 536).

A estas intersecções, uma outra há a acrescentar, lidimamente material, e por isso dotada de um valor documental preciso: o manejo de fontes⁸ de origem neerlandesa⁹. Torna-se agora possível identificar o seu criador, François Guyot. Quer Blávio, quer a imprensa goesa, trabalharam com fontes de Guyot, tal como depois o fará António Gonçalves.

3. Vejamos, pois, quem é o artífice a quem se devem as fontes de redondo dos *Colóquios dos simples, e drogas* e de itálico de *Os Lusíadas*.

⁵ Daqui resulta que Blávio e Quinquêncio faleceram no mesmo ano de 1563. Ao terminar o paratexto que antecede os *Coloquios dos simples, e drogas*, Dimas Bosque, médico de Valência, relaciona os erros tipográficos da obra com o desaparecimento do impressor principal, que seria Quinquêncio, levando a que o trabalho fosse finalizado por um ajudante pouco preparado. O texto da ode *Aquele unico exemplo* está pejado de imperfeições grosseiras, mostrando que Camões não reviu provas, o que aliás reforça a asseveração de que a revisão de autor não era uma prática habitual na época. No final do livro, há 20 páginas com erratas.

⁶ Primrose supõe que entre 1556 e 1573 havia duas prensas a funcionar em Goa: uma no Colégio de Jesus de São Paulo, de 1556 a 1560 ou 1561; outra sob a direcção de D. Gaspar de Leão, de 1561 a 1573, que contava com o apoio de João Blávio (na verdade falecido em 1563) e de Francisco Correia (Primrose 1939, 263).

⁷ Escreve Primrose que “if the missionary spirit in 1556 was the same as it is now in regard to the acquisition of material for the work abroad – one writes who knows – it would not be surprising if it were found that the press set up in Goa was the one used by Correa in the Royal College of Coimbra up to 1555, and acquired by the Jesuits when they took over the control of the College in that year.” (Primrose 1939, 255).

⁸ Entende-se por fonte tipográfica um conjunto de caracteres alfabéticos, formado por minúsculas, maiúsculas, sinais de pontuação, algarismos e ligaduras, de desenho e corpo homogêneos.

⁹ Observaram-no genericamente A. F. Johnson e Primrose, lançando uma pista que merece de facto ser investigada (Primrose 1939, 255).

Na última fase da sua vida, de Antuérpia Guyot terá viajado até Londres, podendo ter efectuado uma estadia de alguns meses nessa cidade. Estabeleceu contactos com John Day, essa mesma figura que, em 1580, ascendeu a mestre da Stationers' Company, sendo muito provável que alguns dos caracteres saxões usados pelo impressor britânico tenham de facto sido abertos por Guyot.

A sua obra de gravador alcançou uma enorme difusão não só nos Países Baixos, como também no Noroeste da Europa e na Alemanha. Guyot colocava no mercado tipo saído das suas matrizes e também, em certos casos, as próprias matrizes. Não existe qualquer sinal de que alguma vez se tenha dedicado à impressão. O seu nome é frequentemente destacado, no plano da tipografia europeia, como o gravador que de perto trabalhou com o mais fecundo tipógrafo do século XVI, Christophe Plantin.

Também Plantin era oriundo de França, encontrando-se tão aclimatado a Antuérpia que, apesar de ter visto a sua oficina ser três vezes arrasada, num período de violenta conflitualidade político-religiosa, nunca sequer ponderou a hipótese de abandonar a cidade neerlandesa (Voet 1969-1972, *passim*). Recorreu aos serviços de Guyot, por quem tinha grande apreço, desde que fundou a Officina Plantiniana, em 1555, até data próxima da morte do gravador, em finais de 1570.

Bem atento à comercialização dos seus artefactos, Guyot elaborou um catálogo das fontes que produzia com finalidades de propaganda, um dos mais antigos mostuários tipográficos que se conhece (fig. 3). Trata-se de uma folha solta, com três corpos de redondo e de itálico para letras e algarismos, estrategicamente distribuídos pela página do folheto, de modo a cativar o olhar¹⁰.

As fontes abertas por François Guyot são dotadas de uma robustez e de uma sobriedade características das fontes neerlandesas. Distinguem-se pelo contraste atenuado, pelas proporções regularizadas e pela parcimónia do ornamento, bem como pelo moderado recurso a ligaduras. Os artifícios mais trabalhados dos modelos tipográficos seguidos no sul da Europa são pois preteridos, em prol de formas e remates, na sua maior parte angulares, que conferem uma certa solenidade ao desenho.

O pioneirismo que marca a sua produção desde logo se destaca pela correlação gráfica estabelecida entre redondo e itálico, graças a técnicas gráficas que corroboraram a aproximação e a interpenetração recíprocas dos dois estilos¹¹. Com efeito, na história da tipografia, é o primeiro conjunto de fontes formado por um redondo e um itálico que foram criados conjuntamente, o que propicia ricas possibilidades de aplicação combinada, aliás exposta no próprio catálogo de Guyot, que mostra os efeitos da sua interrelação conceptual e gráfica. Como tal, o arranjo harmónico de dois estilos, redondo e itálico, em três corpos, potenciava um vasto raio de aplicações com economia de meios, e jogando apenas com os próprios tipos.

¹⁰ Conhecido através do original conservado na Folger Shakespeare Library; vd. Marnoto em Camões 2023, vol. 1, 350-355.

¹¹ Vd. Marnoto em Camões 2023, vol. 1, 363-372.

I E S V.
C O M P E N D I O
S P I R I T V A L D A V I D A
Chriſtãa , tirado de mui-
tos autores pello primei-
ro ARCEBISPO de Goa,
e per elle prégado no pri-
meiro anno a ſeus fregue-
ſes, pera gloria e hórta de
I E S V C H R I S T O noſſo
S A L V A D O R, e edi-
ficações de ſuas
O V E L H A S.

¶ Na ſeguinte folha ſe dectara o
conteudo neſte Tratado.

Impreſſo em Goa, por João Quin-
quencio, e João de Endem, e
por mádado do Senhor
Arcebiſpo.

Figura 4 – Página do título de Gaspar de Leão, *Compendio spiritual da vida christãa*, João Quinquencio e João de Endem, Goa, 1561. Reprodução em J. B. Primrose, “The first press in India and its printers”, *The Library. Tractations of the Bibliographical Society*, 4. s., 20, 3, 1939, 248.

Por sua vez, no plano oficial eram muitas as suas vantagens. A solidez dos caracteres de Guyot é não só visual, como também física. Bem o sabia Plantin, supremo exemplo de um impressor que produzia larguíssimas tiragens e que usou reiteradamente as fontes de Guyot, delas possuindo vários conjuntos de matrizes. Mas também pequenas oficinas, sem recursos para renovarem frequentemente as suas provisões, as preferiam, em virtude da robustez material que as caracterizava. As caixas tipográficas de uma fonte tinham de ser periodicamente reabastecidas, em consonância com os ritmos de trabalho e com o desgaste do tipo. Como tal, maior era a sua resistência material, maior era a sua durabilidade.

Se a essa receptividade transversal que as fontes de Guyot mereceram, entre grandes e pequenas oficinas, se acrescentar a campanha levada a cabo pelo próprio gravador, no sentido da sua comercialização, bem se poderá compreender como se disseminaram por tão vastas zonas dos Países Baixos, do Noroeste da Europa e da Alemanha.

4. Cabe a João Blávio o palmarés de ter sido um dos primeiros impressores, se não o primeiro, a utilizar, em Portugal, as fontes de François Guyot. Já em 1556 delas se servia, no *Directorio de confessores e penitentes copilado pello Mestre Ioão polâco theologo da cõpanhia de Iesus tirado de latim em lingoagẽ, por hũ religioso da ordẽ de S. Hieronymo por mandado da Serenissima Iffante Dona Maria* (Anselmo 1926, 83-84, n.º 304). O registo do livro, que é reenviado para a f. 103r, assinala: Impresso em Lixboa em casa de Ioannes Blavio de Colonia Anno. 1556¹². Nele são utilizados dois itálicos de François Guyot, de corpo pequeno e médio, e dois redondos, também de corpo pequeno e médio.

Apesar disso, o manejo das fontes de Guyot no Sul da Europa não corresponde, de modo algum, à sua difusão mais a norte ou na Alemanha. Vários poderiam ter sido os factores que propiciaram a sua fortuna ibérica. Desde logo, poderia ter sido favorecida pelas rotas comerciais de intercâmbio com a Flandres. Aliás, Lisboa e Antuérpia, juntamente com Sevilha, eram dos mais movimentados portos da Europa. Além disso, há que ter em consideração as relações mantidas pela imprensa portuguesa com a área alemã. Muitos dos impressores estabelecidos em Portugal provinham de polos tipográficos situados nessa zona do mapa. É precisamente esse o caso de João Blávio, de Colónia, ou de João de Endem, como tudo leva a crer ligado à cidade de Endem. Ao migrarem para outras zonas em que a tipografia se encontrava menos desenvolvida, os impressores costumavam levar consigo o material de que necessitavam, e que muito dificilmente lá iriam encontrar.

Quanto a António Gonçalves, afirma-se reiteradamente que trabalhou com material tipográfico proveniente da oficina do impressor, vindo de França, Germão Galharde¹³. O primeiro livro impresso por Gonçalves é de 1568, mas António Joaquim Anselmo está certo de que já em 1566 possuía oficina própria (Anselmo 1926, 194), e Galhardo falecera antes de 1563. Contudo, a proveniência do material tipográfico de Gonçalves requer revisão.

Com efeito, a portada com edícula usada na primeira edição de *Os Lusíadas* (pelicano voltado para a esquerda de quem lê)¹⁴ surge em nada mais, nada menos, do que em 11 livros impressos na tipografia de Galharde, com variantes que se devem ao desgaste da xilogravura (Ruas 2009, 55-56): *Regra e statutos da ordem de Santiago*, 1548; *Incipiūt misse votiue secūdũ cõsuetudinẽ curie Romane*, 1551; [Leonor de Noronha,] *Este liuro he do começo da historea de nossa redẽçam*, 1552; [João de Melo,] *Doutrina christaã*, 1554; *Cartilha que contem breuemẽte*

¹² Hendrik Vervliet identificou o uso de duas fontes de Guyot, em Portugal, no ano de 1557, uma de redondo, outra de itálico, na *Suma caietana* anotada por Paulo de Palacio (Anselmo 1926, 86-87, n.º 318), saída da oficina de João Blávio de Agripina, em Lisboa (Vervliet 1968, 248-249, 301), mas foi possível fazer retroceder a data do seu manejo ao ano anterior; vd. Marnoto em Camões 2023, vol. 1, 372-388.

¹³ A informação é dada, num contexto geral, por Tito de Noronha (Noronha 1880, 82), e a partir daí tem vindo a ser repetida.

¹⁴ Ficou demonstrado, com base na lógica inerente à metodologia da materialidade do livro (*bibliography*), e como tal em termos irrefutáveis, que é essa a primeira edição; vd. o aparato de Marnoto a Camões 2023.

ho ã todo christão deve aprender [...] ã lingua Tamul e Portugues, 1554; Diego de Estrella, *Tratado de la vida loores y excelencias del glorioso apostol [...] san Iuan*, 1554; [João de Melo,] *Doctrina de principios e fundamētos da christandade*, 1554; *Primera Parte De Las Sentencias*, 1554; *Svmmario ã que brevemente se contem algvas covsas*, 1554-1555?; *Incipiūt manuale missarum*, 1560; *Reportorio dos tempos*, 1563 (viúva de Galharde). Por sua vez, Gonçalves utilizou essa mesma xilogravura em *Reportorio dos tempos*, de 1570, e, dois anos depois, em *Os Lusíadas*¹⁵.

Outra é a questão das fontes usadas por Germão Galharde e por António Gonçalves. Galharde foi, de facto, um dos impressores quinhentistas que dirigiu uma oficina tipográfica durante um período de tempo mais longo e que produziu um maior número de livros, não obstante o seu escasso primor. Trabalhou com fontes de gótico, que aliás acusam um notório cansaço, até à década de 1560, ou seja, para além da viragem que, a meio do século, veio introduzir grandes modificações na tipografia da Península. Enquanto a generalidade dos impressores ibéricos se dava conta da necessidade de actualizar e renovar o material tipográfico, Galharde persistia, até ao final da sua carreira, numa continuidade que ignorava as evoluções em acto.

Pelo seu lado, António Gonçalves não usou gótico se não pontualmente. Portanto, é bastante improvável que as fontes com que o impressor de *Os Lusíadas* trabalhou tenham provindo da oficina de Germão Galharde. De um modo ou de outro, e não existindo documentação sobre o assunto, a origem das fontes de François Guyot que possuía prende-se com os circuitos de distribuição europeus que levavam até Antuérpia.

Afinal, Gonçalves acompanhava as tendências da sua época. Começou a manejar as fontes de Guyot logo nos primeiros livros que, na década de 1560, saíram sob a sua chancela. Em 1568, usa-as em *Brachylogia*, de Cadabal Gravius Calidonium (Anselmo 1926, 194, n.º 682); *Pityographia*, também de Cadabal Gravius Calidonium (Anselmo 1926, 195, n.º 685); ou em *Tomo primero dela segunda parte de la vida de Iesus dulcissimo*, de Luis de Montoya (Anselmo 1926, 195-196, n.º 686).

5. Detenhamo-nos de seguida sobre o primeiro poema de Camões a sair em letra de forma, por sinal na mesma cidade em que aportara em 1553, vindo de Lisboa: a ode *Aquele unico exemplo*, impressa nas páginas iniciais dos *Colóquios dos simples, e drogas*.

A ode é dedicada ao terceiro conde do Redondo, D. Francisco Coutinho, oitavo Vice-rei da Índia entre 1561 e 1564. O seu tom é elevado, quer pela requintada elaboração retórica, quer pelo investimento estilístico. O exemplo de Aquiles irradiava por toda a composição, sendo o paralelo com D. Francisco Coutinho reenviado

¹⁵ Posteriormente, foi ainda usada pelos impressores António Ribeiro (*Regra Do Glorioso Patriarcha Sam Bento*, 1586) e António Alvarez (Manuel Rodrigues, *Summa De Casos De Consciencia*, 1594-1595; Gil Vicente, *Ho auto que se segue he intitulado breue sũmario da historia de Deos*, 1598).

para o seu desfecho, através de um desenvolvimento conceptual que vai aguçando as expectativas de quem lê.

As quatro primeiras estrofes enaltecem o saber médico e a acção bélica de Aquiles. A partir daí, na quinta estrofe, Camões evoca diretamente D. Francisco Coutinho, para de seguida destacar a bravura dos seus antepassados, com um apelo, nas três estrofes seguintes, a que proteja a antiga ciência de Aquiles, estimulando o labor de Garcia de Orta. Ainda não será nesta sequência compositiva que o paralelo de Aquiles *ad personam* se explicita. É relativamente a Quíron, mestre do próprio Aquiles, que Garcia de Orta é superlativizado. O verdadeiro paralelo fica reservado para D. Francisco Coutinho, na última estrofe, a décima primeira, coroando a estratégia de *captatio*: se D. Francisco Coutinho der proteção a Garcia de Orta, será um novo Aquiles.

A penúltima estrofe indica que, quando *Aquele unico exemplo* foi escrita, o livro ainda não saíra:

O qual está pedindo
vosso favor, e ajuda ao gram volume
o qual, à luz saindo,
dará na medicina hum novo lume
e descobrindo irá segredos certos
a todos os antigos encubertos
(Camões 2024, 109)¹⁶

Os *Colóquios dos simples, e drogas* têm por destinatário o conselheiro de estado caliponense Martim Afonso de Sousa, a quem Garcia de Orta endereça, nas páginas iniciais, dois paratextos. De acordo com as convenções epocais da dedicatória (Marnoto 2017, 31-50), dever-se-á a Martim Afonso de Sousa o suporte das despesas de impressão. Portanto, a ode de Luís de Camões a D. Francisco Coutinho visaria a obtenção de um alto apoio de outra índole, eventualmente no plano editorial¹⁷. Daí a sua anterioridade, relativamente à publicação em letra de forma dos *Colóquios dos simples, e drogas*. De facto, a matéria da obra é extremamente avançada no quadro epistemológico do saber científico epocal. Quem trabalhava com remédios naturais era muitas vezes considerado suspeito, sendo o confim entre magia branca e magia negra bastante subtil, conforme observa Barbara Spaggiari (Spaggiari 2024, 122).

¹⁶ A ode é citada a partir da recente edição crítica de Barbara Spaggiari, que toma como texto base o *Cancioneiro Juromenha*, considerando-o uma versão primitiva mais fiel do que a versão deturpada transmitida pelos *Colóquios dos simples, e drogas*.

¹⁷ Camões manteve uma certa proximidade também com a família do vice-rei D. Francisco Coutinho, como o atestam, além do mais, as dedicatórias de outras composições. O Vice-rei era casado com D. Maria de Blasfê, e o poeta dedicou a D. Guiomar Blasfê, sua filha, umas redondilhas “queimandose com hũa vella no rosto” (Camões 2021, 426, n.º 34), bem como o soneto *O fogo que na branda cera ardia* (Camões 2020, 301-302, n.º 110). A D. João Coutinho, segundo conde do Redondo, pai de D. Francisco, dedicou o soneto *Illustre e di[no] ramo dos Meneses* (Camões 2020, 379-380, n.º 147).

Certo é que os intervenientes nesse processo de mediação compreenderam que a excelência literária do texto de Camões não se podia esgotar na circunstância encomiástica que precedeu e propiciou a edição do tratado de Garcia de Orta, indo muito para além dela.

Honra seja feita a quem perpetuou a memória da ode *Aquele unico exemplo*, ao formatá-la nas fontes de François Guyot.

6. Assim fica desenhado o percurso que sustém o uso das fontes de François Guyot nos *Colóquios dos simples, e drogas* e em *Os Lusíadas*, com base nos canais de circulação de material tipográfico que ligavam Antuérpia a Lisboa e a Goa.

Esse circuito assume também um valor fundamental para o estudo da obra de Luís de Camões, vinculando a ode que publicou em Goa, nas páginas iniciais dos *Colóquios dos simples, e drogas*, ao poema épico que, nove anos volvidos, haveria de publicar em Lisboa, *Os Lusíadas*. Se *Aquele unico exemplo* foi o primeiro poema de Camões a conhecer letra de forma, *Os Lusíadas* foi o primeiro grande poema épico que teve por pano de fundo a navegação através do Atlântico e do Índico.

As oficinas portuguesas inseriram-se nos canais de distribuição que, logo na década de 1550, trouxeram as fontes de Guyot, particularmente usadas nos Países Baixos, no Noroeste da Europa e na Alemanha, até ao Ocidente da Europa. Mais do que isso, os portos portugueses erigiram-se em plataforma que as transportou muito para além do velho continente, através dos destinos do império, até à primeira oficina tipográfica da Ásia.

Por conseguinte, a rota descrita pelas fontes de François Guyot corre em paralelo com a da poesia camonianiana.

Bibliografia

- ANSELMO, António Joaquim, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1926 [reed. facs. 1977].
- BRITO, [José Joaquim] Gomes de, *Notícia de livreiros e impressores de Lisboa na 2.^a metade do século XVI*, Libânio da Silva, Lisboa, 1911.
- CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, António Gonçalves, Lisboa, 1572.
- CAMÕES, Luís de, *Sonetti*, ed. crit. Maurizio Perugi, Centre International d'Études Portugaises de Genève, Genève, 2020.
- CAMÕES, Luís de, *Redondilhas*, ed. crit. Barbara Spaggiari, Centre International d'Études Portugaises de Genève, Genève, 2021.
- CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas, edição crítica da princeps*, ed. crit. Rita Marnoto, 2 vols., ed. rev., Centre International d'Études Portugaises de Genève, Genève, 2023.
- CAMÕES, Luís de, *Odi*, ed. crit. Barbara Spaggiari, Centre International d'Études Portugaises de Genève, Genève, 2024.
- CARTER, Harry, *A view of early typography up to about 1600*, Clarendon Press, Oxford, 1969 [reed. facs., intr. James Mosley, Hyphen Press, Zutphen, 2002].

**Entre Lisboa, Goa e Antuérpia. As fontes tipográficas dos
Colóquios dos Simples, e Drogas (1563) e de Os Lusíadas (1572)**

- DESLANDES, Venâncio Augusto, *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1888 [reed. facs., intr. Artur Anselmo, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1988].
- DREYFUS, John, *Type specimen facsimiles. Reproductions of fifteen type specimen sheets issued between the sixteenth and eighteenth centuries*, Bowes & Bowes and Putnum, London, 1963.
- MARNOTO, Rita, *Cortegiano e cortesão. Baldassarre Castiglione e D. Miguel da Silva*, préf. Maurizio Perugi, Centre International d'Études Portugaises de Genève, Genève, 2017.
- NORONHA, Tito de, *A primeira edição dos Lusíadas*, Ernesto Chardon, Porto, Braga, 1880.
- ORTA, Garcia de, *Coloquios dos simples, e drogas he cousas mediçinais da India, e assi dalgũas frutas achadas nella onde se tratam algũas cousas tocantes amediçina, pratica e outras cousas boas, pera saber*, Ioannes de endem, Goa, 1563.
- PRIMROSE, J. B., "The first press in India and its printers", *The Library. Tractations of the Bibliographical Society*, 4. s., 20, 3, 1939, 241-265.
- PRIOLKAR, Anant Kabka, *The printing press in India. Its beginnings and early development*, Marathi Samshodhana Mandala, Bombay, 1958.
- RUAS, João, "Os dois pelicanos", [anexo a] *Os Lusíadas de Luís de Camões. Restauro da primeira edição de 1572*, Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, Lisboa, 2009, 21-65 [reed. in *Callipole. Revista de Cultura*, 28, 2022, 23-63].
- VERVLIET, Hendrik D. L., *Sixteenth-century printing types of the Low Countries*, Menno Hertzberger, Amsterdam, 1968.
- VOET, Leon, *The golden compasses. The history of the house of Plantin-Moretus*, Vangendt & Co, Amsterdam/ Routledge & Kegan Paul, London/ Abner Schram, New York, 1969-1972.

Dois passos até Camões

Carlos Aurélio

1. Primeiro Passo

Há pouco mais de dez anos (2013) e como apresentação de dez pinturas que realizei e expus sob o signo de *Uma Ave-Maria na Ilha de Camões*, escrevi um texto cuja primeira parte, com ligeiras alterações, aqui transcrevo:

A alguns de nós chamou Camões lusíadas em vez de portugueses ou lusitanos. Pena que o poema épico, *Os Lusíadas*, seja no vulgo isso mesmo, penoso e até punitivo, a ponto de que os nossos apressados dias no-lo tornem estranho e, portanto, estrangeiro.

Por presença territorial neste extremo ocidental da Europa serão porventura portugueses os que ainda o queiram ser, apenas pela língua, hoje decaída em utilidade comunicativa ou instrumento de finança global, portugueses pelo cartão de cidadão e NIF já que, os de alma, serão lusitanos se neles ainda viverem as raízes imperecíveis de tempos remotos de milénios, borbotões de fontes de antanho de onde sai barro criador e húmus fértil. Mas ser lusíada é muito mais, contendo e superando, é cada um dos portugueses peculiares, poetas, heróis ou santos saudosamente capazes de futuro que o passado moldou para mareantes do mundo. Cada um deles habita na alma movida e também movente da Ilha do Amor lusíada, essa “*Que Vénus pelas ondas (...) levava / Bem como o vento leva branca vela*” (IX, 52), a “ínsula divina” da qual se avista o Portugal que regressa ao paraíso. Salva-se salvando mundo. É este o Portugal do V Império.

Mais do que o velho português, indispensável e apegado à terra sem a qual não há embarque nem porto de abrigo, mais do que o lusitano ancestral que nos formou a alma entre multidões antigas, mais que esses, o lusíada transcende-se em artista ou herói, em poeta ou santo, às vezes é um simples viajero emigrante ou vagamundo aventureiro revestido de amor saudoso, meio e meta de uma Índia criadora e inteligível, sempre viagem interior. Ser lusíada é ontologia real do verbo amar, uma vida vencida entregue a Deus: Camões disse “ínsula divina” à Ilha do

Amor. O lusiada é um contemplativo de amor, actor da contínua completude gene-síaca da Criação.

Manuel de Faria e Sousa, seiscentista e primeiro camoniano, afirma que “a divina auxiliadora” dos portugueses no poema épico jamais poderia ser, por confusa torpeza, a Vénus vulgar minorada em Eros, e antes seria aquela outra, a título de advogada dos mortais diante de Deus, antecipa em reflexa função sobrenatural a própria Virgem Maria e, outras vezes, assegura, no poema ela significa a Igreja oposta ao Demónio.

António Telmo, numa conferência em 20 de Junho de 1980, realizada na Sala dos Espelhos do Palácio Foz,¹ lançou o início da sua decifração d’*Os Lusíadas* como «*narrativa poética de uma viagem de conhecimento, ou (...) de uma viagem iniciática, (...) uma transformação do “sentir” (...), a revelação, a epifania, o aparecimento de um novo intelecto que não tínhamos*» antes da viagem, aqui tomada como via interior. Telmo vê, pois, na epopeia camoniana do caminho marítimo para a Índia, e no que isso possa corresponder em cada um de nós, uma equivalente descida aos infernos (assim a *Divina Comédia* dantesca) se, nessa descida (oxalá guiada para de lá regressarmos!), passarmos pelo que «*o Adamastor significa*», ou seja, «*o aspecto titânico do próprio Vasco da Gama (...) aparição do seu próprio ser naquele aspecto de força indómita, de violência e orgulho*». Através da ninfa «*Thétis, a do corpo cristalino, a potência hostil transmuda-se (...) na própria energia espiritual de Vasco da Gama*» e «*a energia destrutiva do ígneo oceano é transmutada em energia erótica e esta utilizada como base da visão suprema*». O Eros move espiritualmente? Talvez, mas apenas e se, vencido o orgulho, nos dermos transmutados na força criativa capaz de vencer o que se quer vencedor.

Transcendido, desde o titanismo em que se viu Adamastor, o próprio Gama sublimar-se-á depois da sua Índia, ao receber alimento divino na Ilha do Amor. Finalmente, disse Telmo nessa Sala dos Espelhos, que a “forma de conhecimento secreto” oculto n’*Os Lusíadas* «*não é, nos planos mais profundos da vida espiritual, incompatível com a verdade católica*» a exemplos de Dante ou de Paul Claudel. Entre essa forma de conhecimentos e a verdade católica a mitologia pagã do poema épico de Camões «*funciona como uma espécie de comutador, ligando o que parece distante, distanciando o que parece próximo, dando, na sua qualidade de escrita hierática, os significados intermediários*». E nisto, pela poesia lírica sempre tão menorizada, passa a chave do segredo do amor.

Entre outras, a seguinte passagem evangélica da Anunciação a Maria, sempre me impressionou: «*O Espírito Santo virá sobre ti e a força do Altíssimo estenderá sobre ti a Sua sombra*» (Lc 1,35). E logo se dispôs a Virgem: «*Eis a escrava do Senhor; faça-se em mim segundo a tua palavra*». «*Et discessit ab illa angelus — E*

¹ *O Segredo d’Os Lusíadas* – in *Retrato de Camões e o Segredo d’Os Lusíadas* – Conferências no Palácio Foz, IV Centenário da Morte de Luís de Camões, Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1980.

o anjo retirou-se dela», assim, literalmente dito. Que relâmpago! Assegura Gabriel, cujo nome significa “semente” de Deus, que a força e a sombra do Altíssimo se retiraram dela. Que densidade obscura se guarda no mistério da Encarnação? Tanta luz ofusca! Onde estamos? Que alturas ou em que abismos? Nada sabemos e humanamente nunca o saberemos, basta que em reverência nos inclinemos em insciência humilde, assim fazemos os católicos perante as seguintes palavras dominicais do Credo: «*E encarnou pelo Espírito Santo, no seio da Virgem Maria, e se fez homem*».

E o que é então ser lusíada na Ilha do Amor? Uma vida entre nascer e morrer, qual nau ou casca de noz no breu da tempestade do existir? Uma alma sozinha entre mar e céu a sós com Deus?

O *fiat* da Virgem é nódulo modelar de oração casta, raiz do gesto interior requecido que o corpo exprime dobrado em genuflexão: «*faça-se em mim segundo a tua palavra*». A palavra faz, move e transforma.

O Gama e os nautas de Camões ter-se-ão disposto em *fiat* reflexo ao da Virgem, ainda que longínquo, perante Deus e a Viagem? Venceram-se a si mesmos em seu orgulho titânico até aos confins do mundo e da alma? O amor humano, a realizar-se, apenas o será na profundidade de si, há-de exigir amor sagrado. Só a graça do mistério do matrimónio queima os dois egoísmos amantes, a Vénus erótica resolve-se em urânica, o oaristo do casal busca santidade. Na hermenêutica camonianiana é pouco comentado senão omitido que na Ilha do Amor, depois dos «*famintos beijos na floresta*» (IX,83), os nautas casam com as ninfas: «*As mãos alvas lhe davam como esposas / Com palavras formais e estipulantes*» (IX,84). Só então a Téthys venusina e oceânica mostra ao Gama o centro imóvel do universo na «*(...) Sapiência / Suprema de c'os olhos corporais, / Veres o que não pode a vã ciência / Dos errados e míseros mortais*» (X,76). O conhecimento santo começa aí.

Lusíada é cada um daqueles que, a seu modo, se busca no espírito de Portugal. Só após a Índia, muito além da canela e da pimenta, é que os nautas aportaram à “ínsula angélica pintada” a qual, como barco se movia. Esse lugar de alma cristalina e movente reflecte um Portugal sagrado visto do mar, paisagem nova dos que regressam da viagem interior vivendo o Amor, vencidos de si; “angélica” porque até a natureza intelectual se acomodou à dos anjos, “pintada” porque transfigurada pela oarística vivente do amor conjugal. Os lusíadas vivem entre nós na Ilha do Amor, de lá cuidam e guiam os que se buscam na penumbra indefinida de Portugal, «*onde a terra se acaba e o mar começa*»; Portugal é apenas uma linha de praia, um fio tremulo e dourado entre dois mundos, o dos homens e o de Deus, o mundo com a natureza ao meio. Cada lusíada se há-de vencer no seu orgulho terrroso



A Ilha do Amor acrílico s/ tela,
81x100 cm, Carlos Aurélio, 2006.
Propriedade: Fátima Lino,
Caldas da Rainha.

liquescendo o Adamastor até ser sangue novo, seja Gama, também Veloso ou Leonardo porque as classes, agora, é o espírito que as ordena.

Quanto ao amor, ao Pai Nosso e ao próximo, “faça-se”! O resto é com Deus.

2. Segundo Passo

Passados mais de dez anos e após meio milénio de ter nascido Camões, não obstante a omissão senão a contrafacção dos desgovernos do País, sigamos agora um segundo passo considerando o primeiro, condensando o que não convém ficar disperso.

Havendo, entre eruditos e historiadores, disputas e incertezas de data e local de nascimento de Luís Vaz de Camões, assegura peremptório Mário Saa (1893-1971) que o vate lusíada nasceu a 23 de Janeiro de 1524, às 20h e 40 mn. de um sábado, em Lisboa!² A justificação para tal precisão nasce de dois poemas de Camões³ pelos quais o astrólogo combina com dados astronómicos da época tal dedução. Diga-se, aliás, que similar pressuposto foi também o do cardeal jesuíta Jean Daniélou (1905-1974) no seguinte raciocínio: há dois mil anos, partindo de prévios horóscopos de círculos messiânicos judaicos, os Magos ou astrólogos do Presépio, vindos do oriente, buscaram em estrelas e planetas dos céus a combinação de acerto com data e local determináveis para nascer o Messias. Ou seja, em inversão do habitual, deduziram um nascimento necessário a partir de um horóscopo talvez contingente.⁴

Este intróito convida a perceber o poema querendo conhecer Camões. Torna-se, pois, decisivo indagar a sua personalidade, toda ela, desde a biografia à obra completa, da poesia lírica às cartas, como chave interpretativa do poema épico. António Telmo cita também, e julgo ter sido crucial para seu ponto de partida, a seguinte afirmação de António José Saraiva: «*Segundo creio, o plano mitológico é n'Os Lusíadas o que há de essencial, nele residindo a vida e o significado profundo do poema. Em contraposição, a narrativa histórica é uma sombra de caverna platónica*». ⁵ Importa daqui perceber duas coisas que, aliás, o reconhecido

² *As Memórias Astrológicas de Camões*, Mário Saa, Edições do Templo, 1978. A primeira edição é de 1940.

³ Os poemas foram estes: Vinde cá, meu tão caro secretário onde o poeta refere as «estrelas infelices» quando veio da «materna sepultura» e *O dia em que nasci morra e pereça* / Não o queira jamais o tempo dar, / Não torne mais ao Mundo, e, se tornar, / Eclipse nesse passo o sol padeça. Camões, n' *Os Lusíadas*, chama à astrologia a *profética ciência* (X, 83) e é curioso que Mário Saa, tão rigoroso na data de nascimento do poeta (23/Janerio/1524) tenha vindo a morrer, precisamente, a um 23 de Janeiro, o de 1971.

⁴ *Três Magos e uma estrela, O horóscopo que alterou o mundo*, in *O Grande Livro do Maravilhoso e do Fantástico*, Selecções do Reader's Digest, 1977, pg. 371.

⁵ *Breve explicação sobre as minhas teses camonianas*, António José Saraiva, In *Colóquio Letras* n.º 12, Fevereiro de 1961, pp. 53-56. Esta citação está também em *Congeminações de um Neopitagórico*, António Telmo, Al-Barzakh, 2006, pg. 109.

historiador de literatura portuguesa desenvolve referindo a atmosfera da mundivisão à época de Camões, nomeadamente a de Leão Hebreu em seus *Diálogos de Amor*. A primeira é esta: a mitologia «*encerra ensinamentos profundos sobre a vida e a natureza*» a qual nada tem de mecanicismo, nem «*de matéria inerte movimentada por forças externas (...), antes é um ser com dinamismo interno, animado por forças em expansão, e particularmente por uma omnipresente tensão amorosa*». A segunda é a seguinte: sendo n'Os *Lusíadas* os mitos os verdadeiros moventes da intriga do poema, resulta que a História de Portugal, tirando excepções e ao invés do vulgarizado, se expõe apenas como figuras de sombra na parede da caverna de Platão.

E, de facto, a paixão e a carne do entrecho estão na movimentação dos deuses que o poeta usa a seu belo gosto para que, afirma Telmo, também se possa libertar de possíveis heresias católicas. Seria problemático, quiçá blasfemo, dar à Virgem Maria as funções engenhosas e os prémios carnavais atribuídos a Vénus. A História de Portugal aparece assim fixa, descrita e contada, ora ao Rei de Melinde, ora ao Catual enquanto Paulo da Gama mostra estandartes e bandeiras de seda. Só em alguns episódios onde a motivação amorosa impera se percebe a veia apaixonada e enérgica do poeta, como é o caso do episódio de *Inês de Castro* ou dos *Doze de Inglaterra*. A meu ver Camões antecipa Cervantes, ele e o Quixote são dos últimos cavaleiros do amor, personagens medievais desprezando o novo mundo mercantilista.

Igualiei Camões a Quixote, e não a Cervantes, propositadamente, pois tenho que n'Os *Lusíadas* é Camões a verdadeira personagem sempre presente ainda que encoberta. Vasco da Gama está por Camões, ambos têm experiência do mesmo itinerário da viagem marítima à Índia, são de índole colérica, orgulhosa, quiçá titânica. O poeta escreve e vive pelo que a personagem viaja, ele é um dos nautas da viagem, ou seja, ambos, de lusitanos sobem a lusíadas. E onde está essa personagem que estrutura Gama / Camões? Precisamente nos três mitos principais a que chamarei camonianos, distintos dos outros, os clássicos dos deuses pagãos, apenas instrumentais. Os três mitos camonianos são aqueles decisivos que a obra de António Telmo tão densamente interpreta: o do Velho do Restelo, o do Adamastor e o da Ilha do Amor o qual, aliás, nunca o poeta adjectiva em *amores* síncronos e plurais como a rotina vulgarizou.

Pelo Velho do Restelo, figura de aspecto venerando, que deve, portanto, ser venerado como Telmo lembra, perpassa não o censor calculista contra a inovação e o heroísmo, mas o guardião dos limites da natureza e do mundo, pois criaturas de Deus somos: cuidado nautas, não sejam como Ícaro ou Faéton, Prometeu ou Adão decaído, buscando vaidade e «glória de mandar, ó vã cobiça». Nisto mora ensino venerando em salutar Cosmologia, o cerne de nos perguntarmos por vivência plena o que é o mundo e suas intermediações sobrenaturais.

Pelo Adamastor, figura gigantesca petrificada em sensualismo, se percebe o mistério do homem decaído – Adão+astor, o homem e a sua estrela pétrea – o “eu” orgulhoso e indómito em que nos perdemos, a demissão, a inumanidade, o titanismo dos antigos gigantes no desejo de sujeição e domínio do mundo. Também

nunca como hoje (talvez desde o século XVI de Camões!) decaímos tão ridículamente em infantilismo maldoso, nem tanto desafiámos titanicamente em gigantismo absurdo a relação humana com os outros e o mundo. O elogio da irresponsável impunidade, o mimetismo clonado, a sociedade erotizada, o vazio megalómano do tecnicismo, as bombas atómicas e as novas torres de *babel* aí estão. O Adamastor é a vida de Camões petrificada na sua queda mais abrupta, coisificada, o orgulho adâmico que só a viagem e o amor podem vencer. É mito a propor a *sã Antropologia*.

Pela Ilha do Amor, ínsula divina ela própria movente e movida como um barco, se entende a relação com Deus a partir do amor humano conjugal, as virtudes que vencem as paixões, mais que prémio é a Graça descida em dádiva imerecida ainda que procurada. Repita-se o já dito, depois dos «famintos beijos na floresta», os nautas casam com as ninfas, «As mãos alvas lhe davam como esposas / Com palavras formais e estipulantes» para, só depois, culminar no «que não pode a vã ciência / Dos errados e míseros mortais». O matrimónio sacro está aqui pelo *fiat* / “sim” da Virgem Maria perante a Palavra trazida pelo Anjo da Anunciação. A Teologia aponta aqui à mais alta ciência.

Eis, pois, simplesmente em poema poderoso e inigualado o espírito de Portugal reflectindo a metafísica clássica desde Platão e Aristóteles, aquela metafísica que a modernidade combate e despreza desde há séculos e de que se diz, orgulhosa e titanicamente, vencedora: a relação e as perguntas sobre o *mundo* (Velho do Restelo / Cosmologia), sobre o *homem* (Adamastor / Antropologia) e sob a revelação de *Deus* (Ilha do Amor / Teologia).

Há quem faça de Camões poeta anticatólico. É deveras absurdo em poema, no mínimo, tão antimaometano! Entre dezenas de estrofes tão cristãs quanto católicas basta uma citação lusiada em pura teologia: narram os nautas na sua partida do Tejo, em Belém (IV, 87): «Partimo-nos assim do santo templo / Que nas praias do mar está assentado, / Que o nome tem da terra, para exemplo, / Donde Deus foi em carne ao mundo dado». Jesus nascido em Belém é Deus, Deus que encarnou e se fez homem. O dogma da Igreja sobre a Encarnação resplandece aqui em quatro versos.

A vida de Camões realiza-se assim neste poema épico não só dos portugueses, mas da Europa e do próprio ocidente tomado em sua expressão cristã, ou seja, civilidade prenhe e nascida do cristianismo que a União Europeia, hoje, afronta e asfixia. Não houve na Europa outro poeta da grandeza de Camões. Claro que n’*Os Lusíadas* a História de Portugal é um pouco mais do que sombra na parede escura de caverna platónica! De qual outra poderia o próprio mar ser viva personagem, mais do que cenário de acção? Ou um mito paradoxalmente histórico de viagens, ora trágico-marítimas, ora gloriosas? Camões, passo a passo, disse quem éramos. E Portugal, quer voltar a escutá-lo?



Painel de azulejos portugueses, cuja figura à direita, se diz ser a de Camões.
Palácio do Marquês de Fronteira, Lisboa, azulejaria do último terço do séc. XVII.

Estudos Históricos

Os casamentos na Sé de Évora entre 1594 e 1610. Contributo para o estudo das migrações em Portugal

Jorge Fonseca*

Resumo: O objetivo deste trabalho foi conhecer a importância quantitativa de pessoas originárias de fora de Évora e do Alentejo no povoamento destas cidade e região, na transição do século XVI para o século XVII. Para isso recorri aos registos de casamentos celebrados na Sé de Évora, entre 1594 e 1610.

As conclusões do estudo remetem para uma forte percentagem de contraentes com procedência a norte do rio Tejo, realidade que deve ter tido origem nas migrações sazonais que ocorriam anualmente entre o norte e centro do país, e a região alentejana, nas épocas de trabalhos agrícolas que exigiam grande quantidade de mão de obra. Estas migrações, observáveis também noutros países entre regiões de elevada densidade demográfica para as de baixa pressão populacional, devem ter levado parte desses migrantes a fixarem-se definitivamente na região de destino, sobretudo em cidades, como Évora, que lhes proporcionassem empregos mais estáveis e melhor remunerados.

Palavras-chave: Évora; Alentejo; Portugal; Migrações; População; Trabalho; Casamentos.

As transferências de população de regiões de elevada densidade demográfica para as de baixa pressão populacional são observáveis no ocidente europeu desde, pelo menos, o século XV, e tiveram origem na coexistência, em regiões geograficamente afastadas, de economias agrícolas de subsistência, incapazes de proporcionar recursos suficientes aos seus numerosos habitantes, e de outras com carência de mão-de-obra, pelo menos em certas épocas do ano. Essas disparidades ocasionaram a saída de grande número de moradores das primeiras para as segundas, quer em termos definitivos quer de forma temporária, enquanto a falta de braços se fazia sentir nas zonas de menor densidade.

* Doutor em Estudos Portugueses pela UNL. Investigador do CEPES, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

No Ocidente europeu essas deslocações realizaram-se, frequentemente, de norte para sul, fenómeno observável, em Espanha, entre a Galiza e a Andaluzia (González Lopo 2003: 169) e, entre a França e a Espanha, desde a Idade Média, com migrações em massa do Midi francês (Pirenéus e Pré-Pirenéus, Languedoc ocidental e central, Maço Central) para as ceifas na Catalunha (Poussou 1971: 43-44). Saboianos iam, no começo do século XVII, fazer as colheitas à região de Arles, no Baixo Ródano (Braudel 1995, vol.2: 57). Mas na Itália, o fenómeno ocorria em sentido contrário, com as populações da região meridional a subirem a Península à medida que o trigo amadurecia, até à beira dos Alpes (Ribeiro 1968: 112).

Entre as fontes documentais que podem contribuir para o conhecimento das migrações na Europa da Época Moderna, nas quais se podem considerar os livros de entrada de doentes em hospitais, os passaportes emitidos pelas autoridades para deslocações no interior dos estados, escrituras notariais e listas de recrutamento militar, os registos paroquiais de casamento são das mais fiáveis, na condição de incluírem a origem geográfica dos nubentes (Poussou 1971: 11-78). Por isso seleccionámos, entre os livros de registo de casamentos na Sé de Évora, a maior e mais importante paróquia da cidade, o primeiro que contém esses dados, que abrange o período de 1594 a 1610¹. O mesmo contempla, nos 17 anos a que diz respeito, 891 assentos de matrimónio, 624 dos quais (70%) mencionam a naturalidade dos indivíduos que se casaram ou dos respetivos pais.

Observemos agora, por bispados, unidades geográficas mencionadas pela fonte, as diversas origens dessa maioria dos nubentes que se uniram pelo matrimónio durante o período em estudo:

Quadro I – Distribuição dos nubentes por circunscrições eclesiásticas

Bispados	N.º de locais	N.º de indivíduos	Bispados	N.º de locais	N.º de indivíduos
Braga	44	157	Leiria	3	6
Miranda	4	4	Lisboa	14	39
Porto	20	50	Portalegre	9	13
Lamego	9	12	Elvas	6	19
Viseu	24	39	Évora	41	181
Coimbra	27	56	Algarve	3	3
Guarda	10	12	Angra	1	1
Total				14	592

¹ Arquivo Distrital de Évora, Fundo Paroquial, Évora, Sé, Liv. 64, Casamentos (1594-1610).

Os casamentos na Sé de Évora entre 1594 e 1610. Contributo para o estudo das migrações em Portugal

Além destes, um número residual de 32 indivíduos era procedente de localidades espanholas, francesas, inglesas e italianas, e mesmo de fora da Europa.

Observemos essas diversificadas procedências:

Quadro II – Naturais do Arcebispado de Braga casados na Sé de Évora (1594–1610)

Locais de naturalidade	N.º de indivíduos	Locais de naturalidade	N.º de indivíduos
«Arcebispado de Braga»	14	Ponte da Barca	2
Amarante	1	Ponte de Lima	10
Arcos de Valdevez	3	Portela das Cabras	2
Arnozela	1	Regalados	4
Barcelos	11	Ribeira de Soaz	1
«Basto»	14	Santa Cristina	1
Braga	17	Santa Luzia de Penela	1
Cabeceiras de Basto	3	Santa Marinha	1
Celorico de Basto	4	Santa Olaia	3
Chaves	9	S. Lourenço de Cabril	1
Codeceda	1	S. Paio de Água Longa	1
Duas Igrejas	4	S. Paio de Azões	1
Felgueiras	5	S. Salvador de Tangil	1
Figueiras	1	Sendim	1
Fornelos	1	Unhão	1
Guimarães	15	Valença	1
Monção	3	Viana de Caminha	1
Montalegre	2	Vieira	3
Monte Longo	1	Vila Chã	1
Mosteiro da Torre	1	Vila Nova de Cerveira	1
Paderne	1	Vila Real	5
Paredes	1	Vilar de Vacas	1
Total			157

Quadro III – Naturais do Bispado do Porto casados na Sé de Évora (1594-1610)

Locais de naturalidade	N.º de indivíduos	Locais de naturalidade	N.º de indivíduos
«Bispado do Porto»	3	Ovar	1
Arrifana de Sousa	7	Paredes	1
Baião	1	Pena	1
Bustelo	2	Pereira de Juzão	1
Campelo	1	Porto	12
Canavezes	1	Porto Carreiro	3
Estarreja	1	S. Paio da Portela	1
Feira	6	Serzedo	2
Fornos	1	Vila Boa de Quires	1
Meinedo	2	Vila de Marim	2
Total			50

Quadro IV – Naturais do Bispado de Miranda casados na Sé de Évora (1594-1610)

Locais de naturalidade	N.º de indivíduos	Locais de naturalidade	N.º de indivíduos
Bragança	1	Miranda	1
Macedo de Cavaleiros	1	Monforte [de Rio Livre]	1
Total			4

Quadro V – Naturais do Bispado de Lamego casados na Sé de Évora (1594-1610)

Locais de naturalidade	N.º de indivíduos	Locais de naturalidade	N.º de indivíduos
«Bispado de Lamego»	1	Lazarim	1
Caria	1	Nogosa	1
Castelo Rodrigo	1	Paredes	1
Gudomil	1	Riodades	1
Lamego	4	Total	12

Quadro VI – Naturais do Bispado de Viseu casados na Sé de Évora (1594-1610)

Locais de naturalidade	N.º de indivíduos	Locais de naturalidade	N.º de indivíduos
«Bispado de Viseu»	4	Quintela	1
Aguiar da Beira	1	Ranhados	1
Barreiros	2	S. Estêvão de Besteiros	1

[continua]

**Os casamentos na Sé de Évora entre 1594 e 1610. Contributo para o estudo
das migrações em Portugal**

Canas de Senhorim	1	Pinhel	1
Cercosa	1	Sequeiros	1
Couto de Cima	1	Sever	1
Fornos de Algodres	2	Silgueiros	1
Lafões	1	Silvares	1
Penalva	1	Souto de Margalhos (?)	1
Penela [da Beira]	2	Tondela	1
Pindelo	1	Trancoso	2
Pinheiro de Ázere	2	Viseu	8
Total			39

Quadro VII – Naturais do Bispado de Coimbra casados na Sé de Évora (1594-1610)

Locais de naturalidade	N.º de indivíduos	Locais de naturalidade	N.º de indivíduos
«Bispado de Coimbra»	10	Nogueira	1
Albergaria	1	Penela	1
Alvaiázere	2	Pereira	1
Avelar	1	Póvoa do Julgado	1
Bemposta	1	S. Lourenço [do Bairro]	1
Castel Viegas	1	Seia	3
Coimbra	12	Sinde	1
Cortegaça	1	Tábua	1
Fermosinho	1	Tabueira	1
Ferreira [do Zêzere]	2	Tentúgal	1
Gouveia	1	Vila Cova	1
Lousã	1	Vila de Contes	1
Malta	1	Vila Nova da Barca	1
Montemor-o-Velho	6	Total	56

Quadro VIII – Naturais do Bispado da Guarda casados na Sé de Évora (1594-1610)

Locais de naturalidade	N.º de indivíduos	Locais de naturalidade	N.º de indivíduos
«Bispado da Guarda»	1	Guarda	1
Aldeia do Mato	1	Penamacor	1
Alfaiates	1	Serra da Estrela	1
Castelo Branco	2	Valhelhas	1
Covilhã	2		
Gonçalo	1	Total	12

Quadro IX – Naturais do Bispado de Leiria casados na Sé de Évora (1594-1610)

Locais de naturalidade	N.º de indivíduos	Locais de naturalidade	N.º de indivíduos
Batalha	1	Ourém	2
Leiria	3	Total	6

Quadro X – Naturais do Arcebispado de Lisboa casados na Sé de Évora (1594-1610)

Locais de naturalidade	N.º de indivíduos	Locais de naturalidade	N.º de indivíduos
Alenquer	1	Santarém	6
Azambuja	1	Setúbal	3
Azeitão	1	Tancos	1
Bairros de Santarém	1	Tomar	3
Lisboa	12	Torres Novas	5
Muge	1	Torres Vedras	2
Pussos	1	Vila Franca	1
Total			39

Quadro XI – Naturais do Bispado de Portalegre casados na Sé de Évora (1594-1610)

Locais de naturalidade	N.º de indivíduos	Locais de naturalidade	N.º de indivíduos
Amieira	1	Marvão	1
Arronches	1	Portalegre	1
Castelo de Vide	1	Sardoal	3
Crato	3	Tolosa	1
Dornes	1	Total	13

Quadro XII – Naturais do Bispado de Elvas casados na Sé de Évora (1594-1610)

Locais de naturalidade	N.º de indivíduos	Locais de naturalidade	N.º de indivíduos
Barbacena	1	Fronteira	2
Cabeço de Vide	3	Monforte	1
Elvas	7	Olivença	5
Total			19

**Os casamentos na Sé de Évora entre 1594 e 1610. Contributo para o estudo
das migrações em Portugal**

Quadro XIII – Naturais do Arcebispado de Évora casados na Sé de Évora (1594-1610)

Locais de naturalidade	N.º de indivíduos	Locais de naturalidade	N.º de indivíduos
Água de Peixes	1	Monsaraz	2
Aguiar	1	Montemor-o-Novo	32
Alcácer	1	Mora	2
Alcáçovas	2	Moura	9
Aljustrel	1	Mourão	1
Alvito	7	Oriola	2
Arraiolos	12	Portel	9
Beja	12	Redondo	5
Benavente	1	Serpa	3
Borba	1	Sousel	7
Cabeção	1	Terena	1
Cano	2	Torrão	2
Coruche	4	Viana de Alvito	2
Cuba	2	Vidigueira	8
Entradas	1	Vila Alva	2
Estremoz	11	Vila de Frades	1
Évora Monte	5	Vila Nova de Alvito	3
Grândola	1	Vila Ruiva	7
Lavre	2	Vila Viçosa	6
Mértola	1	Vimieiro	6
Messejana	1	Total	181

Quadro XIV – Naturais do Bispado do Algarve casados na Sé de Évora (1594-1610)

Locais de naturalidade	N.º de indivíduos	Locais de naturalidade	N.º de indivíduos
Castro Marim	1	Sagres	1
Loulé	1	Total	3

Quadro XV – Naturais do Bispado de Angra casados na Sé de Évora (1594-1610)

Locais de naturalidade	N.º de indivíduos	Locais de naturalidade	N.º de indivíduos
Ilha Terceira	1	Total	1

Considerando só o território continental português, se excluirmos do arcebispado de Lisboa as localidades constantes do respetivo quadro situadas a sul do rio Tejo (Azeitão, Muge e Setúbal), podemos dividir as terras de proveniência dos nubentes segundo uma linha formada por este rio: 370 do norte e 221 do sul do mesmo.

Tendo agora em conta o arcebispado de Évora, em cuja sede episcopal se realizaram os casamentos em estudo, e lhe adicionarmos os três municípios acima mencionados (localizados a sul do Tejo mas pertencentes ao arcebispado de Lisboa), o mesmo constituía o território mais próximo da cidade, de onde seria previsível que tivesse saído a maioria dos casados. No entanto, só 186 dele provieram (31,4%). E se excluirmos os 78 naturais dos concelhos limítrofes do termo eborense, de cujo circuito já era de esperar que tivesse saído grande número de nubentes, estes somaram 78 matrimoniados (41,9% do total do bispado), restando só 108 (18,2%) do total do território continental.

Quadro XVII – Nubentes naturais de concelhos limítrofes de Évora

Concelhos	N.º de indivíduos
Aguiar	1
Alcáçovas	2
Arraiolos	12
Évora Monte	5
Monsaraz	2
Montemor-o-Novo	32
Oriola	2
Portel	9
Redondo	5
Viana	2
Vimieiro	6
Total	78

Os dados apresentados tornam evidente a forte representação de naturais de territórios situados a norte do Tejo entre os que se matrimoniaram na Sé de Évora no período em análise e que eram residentes na cidade e respetivo termo (só sete eram moradores de outras localidades: um em Arraiolos, um em Cabeção, um em Coruche, dois em Mora, um em Oriola e outro no Redondo). E este facto pode ser explicado pelo facto de, excetuando o sul do arcebispado de Lisboa, incluindo a própria cidade, as restantes circunscrições eclesiásticas de Portugal continental, incluindo o Algarve, terem sido, desde o final da Idade Média até ao século XX, lugares de proveniência de migrantes sazonais, que acorriam ao Alentejo em certas épocas do ano para participar nos trabalhos agrícolas mais exigentes em mão de

obra, como as ceifas, as vindimas e a apanha de azeitona, migrações temporárias que acabaram por levar à fixação definitiva na região de parte desses trabalhadores.

Gerou-se, assim, no território português, como noutros, uma complementaridade entre regiões fornecedoras de força de trabalho e outras que necessitavam de um suplemento de mão-de-obra para poderem fazer face às atividades produtivas (García Latorre 2002: 175). As primeiras puderam, desse modo, manter uma estrutura socioeconómica caracterizada pelo minifúndio, incapaz de outro modo de sustentar extensos agregados familiares, e as segundas conseguiram recorrer, temporária mas regularmente, a trabalhadores externos nos períodos de maior aperto de trabalho, conservando uma economia extensiva que colocava, no resto do ano, grande parte dos obreiros locais no desemprego, como força de reserva para as ocasiões de maior necessidade de braços. Esta complementaridade laboral era um facto estruturante dessas economias, que só podiam sobreviver de forma articulada. Fernando Medeiros defendeu também esta tese, afirmando que os migrantes procuravam nas grandes explorações alentejanas «o pecúlio ínfimo que lhes permitiria subsistir, nas suas regiões de origem, como pequenos proprietários trabalhando por conta própria» e que era «nesta relação de dependência, de submissão, dos pequenos produtores perante os proprietários das terras ou os rendeiros capitalistas que se encontra(va) a especificidade dos latifúndios enquanto forma particular de produção, nem totalmente capitalista, nem propriamente feudal» (Medeiros 1976: 311). Se tal articulação não existisse, afirmamos nós, das regiões de maior densidade teria que sair grande número de emigrantes para fora do reino, o que, nas condições de deslocação dessas épocas, teria tido como consequência que rompessem em definitivo os laços que os ligavam às comunidades de origem, e, nas que dispunham de menor população, a alternativa seria a diminuição drástica das principais produções, ou o aumento substancial do emprego de escravos pelos grandes proprietários e rendeiros, os quais desempenhavam uma função apenas complementar do trabalho livre, mesmo na atividade agropecuária (Fonseca 2002: 77-79, 99 e 226). Esta última solução estaria ao seu alcance devido à forte ligação do país ao tráfico negreiro, mas teria alterado as características da respetiva formação social, atribuindo-lhe traços de sociedade escravagista, aquela cuja economia assentava no trabalho escravo (Finley 1982: 100-109; Turley 2002: 18-19, 99-100 e 120). A necessidade dessa complementaridade só desapareceria, como se sabe, no século XX, com a mecanização da agricultura no Sul (por sua vez provocada pela industrialização da região de Lisboa, e pelo afluxo para aí de muitos trabalhadores agrícolas) e a emigração para países da Europa Ocidental de grande número de camponeses do norte e centro do país (Almeida 2002: 252).

No território português as deslocações de população de norte para sul começaram por ser consequência da reconquista aos muçulmanos da região transtagana e da política de repovoamento das terras integradas na coroa desenvolvida pelos primeiros monarcas, que é manifesta nos forais medievais (Ribeiro 1971: 475-477). Foram também elas que permitiram que o estado luso se consolidasse no Sul, com o crescimento de vilas e cidades, e o estabelecimento da corte régia nalgumas delas (Mattoso, vol. 2: 249). A fixação de população do norte e centro do reino no

território a sul do Tejo esteve também ligada, como foi dito, aos mencionados fluxos sazonais de trabalhadores para participarem nos trabalhos agrícolas mais exigentes em mão-de-obra.

Muitas dessas migrações individuais deixaram vestígios na antroponímia pelo menos desde o século XIV (Branco 2006 e 2007: 186 e 105; Gonçalves 1988: 81-84). No século XVI Duarte Nunes do Leão, ao descrever a região de Entre Douro e Minho, destacou a saída de grande número dos seus moradores, excedentário em relação aos recursos existentes: «Enfim, como a gente plebeia é tanta, que cada dia sai como enxames de abelhas para todas partes do reino, não há lugar onde se não achem muitos homens de Entre Douro e Minho para labor e cultura da terra, em ceifas, em marinhas, em adubio de vinhas e outros serviços ... assi em Lisboa como em Alentejo e reino do Algarve e nas partes de África» (Leão 2002: 206). A menção a «ratinhos» (migrantes da Beira) na região alentejana remonta também a esta centúria, como sucedeu em Évora, onde, em 1567, foram referidos mercados de trabalho que se realizavam, de madrugada, na Praça da cidade. Aí ia ter o jovem D. João de Castro, neto do vice-rei da Índia, quando frequentava a universidade como estudante pobre, depois de ter fugido do mosteiro de Sintra onde se encontrava. Segundo escreveu, «ia-me à praça de Évora no tempo das férias lançar de noite ou muito de madrugada entre os ratinhos e trabalhadores, com meu cesto e faca nele, pera me alugar pera as vindimas»² (Pereira 1951, vol. 3: 234). O autor distingue os trabalhadores migrantes dos restantes obreiros, certamente locais.

As migrações das zonas mais povoadas para as de baixa densidade populacional ultrapassaram a raia portuguesa, tendo-se verificado, no século XVII, a presença, em número significativo, de indivíduos procedentes de Braga, Coimbra, Guarda, Lamego, Miranda e Viseu, na Extremadura castelhana, nomeadamente entre a população de Badajoz (Blanco Carrasco 2003: 96-98).

A menção às deslocações sazonais para o Alentejo, tendo-se feito sentir ao longo de séculos da história portuguesa, foi uma constante dos estudos económicos, etnográficos e geográficos, de que são exemplo, além do mencionado Duarte Nunes do Leão, as obras de Gervásio de Almeida Pais (1788) (Sousa e outros 2022: 80), José da Silva Picão (1903) (Picão 1983: 225-245), José Leite de Vasconcelos (1933) (Vasconcelos 1980 e 1982, vols. 3, 4 e 5: 247-248, 578-579 e 558-561, respetivamente), Aristides de Amorim Girão (1941) (Girão 1941: 301-304), Orlando Ribeiro (Ribeiro 1968: 111-112), Jacques Marcadé (1971) (Marcadé 1971: 81-82), Albert Silbert (1978) (Silbert 1978, vol. 2: 832-833), António de Oliveira (1995) (Oliveira 1995: 259-307) e Maria Antónia Pires de Almeida (2002) (Almeida 2002: 247-252). O segundo destes autores dedicou todo um capítulo da sua obra aos «Ratinhos», descrevendo em pormenor a preparação das «camaradas», ou grupos de trabalhadores, nas terras de origem, a intervenção do «manageiro», intermediário entre os lavradores alentejanos e os ceifeiros, as viagens a pé ou de burro até ao destino e o regresso, a sua grande capacidade de trabalho e as condições de vida durante a estadia no sul.

² Biblioteca Nacional, Res., Cód. 4388, 442 v.

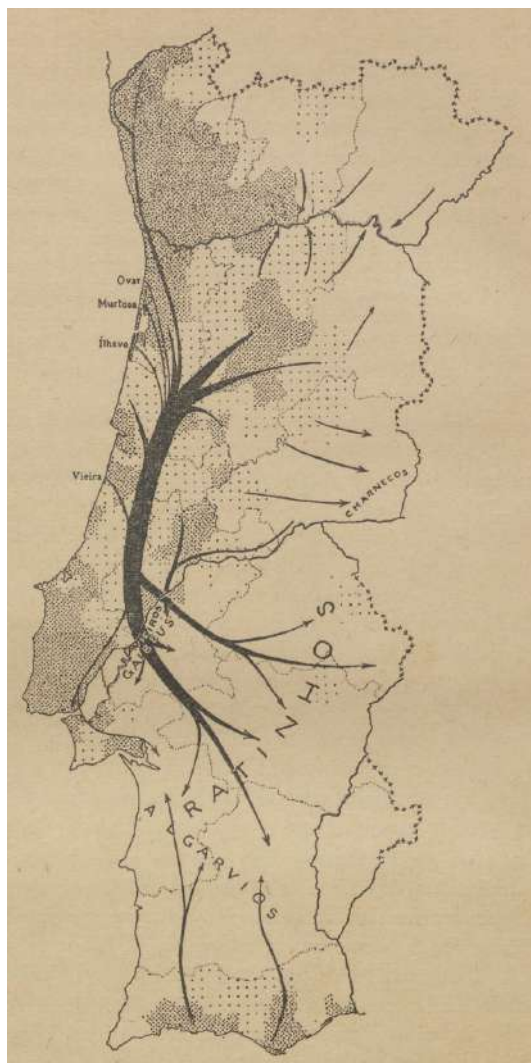


Figura I – Principais correntes de migração internas (Girão, 1941)

O fenómeno foi também tema literário no século XX, como destacou Maria Antónia Pires de Almeida (Almeida 2002: 249-251).

Os dados colhidos na fonte em análise evidenciam a notável capacidade de atração de Évora como centro aglutinador de população, função que exerceu desde a Reconquista ao fim da Época Moderna, tornando-a a principal urbe a sul do Tejo, polo de atração económica, demográfica e política e potenciadora de dinâmicas culturais. A sua centralidade foi destacada por Jorge Gaspar, com recurso a vários estudos históricos, desde o fim do século XIII aos finais do século XVI, quando encabeçava uma vasta área geográfica (Gaspar 1981: 62-80). As longas permanências da corte régia, a proliferação de residências senhoriais, a multiplicação de lugares de culto, o estabelecimento de um dos tribunais inquisitoriais, a criação da

universidade e a elevação do bispado a arcebispado, sendo consequência do protagonismo adquirido, reforçaram o papel de Évora como «núcleo ordenador de todo o Alentejo» (Mattoso, Daveau e Belo 2010: 557).

Com uma população entre 15.484 e 17.284 indivíduos³, no conjunto da cidade e termo, em 1527 (Dias 1996, vol. 1: 540) e de 22.977 em 1592 (Fonseca 2002-2003: 39), a cidade cresceu em número de habitantes ao longo do século XVI, tal como o conjunto da diocese eborense (Santos 2003: 190-193) e o restante território português, realidade que se manteria nas primeiras duas décadas de Seiscentos (Rodrigues 2008: 170-171). Como defendeu Teresa Ferreira Rodrigues, «a expansão não diminuiu o número de residentes no reino, senão em casos geograficamente localizados. Nascia gente suficiente para sustentar a contínua saída de população» (Rodrigues 2008: 193-196). O crescimento foi acompanhado da concentração nos principais núcleos urbanos, sobretudo em Lisboa (Rodrigues 2008: 193-196), mas também em Coimbra (Oliveira 1995: 294), Évora e outros. O fenómeno que temos estado a constatar, confirma isso mesmo.

Questão relevante, que a fonte não ajuda a solucionar, é a das atividades a que estes migrantes radicados na cidade se dedicaram, visto que só sete deles residiam em zonas rurais do termo quando se matrimoniaram. Estes camponeses, vindos maioritariamente de lugares do termo de vilas e cidades do norte e centro, continuaram, por certo, a dedicar-se à agricultura, nos locais, talvez, em que já tinham trabalhado temporariamente e conhecido as noivas. Mas todos os restantes residiam na cidade de Évora quando casaram. Em que profissões? Exceto o Dr. Diogo da Costa, cirurgião, natural de Beja, um criado do conde de Basto, Pero Leitão, nascido no Sardoal, João Gonçalves, de Vila Viçosa, criado «do Senhor D. Duarte»⁴, Gaspar Gomes, carreteiro, natural da vila do Cano, e de dois escravos, um do conde de Basto, nascido em Montemor-o-Novo, e o outro do Dr. Gaspar Ferreira, natural de Beja, de mais nenhum conhecemos a atividade em que estava empregado à data do casamento, ou seja, quando, residindo em Évora, já tinha uma ocupação com a qual podia sustentar uma família. De referir que, na sua enorme maioria, as noivas eram naturais ou moradoras na cidade. Mas não é difícil supor que, além de criados, tivessem conseguido emprego nas muitas lojas de comércio e nas numerosas oficinas, de variados ramos, que a economia urbana alimentava, assim como no setor de serviços. Afinal, não tinha sido esse o principal desígnio que os tinha feito abandonar o labor agrícola, nas difíceis condições impostas pela vida nas serranias e pela estreiteza do minifúndio familiar? Não tinham procurado romper com as limitações, económicas e sociais, do meio de origem para tentarem iniciar, numa das principais urbes do reino, através de um emprego que teria sempre alternativas ou de um pequeno negócio, maior independência e desafogo material?

³ Conforme se use os multiplicadores 4,3 ou 4,8 para o cálculo do número de pessoas por fogo (Dias 1996, vol. 1: 61)

⁴ ADE, FP, Évora, Sé, Liv. 64, 201 v.; D. Duarte de Bragança, filho do 6.º Duque de Bragança, foi marquês de Frechilla e viveu em Vila Viçosa, Oropesa, Évora e Madrid. Francisco Rodrigues Lobo dedicou-lhe a sua obra Corte na aldeia (Bouza 2003: 261-288).

Os casamentos na Sé de Évora entre 1594 e 1610. Contributo para o estudo das migrações em Portugal

Muito do que até aqui foi dito em relação aos migrantes vindos do norte do Tejo se pode aplicar aos que provinham do Algarve, aqui menos representados, por serem menos, mas também presentes nas fontes documentais ao longo de séculos, com referência aos homens que iam ceifar ao Alentejo (Girão 1941: 302). Estas migrações sazonais não se deviam, por certo, ao sobrepovoamento da serra nem do barrocal da região algarvia, mas talvez a diferenças de salários. Uma decisão da câmara de Loulé de junho de 1620, que fixava a jorna dos segadores, proibia que estes fossem trabalhar fora da vila e termo, sem licença das autoridades⁵. Como o extenso território concelhio era limitado a norte pelo de Almodôvar, no Alentejo, é provável que a medida se destinasse a dificultar a saída de ceifeiros para o Baixo Alentejo, num momento de grande necessidade dessa mão-de-obra no próprio Algarve.

Quadro XVI – Estrangeiros casados na Sé de Évora (1594-1610)

Locais de naturalidade	N.º de indivíduos	Locais de naturalidade	N.º de indivíduos
Espanha		França	
Baiona (Galiza)	1	Saint-Sever (Landes?)	2
Belalcázar, bisp. Córdova	1	Total	2
Castela	1		
Chanchon, arc. Toledo	1	Inglaterra	1
Valencia	1	Total	1
Galiza	1		
Jerez de los Caballeros	2	Península Italiana	
Madrid	1	Montereï, Cremona	1
Ourense (Galiza)	3	Nápoles	1
Pontevedra (Galiza)	3	Total	2
Santa Maria (Castela)	1		
S. Salvador, arc. Santiago	1	Fora da Europa	
Sevilha	1	Angola	1
Vale de S. Pedro, Segóvia	1	Índia	2
Valedolim (Valladolid?)	1	Moçambique	1
V. ^a N. ^a de Barcarrota	1	Total	4
V. ^a N. ^a del Fresno	1		
Zafra	1		
Total	23	Total	32

⁵ Arquivo Municipal de Loulé, Atas 1620-1623, 50 v.-51 v.

Entre os estrangeiros destacam-se os peninsulares, entre os quais nove galegos, proveniência que se iria acentuar no futuro (González Lopo 2003: 172), cinco procedentes da região de Badajoz (Jerez de los Caballeros, Villa Nueva de Barcarrota, Villa Nueva del Fresno e Zafra), limítrofe da raia portuguesa, e os restantes de outras origens. Franceses aparecem dois, com a mesma origem, Saint-Sever, provavelmente nas Landes, não muito longe da fronteira espanhola. De Inglaterra veio João Rei (John Ray?), cujo matrimónio, a 6 de julho de 1598, com Francisca de Sousa, natural de Chaves, foi testemunhado por Francisco Rei, talvez seu irmão⁶. A 28 de março do ano seguinte o casal batizava uma filha. Nesta data moravam «em casa de D. Luís de Portugal»⁷, 4.º Conde de Vimioso, que faleceria em Évora em 1637, irmão do anterior titular, D. Francisco de Portugal, partidário e condestável do exército do Prior do Crato. Os dois ingleses deviam fazer parte da casa daquele titular. Dos dois italianos não conseguimos saber a causa da presença na cidade.

Quanto aos residentes em Évora procedentes de fora da Europa, surgem António da Cunha, escravo angolano, pertencente a Luís Álvares de Távora, que casou com Guiomar de Melo, preta, ele um imigrante forçado, e ela, negra forra, antiga cativa ou descendente de cativos. Em situação semelhante estava Isabel Marques, preta natural de Moçambique, igualmente antiga escravizada ou descendente de escravos, que se matrimoniou com Manuel Fernandes, natural de Loulé. Da Índia vieram dois imigrantes, Luzia de Castro, cuja condição social ignoramos, pois tanto podia ser uma mulher livre como antiga escrava, que casou com um indivíduo de Portel, e Manuel Macedo, cuja mãe era goesa.

Pode-se concluir que, a exemplo do que ocorreu com outros importantes núcleos urbanos, como Coimbra (Oliveira 1995: 294-295), e também Cáceres (Blanco Carrasco 2003: 91) e Mérida, na Estremadura espanhola, nos séculos XVI e XVII (Grajera 1985: 146-152), os indivíduos que em Évora se uniram pelo casamento no período de 1594 a 1610, tiveram muito diversas proveniências, uns a própria cidade e o seu termo, outros terras de grande proximidade, outros de médias distâncias e outros ainda, em número significativo, de locais situados a centenas de quilómetros da cidade. Neste último caso, essas deslocações tiveram como causa inicial as migrações temporárias de camponeses nortenhos e beirões, atraídos pelas oportunidades de trabalho que o Alentejo oferecia. A sua fixação, em definitivo, na cidade de Évora comprova o dinamismo económico e a grande capacidade de atração que caracterizavam o principal centro urbano do sul do país.

Além disso, como semelhante tendência migratória se verificou, não só em direção a Évora, mas também a muitos outros locais do Alentejo, o que deve ter levado à fixação de parte desses migrantes em muitas outras localidades da região, e tendo o mesmo fluxo decorrido ao longo de séculos, deverá igualmente concluir-se que grande parte da atual população alentejana é originária do norte e centro do país.

⁶ ADE, FP, Évora, Sé, Liv. 64, 51 v.

⁷ ADE, FP, Évora, Liv. 12, Batismos, 94 v.

Bibliografia

- Almeida, M. A. P. de (2002), 'Ratinhos', in Nuno Luís Madureira (ed.), *História do trabalho e das ocupações*, 3 vols., Lisboa: Celta (3), 247-252.
- Blanco Carrasco, J. P. (2003), 'Notas para un estudio sobre las migraciones y la movilidad geográfica en el entorno urbano extremeño (1500-1860)', *Revista de Demografia Histórica* (21): 79-111.
- Bouza, F. (2003), 'En la corte y en la aldea de D. Duarte de Braganza. Libros y pinturas del Marqués de Frechilla y Malagón', *Península*, (0): 261-288.
- Branco, M.J.C. (2006), 'Subsídios documentais para a história de Montemor (Século XIV)', *Almansor* (5): 171-265.
- Branco, M.J.C. (2007), 'Subsídios documentais para a história de Montemor (Século XV)', *Almansor* (6): 9-217.
- Braudel, F. (1995), *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, 2 vols., Lisbon: Dom Quixote.
- Dias, J. J. A. (1996), *Gentes e espaços*, 2 vols., Lisboa: F.C. Gulbenkian/JNICT.
- Finley, M. I. (1982), *Esclavitud antigua e ideología moderna*, Barcelona: Editorial Crítica.
- Fonseca, J. (2002), *Escravos no sul de Portugal. Séculos XVI-XVII*, Lisboa: Vulgata.
- Fonseca, J. (2002), 'A população do arcebispado de Évora em 1592', *Callipole* (10/11): 33-47.
- García Latorre, J. (2002), 'La inmigración Norte-Sur y el "pecado original" de la demografía española', *Mediterráneo Económico* (1): 1-26.
- Gaspar, J. (1981), *A área de influência de Évora. Sistemas de funções e lugares centrais*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Girão, A. A. (1941), *Geografia de Portugal*, Porto: Portucalense Editora.
- Gonçalves, I. (1988), 'Amostra de antroponímia alentejana', in *Imagens do mundo Medieval*, Lisboa: Horizonte: 80-103.
- González Lopo, D. L. (2003), 'Migraciones históricas de los Gallegos en el espacio peninsular (siglos XVI-XIX)', *Obradoiro de Historia Moderna* (12): 167-182.
- Leão, D. N. do (2002), *Descrição do reino de Portugal*, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- Marcadé, J. (1971), *Une comarque portugaise – Ourique – entre 1750 et 1800*, Paris: F. C. Gulbenkian.
- Mattoso, J. (1993), *História de Portugal*, 6 vols., Lisboa: Estampa.
- Mattoso, J., Daveau, S. e Belo, D. (2010), *Portugal, o sabor da terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões*, Lisboa: Temas & Debates.
- Medeiros, F. da C. (1976), 'Capitalismo e pré-capitalismo nos campos de Portugal, no período entre as duas guerras', *Análise Social* (46): 288-314.
- Oliveira, A. de (1995), 'Migrações internas e de média distância em Portugal de 1500 a 1900', *Arquipélago. História* (1): 259-307.
- Pereira, G. (1951), *Estudos eborenses*, 3 vols., Évora: Nazareth.
- Picão, J. da S. (1983), *Através dos campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos*. Lisboa: Dom Quixote.

Jorge Fonseca

- Poussou, J. P. (1971), 'Les mouvements migratoires en France et à partir de la France de la fin du XV.e siècle au début du XIX.e siècle: approche pour une synthèse', *Annales de démographie historique*. 1970. *Migrations*: 11-78.
- Ribeiro, O. (1968), *Mediterrâneo. Ambiente e tradição*, Lisboa: F. C. Gulbenkian.
- Ribeiro, O. (1971), 'Povoamento', in Joel Serrão (ed.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Iniciativas Editoriais (4): 466-485.
- Rodrigues, T. F. (2008), *História da população portuguesa*, Porto: CEPES/ /Afrontamento.
- Rodríguez Grajera, A. (1985), *La población de Merida en el siglo XVII*, Badajoz: Diputación Provincial.
- Santos, Rui (2003), *Sociogénese do latifundismo moderno. Mercados, crises e mudança Social na região de Évora, Séculos XVII a XIX*, Lisboa: Banco de Portugal.
- Silbert, A. (1978), *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime*, 2 vols., Lisboa: INIC.
- Sousa, F. de, Cosme, J., Nazareth, M., Lopes, J. C. e Rocha, R. (2002), *População e economia em finais de Setecentos*, Porto: CEPES.
- Turley, D. (2002), *História da escravatura*, Lisboa: Teorema.
- Vasconcelos, J. L. de (1980), *Etnografia portuguesa. Tentame de sistematização*, 10 vols., Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Vila Viçosa e os primórdios da fotografia no Alentejo oitocentista

Cármén Almeida*

Sinopse

No início da década de 1860, o processo da daguerreotipia tinha ficado para trás e novos processos fotográficos se tinham imposto. Era o tempo das chapas de colódio húmido (processo que permitia agilizar os processos fotográficos) e das grandes exposições universais. As elites nacionais e locais deslocavam-se a Londres e a Paris, aproveitando para se retratarem nos estúdios de Claudet e Disdéri, enquanto no Porto a fotografia figurava na Exposição Industrial de 1861 e, em Lisboa, era criada a primeira associação fotográfica, o *Club Photographico Lisbonense*, inspirada nos modelos franceses e ingleses.

À mesma data, na extensa planície alentejana, caracterizada pela solenidade dos seus persistentes vazios humanos, anónimos fotógrafos itinerantes por ali se aventuravam, anunciando e oferecendo os seus préstimos: o *Transtagano*, em 1861, anunciava que se encontravam *estabelecidos na praça d'Evora dois fotógrafos que tinham percorrido a Europa, América e África, tendo conhecimento de sciencias applicadas, de desenho, e pintura*. O mesmo jornal adiantava que os dois fotógrafos se *ofereciam para tirar no seu atelier, ou fora mesmo d'elle, todos os monumentos, paisagens, e vistas dignas d'admiração*.¹ Estamos em crer que estes fotógrafos seriam Eduardo Knopfli e o seu amigo Jacques Wunderli cujos destinos ficarão ligados a Vila Viçosa.

Alguns deles vão casar com senhoras alentejanas, como foi o caso de Pedro Barneto Vasquez [Vasques], ou de Eduardo Knopfli que casou com uma calipolense e cujo percurso fotográfico constitui um testemunho paradigmático do que era a vida destes pioneiros da fotografia comercial.

* Ph.D. História e Filosofia da Ciência. Universidade de Évora/Instituto de História Contemporânea. Portugal. A autora escreve de acordo com a antiga ortografia.

¹ *O Transtagano*, II Anno, n.º 132, 4 de Agosto de 1861.

Paralelamente, alguns fotógrafos estrangeiros deambulavam pelo Alentejo, detendo-se nos principais centros urbanos, registando alguns aspectos panorâmicos, como foi o caso de Ludwik Tarszeński Konarzenski, Conde de Lipa.

Palavras-chave: *fotografia, sociabilidade, história local, álbum fotográfico.*

1. Um suíço perdido pelo Alentejo...



Figura 1 – Eduardo Knopfli. Reprodução de imagem digital
(Centro de Estudos da Mina de S. Domingos, CEMSD)

A vida errática e aventureira desta primeira geração de fotógrafos pode ser ilustrada com o caso de Eduardo Knopfli, que nasceu em Mailem, cantão de Zürich, na Suíça, no dia 9 de Fevereiro de 1839 (curiosamente cerca de um mês após o anúncio oficial do invento de Daguerre), tendo falecido em Beja a 21 de Janeiro de 1893.

Knopfli terá vindo para Portugal no início da década de 1860, em companhia do seu amigo Jacques Wunderli, também suíço, encontrando-se testemunhos da presença de ambos os fotógrafos nos Açores, a partir de 1860 (carte-visite e notícias em jornais locais).²

² Tudo indica que terão estado primeiro em S. Miguel e mais tarde na Terceira. Nesta última, Eduardo Knopfli terá tido o seu atelier primeiro na Rua Pau São, n.º 10 e depois na Rua Visconde de Bruges.



Figura 2 – Carte de visite da autoria de E. Knopfli (Álbum da família Gião/Reguengos de Monsaraz)



Figura 3 – Carte visite de Jacques Wunderli (frente e verso), companheiro de itinerância de Eduardo Knopfli (Álbum da família Gião/Reguengos de Monsaraz)

Nos inícios da década de 1860, Eduardo Knopfli surge em Coimbra e no Porto (informação obtida a partir da datação de cartes de visite) e, durante esse período, ter-se-á deslocado para o Alentejo, nomeadamente para Vila Viçosa, onde se apaixonou por Angélica do Rosário da Boamorte Rosa (n. V. Viçosa em 3 de Fevereiro de 1846).³

O seu primeiro filho, João Jacques Knopfli, nasce em Ovar, em Junho de 1865 e o seu amigo Jacques Wunderli será o padrinho.

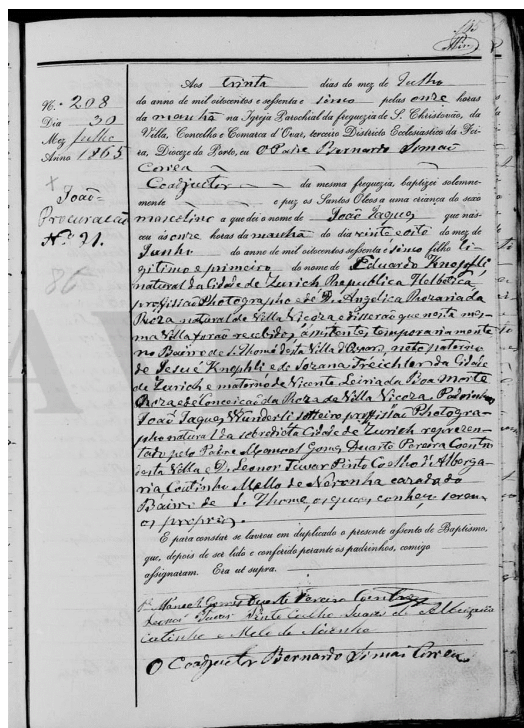


Figura 3 Registo de baptismo de João Jacques Knopfli, Arquivo Distrital de Aveiro.

O Livro de Lembranças⁴ de sua filha Susana Treichler Knopfli Rosa permite-nos conhecer a sua vida de fotógrafo itinerante e obter informação sobre a chegada da fotografia a diversos locais do interior do país. Neste livro manuscrito, Susana Knopfli anotou os lugares onde seus irmãos foram nascendo, bem como os locais onde estava no dia dos respectivos aniversários.

³ Segundo testemunho de um descendente terá raptado a noiva e fugido para Espanha até obter o necessário consentimento familiar. O casamento apenas será oficializado em 14 de Abril de 1886, em Vila Viçosa, conforme registo notarial constante no Arquivo Distrital de Évora. Apadrinharam então o acto Manuel Diogo da Silveira Meneses e António Augusto da Silva Paracana.

⁴ Agradecemos ao Eng. Batoreu toda a informação disponibilizada, nomeadamente a cópia digital do Livro de Lembranças de Susana Treichler Knopfli Rosa.

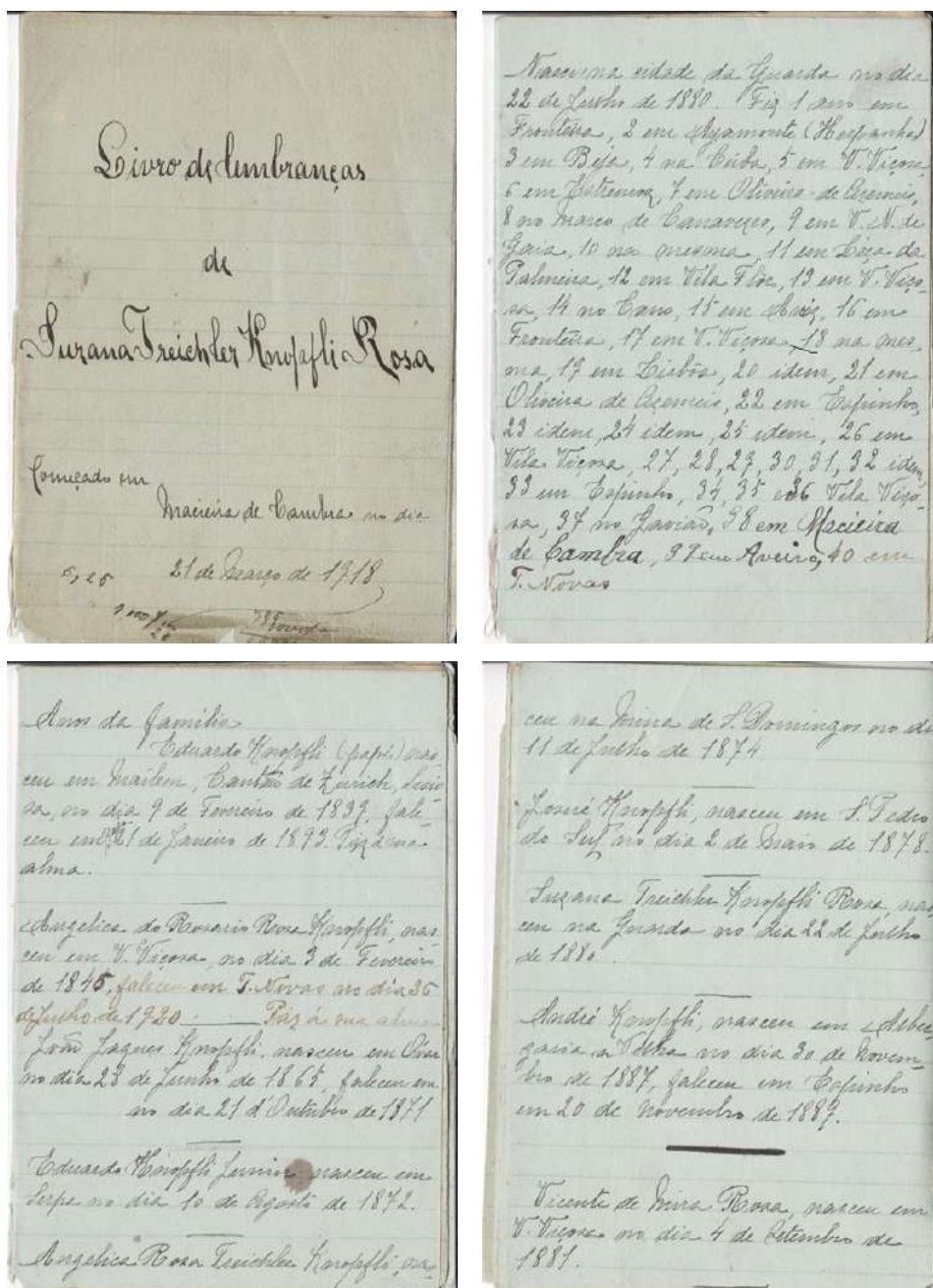


Figura 4 – O Livro de Lembranças de Susana Treichler Knopfli Rosa (excerto)

[Propriedade: eng. Batoreu].

Cruzando esta informação com notícias recolhidas na imprensa local e algumas cartes-visite encontradas em álbuns de família, sabemos que Eduardo Knopfli esteve, pelo menos, seguramente, nos seguintes lugares e nas seguintes datas:

Quadro de Itinerância de Eduardo Knopfli a partir de Junho de 1865

Localidade	Data	Notas familiares
Ovar	Junho (28) de 1865	Nascimento de seu filho primogénito João Jacques Knopfli
Beja, atelier na Rua da Cisterna	1871	
Serpa	Agosto (10) de 1872	Nascimento do seu filho Eduardo Knopfli Júnior
Beja, atelier na esquina do Mestre Manoel	Setembro de 1872 a Janeiro de 1873	
Minas de S. Domingos	Julho (11) de 1874	Nascimento de sua filha Angélica Rosa Treichler Knopfli
Pedro do Sul	Maio (2) de 1878	Nascimento de seu filho Josué Knopfli
Guarda	Julho (22) de 1880	Nascimento de Susana Treichler Knopfli Rosa
Fronteira	Julho (22) 1881	
Aiamonte	Julho (22) 1882	
Beja	Julho (22) 1883	
Cuba	Julho (22) 1884	
Vila Viçosa	Julho (22) 1885	
Estremoz	Julho (22) 1886	
Oliveira de Azeméis	Julho (22) 1887	
Albergaria-a-Velha	Novembro. (30).1887	Nascimento de seu filho André Knopfli
Marco de Canavezes	Julho (22) 1888	
Vila Nova de Gaia	Julho (22) 1889	
Espinho	Novembro. (30).1889	Falecimento de seu filho André Knopfli
Vila Nova de Gaia	Julho (22) 1890	
Leça da Palmeira	Julho (22) 1891	
Vila Flor	Julho (22) 1892	
Beja	Janeiro de 1893	Faleceu subitamente na estação de Beja

Fonte: O Livro de Lembranças de Susana Treichler Knopfli Rosa (excerto) [Propriedade: eng. Batoreu].

Segundo esta fonte manuscrita, somos levados a pensar que algum(uns) do(s) filho(s) terá continuado a actividade fotográfica, provavelmente Josué Knopfli, pois, segundo testemunho de um seu descendente, este terá continuado a fazer fotografia. É assim que Susana Knopfli, já após o falecimento de seu pai, está, em 22 de Julho de 1893, 1894, 1895, 1896 e 1897, respetivamente, em *Vila Viçosa; Cano; Aviz; Fronteira; Vila Viçosa...*

Faleceu em 21 de Janeiro de 1893, na estação de Beja, vítima de ataque cardíaco.⁵

⁵ O poeta Rui Knopfli foi um dos seus descendentes.

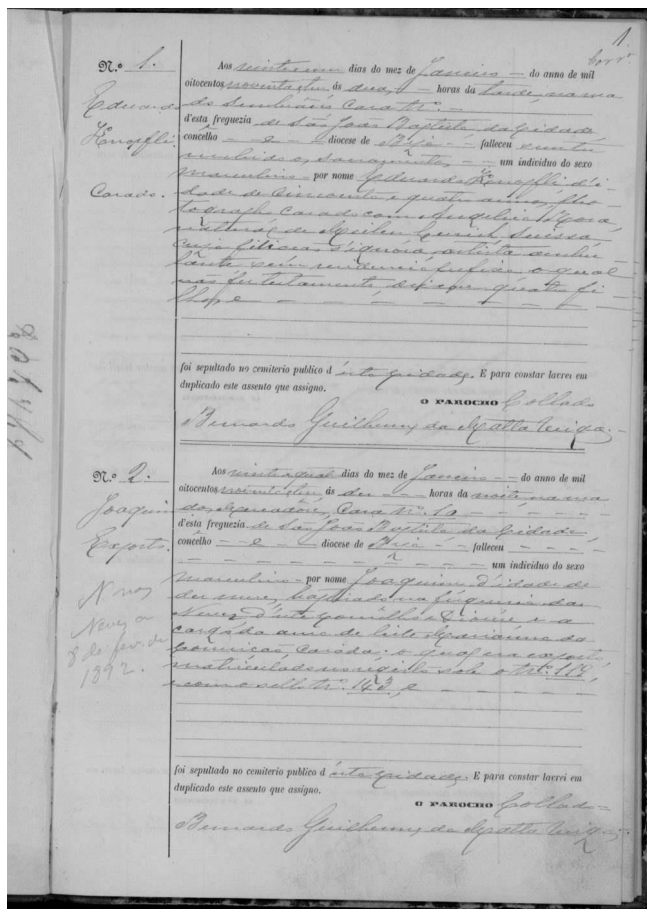


Figura 5 – Registo de óbito de Eduardo Knopfli, Arquivo Distrital de Beja.

2. O misterioso Conde de Lipa

Não sabemos se Eduardo Knopfli se terá cruzado, em Vila Viçosa, com Ludwik Tarszeński Konarzenski,⁶ conhecido como Conde de Lipa (~1793 –1871), sendo certo que este último, por volta de 1868/1869, estava em Portugal e terá deambulado por terras transtaganas. Ludwik Tarszeński Konarzenski realizou milhares de

⁶ Dada a dificuldade de escrever o seu nome e porque viveu em três países distintos, o nome de Ludwik se escreveu de muitas maneiras. Em Espanha: Luis Tarzeński, Luis Tarzenski Konarzenski, Luis Tarszensky Konarzensky, e Luis Farszeński. Em documentos polacos aparece também como Ludwika Tarszeńskiego e em documentos franceses aparece como Ludwik Tarzenski ou Ludwik Tarszenski. Em vários livros de história se também foi chamado por Tarzenzki, Farszeński, Farzenski, Ferdzeński y Tarsenski, Conde de Lipia, y Luis Lippa Fardzeński. O nome de sua mulher, Magdalena de Voisins, também se escreveu como Boisin, Voisin y Voissins. Fonte: Hernandez, Isaac, in condedelipa.com.

retratos e centenas de vistas da Andaluzia, da Estremadura espanhola, Alentejo , Setúbal e Lisboa, tendo, contudo, permanecido num “semianonimato”, contrariamente a outros fotógrafos itinerantes do mesmo período, nomeadamente Charles Clifford e J. Laurent, cujo percurso profissional está consagrado na história da fotografia espanhola e europeia.⁷ Todavia, foi a sua itinerância e trabalho pioneiro de *docência* da fotografia que possibilitou o aparecimento de algumas figuras da primeira geração de fotógrafos espanhóis e, eventualmente, também de alguns fotógrafos portugueses.

2.1. Um herói romântico



Figura 6 – Lipa e família. Fotografia tirada por Amalia López Cabrera, a primeira mulher fotógrafa profissional de Espanha, natural de Almería, estabelecida em Jaén e que terá aprendido a fotografar com o Conde de Lipa [Lipa, conde de. «Fotografías». En: Luis Tarszenski, Conde de Lipa, fotógrafo polaco-español del siglo XIX. [En línea]. Diciembre de 2010. [ref. Agosto de 2011]. En web: <http://condedelipa.com>]

⁷ MONDÉJAR, *Historia de la fotografía en España*, 2005, p. 40.

Luis Tarszenski, Conde de Lipa, nasceu em Lupko, pequena povoação da região de Podlaskie, no noroeste da Polónia. Capitão do exército polaco participou no denominado “Levantamento de Novembro”, 29 de Novembro de 1830, movimento de resistência nacional frente aos russos.⁸ O exército polaco foi disseminado e Luis Tarszenski emigrou para França nos finais de 1831, passando a integrar a chamada “grande emigração” que nesse ano e seguintes dispersou milhares de intelectuais polacos pela Europa e América, nomeadamente Julius Slowacki, Adam Mickiewicz e Chopin.

Segundo José Maria Lama e Pedro J. Miguel,⁹ em 1831, Luis Tarszenski encontrava-se em Valenciennes, organizando os exilados polacos e, em 1833, interveio em Galitzia, território polaco na posse de austríacos.

Segundo Pedro J. Miguel, descendente de Juan Antonio Ibañez, fotógrafo de Yecla e aluno do conde de Lipa (ob. cit.), terá sido amigo de Daguerre e terá fotografado as peças artísticas do Museu do Louvre (1839-1842), facto que terá levado o Rei Luís Filipe de Orleans a conceder-lhe o título de Conde de Lipa.

Segundo os autores citados, não se conhece ao certo a data da sua chegada a Espanha, sabendo-se, contudo, que se encontrava em Sevilha em 11 de Junho de 1843, data em que a Rainha Isabel a Católica, o nomeou Cavaleiro da Ordem. Na altura do seu casamento, vivia na Calle de la Dama, n.º 14 e, segundo a imprensa local, no ano seguinte estava em Puerto de Santa Maria e, em 1847, em Málaga.

Na década de 60, reside na Calle Marmoles, n. 19 e, em Junho de 1861, integra uma das numerosas tertúlias literárias espanholas, sendo nesse endereço que criou a primeira “escola” de aprendizagem dos métodos fotográficos de então. Durante os primeiros meses de 1861, deslocou-se para Córdoba e, em 1862, está em Jaen, onde ensinou Amália López Cabrera, a primeira mulher fotógrafa andaluza a abrir um estúdio próprio no país vizinho. Em 1864, instalou-se na Calle Atocha, em Madrid, a partir de onde efectuava excursões para outras cidades de Espanha. Faleceu em Zafra, em 24 de Outubro de 1871 com 77 anos.

Para além desta sua faceta de retratista e divulgador da fotografia, Lipa patenteou um novo aperfeiçoamento de impressão fotográfica tendo, em 1867, solicitado o registo de patente (PRIVILEGIO 4300) de aperfeiçoamento de “cartões” para retratos fotográficos, a que denominou “cartões históricos e monumentais”, porque colocava, no verso, uma vista de uma cidade, de uma paisagem, de um edifício, de um monumento ou de um episódio histórico ao gosto da pessoa retratada.¹⁰

⁸ Segundo HERNANDEZ, Isaac, in *condedelipa.com*.

⁹ Lama, Jose Maria, Miguel, Pedro J., “Conde de Lipa”, in *Cuadernos de Zafra*, 2011.

¹⁰ PRIVILEGIO 4300 (Transcrição da MEMORIA manuscrita e assinada pelo Conde de Lipa). Sello 9.º / Año de 1867: Descripción de el proceder inventado por el Conde de Lipa, fotógrafo de SSMM y del Príncipe, con objeto de perfeccionar las targetas para retratos fotográficos. Las targetas de la invención del recurrente se llamarán históricas y monumentales, porque ha de colocarse una vista de ciudad, paisaje, edificio, monumento o episodio histórico al gusto y a la elección de las personas que se retraten y al dorso de las targetas gravadas al efecto; resultando de este proceder no solamente un adorno que ningún artista hasta hoy ha usado, ni en España ni en el Estrangero, sino mismo tiempo proporciona interesantes recuerdos sacados de vistas originales, y de reproducciones

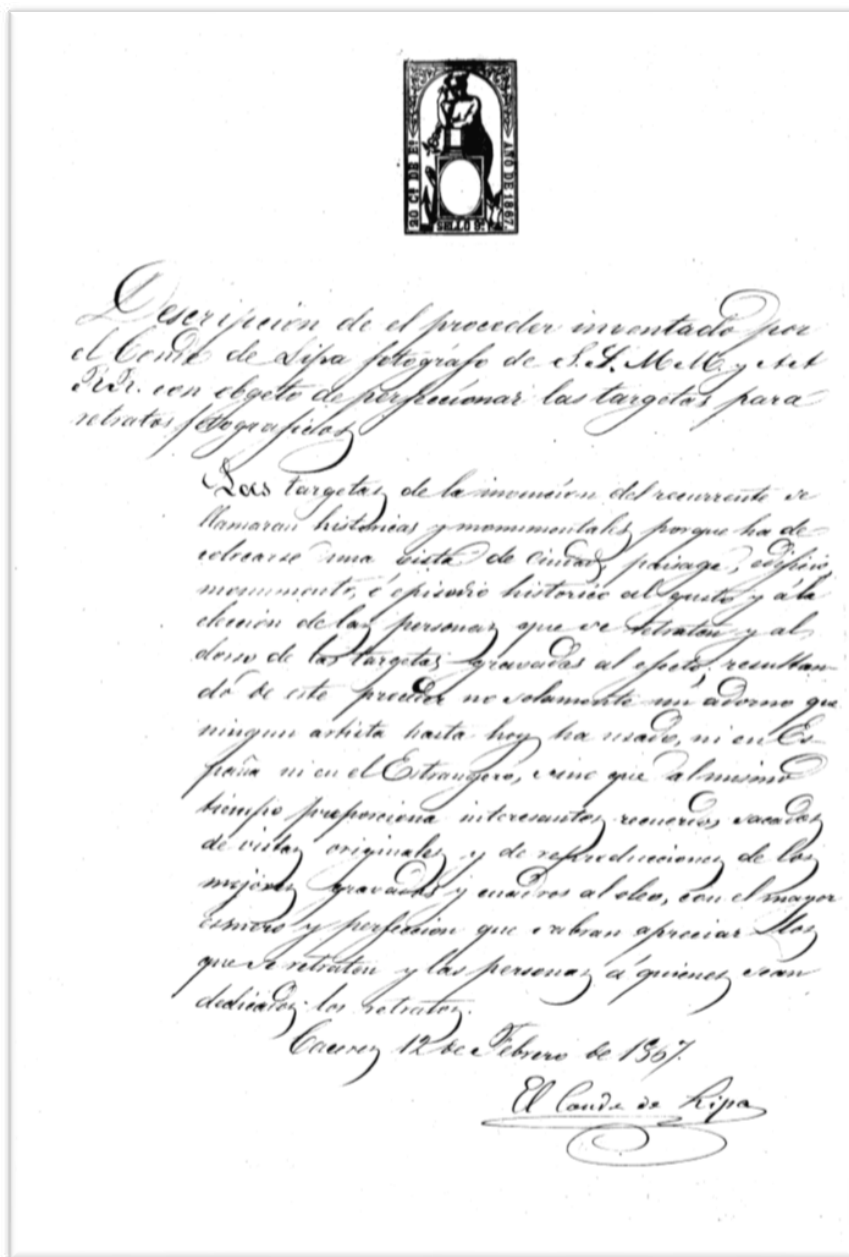


Figura 7 – PRIVILEGIO 4300 (Transcripción da MEMORIA manuscrita e assinada pelo Conde de Lipa).
Selho 9.º / Año de 1867

de los mejores gravados y cuadros al óleo, con el mayor esmero y perfección que sabrán apreciar los que se retraten y las personas a quienes sean dedicados los retratos. Cáceres, 12 de Febrero, de 1867. El Conde de Lipa. Fonte: [Archivo Histórico de la Oficina Española de Patentes y Marcas, on line].

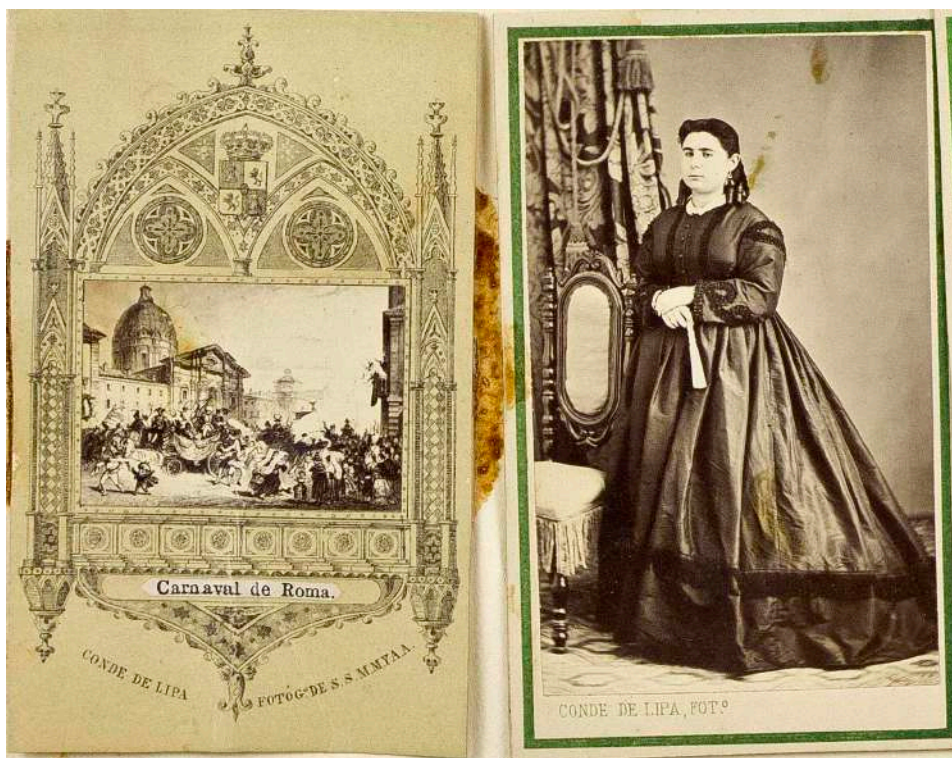


Figura 8 – Neste exemplo, a senhora retratada escolheu o Carnaval de Roma para o verso do seu retrato. [Mujer con dorso romano. Autor: Luis Tarszenski, conde de Lipa. Cáceres, hacia 1866. Tarjeta histórica. Dorso: Carnaval de Roma. Conde de Lipa. Fotógrafo de SSMM y AA. En Privilegio 4300, fragmento. [Archivo Histórico de la Oficina Española de Patentes y Marcas.]

2.2. A sua passagem por Portugal

Encontrámos as primeiras referências à passagem do Conde de Lipa por Portugal em 1868, no *Jornal de Setúbal*. Segundo este periódico, o Sr. Conde de Lipa e sua illustre família encontravam-se naquela cidade para fazer uso de banhos de mar. O jornal setubalense acrescentava que o Conde de Lipa era distinto photographo de suas majestades e altezas de Hespanha e que durante a sua estadia estabelecera a sua galeria fotográfica na Rua dos Caldeireiros, n.20, 1.º andar.¹¹

Segundo o mesmo jornal, sabemos que Lipa terá ficado em Setúbal até Setembro, donde partiu para Évora, Lisboa e depois Badajoz.

É muito provável que Lipa tenha sido então surpreendido pela notícia da Revolução de Setembro de 1868 e consequente queda da Rainha Isabel II, no país vizinho. Tarszensky perdeu inevitavelmente a sua anterior distinção e suprimiu-a do

¹¹ in *Jornal de Setubal*, 2.º anno, n.º 97, 30 de Agosto de 1868.

verso das suas cartes visite. Terá sido nessa data que procurou outros apoios, nomeadamente junto da coroa portuguesa muito próxima da monarquia isabelina.

Segundo notícias insertas no jornal *Diário Popular* de Lisboa,¹² sabemos que em 1869 continuava em digressão por Portugal, tendo efectuado fotografias de diferentes imagens religiosas e de igrejas no centro de Portugal: “O sr. Conde de Lipa teve a delicadeza de nos brindar com uma linda vista da praça de Bocage, e um exemplar da imagem de um santo que adornava a popa de uma nau em que Vasco da Gama fez três viagens á Índia.” afirmava a *Gazeta Setubalense* em 1869.¹³

Foi nessa altura que passou a usar nos seus cartões fotográficos o título de *Fotógrafo de S. A. R. D. Augusto, Infante de Portugal*, acompanhado das armas reais portuguesas, tudo levando a crer que o fotografou, facto que conforme prática da época, lhe terá dado o direito a imprimir no verso das suas cartes-de-visite, sob o escudo real, CONDE DE LIPA, PHOTOGRAPHO de S. A. R. D. Augusto, Infante de Portugal.



Figura 9 – Carte de visite do Conde Lipa (Álbum de família de Ricardo Gião/Reguengos de Monsaraz).

Terá sido então, muito provavelmente, que o Conde De Lipa terá passado por Vila Viçosa e efectuado as vistas fotográficas constantes num álbum fotográfico existente na Biblioteca da Ajuda.

¹² *Diário Popular*, 20 de Maio e 22 de Maio de 1869, n. 950 e n.º 952, respectivamente.

¹³ *Gazeta Setubalense*, 1.º Anno, n.º 11, 3 de Outubro de 1869.

Vila Viçosa e os primórdios da fotografia no Alentejo oitocentista

Se bem que seja possível encontrar diversas cartes-visite da autoria do Conde de Lipa, efectuadas em Portugal, não tem sido possível até à presente data encontrar testemunhos das vistas patrimoniais de Portugal. Contudo, investigações efectuadas no âmbito da realização da nossa tese de doutoramento, permitiu-nos localizar na Biblioteca da Ajuda o álbum de fotografias de Vila Viçosa que efectuou muito provavelmente entre 1868/1869 e que ofereceu ao Rei D. Luís.



Figura 10 – Álbum de Villa Viçosa, Página 1, Biblioteca da Ajuda, DIG. Número 66057.01
Número de Inventário do Objecto:233-IX.



Figura 11 – Collegio de S. Bartholomeu, Conde de Lipa, Museus e Monumentos de Portugal / Arquivo de Documentação Fotográfica



Figura 12 – Igreja dos Agostinhos tirada da janela da sala do bilhar, Conde de Lipa, Museus e Monumentos de Portugal / Arquivo de Documentação Fotográfica.



Figura 13 – Vista do Carrascal e do Regimento de Caçadores a cavalo n.º 3, Conde de Lipa, Museus e Monumentos de Portugal / Arquivo de Documentação Fotográfica.



Figura 14 – Fonte das Águas Férreas, Conde de Lipa, Museus e Monumentos de Portugal / Arquivo de Documentação Fotográfica

2.3. O álbum de *Villa Viçosa*

O álbum, composto por 14 provas gelatina sal de prata de dimensão variável, montadas em cartão com a dimensão de 23x30,7 cm, contempla as seguintes imagens:¹⁴

1. Imagem de Nossa Senhora da Conceição tirada no seu nicho (19,7x14,5 cm).
2. Vista geral de Villa Viçosa tirada do Castello (15x20 cm).
3. Paço Real (15x20 cm).
4. Parte do Paço ocupado pelas habitações de SS. MM (15x20 cm).
5. Igreja dos Agostinhos tirada da janella da sala do Bilhar do Real paço (15,5x21,1).
6. Igreja de Nossa Senhora da Conceição (15,5x20,3).
7. Collegio de S. Bartholomeu (15,5x21,1 cm).
8. Vista do castello tirada da praça (16,3x22,5 cm).
9. Vista do Carrascal e do Regimento de Caçadores a cavallo n.º 3 (15,5x21,6 cm).
10. Vista da montanha e Ermida de S.^{to} Eustaquio, na Real tapada (16,3x22 cm).

¹⁴ Mantivemos a ortografia de origem.

11. Fonte das Agoas ferreas na real Tapada (15,8x21 cm).
12. Grupo de gamos e veados na Real tapada (16,2x21,8 cm).
13. Grupo de duas cabeças da salla de jantar do Real paço (16,8x22,2 cm).
14. Cabeça de javardo, da salla de jantar do Real paço (17,1x22,2 cm).



Figura 15 – Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Conde de Lipa, Museus e Monumentos de Portugal / Arquivo de Documentação Fotográfica.



Figura 16 Vista Geral de Vila Viçosa tirada do Castelo, Conde de Lipa, Museus e Monumentos de Portugal / Arquivo de Documentação Fotográfica.



Figura 17 – À esquerda, Imagem de Nossa Senhora da Conceição tirada no seu nicho; à direita duas cabeças; Conde de Lipa, Museus e Monumentos de Portugal / Arquivo de Documentação Fotográfica.

O álbum reveste-se de grande importância para a comunidade calipolense, revelando aspectos arquitectónicos de grande interesse para a história patrimonial de Vila Viçosa.

Lipa é um exemplo de um fotógrafo itinerante ibérico, sem grande reconhecimento histórico a despeito da importância do seu papel de divulgador e até de inventor. O facto de não ter estado integrado em redes validadoras do saber, nomeadamente em sociedades fotográficas ou expondo em exposições internacionais, e o carácter quase romântico, quase “quixotesco” da sua personalidade, influenciaram a sua visibilidade e reconhecimento públicos.

FONTES

FONTES NÃO IMPRESSAS

Livro de Lembranças de Susana Treichler Knopfli Rosa (manuscrito)
Arquivo Distrital de Beja
Arquivo Distrital de Évora
Arquivo Distrital de Vila Real de S.to António
Arquivo Distrital de Aveiro
Biblioteca da Ajuda

Cármén Almeida

FONTES ICONOGRÁFICAS

Álbuns das famílias Gião

Arquivo Fotográfico da CME

Biblioteca da Ajuda

Centro de Estudos da Mina de São Domingos (CEMSD)

Coleção particular de Cármén Almeida

Museus e Monumentos de Portugal / Arquivo de Documentação Fotográfica

PERIÓDICOS:

Diário Popular,

O Transtagano

Gazeta de Setúbal

Jornal de Setúbal

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Cármén, *A Divulgação da Fotografia no Portugal Oitocentista, Protagonistas, Práticas e Redes de Circulação do Saber*, 2016, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora;

ARAÚJO, Nuno Borges, *A singular viagem do fotógrafo Jean Laurent a Portugal, em 1869*”, em “CEM – Cultura, Espaço & Memória”. Porto: CITCEM, n. 1 (2010), pp. 87-108;

MONDÉJAR, Publio López, 2005, *La huella de la mirada*, Lunwerg Editores, Barcelona;

LAMA, Jose Maria, MIGUEL, Pedro J., “Conde de Lipa”, in *Cuadernos de Çafra*, 2011(online);

Obs. A autora escreve de acordo com a antiga ortografia.

Os livros antigos portugueses de D. Manuel II: ontem e hoje

Vicente Fino*

Introdução

“As the name suggests, a catalogue of rare books is a list of books that a bibliographer chooses to name and identify because they are rare. Such a list obviously involves a somewhat abstract concept, and like many abstract concepts, the notion of a catalogue of rare books has arisen by a slow differentiation from other bibliographies.” (Taylor, 1958: 3)

A prática de “listar” os livros de uma biblioteca, quer fosse particular ou colectiva, remonta a um período tão ancestral quanto aquele a partir do qual se passou a conhecer essa tão significativa evolução civilizacional que foi a escrita. De acordo com a investigação de Samuel Kramer, relacionada com a escrita suméria em placas de argila, aquilo que se pensava poder tratar-se de textos literários eram, afinal, listas de livros que haviam sido registados durante o século IV a.C, ordenados em colunas e devidamente identificados, como se de um catálogo se tratasse. (1997: 255-257) Não é nossa intenção, com o pequeno trabalho de investigação que aqui apresentamos, traçar uma cronologia, ou um resumo, da descrição bibliográfica de obras constantes em bibliotecas ou livrarias particulares, mas tão só vincar que a necessidade de organização da documentação – definamo-la desta forma, por mais conveniente à nomenclatura em voga – é mais antiga do que o comum dos estudiosos – onde, modestamente, nos incluímos – poderia imaginar.

Da mesma forma, não nos cabe referir, ou elencar, a miríade de alterações formais que os inventários ou catálogos sofreram no decorrer dos séculos, sobretudo a partir da invenção da imprensa que, como é sabido, provocou uma verdadeira revolução no que concerne à circulação do objecto livro. Portanto, a exis-

* O autor escreve com o antigo Acordo Ortográfico.

tência de mais livros teve como consequência o aumento de exemplares em bibliotecas e, por conseguinte, a percepção de que só com a inventariação, ou catalogação, seria possível recuperar a informação. No entanto, a prática – já bastante comum, sobretudo, nos séculos XVII e XVIII – não tinha como único e exclusivo objectivo o antes referido, aliás, não podemos sequer afirmar ou conjecturar que a criação de um catálogo teria este ou aquele exclusivo propósito, com excepção daquele que será comum a grande parte dos catálogos das livrarias particulares: exhibir os livros que se possuem. Entenda-se “exibir” enquanto sinónimo de “dar a conhecer” ou, o que seria ainda mais desejável na actualidade, “tornar público”.

Portanto, através dos catálogos (ou inventários) impressos, os leitores – esse outro conceito tão caro aos profissionais da informação –, têm acesso a uma lista de obras existentes em determinada biblioteca; e reforço a ideia de “lista” porque, na sua essência, é disso que se trata. Sucedem que nem todos os catálogos foram feitos para “leitores”, no sentido estrito do termo, “alguém que lê ou pretende ler”, mormente quando pensamos em livrarias particulares, e mais ainda quando, a aliar à condição particular dessas livrarias, entramos no universo dos livros raros.

A partir da análise aos catálogos que o rei D. Manuel II executou, assim como das provas de impressão corrigidas pelo próprio rei e de parte da bibliografia de apoio à realização dos mesmos – sem descurar os processos actuais de registo bibliográfico das monografias antigas –, tentaremos perceber até que ponto foi inovador o trabalho do rei, no conjunto dos estudos que as Ciências da Documentação possibilitaram, sobretudo se atentarmos à distância temporal que nos separa do período em que os catálogos foram publicados.

1. A génese do catálogo dos *Livros Antigos Portuguezes* de D. Manuel II

D. Manuel II (1889-1932), o último rei de Portugal, adquiriu, nos últimos anos da sua curta vida, um conjunto de obras dos séculos XV e XVI absolutamente admirável. O propósito de D. Manuel em reunir uma colecção de livros portugueses foi, numa primeira fase, o de escrever a biografia do seu homónimo, também apelidado de o *Venturoso*, o rei D. Manuel I¹, ideia que acabou por abandonar devido, em grande medida, ao crescente interesse que revelava pelo livro antigo e o seu estudo. Esta referência de Maurice Ettinghausen relativamente à data em que terá decorrido o encontro com o rei português (Janeiro ou Fevereiro de 1919), precede, em cerca de cinco anos, a data avançada por Maria Cândida Proença, quando

¹ “In January 1919 I wrote to King Manuel, who by then had settled down in his own house at Twickenham and he came to see me and confided to me his secret project of writing an authoritative, detailed monograph on the life and reign of his namesake and predecessor, the famous King Manuel I (...) In order to be able to write this work it was necessary to collect the appropriate material and King Manuel decided to endeavor to obtain every book printed in Portugal even before Manuel I came to the throne and up to 1600.” (Ettinghausen, 1966: 88-89)

refere, relativamente ao desejo do rei em escrever a biografia de D. Manuel I, ser “a partir de 1924 que, na sua correspondência [de D. Manuel II, entenda-se] se encontram referências à concretização desse projecto”, numa carta ao Conde de Tarouca. (2012: 214) Este dado – que é, no nosso entender, bastante relevante – leva-nos a crer que terá mesmo sido a Ettinghausen que D. Manuel falou pela primeira vez no projecto de escrever a biografia do rei que tanto admirava, tendo então começado a reunir a bibliografia necessária.

É possível traçar o itinerário (ou, pelo menos, situá-las no tempo) de algumas das obras adquiridas, através da correspondência que o rei trocou com alguns dos seus colaboradores, nomeadamente com Edgar Prestage e, sobretudo, com o Dr. Maurice Ettinghausen², um bibliófilo que D. Manuel conheceu, no outono de 1913, quando se encontrava em Munique, na sua lua-de-mel, para assistir a um festival de ópera, e com quem, mais tarde, e já em Inglaterra, retomou uma relação de grande proximidade. (Ettinghausen, 1966: 88-89) Foi graças à amizade com Ettinghausen, viajante e exímio conhecedor da matéria que entorna ao livro antigo, que o rei exilado acabou por comprar alguns dos seus livros, quer através das sugestões daquele, quer mesmo por indicação específica do próprio D. Manuel, como foi o caso, apenas como exemplo, das *Epistolae*, de Cataldo Sículo, livro que obsessivamente perseguia: “Comme je serais heureux si vous obteniez le «Cataldus Epistolae» en Amérique. C’est un livre si rare et un des incunables portugais.”³

Não satisfeito com a constante procura de obras dos séculos XV e XVI, D. Manuel encontrou na sua colecção e na sugestão, uma vez mais, de Maurice Ettinghausen, motivo suficiente para a elaboração de um catálogo, incentivado, em grande medida, pela aprovação⁴ de outro seu correspondente, Edgar Prestage, académico inglês e especialista em cultura, literatura e história lusófonas, por quem o rei demonstrava grande admiração e reconhecimento pelo trabalho que o professor havia desenvolvido e publicado sobre a história e cultura de Portugal e dos portugueses. Prestage é, aliás, aquele que D. Manuel entende ser a pessoa mais indicada para a revisão do resultado das várias investigações a que a elaboração do catálogo o sujeitou, decisão para a qual terá contribuído a pouca experiência que o rei tinha

² A correspondência de D. Manuel II para o Dr. Ettinghausen está reunida em livro editado pela Fundação da Casa de Bragança, com um apreciável prefácio do Dr. M. B. Amzalak. No entanto, as cartas estão transcritas na língua original (francês) e não existe – à imagem do que foi realizado para a edição que reúne a correspondência do rei com Edgar Prestage –, um conjunto de notas que preste apoio ao leitor relativamente a nomes e a referências que a distância temporal tornou menos claras. Este conjunto importantíssimo de epístolas, não só para o estudo da constituição da colecção de D. Manuel II mas para a história do livro em geral, pede uma reedição traduzida, convenientemente anotada e contextualizada.

³ Carta de D. Manuel II a Maurice Ettinghausen, de 1 de Julho de 1927 (*op. cit.*, p. 26)

⁴ Muito me encoraja saber que tão largamente concorda com a minha ideia sobre a publicação de livros raros portugueses: o seu apoio será para mim de inestimável importância, tal como os seus conselhos e os seus conhecimentos. – Carta de D. Manuel a Edgar Prestage, do dia 12 de Novembro de 1926 (*op. cit.*, p. 28)

na investigação de determinadas matérias⁵ e só o longo e dedicado estudo em que se empenhou terá conseguido colmatar.

Não é possível, no entanto, deixar de referir que nos parece ter sido o sentimento patriótico de D. Manuel a sobrepôr-se a quaisquer outros motivos para a elaboração do seu catálogo, sentimento esse que é presença constante ao longo da extensa e complexa introdução (no sentido das várias leituras que dela podemos fazer) que o rei escreveu para o primeiro volume dos três que compõem o seu catálogo.⁶ Fica, aliás, bem explícito o fervor pela pátria portuguesa que D. Manuel revelava, logo a abrir o seu texto introdutório:

“A meta do nosso esforço é erguer bem alto o nome do nosso paiz, demonstrar os feitos dos portugueses e, servindo a nossa Patria, “levantar a bandeira dos triunfos della”. É um trabalho sem pretensões (...) mas que, esperamos, provará o nosso amor pela Patria querida.” (Manuel II, 1929: XV)

O esmero foi tal, que o rei entendeu que uma obra desta dimensão não poderia estar escrita “apenas” em português, justificando a escolha da língua inglesa para se apresentar impressa, lado a lado, com a língua portuguesa:

“Sendo, como já dissemos, o nosso proposito tornar conhecidos os livros Portuguezes, entendemos indispensavel escrever o nosso trabalho, não só na nossa lingua, mas n’uma outra que facilite o fim que almejamos. Decidimos, pois, ao lado do texto Portuguez, compor igualmente o estudo em Inglez. Alem de, por este motivo, divulgar a obra Portugueza, aliando mais uma vez Portugal e a Inglaterra, prestamos por esta fôrma uma sincera e grata homenagem á nação onde vivemos e onde fômos tão carinhosamente acolhidos.” (Manuel II, 1929: XVIII)

Portanto, através do estudo dos livros da sua biblioteca, D. Manuel pretendia destacar os feitos de Portugal e dos portugueses; a partir da tinta impressa em papel de pano, D. Manuel recolhia o conhecimento que lhe iria permitir realizar um trabalho da magnitude daquele que realizou nos dois primeiros volumes do seu catálogo, onde, como tentaremos expôr, há muito mais do que uma simples lista de livros.

⁵ Hesitámos, e muito, pois era um trabalho para o qual eram necessarios conhecimentos que não tínhamos, e significava, sem duvida, uma responsabilidade demasiado pesada para os nossos ombros. – (Manuel II, 1929: XVI)

⁶ D. Manuel foi responsável pela publicação dos dois primeiros volumes (1929 e 1932, respectivamente), nos quais trabalhou até à exaustão. O inesperado da sua morte impossibilitou que o rei tivesse concluído o terceiro volume, obra que ficou a cargo da sua assistente e bibliotecária, Mrs. Margery Whithers, e que foi publicado em 1935. Contudo, é compreensivelmente incomparável o trabalho realizado nos dois primeiros volumes e no terceiro, para o qual Mrs. Margery Whithers apenas pôde contar com algumas notas que D. Manuel havia tomado, já a pensar na futura publicação do terceiro e último volume dos seus – Livros antigos portugueses – .

2. As provas tipográficas dos *Livros Antigos Portugueses*

No Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, encontram-se preservadas as provas tipográficas dos dois primeiros volumes dos “Livros Antigos Portugueses”. Neste caso, faz todo o sentido falar no plural (provas), uma vez que há vários exemplos de sucessivas correcções que o rei fez em mais do que uma prova, isto é, o trabalho de revisão e correcção foi levado a um extremo tal que D. Manuel não se coibia de propor alterações às correcções que já havia feito. Constatámos, através da consulta das provas tipográficas, aquilo que já Maurice Ettinghausen havia referido, em obra já citada, quando refere que “after each essay had been typed it was returned to the King, who revised it a second and sometimes a third time.” (1966: 91)

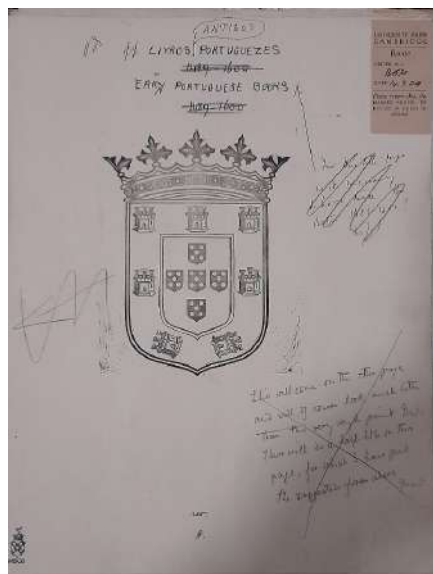
A julgar pela correspondência do rei com a sua bibliotecária, Miss Withers, a correcção e verificação de novas provas tipográficas eram uma constante, o que nos leva a crer que os 4 volumes de provas existentes no MBCB (dois para cada um dos dois primeiros volume dos catálogos), possam não ser a sua totalidade. Estamos em crer, também, e de acordo com a análise que se seguirá, que as provas conservadas em Vila Viçosa terão sido das primeiras a serem alvo do trabalho do rei, dado o nível primário das mesmas. Ainda sobre a questão da correcção das provas, o próprio D. Manuel, em carta ao professor Prestage, refere que “a redacção do vol. II levará longo tempo, como pode supor, e decorrerão muitos meses antes de a impressão começar: haverá diversas provas, como sucedeu com o vol. I.”, aproveitando para agradecer o apoio de Prestage em tal empreitada:

“bem pode calcular, e não lho digo por mero cumprimento, que saber eu que a revisão das provas do meu livro lhe está entregue, representa para mim não só conforto e auxílio, mas, permita-me que o diga, grande apoio moral! Peço-lhe, por isso com o maior empenho que me prometa que, no seu regresso, retomará, por amor de mim, esse árduo e ingrato encargo!” (Manuel II, 1952: 42)

D. Manuel tinha perfeita consciência do que pedia ao seu correspondente, e fá-lo de uma forma humilde e ternurenta. Mais do que uma vez, o rei dá conta a Edgar Prestage da importância das suas revisões e sugestões, para além de agradecer o regular envio de trabalhos da autoria do próprio professor, assim como de sugestões bibliográficas. Portanto, através de alguma da correspondência de D. Manuel II – como se de mais necessitássemos – constatamos quão difícil e cansativa foi a tarefa de correcção das provas tipográficas, dificuldade para a qual o rei aludia e, não só, solicitava apoio.

As emendas propostas pelo rei abarcam diferentes planos do catálogo e não se restringem aos erros de impressão. Desde logo, a escolha da página de rosto⁷, ou a

⁷ A propósito da página de rosto dos *Livros antigos portugueses...*, Margery Withers escreveu o seguinte, na introdução à edição das cartas que recebeu do rei e da rainha: – Quando foi discutida a página de rosto do seu livro () Sua Majestade queria que o meu nome aí figurasse. Teve de se lhe lembrar que nesse caso (sendo o mundo o que é) seria aceite comumente que teria sido eu a res-



do anterrosto, o que deveria constar da mesma, ou qual o título adequado à obra, ou até mesmo qual a côr em que seria impresso o título ou as gravuras. D. Manuel aplicou-se a atingir um nível de rigor que só o amor dedicado ao estudo dos seus livros pode justificar. Sugere alterações na ordem das páginas, por exemplo, a que acabou por servir de anterrosto foi, numa primeira fase, a página que se seguia ao rosto e que deixa ver as armas reais de Portugal encimadas pelo título “Livros antigos portugueses” e, por baixo, a tradução para inglês “Early portuguese books”. É possível ler a seguinte nota manuscrita a lápis⁸, relativamente à gravura das provas no anterrosto: “This will come on the other page

and will of course look much better than this very rough print”

Entramos, desta forma, no campo das opções estéticas, cujo cuidado também foi preocupação do rei, como é constatável nas provas que correspondem às páginas 75, 76 e 77 do catálogo, onde é possível verificar que a gravura com marca de impressor de Valentim Fernandes, relativa ao exemplar da *Vita Christi*, de 1495, surge encostada à esquerda da página, tendo D. Manuel sugerido que a mesma deveria estar centrada na folha a fim de melhor harmonizar com as restantes gravuras. Algo semelhante sucede com a página de rosto, onde o rei pretendeu destacar o título pelo qual hoje é comum citar-se o catálogo, solicitando que se imprimissem a vermelho e o restante a negro, destacando, desta forma, uma parte do título, *Livros Antigos Portuguezes* do restante que se lhe segue, *1489-1660 da Bibliotheca de Sua Majestade Fidelissima*. Ou seja, com a distinção cromática, podemos considerar como sendo o título a parte que foi impressa a vermelho, sendo o restante um subtítulo ou um complemento de título.

Uma vez que abordamos o título, ainda na página de rosto, importa referir que o mesmo surge nas provas com uma designação bastante diferente da que acabou por sair na versão final do catálogo; sugestão, como não poderia deixar de ser, de D. Manuel. É espantoso verificar que a sugestão do rei para uma alteração desta magnitude tem uma relação com a harmonia entre o título em português e em inglês, uma vez que, como já referimos, D. Manuel entendeu que o seu catálogo

ponsável por todo o trabalho, o que não poderia estar mais longe da verdade. A minha contribuição limitava-se a fornecer descrição bibliográfica pormenorizada de cada livro e a traduzir para Inglês os extensos e eruditos comentários escritos pelo Rei. – (*op. cit.*, p. 13)

⁸ Todas as notas existentes nas provas do Catálogo relacionadas com sugestões de alterações estão escritas em inglês, uma vez que o editor dos 3 volumes dos – Livros antigos portugueses – foi a Companhia inglesa Maggs Bros., sediada em Londres.

deveria ser bilingue. Assim, o título que pode ser visto nas provas tipográficas tem a seguinte disposição gráfica e conteúdo:

OS LIVROS PORTUGUEZES
1489-1600
QUE SE ENCONTRAM
NA BIBLIOTHECA DE SUA
MAJESTADE FIDELISSIMA

Numa nota manuscrita a lápis, D. Manuel faz a seguinte sugestão: “Would it be possible to delete these words, so as to make a better balance between the english and portuguese titles?” Ainda em relação ao mesmo assunto, mas já numa correção que terá sido posterior, uma vez que está escrita a tinta preta, alerta para o seguinte: “These words can be deleted, but it is necessary to change the word NA in DA.” Referia-se o rei à necessidade de alterar “na Bibliotheca de Sua Majestade” para “da Bibliotheca de Sua Majestade”, uma vez que o excerto “que se encontram” iria ser suprimido, para além de acrescentada a palavra “antigos” ao que consideramos o título abreviado. Desta forma, o título do catálogo passou a ter a seguinte designação e forma de apresentação gráfica:

LIVROS ANTIGOS PORTUGUEZES
1489-1600
DA BIBLIOTHECA DE SUA
MAJESTADE FIDELISSIMA

Em relação ao que podemos designar hoje de subtítulo, é perceptível a postura humilde manifestada pelo rei relativamente ao trabalho de investigação que realizou para conclusão dos catálogos, nomeadamente através da significativa alteração do subtítulo constante nas provas tipográficas, *Com uma descrição completa de cada obra e notas historicas, literárias, bibliográficas e biographicas...*, para a bem mais singela indicação, *descriptos por S.M. el-Rei D. Manuel*. Caberá ao leitor decidir sobre a qualidade das notas *históricas, literárias, bibliográficas e biográficas*, assim nos parece ter sido a leitura de D. Manuel e que o levou a tomar a decisão de suprimir praticamente todo o subtítulo. Sobre as demais alterações registadas nas provas tipográficas relativamente à página de rosto do Catálogo, referir que as mesmas são meramente pontuais e que não comportam alterações significativas ao resultado que hoje conhecemos.

A importância que a introdução tem no conjunto da toda a investigação realizada é bastante significativa. É notório não apenas através do que resulta da análise às provas tipográficas, mas também nas afirmações de D. Manuel endereçadas a Edgar Prestage, em carta datada de 16 de Outubro de 1928, a quem afirmava ser “(...) uma tarefa árdua, porque muita gente há-de ir lá procurar as minhas opiniões sobre inúmeras coisas!”⁹ Para atingir o efeito que desejava ver na introdução, afir-

⁹ *Op. cit.*, p. 39.

mava: “Empenharei os meus melhores esforços, e os seus valiosíssimos conselhos serão necessários. Quando a tiver pronta, pedir-lhe-ei para a examinar cuidadosamente. Como creio que já lhe disse, tenho o meu plano.” Durante os três meses que se seguiram à data desta carta, a escrita da introdução continuava a ser o assunto mais falado na correspondência que o rei enviava a Prestage, deixando adivinhar algum cansaço provocado pela responsabilidade que atribuía à tarefa:

“Mais de metade da minha *Introdução* está escrita, mas necessito dos seus preciosos conselhos. Estou certo de que avalia bem a importância desta *Introdução*; sinto que é de pesada responsabilidade, e gostava de ter, não apenas o auxílio dos seus grandes conhecimentos, mas, atrevo-me a dizê-lo, o seu apoio moral!”¹⁰

No dia 4 de Janeiro de 1929, D. Manuel dava conta do estado da sua introdução, mostrando-se aliviado com o regresso do professor a Londres:

“Muito folguei em saber que volta para Londres na semana próxima, pois estou ansioso por lhe falar a respeito da *Introdução* do meu livro. Já escrevi a maior parte e espero acabá-lo no domingo à noite, mas tenho dúvidas e hesitações, que estou certo compreenderá!”¹¹

As correcções que o rei faz nas várias provas à introdução comportam alterações não apenas pontuais mas também no processo narrativo dos diferentes textos. Tal é possível de ser verificado nas supressões, nas alterações frásicas e lexicais – sendo comum a reescrita de parágrafos inteiros –, ou na escolha das expressões que considera mais adequadas para reforçar uma ideia ou para vincar o dramatismo de determinado acontecimento, sempre com a Pátria no coração. O mesmo nível de correcções e/ou alterações já não se verifica nos estudos que acompanham a descrição bibliográfica das diferentes obras. Neste caso, verificamos acertos pontuais e que, na sua maioria, se prendem com erros que decorrem do processo dactilográfico, embora saibamos, a partir da correspondência com a sua colaboradora, que, por motivos de espaço, foram feitos vários cortes nos textos, ainda que muito a contragosto de D. Manuel. Também nas cartas que trocou com Miss Withers, é possível verificar a forma criteriosa e o perfeccionismo de D. Manuel, indicando várias correcções a realizar, como é disso exemplo o excerto que a seguir transcrevemos:

“Àcerca da Errata, encontrei alguns erros no texto Português: um é importante: na p. 17 falta o Q do título ao alto da página! Também faltam algumas aspas e alguns acentos em póde, etc. Na p. 109, 1.^a linha há um erro importante: Diziam em vez de Diziam e. Na p. 128 o nome Iheronimo está escrito no texto Português com um I e em Inglês com um J. No Marco paulo há alguns erros ao escrever Marco Paulo e Marco paulo, como na p. 133. Na p. 143, penso que há dois erros. 1.^a linha sigilo está escrito só com um I E Bartholomeu com um o. Na p. 146 há um pode sem acento no

¹⁰ Carta de 21 de Novembro de 1928 (*op. cit.*, p. 40). Itálicos do autor.

¹¹ *Op. cit.*, p. 41.

ó. Na p. 175, há uma frase que me parece não estar completa (...)” (1997: 33) [sublinhados na op. cit.]

É fácil perceber o quão extenuante terá sido o trabalho de revisão das provas, como já aludimos, trabalho esse que, em circunstâncias normais, teria o apoio directo da editora e muito pouco passaria pelo próprio autor. No entanto, e tendo em conta o empenho que D. Manuel colocou em todo o processo de pesquisa e elaboração do catálogo – e a revisão das provas talvez fosse um dos aspectos mais importantes desse processo –, estamos em crer que jamais abdicaria da tarefa. Importa referir, no entanto, o constante e valioso trabalho de Miss Withers, sem o qual, quiçá, talvez o rei não tivesse assistido à publicação do segundo volume do catálogo, como, malgradamente, sucedeu em relação ao terceiro volume.

3. A descrição bibliográfica nos *Livros Antigos Portugueses* e a sua estrutura: a influência da bibliografia de apoio e o estado actual da descrição bibliográfica do livro antigo

Da vasta bibliografia de apoio à escrita dos catálogos, há duas obras que se destacam do conjunto, no que concerne às anotações deixadas por D. Manuel: falamos dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, série II, vol. IV de 1923, e da *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, de António Joaquim Anselmo.

Consultámos todas as obras relacionadas com descritores bibliográficos, e que estão referidas na bibliografia dos dois primeiros volumes dos *Livros antigos portugueses*, com o objectivo de verificar quaisquer notas ou apontamentos que, eventualmente, D. Manuel pudesse ter deixado registados mas, com excepção, em alguns casos, de simples sublinhados ou travessões de ressalva de algumas entradas, nada encontrámos de relevante. As excepções são, como referido, os dois casos acima, e que acabam por ser, na prática, dois exemplos para o mesmo caso, uma vez que os artigos sublinhados no volume dos *Anais...* é precisamente o trabalho que Anselmo viria a reunir na sua obra *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Contudo, e de acordo com Leite de Faria, o rei teria começado por registar cada um dos seus exemplares, colhendo, dessa forma, toda a informação necessária para confrontar com a que veio a encontrar na bibliografia: “Dos seus livros o Senhor Dom Manuel fez primeiro um pormenorizado ficheiro bibliográfico com a descrição completa de cada um deles e a indicação de outros exemplares, mas sem mais considerações.” (Faria, 1991: 28)

É perceptível como o trabalho de Anselmo terá sido importante para a pesquisa de D. Manuel¹², tendo em conta o volume de notas e, compreensivelmente, a natu-

¹² Tal é objectivamente referido pela sua fiel bibliotecária, Miss Withers, quando refere o seguinte: – A minha parte neste trabalho era a de fazer o cotejo bibliográfico pormenorizado, e consultando as três grandes autoridades portuguesas na matéria – Anselmo (*Bibliografia das obras*

reza dos dois trabalhos. Portanto, a *Bibliografia das obras impressas...* terá servido como primeiro inventário da colecção de livros do rei, a julgar pelo género de anotações ali encontradas. Logo na primeira página da obra em questão, D. Manuel introduziu uma pequena legenda manuscrita composta por quatro entradas e um símbolo para cada entrada, legenda essa que passamos a transcrever:

X = copy in the Library of H. M. King Manuel
+ = copy in the Library of the Hispanic Society of America
O = copy in the Oliveira Lima collection, Washington
B = copy in the British Museum

Ao longo da *Bibliografia...*, D. Manuel foi introduzindo o respectivo símbolo junto da descrição das obras que sabia existirem nas bibliotecas descritas, sendo que, por baixo da descrição de alguns registos acrescentou o nome da biblioteca onde tinha conhecimento de que existia algum exemplar e que não fazia parte das listadas na legenda; é o caso da Biblioteca Nacional da Escócia.

Em relação às obras cujo exemplar (ou exemplares) existe na biblioteca do rei, esse símbolo faz-se acompanhar de uma pequena nota relativamente ao estado de conservação do mesmo. D. Manuel parece ter criado, ainda que possamos estar a falar de uma mera construção mental, três níveis de avaliação que, com algumas variantes, são os que mais se repetem, a saber: imperfeito, bom e perfeito. De referir, como curiosidade, que estas notas surgem sempre por extenso, com excepção do estado imperfeito, que está grafado como (impf.). Para além desta escala, que tem uma relação directa com o estado de conservação da obra, há ainda uma outra da ordem da estética, e que o rei regista com os adjectivos “bello”, “magnífico” ou “admirável”.

Casos há em que D. Manuel acrescenta, a esta informação, outra, relacionada já com aquilo a que correntemente denominamos de descrição física do exemplar, por exemplo: junto à entrada n.º 12 da *Bibliografia...* de Anselmo, com a descrição da obra *Constituições da Ordem de Sam Bento...*, de 1590, tem a nota “exemplar completo e perfeito”; na entrada 176, com a descrição da *Terceira década da Asia...*, de 1563, escreveu “pequeno defeito n’um canto do frontispício”; na entrada 211, relativa à obra *Ley de como ham de hir armados os Navios...*, de 1571, acrescentou a nota “tenho 2 exemplares, um completo e perfeito, o outro falho da folha do rosto e das p. 9-16”. Na entrada n.º 480, relativa à obra *Epodon sive lābicorum carminum...*, de 1565, Anselmo, em nota final, refere que “um dos ex. da B. N. de Lisboa pode considerar-se rarissimo, por ter as fl. 152 e 153 que nos outros ex. conhecidos aparecem cortadas pela censura”, tendo D. Manuel acrescentado a nota “nosso exemplar tem as fl. 152 e 153”, como que assinalando a raridade do seu

impressas em Portugal no século XVI, Innocência (*Diccionario bibliographico portuguez*) e Barbosa Machado (*Bibliotheca Lusitana*) (...)” (*op. cit.*, p. 11) As obras referidas de Inocência e Barbosa Machado, que serviram de pesquisa a D. Manuel, também foram por nós consultadas sem que tenhamos verificado quaisquer anotações.

exemplar. São pequenos exemplos que espelham as especificidades das anotações do rei e que tinham em conta as particularidades reveladas nos exemplares da sua biblioteca, porque são precisamente essas particularidades que importa anotar, uma vez que só elas contribuem para a distinção entre exemplares e podem enriquecer a história de cada livro.

Acreditamos, pelo que nos é dado a ver nas anotações do rei, que o trabalho de investigação relacionado com os vários livros presentes nos catálogos estaria já em curso, não se coibindo D. Manuel de sugerir autores que Anselmo não identificara, como é o caso de Duarte Nunes de Leão, nas *Determinações Que Se Tomaram Per Mandado Del Rey...*, de 1578. Assinalava, da mesma forma, as “marcas” que costumam diferenciar uma impressão de outra (variantes), ainda que o impressor se mantenha, assim como o ano de impressão, como é o caso da *Rudimenta Grammaticae...*, edição para a qual Anselmo não atribui impressor e D. Manuel tem a nota “o meu ex foi impresso por João de Barreira e diz gramatices”. Acrescenta informação às notas de Anselmo: na obra *Compendio e sumario de confessores...*, de 1567, o autor do catálogo não faz referência a qualquer gravura mas D. Manuel anota, “bom exemplar, completo, no fim do prólogo gravurinha que representa o Senhor morto com nossa Senhora” registando, desta forma, uma existência com a qual talvez Anselmo não se tenha deparado nos exemplares consultados, provavelmente por desaparecimento da gravura assinalada após a impressão. O nível de detalhe chegava ao ponto de registar em nota os antigos possuidores de determinada obra, como no caso da *Regula Sanctissimi Benedicti Monachorum Omnium Patris...*, de 1586, que o rei indica ter pertencido a Lorrvão; ou o *De rebus Emmanuelis regis lusitanae...*, de 1571, em que anotou ter dois exemplares e um deles ter pertencido a Montesquieu; ou o *Manipulae curatorum...*, de 1558, onde D. Manuel anotou a falta do frontispício no seu exemplar, assim como a proveniência da Livraria do Colégio de Santa Cruz de Coimbra. A consulta das obras referidas, e cujas anotações temos vindo a apresentar, terá ocorrido em vários e diferentes momentos. No exemplo da obra *Livro primeiro das ordenações cõ sua tavoada...*, também do século XVI, D. Manuel registou, numa primeira fase, a nota “tenho exemplar extraordinário do 1.º e 2.º livro, absolutamente perfeito”, tendo acrescentado, numa outra fase, dado que a cor da tinta é completamente diferente, a nota “e também os liv. 3.º 4.º e 5.º”, podendo levar-nos a concluir que, provavelmente, aquando da primeira anotação, não tinha ainda adquirido os livros 3, 4 e 5 da referida obra.

Analisando os dois volumes do catálogo de D. Manuel, há um destaque claro do nível de informação revelado pela descrição bibliográfica realizada. Partindo dos dois níveis de descrição bibliográfica que hoje podemos considerar, sobretudo, ou particularmente, no que concerne ao livro antigo, a saber, nível 1 para uma descrição com os elementos básicos da obra (título, autor, impressor, local de impressão e data), e o nível 2, onde não só devem constar todos os elementos do nível 1, como também todas as particularidades que são extra-impressão, isto é, as características próprias do exemplar em mão e que o distinguem dos demais, nomeadamente registos manuscritos, falhas de elementos físicos (folhas, cadernos, gravuras, etc.),

marcas de posse ou de proveniência, caracterização da encadernação, etc., podemos afirmar que a descrição realizada por D. Manuel anda muito próxima do que entendemos como uma descrição de nível 2, o que é notável e revela o nível de detalhe com que o rei trabalhou nos seus livros.

Um pouco na senda daquilo que podemos encontrar em alguns dos descritores bibliográficos consultados por D. Manuel, sobretudo os exemplos sobre os quais nos temos vindo a debruçar, a descrição segue uma linha lógica de apresentação dos elementos por nível de importância dos mesmos. Desta forma, e sempre que existe um autor identificado, é essa informação que antecede todos os restantes elementos, seguida de uma transcrição exacta do título da obra, a que se seguem os dados relativos à impressão (local, nome do impressor e ano). Neste caso, é relevante registar que D. Manuel teve o cuidado de apresentar informação não constante da página de rosto entre parêntesis rectos, tal como as actuais regras de catalogação indicam. Logo de seguida, o catálogo apresenta uma descrição física da página de rosto, com o detalhe das gravuras e outros destaques que relevam da obra em questão. Um dos aspectos de maior destaque na descrição bibliográfica realizada tem que ver com a informação relacionada com o texto propriamente dito. Desta forma, temos um *incipit* de todas as páginas, ou fólios, com indicação dos mesmos, onde existe alguma alteração na ordem das matérias, o que resulta num muito útil índice para o leitor do catálogo, tendo sido mantida a prática de apresentar a barra oblíqua sempre que é registada uma mudança de linha na apresentação do texto. Tal descrição compreende, da mesma forma, os fólios que apresentam apenas gravuras, sendo realizada a descrição da gravura, assim como o colofão é descrito, com informação da marca do impressor caso se aplique.

Na última parte da descrição, que corresponde, também, à descrição física, o texto surge já em duas colunas, uma em português e a outra em inglês; temos a paginação, a descrição das assinaturas dos cadernos, a indicação do tipo de caracteres e demais notas que possam ser necessárias de acordo com as características que resultaram das opções de impressão. Note-se que, actualmente, é muito comum consultarmos catálogos digitais de algumas das bibliotecas mais importantes do mundo onde não é prática proceder ao registo das assinaturas dos livros, tarefa tão necessária para a identificação correcta da impressão, para a verificação de alguma falta de folhas ou cadernos no exemplar, ou para registarmos uma possível variante: D. Manuel, certamente, saberia bem da importância das assinaturas, por isso as regista no seu catálogo. Por último, é feita uma breve apresentação da encadernação que, na maioria dos casos, não vai além da indicação do material e do suporte. Estamos perante um exemplo distante daquilo que é apresentado nos denominados *short title catalogues*, tão comuns no período em que D. Manuel trabalhou no seu catálogo. Mas a intenção do rei nunca foi a da contenção descritiva, e se esse dado já é verificável na apresentação dos seus livros, ainda mais evidente se torna quando entramos pelo estudo da obra propriamente dita. Na verdade, denominar de “estudo da obra” o trabalho que D. Manuel realizou para cada um dos livros é restringir em demasia o significado do que realmente ali encontramos. Joaquim de Carvalho foi certo ao denominar tal empreitada de “biografia

do livro”¹³, tal é a amplitude dos textos que acompanham a descrição bibliográfica, não se tendo coibido, D. Manuel, de apresentar alguns dados muitíssimo relevantes para a história biográfica dos impressores portugueses dos séculos XV e XVI, mas também para o estudo das impressões que cada um daqueles deixou como legado. Mas não só: há uma revisão da matéria estudada, referindo os autores mais relevantes que tenham investigado sobre determinada obra; uma listagem dos exemplares conhecidos e o local onde se preservam; extensas notas de índole biográfica sobre os autores e o estudo do texto em análise, inserindo-o na época e fazendo a respectiva contextualização histórica. Um trabalho completo que, de certa forma, parece mostrar o caminho futuro no que diz respeito à investigação em torno do livro antigo. Esta é, aliás, uma pretensão que D. Manuel deixou bem explícita no prólogo do 1.º volume:

“Pareceu-nos, porém, não só interessante mas útil acompanhar as descrições dos livros de notas tanto biographicas como historicas. D’essa maneira tentámos, como dissemos, dar vida aos livros que apresentamos, descrevendo os seus auctores, narrando, ao de leve que seja, o seu conteúdo, explicando, na medida das nossas posses, a influencia que exerceram, unindo assim o trabalho bibliográfico, tão detalhado quanto possivel, ao estudo histórico, procurámos formar um conjunto que expozesse claramente a importancia dos livros Portuguezes de 1489 a 1600.” (1929: XVI)

Parece-nos redundante, depois de tudo o que de elogioso já foi dito em relação ao trabalho do rei, e para quem conhece o catálogo dos *Livros antigos portugueses...*, voltarmos a assinalar essa condição de bibliografia obrigatória para quem se interessa pelo estudo do livro antigo, mas talvez não seja demais reforçarmos a importância que a obra legada por D. Manuel II tem para o trabalho dos profissionais na área da Ciência da Informação, mormente para aqueles que se dedicam ao livro antigo. Diríamos mais: talvez seja obrigatório referir a importância que a investigação de D. Manuel tem para a distinção que é necessário observar entre os processos de catalogação do livro corrente comparativamente à catalogação de espécies onde ainda se verifica a utilização da denominada imprensa manual:

“We need not linger over librarians’ catalogues of rare books because they have not clearly and completely separated themselves from institutional catalogues in the eyes of bibliographers. They are of course both institutional catalogues and catalogues of rare books at one and the same time. Although they deserve a better fate, they have had only half-hearted attention from bibliographers and scholars generally.” (Taylor, 1958: 9)

A publicação dos catálogos dos livros de D. Manuel II é posterior à massificação do estudo das ciências documentais, sendo que estamos, actualmente, no que

¹³ “Biografia do Livro”, tal é a nosso ver a designação adequada da actividade bibliográfica e histórico-literária de D. Manuel () – (Carvalho: 1950, XVIII)

parece ser uma transição das denominadas ciências documentais para a emergente ciência da informação. Contudo, bastam simples e rápidas leituras sobre estas questões para percebermos a pertinência que tem o estudo de D. Manuel e o quão adequado nos parece para a discussão, tendo em conta a evolução que os diferentes conceitos têm vindo a revelar e o quase esquecimento a que o livro antigo está votado, quer numa, quer noutra. Não é possível continuarmos a olhar para os vários suportes de escrita da mesma forma, ou partir de uma descrição bibliográfica de livro corrente ajustando-a ao livro antigo. Torna-se por demais evidente que este reúne uma série de elementos, não só físicos mas, sobretudo, históricos, que o tornam um objecto em tudo diferenciado do livro moderno, e D. Manuel II parece ter percebido isso melhor do que ninguém.

Conclusão

Nos volumes dos *Livros antigos portugueses...* estão plasmadas as leituras de D. Manuel, não apenas as leituras que o ocuparam relativamente ao estudo dos seus livros, mas também as leituras que o rei fez dos acontecimentos históricos evocados nos seus livros ou que a estes dizem respeito. Como sempre sucede quando estamos perante a opinião de outrem, podemos, ou não, discordar; o que não podemos, no caso do trabalho aqui analisado, é ser insensíveis relativamente à importância e – é sem pruridos que o afirmamos – ao pioneirismo que este revela. A surpresa com que a publicação dos catálogos foi recebida está bem patente nas palavras de Justino Mendes de Almeida:

“(...) esperava-se um catálogo mais ou menos minucioso, mas não se imaginava uma tão completa descrição técnica e bibliográfica de cada livro, com informes tão probos e meticolosos, que umas vezes completam, outras revêem a doutrina estabelecida por Anselmo e Raul Proença, dois clássicos dos estudos bibliográficos em Portugal, como é conhecido. Mas a surpresa foi maior, ao verificar-se que D. Manuel aliava a uma informação técnico-bibliográfica espantosa, uma capacidade invulgar de intervenção na discussão de problemas momentâneos, como seja, «a introdução da imprensa em Portugal», a «autoria da Crónica do Condestabre», a «origem da palavra *Lusíadas*», as «missões portuguesas no Oriente», os «feitos de Afonso de Albuquerque na Índia», etc., etc.” (1991: 52-53)

Não deixa de ser, no entanto, surpreendente o olhar tão contemporâneo com que D. Manuel nos brinda. A relação tão próxima, não obstante a distância temporal, que os catálogos têm com as actuais normas de descrição bibliográfica. Podemos dizer, de certa forma, que a investigação ali exposta nos ilumina o caminho futuro, na medida em que é desse modo tão próximo e tão exaustivo que devemos olhar para o tratamento documental do livro antigo. Analisando o terceiro volume dos *Livros antigos portugueses...* e comparando-o com os dois anteriores, constatamos como teria sido árduo o trabalho que o rei vinha realizando, concomitantemente à evidência da sua valia.

Em 2029 comemorar-se-ão os cem anos da publicação do primeiro volume do catálogo. Cinco anos nos separam da data. Seguindo a premissa de D. Manuel II, parece-nos apropriada a ideia de a assinalarmos com a republicação do último volume do catálogo, aquele em que o rei pouca participação teve, investindo no estudo das espécies ali descritas, estudo esse que está agora tão mais facilitado devido às novas tecnologias da informação e a quase cem anos de investigação académica. Estamos a falar de 293 livros do século XVI que ali estão descritos, com lacunas já identificadas, uma vez que as notas que D. Manuel deixou, e que a sua bibliotecária utilizou, eram ainda elementares e careciam da verificação que o rei não pôde concluir. Consideramos que só dando continuidade ao trabalho de D. Manuel poderemos instruir os leitores dos catálogos, a quem raramente se oferece mais do que uma panóplia de informações relacionadas com o objecto livro, sem que dessas informações releve o facto de estarmos também perante um texto que nos informa sobre algo, ou sobre alguém, e que, não raro, determina a importância do livro em questão. Essa sensibilidade que D. Manuel revelou há cerca de cem anos, é a mesma que nos deve guiar no trabalho e estudo em torno do livro antigo.

Bibliografia

- Almeida, Justino Mendes de. (1991). “D. Manuel II bibliólogo”, in *No primeiro centenário de El-Rei D. Manuel II (1889-1932)*. Lisboa: Barbosa e Xavier Lda.
- Anselmo, António Joaquim. (1926). *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Cartas do rei D. Manuel II e da rainha D. Augusta Victória para a sua secretária Miss Margery Withers*. (1997). [intr.] de Miss Margery Withers. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança.
- Carvalho, Joaquim de. 1950. *Livros de D. Manuel II*, Coimbra, Atlântida.
- Ettinghausen, Maurice L. (1966). *Rare books and royal collectors: memoirs of an antiquarian bookseller*. New York: Simon and Schuster.
- Faria, Francisco Leite de. (1991). “A biblioteca do Senhor Dom Manuel II e alocução proferida na missa solene do primeiro centenário do seu nascimento”, in *No primeiro centenário de El-Rei D. Manuel II (1889-1932)*. Lisboa: Barbosa e Xavier Lda.
- Inspecção das Bibliotecas e Arquivos. (1923). *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, série II, vol. IV. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Kramer, Samuel Noah. (1997). *A História começa na Suméria*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Manuel II, Dom. (1929-1935). *Livros antigos portugueses da biblioteca de Sua Majestade Fidelíssima*. (3 vol.). Londres: Maggs Bros.
- Manuel II, Dom. (1952). *Cartas de D. Manuel II a Edgar Prestage (1926-1932)*. [pref. e notas] António Álvaro Dória. Coimbra: Fundação da Casa de Bragança.
- Manuel II, Dom. (1957). *Correspondência de el-rei D. Manuel II com o Dr. Maurice L. Ettinghausen sobre os “Livros antigos portugueses”*. [pref.] M. B. Amzalak. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.

Vicente Fino

Proença, Maria Cândida. (2012). *D. Manuel II*. Lisboa: Círculo de Leitores

Taylor, Archer. (1958). *Catalogues of rare books: a chapter in bibliographical history*.
E.U.A.: University of Kansas Libraries.

Alandroal, Borba e Vila Viçosa no Semanário “Vida Alentejana” (1934-35)

Joaquim Saial

“Vida Alentejana” foi um semanário agrícola, pecuário, turístico e de cotações. Contando com o apoio do Grémio Alentejano (hoje Casa do Alentejo), o seu director era Pedro Muralha, jornalista de larga experiência e obra. Foi publicado em 30 números, entre 11 de Setembro de 1934 e 11 de Abril de 1935. Em 15 deles, não surge nenhuma das três localidades que focamos neste texto¹.



¹ Ver ficha histórica muito completa, em <https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/index.htm>

N.º 4 (03.10.1934)

É neste número que encontramos as três vilas² pela primeira vez – Alandroal e Borba, apenas para anunciar os mercados de ambas: Alandroal aos domingos, Borba às segundas-feiras. Vila Viçosa ganhava maior destaque, em artigo de João Ruivo a duas páginas, “Alentejo, árida charneca”, convidando à visita da localidade “Visitem, em Vila Viçosa, o Paço dos Duques de Bragança e as igrejas da vila, que como as de Borba, são mimosos espécimes de arte e arquitectura religiosas”. Não falava o autor na fortaleza artilheira nem nas muralhas medievais, à época em avançado estado de degradação, mas entre as nove fotografias de locais alentejanos, lá estava uma da fachada do paço ducal.

N.º 6 (19.10.1934)

O trio surgia de novo, em artigo anónimo³ em que o autor solicitava que no jornal houvesse um serviço de informações e anúncios. Enumerando todos os concelhos alentejanos, sugeria que se comesçasse por ordem alfabética (logo, pelo Alandroal), com a pergunta: “Quais são os lavradores que melhores e mais gados têm no concelho do Alandroal? E responderiam: os gados desta região são – gado bovino da raça tal, cavalar tal, muar, asinino, ovino, caprino, suíno. Os lavradores que se distinguem são o senhor tal, residente em tal parte, etc., etc. (...) Na semana seguinte diríamos do concelho de Aljustrel e assim seguidamente...”

N.º 8 (02.11.1934)

As três vilas são novamente lembradas pelos seus mercados semanais: aos domingos, Alandroal e Vila Viçosa; Borba, às segundas-feiras.

N.º 9 (09.11.1934)

Desta feita, apenas temos Borba, num interessante e assaz elucidativo quadro de cotação de produtos agrícolas e de gados, lista de salários médios dos trabalhadores agrícolas e preços do quilo das carnes verdes e fumadas. Neste quadro, que aqui reproduzimos, os preços praticados em Borba podem ser comparados com os de Beja, Redondo, Évora, Estremoz, Portalegre, Veiros e Santiago do Cacém. De realçar que na questão dos salários médios, para Borba apenas se refere os da vindima: para homens, 7\$00 e para mulheres, precisamente metade, 3\$50...

N.º 10 (20.11.1934)

Para Borba, voltamos a ter o mesmo tipo de quadro atrás descrito e na página 6 divulga-se o nascimento de uma publicação em Vila Viçosa, o jornal “Callipole”: “Começou essa publicação em Vila Viçosa, este quinzenário. Desenvolverá, segundo declara, uma longa acção de propaganda e defesa local. Felicitações e desejos de muitos aniversários.” Acontece que o dito jornal teve praticamente a mesma dura-

² Borba foi elevada a cidade em 12 de Junho de 2009.

³ Assinava-o “Um Lavrador Alentejano”.

ção da “Vida Alentejana” (n.º 1, 20.10.1934 – n.º 17, 1.12.1935⁴). Era patrocinado pelo Grémio de Acção Calipolense, tinha como director Saraiva Palmeiro⁵ e era seu redactor principal o marmorista, publicista e fotógrafo Bonfilho Faria⁶.

N.º 11 (27.11.1934)

Novamente o quadro de Borba e uma referência ao Alandroal, em artigo anónimo⁷ sobre pelourinhos que remete para texto de Mário de Saa, no qual este explicava que na jurisdição da Ordem de Avis o Alandroal era uma das povoações que lhe pertenciam. Surge uma fotografia do pelourinho de Vila Viçosa, mas não referência ao mesmo no texto.

N.º 12 (05.12.1934)

Ainda o quadro de Borba e uma alusão a Vila Viçosa, em artigo de Luiz de Sousa Gomes, “O Alentejo Retalhado? – A propósito da divisão do País e Províncias”, lembrando o trabalho do Padre Carvalho da Costa “Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica”⁸ e que uma das oito comarcas do Alentejo era Vila Viçosa, para além de Évora, Beja, Ourique, Elvas, Portalegre, Crato e Avis.

N.º 13 (12.12.1934)

Borba e Vila Viçosa são referidas a propósito de uma reunião em Évora na quinta-feira anterior, em que haviam estado representantes de várias câmaras municipais alentejanas, a fim de ser nomeado o seu procurador à Camara Corporativa do Alentejo, o qual foi o presidente da Câmara Municipal de Nisa, José Fraústo Basso – que declinou a nomeação, para não deixar de presidir ao município de Nisa, por via do novo cargo.

⁴ Indicação da Biblioteca Nacional de Lisboa.

⁵ Tratava-se de Joaquim Augusto Saraiva Palmeiro (Redondo, 1912 – Lisboa, 1997), director do externato João das Regras, Vila Viçosa, e ali docente de Matemática. Foi também professor efectivo do 9.º Grupo do Liceu D. Pedro V, Lisboa. Radioamador, residiu na Rua Dr. Couto Jardim, Vila Viçosa. Está sepultado no cemitério desta localidade.

⁶ A propósito deste jornal, ver também o artigo publicado no anterior número da revista “Callipole” (n.º 29, 2023, ed. CMVV), de CAIA, João Gabriel e GODINHO, Rui Miguel. *Vila Viçosa no Século XX: Representações através da Crónica na Imprensa Local em Callipole (1934-1935) e O Calipolense (1973-1975)*.

Bonfilho Faria (Vila Viçosa, 1895 – Lisboa, 1969). Profissional de cantaria, participou na Grande Guerra como 1.º cabo do Regimento de Infantaria 11, tendo sido feito prisioneiro na sequência da batalha de La Lys. Escreveu para a imprensa regional, dando grande importância ao valor do mármore. Desenvolveu posterior actividade em Lisboa, onde colaborou com arquitectos de nomeada. O monumento aos Mortos da Grande Guerra, de Setúbal é de sua autoria. Foi também entusiasta fotógrafo, com espólio significativo sobre a sua terra natal. O Centro de Estudos de Cultura, História e Patrimónios (CECHAP) de Vila Viçosa tem estudado a obra deste calipolense.

⁷ Provavelmente do director, Pedro Muralha.

⁸ COSTA, P. António Carvalho da. *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as Noticias das Fundações das Cidades, Villas & Lugares, que Contem (etc.)*, ed. Oficina de Valentim da Costa Deslandes, Lisboa, 1706.

N.º 14 (19.12.1934)

Neste número, Alandroal, Borba e Vila Viçosa surgem mais uma vez pela indicação da feira semanal. Borba continua no quadro de cotações. E Borba e Vila Viçosa são referidas a propósito de uma prevista exposição agrícola lembrando-se a produção de azeite e a qualidade deste em ambas as localidades.

N.º 15 (25.12.1934)

Borba, apenas, no quadro de cotações.

N.º 16 (01.01.1935)

As três vilas são indicadas a propósito da constituição do novo Conselho Regional do Grémio Alentejano⁹, a funcionar em 1935. Os representantes do Alandroal eram José da Silva Vacondeus e o Dr. José António das Neves Martins; os de Borba, o Eng. Fernando Manuel Duarte Silva e Teófilo Roussell; e os de Vila Viçosa, os doutores Augusto César Gomes Pereira e José da Silva Figueiredo. Borba era ainda falada, pela morte do médico local, Dr. Ramos de Abreu¹⁰: “O telégrafo, no seu laconismo, deu-nos a notícia do falecimento de um dos mais ilustres ornamentos da vila de Borba; distinto médico daquela povoação, senhor Dr. Ramos de Abreu, individualidade possuidora de raras qualidades, escritor muito ilustre, tendo o seu último trabalho sobre a história de Borba sido publicado no *Álbum Alentejano*¹¹, onde se insere também muitas fotografias de sua autoria. À sua família, sentidos pêsames.”

N.º 17 (08.01.1935)

Este número não indica nenhuma das vilas, mas na página inicial ostenta um anúncio em que se cita o tenor calipolense José Rosa¹², na qualidade de redactor da coluna de “música e canto” do “Jornal do Meio Dia” que se previa ir aparecer em breve¹³.

⁹ Que a partir de 1939, por força da legislação então vigente, se passou a designar por Casa do Alentejo.

¹⁰ Borba tem uma Rua Dr. Ramos d’Abreu.

¹¹ Publicação de Pedro Muralha, Lisboa, Impr. Beleza, c. 1931 (1172 pp.): Tomo I, distrito de Beja; Tomo II, distrito de Évora; Tomo III, distrito de Portalegre; Tomo IV, apêndice à província do Baixo Alentejo. O artigo do Dr. Ramos d’Abreu está nas páginas 259 e 260 do tomo dedicado a Évora e intitula-se “Borba (Curriculum Vitae)”. Encontrámos no semanário “O Commercio de Barcellos” de 22 de Outubro de 1910, pág. 3, a apreciação do Dr. Ramos d’Abreu ao preparado farmacêutico Vitalose (que traria abundância de leite às mães em altura de amamentação), dando-o como médico da Casa Real e subdelegado de saúde do concelho de Borba.

¹² 1895-1939, violinista e tenor. Casou com Branca Belo de Carvalho Rosa, pianista e harpista. Tiveram uma filha, Maria Clotilde Belo de Carvalho Rosa Franco, também pianista e harpista (1930-2017).

¹³ Existiu entre 1935 e 1936, sob direcção de Pedro Muralha. Era publicado pela Empresa Alentejana Editora.

N.º 19 (22.01.1935)

Borba e Vila Viçosa são referidas no artigo “Creação (sic) de Muares no Alentejo e as Melhores Raças de Burros Reprodutores”: “Onde se ensinam melhores mulas novas é nos arredores de Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Sousel, onde a lavoura com mulas é primorosamente feita.”

N.º 20 (29.01.1935)

Vila Viçosa é das três, a única vila aludida. Trata-se de uma notícia sobre a construção daquele que veio a ser conhecido como Bairro Operário. Ei-la, completa: “Lemos que foi aprovado pelo senhor ministro das Obras Públicas o projecto de um primeiro bairro económico, de tipo rural, que vai ser construído em Vila Viçosa. O bairro constará de 76 casas, agrupadas das a duas, com instalações de água e esgotos e destinadas a famílias cujos rendimento diário global não seja inferior a 20\$00, tornando-se as mesmas, mais tarde, pertença dos seus moradores. Apraz-nos registar que em Portugal já vão sendo postos em prática os pontos de vista expostos há anos no jornal *O Século* pelo nosso director, que afinal é um processo já velho, mas começado em Londres há 30 anos por miss Hill.¹⁴”

NOTA: Presta-se este artigo sobre a presença de Vila Viçosa na *Vida Alentejana* a que, por notório interesse para a história do pitoresco bairro calipolense reproduzamos em anexo no seu final outra notícia sobre o mesmo, esta do *Diário de Notícias*, de 22 de Fevereiro de 1938. Podendo parecer desajustada relativamente ao título deste trabalho, vem ela a talhe de foice e de algum modo completa-o, pelo que não podemos deixar de a inserir no mesmo.

N.º 24 (26.02.1935)

Vila Viçosa e Borba, agora num texto sobre criação cavalar e os criadores que no Alentejo mais puras haviam conservado as suas manadas: em Borba, o sr. Dr. Leitão e em Vila Viçosa os senhores Pombeiros. No artigo, Vila Viçosa era considerada um dos melhores centros criadores de cavalos, a par de Alter, Elvas, Santa Eulália, Monforte, Campo Maior, Arronches, Fronteira, Sousel, Estremoz, Arraiolos, Montemor, Redondo, Évora e Reguengos.

N.º 25 (05.03.1935)

Alandroal e Vila Viçosa (e não Borba) estão citados neste número com alguma acidez. O “Jornal do Meio Dia”, que vimos anunciado no n.º 17 da “Vida Alentejana”, procurava apoios, nomeadamente junto dos sindicatos de agricultores. Parece no entanto que os de Alandroal e Vila Viçosa não estavam nisso muito interessados. Vejamos o texto que o lamenta, intitulado “A Atitude de Alguns Sindicatos”:

¹⁴ Tratava-se de Octavia Hill (Wisbech, Cambridgeshire, Reino Unido, 1838-Marylebone, Londres, 1912). A propósito desta figura, ver a tese de doutoramento de Raquel Paiva Gomes apresentada em 2020 à Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil, sob a designação “Mais que Construir Casas: Interdependência entre Provisão Pública de Moradias e Trabalho Social”.

“Mas nem todos os Sindicatos Agrícolas têm sabido corresponder a iniciativa que virá defender os interesses da lavoura.

Como ficou resolvido na reunião dos lavradores de Beja, aprovada na reunião dos Sindicatos Agrícolas Alentejanos efectuada no passado dia 11 no Grémio Alentejano, foi pedido a todos os sindicatos para fazerem distribuir pelos seus associados a circular dirigida à Lavoura alentejana.

Pois alguns sindicatos houve que tomaram uma atitude muito esquisita. Devolveram as circulares, demonstrando assim o seu desinteresse pela iniciativa dos lavradores de Elvas, Beja, Moura, Castro Verde, Avis, Nisa, Arronches, etc.

Com que direito procederam as direcções desses Sindicatos? Se eles não concordam que a Lavoura se deve defender, querem impor aos seus associados o mesmo critério?

Esses Sindicatos são: Ferreira do Alentejo, Vila Viçosa, Cabeço de Vide, Castelo de Vide, Redondo e Alandroal.

Para demonstrar que nem todos os lavradores pensam como a direcção desses Sindicatos que nos devolveram as circulares basta dizer que já temos algumas inscrições e assinaturas do concelho de Ferreira do Alentejo.

Mas o ‘Jornal do Meio Dia’ não deixara de circular e irá às mãos dos lavradores dos concelhos cujos Sindicatos se desinteressaram da legítima defesa dos interesses dos seus associados.

Que diacho, nem só a grande moagem te direito à defesa.”

Conclusões

50% das edições de “Vida Alentejana” citam Alandroal, Borba e Vila Viçosa (em conjunto ou apenas uma ou duas das localidades), durante o período de 1934-1935. Nalguns casos, os municípios eram referidos devido aos seus mercados semanais. Vila Viçosa ganhou destaque relacionado com o turismo, como o convite para visitar o Paço dos Duques de Bragança e as igrejas locais. As vilas eram mencionadas em contextos associativos ou políticos, como a constituição do Conselho Regional do Grémio Alentejano e as reuniões de câmaras municipais. Além dos mercados, actividades económicas como a produção agrícola e a criação de animais eram também mencionadas, destacando-se as produções de azeite em Borba e Vila Viçosa, assim como a criação de cavalos em Vila Viçosa. Noticiou-se a criação de Bairro Operário em Vila Viçosa, dando a conhecer uma iniciativa de desenvolvimento urbano na região. Mas também se desvendou o desapego por parte dos sindicatos agrícolas de Alandroal e Vila Viçosa em relação a iniciativas que supostamente visavam defender os interesses da lavoura, mostrando tensões sociais e políticas internas. Quanto à divulgação fotográfica, esta é paupérrima, com Vila Viçosa a ver apenas reproduzidos o seu pelourinho e o Paço Ducal e Borba a ser contemplada com uma fotografia do Dr. Ramos de Abreu. Em resumo, o “Vida Alentejana” oferece uma curiosa visão informativa (ainda que minguada) das actividades e eventos que envolveram Alandroal, Borba e Vila Viçosa durante o período de publicação, destacando sobretudo algumas das suas actividades económicas – papel, aliás, que enformava a sua existência de semanário dedicado ao tema.

Anexo

O Bairro de Vila Viçosa representa 66 lares de trabalhadores alentejanos In “Diário de Notícias”, 22.02.1938

Entre as realidades do Estado Novo, uma se aponta pelo seu alto sentido social e pela sua importância e projecto para o futuro – os bairros de casas económicas.

Espalhados por todo o País, entregues já, em construção ou projecto, são vários os bairros que se devem à política de realidades do Estado Novo.

Em pleno Alentejo há hoje um agrupamento de casas limpas e arejadas, construídas a expensas do Estado e onde habitam dezenas de famílias de trabalhadores. Fica em Vila Viçosa e é composto de 76 moradias, sendo 56 de cinco divisões e 20 de seis, cedidas aos seus moradores adquirentes, respectivamente por 47\$00 e 56\$00, importâncias das prestações mensais, que, ao fim de 20 anos, dá direito aos habitantes de entrarem na posse das suas casas.

Da oportunidade da sua construção fala, bem eloquentemente, a circunstância de afluir à distribuição de moradias grande número de indivíduos, alguns dos quais eram obrigados, devido aos seus magros salários, a residir em casas cujas condições de higiene e de habitabilidade eram bem precárias.

Visitámos ontem o magnífico bairro.

E o que mais agradavelmente nos impressionou foi o carinho com que os habitantes das várias moradias cuidam das suas casas.

E, pormenor curioso, como muitos dos seus habitantes são operários das pedreiras de mármore de Vila Viçosa – outros são empregados de escritório, trabalhadores rurais e sargentos do regimento aquartelado na vila – trazem dos locais de trabalho pedaços de mármore de várias cores, com os quais embelezam os jardins das suas casas.

Deste modo, esta pobre gente tem os seus lares embelezados com esses materiais caros, que a maioria dos remediados não pode conseguir.

O bairro está situado num sítio da vila aprazível e agradável. As suas ruas são largas, cheias de sol e de ar. O bairro é composto por uma rua, atravessada por outras duas, que lhe dão o aspecto de uma cruz dupla, tendo na base um a pequena rotunda circundada de bancos – lugar predilecto para os brinquedos da rapaziada.

Para a sua construção foram expropriados, pela Câmara Municipal de Vila Viçosa, 22.600 metros quadrados de terreno, total da área do bairro, cuja compra importou em 169.500\$00; as 76 moradias do bairro foram avaliadas em 1.065.000\$04.

Todas as casas foram entregues com o devido equipamento sanitário, ou seja: “sanitas”, banheira e lavatório, quase uma casa de banho completa, tudo fito dentro das possibilidades e, sem onerar muito as rendas-prestações, para facilitar aos trabalhadores as maiores vantagens e bem estar possíveis.

E para mais aumentar ainda a alegria e os benefícios do Estado com que contam esses honrados e laboriosos trabalhadores, a Casa do Povo local – outra instituição criada pelo Estado Novo – da aos trabalhadores mais pobres ou que têm mais família um subsídio de 20\$00 a 30 adquirentes das casas do bairro económico para auxílio do pagamento das casas.

Poucos são os elogios para uma obra como esta dos bairros económicos – obra eminentemente social, de que centenas e centenas de trabalhadores hoje desfrutam em todo o País.

[illegible]

Alandroal, Borba e Vila Viçosa no Semanário “Vida Alentejana” (1934-35)



11055

Biblioteca Municipal Central de LISBOA

11055

1200A, 4 DE JANEIRO DE 1935

Vida Alentejana

SEMANÁRIO ALIADO À VIDA ALENTEJANA

Editor: ANTONIO BELLAZ
Impressão da Imprensa da República - LISBOA

DIRECTOR: PEDRO MURALHA

Redacção, Administração e Oficinas:
R. DA BOTA, 105 - Tel. 4-11055 - LISBOA

BREVEMENTE

“Jornal do Meio-dia”

EDIÇÃO DIÁRIA (da «Alentejo Editora» em organisação)

DIRECTOR: PEDRO MURALHA

REDACTORES DE SECÇÃO:

Êtica e Comentários — D. TOMAZ DE ALMEIDA
Regional — VENTURA ABRANTES Desporto — ANTONIO NASCIMENTO
Religião e Cultura — JOSE ROSA
Teatro e Cinema — BENEDICTO VASQUES
C. Rica Literária — AUREA PAIS FALCÃO (Andorinha)

Por sugestão gentisima e da “Se. Dr. RUY DE ANDRADE publicará, duas vezes por semana, cronica sobre o movimento desportivo no Alentejo”

“JORNAL DO MEIO-DIA”

Inserirá ainda outras Secções, tais como: *Utilidades, Característica, Abertura de Caminhos, etc.*

A começar no 1.º numero:

Artigos: Trabalho inédito de Pedro Muralha. É a história da colonização portuguesa no Uruguai, e a descrição da independência das nacionalidades americanas

Assine já o “Jornal do Meio-dia”
cujo preço é de 6\$00 Esc. mensais Numero avulso \$30

Assine-se apenas o correspondente em todo o País

1.ª SECCÃO - IMPRESSORA
Rua da Rosa, 105, 1.ª — Lisboa

Entre os ventos da República e do Estado Novo – GNR

Noémia Serrano*



Em 1910, a Revolução republicana inicia um período inovador na História de Portugal e desde logo foi necessária uma reforma do sistema de segurança policial português que permitisse a imposição eficaz do poder do Estado, através da lei e da ordem em todo o território. É neste contexto que depois de algumas conversões, evoluções e integrações, nasce uma nova força do regime: a Guarda Nacional Republicana. Desde a sua criação, em 3 de maio de 1911, a Guarda Nacional Republicana sofreu diversas reorganizações e alterações de efetivos e é hoje uma força importante no auxílio às populações, na manutenção da ordem pública, servindo o Estado na imposição da lei e no controlo social.

* Mestre em Estudos Históricos Europeus.

As instituições de segurança, nomeadamente as instituições que ocupam uma posição estratégica ao nível do estado, enquanto instrumento fundamental de poder, têm uma importância inegável. Desde há muito que a instituição policial tem colhido de forma gradual e crescente o interesse de investigações académicas das diversas áreas das ciências sociais, nos domínios da história, da sociologia, da antropologia, da psicologia, da ciência política, entre outros. Em Portugal também surgiram vários estudos que têm contribuído de forma eficaz para o conhecimento das nossas forças de segurança e nomeadamente da Guarda Nacional Republicana. As diversas abordagens às instituições policiais têm contribuído para uma reflexão sobre as suas origens, a sua organização, as suas funções e a sua evolução histórica. Quer nacional, quer internacionalmente, os estudos feitos permitem-nos já uma visão global sobre as forças de segurança e a sua integração na civilização e no progresso, como forma de combate ao crime e de manutenção da ordem pública. Porém existem ainda muitas lacunas a nível regional. Analisar a lógica de processos de criação e organização desta nova força, perceber os critérios que levaram à sua implantação em todo o território e as resistências ou dificuldades com que se depararam, com particular relevância na região de Vila Viçosa é o propósito deste trabalho. De fato, no contexto da distribuição e de ocupação territorial dos dispositivos policiais é interessante compreender como, quando e porquê a Guarda Nacional Republicana chegou a Vila Viçosa, como se instalou, quantos efetivos tinha e qual foi a vivência e o relacionamento com a população e o poder local.

A GNR nasce e desenvolve-se num contexto nacional e internacional complexo. Internacionalmente, a 1.^a guerra mundial, a revolução russa, a crise dos anos trinta e a ascensão dos fascismos marcam política, social e economicamente este período e no contexto nacional, os anos da 1.^a República, com instabilidade política e sucessivas mudanças de governo, tentativas monárquicas, greves e crise social e financeira, marcam a dinâmica e a evolução da Guarda Nacional Republicana que obedeceu a critérios específicos na sua distribuição que se queria nacional, competente e verdadeiramente eficaz. A organização de um corpo nacional de polícia em Portugal foi um processo que, numa 1.^a fase, acabou por suprimir e integrar os diversos corpos de polícia numa força única: A Guarda Nacional Republicana. De fato, após a implantação da república em 5 de outubro de 1910, logo em 12 de outubro, o governo provisório decretou, com força de lei, a extinção das Guardas Municipais de Lisboa e Porto, dando lugar à Guarda Republicana que as substituiu e se constituía como fiel depositária das suas funções e património.¹ Ao mesmo tempo uma comissão ficava encarregada de estudar a organização de um corpo nacional de polícia. Essa comissão era composta pelo General de Brigada do quadro de reserva, Ernesto da Encarnação Ribeiro, por Manuel Maria Coelho e Manuel de Brito Camacho.

¹ Diário de governo de 13/10/1910, n.º 7 (decretos com força de lei a 12 de outubro).



Quadro localizado no Posto da GNR de Vila Viçosa, atualmente.

A criação deste novo corpo nacional pretendia suprir a ineficácia dos diferentes corpos de polícia existentes no país, uns porque se encarregavam mais da segurança nas cidades, (polícia civil dos distritos), outros por falta de organização, outras vezes instrução, outras vezes inexistência de recursos materiais (polícia rural), tornando-se muito difícil cumprir eficazmente as missões de policiamento e segurança das populações, sendo o exército muitas vezes chamado a intervir. Por outro lado, nos vários estudos consultados pode concluir-se que o Estado português no século XIX revelava uma real incapacidade no combate aos interesses locais “por força da ineficácia do aparelho de imposição da força: governador civil, administrador do Concelho, regedor e cabos de polícia”.² Tornava-se por isso necessário um projeto inovador mas que reforçasse o poder do novo regime e o implantasse em todo o território. Os republicanos sabiam bem que precisavam de uma força leal ao novo regime e por conseguinte era urgente suprimir as forças que sempre tinham sido leais à monarquia. Assim as Polícias Cíveis foram desarmadas e passaram a denominar-se Polícias Cívicas. Os antigos oficiais foram demitidos e substituídos por novos membros dedicados ao novo regime. Neste processo de demissão tiveram papel importante os membros das juntas de paróquia que davam informações precisas sobre a dedicação ao regime deposto e sobre o seu comportamento moral.³ A Guarda Republicana que recebeu os 25 heróis da Rotunda foi a precursora da Guarda Nacional Republicana posteriormente criada em 3 de maio de 1911, como instrumento de poder do novo regime. O comando da

² Catroga, Fernando (2006) p. 6.

³ Jornal *A Capital* 6/10/1910; *A capital*, 11/10/1910.

Guarda Republicana foi entregue ao já referido general Ernesto da Encarnação Ribeiro, sendo tutelada pelo Ministério do Interior em tempo de paz e em tempo de guerra respondendo ao Ministro da Guerra como parte integrante do exército. Esta força, sediada no Quartel do Carmo, possuía 2139 homens, 385 cavalos, sem contar com o Comando Geral que tinha dois homens e três cavalos, como consta do Regulamento para a execução do decreto de 12/10/1910.⁴ Os oficiais eram escolhidos entre os oficiais do exército e o recrutamento era feito por alistamento voluntário entre os praças do exército com menos de seis meses de serviço, mais de 20 anos de idade e bom comportamento. Se o alistamento voluntário não bastasse eram transferidas as praças do exército as quais completariam o seu tempo de serviço militar na Guarda Republicana. Os sargentos e cabos tinham de ter mais de trinta anos.

O Diário de governo de 4/5/1911, n.º 103 desse mesmo ano, com força de lei a três de maio, extinguiu A Guarda Republicana e foi criado o novo corpo de policia de âmbito nacional que pusesse cobro “às reclamações dos povos por falta de uma polícia rural que lhes assegure o livre transito das estradas e caminhos e lhes proteja as propriedades contra os frequentes assaltos de vagabundos e malfeitores (...)”⁵

Na fase final da monarquia os municípios organizavam corpos de guardas campestres que eram pouco eficazes e que levaram muitas vezes à necessidade de empregar forças do exército no serviço de policiamento, com bastante despesa para o estado. O diploma referido evidência a necessidade de mecanismos de controlo efetivo por parte do estado e por isso a GNR é criada como um corpo especial de tropas que vela pela segurança pública, pela manutenção da ordem e proteção da propriedade pública e privada em todo o país. Este projeto inicial consistia por isso na unificação de todas as policias num corpo policial, único, para todo o país e a Guarda Nacional Republicana absorveria todas as policias civis das capitais de distrito como se pode ver no n.º 81 do Diário do Governo de 4/5/1911. Contudo, em 1913 renunciou-se ao projeto de unificação e aceitou-se e implementou-se o modelo dualista que ainda hoje existe. A GNR é assim criada com a dupla função de impor eficazmente o poder do estado na segurança e proteção das populações e também na sustentação do estado republicano, recém-criado.

Segundo Diego Palácios Cerezales⁶, o plano de projeto inicial de disseminação da Guarda Nacional Republicana devia estar concluído em cerca de 4 anos (1915), deveria ter um efetivo de cerca de 5000 homens distribuídos por 7 circunscrições territoriais que eram Lisboa e Porto, Madeira, Açores, e 4 batalhões para o resto do país, (Braga, Coimbra, Santarém e Évora) englobando cada um 4 distritos em cuja capital ficava o comando de uma companhia mista de infantaria e cavalaria que se

⁴ Póvoa, Marco Roberto Alpanse, (2013) *Policar Portugal, A Guarda Nacional Republicana, 1911/1946*, pp. 39-41.

⁵ Diário do Governo de 4/5/1911, n.º 103 (decreto com força de lei a 3/5/1911).

⁶ Palácios Cerezales, Diego (2011), *Portugal à Coronhada, protesto popular e ordem pública nos sécs. XIX e XX*, Lisboa, Tinta da China.

espalhava pelos diferentes municípios, através de pequenos postos com efetivos de 2, 4 ou 6 homens.⁷

Na sua organização existia um comando geral e as suas tropas, que integravam esquadrões de cavalaria, estavam distribuídas por seis circunscrições territoriais no continente e duas companhias na Madeira e nos Açores. Tal como a sua antecessora, a GNR estava também na dependência dos Ministérios do Interior e da Guerra e os seus elementos estavam sujeitos aos direitos e deveres do código do Exército e da Armada, estando proibidos de participar em reuniões de carácter político, em manifestações coletivas ou em petições ou manifestos que atentassem contra as leis do estado.

Comandada pelo General Ernesto da Encarnação Ribeiro, a GNR teve um regulamento provisório que determinava que as ordens de serviço eram comunicadas diretamente pelo Ministério do Interior ao Comandante Geral da GNR que as transmitia aos comandos hierárquicos imediatamente subordinados, isto é, aos comandantes das circunscrições.

O recrutamento das praças devia fazer-se nos efetivos do exército e da Armada ou nas reservas destas forças que tivessem instrução militar. Os novos membros tinham de saber ler e escrever, evidenciar bom comportamento e com idades entre os 22 e os 35 anos. A prestação de serviço durava 3 anos podendo ser readmitidos por tempo indeterminado. Essa readmissão estava dependente dos comportamentos, mas sobretudo do arbítrio das elites militares.

As remunerações também evoluíram e incluíam o soldo, gratificações de serviço, diuturnidades, subsídio para a renda da casa, gratificação de readmissão e de prestação de serviço a cavalo. Segundo Oliveira Marques, os praças da GNR eram melhores remuneradas que as do exército para “criar estímulos para o recrutamento e dispor de um corpo militarizado, senão bem pago, pelo menos melhor pago que o comum dos militares.”⁸ Em 1913, os vencimentos dos membros da GNR são melhorados certamente na tentativa de facilitar o recrutamento⁹. Os militares passaram a ter um número de matrícula que os identificava.

Pelo decreto de 3/5/1911 competia à GNR policiar povoações, estradas, caminhos, pontes e canais e velar pela segurança e conservação de bosques e florestas. Também ela ficava encarregue de verificar o cumprimento da lei nas licenças de uso e porte de armas, de materiais explosivos e nas licenças de caça e pesca. Era sua incumbência vigiar as linhas férreas, telefónicas e telegráficas e prestar auxílio aos empregados de correio, fazendo cumprir a lei em todos os outros serviços. A GNR devia prestar auxílio aos governadores civis, aos presidentes de câmara e administradores do Concelho quando fosse requisitada por escrito com o motivo

⁷ Brito, João Miguel Ribeiro, dissertação de Mestrado: O modelo de Polícia dos Postos da Guarda, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, pp. 66-68.

⁸ Marques, António de Oliveira, (coord.), (1991), *Nova História de Portugal*, vol. XI, *Portugal: Da Monarquia para a República*, Presença, p. 472.

⁹ OSGNR n.º 1 de 1/1/1913.

justificativo da requisição e estava obrigada a entregar às autoridades judiciais a participação dos crimes e os seus autores, quando capturados.

No que diz respeito ao uso da força e intervenção policial, deliberava-se que a força a empregar devia ser progressiva e sequencial, verificando-se a obrigação de ser feito um relatório sobre o serviço executado. As intervenções da Guarda Nacional Republicana eram apreciadas de forma variada e por vezes antagónica pois se as elites administrativas e o patronado consideravam a sua ação muito boa pelo rápido restabelecimento da ordem pública e pelo impedimento do escalar das greves rurais ou operárias, alguns intelectuais, alguma imprensa regional e nacional e algumas populações criticavam a atuação da GNR e opunham-lhe até alguma resistência.

A Guarda Nacional Republicana foi criada como garantia de defesa e de consolidação da República e da redução dos poderes periféricos. Os republicanos tinham uma forte aversão pela ação manipuladora dos “influentes” locais, que antes da República, nomeavam e demitiam os cabos de polícia. Reduzindo o crime, queriam também garantir e aumentar a eficácia do estado na organização e controlo social, exercendo o poder em todo o território.

De uma forma geral, a bibliografia consultada refere a existência de 5000 efetivos no início da constituição da GNR. Marco Póvoa¹⁰ apresenta na sua tese uma perspetiva que combina os efetivos da GNR em 1911 com os censos do mesmo ano mostrando que a cada militar cabia patrulhar uma área de cerca de 18,5 quilómetros quadrados. Pelo repositório dos quartéis, o serviço de patrulha raramente ultrapassava os 12 quilómetros diários pelo que o serviço seria muito penoso e o policiamento por vezes negligenciado nos pontos mais remotos dos concelhos, pois também era maioritariamente feito pela infantaria.

A escassez de efetivos é notória se a compararmos com o n.º de funcionários da polícia Régia que de 1851 a 1859 teria 3636 regedores e 21818 cabos de polícia, números que aumentaram em 1866.¹¹ Além disso é preciso considerar que nem todos os efetivos da GNR estavam diretamente ligados à função de polícia. Existiam cerca de 3% (149 homens) que desempenhavam funções “não operacionais”, estando os restantes 97% distribuídos pela infantaria que era maioritária, pela cavalaria e por outros como ferradores, clarins e corneteiros.

A distribuição da população e dos fogos no nosso país não era homogénea e a Guarda Nacional Republicana tentou organizar-se de acordo com a divisão administrativa do país. A cada distrito correspondia uma companhia e o conjunto de várias companhias formavam um batalhão. As companhias tinham secções e estas organizavam-se em postos que eram o garante da presença do estado nos sítios mais recônditos do país. Esses postos funcionavam em edifícios novos ou repara-

¹⁰ Póvoa, Marco Roberto Alpanse, (2013) *Policiar Portugal, A Guarda Nacional Republicana, 1911/1946*.

¹¹ Catroga, Fernando, (2006), “O poder paroquial como polícia do século XIX português” in *Lei e ordem, justiça penal e polícia (séc. XIX/XX)* (Coord.) de Pedro Tavares de Almeida e Tiago Pires Marques, Lisboa, Livros Horizonte. p. 117.

dos que eram fornecidos pelas câmaras e às vezes pelo Ministério do Interior como se pode ver no Regulamento Provisório para o serviço da GNR¹². A disposição territorial era flexível e de acordo com as conveniências de serviço e os postos deviam estar localizados em sítios com condições de boa vigilância, preferindo-se os lugares de passagem e as estradas, critério que se manteve até 1920.

Inicialmente as forças de cavalaria não estavam em todo o país. Leiria, Santarém, Setúbal, Madeira e Açores não tinham cavalaria e apesar de a concentração da cavalaria ocorrer em Lisboa e Porto, (cerca de 60%), atestando que essa concentração se destinava a garantir o bom funcionamento e a proteção do estado, os distritos de Portalegre, Évora e Beja também tinham cavalaria com 50, 75 e 70 efetivos respetivamente. Em 1912 surgiram as companhias mistas para outros distritos como Santarém e Setúbal.

Em julho de 1911 fizeram-se os preparativos para sediar em Évora o 1.º Batalhão rural da GNR, com a responsabilidade de policiar os distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro. Convém referir que as autorizações para instalação efetiva das forças por todo o país eram lentas e em 1916 ainda faltava organizar várias companhias porque os sucessivos governos consideravam que algumas regiões podiam aguardar melhor oportunidade, num mecanismo de poupança controlada da despesa pública e só em 1913 foi confirmado pelo Congresso da República a definitiva organização da GNR. Esta lei permitiu aumentar os efetivos que passaram a ser de 5852, ainda com maior concentração em Lisboa. Também foi neste ano que se estabeleceu a decisão de manter o modelo dual de polícia e em várias capitais de distrito optou-se pela não supressão da Polícia Cívica. Tal aconteceu em Évora, onde a Polícia Cívica continuava a prestar serviço em todo o distrito coexistindo com a recém-criada GNR e disso nos dá conta um artigo do *Notícias de Évora* com o título: “A Guarda Nacional, a Polícia e...o resto”¹³.

Este artigo espelhava bem a necessidade de conjugar a atuação das duas forças para melhor funcionamento do distrito dizendo-se mesmo que: (...) para que a cidade vá entrando numa fase civilizada que tanto requer, bom seria que os esforços da guarda nacional fossem bem aproveitados, combinando e ajustando o serviço da polícia com a ação da Guarda Nacional (...) e termina dizendo (...) nunca, em Évora, se apresentou uma tam boa oportunidade de modificar os velhos hábitos de desleixo e porcaria”¹⁴.

Espelhava também uma espécie de crítica à atuação da Polícia Civil, agora apelidada de Polícia Cívica e o desejo de que essas duas forças pudessem trabalhar em conjunto, cumprindo as respetivas missões, para efetivo melhoramento das condições de segurança das populações nas cidades e nas vilas mas também nos campos, estradas e caminhos.

¹² Regulamento Provisório para o serviço da GNR, Diário do governo de 5/6/1911

¹³ *Notícias de Évora*, 27/9/1911.

¹⁴ *Notícias de Évora*, ano 1911/1912 de 27 de setembro de 1911.



defenderam a república. A GNR passou a ser a força musculada da República, equipada e treinada para impor a ordem pública mas também participar nas ações bélicas dos outros corpos armados do país. É o momento em que o orçamento do Ministério do Interior para essa reorganização atinge os 4091375\$58 e os vencimentos ou “pret” sobem na generalidade¹⁵. De fato em 1919 os postos e subpostos do Batalhão 10 eram os seguintes:

A terceira companhia, com sede em Évora possuía três secções, treze postos e doze sub-postos.

Batalhão n.º 10 – 3ª Companhia

Companhia	Sede	Secção	Postos	Sub-Postos
3ª Companhia	Évora	Évora	Évora Reguengos Viana do Alentejo Mourão Portel	S. Marcos Azurra S. Marcos Alcaçovas Grândola
		Estremoz	Estremoz Alandroal Redondo Vila Viçosa Borba	Vagos Tremoa
		Montemor-o-Novo	Montemor-o-Novo Arraiolos Mora	Vendas Novas Lavré Lisecourt Cabrela Vimieiro

Fonte: Decreto n.º 5:787-45 de 10 de Maio de 1919

Os decretos de 10/5/1919 determinavam as condições de recrutamento e admissão das praças que, eram praticamente iguais, mas determinavam a criação de escolas para analfabetos nos quartéis de maior número de efetivos, usando a “cartilha de João de Deus” o que prova a preocupação com uma melhor formação dos elementos da GNR que deveriam saber ler e escrever.

Como já dissemos, as tropas da Guarda estavam organizadas em circunscrições, estas em distritos a que correspondia uma companhia e os distritos dividiam-se em secções e estas finalmente em Postos instalados nas sedes de concelho, podendo os seus efetivos serem divididos por subpostos. Neste ano, os efetivos da Guarda atingem os 18956 elementos, dividindo-se os operacionais em infantaria, cavalaria, artilharia, operadores de metralhadoras pesadas e ligeiras, telegrafistas e atividades de apoio como ferreiros e outros.

No que diz respeito ao batalhão 10 que englobava os distritos de Setúbal, Évora, Beja e Faro, passou a haver um efetivo de 1207 operacionais. Em setembro do

¹⁵ Póvoa, Marco Roberto Alpanse, (2013) *Policar Portugal, A Guarda Nacional Republicana, 1911/1946*, p. 70.

mesmo ano foi criada uma unidade de transporte denominada Companhia de trem que geria e mantinha os veículos a motor. Em Évora existiam nessa data 113 efetivos de cavalaria e 183 de Infantaria num total de 298 efetivos. Se compararmos com os números de 1911 verificamos que se verificou um aumento considerável pois o número de efetivos de cavalaria eram 75, os de infantaria 83, num total de 158. Nesse ano de 1911, a companhia do distrito de Évora dividiu-se em duas secções ficando uma em Évora e outra em Estremoz. Da 1.^a secção faziam parte os Postos de Évora, Montemor o Novo, Mourão, Reguengos, Mora, Arraiolos, Portel e Viana do Alentejo. Da 2.^a secção, a de Estremoz, faziam parte os Postos de Estremoz, Alandroal e Vila Viçosa e Borba. A secção de Évora era comandada por António Joaquim de Faia e tinha 59 praças de infantaria e 59 praças de cavalaria assim distribuídas:

POSTOS	EFETIVOS
Évora	50
Montemor o Novo	10
Mourão	7
Reguengos	9
Mora	8
Arraiolos	9
Portel	8
Viana do Alentejo	6

A secção de Estremoz era chefiada pelo Alferes Herculano Cardoso do Amaral e tinha 16 praças de cavalaria e 24 de infantaria assim distribuídas:

POSTOS	EFETIVOS
Estremoz	13
Alandroal	5
Redondo	7
Vila Viçosa	8
Borba	7

Já em 1922, Évora já tinha duas companhias e a segunda companhia tinha duas secções que se distribuíam por Reguengos e por Estremoz e como se vê no quadro seguinte o Posto de Vila Viçosa continuou a pertencer à secção de Estremoz e não possuía ainda nenhum subposto.

A segunda companhia com sede em Reguengos de Monsaraz, possuía duas secções, oito postos e seis sub-postos.

Batalhão n.º 7 – 2ª Companhia

Companhia	Sede	Secção	Postos	Sub-Postos
2ª Companhia	Reguengos	Reguengos	Reguengos Reguengos Mourão Portel	Cortal Mourão Grampa
		Estremoz	Estremoz Alentejo Vila Viçosa Barro	Veiros Evoramonte Terena

Fonte: Decreto N.º 8:064 de 21 de Março de 1922

É curioso ver como a imprensa regional noticiava a chegada desta nova força e as suas ações e até publicava artigos de opinião sobre a coexistência da Polícia Cívica que continuava em funções e da nova Guarda Nacional Republicana. O Notícias de Évora de 11/9/1911 publica exatamente a composição da companhia sediada em Évora e nos dias anteriores, publica notícia sobre o regresso a Évora duma força de Polícia que sob o comando do cabo n.º 4, Manuel José Ferreira, tinha ido policiar a feira de Vila Viçosa.¹⁶

A imprensa regional confirma o bom recebimento que a cidade, as suas “forças vivas” e os representantes do poder fizeram à Guarda Nacional Republicana, através de um jantar realizado no dia 14 de setembro de 1911.¹⁷

Alguns dados da imprensa regional mostram que as patrulhas começaram a realizar-se na cidade de Évora em 12 de setembro de 1911 e fora da cidade, nos seus arrabaldes, em 15/9/1911.

Pelo Notícias de Évora de 23 de setembro do mesmo ano, somos informados que os postos da GNR em Montemor, Mora, Estremoz, Reguengos, Mourão, Viana e Portel já estavam instalados e que em cada um destes Concelhos continuava e existir a Polícia Civil, mas apenas um polícia pernoitava lá, regressando os outros elementos à cidade. Permanecia um modelo dualista de forças de segurança que veio a implementar-se e consolidar-se, desde 1913 até aos nossos dias.

Igualmente é noticiado que chegou a Évora uma força de 87 praças de cavalaria e 50 praças de infantaria, revelando-se aqui uma discrepância dos números oficiais.¹⁸ Mas o que importa é verificar que a imprensa regional de Évora, através do seu jornal de referência estava atenta e a acompanhar as mudanças que estavam a ocorrer no policiamento e segurança da cidade e do distrito.

¹⁶ Notícias de Évora, 8 de setembro de 1911.

¹⁷ Notícias de Évora, 15/9/1911.

¹⁸ Notícias de Évora, 12 de novembro de 1911.

Num contexto de alguma rebelião popular e de muitas greves provocadas pelas difíceis condições de vida dos trabalhadores, o efetivo da GNR era manifestamente insuficiente e o recurso à Polícia Cívica e ao exército era recorrente. A GNR começava a afirmar-se como força de defesa do regime republicano e as suas intervenções eram referenciadas e noticiadas na imprensa regional como foram os casos da deslocação a Montemor, para agirem na manutenção da ordem pública “que se achava alterada pela greve dos trabalhadores ruraes”¹⁹, de 25 cavalos, chefiados pelo aspirante Artur Matias e no dia 26 do mesmo mês também é noticiada a deslocação a Vendas Novas de 12 cavalos, pelos mesmos motivos.

Hoje, os quartéis da Guarda Nacional Republicana são um lugar de memória que para além de permitirem conhecer os efetivos da GNR no local, permitem também recolher informação sobre o quotidiano da vida social da região em que estão implantados. Mas a sua instalação nem sempre foi fácil, nem tão rápida quanto se pretendia. No que diz respeito a Vila Viçosa sabe-se que esta força militar chegou ao Concelho em 1911 e que o seu aquartelamento não foi fácil e foi até recheado de alguns episódios marcantes.

No início desta investigação, depois de um breve périplo pelos postos da GNR de Vila Viçosa, Estremoz e Évora, recorri ao Arquivo da Guarda Nacional Republicana, tentando obter informação sobre a instalação do Posto de Vila Viçosa, pois em todos os locais me foi dito que a documentação antiga tinha sido enviada para esse Arquivo²⁰. Infelizmente a documentação existente referente ao posto de Vila Viçosa, consta de 11 páginas e é datada de 1927 a 1933. Parece que a vida do Posto antes do estado novo não consta do Arquivo. Desta forma resolvi socorrer-me do Arquivo da Câmara Municipal de Vila Viçosa, do Arquivo distrital de Évora e da Imprensa Regional.

Ao longo do ano de 1911, Vila Viçosa parece ser um bom exemplo de como era necessário recorrer à Polícia Civil de Évora para manutenção da ordem pública em diversas ocasiões.

Assim no livro 300 da correspondência entre a Câmara Municipal de Vila Viçosa e o Governo Civil de Évora são vários os ofícios em que o Presidente da Câmara, o sr. Salvador Torrinha, pedia ao Ex.º Sr. Governador Civil a fineza de lhe enviar uma força policial para efetuar duas rusgas em simultâneo contra “vadios e assaltantes dos montes e haveres que entram em grupo em Vila Viçosa e desassossegam as populações,”²¹ ofícios em que pede guardas da Polícia Civil para policiar a feira de janeiro, em que solicita o reforço de 20 guardas do Corpo de Polícia Civil de Évora e que pernoitem na Vila pois de 27 a 30 de Janeiro eram esperados uma grande quantidade de feirantes, fazendo-se solicitações semelhantes para a feira de

¹⁹ *Notícias de Évora*, 13/11/1911.

²⁰ Arquivo Histórico da Guarda Nacional Republicana, Praça da Armada, n.º 40 Alcântara, Lisboa.

²¹ Livro 300, de registo de correspondência ente Vila Viçosa e o Governo Civil de Évora, p. 97, Arquivo Municipal de Vila Viçosa.

maio e a de agosto de 1911²². Alguns destes ofícios eram assinados pelo administrador do concelho Manoel F. Branco e também diziam respeito às despesas feitas com os presos das cadeias de Vila Viçosa havendo sempre urgência de lhe “dar destino”, sendo muitas vezes, esse destino, as possessões ultramarinas²³. Todos os ofícios assinados por Salvador Torrinha, ao longo deste ano terminavam com a frase: “Saúde e fraternidade” e alguns desses ofícios pediam elementos da Polícia Civil para acompanhar os prisioneiros ao caminho de ferro. Esta correspondência ao longo de 1911 prova que, apesar do decreto de 3/5/1911 que criava a Guarda Nacional Republicana e estipulava as suas competências, apesar da organização e criação dos Postos da GNR, os efetivos da Guarda Nacional Republicana eram marcadamente insuficientes.

Quanto á localização do aquartelamento da Guarda Nacional Republicana, seria interessante encontrar as ordens do Comando Geral da Guarda pois, seja no período da Guarda Republicana, seja no da Guarda Nacional Republicana, certamente demonstrarão as preocupações com a criação dos quartéis, através de ordens e instruções regulares. Estas ordens à Guarda tinham como destinatários os comandos hierárquicos imediatamente subordinados e nesta 1.ª fase eram os batalhões de Lisboa, Santarém, Évora, Coimbra, Porto e Braga que mais ordens terão recebido. Infelizmente tais ordens não estão disponíveis no Arquivo da GNR de Alcântara como gentilmente me foi informado pelo Exmo. Chefe da Divisão de História e Cultura da GNR, que através da Guarda Principal 2140709, Raquel Bento Cheganças, informa que “neste Arquivo existem Ordens de Serviço do Batalhão 3 (que abrangia Faro, Évora, Beja, Portalegre) no período de 1928 a 1993.” Mais uma vez, são os livros de Atas das sessões camarárias de Vila Viçosa e demais documentos do Arquivo Municipal que nos dão elementos preciosos para esclarecimento do tema.

Em ata da sessão n.º 33 de 19 /10/1911²⁴ deliberou a Câmara requerer ao governo, a cedência do Antigo cemitério de S. Bartolomeu e casebres juntos, no Largo Machado dos Santos, Igreja de S. João e casebre anexo no Campo da Restauração, antigo Largo do Carrascal, para serem demolidas por impróprias do lugar em que se encontravam e a casa do beatério em que têm estado as religiosas do Carmo, na rua Heliodoro Salgado, com cerca junta, a fim de ali instalar os aquartelamentos da Guarda Nacional Republicana, da Polícia Cívica e construir aí um mercado com boas condições. Com cerca de 5 meses de diferença da criação da GNR e de um mês da criação do Posto de Vila Viçosa (11/9/1911), a Câmara, como era seu dever e função tentava encontrar lugar para a instalação do Quartel e Posto da GNR.

²² Livro 300, de registo de correspondência ente Vila Viçosa e o Governo Civil de Évora, pp. 93 a 100, Arquivo Municipal de Vila Viçosa.

²³ Ofício de 18/7/1911, Livro 300, de registo de correspondência ente Vila Viçosa e o Governo Civil de Évora, p. 93, Arquivo Municipal de Vila Viçosa.

²⁴ Livro de atas das sessões camarárias, folha 57, Arquivo Municipal de Vila Viçosa.

O empenho era grande pois de novo em ata de 23 de novembro do mesmo ano a Câmara deliberou pedir ao Senador Sousa da Câmara a sua valiosa interferência, junto do Sr. Ministro das Finanças a fim de ser diferido o pedido da cedência dos espaços públicos atrás referidos.



Manuel de Sousa da Câmara

Manuel Sousa da Câmara em 25 de agosto de 1911 foi eleito Senador pela Assembleia Nacional Constituinte e foi depois Ministro da Agricultura do 30.^a governo republicano, nomeado em 24 de maio de 1921.

O 1.^o ofício data de quinze de fevereiro de 1912²⁵ em que a Câmara Municipal envia uma lista de edifícios escolares e de serviços públicos onde se pede com urgência obras no edifício do Beatério, requisitado pela Câmara Municipal para aí instalar a Guarda Republicana e a Polícia Cívica.

As instalações do Posto eram seguramente pouco próprias pois em sessão camarária de 30 de novembro de 1911, foi apresentada uma requisição do Comandante da 2.^a secção de Estremoz da Guarda Nacional republicana, no sentido de ser fornecida “ao posto da mesma Guarda, instalada neste concelho, água e lenha”²⁶ tendo o executivo camarário decidido fornecer a água e a lenha, sendo esta última somente na época dos frios.

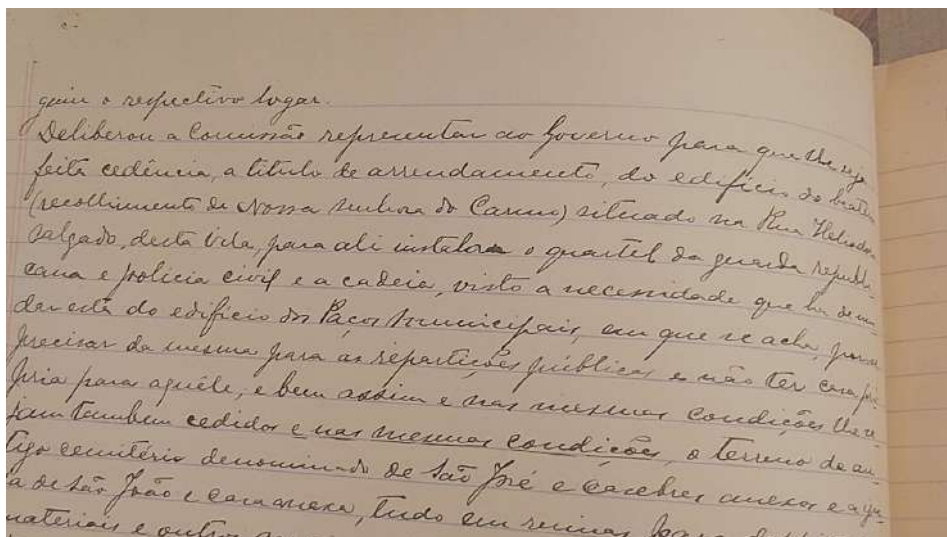
Pela atas das sessões de Câmara e pelos ofícios para o governo Civil e para o próprio governo verifica-se que a instalação da GNR no nosso Concelho não foi fácil e teve vários momentos, alguns até de tensão entre a edilidade e os comandantes do Posto. Todas os esforços feitos parecem ter sido infrutíferas pois na ata de 28 de março de 1912²⁷ a Câmara registou que decidiu apresentar ao governo uma petição de que lhe fosse feita a cedência a título de arrendamento, do edifício do Beatério (recolhimento de Nossa Senhora do Carmo) situado na Rua Heliodoro Salgado para ali instalar o quartel da Guarda Republicana, policia e cadeia “visto a necessidade que há de mudar esta do edifício dos Paços Municipais em que se acha, por se precisar do mesmo para as repartições públicas e não ter casa própria (...)”²⁸.

²⁵ Livro 300, de registo de correspondência entre Vila Viçosa e o Governo Civil de Évora, p. 112-113 Arquivo Municipal de Vila Viçosa.

²⁶ Livro de atas das sessões camarárias, folha 64, Arquivo Municipal de Vila Viçosa.

²⁷ Livro de atas das sessões camarárias, n.º 974, folha 69.

²⁸ Ibidem, folha 69.



Sabemos também que a ata da sessão de 12/9/1912 “declara o Sr. Vice Presidente que o Sr. delegado do Procurador Régio nesta comarca, propusera ao Sr. Presidente que, o arrendamento do Edifício do Beatório, situado na Rua Heliodoro Salgado desta vila e que a comissão destina, além de outros fins, para quartel da Guarda Republicana, fosse feita pela renda mensal de quatro mil cento e setenta reis”²⁹ A Comissão deliberou nessa mesma reunião tomar de arrendamento o dito prédio.

Finalmente o Quartel da GNR parecia encontrar lugar num ano (1912) cheio de dificuldades na nossa região, dificuldades que vinham do ano de 1911 em que alguma agitação social, greves e muita fome atingiam as classes trabalhadoras mais desfavorecidas. Quando folheamos os livros de registo de telegramas entre a Câmara Municipal de Vila Viçosa e o Governo Civil verificamos que a edilidade pedia várias vezes auxílio ao Governador Civil para a manutenção da ordem pública. São exemplos o telegrama de Salvador Torrinha em que faz a petição “que o Regimento de cavalaria 10, sediado em Évora, fique de prevenção sábado e domingo a fim de manter a ordem pública, porque 700 ou 800 homens das freguesias do Concelho vêm pedir aumento de salário e melhor trato”³⁰ ou o telegrama ao Governador Civil de Évora, Estevão da Cunha Pimentel, agradecendo as medidas que tomou para terminarem as greves no Concelho.³¹ Em 1911 a fome grassava de tal forma que em Fevereiro desse mesmo ano o Presidente da Câmara Salvador Lourenço Torrinha pedia auxílio aos poderes do distrito para criar uma espécie de “sopa dos pobres” que acabou por começar a ser distribuída nas instalações da

²⁹ Ibidem, Folha 93.

³⁰ Livro 305, telegrama da Câmara Municipal de Vila Viçosa, de 12/1/1911, Arquivo Municipal de Vila Viçosa.

³¹ Livro 326 telegrama de 27/1/1911, Arquivo Municipal de Vila Viçosa.

Santa Casa da Misericórdia em 15 de Fevereiro e em que mais uma vez o Regimento de Cavalaria ajudou na distribuição deste “bodo” e foi louvado por isso³². Estes fatos mostram também que nestes inícios da república, apesar da escassez de efetivos, a GNR colocava-se ao serviço das populações se bem que o recurso ao Exército e à Polícia Cívica era uma constante.

Ao longo do ano de 1912 as atas das reuniões camarárias referem muitas vezes as imensas despesas feitas pelo município com o aquartelamento da Guarda Nacional Republicana. Assim em 6/6/1912 refere-se que não é possível custear as obras tão necessárias para levar a água à fonte da Praça da República, pelo fato de o orçamento já se encontrar sobrecarregado com as despesas do aquartelamento da GNR.³³ Aliás na correspondência enviada ao Governador Civil de Évora podemos ler: “A Comissão administrativa Municipal do Concelho de Vila Viçosa, em harmonia com a deliberação tomada em sessão de vinte seis de setembro do corrente ano, vem respeitosamente pedir a V.^a Ex.^a que, tendo sido feitos na Caixa Geral de Depósitos, em 14 de agosto o depósito de 501,685 reis e em vinte cinco de setembro 272,685 reis, provenientes de receita de viação, se digne V.^a Ex.^a autorizar o desvio da quantia de 540,530 reis deste fundo (...) para legalizar como é muito necessário e urgente, despesas feitas em 1911 com o aquartelamento da Guarda Republicana, limpeza da Vila e subsídios aos filhos de pessoas desvalidas (...)”³⁴

Por outro lado e apesar das despesas feitas, o edifício não seria indicado para as funções a que se dedicava, pois existem vários ofícios pedindo a transferência do Posto, ou a realização de pequenas obras ou melhoramentos, ofícios que eram emanados do Governador Civil, do comandante do Posto da GNR e do próprio Comando Geral da Guarda Nacional Republicana. Por exemplo há um ofício do Governo Civil que pede que sejam concertadas as caixas de ração, alguns candeeiros e a fornalha ao que a Câmara responde que “indo mudar o quartel, essas despesas seriam supérfluas.”³⁵

Curiosamente em resposta ao ofício n.º 321, emanado do Comando Geral da Guarda Nacional Republicana dizia-se que “a Comissão Administrativa deste Município tem em vista transferir para melhor edifício o aquartelamento do Posto da GNR, fato que foi transmitido ao Comandante local com quem vistoriou um edifício que lhe foi arrendado mas que carece de grandes reparações, que só serão feitas se o governo ceder à Câmara o dito edifício.”³⁶

Em dezembro de 1913, a Câmara aguarda a concessão do edifício do extinto Recolhimento do Carmo, situado na Rua Heliodoro Salgado, para ali instalar a cadeia e o aquartelamento da Polícia Cívica e da GNR e informou o comandante

³² Livro 326, dias 13,14 e 15 de fevereiro de 1911, Arquivo Municipal de Vila Viçosa.

³³ Livro de Atas das sessões camarárias, 6/6/1912.

³⁴ Livro 326, ofício de 8/10/1912, Arquivo Municipal de Vila Viçosa.

³⁵ Livro 326, ofício de 8/3/1913, Arquivo Municipal de Vila Viçosa.

³⁶ Livro 326, ofício de 13/6/1913, Arquivo Municipal de Vila Viçosa.

da 3.^a companhia, do batalhão 3 da GNR que “logo que a concessão seja feita, se tomarão as devidas providências.”³⁷

Segundo dados do mesmo livro sabemos que o edifício em questão foi concedido à Câmara Municipal pelo Sr. Ministro das finanças em dois de fevereiro de 1914 e que a Câmara fez a proposta de adquiri-lo por 1000\$00 a pagar em três prestações, podendo-se lá instalar a cadeia, e os postos da GNR e da Polícia Cívica. Esta proposta de aquisição é feita em dez de março de 1914 quando já tinha sido comunicado ao comandante da 3.^a companhia que a Câmara tinha iniciado já os trabalhos de adaptação de uma parte do edifício do Carmo a quartel do posto da GNR, pedindo-lhe a sua vistoria para que as obras se concluíssem esse mês. Este pedido de aquisição aguarda resposta durante algum tempo pois em abril volta a ser pedida uma resolução sobre o pedido feito pela autarquia³⁸ e em maio o assunto volta a ser tratado pelo presidente da Junta do Concelho, pedindo-se resposta com a brevidade possível, para poder cumprir-se a deliberação da Câmara e expedir a precisa comunicação à Direção geral da Fazenda Pública.”³⁹

Entretanto as relações entre os poderes locais e GNR iam sofrendo algumas alterações e se o serviço prestado pela Guarda Nacional Republicana consta de muitas participações e ocorrências feitas ao Presidente da Câmara e administrador do concelho⁴⁰, reconhecendo-se a sua função e utilidade no policiamento e segurança das populações, a verdade é que a sua ação era insuficiente e, na sua correspondência com o Governo Civil, quer Salvador Torrinha, quer o vice presidente, Paiva Monteiro, pedem a presença do Regimento de Cavalaria por se encontrarem detidos na Cadeia de Vila Viçosa gatunos e desertores ou para patrulhar a vila na época das feiras de Janeiro, maio e agosto, enquanto a Polícia Cívica (antiga Polícia civil) continuava a fazer serviço em Vila Viçosa, sendo até pedido por telegrama o Regulamento Geral de Polícia⁴¹

Nesta época a cadeia de Vila Viçosa era também ponto de preocupação para os poderes locais. Instalada nos Paços Municipais, albergava uma quantidade razoável de presos que obviamente eram um encargo para o município, pois existiam em 1914 presos de variadíssimas origens desde Ferreira do Zêzere, Silves, Loulé, Lisboa, Portalegre, Arraiolos, Elvas e Monforte⁴². Existem mesmo uma série de telegramas para outros municípios para inquirir se, os presos por vadiagem ou deserção ou outros motivos, presos na cadeia de Vila Viçosa que se diziam desses lugares, aí tinham cometido algum crime. A localização da cadeia também não era do agrado do município pois nas atas das sessões camarárias várias referências são feitas no sentido da mudança da sua localização que se pretendia também instalar no edifício do Beatério já referido. Em ata de 5/9/1912, refere a Comissão

³⁷ Livro 326, ofício de 9/12/1913. Arquivo Municipal de Vila Viçosa.

³⁸ Livro 326, 3/4/1914.

³⁹ Livro 326, 5/5/1914.

⁴⁰ Livro 269, pp. 7 e 19.

⁴¹ Livro 306, 10/4/1913.

⁴² Livro 305, 4/5/1914.

Administrativa que “logo que as forças do seu cofre lho permitam” seja a cadeia instalada fora dos edifícios dos Paços Municipais⁴³

As contas do Município passaram aliás por várias dificuldades decorrentes da despesa com o aquartelamento da GNR, sendo recorrentes os pedidos ao Governador Civil e ao Ministro do Interior o desvio de verbas para fazer face às despesas da vila e ao aquartelamento da GNR feitas em 1911, pedidos ao longo de 1912 e 1913. Assim em ata de 13/3/1913 é registado que: “No segundo semestre de 1911, grandes foram as despesas que a comissão foi obrigada a fazer com o quartel para a Guarda republicana e respetiva mobília, para o que, não tendo orçamento, foi necessário um orçamento suplementar”⁴⁴ que não foi feito e as verbas passaram para 1912, onde além do orçamento ordinário, foram necessários três extraordinários. Por isso mesmo, muitas petições da Guarda Nacional Republicana tinham a colaboração do executivo camarário, como por exemplo o pedido de autorização para que fosse aberta junto ao alicerce da parede da frontaria do quartel uma pequena vala para construção de um esgoto, tendo a Comissão autorizado e fornecido 30 kg de cal para asseio do quartel da GNR.⁴⁵ Mas outras, não tinham resposta positiva e até coisas “simples” como a obtenção de uma Bandeira Nacional para o Posto da GNR obtiveram resposta negativa. De fato, em resposta ao ofício n.º 666 do Comandante do Posto de Vila Viçosa da GNR é dito que por falta de “autorização tutelar orçamental, não pode o Município fornecer Bandeira Nacional para o Posto”⁴⁶ A GNR queixou-se muitas vezes da ausência de instalações condignas e ameaça até deixar Vila Viçosa em setembro de 1914. Em resposta a 2 ofícios do comando da GNR local, pode mesmo ler-se que “o serviço prestado presentemente nesta localidade pela Guarda do comando de V.^a Ex.^a deixa muito a desejar”⁴⁷

Ao longo de 1915 as relações parecem ter melhorado e no ano de 1916 registam-se imensos pedidos para o comandante da secção de Estremoz pedindo mais patrulhamento e reforço do Posto de Vila Viçosa com 12 praças (seis de cavalaria e 6 de infantaria), bem como reforço na época das feiras e do Carnaval. Este reforço de atuação parece indicar que a GNR era já a força que o regime republicano queria a policiar e defender as populações e os poderes locais tinham de efetivamente colaborar e contar com ela.

Outra grande transformação da GNR deu-se em 1919/1920 e com a publicação do já citado Regulamento para o serviço rural da Guarda Republicana⁴⁸ em que se estipulam as normas de funcionamento dos Postos e obrigações dos comandantes de Posto e seus subordinados, bem como o policiamento nas áreas que lhe competiam. As patrulhas rurais deviam ter horários irregulares para aparecerem sem serem esperados e os “giros” podiam ter a duração de 2 ou mais dias, recolhendo

⁴³ Livro de atas, 5 /9/1912.

⁴⁴ Livro de atas das sessões da Câmara municipal, 13/3/1913.

⁴⁵ Livro de atas das sessões da Câmara Municipal, 2/4/1913.

⁴⁶ Livro 326, dia 17/9/1913.

⁴⁷ Livro 326, 23/9/1914.

⁴⁸ Diário do governo 20/9/1920, I série, n.º 186.

informação que devia seguir para o escalão de comando superior. O Giro era registado e as patrulhas tinham uma “guia de marcha” com o itinerário, o alojamento normalmente pedido ao regedor da localidade ou outro poder local e a distância percorrida por estas patrulhas de infantaria era em média 15Km. No caso de Vila Viçosa, se a deslocação quer a Bencatel quer a Pardais era relativamente fácil pela distância, o policiamento de S. Romão tornava-se mais complicado e em parte foi responsável pela não renovação do recrutamento de alguns praças que consideravam muito difícil esse giro.

A nível nacional, já na década de 20 estavam previstos 274 postos e 206 subpostos mas alguns não estavam a funcionar e outros não chegaram a ser instalados por existirem muitas dificuldades na aquisição de casas para a instalação dos quartéis pois muitas vezes as câmaras municipais não tinham recursos para a construção dos quartéis ou aquisição de casas disponíveis. No caso de Vila Viçosa, logo no início da República, o esforço de Salvador Torrinha, Presidente da Comissão Municipal Republicana de Vila Viçosa, muito fez para resolução do problema.

De uma forma conclusiva pode-se afirmar que os republicanos foram rápidos a criar a Guarda Nacional Republicana, mas lentos a promover a sua instalação e disseminação efetiva pelo país. A rede de Postos da GNR era a forma de criar uma força que defendesse o regime e que no seu contato com as populações obtivesse um conhecimento dos lugares e das suas gentes. No caso do Sul do nosso país (Portalegre, Évora, Beja e Faro), nos primeiros tempos as dificuldades eram imensas pois a Guarda Nacional Republicana tinha de lidar com os problemas da sua instalação e do seu alojamento e tinha de afirmar-se num território extenso para o número de efetivos que possuía, com funções muito diversificadas e por vezes com a “oposição” das populações que estavam habituadas à atuação da Polícia Civil depois tornada Polícia Cívica. Também por outro lado, nem sempre as relações com os poderes locais e os administradores dos concelhos eram fáceis pois a eles deviam reportar as suas ações. Era por vezes desacreditada, havendo mesmo queixas em relação à sua ação como se pode ver por notícias vindas a lume no *Notícias de Évora*⁴⁹ Em Vila Viçosa, apesar do esforço feito pela edilidade, os residentes consideravam a Polícia uma força mais eficaz, olhando para a GNR com alguma reserva. Ainda em 1911, nomeadamente nos dias 9 e 10 de novembro, quando sua Ex.^a o Governador Civil vem visitar o Concelho de Vila Viçosa é recebido pelos poderes do Concelho com a presença da Polícia Civil e não da GNR.⁵⁰ Porém a correspondência trocada entre o Presidente da Câmara, Administradores do Concelho e os Governadores Cívicos, bem como a Imprensa periódica regional mostram o tipo de aceitação que as populações dedicavam à GNR e de uma forma geral, mais ou menos rapidamente a Guarda Nacional Republicana soube impor-se e aproximar-se das gentes como um corpo nacional que levava a todos os lugares a vontade e o poder do estado e que garantia a consolidação da República nestes primeiros anos, tão conturbados. Os postos da Guarda, compostos de forças de pequeno efetivo,

⁴⁹ *Notícias de Évora*, anos 1911/1912, 1/11/1911

⁵⁰ *Notícias de Évora*, anos 1911/1912, 15/11/1911

normalmente de infantaria, ajudado por vezes por patrulhas de cavalaria criavam uma rede que garantia a proximidade junto das populações rurais, entrando no seu quotidiano, num país com ruralidade elevada, garantindo a segurança e o cumprimento da lei e da ordem.

O Notícias de Évora publica praticamente todas as semanas notícias da GNR dando conta das ocorrências dos vários Postos. Esta página do jornal de 21/10/1911 dá-nos conta das ocorrências nos postos de Mourão e de Mora.

NOTICIAS D'EVORA

tição e ganância, a emigração, os escravidões, a compra e venda de terras, a venda de direitos de se obter alguma compra ou venda de terrenos, a venda de disposições da cidade ou jurisdição.

— O sr. vice-presidente chamou a atenção da presidência para que esta recomendasse aos zeladores da cidade que não se deixassem enganar e não nos ares vendê-las que sempre fixavam esse valor.

A presidência recomendou aos zeladores que fossem zeladores e rigorosa fiscalização e cumprimento das leis devereis, no desempenho do mesmo cargo.

O sr. presidente deu conhecimento à Câmara de estarem chamados os membros do Conselho do Tribunal, devendo ser brevemente instalado o tribunal, mas que não necessarias diversas viagens de mobilidade para o tribunal, e que pela urgência de aquisição de terrenos para a construção de escantrões sempre competente para se fazer fazer uma aquisição.

A câmara autorizou.
O vereador José Paulo Costa declarou à câmara estar habilitado a apresentar o estudo que trará sobre o saneamento e que deve esse estudo ter que se deve importar um custo de cerca de 350 mil reais, mais 350 mil reais, e que a sua verba seja feita por conta do município em pequenas parcelas e não superior a 5 milhões.
Foi aprovado o estudo da mesma maneira, e o mesmo incumbido constantemente com o vereador sr. Manoel José, Vinte e sete de agosto de 1998.

Foi deliberado consultar o Ministério do Interior se o escudo da cidade pode ser alterado, tendo-se em conta que a cidade não é conhecida pelo seu escudo, mas sim pelo seu nome. A alteração do escudo da cidade não é considerada uma alteração da identidade da cidade, mas sim uma alteração da sua imagem.

—Offício da administração do
cencelha dizendo que determi-
nando o Artigo 10 do Regulamento
seculo da Execução da lei da
paração da Igreja do Estado,
previsto por Decreto de 22
Agosto ultimo, que um vere-
ador municipal faça parte da com-
missão administrativa dos bens
das igrejas, pede para que a ca-
mara nomeie esse vereador que
de fazer parte dessa commis-

Foi nomeado o vereador sr.
Anselmo José Valente.

Questão Carujo

O sr. Presidente disse que em 1.º de fevereiro tendo conhecido de irregularidades cometidas pelo apostador Balthazar dos Reis Carujo, foi instaurado um processo de investigação, que não apresentava esse prazo a camara porque tendo se perdido uma syndacancia aos seus administrativos das camaras transaccas, esperava-se o resultado d'essa syndacancia, que teria de abrange os actos do mesmo empregado para a camara pronunciar, e em seguida o officio do sr. governador para que ella fosse executada.

Em 6 de Março do corrente
se constando ao vereador da
hora das obras publicas do
comissão administrativa de mu-
nicip, de que V. Ex.^a e digno
ao presidente, sr. Francisco
da Nogueira, diversas irregulari-
dades attribuidas ao apontador
municipal Balthazar dos Reis Ca-

Não, porque eu sou F. K. e a organização do respectivo processo de investigação para o apuramento das responsabilidades do argumento. Nesse processo, além da narração do participante a quem se atribui a responsabilidade, há também algumas testemunhas: Amosim Torres e Amosim Jere, guarda do aqueduto Sertãozinho, indivíduos presumidos por terem participado da operação. Há também Carlos José Esteves Cardueli e Carlos Moinero Sere, o primeiro na qualidade de presidente e o segundo na de vereador do plebiscito de 1992, quando se deu a posse do prefeito municipal em exercício de 1 de Janeiro a outubro de 1992, tendo sido eleito, por coação de F. K., o atual e os interrogatórios a quem se atribui a responsabilidade. Há também Maria Nunes, por não sendo amarelo, mas com relação ao assassinio, também em melhores condições de se falar de esclarecer, como está sendo no final do referido pro-

Não por coincidência V. Ex.^a concordância em ouvir aqueles que foram atingidos, sobre o assultamento da comunidade, a assinatura da parte final do processo de licenciamento, e, contudo, por meio de seu laudo, pediu a Comissão de Meio Ambiente, atual, e não a Comissão "de" Meio Ambiente do Governo Federal, uma sindicância para apurar as irregularidades que ocorreram nas negociações transacionadas, o que demonstra a falta de interesse em saber o valor da doação de 1980.

Em Março de 1991, encarecendo-se de uma sindicância a "revisão" do laudo, o Sr. Carlos Roberto de Almeida, Sr. Aurelio Augusto de Sáez e Sr. Renato, que em suas investigações refere, como lido, que a comunidade não foi consultada, e, portanto, não foi o Dólar Brasil do Brn Grupo.

Pela documentação e declarações que constituem o processo de licenciamento, a Comissão de Meio Ambiente, a capacidade do arguido, a comunidade, sendo explicita e comprovada a gravidade aparentemente, a Comissão de Meio Ambiente, impune-se à Comissão Administrativa do município a demissão imediata desse empregado.

[illegible]

Por todos estes motivos, pelo
respeito que é devido á justiça e
ao direito conferindo-me com
o parecer do Ex.^o syndicante, vir-
tueiro Augusto de Souza Sa-
lva, criou a V. Ex.^a a copia da
relatorio por este apresentado e
se refere ao apontador Bal-
asor dos Reis Graça, para que
camara da digna presidencia
da V. Ex.^a possa proferir a sua
cisão em harmonia com o di-
to que assiste ao empregado
tanto tempo privado do exer-
cio do seu cargo, vindo estar de

monstrando a sua inculpaabilidade
—Soude o Praxeiro de Esva—
11 de Outubro de 1916—
Esse Sr. Presidente da Câmara
Municipal de Esva—O G
remador Civil—(a) Antonio Paul
ino d'Andrade.
Segue a copia da parte da syn
dicação.
República de Fazenda Cen
tral d'Esva Secção P. numero

Officio numero — Serviço de
Republica — Repartição — Pro-
cesso — 1. — Excepcionissimo —
Muito Governador Civil do Distrito
de Évora.

Esta ligeira exposição refere-se ao apontador municipal Bal-
thazar dos Reis Carujo, que quin-
do do conselho a significancia no-
bre nos actos administrativos do
Município d'Évora, se achava sus-
penso, com fundamento em su-
peitas de ter desviado dinheiro
que recebia, não entregando a
quem de direito, por elle legiti-

tempo há mais de 10 anos, a comissão administrativa, atual gerida por Albuquerque, tinha investigado o caso e, em 1994, com base no resultado da investigação, o processo de apuração da responsabilidade foi ampliado e completado, se-
guindo-se a seguinte conclusão: os próprios delinquentes, ou, em outras palavras, o próprio sistema de controle interno da administração pública, não conseguiram detectar e impedir a ocorrência de irregularidades, como a contratação de obras públicas pelo Sr. Silvestre Saffari, cujo negócio com a Câmara Municipal se relacionava com a corrupção e o uso de recursos públicos para benefício próprio. Para não alongar este trabalho, que fica constituindo a segunda parte do relatório da referida comissão, apresentamos a seguir, resumidamente, a dependência de regularização exigida, a que contém os dois meros parágrafos e, em seguida, os seus três pontos essenciais, que facilmente se leem, com o auxílio da interpretação dada no primeiro parágrafo.

[illegible]

ti e da ex-rogal do pebeiro
"obra publica Carlos Monteiro
erra, com duas delegações se
quandou o que conta do auto le
antado por minha iniciativa. Me
terdade, o referido caso trilha
speculo muito grave Explicado,
nheiro, como esta, esse providen
deleis de existir, para se ap
parente. E, por consequencia, pa
re-me que a suposta ou occu
pacia que tem pendido sobre o
monstrado do que se trata e im
procedente, a falta de fundamen
to positiva Saúde e Fraternida
de, Evoca, trinite e um de julho
e mil novecentos e onze. O
yndente e) Anello Sarauia,
Inspector de Finanças. Está con
forme o original. — Governo Civil
Evora, 14 de outubro de 1911.
Servindo de secretario geral.

Como a. r. Presidente da Câmara se não tivesse conformado (reflexo) ao sr. Governador, C. r. pedindo a remessa do documento, em que foi enviado pelo verendo das obras publicas, e que se refere ao auto levantado na Câmara, respondendo a ex.ª nos seguintes termos:

Em resposta ao requerimento nº 2.º, em 19 de agosto de 1957, o Sr. deputado afirmou que a água da corrente, senão a dizer-lhe que não pode enviar a v. ex.º documento pedido, porque ele faz parte do processo de identificação ordenada por este Governo Civil e d'esse não pode ser derivado. Saúde e Fraternidade. Évora, 16 de outubro de 1957.—Ex.º Sr. Presidente da Câmara Municipal de Évora.—O Governador Civil (s) António Paulino d' Andrade.

(Сопілиха)

Afim de ser aumentado o número de praças da guarda república reuniram na câmara municipal de Viana do Alentejo os lavradores d'aquelle concheio ficando resolvido abrir subsídio para cativar esse augmento.

Guarda Nacional Republicana
Posto de Mourao

Comunicado o 1.º cabo de ca-
villaria n.º 73 com mandante d'es-
te posto, que no dia 21 do cor-
rente pelas 4 horas da tarde re-
ordenou de sr. administrador d'este
concelho, foi passado uma busca-
da de sr. d.ª Francisca Araújo.
Onde se encontrou esta busca-
da n.º 73, e o sr. 92 e o sr. 93, não
no n.º 13 e os officiaes de policia
genicaes, sr. Thomaz e Joa-
quim da Encarnação Santinha
os quaes foram encontrar em ca-
sa da d.ª Marianna Araújo um
cavaco com triglo aproximada-
mente 3 alqueires e um par de
sapatos, que o Sr. administrador
suppõe pertencer a Joaquim
Aldeia que se queitou de ther-
reiros roubado da sua casa.

Pasto de Mera

Participou n.º 1.º cabo n.º 138, comandante deste posto, que lhe quisou José Mariano Rodrigues, lavrador do monte da Barroca, freguesia de Pavia, contra Eduardo Gadelma e seus irmãos, pôde Joaquim José da Rocha, rendeiro do monte de S. Bento, também freguesia de Pavia, d'este conceito, que durante as noites da meza passada, desarram dez cabeças de gado vacum, numa saca de feijão frade, em uma rama, fazendo um prelo, avalado em três alqueires. O dito lavrador, já tinha apreendido quatro mais, até a presente data.

Também, da mesma posto, por
o capangem os soldados n.º 30, 31
e 32, entre de infantaria e a que
de cavalaria, que andando em
de patrulha na estrada de
Cabeção, é este conchavo, encontra-
ram próximo do monte da Chã
morte, freguesia de Móra, do
município, que diziam ser mendic-
antes, não cila; Houvaram António
apostado, de 33 anos de idade,
que diz ser natural de Monte
Mora-Novo, freguesia do Celar-
e n.º Francisco da Silva, de 40
anos de idade, e que não sabe
a sua naturalidade, dando por
este motivo a suspeita de alguns
criminosos. Foram capturados
e apreendidos no sr. administrador
do do conchavo, para averigua-
ção.

ECHOS DA SOCIEDADE

universarias

Partidas e chegadas

by northern pine. It

— Regressaram a Evora para as Maridas da Ressurreição e ao Mol Marina da Ressurreição espoua.

— No cumbuco da manhã, ser-
teja para Lisboa, acompanhado
de sua esposa e filhos,
nosso estimado sangrante v-

—Partiu para Extremoz o sr.
João Martins Mestre.
—Regressou, hontem, a esta
cidade, no comboio das 6 da tar-
de, o sr. José Simões Paquet.

Deu hontem A luz uma robusta
medida a sr.^a D. Amelia Au-
sta Alencide Oliveira Parra.

DECLARAÇÃO

Encontrando-se bastante
inimicada a velha Igreja
paroquial da Tourega, foi por
ela iniciada, em 1910, uma
abscisão por todos os Ex.^{as}
proprietários d'aquella freguesia.
O bom acolhimento dis-
posto á nossa modesta ini-
ciativa, permittiu-nos obter a
soma de reis 42.500 galegos
de logo nas mais urgentes
necessidades, cujas provas con-
servo em meu poder.

Subsequentemente foram offerecidas quantias na importância de 350.000 reis que o recebi attento a inopor-

Creada uma nova situação para a Igreja Catholica, camee-me desistir hoje dos propositos que então me animavam, declinando quaesquer d'ellos que me assistiam ao recebimento d'est'outras doações.

Penhorado em extremo pe-
nha os Ex.^{as} Subscritores
ui lhes testemunho publica-
mente o meu profundo reco-
nhecimento.

P.^o Joaquim Paulo Marques.
1885

Pelo instrumento

Foram concedidos 15 dias de licença a professora e professora-freguesia de Veiras, sr.^a D. Maria Amélia Nobre Guedes e Antonio Marques da Silva.

—Foram, também, concedidos dias de licença a professora Terena, concelho de Euzet, sr.^a D. Antonia da Conceição Souza.

— Foi autorizado o Centro Es-
colar Republicano de Extrema-
da abrir um curso noturno, reg-
istrado por um professor de vi-
dade habilitado.

Regressou hontem ao corpo e pertence o 1.º cabo de interior 11, 37. Manoel da Nogueira, que veio a esta cidade no dia de 6 dias de licença.

E aos poucos a Guarda Nacional Republicana cresceu e tornou-se a força “musculada” do regime e a sua polivalência de capacidades e missões deu-lhe um papel de destaque na nossa sociedade.

No que toca a Vila Viçosa, a investigação agora realizada, permite-nos compreender todo o processo da chegada e da instalação do posto da GNR, as vicissitudes várias a que esteve sujeito e o processo de resolução encontrado. É também possível compreender alguns aspetos das suas comissões de serviço e da sua atuação junto das populações do concelho e dos poderes locais. Algumas questões ficam em espera. Saber quem foram as chefias do Posto nestes primeiros anos da República, conhecer os seus efetivos, tornou-se nesta fase impossível de resolver pois essa documentação segundo o Arquivo já referido estará dispersa a aguardar ordem de recolha ou simplesmente perdida. De fato não se encontra no posto de Vila Viçosa, não se encontra no Posto de Estremoz nem do Comando de Évora. Na imprensa regional existem algumas notícias que referem os comandantes de posto, (1911/1913) indicando a sua patente mas raramente o seu nome, ocorrendo o mesmo com os soldados da Guarda Nacional Republicana, em exercício.

Nestes primeiros anos da República a GNR entrou na vida nacional com a missão de velar pela segurança pública manter a ordem e proteger as propriedades públicas e particulares em todo o país. Tornar-se-ia a polícia das povoações, estradas, caminhos, pontes, canais, linhas férreas, bosques e florestas. fazendo cumprir a lei e chegar o braço do estado republicano a todo o país. Com Raul Rego concordamos que “em determinada altura será aproveitada para dominar a política; mas os seus serviços ao País bem justificaram a criação desse corpo militarizado, que se estende a todo o território nacional”⁵¹

Não é fácil termos hoje uma ideia precisa e não “mítica” da realidade política e das questões da segurança e policiamento calipolenses nos primeiros anos da República. Os dados estão dispersos, a informação estatística é quase ausente e o retrato que nos chega é pouco nítido. Contudo é necessário conhecer esse mundo, nesse tempo e tentar estabelecer a partir do estado e da administração local, a realidade do terreno em que se fez a história.

Fontes

Arquivo Histórico da Guarda Nacional Republicana, Praça da Armada, n.º 40 Alcântara, Lisboa.

Diário de governo de 13/10/1910, n.º 7. (decretos com força de lei a 12 de outubro).

Diário do Governo de 4/5/1911, n.º 103 (decreto com força de lei a 3/5/1911).

Diário do governo de 5/6/1911, Regulamento Provisório para o serviço da GNR.

Diário do governo 20/9/1920, I série, n.º 186

GNR – Anuário: referido a 31 de dezembro de 1922. Lisboa: Tipografia da GNR: 1923.

Livro 269/ CRR.25, Arquivo municipal de Vila Viçosa.

⁵¹ Rego, Raul, *História da República*, Círculo de Leitores, 1986, vol. II. p. 311.

Noémia Serrano

Livro 300 /CGC.20, Arquivo Municipal de Vila Viçosa.
Livro 305/CRT.4, Arquivo Municipal de Vila Viçosa.
Livro 306/CRT.5, Arquivo Municipal de Vila Viçosa.
Livro 326/CCC.20, Arquivo Municipal de Vila Viçosa
Livro de Atas das sessões da Câmara Municipal de 1907 a 1913.

Imprensa

Jornal A Capital.
Notícias de Évora anos de 1910,1911,1912.

Bibliografia

ALVES, Armando Carlos (2008), Em busca de uma sociologia da polícia. Edição s/n. Lisboa: edição da Revista da Guarda Nacional Republicana,
ALVES, Armando Carlos (2010), Introdução à segurança, Lisboa, Edição da Revista da Guarda Nacional Republicana.
BRITO, João Miguel Ribeiro, (2010) Dissertação de Mestrado: O modelo de Polícia dos Postos da Guarda, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
CATROGA, Fernando, (2006), “O poder paroquial como polícia do século XIX português” in Lei e ordem, justiça penal e polícia (sec. XIX /XX) (Coord. De Pedro Tavares de Almeida e Tiago Pires Marques, Lisboa, Livros Horizonte.
MARQUES, António de Oliveira, (coord.), (1991), Nova História de Portugal, vol. XI, Portugal: Da Monarquia para a República, Presença, Lisboa
OLIVEIRA, José Ferreira de, (2006), As políticas de segurança e os modelos de policiamento: a emergência do policiamento de proximidade. Edição s/n. Coimbra: Almedina.
PALÁCIOS CEREZALES, Diego (2011), Portugal à Coronhada, protesto popular e ordem pública nos secs. XIX e XX, Lisboa, Tinta da China.
PÓVOA, Marco Roberto Alpande, (2013) Policiar Portugal, A Guarda Nacional Republicana-1911/194, Dissertação de Mestrado, ISCTE-IUL
REGO, Raul, (1986) História da República, Círculo de Leitores, vol. II. Lisboa.

As memórias dos movimentos republicanos de 3 a 7 de Fevereiro de 1919 e 25 de Abril de 1974

Francisco Caeiro



João Augusto Fradique
(1889-1982)

Tenente do Exército Português

Introdução

Há algum tempo, chegou-me às mãos, um dos manuscritos que o Senhor Tenente João Augusto Fradique deixou como herança aos seus netos, perseguindo o objetivo de perpetuar a luta pela liberdade que está na génese da alma Portuguesa, e congregando dois episódios a que esteve diretamente envolvido: a “confirmação” da República, ocorrida a norte, em 1919, após a contra-revolução monárquica de Henrique Paiva Couceiro, e o 25 de abril de 1974.

A leitura desta “aventura” vivida na primeira pessoa, sugeriu-me o interesse de a partilhar no contexto da Revista Callipole, com a devida anuência da sua neta, Céu Cisneiro, minha particular amiga, que há muito desejava esta divulgação.

É o texto que se segue, relevante, sempre, mas muito especialmente, no ano em que celebramos os 50 anos da revolução de 25 abril de 1974.

Francisco Caeiro

Memórias de um Republicano Democrático durante o regime do Doutor Sidónio Pais, em 1918 e do movimento Republicano Democrático, nos dias 3 a 7 de fevereiro de 1919, em que tomei parte activa (...), desempenhando várias missões de responsabilidade, datas estas em que novamente foi implantada a República, no norte do país, tendo como capital, a cidade do Porto.

Quartel no Porto, 26 de fevereiro de 1919

João Augusto Fradique, tenente do quadro permanente do exército na situação de reformado, e domiciliado na Rua Martim Afonso de Sousa, n.º 28 A, freguesia de São Bartolomeu, concelho de Vila Viçosa, distrito de Évora, relata de uma maneira geral, o que sofreu durante o governo do Sidonismo, como lhe chamava o povo, cujas memórias passo a relatar.

Sou Republicano Democrático já há muitos anos, como posso provar pelas minhas transferências de unidades, e bem assim pelas “Informações Anuais”, que são regulamentares, para todos os 1os Sargentos das diversas armas e serviços, depois de concluído o “Curso da Escola Central de Sargentos”. São estas as condições necessárias para a promoção a oficial do quadro permanente.

Sendo 1.º Sargento do Regimento de Cavalaria n.º 10, com sede em Vila Viçosa, e fazendo parte do “Quadro permanente da unidade”, em data, que não posso precisar, foi superiormente determinado, e desconhecendo-se o motivo, a minha transferência para o Regimento de Cavalaria n.º 6, com sede em Chaves, ficando supra, por exceder ao quadro da unidade.

Neste regimento foi-me dado o conhecimento da minha “Informação Anual”, vinda do Regimento de Cavalaria n.º 10, com sede em Vila Viçosa.

Entre muitas, que presentemente não me recordo de todas, constavam as seguintes palavras:

“Este 1.º Sargento, presentemente tem-se mostrado “hostil” ao actual governo, tem entendimentos “secretos” com individuos da “Classe civil”. ”

**As memórias dos movimentos republicanos de 3 a 7 de Fevereiro de 1919
e 25 de Abril de 1974**

“Estou convicto, que passado tempo voltará à prática dos seus anteriores bons costumes”.

Passado tempo, como no Regimento de Cavalaria n.º 6 tivesse ficado “Supra”, fui transferido para o Regimento de Cavalaria n.º 8, com sede em Aveiro, para preenchimento de vaga, sendo colocado no 1.º Esquadrão, e tendo como comandante, o Exmo. Senhor Capitão Pôma.

Alguns anos depois, já em contacto com o pessoal da unidade, e ainda com grande número de amigos na cidade, por eu gostar imenso de Aveiro, não só pela Família Militar, mas também pelo Elemento Cível ser muito amável para os militares, e ainda pela minha maneira de proceder, que conquistou muita simpatia, pareço ser conterrâneo do povo de Aveiro.

Ainda hoje, e já lá vão muitos anos desde que saí de Aveiro, e tenho gratas recordações do povo, que tanto me estimou. Era sempre convidado para qualquer passeio.

Numa noite, estando eu no Quarto de Escrituração do Esquadrão, tratando de assuntos da missão de 1.º Sargento, apareceu-me como era de costume, o meu Comandante de Esquadrão. Depois de ter passado algum tempo de conversa, notando ele sempre a minha boa disposição, disse-me as seguintes palavras:

– Fradique, vou dar-lhe uma novidade triste.

Respondendo eu:

- O meu capitão está mangando com a minha pessoa?
- Oxalá, que fosse isso, Fradique.

Palavras estas ditas a chorar.

- Meu Capitão e amigo, diga-me o que é?
- Está preso, Fradique.
- Porquê?
- Por ser Republicano, e por umas confidências recebidas do Regimento de Cavalaria n.º 10, com sede em Vila Viçosa, que, entre outros assuntos, dizem ser contrário à atual situação do país.
- Vamos embora, meu Capitão, a escrita está em dia.
- Isso é verdade, Fradique, nunca sai sem deixar tudo arrumado.

Nestas altura fiz-lhe entrega das chaves do arquivo e da porta do quarto da escrituração.

Saimos, acompanhando-me até ao convento denominado “Carmelitas”, entregando-me às Autoridades Militares ali em Serviço (Regimento de Infantaria n.º 24, dando-nos entrada numa “sala” na qual já existiam alguns detidos, militares e civis, pelo mesmo motivo (política).

Depois de estarmos reclusos no dito convento, as Autoridades Locais tiveram particularmente conhecimento que estava preparada uma fuga dos presos políticos, sendo-nos oferecido por Elementos Cíveis, contrários à atual situação, o seguinte:

“Aos militares com uma certa graduação, o alistamento no “Exército Brasileiro”, em várias patentes, sendo a minha no posto de Tenente”.

E aos civis, outras regalias compatíveis com as suas habilitações literárias.

Ninguém aceitou tal, e respondemos todos “somos Portugueses”, e não traidores a Portugal, e a seguir, e todos em voz alta:

– Portugal, Portugal, Portugal.

Horas depois fomos avisados que eramos transferidos para o Porto.

Chegados a esta cidade, demos entrada no “Edifício do Aljube” e alojados numa sala denominada de “Aula”.

Nesta altura foi-nos entregue a cada preso político, duas mantas, sendo uma para o chão e a outra para nos taparmos. E assim, nesta situação, passámos parte da estação do inverno.

Devido ao alojamento que nos foi destinado, apanhei a terrível doença “Bronquite”.

Ainda hoje sofro de tal doença, depois de ter gasto tanto dinheiro em médicos, remédios, etc. Agradecendo a Deus, embora não esteja completamente curado, por me encontrar um pouco melhor.

A citada sala tinha janelas para o largo onde estava situado o edifício que se destinava ao alojamento do pessoal com idade avançada.

Desconfiando, as autoridades em serviço no Aljube, que os habitantes que passavam no largo, faziam sinais para os presos políticos (...), foram às janelas da sala na qual estávamos alojados, pregaram-nas, pintaram-lhes os vidros, e a respiração era feita pelas bandeiras de cima das mesmas, lutando os ocupantes com grande falta de ar, devido ao grande número de ocupantes, e tornando-se, por este motivo, muito prejudicial à saúde dos mesmos.

E quando necessitávamos das casas de banho, eramos acompanhados por um guarda da Polícia de Segurança Pública, ali em serviço.

Ainda alojados na “sala de aula” foi ferido um dos presos políticos, com um tiro disparado involuntariamente pela arma de um guarda ali em serviço, tendo o assunto sido mandado averiguar, provando-se não haver culpabilidade da parte do guarda.

Pelo comando militar, e da Região do Porto, foi nomeado comandante da guarnição, oriundo da Guarda Nacional Republicana, o camarada, Capitão Pimentel.

Este nosso camarada, logo que tomou posse, e passou revista às várias dependências nas quais nos encontrávamos alojados, notou as más condições, e imediatamente tomou as necessárias providências, tendo as mesmas sido atendidas.

Nestes termos, os presos políticos foram transferidos para as novas dependências, quartos e aulas disponíveis, modificando assim, um pouco, o bem estar dos mesmos.

A alimentação passou a ser muito melhor, com a mesma a ser vigiada pelo comandante, que assistia à distribuição das refeições (...). À minha pessoa, e a mais três ocupantes, foi-nos destinado um quarto pequeno mas com capacidade

suficiente para estarmos muito regularmente instalados, roupas mudadas todos os sábados, assim como a limpeza dos quartos e aulas.

Os ocupantes eram os Doutores Cerqueira Lago, natural de Amarante, Domingos Pereira, natural de Lisboa, Sargento Ajudante Manuel José Marques, do Regimento de Cavalaria n.º 8, com sede em Aveiro, e natural de Nisa, e eu, o 1.º Sargento João Augusto Fradique, do Regimento de Cavalaria n.º 8, e natural de Vila Viçosa.

Mais relato, que aos presos políticos, e em seguida à Reimplantação da Monarquia, apareceu-nos um guarda da Polícia de Segurança Pública (trauliteiro), como lhe chamava o povo, a perguntar-nos se algum de nós desejava aderir ao “Movimento Monárquico” sendo-lhe respondido em voz alta:

– Aqui ninguém aceita tal, quem nos mandou prender nos mandará soltar.

Em seguida, apareceu um outro guarda, de quem não me recordo o nome, mas sim o número, que era o “132, vinha acompanhado com uma bandeira monárquica, passando com ela por cima dos presos políticos, e empregando as seguintes palavras:

– Malandros, bandidos...

E outras palavras que presentemente não me vêm à memória.

Depois do camarada e amigo, Capitão Pimentel, ter também a seu cargo o serviço dos presos políticos, como já disse anteriormente, tudo passou para melhor, tanto na alimentação, como também no alojamento.

Nas quintas-feiras e domingos passou a haver também às refeições vinho e fruta.

Num dos dias, o vinho continha uns papelinhos brancos que diziam as seguintes palavras “para estes bandidos e malandros”, e ainda outras palavras, lembrando-me apenas de “veneno”.

Uma vez, dado conhecimento ao nosso camarada Capitão Pimentel, que passava sempre pelos presos políticos, e nos perguntava como eramos tratados pelos empregados, avaliando se eles cumpriam todas as missões prontamente, nomeadamente qualquer recado que fossem necessários vir de fora, por não haver na cooperativa do edifício.

Questionava também se a comida era boa, gostosa, bem confeccionada e abundante, sugerindo que quando notassem alguma falta lhe fizessem chegar, para ser atendida dentro das possibilidades.

Apareceu o dia 7 de fevereiro de 1924, e as praças da Guarda Nacional Republicana, que durante o tempo em que estive implantada a Monarquia no norte do país, passou a chamar-se Guarda Nacional Real, foram avisadas que havia qualquer assunto de anormal.

Por estarem ao serviço no Aljube, estes avisaram os presos políticos, que passámos a estar vigilantes, isto é, todos nos levantámos, com o máximo silêncio, e preparámo-nos para o que pudesse suceder de anormal.

Eram aproximadamente 7 horas da manhã quando se ouviram os primeiros tiros.

Os guardas em serviço no Aljube foram às várias dependências, nas quais estávamos alojados, dizendo:

– Camaradas, a República acaba de ser reimplantada na cidade, a vitória é nossa.

Pouco tempo depois, era a mesma confirmada pelo nosso camarada e amigo, Capitão Pimentel.

Este nosso camarada e grande amigo, tomou imediatamente as necessárias precauções de defesa, para salvaguardar a vida dos presos políticos, mandando cercar o edifício do Aljube pelas praças do seu comando, não sendo permitida a entrada a pessoas estranhas ao serviço, sem irem munidas das respectivas licenças autenticadas com o “selo branco” do que o camarada e amigo Capitão Pimentel fazia uso, evitando assim que os “trauliteiros”, como lhe chamavam, invadissem o edifício e nos matassem, para porem em prática o fim desejado.

Pouco passava das 7 horas da manhã, a reimplantação da República era confirmada pelo Comando Militar do Porto.

Por ordens superiores, assumiu interinamente o Comando Militar da Cidade e da Região, o Excelentíssimo Camarada, Tenente-coronel Ribeiro de Carvalho.

Este nosso camarada, imediatamente mandou soltar todos os presos políticos, tanto militares, como civis.

Uma vez em liberdade, fomos mandados apresentar no Comando Militar (Edifício do Governo Civil) para nos ser dado destino.

Os “trauliteiros” foram perseguidos até à fronteira Espanhola, acompanhando o seu chefe, Henrique Paiva Couceiro.

Outros tomaram a direção sul, sendo perseguidos até perto de um local denominado “A casa das balas”.

Neste local deu-se o último combate, acabando os “trauliteiros” a hastearem a bandeira branca, como sinal de rendição, sem condições, sendo mandados apresentar, devidamente escoltados, no Comando Militar do Porto e da Região.

No regresso das tropas aos seus quartéis foram-lhes atribuídas várias missões, sendo a minha a de comandante de uma Esquadra de Reconhecimento, com a missão de evitar alterações da ordem pública, recolher, saídas para fora da cidade, sem as respectivas licenças.

Aos civis foram-lhes destinados serviços de patrulhas, rondas, etc, devidamente comandados por militares graduados.

As ordens de serviço eram emanados do Comando Militar, e rigorosamente cumpridas.

Quando uma força militar passa por outra, o reconhecimento faz-se com “Santo, Senha e Contra-Senha”, e regra geral era sempre o nome de um artigo militar, como por exemplo luva, bússula, almofada e mandil. Todos estes artigos fazem parte do “estojo de limpezas” distribuído às praças que têm solípedes distribuídos para tratamento.

Depois de tudo normalizado, a nós militares foi-nos mandado apresentar nas unidades, sendo-nos concedidos 30 dias de licença de campanha, com todos os

**As memórias dos movimentos republicanos de 3 a 7 de Fevereiro de 1919
e 25 de Abril de 1974**

vencimentos, para gozarmos nos locais que desejarmos, e os transportes pagos por conta do Estado.

Aos civis foram-lhes também concedidas regalias do seu interesse.

É patriótico podermos assistir ao içar da bandeira verde rubra, que consta do seguinte:

Ao centro, o escudo de Portugal, sobre a esfera armilar, lembrando as viagens dos Portugueses por todo o mundo.

O escudo tem as cinco quinas, representando os cinco reis mouros vencidos na batalha de Ourique por D. Afonso Henriques, e em cada quina, vêem-se cinco pontos brancos, simbolizando as cinco chagas de Cristo.

A bandeira é sempre içada e colocada nos lugares superiormente determinados pela legislação em vigor.

Nunca nos poderemos esquecer desta célebre e gloriosa data, em que tomei parte ativa no Movimento Republicano Democrático de 3-7 fevereiro de 1919, no qual fomos vitoriosos, principalmente, em defesa de uma causa justa e patriótica, por ter sido novamente implantada a Republica na zona norte do país.

Portugal é nação democrática, de ordem unida e de trabalho.

Camaradas, tenhamos sempre fé, para que as vitórias sejam sempre a nosso favor.

Viva Portugal livre, unido, independente e democrático.

Quartel, em Aveiro 26 de fevereiro de 1919

João Augusto Fradique

Tenente do Exército

O movimento republicano democrático de 25 de abril de 1974

Foi neste movimento que Portugal continuou a estar livre, independente e democrático, graças ao exército, forças militarizadas, e ao povo, que quando unido jamais será vencido.

É para a minha pessoa, e todos os bons Portugueses, para os vindouros de amanhã, confiantes de que os dois movimentos republicanos e democráticos, isto é, o dos dias 3-7 de fevereiro de 1919, e bem assim, o de dia 25 de abril de 1974, ambos faam parte da nossa História pátria.

Provando-se mais uma vez, aos Portugueses de hoje, e aos vindouros de amanhã, e ao restante mundo, a valentia, coragem e sangue-frio de todos os Portugueses, que em defesa da nossa jamais esquecida pátria, derramaram o seu sangue.

Viva Portugal livre, unido, e democrático.

E para terminar, meus camaradas e amigos, e bem assim para todos os que desejarem ler as presentes memórias, as mesmas encontram-se em minha casa à vossa disposição, pedindo que me desculpem, se no decorrer da leitura notarem algum erro ou omissão.

Francisco Caeiro

Finalmente lhes peço que digam bem alto as seguintes palavras:

Vivam os dias 3 – 7 de fevereiro de 1919, por ter sido novamente implantada a República na zona norte do país.

E viva o dia 25 de abril de 1974, por Portugal continuar a estar livre, unido, independente e democrático.

Finalmente, meus camaradas e amigos, por todos pedimos a Deus, o verdadeiro democrata naquele tempo, que dê eterno descanso às suas almas, e lhes perdoe os seus pecados.

P.N.A.M.

Tenho dito

João Augusto Fradique

Tenente do exército

Fornos de telha de Vila Viçosa – “Cozendo o barro com lenha do concelho”

Tiago Passão Salgueiro



Figura 1 – Forno de Telha do Álamo – Vila Viçosa.

Um pouco de história

Está comprovada, desde a Carta de Foral de 1270, emitida pelo Rei D. Afonso III, a existência de fornos de telha no termo de Vila Viçosa. Nesse documento, constata-se que os telheiros tinham que pagar um tributo ao monarca, que consistia numa décima parte resultante da venda dos seus artefactos, tal como acontecia com outros ofícios, nomeadamente oleiros e padeiros.

Neste período, grande parte dos fornos de telha estavam situados na zona da Fadraga, junto à Quinta de Peixinhos, a sul de Vila Viçosa. Nesses coutos, os telheiros podiam utilizar os barros e a lenha para os fornos, cuja abundância determinava a sua localização. Este facto comprova a existência de jazidas argilosas neste território, que propiciou o desenvolvimento deste ofício desde a Idade Média.

A partir deste período, o progresso de Vila Viçosa em termos demográficos e económicos alicerçou-se também devido a esta atividade. Para além da fertilidade dos solos e dos privilégios decorrentes do foral, a construção de habitações a preços acessíveis, devido à considerável produção dos “telheiros da Fadraga”, então em grande número, “cozendo com barro e lenha do concelho”¹, razão pela qual pagavam o dízimo ao Estado, permitiu que os materiais de construção fossem vendidos a preços acessíveis².

Em 1640, temos a notícia, através das “Memórias de Vila Viçosa”, do Padre Joaquim Espanca, sobre o facto de terem sido multados sete telheiros e obrigados a fazer à sua custa duas varas antes e duas varas depois da ponte da estrada ou azinhaga das vinhas da Coutada, devido ao facto de a terem danificado, com a excessiva extração de barro. Isto dá-nos a confirmação de que este ofício estava em franca atividade em meados do século XVII.

Em 1673, discutia-se a questão do combustível para os fornos de pão da vila e de telha e ladrilho na Fadraga, onde então estavam em atividade nove telheiros, quase todos fechados nesta data por falta de lenha para cozedura das fornadas.

Para remediar esta falta, acordou então a Câmara em deixar incultos dois sesmos da Coutada dos Telheiros, mais precisamente o Vale dos Castanheiros e a Fonte da Cebola, a fim de terem os forneiros abundância de lenha e não levantarem a percentagem de pão e assim poderem os “telheiros” e oleiros continuar no exercício das suas indústrias, fornecendo os seus artefactos por preço acessível tanto aos moradores do concelho de Vila Viçosa, como aos concelhos circunvizinhos.

Nesse ano, a medida foi considerada como positiva, já que permitia a produção de lenha em terras pouco produtivas para outras culturas. Porém, esta deliberação de 20 de Janeiro foi posteriormente revogada a 28 de Julho de 1674.

¹ Segundo o cronista Padre Joaquim Espanca, existia grande quantidade de material combustível (lenha), em todo o concelho, assim como barro e pedra calcária para a produção de cal.

² ESPANCA, Pe. Joaquim José da Rocha – *Compêndio de Notícias de Villa Viçosa*. Redondo: Typ. F. Carvalho, 1892, p. 125

Fornos de telha de Vila Viçosa – “Cozendo o barro com lenha do concelho”

Em 1679, no dia 17 de Junho, António Lopes é nomeado Juiz do ofício de “telheiro”, o que evidencia a importância socioeconómica desta atividade neste território.

Em 1699, voltou a colocar-se a questão do combustível para os fornos, questão discutida e remediada em 1673 por um período de um ano, em vista à oposição que fizeram os mestres às medidas adoptadas. Agora suscitava-se novamente a mesma questão porque os forneiros insistiam no levantamento de percentagem da “poia” alegando dificuldades que tinham em encontrar o mato necessário para o aquecimento dos fornos.

Nesse sentido, resolveu a Câmara na vereação de 19 de Setembro desse ano demarcar algumas áreas da coutada do Vale dos Castanheiros para a parte do Monte Branco, de modo a ficarem incultos, visto serem terras menos produtivas, o que se observou como consta na vereação de 18 de Setembro do ano seguinte. Esta medida era mais modesta e equitativa do que a primeira de 1673 e por isso não encontrou oposição por parte da população.

A 15 de Julho de 1705, as taxas sobre os materiais de construção, nomeadamente a telha e o ladrilho fino tiveram um aumento considerável. A taxa da telha a 2500 réis o miheiro, o ladrilho fino a 2000 reis e a alvenaria e ferraz a 1500. Tinham encarecido bastante.

Em 1732, Martinho Filipe Minguéns compra a Paulo Gomes da Silveira um farragial com um telheiro e casas junto da Fonte da Cebola, que foi o princípio da Quinta das Casas Altas. Esta informação permite constatar a existência de outro forno de telha na zona sudeste de Vila Viçosa³.

Em 1754, a Câmara proíbe os telheiros ou “telheiros” que abram nas courelas da Coutada novas minas de barro, mas que explorem somente onde se achassem as antigas escavações.

No início do século XIX, esta atividade entrou em crise no concelho de Vila Viçosa, sobretudo devido ao *deficit* de material combustível para aquecimento dos fornos.

Em 1836, com o aforamento geral das Coutadas, mais grave se tornou a questão das lenhas facultadas a telheiros e forneiros de pão e o resultado foi a necessidade de importação de fora do concelho de Vila Viçosa da maior parte da telha e do ladrilho necessários para o consumo no território.

Depois de funcionarem com interregnos durante alguns anos, os três telheiros existentes na Fadruga durante o início do século XIX, coziam as fornadas com o mato das testeiras das fazendas sitas nas azinhagas de São Marcos e outras próximas.

A Casa de Bragança, que possuía um telheiro na Tapada Real, construído devido à necessidade de matérias-primas para obras no Paço Ducal, permitiu a utilização desse forno para proveito particular, recebendo a mesma Casa uma percentagem de todos os artefactos produzidos, não para venda, mas para as obras internas nos seus edifícios.

³ ESPANCA, Joaquim José da Rocha, *Memórias de Vila Viçosa* n.º 11, Vila Viçosa, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1984, p. 21.

Não fora esta disponibilidade, os materiais de construção teriam que ser importados de outros concelhos, nomeadamente as telhas e os ladrilhos necessários para as obras. Só a Tapada Real possuía os elementos indispensáveis para esta indústria: água, barro e lenha.

Em 1839, os proprietários e rendeiros de telheiros e dos fornos de cal, de acordo com as disposições camarárias, não podiam exercer a sua atividade sem autorização prévia da Câmara, por escrito e com o respetivo pagamento dos emolumentos ao Escrivão.

Esse facto representava uma mudança em relação aos séculos anteriores e exigia-se somente o pagamento de uma fiança aos caleiros em certos fornos que se localizavam em olivais e vinhas e onde havia, por conseguinte, perigo de danificação de prédios vizinhos. Porém, segundo o Padre Joaquim Espanca, estes casos eram muito raros.

No final do século XIX, ainda continuavam os três fornos em funcionamento, nesta zona da Fadruga⁴.

Os fornos eram utilizados para a produção de materiais de construção, nomeadamente tijolos e telhas, num trabalho familiar e de carácter artesanal.

Neste período, existia uma indústria cerâmica de considerável dimensão em Vila Viçosa, com um conjunto significativo de fábricas de produção. Uma das mais antigas, datada de 1882, pertencia a José Arcádio da Silva⁵, que obteve uma menção honrosa na Exposição do Palácio de Cristal no Porto nesse mesmo ano, com a apresentação de vários produtos de uso doméstico, entre os quais se destacavam as jaras, os vasos, ânforas para água fresca no verão e os diferentes objetos de fantasia, assim como outros artefactos de louça de barro vermelho⁶.

A sua produção era vendida no concelho e exportada para Espanha. Outra informação curiosa sobre a descrição da sua atividade tem a ver com o facto de a sua produção empregar o barro proveniente da Tapada Real de Vila Viçosa.

O referido mestre foi também o responsável pela elaboração das placas toponímicas de barro pintadas de preto, com os nomes das ruas e travessas de Vila Viçosa⁷ e das cabeças de veado em cerâmica que se encontram nas coleções do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança.

⁴ ESPANCA, Joaquim José da Rocha, *Memórias de Vila Viçosa* n.º 9, Vila Viçosa, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1984, p. 88.

⁵ Filho de Arcádio da Silva e de Aurélia Francisca, nasceu na Vidigueira, terra de sua mãe, no ano de 1845 e veio de tenra idade para Vila Viçosa, onde o seu pai já estivera em solteiro. Aqui, ao mesmo tempo que aprendeu com seu pai o ofício de oleiro, dedicou-se à música, tornando-se um dos melhores filarmónicos da terra; pois tocou muitos anos clarinete, requinta e flauta. Casou nesta vila com Joana Francisca Amaro e teve descendência.

⁶ ESPANCA, Joaquim José da Rocha, *Memórias de Vila Viçosa* n.º 33, Vila Viçosa, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1984, p. 98.

⁷ Estas peças foram oferecidas ao Museu-Biblioteca da Casa de Bragança em 1955 pela Câmara Municipal de Vila Viçosa, tendo sido entregues por Salvador Lourenço Torrinha ao então Conservador, Dr. João de Figueiredo.

Fornos de telha de Vila Viçosa – “Cozendo o barro com lenha do concelho”



Figura 2 – Placas toponímicas da autoria de José Arcádio da Silva.

Existiam mais unidades de produção no concelho de Vila Viçosa no século XIX que concorreram, em 1888, à Exposição Industrial de Lisboa. Todos os nomes indicados possuíam uma fábrica:

- José Cigarrilha (Freguesia Matriz) – produção de telhas e tijolos;
- José Joaquim Mourão (Freguesia Matriz) – produtos de barro vermelho;
- Joaquim Nepomuceno (Freguesia de São Romão) – telhas, tijolos, etc;
- Isidoro Maria Barrancos (Freguesia de São Bartolomeu) – produção de loiça de serviço utilitário, nomeadamente infusas, alguidares, cântaros e *cangirões*;
- Estevão Arcádio da Silva – com a fábrica em laboração durante este período;
- Joaquim Arcádio da Silva – também com a atividades registada no final do século XIX.

A família Arcádio da Silva participava no mercado semanal de Estremoz, com a venda de loiça vidrada e sem vidro.

Na Tapada Real, subsiste uma das últimas infraestruturas para a produção de telha, preservada pela Fundação da Casa de Bragança.

Este conjunto edificado testemunha o trabalho e a arte dos telheiros, que aqui amassavam, moldavam e coziam o barro, produzindo materiais de construção essenciais no âmbito da construção.

Esteve em funcionamento até 1972 do século XX, sendo explorado pelo mestre António Joaquim Cordeiro, que terá iniciado a sua atividade no local no final dos anos 30 do século XX.

A Tapada Real, tendo em conta as suas características, fornecia as matérias-primas para o funcionamento do forno; o barro era extraído no interior do recinto, assim como o combustível, composto maioritariamente por estevas e lenha de azinho.

O volume de produção era bastante elevado, o que obrigava a que a família, residente em Vila Viçosa, se deslocasse temporariamente para o casario anexo ao forno durante os meses de verão.

O mestre tinha incorporado ao serviço seis colaboradores, que desempenhavam as funções necessárias para a produção dos materiais, nomeadamente a recolha do barro, em locais escolhidos para o efeito por António Joaquim Cordeiro, de acordo com a experiência profissional que já detinha e a recolha de estevas e lenha de azinho.

Era o próprio que acompanhava e monitorizava as diferentes fases e técnicas de conceção, cozedura, secagem, armazenamento e comercialização da telha.

Na Tapada, produziam-se telhas, tijolo de burro, lambaz e tabiques, assim como ladrilhos. Os principais clientes de António Joaquim Cordeiro encontravam-se em Vila Viçosa, para onde se deslocava frequentemente, de acordo com o volume de encomendas, no seu carro de parelha. Algumas das intervenções arquitetónicas efetuadas no Paço Ducal de Vila Viçosa, no decurso dos anos 40 do século XX, contaram com materiais produzidos por António Joaquim Cordeiro.



Figura 3 – António Joaquim Cordeiro.

Fornos de telha de Vila Viçosa – “Cozendo o barro com lenha do concelho”

O forno tem a seguinte configuração:



Figura 4 – Forno de telha da Tapada – vista geral da edificação.



Figura 5 – FORNO – onde era queimada a lenha.

Fornos de telha de Vila Viçosa – “Cozendo o barro com lenha do concelho”



Figura 6 – GRELHA – por cima da abóbada, onde era colocada a telha.



Figura 7 – TULHA – Espaço destinado à telha, onde era cozida.

O Forno de Telha do Álamo, outra memória da produção cerâmica em Vila Viçosa



Figura 8 – Forno de telha e tijolos do Álamo.

Em 1935, José Augusto Pinheiro, nascido em Fortios (Portalegre), no ano de 1911, desloca-se para Vila Viçosa, à procura de melhores oportunidades de trabalho, nomeadamente nas obras de construção do Bairro Operário de Vila Viçosa.

A construção deste projeto exigia a necessidade de contratação de mão-de-obra, o que originou a vinda de trabalhadores de diferentes áreas do país. Deste modo, foi contratado pelo Município de Vila Viçosa para produzir os tijolos necessários para o efeito, na medida em que tinha já aprendido o ofício na sua terra natal.

Anos antes, a 23 de Setembro de 1933, o governo tinha estabelecido as condições segundo as quais era feita a participação na construção das casas económicas, em colaboração com as Câmaras Municipais, corporações administrativas e organismos corporativos.

As casas económicas, como passaram a ser designadas, são habitações independentes de que os moradores se tornavam proprietários ao fim de um determinado número de anos (propriedade resolúvel), mediante o pagamento de uma prestação mensal que englobava os seguros de vida, de invalidez, de desemprego e de doença. As atribuições do governo sobre esta matéria eram partilhadas pelo Ministério das Obras Públicas.

E era este ministério responsável pela supervisão da construção destes imóveis, nomeadamente a aprovação dos projetos e orçamentos, escolha dos terrenos e da sua urbanização, promoção e fiscalização das obras, administração das verbas cabimentadas e fiscalização das obras de conservação e benfeitorias.

Em 1935, com a comparticipação do Ministério das Obras Públicas, o Município de Vila Viçosa mandou construir um bairro de setenta e seis casas económicas.

O Bairro de Casas Económicas (designação oficial) era conhecido como “Bairro Operário”. Foi um dos primeiros do género a ser construído em Portugal. Muitos dos seus residentes eram trabalhadores das pedreiras de mármore e esta nova urbanização acolheu muitos dos agregados familiares, cujas habitações foram demolidas na sequência do arranjo urbanístico da Praça da República, a partir de 1938.

José Pinheiro converte-se no primeiro habitante desta nova urbanização de Vila Viçosa e aqui constituiu família, tendo contraído matrimónio com uma calipolense de nome Laureana Saial.

Em 1938/39, iniciou uma atividade por conta própria, tendo estabelecido uma empresa de produção de telhas e de tijolos, no Monte do Álamo (popularmente conhecido como Almo), em que o forno assumia um papel fundamental. Esta propriedade, situada nas imediações de Vila Viçosa, possuía condições naturais para a recolha de matérias-primas, tendo-se procedido, nessa época, à abertura de grande crateras (barreiros), de onde era retirada a argila para a produção dos diferentes materiais.

Tratava-se de uma empresa de carácter familiar, onde estavam a laborar as suas três filhas e os respetivos maridos. Funcionava só durante o período de verão, empregando mais quinze colaboradores. Tudo dependia do volume de encomendas e de solicitações. Aqui se produziam tijolos de burro ou maciço lambaz (tijoleira para o chão), tijolo furado, ladrilho, telha de canudo e telha prensada (marselhesa).

No forno do tijolo coziavam-se os tijolos de burro e o maciço lambaz, o tijolo furado e a telha marselhesa prensada no local. O processo de cozedura demorava dois a três dias, processo que dependia sempre das temperaturas atingidas no forno.

Fornos de telha de Vila Viçosa – “Cozendo o barro com lenha do concelho”

O combustível utilizado na fornada era constituído por molhos de rama provenientes da limpeza de árvores da região, nomeadamente azinheiras, sobreiros, oliveiras e pinheiros, materiais que ao longo dos meses eram comprados e armazenados ao ar livre junto dos fornos. A telha de canudo era produzida na eira.

Depois de cozida e desenfornada era empilhada ao ar livre. Os produtos manufaturados eram distribuídos e vendidos por toda a região, primeiramente através de veículos de tração animal e posteriormente em veículos rodoviários.

Todas as tarefas eram organizadas e supervisionadas pelo proprietário.

A produção de cerâmica do Álamo, que atingiu alguma envergadura ao longo de duas décadas e meia durou até 1963, altura em que a empresa faliu devido a circunstâncias diversas.

De Vila Viçosa, José Pinheiro, com 54 anos, partiu para Pernes, no Algarve, onde trabalhou como assalariado de uma empresa de cerâmica. Posteriormente instalou-se na zona do Pinhal Novo, onde integrou diversas empresas de produção mais moderna.

Devido à grande experiência adquirida em Vila Viçosa no controlo do fogo para a cozedura do tijolo, era bastante solicitado no Montijo, Seixal, Moita e Setúbal, na sua qualidade de forneiro, na produção de tijolo de alvenaria de diferentes dimensões (30x20x4 cm, 30x20x11 cm, 30x20x15 cm, 30x20x22 cm e abobadilhas de tijoleira para lajes).



Figura 9 – José Augusto Pinheiro, proprietário da unidade de produção do Álamo.



Figura 10 – Porta de entrada do Forno do Álamo.



Figura 11 – Porta de entrada do Forno do Álamo.



Figura 12 – Tijolo de Burro com a indicação da empresa J.A. Pinheiro, produzido no Álamo, em Vila Viçosa.



Figura 13 – Tijolo de Burro produzido pela empresa J.A. Pinheiro.

Conclusão

A constituição morfológica do subsolo, com predominância argilosa em determinados locais do território calipolense, permitiu o desenvolvimento da produção cerâmica no nosso concelho, referenciada desde a Idade Média.

A riqueza mineralógica, onde se destaca a abundância do mármore, inclui também outras vertentes que permitiram o aparecimento de outras atividades económicas, nomeadamente a produção de materiais de construção, com destaque para as telhas e tijolos.

O barro, matéria-prima essencial para o seu fabrico, é abundante em vários pontos do termo de Vila Viçosa. Este facto propiciou a criação de várias unidades de produção de olaria, nas suas diversas vertentes, que se mantiveram em atividade, conforme descrito, com alguma importância socioeconómica até final do século XIX, tendo persistido de forma residual até à segunda metade do século XX.

A existência de dois fornos de produção de telha no concelho de Vila Viçosa, embora hoje desativados, confirma a importância desta atividade e as referidas infraestruturas ainda preservadas assumem-se como testemunhos visíveis da arquitetura industrial rural tradicional neste território.

Bibliografia

- ESPANCA, Joaquim José da Rocha, Memórias de Vila Viçosa n.º 11, Vila Viçosa, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1984
ESPANCA, Pe. Joaquim José da Rocha — *Compêndio de Notícias de Villa Viçosa*. Redondo: Typ. F. Carvalho, 1892

Agradecimentos

Joaquim Saial, José Augusto Pinheiro, Inês Borrões, Carlos Salomé Vieira, Inácio Mamede, João Paulo Nunes, António Neto, Maria Adelina Trindade Cordeiro Santana Crato, Dário José Fradique Santana Crato, Margarida Borrega.

Vila Viçosa em procissão – um caminhar pelo passado

Inês Jonífero*

Resumo: Este estudo incide exclusivamente na Zona de Vila Viçosa sendo a sua linha temporal ampla e isenta de balizas cronológicas. Tem como principal temática a análise da Procissão de Nossa Senhora da Conceição e busca também tratar a memória coletiva da sua população e construir um artigo com base em conversas, postais e fotografias disponibilizadas pela comunidade.

Palavras-Chave: Vila Viçosa; Memória; Nossa Senhora da Conceição.

Introdução

Recuando ao passado através da figura 1, podemos observar o atual terreiro do Paço em Vila Viçosa. Na figura está representada a fachada do Paço ducal, que foi residência dos duques de Bragança e berço do rei D. João IV.



Figura 1 – Alves Gaspar, 2013

* Mestranda em História Social na Universidade de Évora – finesj@hotmail.com

O culto a nossa Senhora da Conceição era grande em Vila Viçosa, mesmo antes de 1640. A grande devoção era praticada pela família dos Bragança e pelas restantes elites da Vila. O santuário era preservado e cuidado, bem como a imagem da virgem, como forma de grande amor pela Imaculada. No ano em que adoeceu o Príncipe D. Teodósio, filho primogénito de D. João IV, a imagem de nossa Senhora da Conceição foi levada até à capela real do Palácio para que o príncipe pudesse rezar junto dela. Porém, foi apenas no dia 1 de julho de 1855, a procissão em honra de nossa Senhora da Conceição transpassou pela primeira vez as muralhas do castelo. O santuário estava decorado das mais diversas cores litúrgicas. No átrio da igreja foram levantados três arcos, cada um representando um Marco histórico.

O primeiro representava o 8 de dezembro, o segundo o ano de 1646 (ano em que D. João IV declarou a Imaculada como padroeira do reino), e o último referente a 1415, ano da fundação da igreja.

Antes da saída da procissão, todas as ruas da Vila por onde a mesma passasse estavam alcatifadas com plantas aromáticas, tais como: a espadana, o alecrim, a alfazema e o rosmaninho. Para compreender o Santuário de Nossa Senhora da Conceição, é essencial entender o papel da Régia confraria de Nossa Senhora da Conceição e da Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

A primeira, a Régia Confraria, na altura da sua fundação era uma confraria composta pelas gentes ricas da Terra. Parte desta gente eram também os duques e os senhores que os acompanhavam no seu dia a dia. A posição de maior prestígio era a do juiz, pois era ele o responsável pelo funcionamento harmonioso da instituição. Por outro lado, cabia também à confraria auxiliar os pobres nas diversas datas do calendário litúrgico. No que toca à confraria dos escravos, a mesma regia-se de forma idêntica.

A procissão no tempo

Recuando até ao século XIX, a composição do cortejo de 1855 era bastante figurativa. Ao abrir a procissão, caminhava uma figura que representava a religião e outra Vila Viçosa. A primeira ia vestida de púrpura, e a segunda de cor-de-rosa nevado. Seguiam-se os anjos oferecidos pelos devotos, os alunos da escola Régia vestidos com uma opa azul e branca com doze meninos cantando, as várias irmandades que eram acompanhadas também por 2 figuras que representavam a Esperança e a Fé. De seguida, as ordens religiosas, o andor da virgem carregado pela confraria dos escravos e dois arcanjos, também figurativos. Por último, o escrivão da Régia confraria com uma Vara de prata e o corpo burocrático, ou seja, o corpo eclesiástico, o governador civil, o Comendador e o Senado Regimento de cavalaria número 3, como espécie de romaria, e a banda da infantaria.

Dando um salto para o século 20 durante o Estado Novo, não é possível afirmar com certezas que a composição do cortejo terá sofrido muitas alterações. Sabemos que um dos principais pilares do salazarismo era, de facto, a religião. A religião

podia estar associada a um mecanismo de controlo ou à política dos três F (Fátima, Futebol e Fado). Podemos destacar que o corpo da procissão e dos espectadores era, maioritariamente, masculina e composta por homens da elite. Isto por ser evidente o cordão de União entre o sítio que fundou a última dinastia Portugal e as gentes da sua Terra. As crianças que participavam no cortejo estavam divididas por sexo e eram acompanhadas pelos respetivos professores e professoras da mocidade. A ornamentação da procissão e das ruas puramente nacionalista. Quer nas bandeiras e estandartes presentes na celebração da missa, assim como na forma que era pregada. A missa seria celebrada de costas para os fiéis e de frente para o altar, uma medida adotada desde o concílio de Trento até à nova medida do Vaticano II. Um aspeto também curioso sobre as medidas do Vaticano II é a utilização do véu das Mulheres nas procissões ou no espaço religioso. Se dermos particular atenção à figura do lado esquerdo, em pequeno detalhe de escala, a presença feminina é sempre vista de forma coberta e com véu na cabeça. É também nestas imagens que podemos apontar a presença de meninas na participação da procissão, sendo elas os Anjos protetores de nossa Senhora da Conceição. Esta prática atualmente já não se segue, mas no ano de 2015 voltou a repetir-se.

Antes de regressarmos à atualidade, podemos adiantar que ainda existem várias semelhanças com as procissões 1855 e com o estado novo. A figura 3 pertence à procissão das velas que antecede o dia 8 de dezembro, e faz parte da novena de celebração da festa de Nossa Senhora da Conceição. São várias as celebrações e atividades durante o período que antecede o esperado dia 8 de dezembro. Das suas atividades, podemos destacar a visita das crianças ao santuário de nossa Senhora da Conceição em Vila Viçosa, e a unção dos doentes.

Relativamente à época contemporânea, mais concretamente na nossa atualidade e no passado ano 2022, a composição do cortejo forjava-se da seguinte forma: a abrir a procissão vinha a Cruz e a lanterna, em segundo lugar os escoteiros, em terceiro as várias confrarias com os seus estandartes, em quarto os universitários com uma prática bastante recente, em quinto o andor Nuno Álvares Pereira e a sua relação à Régia confraria e à fundação do santuário. Desfilam também as ordens religiosas, com destaque para a ordem do Carmo e também a recorrente ligação da ordem à figura de Nuno Álvares Pereira, em sétimo a real ordem. Em oitavo segue a Régia confraria, em nono o Clero, em décimo os bombeiros e a confraria de escravos, que são os mesmos que vão intercalando e que carregam o andor da virgem. Em décimo primeiro lugar a imagem da virgem, em décimo segundo a banda filarmónica, e por vezes também desfila a banda do exército, em décimo terceiro representantes da autarquia, décimo quarto a população e os devotos, em décimo quinto uma romaria a cavalo, que por vezes também é acompanhado com o Regimento de cavalaria número 3 de Estremoz.

A imagem imaculada e as doações no tempo

No Santuário de Nossa Senhora da Conceição em Vila Viçosa existem 4 imagens da Imaculada. A primeira, e ainda original, foi encomendada por Nuno Álvares Pereira e fabricada na Grã-Bretanha. Esta imagem é feita de pedra de ançã que reside imóvel do altar do santuário. No que diz respeito às restantes três figuras,

duas delas são imagens peregrinas que acompanham o arcebispo de Évora nas suas jornadas. Já a quarta foi uma imagem oferecida pelos duques de Bragança e é feita de Roca, isto é, é uma típica imagem de vestir. Ainda sobre esta última imagem, é ela que sai na procissão em honra de Nossa Senhora da Conceição com os mais diversos ornamentos e trajes.

No que respeita aos trajes e ornamentos, a imagem de nossa Senhora da Conceição que se encontra no altar do santuário tem uma Aia ao seu cuidado. A Aia da Imaculada é nomeada pela mesa da confraria e, conforme os estatutos da mesma, pode agregar a si colaboradoras da sua confiança. Um facto curioso é que quando ocorre a mudança de roupas conforme o calendário litúrgico, nenhum homem pode estar presente no ato desta mudança. Como a imagem fixa no altar não é uma imagem de Roca, as suas vestes são repartidas por peças (ver figura 2) que no final criam uma ilusão de um vestido completo. Além do património conferido à Aia, o cabelo da Imaculada também necessita manutenção.

No que diz respeito às doações e ex-votos recebidos, todos aqueles que fazem parte da categoria de património material cabe à confraria ordenar e preservar os mesmos, sendo o inventário de doações bastante vasto. Desde mantos oferecidos por reis, rainhas e princesas, as jóias, maquetes de barcos, velas de batismo, terços ou até mesmo um dos mais conhecido, o estandarte da batalha de Monte claros a última no contexto da guerra da restauração.

Contributos para a construção de uma memória coletiva

Agregada à história do santuário surge também a Memória contemplemos as seguintes partidas retiradas na íntegra de entrevistas feitas à população:

**Lembro-me que no mês de maio o Dia da Mãe era celebrado com uma procissão em honra de nossa Senhora participávamos com as escolas as meninas iam vestidas blusa branca saia azul-escuro corpo do manto e meias brancas. – Lurdes Fraústo*

**Residia em Borba, mas todos os meses eu visitava um santuário nem que fosse a pé – Fernando Pinto*

**Havia uma Senhora que guardava os fatos de anjo no dia da procissão éramos vestidas dessa forma e levávamos uma grande corda de flores na margem da procissão – Lurdes Fraústo*

**As meninas iam com as professoras da Mocidade levávamos flores azuis ou cor-de-rosa havia muita decoração e as pessoas eram muitas – Maria Joana Ferreira*

**Havia muitos votos muitas doações muitas promessas havia muitas Mulheres que vinham repletas de ouros na procissão com grandes cordões – Carmen Bravo*

**Colhíamos botões de rosas que se chamavam as rosas nossa Senhora e espalhávamos pelas ruas que precisam passasse além disso também recitava os versos na estátua de dom João quarto no dia 1 de dezembro – Lurdes Fraústo*

**Até ao 25 de abril todas as Mulheres usavam o véu não entrávamos na igreja sem eu nem com os ombros de fora aliás até tinha de usar umas luvas – Maria Joana Ferreira*

Vila Viçosa em procissão – um caminhar pelo passado

**Os homens antes do 25 de abril e desfilavam só depois é que as Mulheres se juntaram mais – Maria Joana Ferreira*

**O respeito pelas Aias da nossa Senhora da Conceição é das coisas que mais respeitam não era toda a gente que tinha a sorte de vestir e tocar na imagem – Maria Joana Ferreira*

**Decorriam vigílias lado estava sempre decorado com velas e flores – Maria Joana Ferreira*

**Existia muito medo durante o tempo de Salazar, mas o dia da procissão era o melhor saíamos todas arranjadas e no fim íamos à cantina da escola buscar cacau – Carmem Bravo*

Por fim, são várias as apreciações que podemos retirar desta breve exposição. Ao longo da linha cronológica aqui apresentada, a procissão atual conserva muitas semelhanças com as do passado até onde podemos recuar, ou seja, o documento mais antigo que é apresentado de 1855. A mesma mantém a presença das elites e a ligação a última dinastia reinante Portugal onde notamos mais diferenças são nas questões de género só depois do 25 de abril de 1974 é que as Mulheres começaram a participar vivamente no cortejo.

Anexos



Figura 2 – Peças de vestuário, Inês Jonífero, 2023.



Figura 3 – Cortejo, Luísa Castro, 1980.



Figura 4 – Manto de Nossa Senhora da Conceição, Inês Jonífero 2023.



Figura 5 – Cortejo, Luísa Castro, s.d.



Figura 6 – Imagem de Nossa Senhora da Conceição, Inês Jonífero, 2023.



Figura 7 – Procissão de Velas, ANTT.

Referências

- Araújo, Maria Marta, 2001, «Servir a dois senhores: a Real Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa através dos seus estatutos de 1696», *Callipole*, n.º 9, Vila Viçosa.
- Pardal, Francisco, 2018, *Uma devoção de grandes e pequenos: Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa nos séculos XVII e XVIII*, Dissertação de História Moderna e Contemporânea, Universidade de Lisboa – Universidade de Letras.
- Pardal, Francisco, 2021, «A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, Duque de Bragança (1630-1640)», *História Revista da FLUP*, IV série, Porto, pp. 107-129. DOI:0.21747/0871164X/hist11_1a5_1
- Salgado, Heliodoro, 1905, *O culto da Imaculada, estudos críticos e históricos*, Livraria Chardon de Lello e Irmãos, Porto.
- Régia Confraria e Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, 2020, *Santuário Nacional Nossa Senhora da Conceição Vila Viçosa*, República Portuguesa.

Praça de toiros de Estremoz

Luís Brito da Luz*

“Queria ser toureiro mas só cheguei a Prémio Nobel”

Camilo José Cela

Resumo: Este artigo trata da história da actual Praça de Toiros de Estremoz desde a sua fundação, no ano de 1904, passando pelo seu apogeu, declínio e renascimento assim como da comemoração da sua centúria e mais vinte anos de vida.

Palavras-chave: Efeméride; Praça de Toiros de Estremoz; Equipamento; Associação de Beneficência de Estremoz; Centro de Bem-Estar Social de Estremoz.

No passado dia 3 de Setembro uma importante efeméride estremocense foi efusivamente celebrada e comemorada na cidade, os cento e vinte anos de um dos edifícios mais icónicos, a Praça de Toiros de Estremoz, outrora, aquando da sua inauguração, a Praça de Toiros de Santa Catarina, vizinha à porta com o mesmo nome, uma das entradas seiscentistas pertencentes à fortificação abaluartada de Estremoz, e edificada no baluarte do Reguengo.

Desde o berço que foi vista como um melhoramento de extraordinário alcance para a então vila, particularmente para o seu comércio e um empreendimento que há muito se impunha como indispensável, a nova praça andou de braço dado com os ventos do progresso.

Até se estabelecer definitivamente neste local onde actualmente pontifica, saltitaram por vários sítios as corridas de touros nos séculos XVIII e XIX.

* Economista e Mestre em Economia – Especialidade em Estudos Europeus pela Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico.

Este artigo foi escrito ao abrigo do antigo acordo ortográfico.

O primeiro passo para o nascimento da actual praça dá-se no ano de 1899, no dia 19 de Julho, dia em que se dá a arrematação ao Ministério da Fazenda de um terreno¹ e suas dependências denominado Baluarte do Reguengo, junto às Portas de Santa Catarina, adquirido por Manuel Vicente da Graça Zagalo e sua mulher D. Maria da Graça da Natividade Hunter Reynolds, compra que teve direito a parangonas no jornal local e a elogios aos protagonistas².

A ideia subjacente a esta aquisição seria a constituição de uma comissão organizada³ com a finalidade de construir a praça de touros, comissão essa que depois entregaria a mesma praça à Associação de Beneficência de Estremoz, para com o seu produto fazer face às despesas com o seu estabelecimento de caridade, há pouco tempo inaugurado. Em dezassete de Março de 1900, segundo o Jornal d'Estremoz, já estava constituída a comissão e realizado o projecto e respectiva planta para a nova praça, a qual seria construída de ferro e alvenaria devendo comportar aproximadamente cinco mil pessoas, estando orçada entre doze e treze contos de réis.

Após o anúncio com a devida publicidade, da arrematação por empreitada das obras de alvenaria, carpintaria e serralharia inerentes a tal construção sob as condições do caderno de encargos respectivo, e, tendo terminado o prazo no dia 29 de Fevereiro para a recepção das propostas em carta fechada, abertas que foram as mesmas nesse mesmo dia, por escritura de um de Março de 1904⁴, foi celebrado o contrato de empreitada entre Manuel Vicente da Graça Zagalo na qualidade de presidente da direcção da empresa construtora da praça de touros, representando ele toda a direcção⁵, e os empreiteiros a quem foram adjudicadas essas tais obras.

A Joaquim Miguel Anastácio e António Luís Coelho, carpinteiros de profissão, entregou a empresa a obra de carpintaria, nos termos da sua proposta, obrigando-se para além disso os empreiteiros a construírem a trincheira de madeira com um metro e sessenta centímetros de altura por cinco centímetros de extensão e com a

¹ Registado na Conservatória do Registo Predial de Estremoz sob o n.º 6511.^a folhas 105 do Livro B – dezassete.

² Informava O Jornal d'Estremoz do dia 22 de Julho de 1899, n.º 642, que o baluarte em praça tinha sido adquirido por Manuel Vicente da Graça Zagalo e Roberto Reynolds (Roberto Rafael Reynolds, irmão de D. Maria da Graça e cunhado de Manuel Vicente) com a finalidade de ser reconstruída a antiga praça de touros, de que ainda existia uma parte importante, sendo por isso louvável “o procedimento dos dois distintos cavalheiros, que toda a gente que se interessa pelo progresso d'esta povoação applaude e elogia”.

³ No Jornal d'Estremoz de sábado 17 de Março de 1900, n.º 676, vem a notícia “Sabemos que se acha constiuída uma comissão composta dos srs. dr. João da Silveira Couto Leitão, presidente, Roberto Reynolds, tesoureiro, José Rodrigues Tocha, secretario, e Manoel Vicente Graça Zagallo e dr. Francisco Maria Namorado, como vogaes, comissão que tomou a seu cargo o empreendimento da realização do melhoramento aludido”.

⁴ Livro n.º 21 – Para as notas dos actos e contractos entre vivos. Notário J. B. P. de Campos – Estremoz, de 8 de Fevereiro a 5 de Maio de 1904, folhas 6 v. e seguintes.

⁵ Informava o O Jornal d'Estremoz do dia 27 de Fevereiro de 1904, n.º 871 que no dia 17 deste mesmo mês e sob a presidência de Manuel Vicente Graça Zagalo se tinha reunido a comissão que tinha a seu cargo a reconstrução da praça, onde foi resolvido proceder imediatamente aos trabalhos que deviam ser feitos por meio de empreitadas já anunciadas a concurso.

distância de dois metros entre os pés direitos e cuja secção seria de vinte centímetros por vinte centímetros, formando painéis móveis que se fixariam aos prumos entrando em ranhuras cavadas nos mesmos para esse efeito. Cada prumo destes teria que estar enterrado no solo pelo menos noventa centímetros e seria assente em pedra para permitir maior solidez e estabilidade. Ao longo de toda a trincheira, quer na parte interior, quer na exterior da mesma, um estribo de altura conveniente seria colocado, assentando o mesmo sobre chapuzes ligados aos respectivos prumos e aparafusados aos painéis respectivos. Assumiu o encargo de fiador desta empreitada o empregado público e industrial José Nunes Adegas⁶.

A empreitada de alvenaria foi adjudicada a Jacinto José Cachudo, também nos termos da proposta apresentada, com a alteração do preço inicial apresentado de seis contos quatrocentos vinte cinco mil réis, saldando-se a adjudicação final em seis contos de réis. Adicionalmente, obrigava-se este a adquirir o material já existente na praça pelo preço que tinha sido fornecido, cuja importância lhe seria descontada na última prestação, aceitar ainda a cal que havia de fornecer Joaquim José de Rosa Bastos até à quantia de duzentos mil réis na qual seria incluída a já entretanto fornecida, pagando a que viesse de futuro ao preço corrente na altura e a fazer uma parede de tijolo ao alto na parte inferior das abobadilhas a fim de substituir o enchimento de alvenaria indicado no projecto. Finalmente, caso fosse necessário, mudar as duas pequenas portas existentes uma de cada lado da porta principal, trabalho que seria por conta do empreiteiro. As mesmas teriam que ser colocadas de forma a que o eixo correspondesse em linha recta ao eixo das escadas de acesso para as bancadas do sol e sombra respectivamente. Assumiram o encargo de fiadores desta empreitada os proprietários Francisco Frago e Venceslau Vieira⁷.

Já a empreitada de serralharia, que compreendia toda a obra em ferro, foi confiada a João Francisco Rodrigues nos termos da sua proposta que se socorreu do comerciante desta vila e também proprietário, Narciso da Silva Ribeiro, para fiador da mesma⁸.

Foram testemunhas deste contrato de empreitada, que se saldou no montante total de 7:930\$000 réis, mais 555\$526 réis que o valor inicial orçamentado em 7:374\$474, dois estremocenses, António Maria de Almeida, casado e barbeiro de profissão e José Francisco da Silva Capeto solteiro e alfaiate⁹.

⁶ A respeito desta empreitada noticiava o Jornal d'Estremoz do dia 5 de Março de 1904, n.º 872 que a adjudicação tinha sido feita por 1:280\$000 réis, menos 47\$400 réis que o montante inicial de 1:327\$400.

⁷ Em relação à empreitada de alvenaria o Jornal d'Estremoz do dia 5 de Março de 1904, n.º 872 referia que a adjudicação, para além de ter sido feita ao empreiteiro Jacinto José Cachudo também tinha sido entregue a António Luís Coelho e Carlos Faleiro. Mencionava ainda uma diferença para mais de 865\$930 réis em relação aos 5:134\$070 réis iniciais, muito diferente do que foi escriturado.

⁸ O Jornal d'Estremoz do dia 5 de Março de 1904, n.º 872 refere que o valor deste contrato se situou em 650\$000 réis, menos 263\$000 réis que o valor inicial de 913\$000 réis.

⁹ Informação prestada pelo O Jornal d'Estremoz do dia 5 de Março de 1904, n.º 872. O valor correcto dos orçamentos iniciais, segundo este periódico, seria de 7:374\$470 e a diferença para mais de 555\$530 réis.

Os trabalhos tinham começado com extraordinária actividade logo no dia seguinte, na quarta-feira dia 2 de Março, perspectivando-se logo aí a conclusão da obra para finais de Agosto. Nessa altura já existiam trabalhos realizados que ajudavam e muito a rápida conclusão da arena, em particular toda a parede exterior assim como os curros com capacidade para doze touros.

Na rua da Rainha D. Amélia¹⁰, na casa de residência de Manuel Vicente Graça Zagalo e D. Maria da Graça da Natividade Hunter Reynolds, aos seis dias do mês de Maio e com os trabalhos de construção da nova praça em grande desenvolvimento, antecipando mesmo a conclusão das obras antes do prazo estipulado¹¹, teve lugar a escritura de doação¹², no valor de dez contos de réis, do Baluarte do Reguengo que fizeram este casal de beneméritos à Associação de Beneficência de Estremoz¹³. Tratava-se de uma doação pura e condicional na medida em que esta associação donatária só entrava na posse do prédio mediante três condições que tinham que ser realizadas simultaneamente. Em primeiro lugar, tinha que ser construída uma praça de touros, a qual já estava em andamento, depois tinha que estar integralmente pago ou reembolsado o capital empregado nesta construção e, finalmente, também tinham que estar definidos os direitos dos subscritores que para tal fim concorreram com quantias. Manuel Vicente ficou encarregado de angariar estes investidores por meio de obrigações, com valor de cinco mil réis cada uma, até ter a importância suficiente (nunca superior a doze contos de réis) para a construção da praça¹⁴.

Definiram-se os sócios subscritores em duas categorias, a dos fundadores, que seriam todos aqueles cujos nomes constassem do registo da empresa ou comissão administrativa até à data da distribuição das respectivas obrigações e a dos secundários que eram todos aqueles que adquirissem obrigações à posteriori, não gozando estes últimos dos direitos que assistiam aos primeiros, com excepção apenas do reembolso do capital que as suas obrigações representassem.

¹⁰ Actualmente rua 5 de Outubro.

¹¹ O Jornal d'Estremoz do dia 9 de Abril de 1904, n.º 877.

¹² Livro n.º 21 – Para as notas dos actos e contractos entre vivos. Notário J. B. P. de Campos – Estremoz, de 8 de Fevereiro a 5 de Maio de 1904, folhas 45 e seguintes.

¹³ Compareceram na escritura em representação desta Associação, José Rodrigues Tocha na qualidade de Provedor, o padre António Joaquim Neves Vieira como secretário, João Augusto Silvério Carapeta na qualidade de tesoureiro e os vogais Roberto Rafael Reynolds, Malaquias José Cardoso Ramos e Francisco Inácio Costa.

¹⁴ O Jornal d'Estremoz do dia 15 de Agosto de 1903, n.º 855 vem registar com agrado a tenacidade de dois homens que “conseguiram d'esta vez fazer vingar”, à custa dos seus esforços o velho desejo de construção de uma praça de touros. Acrescenta que dos dez contos de réis, quantia necessária para a edificação do edificio apenas faltava subscrever a quantia de setecentos mil réis, sendo digno do maior louvor o esforço, iniciativa e zelo diligenciados por estes dois homens de nome João Augusto Silvério Carapeta e Francisco das Dores Rosado. O mesmo jornal na sua edição de 5 de Março do ano seguinte, n.º 872, volta a tecer elogios a estes dinâmicos estremocenses referindo-se aos mesmos “Este importante melhoramento é sem duvida de extraordinário alcance para Estremoz... o que muito se deve aos esforços, iniciativa e zelo de dois cavalheiros... são elles os srs. Francisco das Dores Rosado e João Augusto Silverio Carapeta...”.

Depois, hierarquizaram-se os fundadores em função da importância subscrita, aqueles que subscrevessem obrigações com importância total não inferior a um conto de réis teriam o direito de propriedade a um camarote e por cada parcela de cem mil réis, além daquela quantia, mais um lugar reservado nas bancadas de sombra. Para os que subscrevessem obrigações com importância total não inferior a quinhentos mil réis teriam direito a três lugares de cadeira e mais um lugar de sombra nas bancadas por cada adicional de cem mil réis. Para aqueles subscritores cujas quantias eram inferiores a quinhentos mil réis teriam à mesma um lugar reservado nas bancadas de sombra por cada cem mil réis realizados, tendo os que realizassem metade dessa quantia um lugar reservado nas bancadas de sol e os de vinte cinco mil réis realizados a meia entrada nestas bancadas. Todos estes lugares de direito ficavam pertença dos subscritores fundadores podendo os mesmos ser unicamente transmissíveis aos seus herdeiros ou sucessores.

Estava também estipulado que todos estes subscritores proprietários de lugares tinham direito em todos os espectáculos a trocar os lugares por outros de categoria superior pagando a diferença de preço, bastando avisar com antecedência de, pelo menos um dia, a comissão.

Todos os subscritores seriam reembolsados do capital representados pelas suas obrigações por amortização que todos os anos se realizava por sorteio única e exclusivamente com o rendimento líquido e disponível da praça.

Ainda estava previsto a alienação das obrigações, por parte dos subscritores fundadores e seus herdeiros ou sucessores, sem perda dos seus direitos aos lugares que lhes pertenciam, mas caso optassem pela venda da propriedade desses lugares a associação donatária teria preferência em igualdade de circunstâncias, caso já estivesse na posse da praça, pois se a transmissão ainda não estivesse efectuada seria a comissão que estivesse encarregada da sua exploração a exercer essa preferência. Ainda havia um caderno em duplicado para a inscrição e apuramento dos subscritores fundadores, essencial, para de pronto se conhecerem os direitos que tinha cada subscritor. Quando depois de reembolsado o capital dos subscritores e se ter transmitido à Associação de Beneficência de Estremoz a posse da praça de touros, dada por esta escritura, foi entregue a esta um dos livros ficando o outro depositado no Arquivo da Administração do Concelho desta então vila verificando a direcção desta associação, nesta ocasião, a exactidão dos dois livros¹⁵.

¹⁵ Este caderno em duplicado e em poder da comissão administrativa continha termos de abertura e encerramento, estavam as suas folhas devidamente numeradas e rubricadas por todos os vogais da dita comissão, devendo no último dia para a inscrição dos subscritores fundadores, lavrar-se um termo de encerramento imediatamente a seguir à inscrição do último subscritor desta categoria. Dos mesmos cadernos seriam dados a cada subscritor fundador certidões, assinadas por todos os membros da comissão administrativa, das quais constasse a sua categoria, número de obrigações subscritas pelos próprios e quais os direitos que lhe assistiam por tal facto. Estas certidões constituíam para todos os efeitos os títulos que garantiam aos subscritores os direitos que por esta escritura lhes eram consignados.

Para além disto tudo, se, no futuro deixassem de existir os estabelecimentos de caridade, a cargo da Associação de Beneficência, ou os que esta pudesse vir a fundar, reverteria a praça de touros a favor dos subscritores fundadores ou seus herdeiros na proporção para cada um correspondente ao capital que tivessem subscrito¹⁶. Se esta associação donatária também decidisse não continuar na posse do objecto doado podia livremente devolver o mesmo aos subscritores fundadores ou aos seus sucessores que seriam obrigados a aceitar sem que tivessem direito a exigir qualquer indemnização.

Enquanto não se realizou a transmissão da praça foi encarregada da sua administração e exploração uma comissão composta pelo próprio Manuel Vicente Graça Zagalo e também por José Rodrigues Tocha, Roberto Rafael Reynolds, João Augusto Silvério Carapeta e Francisco das Dores Rosado, estes dois últimos também bastante louvados pela imprensa local devido ao empenho e persistência neste projecto, os quais iriam escolher entre si quem iria exercer os cargos que entendessem dever distribuir. Daria esta comissão anualmente, em reunião de assembleia geral, contas aos subscritores, os quais deliberavam por maioria de dois terços do capital representado pelos subscritores presentes¹⁷. Testemunharam este acto notarial os proprietários estremocenses Rui de Sande Menezes e Vasconcellos e Carlos Frederico Luna.

Em meados do mês de Maio, ainda com a inscrição aberta a todos aqueles que até àquele momento não tinham subscrito qualquer obrigação, os trabalhos da praça estavam em colossal desenvolvimento, surgindo adicionalmente algumas inovações que iriam contribuir para a solidez e embelezamento da praça, cujo aumento de despesa foi justificado pela sua necessidade. Começavam a ser conhecidos dos estremocenses alguns pormenores da arena. Os camarotes em número de sessenta ficavam arrumados em meia circunferência da praça e directamente sobre a bancada dos cento e cinquenta e cinco *fauteuils* com as dimensões de 1,63m de largura por 1,80m de fundo, tendo a coxia 1,20m de largura. Os *fauteuils* ocupavam as doze bancadas inferiores aos camarotes. Nos lugares do sol as bancadas eram em número de dezassete, medindo 0,50m de largura por 0,40m de altura. Tanto estas bancadas como as dos *fauteuils* eram cobertas de lajes pretas (xisto) cujo fornecimento já estava contratado na empreitada de alvenaria, enquanto o pavimento dos camarotes era em mosaico (mosaico hidráulico). Por esta altura, a gradaria que havia de circundar a praça já estava quase concluída, as colunas de ferro que sustentariam a cobertura em toda a sua circunferência, os tabuleiros de

¹⁶ Em conformidade com o preceituado no artigo 1473 do Código Civil.

¹⁷ Para a assembleia geral se constituir em primeira convocatória era necessário que estivessem presentes ou devidamente representados, subscritores que representassem pelos menos cinquenta por cento do capital que estivesse à data por amortizar. Não concorrendo número de subscritores, na primeira reunião, suficientes para as condições expostas, poderia reunir a assembleia geral em segunda convocatória e deliberar com qualquer número de subscritores presentes, fosse qual fosse o capital que representassem.

zinco e outros aprestos estavam em vias de chegar¹⁸, trabalhando nesta azáfama setenta operários¹⁹.

Por esta altura, com os trabalhos em velocidade de cruzeiro e vislumbrando-se no horizonte a obra concluída, reuniu a assembleia geral de accionistas no dia 4 de Junho, onde, para além de tratar dos negócios relacionados com os trabalhos em curso, também se concentrou nas duas corridas inaugurais, decidindo para o efeito que essas mesmas corridas fossem dadas por conta da comissão, apesar das propostas existentes para o arrendamento da praça. Ficou aquela autorizada a despender as quantias necessárias, depois de esgotadas as verbas pagas pelos accionistas para completa conclusão da praça, sendo a diferença saldada pelo resultado dos primeiros eventos²⁰.

Já com o mês de Julho bem adiantado, pela primeira vez foram anunciados com exactidão os dias 3 e 4 de Setembro²¹ para os dois espectáculos inaugurais, por ocasião das grandiosas festas à Exaltação da Santa Cruz. Estipulou-se que as portas da praça abriam às duas da tarde e que pelas quatro horas entraria na arena a azémola das farpas conduzida pelos moços de forcado seguindo-se os artistas contratados, primeiro os cavaleiros Manuel Casimiro e Francisco Simões Serra coadjuvados pelos bandarilheiros Teodoro e Carlos Gonçalves, Francisco Saldanha, José Martins e J. Ribeiro Tomé. Participariam também, para além do grupo de forcados da praça, o grupo da praça do Campo Pequeno, liderado pelo cabo Manuel Alcoriol. Nesta altura, ainda estava em contratação um matador espanhol e sua quadri-lha, o qual só a meados de Agosto se soube ser Manuel González, *El Rerre* com seus bandarilheiros, Vicente Vegas e José Garcia (Moreno). Para além destes artistas ainda figurariam nas cortesias todo o pessoal da arena e touril, campinos a cavalo, quatro cavalos de combate rigorosamente ajazezados e conduzidos à mão por outros tantos criados dos cavaleiros. Os dois curros de dez touros cada um seriam pertença da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado e de D. Caetano de Bragança (Lafões). A banda de música escolhida para abrilhantar os dois eventos foi a de Infantaria 2, de Lisboa, que para esse fim, chegou a Estremoz na noite de sexta-feira 2 de Setembro, a direcção técnica desta nova arena ficava a cargo de J. Carlos Martins e estavam previstos comboios a preços reduzidos de Setúbal, Évora e outras estações. E tudo isto no meio de uma azáfama devido à progressão tremenda dos trabalhos, para além do habitual boicote dos *Velhos do Restelo*, criatu-

¹⁸ O Jornal d'Estremoz dos dias 14 de Maio, 11 de Junho e 16 de Julho de 1904, n.ºs 882, 886 e 891. Acrescentava o periódico de Maio que “Se a subscrição dos dez contos não fôr coberta por mais subscriptores, e por esse motivo a praça não possa ficar concluída, no seu todo, até fins d'agosto, ficará, todavia, nas condições de poder funcconar n'esse tempo.”

¹⁹ O Jornal d'Estremoz do dia 21 de Maio de 1904, n.º 883 mencionava “33 alvenós (pedreiros), 36 trabalhadores e 1 canteiro”.

²⁰ O Jornal d'Estremoz do dia 11 de Junho de 1904, n.º 886.

²¹ No, O Jornal d'Estremoz do dia 14 de Maio n.º 882 ainda era referido com previsão os dias 4 e 5 de Setembro, domingo e segunda-feira respectivamente, para as corridas de inauguração.

ras mesquinhas que através da política tudo faziam, ingloriamente, para que esta aspiração dos estremocenses não tivesse êxito²².

A meados de Agosto com os trabalhos exteriores em estado muito adiantado, o trabalho de alvenaria no interior do recinto já estava concluído, estando nessa altura em acção as execuções nos gradeamentos, camarotes e madeiramentos²³. A tal respeito o jornal lisboeta *A Arena*, especializado na arte da tauromaquia, falando da praça de touros de Estremoz dizia num artigo alongado “Está em via de conclusão n’esta villa uma nova praça de touros que comportará umas sete mil pessoas e ficará sendo uma das melhores de quantas existem em Portugal. A nova praça é construída com toda a solidez e elegancia, e os materiaes que entram principalmente na construção, alem da cal e areia, são a pedra e o ferro. A madeira entra apenas como adorno, à semelhança do que acontece com a praça do Campo Pequeno²⁴. O conjuncto dá uma ideia da bonita praça de Villa Franca,...”²⁵.

Os vinte touros seleccionados para serem lidados na inauguração, acompanhados dos respectivos cabrestos, tinham iniciado a sua viagem rumo a Estremoz, desde os campos de Vila Franca, na manhã do dia 24, uma quarta-feira. Ficariam até ao dia dos eventos nos terrenos da herdade do Chalrito, na coutada, propriedade de Manuel Vicente Graça Zagalo, a poucos quilómetros de Estremoz. Entretanto, por esta altura, os trabalhos no interior da praça já se encontravam concluídos, estando apenas as lavagens das lajes das bancadas e dos mosaicos nos camarotes em realização²⁶.

Na segunda-feira dia 29, pelas cinco horas da tarde teve lugar a inspecção à praça com presença do Administrador do Concelho Domingos Joaquim da Silva, acompanhado pelo seu secretário Carlos Frederico Luna e também pela comissão de vistoria composta pelo engenheiro civil e de minas António Maria da Silva, pelo técnico de obras públicas, João Filipe Pereira Pinho e pelo técnico de obras municipais Francisco Maria de Campos Torres, sendo esta de parecer favorável à abertura do recinto pois o mesmo gozava de condições de resistência e estabilidade sem o mais pequeno risco para o público²⁷.

Finalmente chega o tão ansiado dia da inauguração com uma animação delirante por parte dos aficionados. As embolações principiaram pelas nove horas da manhã tendo entrada livre aqueles que tivessem bilhete para a corrida, pagando os que não possuíssem ingresso e quisessem assistir a este acto um bilhete especial

²² O *Jornal d’Estremoz* dos dias 23, 30 de Julho e 20 de Agosto de 1904, nc 892, 893 e 896 e cartaz da corrida.

²³ O *Jornal d’Estremoz* do dia 13 de Agosto de 1904, n.ºs 895.

²⁴ Inaugurada a 18 de Agosto de 1892.

²⁵ O *Jornal d’Estremoz* do dia 20 de Agosto de 1904, n.ºs 896.

²⁶ O *Jornal d’Estremoz* do dia 27 de Agosto de 1904, n.ºs 897. Na notícia aparece o termo popular “chocas” em vez de “cabrestos”. Como esta expressão não é utilizada no Alentejo e Ribatejo optei por não a utilizar.

²⁷ Fundo: Câmara Municipal de Estremoz – Série: 019 – Autos de Inspecção às Escolas Primárias, 1902 – 1904 – PT/AMETZ/CMETZ/Q-C/019/0001 e O *Jornal d’Estremoz* do dia 3 de Setembro de 1904, n.ºs 898.

que estava à venda por cinquenta réis. Para além das entradas poderem ser adquiridas nas bilheteiras da praça no dia da corrida, a partir das oito horas da manhã, também se poderiam comprar em mais outros três espaços comerciais consoante o tipo. Assim, para os Camarotes e *Fauteuils* as mesmas eram encontradas na ourivesaria Carapeta & Irmãos enquanto as da Sombra estavam à venda na loja de Joaquim Lourenço Costa e as de Sombra-Sol e Sol na drogaria de Francisco Frágoso. No geral foram brilhantes e entusiásticas as duas corridas que marcariam para sempre esta praça e a então vila de Estremoz. A de Domingo, sem sombra para dúvidas, foi muito melhor que a inaugural de sábado pois os touros assim o ditaram. No primeiro dia o gado da Companhia foi em geral fraco não se prestando à lide, impossibilitando os artistas de brilharem²⁸. Mesmo assim, os artistas com a fraca matéria prima que lhes calhou em sorte conseguiram satisfazer suficientemente o público. Já no dia seguinte tivemos umas das melhores corridas, daquelas de primeira linha que nos enchem as medidas. O gado de D. Caetano de Bragança era bravíssimo prestando-se com destreza ao desafio dos artistas que, com denodo e arte, os lidaram, especialmente os cavaleiros que foram muito felizes com uma prestação magnífica nos ferros curtos sendo muito ovacionados pelo público. Dos bandarilheiros, que em geral trabalharam bem, destacaram-se José Martins na sorte de cadeira, Ribeiro Tomé no salto de vara, Teodoro Gonçalves e Francisco Saldanha nas farpas. Também o matador espanhol deixou boa impressão de um artista razoável²⁹. Quanto aos forcados causaram também muito boa impressão nas sortes arriscadas que fizeram com pegadas de valor que lhes valeu muitos aplausos. As duas touradas com muito boa direcção, confiada a J. Carlos Martins, que vestiu a pele de inteligente, estiveram muito bem concorridas com a de sábado com poucos lugares vagos enquanto a de domingo esteve literalmente à cunha³⁰.

A meados de Setembro estavam já quase terminados os trabalhos de aformoseamento no exterior do muro do lado norte e sul, os quais, infelizmente, não tinham podido ser concluídos antes da inauguração³¹.

²⁸ A distribuição dos touros para este primeiro espectáculo, segundo o cartaz das corridas foi o seguinte: o primeiro touro foi para Manuel Casimiro, o segundo para Teodoro Gonçalves e José Martins, o terceiro para Saldanha e Carlos Gonçalves, o quarto para Simões Serra e o último antes do intervalo para os bandarilheiros espanhóis. Manuel Casimiro abriu a segunda parte, enquanto Teodoro Gonçalves e Ribeiro Tomé lidaram o sétimo e Martins, Saldanha e Carlos Gonçalves tourearam o oitavo. O nono saiu para Simões Serra finalizando a corrida os bandarilheiros espanhóis.

²⁹ Para a segunda corrida e segundo o mesmo cartaz a distribuição dos touros foi a seguinte: Manuel Casimiro abriu o torneio seguindo-se os bandarilheiros Teodoro Gonçalves e Francisco Saldanha que tourearam o segundo enquanto o terceiro coube a José Martins e Ribeiro Tomé. Simões Serra e os bandarilheiros espanhóis fecharam a primeira parte lidando o quarto e quinto da tarde respectivamente. Abriu a segunda parte novamente Manuel Casimiro, seguindo dos irmãos Gonçalves e dos bandarilheiros espanhóis. O nono da tarde coube a Simões Serra encerrando o espectáculo Saldanha, Carlos Gonçalves e Ribeiro Tomé.

³⁰ O Jornal d'Estremoz do dia 10 de Setembro de 1904, n.º 899.

³¹ O Jornal d'Estremoz do dia 17 de Setembro de 1904, n.º 900.

Tal como acontece com tudo nesta vida, naturalmente, nasce-se, vive-se e morre-se, assim se passou também com esta infraestrutura, que após o seu nascimento registou aqui momentos de glória durante décadas, passando por este tauródromo as principais figuras do toureio, a elite da tauromaquia nacional assim como espectáculos musicais e outros mais bizarros para este tipo de recinto, como combates de boxe, realizados no ano de 1935. Este recinto esteve sempre umbilicalmente ligado à renomada dinastia de cavaleiros tauromáquicos estremocenses, a conhecida família Maldonado Cortes, liderando a mesma João Maria de Almeida de Matos Cortes que foi cavaleiro amador, seguido por seus filhos Mestre José Francisco Maldonado Cortes, figura de primeiro plano da tauromaquia, que tal como seu pai foi empresário desta praça, e seu irmão Afonso Manuel Maldonado Cortes exímio equitador, os dois cavaleiros de alternativa. Seu neto José Francisco Macedo Maldonado Cortes (Kiko), filho mais velho do Mestre José Maldonado Cortes, e, também ele, cavaleiro de alternativa fez aqui seus primeiros treinos assim como seus filhos e bisnetos do patriarca, o mais velho, Francisco Maria Marouço Maldonado Cortes, cavaleiro praticante que aqui toureou pela primeira vez em público e seu irmão José Maria Marouço Maldonado Cortes (Pepe), bandarilheiro praticante aí também se vestiu de toureio. As homenagens gravadas no mármore estremocense e cravejadas na entrada principal desta praça atestam esta antiga relação de cumplicidade com esta família³². Definiu este espaço ficando desactivado por muitos anos, encontrando-se em 2011 em muito mau estado de conservação. Com a finalidade de recuperar a histórica praça, o Centro de Bem-Estar Social de Estremoz, proprietário do edifício, cedeu gratuitamente por vinte e cinco anos a arena ao município estremocense para que este promovesse obras de restauro com vista à sua reabertura. O edifício foi reconvertido e adaptado a espaço multifunções, ficando as obras concluídas no ano de 2013, tendo a sua reabertura ao público ocorrido em 30 de Agosto de 2013 com uma corrida de touros nocturna onde foi lidado um curro de sete touros da ganadaria Pinto Barreiros para os cavaleiros António Ribeiro Telles, João Salgueiro, Rui Fernandes, Vítor Ribeiro, João Moura Caetano, João Ribeiro Telles Jr. e João Maria Branco, acompanhados pelos grupos de forcados Amadores de Montemor e Monforte.

Para a celebração dos cento e vinte anos deste recinto tauromáquico teve lugar no passado dia 30 de Agosto, pelas vinte e duas horas, a corrida de comemoração desta efeméride. Lidaram-se seis touros da ganadaria Veiga Teixeira para os cavaleiros João Moura, José Francisco Cortes (Kiko), Filipe Gonçalves, João Moura Caetano, Tiago Carreiras e David Gomes. Também foi corrido um novilho dos

³² Actualmente, encontram-se nas paredes oito placas de homenagem: os vinte e cinco anos de alternativa de Mestre José Maldonado Cortes e de seu filho José Francisco Macedo Maldonado Cortes (Kiko), a despedida do Mestre José Maldonado Cortes, os vinte e cinco, quarenta e quarenta e cinco anos de alternativa do Maestro João Moura, a homenagem a José Maria Cortes, antigo cabo do Grupo de Forcados de Montemor-o-Novo, figura ímpar da forcadagem, por ocasião da abertura da praça e a homenagem póstuma aos antigos forcados do Grupo de Lisboa, António Lapa e José Caraças.

Praça de toiros de Estremoz

irmãos Moura Caetano pelo amador Tomás Moura, filho do prestigiado cavaleiro João Moura, figura principal deste cartaz. Marcaram também presença nesta festa os grupos de forcados amadores de Alcochete e Monforte, capitaneados respectivamente por António José Cardoso e João Maria Falcão. Abrilhou esta festa a banda estremocense, Sociedade Filarmónica Luzitana.

Não podendo ter assistido ao seu nascimento por razões óbvias, marquei orgulhosamente presença na sua renascença assim como neste centésimo vigésimo aniversário.



Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo Distrital de Évora

Fundo: Cartório Notarial de Estremoz – Livro de Notas de João Baptista Pires de Campos, Livro 1113, 1904-02-08 a 1904-05-05 – PT/ADEVR/NOT/CNETZ/001/0649

Arquivo Municipal de Estremoz

Fundo: Câmara Municipal de Estremoz – Série: 019 – Autos de Inspeção às Escolas Primárias, 1902 – 1904 – PT/AMETZ/CMETZ/Q-C/019/0001

Luís Brito da Luz

Monografias

ALMEIDA, Jayme Duarte de – Enciclopédia Tauromáquica ilustrada. – Lisboa: Editorial Estampa, 1962.

ALMEIDA, Jayme Duarte de – História da Tauromaquia técnica e evolução artística do toureio. – Lisboa Artis Lda, 1951-1953. – 2 vol.

Publicações em série

JORNAL DE ESTREMOZ, O – Semanário Político, Imparcial, Literário e Noticioso / Fund. José Maria da Silva. – Estremoz: Tipografia de José Maria da Silva, 1887-1922. – Publicação semanal referente aos n.^{os} 642, 22 de Julho 1899; 676, 17 de Março 1900; 855, 15 de Agosto 1903; 871, 27 de Fevereiro; 872, 5 de Março; 877, 9 de Abril; 882, 14 de Maio; 883, 21 de Maio; 886, 11 de Junho; 891, 16 de Julho; 892, 23 de Julho; 893, 30 de Julho; 895, 13 de Agosto; 896, 20 de Agosto; 897, 27 de Agosto; 898, 3 de Setembro; 899, 10 de Setembro e 900, 17 de Setembro de 1904.

Agradecimentos

O autor agradece ao Arquivo Distrital de Évora, pela mão da assistente técnica de arquivo, Sr.^a Célia Malarranha, ao Arquivo Municipal de Estremoz na pessoa da directora Dr.^a Paula Gonçalves e à Biblioteca Municipal de Estremoz cuja directora é a Dr.^a Maria Helena Mourinha.

A João Malta pelos acutilantes detalhes, sempre bem-vindos.

Finalmente, a João Ruas, por tudo.

Estudos do Património

Tradición material e innovación estilística en la fachada manierista del palacio ducal de Vila Viçosa¹

Pedro López Gómez*

Resumen: El palacio ducal de Vila Viçosa y su fachada han sido ensalzados por estudiosos portugueses contemporáneos en cuanto a su importancia y expresividad en relación con otros monumentos arquitectónicos y manieristas portugueses y peninsulares. A partir de los estudios disponibles, precisamos quienes fueron sus promotores, quienes sus arquitectos, que modas y modelos siguieron, cuales sus fuentes de inspiración, la valoración de estas obras a través del tiempo, su ubicación en una posible tradición estilística nacional, y la consideración que tienen entre los tratadistas actuales españoles y portugueses.

Palabras clave: Palacio ducal de Vila Viçosa; Historia; Arte Arquitectura renacentista; Portugal Manierismo; Fachada palacio ducal de Vila Viçosa.

Abstract: The Vila Viçosa ducal palace and its façade have been praised by contemporary Portuguese scholars for their importance and expressiveness in relation to other portuguese and peninsular architectural and Mannerist monuments. From the available studies, we specify who were its promoters, who were its architects, what fashions and models they followed, what their sources of inspiration, and the assessment of these works over time, their location in a possible national stylistic tradition, and the consideration they have among current Spanish and Portuguese treatise writers.

Keywords: Ducal Palce of Vila Viçosa; History, Art Renaissance architecture; Portugal Mannerism; Facade of the Ducal Palace of Vila Viçosa,

* Catedrático de Biblioteconomía y Documentación por la Universidade da Coruña | plogo@telefonica.net

¹ El presente trabajo es un resumen, con extractos glosados, de la monografía “UNA MÁSCARA MARMÓREA. LA FACHADA MANIERISTA DEL PAÇO DUCAL DE VILA VIÇOSA (Portugal)”, de mi autoría, editado por la Universidade da Coruña en este año 2024.

1. Algunas preguntas sobre el paço ducal y su fachada. Planteamiento crítico

Partimos de la aseveración de Serrão que dice del Palacio

[...] Paço que é não só o maior e mais importante monumento português de arquitectura civil do século XVI, como um dos mais expressivos testemunhos da época maneirista, e desse gosto estilístico, a nível da Península (el subrayado es nuestro)².

Esta afirmación de Vítor Serrão, y otras similares de su autoría, nos enfrenta a una serie de **problemas** respecto al **monumento**, a sus **patrocinadores**, los duques de Bragança, a los arquitectos **constructores**, y al **carácter** del edificio calificado como manierista. Asimismo respecto a las **influencias** que pudo recibir, en relación a su grandiosidad, estructura arquitectónica y ornamentación, y a sus fuentes de inspiración y emulación tanto dentro como fuera de la Península, en los palacios de la monarquía hispánica y de la portuguesa, en los de sus coetáneos los grandes de la monarquía hispánica, o en los palacios y tratadistas romanos. Igualmente respecto a la **valoración** que los autores, escritores y tratadistas hicieron del monumento y su fachada, y de los criterios que se siguieron en su restauración, musealización y consideración patrimonial para proponerlo como **patrimonio mundial** de la UNESCO³.

Añadamos las preguntas que Durão⁴ se hacía sobre la cronología de sus transformaciones arquitectónicas, el número de tramos de su fachada, las razones sobre su revestimiento de mármol, y la inclinación de la fachada del piso noble, así como las **características** que lo aproximan a las comunes de la arquitectura portuguesa.

Veremos también algo de lo que se sabe de promotores y constructores, las influencias y características del monumento, sus vicisitudes a lo largo del tiempo, y la valoración en que se tuvo, y la que se le da en la historiografía actual, para llegar a algún tipo de **conclusiones**.

En cualquier caso, vamos a ceñirnos en el presente artículo a aquellas consideraciones que hacen estricta referencia a la fachada manierista del Palacio.

² SERRÃO, Vítor. “A fachada do paço ducal de Vila Viçosa e os seus arquitectos Nicolau de Frias e Pero Vaz Pereira: uma nebulosa que se esclarece”. *Callipole. Revista de Cultura*, n.º 22 (2015) 13-45, conf. p. 13.

³ *Vila Viçosa. Vila ducal renascentista*. Vol. III. “Estudos Históricos”. Vila Viçosa, 2018, parte integrante del expediente de la candidatura a la Lista del Patrimonio Mundial de la UNESCO, con textos de investigadores y especialistas, de diferentes áreas del saber y con obra de referência publicada sobre el património cultural calipolense.

⁴ DURÃO, Luís António. “O Paço Ducal de Vila Viçosa. Suas características portuguesas”, en *Re-Dispersos de Arquitectura*, Luís Conceição (coord), ISMAT, 2018, pp. 57 a 82. Conf. p. 1. Internet (consulta 03/02/2022)

2. El manierismo en la arquitectura portuguesa

El término «*maniera*», usado ya en el siglo XV para indicar el estilo de cada artista, fue empleado por Giorgio Vasari en el siglo posterior para describir uno de los cuatro requisitos de las artes (orden, medida, diseño y *maniera*), con particular referencia a las obras de Miguel Ángel; luego lo utiliza Jacob Burckhardt para definir de manera peyorativa el arte italiano entre el Renacimiento y el Barroco. No obstante a inicios de siglo XX, a la luz de las nacientes culturas surrealistas y expresionistas, la crítica revaloró la cultura manierista⁵.

El **manierismo** sirvió como agente auxiliar de difusión de la Contrarreforma y refleja un ambiente de crisis y angustia espiritual que acompañó a la sociedad y economía en la transición hacia el silo XVII y durante su evolución⁶.

Para tratar de aclarar los confusos **lindes y etapas del manierismo español**, y la pertenencia o no de determinados autores a ese movimiento, nos ha parecido importante recurrir a José Miguel Muñoz Jiménez⁷, quien afirma que entendemos por manierismo el arte italiano de la crisis del Renacimiento, el producido entre la muerte del Clasicismo y los albores del Barroco (1520-1600),

La noción del manierismo como el estilo histórico que siguió al del Alto Renacimiento, es mucho más reciente y con muy varias y contradictorias definiciones e interpretaciones del mismo⁸.

En palabras de Chueca Goitia, el manierismo es la última categoría, noción o concepto intelectual que ha venido a sumarse a las que ya de antiguo sirven para perfilar diversas fases de la Historia del Arte, plasmadas en estilos. Por eso, el manipularlo es todavía algo delicado y comprometido, sujeto a controversia y polémica. El propio término procede de una calificación peyorativa, como el gótico o el barroco, derivada de *amaneramiento*. Encaja entre el período renacentista y el barroco, y ocupa casi todo el cinquecento. Supone la sepultura del ideal clásico y delata una época crítica⁹.

⁵ “Arquitectura manierista”, *Wikipedia*. Disponible en: https://es.wikipedia.org/wiki/Arquitectura_manierista (consulta en 17/01/2022).

⁶ Conf. GARCIA, José Manuel. *História de Portugal. Uma visão global*, 3.ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1986, pp. 141-142. Otras referencias: BRANCO, Manuel Joaquim. “Renascimento, Maneirismo e ‘estilo chão’ em Évora”, en *Do Mundo Antigo aos Novos Mundos. Humanismo, Clasicismo e Notícias dos Descobrimentos em Évora (1516-1624)*, comissariada po Fernando António Baptista Pereira, 219-247. Évora: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999. CORREIA, José Eduardo Horta. *Arquitectura Portuguesa: Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*. Lisboa: Editorial Presença, 1991 (2.ª ed. 2002)

⁷ MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel. “El manierismo en la arquitectura española del siglo XVI: la fase serliana (130-1560)”. *Cuadernos de Arte e Iconografía. Revista Virtual de la Fundación Universitaria Española*, tomo III-5 (1990). Disponible en: <https://docplayer.es/16598879-El-manierismo-en-la-arquitectura-espanola-del-siglo-xvi-la-fase-serliana-1530-1560.html> (consulta el 17/01/2022)

⁸ HONOUR, Hugh y John FLEMING. *Historia mundial del Arte*. Madrid: Akal, 2002, Epígrafe “manierismo y manieristas”, p. 510.

⁹ CHUECA GOITIA, Fernando. *Renacimiento*, tomo 5.º de su *Historia de la arquitectura occidental*. Madrid: Dossat, 1988, conf. pp. 227-228.

La **arquitectura manierista** es aquella fase de la arquitectura europea que se desarrolló entre 1530 y 1610, es decir, entre el final de la arquitectura renacentista y el comienzo de la barroca¹⁰.

La arquitectura maneirista, recuperando la vieja designación vasariana da “maniera”, era aquella que intentaba la construcción de un espacio que interpretaba las lecciones de los tratados y se apoyaba en las enseñanzas tridentinas de decoro y contención, e intentaba insuflar un aspecto rítmico a partir de los elementos formales que componen el espacio¹¹.

Recuerda Chueca que el principal estudioso del manierismo, en arquitectura, fue Nicolás Peusner con su *The Architecture of Mannerism* (1946), menciona como paradigmáticos el palacio del Te de Giulio Romano, y del propio Miguel Ángel la biblioteca Laurenciana y la cúpula de San Pedro¹², y dedica mucha atención a El Escorial¹³, y al tratar de las importantes obras llevadas a cabo en Lisboa, en tiempo de los Felipes, destaca sobre todas el Torreón de los Paços da Ribeira, y el palacio del Marqués de Castel Rodrigo, destruidos por el terremoto de 1755. Del Torreón afirma que debió ser una de las obras más insignes llevadas a cabo por Juan de Herrera. Y de obra maestra, de un arte fraterno al escurialense, a la iglesia de San Vicente de Fora. Dejó honda huella en Portugal y su importancia fue pareja a la de El Escorial en España.

Preludio para la consolidación de las formas renacentistas fue la publicación de un libro de Diego de Sagredo, capellán de la reina Juana la Loca, significativamente titulado *Medidas del Romano*, una adaptación del famoso tratado de Virubio *De Achitectura libri docem*, (Toledo, 1526) obra de la que se hicieron doce ediciones posteriores, en castellano o francés, hasta los primeros años del s. XVIII. Aparte del texto, interesan en particular las láminas, que sin duda fueron valiosísimas para el aprendizaje de los arquitectos y canteros españoles¹⁴.

El **primer manierismo español**, llamado por Chueca Goitia *estilo príncipe Felipe*¹⁵, afirma Muñoz que responde a un estilo plenamente clásico, frente al

¹⁰ PEVSNER, Nikolaus; FLEMING, John; HONOUR, Hugh. *Dizionario di architettura*. Turin: Einaudi, 1981, voz «manierismo», Cit. en “Arquitectura manierista”, *Wikipedia*. Disponible en: https://es.wikipedia.org/wiki/Arquitectura_manierista (consulta en 17/01/2022).

¹¹ CRAVEIRO, Lurdes. “A Arquitectura a ‘o Romano’. Renascimento”. En *Arte Portuguesa: da Pré-História au século XX*. Vila Noa de Gaia: Fubu, vol. 1, 2008, conf. pp. 134-135.

¹² CHUECA GOITIA, Fernando. *Renacimiento*, tomo 5.º de su *Historia de la arquitectura occidental*. Madrid: Dossat, 1988, conf. pp. 230-235.

¹³ CHUECA GOITIA, Fernando. *Renacimiento*, tomo 5.º de su *Historia de la arquitectura occidental*. Madrid: Dossat, 1988, t. 5, conf. pp. 263-278..

¹⁴ ALCOLEA GIL, Santiago. “España y Portugal, Francia, Países Bajos e Inglaterra”, en HERNÁNDEZ PERERA, Jesús. *Renacimiento (II) y Manierismo. El cinquecento italiano*. Vol. VI de Historia Universal del Arte. Barcelona: Planeta, 1990, pp. 220-317, conf. p. 253.

¹⁵ MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel. “El manierismo en la arquitectura española del siglo XVI: la fase serliana (130-1560)”. *Cuadernos de Arte e Iconografía. Revista Virtual de la Fundación Universitaria Española*, tomo III-5 (1990) cita a CHUECA GOITIA, f. “La arquitectura del s. XVI”. *Ars Hispaniae*, XI. Madrid, 1953, pp. 183-184.

“estilo accidental con decoración no indiferente” que era el plateresco, con autores en los que incluye a Pedro Machuca, Diego de Siloé, Andrés de Valdélvira y Alonso de Covarrubias.

Al estudiar la **segunda fase del manierismo español**, o manierismo clasicista, el mismo Muñoz¹⁶ afirma que después del manierismo serliano vendría a impregnar el conjunto de edificios que forma un verdadero purismo, en línea con manifestaciones desornamentadas y vitruvianistas del más tardío manierismo europeo.

Este manierismo clasicista español lo identifica con las obras de Juan Bautista de Toledo, Juan de Herrera y sus discípulos, como Francisco de Mora y los agrupados en los focos principales de Toledo, Valladolid y Lerma, otros menores en Galicia, y Salamanca, y otro marginal en la Corona de Aragón.

El arte renacentista, con las características europeas normales tuvo poco relieve en **Portugal**, puesto que en sus períodos de mayor impacto dominaba el estilo manuelino. Y aunque en el reinado de D. João III algunas obras se expresarán en temática clasicista, ésta evolucionó, a partir de mediados del siglo XVI para el manierismo, que dominaría hasta el primer tercio del siglo XVII, transitando después, casi insensiblemente hacia formas más elaboradas del barroco.

En arquitectura, el movimiento se demostrará en la capilla mayor de los Jerónimos, por Diego de Torralva, 1540-1551; la remodelación de la iglesia de Graça, en Évora; y posteriormente, con Filipe Terzi, fundador de la primera escuela de arquitectura del país, en Sao Vicente de Fora (1582).

En cuanto a las once **características propias de la arquitectura portuguesa**, siguiendo a Durán, al haber sido el palacio objeto de ampliaciones y reformas a lo largo de los siglos, es lógico que sus diversas partes puedan resultar discordantes y responder a contradicciones o paradojas, y ser nuevos y responder, por lo antiguo conservado, a la yuxtaposición de estilos, o al arcaísmo y conservadurismo; o bien participar en categorías excluyentes, como la rusticidad y la sutileza¹⁷.

Existe un debate sobre el tema entre los historiadores portugueses, entre los que señalo a Luís Urbano Afonso, que afirma que tras la implantación de la democracia, en 1974, y la creación de titulaciones específicas desde los 80, diversos profesores han explorado nuevos campos de estudio como el manierismo, el gótico tardío o el arte colonial, bien por explorar fondos documentales inéditos o por utilizar metodologías o teorías más actuales¹⁸.

¹⁶ MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel. “El manierismo en la arquitectura española de los siglos XVI y XVII: la fase clasicista (1560-1630)”. *Cuadernos de Arte e Iconografía*, t. V-9 (1992). *Revista Virtual de la Fundación Universitaria Española*. Disponible en Internet (consulta el 17/01/2022).

¹⁷ DURÃO, Luís António. “O Paço Ducal de Vila Viçosa. Suas características portuguesas”, en *Re-Dispersos de Arquitectura*, Luís Conceição (coord), ISMAT, 2018, pp. 57 a 82.

¹⁸ AFONSO, Luís Urbano et al. “Historiographie de l’histoire de l’art au Portugal: construction, expérience et actualité de la discipline. Un débat entre Luis Urbano Afonso, Mariana Pinto dos Santos, Nuno Senos, Raquel Henriques da Silva et Luís de Moura Sobral, mené par Joana Cunha Leal”. *Perspective, actualité en histoire de l’art*. 1, 23-40, 2021. Disponible en <https://journals.openedition.org/perspective/22169> (consulta: 17/12/2023).

3. La fachada manierista del palacio ducal de Vila Viçosa

Pero lo que más nos interesa del palacio es la citada fachada principal, con sus 110 m. de largo, construida en mármol blanco y gris azulado de la región. La guía azul de Portugal¹⁹ nos resume sus datos más significativos: El palacio, comenzado en 1501, acabado en 1602, es una bella construcción, con fachada del s. XVII, de arquitectura italiana con tres órdenes de ventanas, cuya belleza reside, sobre todo, en la materia (mármoles de Montes Claros) y en la armonía de sus proporciones.

Efectivamente, la **fachada frontal** del palacio, formada por tres pisos, con 23 tramos forrados de mármol, y un total de 110 metros de largo, constituye una obra “sin precedentes en la arquitectura civil portuguesa”, y se inserta en la campaña de aumento y monumentalidad de la residencia ducal, emprendida, según algunos autores, en el tempo de D. Teodósio I, entre 1532/1533 y 1563, de gusto renacentista; y, según otros, ya en los ducados de D. João I y de D. Teodósio II, entre el último cuarto del siglo XVI y el inicio del siglo XVII, evidenciando la influencia manierista²⁰.

De “majestuoso poder escenográfico”, y grandilocuente, su cronología y autoría estuvo mal identificadas, pues se creyó obra sujeta al clasicismo del primer renacimiento, y fruto de la iniciativa del 5.º duque, D. Teodosio I (1532-1563)²¹.

Hoy sabemos que el paço se inició en tiempos del duque D. Jaime, y que se amplió en monumentalidad y extensión bajo el 6.º duque, D. João I (1563-1583), mientras que la fachada manierista correspondería al 7.º duque, D. Teodósio II (1583-1630)²².

El paço ducal se amplió entre 1537 y 1559, en estilo a “la romana”, con decoración de *tondis*, abandonando la primitiva tipología gótico-mudéjar. Pero ese no es el que ha llegado hasta nosotros. En 1569, cuando la visita del Gran Duque de Toscana, Cosme de Médicis, Pier María Baldi dibujó la fachada. Se sabe que el maestro de obras del duque D. Teodósio I era el francés Francisco de Loreto, que dirigiría las obras de ampliación de la fachada del paço, fachada de la que sólo

¹⁹ *Portugal, Madère-Açores*. Paris: Hachette, 1975. Les guides bleus, sous la direction de Francis Ambrière. Conf. p. 491

²⁰ SOARES, Clara Moura, Rue Massano Rodrigues, Mariana Penedo dos Santos. “A fachada grandilocuente do paço ducal de Vila Viçosa: cenário de mármore para as comemorações centenárias de 1940”, en: *Mármore 2000 anos de História. Vol. II. A evolução industrial, os seus agentes económicos e a aplicação na época contemporânea*. Coordenação Ana Cadoso de Matos, Daniel Alves. Lisboa: Theya, 2018, pp. 159-219, conf. p. 172

²¹ MOREIRA, Rafael. “Uma ‘cidade ideal em mármore’. Vila Viçosa, a primeira corte ducal do Renascimento português”. *Monumentos*, n.º 6. (1997) 48-53. Cit. por SERRÃO, Vítor. “A fachada do paço ducal de Vila Viçosa e os seus arquitectos Nicolau de Frias e Pero Vaz Pereira: uma nebulosa que se esclarece”. *Callipole. Revista de Cultura*, n.º 22 (2015) 13-45, conf. p. 15 y nota 2.

²² SERRÃO, Vítor. “A fachada do paço ducal de Vila Viçosa e os seus arquitectos Nicolau de Frias e Pero Vaz Pereira: uma nebulosa que se esclarece”. *Callipole. Revista de Cultura*, n.º 22 (2015) 13-45, conf. p. 14.

queda la memoria, y también, en 1536, la construcción “a la romana” de la iglesia del convento de la Chagas de Vila Viçosa²³.

La autoría de la fachada fue aclarada por Víctor Serrão²⁴, que la considera “una de las más expresivas manifestaciones de la época manierista en la Península”, de “majestuoso poder escenográfico”, y que atribuye a los arquitectos Nicolau de Frías y Pero Vaz Pereira.

Su traza actual, según este autor, se debe al “arquitecto regio” **Nicolau de Frías**, empleado por el arzobispo de Évora, D. Teodosio de Bragança en la realización de las más importantes obras de su archidiócesis, que habría iniciado el proyecto hacia 1577 por mandato del 6.º duque, D. João I, interrumpiendo la obra con ocasión de la batalla de Alcaçer Quibir²⁵, a consecuencias de la cuál permaneció un año preso, y retomándola con celeridad en 1583, ya bajo el mando del duque D. Teodosio II (1583-1630), cuando se prolongó la fachada a las dimensiones actuales y se modernizó el carácter arquitectónico, no quedando nada de la etapa primitiva. Compartió cautiverio el duque con Filippo Terzi, quien después de su rescate fue nombrado arquitecto de las obras del Senado y del Arzobispado de Lisboa.

Fue Terzi autor de programas de grandiosa escenografía para el arzobispo de Évora, D. Teotónio de Bragança, del monumento de las exequias de Felipe I (II de Castilla) en los Jerónimos, y de retablos y piezas litúrgicas, aunque su actividad relevante se centró al servicio de los Bragança D. João I y D. Teodósio II, con numerosas realizaciones para otros magnates, siendo la fachada del palacio ducal lo más primoroso de sus realizaciones. Era conocedor de la tratadística clásica, de Vitruvio a Serlio, y de los modelos palaciegos de la Península Ibérica.

Escovar de Lira fue proveedor de las obras ducales, y contratistas los canteros Manel de Loureiro y Manuel Rodrigues, que ultimaron los tramos de la fachada sur

²³ SERRÃO, Vítor. “A fachada do paço ducal de Vila Viçosa e os seus arquitectos Nicolau de Frias e Pero Vaz Pereira: uma nebulosa que se esclarece”. *Callipole. Revista de Cultura*, n.º 22 (2015) 13-45, conf. pp. 18-24

²⁴ SERRÃO, Vítor. “A fachada do paço ducal de Vila Viçosa e os seus arquitectos Nicolau de Frias e Pero Vaz Pereira: uma nebulosa que se esclarece”. *Callipole. Revista de Cultura*, 22 (2015) 13-45; y el epígrafe 3. “O Paço Ducal de Vila Viçosa como caso de estudo”, en SERRÃO, Vítor. “Testemunhos da “nobre arte do mármore” na *Mármore. 2000 anos de historia*. Vol. I. *Da antiguidade à idade moderna*. Coordenação do volume, Victor Serrão, Clara Moura Soares, André Carneiro. Lisboa Theya Editores, 2019, pp. 185-188. También: PESTANA, Manuel Inácio. “Pero Vaz Pereira, arquitecto seiscentista de Portalegre. Tentativa cronológica e questões a propósito”, *A Cidade*, n.º 8 (1993) 153-166.

²⁵ Campaña a la que la casa de Bragança envió varias centenas de caballeros (600 caballeros y 2.000 infantes, según el *Dicionário de História de Portugal*, vol. III. S.I.: Iniciativas Editoriais, imp. 1979, p. 378.), y donde quedaron cautivos el propio príncipe Teodosio (futuro 7.º duque), el arquitecto Nicolau de Frías, el ingeniero Felipe Terzi y probablemente el pintor-calígrafo Giraldo Fernandes de Prado, caballero de la casa ducal. SERRÃO, Vítor. “A fachada do paço ducal de Vila Viçosa e os seus arquitectos Nicolau de Frias e Pero Vaz Pereira: uma nebulosa que se esclarece”. *Callipole. Revista de Cultura*, 22 (2015) 13-45, conf. p. 24.

y cuerpo principal de la torre, utilizando “pedraria velha” del anterior proyecto de D. Teodósio I²⁶.

Se finalizó la fachada por el arquitecto **Pero Vaz Pereira** (c. 1570-1644), educado en Roma, arquitecto y escultor de este duque D. Teodosio II. Era natural de Portalegre, con estadías en Roma, de donde volvió sobre 1594, enviado posiblemente bajo el mecenazgo del arzobispo de Évora D. Teutonio de Bragança²⁷, a quien sirvió como escultor y arquitecto, en la fuente del claustro de la Cartuja de Évora, por ejemplo, y de gran prestigio en su tiempo, diseñó las trazas de diversas fuentes, acueductos, retablos y edificios conventuales y palaciegos, entre ellos una casa solariega en Castelo de Vide, posteriormente adaptada para hospital, de sobriedad manierista, inspirada, sin duda en el modelo de Vila Viçosa. Muy activo a la sombra de los Bragança, fue nombrado arquitecto de la casa ducal el 23 de marzo de 1604, con salario de 60.000 reis. anuales; continuó las obras del palacio ducal, trazadas por Nicolau de Frías²⁸ en torno a 1583.

En 1602, tras la muerte de su protector el arzobispo, pasó a servir al 7.º duque, D. Teodósio II (fallecido en 1630), y del 8.º duque, D. Juan II (quién en junio de 1641, convertido en rey después de la restauración de la monarquía, le designará para el cargo honorífico de arquitecto del Convento de Cristo de Tomar). Señala Bilou la asociación de los principios estético de la fachada manierista del palacio de Vila Viçosa a la obra del *palazetto* del Capitão-Mor de Castelo de Vide, Mendo Álvares de Matos, obra de Vaz Pereira²⁹.

En cuanto a sus saberes, Serrão le supone una cultura romanizada dentro de los parámetros de la Contrarreforma, con conocimiento de los valores de austeridad tridentina de arquitectos como Domenico Fontana, Martino Longhi y otros, y un buen dominio de los materiales utilizados, en que privilegió los mármoles alentejanos³⁰.

²⁶ SERRÃO, Vítor. “A fachada do paço ducal de Vila Viçosa e os seus arquitectos Nicolau de Frias e Pero Vaz Pereira: uma nebulosa que se esclarece”. *Callipole. Revista de Cultura*, n.º 22 (2015) 13-45, conf. pp. 30-31

²⁷ SERRÃO, Vítor. *Arte, Religião e Imagens em Évora no tempo do Arcebispo D. Teotónio de Bragança, 1578-1602*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança, 2015. Id. “‘Restauro storico’ y ‘sacrae imagines’ en Évora bajo el gobierno del arzobispo don Teotonio de Braganza (178-1602)”. *Archivo Español de Arte*, 354 (abr.-jun. 2016) 133-152. SERRÃO, Vítor. “A fachada do paço ducal de Vila Viçosa e os seus arquitectos Nicolau de Frias e Pero Vaz Pereira: uma nebulosa que se esclarece”. *Callipole. Revista de Cultura*, n.º 22 (2015) 13-45, conf. pp. 32-34.

²⁸ DESWARTE-ROSA, Sylvie. “Identificação do anónimo português do Museo Cartaceo de Cassiano del Pozzo: Nicolau de Frias em Roma, 168-1570”. *Artis. Revista de História da Arte e Ciências do Património*, 5 (2017) 20-31.

²⁹ BILOU, Francisco. “‘De cantaríã chã e ben lavrada’. O percurso artístico do arquitecto Pero Vaz Pereira a propósito do palacio do Capitão-Mor do Castelo de Vide (1620-1623) s.p., 8 h. Disponible en internet, pdf (consulta 14/04/2022).

³⁰ SERRÃO, Vítor. “A fachada do paço ducal de Vila Viçosa e os seus arquitectos Nicolau de Frias e Pero Vaz Pereira: uma nebulosa que se esclarece”. *Callipole. Revista de Cultura*, n.º 22 (2015) 13-45, conf. el epígrafe “A campanha do arquitecto Pero Vaz Pereira, pp. 32-36.

Tradición material e innovación estilística en la fachada manierista del palacio ducal de Vila Viçosa

Y respecto a **los materiales** de la fachada: Toda la fachada es de mármol blanco en elementos decorativos y estructurales: frisos, zócalo, cornisas, pilastras, jambas y arcos y cierre de puertas y ventanas; y de mármol gris azulado los paramentos, mucho más vivo en la fachada del ático. El tejado es rojo. El mármol blanco ha variado por la contaminación atmosférica, que hizo parecer rosado al blanco. Todo introduce una sutil y delicada policromía, el rojo de los tejados, el blanco de los elementos ornamentales y estructurales y el azulado de los paramentos que hacen de fondo; y además, el negro de las rejas, y el verde de maderas de puertas y ventanas pintadas

Sucesivas contratas fueron completando la fachada, aún sin concluir en 1632, fecha de la boda de D. João II con Luísa de Guzmán³¹. El cronista Cadórnega alaba la calidad de los mármoles utilizados, que bruñidos, bien podrían compararse con jaspes o con alabastros³².

El mármol utilizado en la fachada fue extraído de **las canteras** situadas en el eje Sousel, Esremoz, Vila Viçosa, Borba e Alandroal, correspondiente a la estructura geológica conocida como “anticlinal de Estremoz”, que debido a su centralidad en el contexto provincial de la Lusitania, fueron explotadas para las finalidades de exhibición del poder de Roma, en templos, arcos de triunfo, anfiteatros, teatros, y otros edificios. Es un mármol blanco y veteado en tonos azulados, crema y color de rosa, que decora las fachadas de los edificios romanos de Mérida, o el arco de triunfo de Volubilis (sec. I a.C., en Marruecos).



El Palacio Ducal con la estatua del Rey Juan IV de Portugal y la Capilla Real a la derecha.
Vila Viçosa, Portugal. Alvesgaspar – Trabajo propio

³¹ Conf. el epígrafe “A campanha do Arquitecto Pero Vaz Pereira”, en SERRÃO, Vítor. “A fachada do paço ducal de Vila Viçosa e os seus arquitectos Nicolau de Frias e Pero Vaz Pereira: uma nebulosa que se esclarece”. Callipole. Revista de Cultura, n.º 22 (2015) 13-45, p. 32-36.

³² CADÓRNEGA, António de Oliveira Descrição de Vila Viçosa. Biblioteca de Autores Portugueses. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983 (1.ª ed. 1683), 76. Cit. por SERRÃO, Vítor. Testemunhos da “nobre arte do mármore” na arquitectura e na escultura maneirista alentejana (séculos XVI-XVII): três casos de estudo, en Mármore. 2000 anos de historia. Vol. I. Da antiguidade à idade moderna. Coordenação do volume, Victor Serrão, Clara Moura Soares, André Carneiro. Lisboa Theya Editores, 2019, pp. 173-96, conf. pp. 207-208 y nota 16.



Obsérvese la distinta tonalidad de los mármoles de la fachada del palacio ducal

María José Redondo Cantera ha señalado la afinidad con el palacio de los Cobos, obra de Luis de Vega, en Valladolid, muy alterado por reformas posteriores. El modelo podría haber sido la representación que hizo fra Giocondo en su edición del tratado de Vitrubio.

Las trazas de Nicolás de Frías unificarían el cuerpo frontero en un severo pero elegante y monumental gusto manierista “ao escurialense”³³. Obra excelsa, en su concepción y en sus acabados, en los alzados y en los pormenores arquitectónicos, dice Serrão. Hay un rigorismo tratadista reflejado en el juego alternado de frontones en las ventanas de los tres pisos, y en el modelo serliano de los tres ventanales centrales de la torre, en el tercer piso. Y la sobreposición de órdenes clásicos (dórico, jónico y corintio), tipologías bien estructuradas en vanos y en pilastras de fuste liso sobre pedestales de buen diseño, refuerzan la majestad del conjunto³⁴.

De la simple visualización de la fachada, podemos deducir sus **caracteres generales**:

³³ TEIXEIRA, José Monterroso. O paço, passo a passo: a estratégia arquitectónica ducal (secs. XVII-XVIII). *Monumentos*, 6 (mar. 1997) 8-13, cit por SERRÃO, Vítor. “A fachada do paço ducal de Vila Viçosa e os seus arquitectos Nicolau de Frias e Pero Vaz Pereira: uma nebulosa que se esclarece”. *Callipole. Revista de Cultura*, n.º 22 (2015) 13-45, p. 28 y nota 48.

³⁴ SERRÃO, Vítor. “A fachada do paço ducal de Vila Viçosa e os seus arquitectos Nicolau de Frias e Pero Vaz Pereira: uma nebulosa que se esclarece”. *Callipole. Revista de Cultura*, n.º 22 (2015) 13-45, conf. p. 28

- 1) Un **gran desarrollo horizontal**, unos 110 metros, divididos en 24 tramos iguales (3 del cuerpo central, 11 del ala izquierda y 10 en el ala derecha), es decir, 4 metros cada tramo. Los tramos están separados por estructuras verticales formadas por zócalos, pilastras adosadas, y sus basas y capiteles respectivos. Las pilastras llevan capiteles de orden dórico en el 1.º piso, jónico en el 2.º, y corintio en el 3.º, y sus basas van apoyadas sobre zócalos.
- 2) **Escaso desarrollo vertical**: 3 pisos, 4 con el ático o torre central, separados por estructuras horizontales de frisos, cornisas fileteadas y arquitrabes. El ático o torre es de construcción posterior; se alza sobre los tres tramos centrales, estableciendo una diferenciación entre este cuerpo central, y los tramos a derecha e izquierda del espectador, a los que denominaremos ala izquierda y ala derecha. El tejado del palacio es a dos aguas, salvo el del ático, que es piramidal, todo ello en teja roja. Soporta una docena de chimeneas en el ala izquierda, altas y esbeltas, y un par de ellas en el ala derecha. Las chimeneas van pintadas de blanco.
- 3) **Escasa proyección en profundidad**, pues sus elementos constructivos y ornamentales tienen escaso relieve, resultando una fachada un tanto plana y sin movimiento, aún cuando los frisos, salidos hacia fuera, permitían andar sobre ellos, como decía el cronista Cadórniga.
- 4) **Los tramos**: Cada tramo³⁵, en cada uno de los pisos, se divide en rectángulos configurados por los elemento horizontales y verticales señalados, que están rasgados por un vano, sea puerta, balcón o ventana, todos del mismo tamaño, salvo alguna excepción, pero cuya escasa diferenciación establece un ritmo y una cierta monotonía compositiva, sólo rota por los diferentes remates de las ventanas, o el uso de balaustradas en contados casos:
Las puertas, rematadas en arcos de medio punto, son 4, de grandes dimensiones en la 1.ª planta, 2 de ellas en el cuerpo central, flanqueando una ventana arquitrabada.
Las ventanas, rectangulares en cornisa recta las del 1.º piso; coronadas por frontones triangulares las del 2.º piso; y por frontones curvos las del 3.º; reemplazadas por 3 ventanas de factura similar a las puertas, es decir, rematadas por arcos de medio punto, en el cuerpo central del 3.º piso; y ventanas de menor tamaño, y rematadas por frontones mixtilíneos las 3 del ático o torre.

La fachada presenta variedad de **elementos compositivos y ornamentales**. Entre los compositivos, arquitrabes, cornisas y frisos en lo horizontal; y basas, pilastra y capiteles en lo vertical. Y los ornamentales cuentan con capiteles dóricos,

³⁵ Los textos portugueses hablan de *vãos*, que no nos ha parecido correcto traducir por vanos, que en castellano harían referencia a los huecos destinados a puertas, balcones y ventanas, y nos ha parecido más adecuado el término tramo, rectángulos resultantes de la intersección de los elementos verticales (pilastras, etc.) con los horizontales (cornisas, etc.), en donde se insertarían los vanos propiamente dichos.

jónicos y corintios; frontones triangulares, curvos y mixtos sobre las ventanas y en algunas, molduras con “patas”; y pequeñas rosetas en los desagües de la cornisa superior. Los balcones, que no se proyectan hacia afuera, son apenas ventanas rasgadas hasta el suelo, que se cierran al exterior con rejas o balaustres.

Un friso en cada piso hace de zócalo sobre el que se apoyan las ventanas de los tres pisos. Entre el 2.º y 3.º piso el zócalo se apoya, a su vez, en una pronunciada cornisa, que corre a lo largo de la fachada.

Como **consideración general** respecto a la fachada, digamos que:

La impresión general es de grandeza, por su extensión; ritmo proporcionado por los vanos de puertas, ventanas, y elementos constructivos horizontales y verticales, en su repetición múltiple; variedad de elementos ornamentales y riqueza de los materiales utilizados.

Intriga la ausencia de un elemento central, que atraiga la atención del espectador, como pudiera ser un pórtico monumental de acceso al interior, un balcón ceremonial desde el que se pudiera asistir a las ceremonias que tenían lugar en el “Terreiro do paço”, o un escudo heráldico, emblema o lema que pregonara la propiedad o finalidad moral o espiritual del dueño. Elementos presentes en la mayoría de los palacios nobiliarios de la época, en España, y también en Portugal, y cuya ausencia llama la atención. La denominada torre, de poco desarrollo, sólo establece una discreta diferenciación en la fachada, no suficientemente marcada.

Pese a la diversidad de elementos estructurales y decorativos la fachada resulta plana, el cuerpo central apenas se diferencia de las alas laterales, salvo en el tamaño de los vanos de puertas y ventanas, y en la existencia del ático. El conjunto, muy elegante, resulta un tanto frío y monótono. Y asumimos estos calificativos como propios.

Por otro lado, ofrece un muestrario de los conocimientos artísticos del autor del proyecto, como si hubiera querido deslumbrar con ellos a sus coetáneos, dejar constancia de su saber, exhibir sus relaciones con el mundo clásico y mostrar su familiaridad con los tratadistas, como Serlio y Vitruvio, y con el mundo renacentista romano, en el que se había formado. Es una carta de presentación del arquitecto, con un catálogo de sus saberes.

La importancia de la fachada fue señalada por los autores del estudio para la declaración de la villa patrimonio de la humanidad.

Es inevitable que nos preguntemos cuáles eran **los modelos**, que inspiraran al arquitecto y a su mandatario, bien como modelo a imitar, o a superar. Inevitable también que se tuviera presente la gigantesca construcción de El Escorial, como inevitable que miraran, aunque fuera con el rabillo del ojo, los palacios de la realeza portuguesa y castellana y los de sus pares, los otros duques y marqueses, que, como ellos, sobresalían entre todos, y aspiraban a ser algo más que duques, como los Medina Sidonia, o los Lerma. Julián Gallego analiza los palacios renacentistas de los duques del Infantado en Guadalajara, el de Medinaceli en Cogolludo, el palacio de Peñaranda del Duero, del virrey de Navarra, don Francisco de Zúñiga y

Velasco, el de Monterrey, en Salamanca³⁶, que sin duda tendrían presentes para emularlos. Y por supuesto, los modelos manieristas romanos, que bebían a su vez de los tratadistas y de las mismas ruinas y fuentes clásicas.

Los palacios reales: En la España de Carlos V y Felipe II, se desenvuelve un tipo de palacio-bloque, de raíces militares, de planta cuadrangular, con torres en las esquinas, coronadas por chapiteles puntiagudos, de los que el Alcázar de Toledo sería el ejemplo paradigmático, modelo que se repetiría en el Alcázar de Madrid, y los palacios de El Pardo, Buen Retiro y El Escorial. Convertido en un verdadero símbolo de la Casa de Austria y de la monarquía castellana, sobreviviría al cambio de dinastía. Para Correia, el de El Escorial se trata de “o mais imponene exemplar de arquitectura civil edificado durante la época filipina”. En cuanto a su fachada, Chueca señalaría las similitudes con la Lonja de Sevilla. Evidentemente repercutió en Portugal, y el mejor ejemplo lo ofrece el palacio de Corte-Real, construido por Cristovão de Moura, marqués de Castel Rodrigo, personaje determinante en el proceso de unión de las dos coronas. Fue construido siguiendo planos de Juan de Herrera, del que lleva su firma en las torres coronadas por chapiteles y agujas. Su influjo, visible en construcciones palaciegas, se observa en la torre del Paço da Ribeira, y llegaría hasta el convento de Mafra. Pero no es su planta, estructura o fachada lo que repercute en Vila Viçosa³⁷.

Otras fuentes de inspiración más probable fueron las construcciones reales de Lisboa y El Escorial, en elementos que señalaremos.

El edificio inicial del Paço Real ocupaba la cara occidental de gran área junto al río, la actual Praça do Comércio en Lisboa. El estilo del palacio era probablemente manuelino (gótico tardío portugués) y tenía varias galerías renacentistas con arcos en su fachada. La torre junto al río se transformaría más tarde en una terraza desde la que se podía apreciar el bullicio del río. El palacio también tenía un jardín privado con árboles frutales y otras plantas.

Cuando la corona portuguesa cayó en manos de Felipe II de España en 1580, el rey ordenó la construcción de una nueva torre junto al palacio de la Ribeira. Esta enorme construcción, situada junto al río y construida en un estilo manierista fue diseñada por el italiano Filippo Terzi. Dominaba el paisaje urbano de la Ribeira y fue el motivo favorito de los pintores de visita por Lisboa. La entera fachada del palacio se renovó en estilo manierista. La famosa Biblioteca Real se instaló en la torre³⁸.

³⁶ GALLEGO, Julián. “El Renacimiento en España”, en *Historia del Arte*, Juan Salvat, dir. Barcelona: Salvat, 1983, t. 6, pp. 163-190.

³⁷ PIMENTEL, António Filipe. “Repercusiones do tema do Palácio-Bloco na Arquitectura Portuguesa”. *Actas del VII Congreso Hispano-Portugués de Hª del Arte. “Las relaciones artísticas entre España y Portugal: artistas, mecenas y viajeros”*. Cáceres, Olivenza, 3 al 6 de noviembre de 1993, s.l., s.n. pp. 81-94, conf. p. 81-94. Cita a Correia y a Chueca: CORREIA, José Eduardo Horta. “A Arquitectura maneirista e o estilo chão”, en SERRÃO, Vitor. *O maneirismo. Historia da Arte em Portugal*, v. 7. Lisboa: Alfa, 1986; y CHUECA GOITIA. “El estilo herreriano y la arquitectura portuguesa”, en *El Escorial, 1563-1963*. Madrid: Patrimonio Nacional, 1964.

³⁸ “Palacio de Ribeira (Paço da Ribeira”. *Wikipedia*. Disponible en: https://es.wikipedia.org/wiki/Palacio_de_Ribeira (consulta 05/01/2022)

Al hablar de El Escorial, y de Juan de Herrera, que sucedería a Juan Bautista de Toledo, por elección no bien entendida de Felipe II, afirma Sebastián³⁹ que de los principios manieristas más extendidos, el enmascaramiento tendría más amplia manifestación en este conjunto, ya que el Manierismo *“es un estilo fundamentalmente artificioso, así la simulación fue uno de los principios más socorridos... En el campo arquitectónico produjo una confusión destruyendo la función de correspondencia que el Renacimiento había creado entre la estructura y la fachada Y la fachada principal, elevadas dos plantas por Herrera sobre el primer orden, y destacada al centro la portada como una gigantesca peineta, y en palabras de Chueca, al ocultar “la fachada de la iglesia se traza como un pórtico artificial, sin ninguna correspondencia con el interior, como una falsa fachada de iglesia asomando al exterior”*, y obedece al deseo de expresar exteriormente el templo, que en realidad queda dentro, enmascarado. Palabras de Chueca que expresan admirablemente una característica manierista, que él no subraya como tal.



Monasterio de El Escorial. Fachada principal. Deamstime.

Sin duda, la grandiosidad, ritmo compositivo y carácter de máscara son características que podemos ver compartidas por los dos edificios.

Este carácter de máscara, señalado por Chueca puede aplicarse, sin duda, a la fachada principal del palacio ducal, que, por lo tanto, podemos considerar manierista, no sólo por la época en que se construye, sino también por el espíritu que lo anima. Y se puede añadir el carácter de “peineta”, a similitud de El Escorial, al añadido 4.º piso.

La escuela herreriana se basa en la más austera interpretación de las formas clásicas, en una pureza formal, desnuda de decoración parásita, fiel a la rígida disciplina de los ritmos regulares y unas simetrías inflexibles⁴⁰. Sin duda ritmo y simetría son caracteres compartidos, pero contrasta la austeridad ornamental herreriana,

³⁹ SEBASTIÁN, Santiago. *Contrarreforma y barroco. Lecturas iconográficas e iconológicas*. Madrid: Alianza, 1985, I, p. 108.

⁴⁰ *Introducción a la Historia de España*. Antonio Ubieto, Juan Reglá, José María Jover, Carlos Seco. 8ª ed. Barcelona: Teide, 1971, p. 352.

limitada a la utilización de bolas y pirámides, con el muestrario variado que ofrece la fachada del palacio ducal.

Hablemos ahora de los **tratadistas italianos** que pudieron influir en nuestros arquitectos. Según Redondo Cantera, el arquitecto Luis de Vega aplicó en el **palacio de los Cobos**, 1526-27, en Valladolid un modelo tomado de **Vitruvio**, de la 1.^a ed, de su libro editado por Frei Giocondo (Venecia 1511), la novedad de cuya fachada radicaba en la regularidad de la distribución de vanos, 13 ventanas repartidas en dos alturas siete ejes, el central correspondiente a la puerta, que actuaba como eje de simetría, y por encima una galería bajo la cornisa. Este palacio sería un precedente para el ducal de Vila Viçosa, siempre con la menor importancia otorgada a las puertas en éste último, al revés que en los modelos castellanos.

Y finalmente habría que mencionar al tratadista Sebastiano **Serlio**, boloñés de nacimiento (1475), entre 1537 y 1551 publicaría los distintos volúmenes de su *Tratado de Arquitectura*, traducido a varias lenguas, y que alcanzó universal predicamento. Interesan las extensas fachadas palatinas de su sexto libro, o la fachada corintia con piso noble con balaustres de su cuarto libro. En los diseños de portales, Serlio divulgó los aparejos rústicos y la arcada “serliana”, aspectos que se adaptan repetidamente en todo el siglo y años adelante aún, como es sensible en España e Hispanoamérica tras la traducción del tercer volumen por Francisco de Villalpando (Toledo, 1552)⁴¹.

Es muy probable acertar cuál fue el modelo que Frías tomó para su fachada, pues era sobradamente conocido el **palacio Rucellai**, diseñado por Alberti, ya que nos coinciden las alturas y la utilización de pilastras y entablamentos para la estructura de la fachada. En lugar de construir columnas o semicolumnas, cubrió la casa con una red de pilastras y entablamentos, que sugieren un orden clásico, sin variar la estructura del edificio. Es fácil saber de dónde aprendió Alberti este principio: en el Coliseo romano se aplicaron varios órdenes griegos a los diversos pisos.⁴² Como también en el teatro Marcelo⁴³. Ambos son ejemplos de utilización de los órdenes sobrepuestos, conocidos con total seguridad por tratadistas y visitantes de Roma.

El **revestimiento** del mármol, el llamado bardilho de Montes Claros (que recibió la fachada a fin de ennoblecerla, a lo largo de los siglos XVII e XVIII, se volvió con el tempo sensiblemente desagradable, tanto para el que lo descubría de golpe, como a quien lo examinaba detenidamente. Especialmente chocante era la coloración acastañada y plúmbea, por degradación del referido bardilho.

⁴¹ HERNÁNDEZ PERERA, Jesús, Santiago ALCOLEA GIL, Juan SUREDA. *Renacimiento (II) y Manierismo. El Cinquecento italiano, España y Portugal, Francia, Países Bajos e Inglaterra*. Vol. VI de Historia Universal del Arte. Barcelona: Ed. Planeta, 1988, p. 43.

⁴² GOMBRICH, E. H. *La historia del arte*. 16 ed. en español, reimp. 2017. Londres: Phaidon Press Limited, 1997, pp. 186-187.

⁴³ Sobre los órdenes, origen, utilización en niveles superpuestos: FORSSMAN, Erik. *Dórico, jónico y corintio en la arquitectura del Renacimiento*. Bilbao: Xarail, 1983.

Las obras de **restauración** sólo se iniciaron después de las celebraciones de 1940, tras la entrada en funciones de la Administración de la Fundación Casa de Bragança, en enero de 1945⁴⁴.

Las recomendaciones para la “limpieza y reparación” de las canterías de mármol, de 1939, del Consejo Superior de Obras Públicas, seguidas por Raul Lino, defendían el “carácter particular” del tiempo, responsable de la “pátina dorada” exhibida por las canterías del edificio, distinguiendo patina de suciedad. La primera, que “de modo alguno conviene eliminar”, es encarada como sinónimo de autenticidad. Y así, al contrario de cepillo de alambre o cilindros para la limpieza de la fachada, por ser demasiado abrasivos, se recomendaba la utilización de agua y escobilla⁴⁵.

4. Algunas conclusiones sobre la valoración actual del palacio y su fachada

Como conclusiones de esta panorámica, podríamos extraer lo siguiente:

La Casa de Bragança era la más importante casa nobiliaria de Portugal, cuyos titulares fueron dueños de una inquebrantable ambición de llegar a más, incluso a reemplazar a los monarcas, sin importarles el medio, fuese por conjura o sublevación. Aspiración que les llevó, primero a desplazar a las otras casas ducales, para ponerse en primera fila, y en competencia directa con la propia Corona, a cuyos titulares pretendió desplazar, sin éxito inicialmente, y con consecuencias terribles para sus miembros, y tras una recuperación sorprendente, reemplazar con éxito a los titulares de la Corona, esta vez en manos de una dinastía foránea, con una hábil utilización de agravios reales y supuestos, avivados por los sentimientos nacionalistas.

Sabemos que el **palacio tuvo tres fases constructivas**, una inicial, gótico mudéjar, que correspondenría al ducado de D. Jaime I, de la que quedan algunos restos; una segunda de estilo “a lo romano”, en tiempos de D. Teodosio I, responsabilidad del arquitecto Francisco de Loreto; y una tercera de ampliación y remodelación integral, con la construcción de la actual fachada manierista con D. João I y D. Teodosio II, responsabilidad de los arquitectos Nicolau de Frías y Pero Vaz Pereira. Algún pequeño añadido, como la casa dos Alfaiates correspondería probablemente a la época de D.^a María I, ya en el s. XIX.

⁴⁴ SOARES, Clara Moura, Rue Massano Rodrigues, Mariana Penedo dos Santos. “A fachada grandilocuente do paço ducal de Vila Viçosa: cenário de mármore para as comemorações centenárias de 1940”, en: *Mármore 2000 anos de História. Vol. II. A evolução industrial, os seus agentes económicos e a aplicação na época contemporânea*. Coordenação Ana Cadoso de Matos, Daniel Alves. Lisboa: Theya, 2018, pp. 159-219, conf. p. 173.

⁴⁵ SOARES, Clara Moura, Rue Massano Rodrigues, Mariana Penedo dos Santos. “A fachada grandilocuente do paço ducal de Vila Viçosa: cenário de mármore para as comemorações centenárias de 1940”, en: *Mármore 2000 anos de História. Vol. II. A evolução industrial, os seus agentes económicos e a aplicação na época contemporânea*. Coordenação Ana Cadoso de Matos, Daniel Alves. Lisboa: Theya, 2018, pp. 159-219, conf. pp. 176-177. SILVA, Hélia. “Três programas de estuque relevado em Vila Viçosa”. *Monumentos*, n.º 27 (dez. 2007) 126-13.

En cuanto al **estilo y significado artístico**, especialmente a través de su ampulosa fachada, sabemos que fue comparado positivamente con palacios reales y nobiliarios, entre los que cuentan los desaparecidos Paços da Ribeira, Corte Real, y Alcázar de Madrid. Y que sus propietarios pretendieron rivalizar y superar a sus pares, los Medina Sidonia, Lerma, o tantos otros poseedores de bellos palacios renacentistas o manieristas, si insistimos en diferenciar este movimiento como estilo independiente.

Sobre la **valoración temporal del palacio y su fachada**, ya en 1571, João Venturino lo menciona como uno “dos mais belos e sumptuosos de Espanha, exceptuando o Real de Madrid”, opinión que suponemos se refería al Alcázar, porque ni el del Buen Retiro ni el actual, que sustituyó al Alcázar, estaban contruidos en aquella fecha⁴⁶.

El erudito José Cornide, en su viaje a Portugal, a quien veremos extasiarse ante el templo de Diana, en Évora, no muestra particular entusiasmo en sus descripciones del palacio⁴⁷. Y ya en pleno siglo XIX, el abate Castro e Sousa, en su *Itinerario para extranjeros*⁴⁸, lo describía, sin una simple mención a la fachada.

Con Duarte Pacheco, ministro que fue en tiempos de Salazar, se intentó crear una “arquitectura nacional”, y de Guimarães a Vila Viçosa se realizaron “reconstruções que pretendían simular contruções originaes”, dentro de la obsesión historicista del Estado Novo⁴⁹.

Y con **las conmemoraciones** de la independencia y restauración política de 1840, hubo una revalorización del palacio y su fachada, que llega hasta nuestros días, en que se propuso para ser designado patrimonio de la UNESCO, y que propiciaron su restauración, musealización y estimación artística y cultural⁵⁰.

Pero **la valoración** positiva de la fachada del palacio ducal, puede decirse que no se aprecia **en la historiografía** del arte española, y ha sido muy tardía en la portuguesa. A veces es toda la arquitectura renacentista portuguesa la preterida

⁴⁶ ESPANCA, Túlio. *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora*, vol. I. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1978, p. 613. Citado por DURÃO, Luís António. “O Paço Ducal de Vila Viçosa. Suas características portuguesas”, en *Re-Dispersos de Arquitectura*, Luís Conceição (coord), ISMAT, 2018, pp. 57 a 82. Conf. p. 6. Internet (consulta 03/02/2022)

⁴⁷ ABASCAL PALAZÓN, Juan Manuel; CEBRIÁN, Rosario. *Los viajes de José Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2009, p. 371.

⁴⁸ CASTRO E SOUSA, A. D. *Itinerario, que os estrangeiros, que vem a Portugal, devem seguir na observação, e exame dos edificios, e monumentos mais notaveis desde reino*. Lisboa: Tip. de História d’Hispanha, 845, conf. p.

⁴⁹ PEREIRA, Nuno Teutónio, con la col. de José Manuel Fernandes. “Arquitectura do Estado Novo” de 1926 a 1959”, en *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia. 1926-1959*, vol. II. Lisboa: Fragmentos, 1987, p. 331 y nota 17, citado en ALMEIDA, Maria Antónia. “‘Duarte Pacheco’: uma Biografia”. *Al-ulyä. Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n. 5 (1996) 175-215. Disponible en internet (consulta el 27/01/2022).

⁵⁰ Vila Viçosa: A “primeira cidade renascenista em mármore” candidata a Património Mundial”, título del monográfico sobre Vila Viçosa de Callipole. *Revista de Cultura*. Vila Viçosa: Câmara Municipal n. 22 (2015).

como hace Hyman, pese a las 750 p. de su tratado⁵¹, o Lampérez, lo que tiene su lógica en su estudio sobre arquitectura española⁵², aunque en otros autores, como hemos visto con Chueca, bajo el paraguas de lo español sí que se hace mención expresa a Portugal, por las estrechas relaciones de estilos y autores, aunque no lo hagan al palacio ducal y su fachada.

Los historiadores españoles del arte que tratan la arquitectura portuguesa, suelen ensalzar el estilo manuelino por su originalidad y belleza, equiparándolo al plateresco, y dan poco valor al estilo renacentista posterior, salvando algún autor y construcción determinados, sujetos a la influencia española o francesa.

Así, por ejemplo, Alcolea dice que “la explosión de originalidad que representó en Portugal el arte manuelino pronto quedó interrumpida por las ondas renacentistas conocidas a través de interpretaciones españolas o francesas; por ello sus realizaciones alcanzaron poco nivel”⁵³. Aunque podamos aceptar la idea en general, no parece que sea justa la manifestación final.

Esta opinión coincide, sin embargo, con la del Marqués de Lozoya, que la desarrolla así: *Portugal, cuyo genio había tenido una manifestación tan expresiva como el manuelino, no llega a crear una forma peculiar del Renacimiento. Esto consiste en que la boga de las construcciones “a la romana” coincide con una época de decaimiento del espíritu nacional. Agotado ya el gran impulso que da origen a Belem, a Tomar y a otros monumentos, se construye poco y estas construcciones se deben, sobre todo, a artífices extranjeros que no encuentran, como en España, un ambiente poderoso que acabe por absorberlos y españolizarlos*⁵⁴.

Opinión que encontramos también en los historiadores anglosajones, como Campbell, que compara el manuelino con el plateresco, afirmando que es el estilo arquitectónico más específicamente portugués, en lo cual es fácil estar de acuerdo⁵⁵.

Contrasta esta opinión con la afirmación contraria que manifiesta Horta, en su idea de la aparición de un estilo nacional portugués. Coincide con su simplicidad y sobriedad, afirma, con el estilo *chão* nacional, presente hasta mucho más tarde en la arquitectura portuguesa⁵⁶.

⁵¹ *Arquitectura: de la prehistoria a la postmodernidad: la tradición occidental*. Marvin TRACHTENBERG, Isabelle HYMAN; traducción Alicia González Sterling. Madrid: Akal, 2016, 750 p.

⁵² LAMPÉREZ, Vicente. *Arquitectura civil española de los siglos I al XVIII*. Tomo I. *Arquitectura privada*. Madrid: Ed. Giner, 1993.

⁵³ ALCOLEA GIL, Santiago. “España y Portugal, Francia, Países Bajos e Inglaterra”, en HERNÁNDEZ PERERA, Jesús. *Renacimiento (II) y Manierismo. El cinquecento italiano*. Vol. VI de Historia Universal del Arte. Barcelona: Planeta, 1990, pp. 220-317, conf. pp. 314-315.

⁵⁴ CONTRERAS, Juan. Marqués de Lozoya. *Historia del Arte Hispánico*, t. 3. Barcelona, Buenos Aires: Salvat, 1940, p. 139.

⁵⁵ CAMPBELL, Gordon. *The Oxford Dictionary of the Renaissance*. Oxford: Oxford University Press, 2003, pp. 632-634.

⁵⁶ HORTA CORREIA, José. *Renacimiento, manierismo, estilo chão*. Barcarena (Porto): Presença, 2002, pp. 68 y 69.

Pero quitando el renacimiento “a lo romano”, las otras variantes nacionales, algunas tan apreciadas entre los españoles, como el plateresco, también están siendo reconsideradas como no tan específicas⁵⁷.

Pero es un hecho que numerosos tratadistas han ninguneado el valor de la **arquitectura renacentista/manierista portuguesa**, hasta el punto de no incluirla en sus textos, como han hecho, entre los extranjeros: Busch, Faure, Forssman, Gombrich, Glück, Hauser, Honour, Hyman, Murray, Sproccati⁵⁸, y entre los españoles Benévolo, Chueca Goitia, en su *Arquitectura del siglo XVI*, Suárez Quevedo⁵⁹, y el propio Angulo, que en su clásico tratado sólo le dedica un breve párrafo⁶⁰ y alguna de las grandes colecciones de arte como La Enciclopedia Universal del Arte⁶¹.

Y en cualquier caso, no hemos encontrado ningún tratado ni tratadista de los consultados que, al tratar del renacimiento portugués, mencionara siquiera la existencia del palacio ducal de Vila Viçosa y menos aún de su fachada marmórea, como ocurre con Alcolea Gil, Chueca Goitia en su *Historia de la Arquitectura occidental*, Mateo Gómez, Vaudoyer y Milicua⁶². Ni siquiera Forssman, al estudiar los órdenes en arquitectura, la cita, pese a sus numerosísimas referencias y reproduc-

⁵⁷ NIETO ALCAIDE, Víctor. Alfredo J. Morales, Fernando Checa. *Arquitectura del Renacimiento en España*. Madrid: Cátedra, 1989, pp. 13-96 del capítulo de NIETO, Víctor. “Renovación e indefinición estilística 1488-1526”.

⁵⁸ BUSCH, Harald y Bernd LOHSE. *Arquitectura del Renacimiento en Europa*. Introducción y aclaración de las ilustraciones Hans Weigest. Madrid: Castilla, 1996. FAURE, Elie. *Historia del Arte*. Barcelona: EDHASA, 1966, 2 v. FORSSMAN, Erik. *Dórico, jónico y corintio en la arquitectura del Renacimiento*. Bilbao: Xarail, 1983. GLÜCK, Gustav. *Arte del Renacimiento fuera de Italia*. Barcelona: Editorial Labor, 1936. GOMBRICH, E. H. *La historia del arte*. 16 ed. en español, reimp. 2017. Londres: Phaidon Press Limited, 1997. HAUSER, Arnold. *Historia social de la Literatura y el Arte*. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969, 2 t. HONOUR, Hugh y John FLEMING. *Historia mundial del Arte*. Madrid: Akal, 2002. HYMAN, Isabelle, Marvin TRACHTENBER. *Arquitectura. De la Prehistoria a la postmodernidad*. Madrid: Akal, 1990. SPROCCATI, Sandro. *Guía de História da Arte*. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

⁵⁹ BENÉVOLO, Leonado. *Historia de la arquitectura del Renacimiento*. Barcelona: Gustavo Gili, 1988. CHUECA GOITIA, Fernando. *Arquitectura del siglo XVI*. Vol. XI de *Ars Hispaniae*. Historia Universal del Arte Hispánico. Madrid: Plus Ultra, 1953. SUÁREZ QUEVEDO, Diego. *Renacimiento y manierismo en Europa*. Madrid: Historia Viva, 1999.

⁶⁰ ANGULO ÍÑIGUEZ, Diego. *Historia del Arte*. Madrid: s.n., 1966, t. II, p. 55.

⁶¹ *La Edad Moderna*. T. VI de la Enciclopedia Universal del Arte. Barcelona: Plaza y Janés, 1978. No cita el Renacimiento portugués.

⁶² ALCOLEA GIL, Santiago. “España y Portugal, Francia, Países Bajos e Inglaterra”, en HERNÁNDEZ PERERA, Jesús. *Renacimiento (II) y Manierismo. El cinquecento italiano*. Vol. VI de Historia Universal del Arte. Barcelona: Planeta, 1990, pp. 220-317. CHUECA GOITIA, Fernando. *Renacimiento*, en tomo 5.º de su *Historia de la arquitectura occidental*. Madrid: Dossat, 1988. MATEO GÓMEZ, Isabel, Mª Concepción García Gómez, y Joan Sureda i Pons. *El Renacimiento*. Tomo 6 de la Historia Universal del Arte, dirigida por Juan José Junquera. Coordinada por José Luis Morales y María Concepción García Gómez. Madrid: Espasa Calpe, 1996 (y 2002). Tiene un epígrafe “La arquitectura renacentista en Portugal”, pp.492-493, sin mencionar palacio ni fachada. VAUDOYER, Jean Louis y José MILICUA.” *La expansión del Renacimiento en Europa*. T. 2 de la Historia General del Arte. Barcelona; Muntaner y Simón, 1958, pp. 97-150. Dedicada a “El Rena-

ciones de fachadas de todo tipo de edificios⁶³. Y finalmente, no encontramos mención a ambos, palacio y fachada, ni en otros autores consagrados, como Camón Aznar, Morales y Marín en *Summa Artis*, una de las colecciones canónicas, Alcolea, Contreras o Gallego⁶⁴, lo mismo que ocurre con autores e instituciones culturalmente próximas como es el caso de Galicia⁶⁵.

Esa ausencia de referencias tanto al palacio y su fachada como a sus arquitectos la encontramos también en diccionarios especializados de arte y arquitectura, como el de Oxford, o el de la Cátedra Gaudí⁶⁶.

De ello deducimos que la **valoración actual de la fachada** del palacio ducal de Vila Viçosa, en Portugal, como un caso sobresaliente en la arquitectura manierista es un fenómeno contemporáneo, muy ceñido a las conmemoraciones patrióticas de la Restauración, en los años 1840 y 1940; a la implantación de nuevas titulaciones en la universidad, que llevó al desarrollo de investigaciones sobre temas no explorados anteriormente, como el manierismo, reflejado en la historiografía portuguesa de este siglo XXI; a la creación de la Fundação da Casa de Bragança, impulsora de estudios y publicaciones relativas al palacio; a los monográficos que la revista *Monumentos* dedicó al Paço Ducal (n.º 6 de 1997) y a la urbe de Vila Viçosa (n.º 27 de 2007), el monográfico de *Callipole* (n.º 22 de 2015) y finalmente a los estudios previos para la solicitud de declaración de Vila Viçosa Patrimonio de la Humanidad por la Unesco, en 2008. Hay que señalar que Vitor Serrão es uno de los principales impulsores de este movimiento, con sus numerosas contribuciones. Todo ello

cimiento en España” las pp. 132-150, y dentro de éstas, las pp. 147-148 a Portugal, sin citar ni el paço ducal ni su fachada.

⁶³ FORSSMAN, Erik. *Dórico, jónico y corintio en la arquitectura del Renacimiento*. Bilbao: Xarail, 1983.

⁶⁴ ALCOLEA GIL, Santiago. “España y Portugal, Francia, Países Bajos e Inglaterra”, en HERNÁNDEZ PERERA, Jesús. *Renacimiento (II) y Manierismo. El cinquecento italiano*. Vol. VI de *Historia Universal del Arte*. Barcelona: Planeta, 1990, pp. 220-317, conf. pp. 314-315. CAMÓN AZNAR, José. *La arquitectura y la orfebrería españolas del siglo XVI*. 1ª ed. Madrid: Espasa Calpe, 1959. CONTRERAS, Juan. *Marqués de Lozoya. Historia del Arte Hispánico*, t. 3. Barcelona, Buenos Aires: Salvat, 1940. GALLEGO, Julián. “El Renacimiento en España”, en *Historia del Arte*, Juan Salvat, dir. Barcelona: Salvat, 1983, t. 6, pp. 163-190. Gallego se limita a glosar el arte manuelino, y los grandes monumentos de Batalla, Belem y Tomar. Ni rastro de Vila Viçosa. MORALES Y MARÍN, José Luis. “Renacimiento”, en vol. XXX de *Summa Artis. Historia General del Arte*. Madrid: Espasa Calpe, 1986, dedica las pp. 241-286 al arte portugués, sin citar el palacio ducal.

⁶⁵ VALLE PÉREZ, José Carlos (coord.). *Do tardogótico ó maneirismo: Galicia e Portugal*. S.l.: Fundación Barrié de la Maza, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

⁶⁶ CALZADA ECHEVARRYIA, Andrés. *Diccionario clásico de arquitectura y bellas artes*. Revisado y ampliado en la Real Cátedra de Gaudí según textos de Buenventura Bassegoda Musté. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2003. CAMPBELL, Gordon. *The Oxford Dictionary of the Renaissance*. Oxford: Oxford University Press, 2003, pp. 632-634, voces “Portugal”, “Portuguese Architectures”, “Portuguese Art” y “Portuguese Gardens”. MILLER, Gordon. *Enciclopedia de Antigüedades*. S.l. Grijalbo Mondadori, 1999.

ha tenido escasa o nula repercusión en la historiografía española y extranjera, para quien el palacio ducal y su fachada manierista siguen desapercibidos.

Agradecimientos

Reiteramos los agradecimientos que dimos en la monografía origen de este trabajo:

- A mi gran amigo Manuel Luís Real, exdirector de la Casa do Infante (e do Arquivo Municipal de Porto) por la lectura del manuscrito y apoyo para su edición. A Jorge Janeiro, Director del Arquivo Distrital de Évora, por sus amables precisiones bibliográficas y contactos institucionales. A Remedios Pereira Barros, Bibliotecaria del Museo de Bellas Artes de A Coruña, por sus referencias bibliográficas; a las bibliotecarias de las Bibliotecas Municipales de A Coruña, y a las de la Biblioteca de la Diputación Provincial de A Coruña, por sus facilidades en el préstamo bibliográfico y orientaciones; y al personal del Archivo del Reino de Galicia por su atención conmigo. A Nieves Pena, Profesora Titular y Directora del Servicio de Publicaciones de la Universidad de A Coruña, que apoyó firmemente la publicación del original. Y además, a Tiago Salgueiro, Vicepresidente da Câmara municipal de Vila Viçosa por su amable invitación a publicar en la revista Callipole una variante, resumen o extracto, del original.

Bibliografía consultada

- Paço Ducal de Vila Viçosa*, Vila Viçosa, Fundação da Casa de Bragança, 2000.
- ABASCAL PALAZÓN, Juan Manuel; CEBRIÁN, Rosario. *Los viajes de José Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2009.
- AFONSO, Luís Urbano et al. “Historiographie de l’histoire de l’art au Portugal: construction, expérience et actualité de la discipline. Un débat entre Luis Urbano Afonso, Mariana Pinto dos Santos, Nuno Senos, Raquel Henriques da Silva et Luís de Moura Sobral, mené par Joana Cunha Leal”. *Perspective, actualité en histoire de l’art*. 1, 23-40, 2021. Disponible en <https://journals.openedition.org/perspective/22169> (consulta: 17/12/2023).
- ALCOLEA GIL, Santiago. “España y Portugal, Francia, Países Bajos e Inglaterra”, en HERNÁNDEZ PERERA, Jesús. *Renacimiento (II) y Manierismo. El cinquecento italiano*. Vol. VI de Historia Universal del Arte. Barcelona: Planeta, 1990, pp. 220-317.
- ALMEIDA, Maria Antónia. “‘Duarte Pacheco’: uma Biografia”. *Al-ulyä. Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n. 5 (1996) 175-215. Disponible en internet (consulta el 27/01/2022).
- AMBRIÈRE, Francis. (dir.). *Portugal, Madère-Açores*. Paris: Hachette, 1975.
- ANGULO ÍÑIGUEZ, Diego. *Historia del Arte*. Madrid: s.n., 1966, 2. v.

- “Arquitectura Manierista”. En *Hisour Arte, Cultura, Historia*. Disponible en: <https://www.hisour.com/es/mannerist-architecture-29344/> (consulta 17/01/2022).
- “Arquitectura manierista”, *Wikipedia*. Disponible en: https://es.wikipedia.org/wiki/Arquitectura_manierista (consulta en 17/01/2022).
- BENÉVOLO, Leonardo. *Historia de la arquitectura del Renacimiento*. Barcelona: Gustavo Gili, 1988.
- BILOU, Francisco. “‘De cantaríã chã e ben lavrada’. O percurso artistico do arquitecto Pero Vaz Pereira a propósito do palacio do Capitão-Mor do Castelo de Vide (1620-1623) s.p., 8. Disponible en internet, pdf.
- BRANCO, Manuel Joaquim. “Renascimento, Maneirismo e ‘estilo chão’ em Évora”, en *Do Mundo Antigo aos Novos Mundos. Humanismo, Classicismo e Notícias dos Descubrimentos em Évora (1516-1624)*, comissariada po Fernando António Baptista Pereira, 219-247. Évora: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999
- BUSCH, Harald y Bernd LOHSE. *Arquitectura del Renacimiento en Europa*. Introducción y aclaración de las ilustraciones Hans Weigest. Madrid: Castilla, 1996.
- CALZADA ECHEVARRYIA, Andrés. *Diccionario clásico de arquitectura y bellas artes*. Revisado y ampliado en la Real Cátedra de Gaudí según textos de Buenventura Bassegoda Musté. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2003.
- Callipole. Revista de Cultura*, n.º 22 (2015) 275 p.
- CAMÓN AZNAR, José. *La arquitectura y la orfebrería españolas del siglo XVI*. 1.ª ed. Madrid: Espasa Calpe, 1959.
- CAMPBELL, Gordon. *The Oxford Dictionary of the Renaissance*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- CASTRO E SOUSA, A. D. *Itinerario, que os estrangeiros, que vem a Portugal, devem seguir na observação, e exame dos edificios, e monumentos mais notaveis desde reino*. Lisboa: Tip. de História d’Hispanha, 845, conf. p.
- CHUECA GOITIA, Fernando. *Arquitectura del siglo XVI*. Vol. XI de *Ars Hispaniae*. Historia Universal del Arte Hispánico. Madrid: Plus Ultra, 1953.
- CHUECA GOITIA. “El estilo herreriano y la arquitectura portuguesa”, en *El Escorial, 1563-1963*. Madrid: Patrimonio Nacional, 1964.
- CHUECA GOITIA, Fernando. *Renacimiento*, en tomo 5.º de su *Historia de la arquitectura occidental*. Madrid: Dossat, 1988
- CONTRERAS, Juan. Marqués de Lozoya. *Historia del Arte Hispánico*, t. 3. Barcelona, Buenos Aires: Salvat, 1940.
- CORREIA, José Eduardo Horta. *Arquitectura Portuguesa: Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*. Lisboa: Editorial Presença, 1991 (2.ª ed. 2002).
- CRAVEIRO, Lurdes. “A Arquitectura a ‘o Romano’. Renascimento”. En *Arte Portuguesa: da Pré-História au século XX*. Vila Noa de Gaia: Fubu, vol. 1, 2008.
- DESWARTE-ROSA, Sylvie. “Identificação do anónimo português do Museo Cartaceo de Cassiano del Pozzo: Nicolau de Frias em Roma, 168-1570”. *Artis. Revisa de História da Arte e Ciências do Património*, 5 (2017) 20-31.
- Diccionario de História de Portugal*, vol. III. S.l.: Iniciativas Editoriais, imp. 1979.

- DURÃO, Luís António. “O Paço Ducal de Vila Viçosa. Suas características portuguesas”, en *Re-Dispersos de Arquitectura*, Luís Conceição (coord), ISMAT, 2018, pp. 57 a 82. Internet (consulta 03/02/2022)
- La Edad Moderna*. T. VI de la Enciclopedia Universal del Arte. Barcelona: Plaza y Janés, 1978.
- FAURE, Elie. *Historia del Arte*. Barcelona: EDHASA, 1966, 2 v.
- FORSSMAN, Erik. *Dórico, jónico y corintio en la arquitectura del Renacimiento*. Bilbao: Xarail, 1983.
- GALLEGO, Julián. “El Renacimiento en España”. En *Historia del Arte*, Juan Salvat, dir. Barcelona: Salvat, 1983, t. 6, pp. 163-190.
- GARCIA, José Manuel. *História de Portugal. Uma visão global*, 3.^a ed. Lisboa: Editorial Presença, 1986.
- GLÜCK, Gustav. *Arte del Renacimiento fuera de Italia*. Barcelona: Editorial Labor, 1936.
- GOMBRICH, E. H. *La historia del arte*. 16 ed. en español, reimp. 2017. Londres: Phaidon Press Limited, 1997.
- HAUSER, Arnold. *Historia social de la Literatura y el Arte*. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969, 2 t.
- HERNÁNDEZ PERERA, Jesús, Santiago ALCOLEA GIL, Juan SUREDA. *Renacimiento (II) y Manierismo. El Cinquecento italiano, España y Portugal, Francia, Países Bajos e Inglaterra*, vol. VI de Historia Universal del Arte. Barcelona: Ed. Planeta, 1988.
- HONOUR, Hugh y John FLEMING. *Historia mundial del Arte*. Madrid: Akal, 2002.
- HYMAN, Isabelle, Marvin TRACHTENBER. *Arquitectura. De la Prehistoria a la postmodernidad*. Madrid: Akal, 1990.
- Introducción a la Historia de España*. Antonio Ubieto, Juan Reglá, José María Jover, Carlos Seco. 8.^a ed. Barcelona: Teide, 1971
- LAMPÉREZ, Vicente. *Arquitectura civil española de los siglos I al XVIII. Tomo I. Arquitectura privada*. Madrid: Ed. Giner, 1993.
- LÓPEZ GÓMEZ, Pedro. *Una máscara marmórea. La fachada manierista del Paço ducal de Vila Viçosa (Portugal)*. A Coruña: Universidade, 2024.
- Mármore 2000 anos de História. Vol. II. A evolução industrial, os seus agentes económicos e a aplicação na época contemporânea*. Coordenação Ana Cardoso de Matos, Daniel Alves. Lisboa: Theya, 2018.
- MATEO GÓMEZ, Isabel, M.^a Concepción García Gómez, y Joan Sureda i Pons. *El Renacimiento*. Tomo 6 de la Historia Universal del Arte, dirigida por Juan José Junquera. Coordinada por José Luis Morales y María Concepción García Gómez. Madrid: Espasa Calpe, 1996,(y 2002).
- MILLER, Gordon. *Enciclopedia de Antigüedades*. S.I. Grijalbo Mondadori, 1999.
- MORALES Y MARÍN, José Luis. “Renacimiento”, en vol. XXX de *Summa Artis. Historia General del Arte*. Madrid: Espasa Calpe, 1986.
- MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel. “El manierismo en la arquitectura española del siglo XVI: la fase serliana (130-1560)”. *Cuadernos de Arte e Iconografía. Revista Virtual de la Fundación Universitaria Española*, tomo III-5 (1990). Disponible en: <https://docplayer.es/16598879-El-manierismo-en-la-arquitectura-espanola-del-siglo-xvi-la-fase-serliana-1530-1560.html> (consulta el 17/01/2022).

- MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel. “El manierismo en la arquitectura española de los siglos XVI y XVII: la fase clasicista (1560-1630)”. *Cuadernos de Arte e Iconografía*, t. V-9 (1992). *Revista Virtual de la Fundación Universitaria Española*. Disponible en Internet (consulta el 17/01/2022).
- NIETO ALCAIDE, Víctor. Alfredo J. Morales, Fernando Checa. *Arquitectura del Renacimiento en España. 1488-1599*. Madrid: Cátedra, 1989.
- “Palacio de Ribeira (Paço da Ribeira”. *Wikipedia*. Disponible en: https://es.wikipedia.org/wiki/Palacio_de_Ribeira (consulta 05/01/2022).
- PESTANA, Manuel Inácio. “Pero Vaz Pereira, arquitecto seiscentista de Portalegre. Tentativa cronológica e questões a propósito”, *A Cidade*, n.º 8 (1993) 153-166.
- PEVSNER, Nikolaus; FLEMING, John; HONOUR, Hugh. *Dizionario di architettura*. Turin: Einaudi, 1981, voz «manierismo», Cit. en “Arquitectura manierista”, *Wikipedia*. Disponible en: https://es.wikipedia.org/wiki/Arquitectura_manierista (consulta en 17/01/2022).
- PIMENTEL, António Filipe. “Repercusiones do tema do Palácio-Bloco na Arquitectura Portuguesa”. *Actas del VII Congreso Hispano-Portugués de Hª del Arte. “Las relaciones artísticas entre España y Portugal: artistas, mecenas y viajeros”*. Cáceres, Olivenza, 3 al 6 de noviembre de 1993, s.l. s.n. pp. 81-94.
- SEBASTIÁN, Santiago. *Contrarreforma y barroco. Lecturas iconográficas e iconológicas*. Madrid: Alianza, 1985.
- SERRÃO, Vítor. “A fachada do paço ducal de Vila Viçosa e os seus arquitectos Nicolau de Frias e Pero Vaz Pereira: uma nebulosa que se esclarece”. *Callipole. Revista de Cultura*, n.º 22 (2015) 13-45.
- SERRÃO, Vítor. *Arte, Religião e Imagens em Évora no tempo do Arcebispo D. Teotónio de Bragança, 1578-1602*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança, 2015.
- SERRÃO, Vítor. *O manierismo. História da Arte em Portugal*, v. 7. Lisboa: Alfa, 1986
- SERRÃO, Vítor. “‘Restauro storico’ y ‘sacrae imagines’ en Évora bajo el gobierno del arzobispo don Teotónio de Braganza (178-1602)”. *Archivo Español de Arte*, 354 (abr.-jun. 2016) 133-152.
- SERRÃO, Vítor. Testemunhos da “nobre arte do mármore” na arquitectura e na escultura maneirista alentejana (séculos XVI-XVII): três casos de estudo, en *Mármore. 2000 anos de história*. Vol. I. *Da antiguidade à idade moderna*. Coordenação do volume, Victor Serrão, Clara Moura Soares, André Carneiro. Lisboa Theya Editores, 2019, pp. 173-96.
- SILVA, Hélia. “Três programas de estuque relevado em Vila Viçosa”. *Monumentos*, n.º 27 (dez. 2007) 126-13.
- SOARES, Clara Moura, Rue Massano Rodrigues, Mariana Penedo dos Santos. “A fachada grandilocuente do paço ducal de Vila Viçosa: cenário de mármore para as comemorações centenárias de 1940”, en: *Mármore 2000 anos de História. Vol. II. A evolução industrial, os seus agentes económicos e a aplicação na época contemporânea*. Coordenação Ana Cadoso de Matos, Daniel Alves. Lisboa: Theya, 2018, pp. 159-219.
- SPROCCATI, Sandro. *Guia de História da Arte*. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- SUÁREZ QUEVEDO, Diego. *Renacimiento y manierismo en Europa*. Madrid: Historia Viva, 1999.

**Tradición material e innovación estilística en la fachada manierista
del palacio ducal de Vila Viçosa**

- TRACHTENBERG, Marvin, Isabelle HYMAN. *Arquitectura: de la prehistoria a la post-modernidad: la tradición occidental*. Traducción Alicia González Sterling. Madrid: Akal, 2016, 750 p.
- VALLE PÉREZ, José Carlos (coord.), *Do tardogótico ó maneirismo: Galicia e Portugal*. S.l.: Fundación Barrié de la Maza, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- VAUDOYER, Jean Louis y José MILICUA.” La expansión del Renacimiento en Europa”. T. 2 de la Historia General del Arte. Barcelona; Muntaner y Simón, 1958, pp. 97-150.
- Vila Viçosa: A “primeira cidade renascentista em mármore” candidata a Património Mundial”, título del monográfico sobre Vila Viçosa de *Callipole. Revista de Cultura*. Vila Viçosa: Câmara Municipal n. 22 (2015).
- Vila Viçosa. Vila Ducal Renacentista. Vol. III. Estudos Históricos*. Vila Viçosa, 2018.

Os mármore portugueses na América latina: exportação e agentes comerciais (1850-1945)

Armando Quintas | Carlos Filipe*

Resumo: O trabalho de estudo sobre exportação dos mármore portugueses constitui um capítulo significativo no trabalho que nos últimos doze anos, tem vindo a ser desenvolvido sobre esta temática.¹ Faltam estudos de história económica, ou sectoriais, para o período cronológico aqui tratado, que envolva a exportação dos recursos pétreos portugueses para outros continentes, e em particular para América do Sul.

O presente artigo, parte de parcas fontes documentais e estatísticas, com que debatemos, mas com um propósito, dar a conhecer a importância económica que representou a exportação dos recursos pétreos na economia das regiões, onde se extraíam os recursos e o que representava na escala social essa actividade industrial.

No texto que se segue, procuramos evidenciar como a qualidade e a procura destes materiais originou uma dinâmica comercial para a época, bem como contribuir para um melhor conhecimento da posição de Portugal nestas trocas transatlânticas.

1. A evolução do contexto produtivo dos mármore portugueses

A modernização da actividade dos mármore, surge já em contexto da 1.^a Guerra Mundial. No entanto, deve-se referir, que é indirectamente subsidiária da evolução industrial que a Europa e Portugal começam a sofrer a partir de meados do século XIX, sem a qual de nada serviria introduzir novas máquinas e ferramentas, dado que por essa altura, os mármore e a sua exploração se encontravam em decadência profunda.

A segunda metade do século XIX, caracterizou-se pelo triunfo do Liberalismo enquanto sistema político e económico, assumindo o Estado a orientação da indus-

*Cidehus – Universidade de Évora | Centro de Estudos Cechap

¹ Estudo PHIM – *Património e História da Indústria dos Mármore*: <https://www.marmore-cechap.pt>

trialização. Portugal encerrava assim, um capítulo trágico, dominado pelas invasões francesas e por uma guerra civil, com consequências sociais e económicas de destruição completa de pessoas e bens, com reflexo na organização dos meios produtivos. Urgia então reger o país, na procura de uma industrialização, que desejava importar o que de melhor se fazia na Inglaterra, berço da revolução industrial. É graças ao Ministro das Obras Públicas António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), a incorporação de novas políticas governativas, conhecidas como o período de “Regeneração” ou do “Fontismo”, em homenagem ao seu mentor, com resultados positivos, que se fariam sentir até à crise de 1891².

Numa breve síntese, podemos assumir, um primeiro período cronológico, (1850-1918), que se vai caracterizar pela “redescoberta” dos mármorees portugueses, provocado por um conjunto de situações e iniciativas ocorridas, de entre as quais destacamos:

- O conhecimento geológico do território e a produção de nova legislação mineira.

Com a criação das comissões geológicas a partir de 1848, é iniciado o estudo do subsolo de forma mais metódica e científica, com a finalidade de conhecer as suas potencialidades económicas. A partir de 1876, surgem as cartas geológicas que serão actualizadas regularmente e que, permitiram, demonstrar à sociedade de então, as riquezas das jazidas do nosso território, passando a informação aos industriais, para investirem os seus capitais, com informações importantes sobre a localização de reservas geológicas.

Na segunda metade do século XIX é criado um novo quadro normativo para regulamentar a indústria extractiva em Portugal, promulgando a Carta de Minas a 25 de Julho de 1850³. Por outro lado, o conjunto de legislação mineira que veio a ser publicada, com particular destaque para a Lei de Minas de 1852⁴ e o Regulamento de Lavra de Pedreiras de 1884 e outras que se seguem⁵, vão permitir, dentro do quadro institucional do Liberalismo, a livre iniciativa privada e a liberdade de novos investimentos.

² Quintas, Armando. “Os mármorees do Alentejo em perspectiva histórica: de meados do século XIX a 2020, História e Economia”, (vol. 23), n.º 2. Instituto BBS, 2019, pp. 95-96.

³ Sousa, Carlos Alexandre. “As primeiras tentativas contemporâneas de regulamentação: de 1850 a 1892”. In *Mármores, Património para o Alentejo: Contributos para a sua História (1850-1986)*. Vila Viçosa: Centro de Estudos CECHAP, 2015, pp. 23-43.

⁴ Decreto com força de Lei de 31 de Dezembro de 1852, publicado no Diário do Governo n.º 2 de 3 de Janeiro de 1853. Altera a legislação sobre minas e define as atribuições do Conselho de Obras Públicas e Minas nestes ramos de serviço.

⁵ Decreto de 6 de Março de 1884, publicado no Diário do Governo n.º 57 de 11 de Março de 1884. *Regulamento sobre a lavra de pedreiras*; Portaria de 17 de Agosto de 1889. *Determinando que sejam suspensos os trabalhos de lavra de pedreiras, quando os seus exploradores não prestem à autoridade superior os devidos esclarecimentos*, publicado no Diário do Governo n.º 185 de 20 de Agosto de 1889; Decreto de 13 de Abril de 1892. *Decreto determinando que se observem várias prescrições na concessão da lavra de pedreiras*, publicado no Diário do Governo n.º 94 de 28 de Abril de 1892.

Os mármore portugueses na América latina: exportação e agentes comerciais (1850-1945)

- Os empresários e o investimento na exploração dos mármore.

Entre os quais destacamos particularmente, o empresário Pedro Bartolomeu Déjante (?-1859), marceneiro de origem francesa que vai reabrir uma série de pedreiras na zona de Lisboa e no Alentejo, procurando responder ao mercado através das suas lojas e oficinas de móveis⁶. Segundo, Achille Delesse (1817-1881)⁷, francês, mineralogista, geólogo e engenheiro de minas, escreve no seu relatório sobre os materiais de construção presentes na Exposição Universal de Paris de 1855, que fora Déjante que terá encetado esforços no sentido reativar um grande número de pedreiras em Portugal.

- Transporte: caminhos de ferro.

O grande desenvolvimento que os caminhos de ferro permitem no fluxo de carga e passageiros chega também a Portugal, com a construção de duas linhas no Alentejo, a linha do Leste entre Abrantes e Elvas (1856-1863) e a Linha do Sul e Sueste, do Barreiro a Estremoz (1873) e na última fase a Vila Viçosa (1902-1905), principal zona extractiva dos mármore portugueses, permitindo assim grande melhoria no transporte para o porto marítimo do Barreiro e também de Lisboa.

- As exposições industriais: nacional e universais.

Com a realização de exposições da indústria em território nacional (os mármore surgem na exposição de Lisboa em 1849), conhecendo a sua maior projecção internacional com a participação nas exposições Universais, de Londres em 1851 e de Paris em 1900. Assim os mármore portugueses, vão marcar presença num palco aberto ao comércio internacional e despoletar a curiosidade nos visitantes, entre eles homens da ciência, mas também do comércio e da indústria.

- A organização das pedreiras no maciço de Borba-Estremoz-Vila Viçosa.

Quanto à produção extractiva, desconhecendo-se a sua realidade ou ainda que fosse de reduzida dimensão, representava para o século XIX, um volume apreciável, existindo alguns registos para a sua época.

Entre 1872 e 1890, contavam-se na região, sete pedreiras de mármore em actividade repartidas entre Estremoz e Borba, com uma produção parcialmente avaliada de até 945 toneladas ano, com recurso a poucos operários, não mais de uma

⁶ Bastos, Celina. “A família Déjante: a marcenaria e a indústria dos mármore no Portugal do Oitocentos”. In: *Revista de Artes Decorativas* 3, n.º 3. 2009, pp. 160-165.

⁷ Achille Ernest Oscar Joseph Delesse foi responsável pelo levantamento geológico de uma parte do território francês e pelo estudo hidrológico da zona de Paris, tendo colaborado na edição da *Revue des Progrès de Géologie*, sendo, mais tarde, nomeado inspector-geral de minas de França. Cf. Ana Cardoso de Matos e Armando Quintas. “A afirmação do mármore alentejano em contexto nacional e internacional (do século XVIII a 1945)”. In *Mármore 2 000 anos de História. A evolução industrial, os seus agentes económicos e a aplicação na época contemporânea*. Lisboa: Theya Editores e Centro de Estudos Cechap, 2019, pp. 48-49.

dezena por cada exploração, com vendas destinadas ao país, mas também para importante mercado, a vizinha Espanha⁸.

A parcialidade da informação obtida, pela deficiência das fontes de informação, poderá ser complementada pelos valores brutos de exportação.

Um segundo momento, identifica-se com o incremento industrial, que ocorre a partir de 1918, terminado que foi o primeiro grande conflito mundial, com forte impacto na Europa, mas dada a necessidade de reconstrução, vão afluir capitais às indústrias de base, sendo a da construção civil e dos seus materiais subsidiários uma das mais visadas. A partir desse ano, vão começar-se a estabelecer na zona dos mármore do Alentejo, concelhos de Vila Viçosa, Borba e Estremoz, um grupo de empresas com dimensão e capitais próprios, conhecimento técnico e uso de novos maquinismos que vão provocar até 1945, um impacto transformador desta indústria na região como se poderá verificar no quadro seguinte.

Quadro 1 – Empresas exploradoras dos mármore de Vila Viçosa, Borba e Estremoz (1918-1937)

Denominação	Fundação	Sede	Capital Social (Escudos)
Empresa de Mármore e Cerâmicas de Estremoz e Borba Lda.	1918	Estremoz	195.000
Mármore de Sousa Batista Lda.	1921	Lisboa	170.000
Sociedade dos Mármore de Portugal Lda.	1923	Lisboa	500.000
Sociedade dos Mármore de Vila Viçosa Lda.	1928	Vila Viçosa	310.000
Solubema – Sociedade Luso-Belga de Mármore Lda.	1928	Lisboa	500.000
Companhia Portuguesa de Mármore e Cantarias S.A.	1930	Pêro Pinheiro (Sintra)	n/d
Mármore e Cantarias de Pêro Pinheiro – Estremoz Lda.	1937	Pêro Pinheiro (Sintra)	n/d

Fonte: Matos e Quintas. Arquivo Cechap / Hemagra, 2019⁹

Existiam 23 pedreiras licenciadas entre 1918-1945, 20 das quais, eram exploradas por estas companhias capitalistas, sendo as 3 restantes por empresários de pequena dimensão e a título individual.

Quanto à produção extractiva das pedreiras de mármore, em 1918 são declaradas 196 toneladas todas para exportação, enquanto em 1939 são declaradas 3.259 toneladas, dessas exportadas apenas 804 toneladas¹⁰.

⁸ Quintas, Armando. *Ibidem*, pp. 96-97.

⁹ Quintas, Armando. *Ibidem*, pp. 13-120.

¹⁰ Quintas, Armando. *Ibidem*.

Por último, em relação à tecnologia introduzida nas pedreiras, a qual ainda vai conviver, durante alguns anos com as antigas técnicas de lavra, provindas em grande medida, de antigas técnicas romanas e que assentavam no uso da força braçal do homem, com ajuda de animais e de ferramentas manuais. Assinalamos alguma da tecnologia introduzida:

- O uso do ar comprimido com martelos pneumáticos para perfuração;
- O uso do fio helicoidal para serrar o mármore dentro da pedreira por meio de abrasão;
- O recurso a combustível a diesel e a substituição de mecanismos como guinchos manuais por guinchos motorizados¹¹.

Assinalamos ainda o facto de que, recentes estudos, confirmam, que na década de 1930 as pedreiras do Alentejo se encontravam ao mesmo nível tecnológico de lavra, das pedreiras exploradas na região de Carrara em Itália¹².

2. Os mercados da América do Sul no contexto do comércio internacional dos mármore portugueses

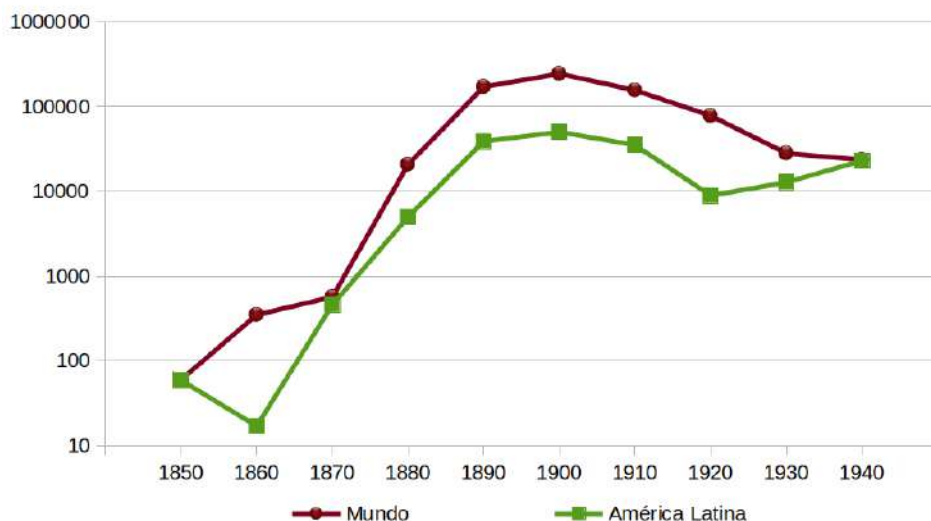
O capítulo da exportação representa em muitos casos a fase final de um processo iniciado na lavra das pedreiras. No caso dos mármore portugueses, irá ser reconhecido e apreciado nos mercados onde chega a nível internacional. Os impactos positivos que referimos anteriormente, vão ser fundamentais para que o mármore possa ser exportado em maiores quantidades e sobretudo a um preço mais elevado, incentivando os contínuos investimentos no território de exploração.

Uma análise às exportações de mármore português no período de 1850-1945, a partir dos gráficos que em seguida se apresentam, permite-nos tecer de imediato algumas considerações gerais sobre este comércio¹³.

¹¹ Quintas, Armando; Cardoso de Matos, Ana. “Objectos técnicos da extracção de mármore”. In *À Descoberta do Ouro Branco, Caderno Patrimonial, Ciência e Mármore* n.º 2, Carlos Filipe (coord.). Vila Viçosa: Centro de Estudos Cechap. 2022, pp. 13-17.

¹² Quintas, Armando; Ramos, Alexandre. “Visual Memories of the Marble Industry: Using Cinema and Photography in Mining Heritage Studies”. *ICON*, (vol. 25), n.º , 2020, pp. 96-109.

¹³ As fontes de informação bem como a metodologia são aquelas já apresentadas em Matos e Quintas, 2019. Na obra já citada e que consistem essencialmente na análise das tabelas de exportações directas publicadas na Imprensa Nacional, convertendo as unidades de peso para toneladas e fazendo a comparação de moeda antiga com a actual sempre que se justifique. Qualquer discrepância na análise estatística, deve ser tomado este artigo como uma actualização dos dados em relação a publicações anteriores.

Gráfico 1 – Exportações de mármore português entre 1850-1945, total vs. América Latina (Por tonelada e por década)

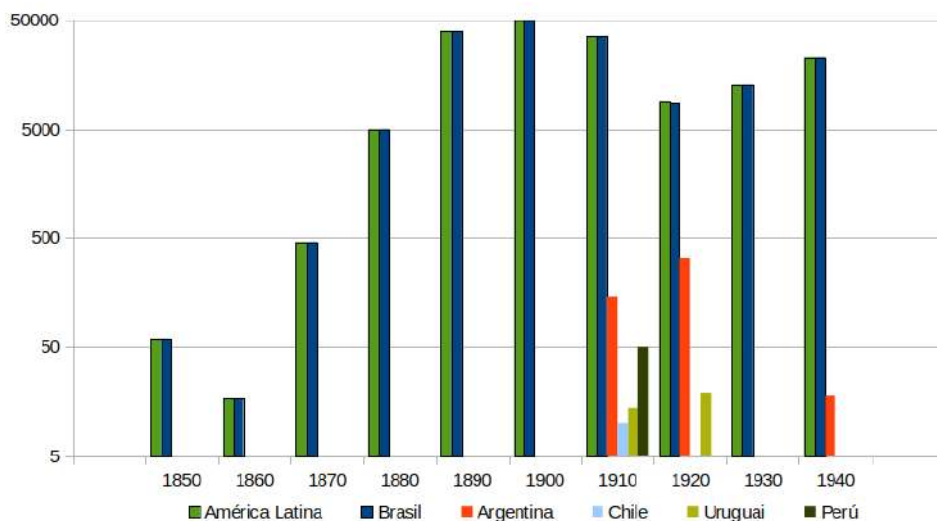
Fonte: Elaboração própria

Nas exportações totais de Portugal para todo o mundo, a tendência é de crescimento até ao início do século XX, começando com 60 toneladas em 1850 e atingindo o máximo de 243.646 toneladas em 1900 para começar a reduzir a partir daí, registando em 1945 apenas 23.492 toneladas.

No que respeita à compartimentação dos destinos, a América Latina acompanha a tendência de crescimento. Da análise relativa à primeira década do século XX, começa por ser absorvido quase a totalidade do mármore exportado, com 59 das 60 toneladas vendidas, terminando na década de 1940 por absorver 22.961 das 23.394 toneladas exportadas. Apesar disso, no período compreendido entre 1880-1930 a sua quota de mercado baixa, oscila entre os 10% e os 25% dos mármore importados de Portugal. Por outro lado, verificou-se nesses anos, que as vendas foram destinadas maioritariamente para a Europa e para os Estados Unidos, mercados com especificidade que exigem uma análise própria que não cabe neste artigo.

Se particularizarmos os países da América Latina, observamos no gráfico (2), que o Brasil é sem dúvida o país que mais absorve a totalidade dos nossos mármore na maior parte das décadas analisadas. No entanto, as estatísticas ainda indicam a presença das exportações para outros mercados sul americanos. A Argentina surge-nos pela primeira vez na década de 1880 com apenas 70kg, valor que nem é expressivo no gráfico apresentado, para voltar a surgir na década de 1910 com 147 toneladas; na década 1920 com 324 toneladas e na década 1940 com 18 toneladas.

Gráfico 2 – Exportações de mármore português entre 1850-1945, América Latina
(Por tonelada e por década)



Fonte: Elaboração própria

Por sua vez o Chile, apenas nos surge na década de 1910 com 10 toneladas. O Uruguai com a compra de 10 toneladas na década de 1910 e de 19 toneladas na década de 1920. Por último o Peru, regista uma compra de 3 toneladas na década de 1900, valor também não expressivo no gráfico, aumentando para 50 na década de 1910 e 241 toneladas na década seguinte.

Os dados analisados dizem respeito à exportação por tonelada, mas se analisarmos a exportação por valor, a situação apresenta-se um pouco diferente. Como já referido, no período cronológico de 1880-1930, a quota de mercado da América Latina, oscila entre os 10% e os 25% da tonelagem de mármore importada de Portugal, o seu valor monetário oscila entre os 10% e os 90%, com o Brasil à cabeça. Em vários anos este país chega a ser o maior importador de mármore por valor total das exportações portuguesas¹⁴. Em relação aos restantes países da América Latina, o valor é bastante residual comparado com o Brasil, não atingindo sequer um décimo do valor das importações brasileiras de mármore português.

Já em relação ao tipo de mármore exportado, fazemos notar que as fontes de informação são muito incompletas. Nas décadas de 1850 a 1870, tanto se exportam mármore em bloco, como mármore em obra, não havendo preferências em termos de países, pois eles importam praticamente ambos os tipos de encomenda. No geral, regista-se um maior valor de mármore em bloco do que em encomenda

¹⁴ Anos em que o Brasil vai ser o maior importador de mármore portugueses por valor total de exportação, 1856-1865, 1870, 1872, 1874, 1876-1877, 1883-1885, 1887, 1927-1929, 1932, 1934, 1937, 1939-1945.

em obra. Na década de 1880, as exportações são identificadas como pedras para “cantaria em mármore”. Nas décadas de 1890 à de 1920, apenas se identificam “pedras mármore”. A partir da década de 1930, começam-se a distinguir as encomendas em “blocos” e ou “mármore serrados”, com os países a importarem ambos, valorizando mais o rendimento do mármore serrado por unidade que o mármore em bloco.

Em relação à evolução do mercado da América Latina, podemos conjecturar, que a grande predominância de encomendas do Brasil se deveu às relações históricas com Portugal, por ter sido uma antiga colónia, com uma boa rede de contactos entre países, e pelo facto de se encontrar na costa atlântica e tornar mais fácil o acesso por navegação directa.

Já com os restantes países identificados, é de lembrar, que foram antigas colónias de Espanha, sendo possível a influencia na sua relação comercial, exportando para esses mercados os seus mármore em grande quantidade, assunto, no entanto, que carece de uma outra investigação.

Quanto aos períodos de crise, eles existiram e fizeram-se sentir nas transações deste tipo de comércio. A transição para o século XX, é para o Brasil particularmente difícil pela crise económica despoletada a partir de 1890. Também os períodos entre 1914-1918 e 1939-1945, correspondentes às duas grandes guerras, fez-se sentir nas relações do comércio com a redução global das vendas e das exportações. Contudo, durante o período da II Guerra Mundial, o sector exportador dos mármore portugueses sobrevive, devido a um aumento das compras efectuadas pelo Brasil, mercado que incorpora com maior valor monetário.

3. Oportunidade no mercado da América do Sul na primeira metade do século XX: algumas hipóteses.

No decorrer da segunda metade do século XIX, Portugal sentiu o impacto, provado pelas crises da economia internacional e da economia brasileira, de tal forma, que se segundo Maria Eugénia Mata, as mesmas «se reflectiram de modo significativo e negativo na conjuntura económica portuguesa»¹⁵. A situação económica agrava-se com a Inglaterra então principal parceiro comercial e credor do estado português. Na mesma situação se vai chegar aos finais de 1890 com o Estado português, que acusava sérias dificuldades com o défice orçamental a agravar-se: «para honrar os encargos da dívida e socorrer alguns bancos e companhias ferroviárias e coloniais que andavam à beira da falência»¹⁶.

É neste quadro económico e financeiro vivido nesse período em Portugal, se deve a influência da crise brasileira, com a quebra das remessas dos emigrantes do Brasil entre 1889 e 1891, provocando um efeito contraproducente e demorado.

¹⁵ Mata, Maria Eugénia. *As finanças públicas portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Banco de Portugal, 1992, pp. 274-275.

¹⁶ Ramos, Rui. «A Crise». In *Portugal Contemporâneo*, António Reis (dir.). Lisboa: Publicações Alfa, 1990, p. 166.

Os mármore portugueses na América latina: exportação e agentes comerciais (1850-1945)

Análises em vários estudos, sobre as relações comerciais Portugal-Brasil, permitiu comprovar que o Brasil surge como principal comprador de produtos portugueses em 1893 e 1896, comparativamente a outros países¹⁷. A coincidência das quebras registadas nas transacções comerciais no mesmo período, com acontecimentos políticos internos no Brasil e as tensões político-diplomáticas luso-brasileiras verificadas, atingiram o seu auge entre 1893-1894.

Discute-se entre comerciantes, industriais e alguns políticos nacionais, a urgência de uma maior abertura nas relações económicas, ultrapassando um certo isolamento que nos produtos com que estavam confrontados, expressando a necessidade da assinatura de novos tratados com o governo brasileiro. Entre divergências de opinião, a Associação Industrial Portuense, manifestava uma clara posição à assinatura de novos tratados: «Brasil é a única nação, apesar de grande, com a qual nos conviria celebrar um tratado de comércio»¹⁸.

Restabelecidas as relações diplomáticas entre Portugal e Brasil, após a eleição do novo Presidente da República e reconhecido o novo regime brasileiro pelo governo português, foi nomeado a 21 de Julho de 1891 o Ministro Plenipotenciário Fernando Matoso dos Santos (1849-1921), natural de Campo Maior, que conduziu as negociações de um novo *Tratado de Comércio e Navegação entre Portugal e Brasil*¹⁹.

Com o acordo assumido entre os dois governos, as exportações de vinhos portugueses passavam a dispor de condições especiais, evitando dessa forma a ameaça da concorrência de outros países. Um outro grupo de produtos portugueses, estavam igualmente protegidos, de entre os quais os mármore, pedras, produtos cerâmicos, azulejo, bustos, estátuas, cal em pedra ou em pó²⁰.

Embora assinado o Tratado, ele não foi implementado, por divergências assumidas por interesses internos de cada país a influenciar os seus poderes políticos, para que fosse estabelecida uma nova versão, evitando comprometer outros interesses, nomeadamente os dos comerciantes de São Paulo, estes mais atentos às vantagens dos produtos similares importados da Itália.

No final do século XIX e o primeiro quartel do século XX, foi um período de afastamento entre os dois países, com dificuldade no relacionamento, por vicissitudes associadas a questões políticas internas. Durante o período de governos da 1.ª República em Portugal esse relacionamento vai ser relegado para segundo plano,

¹⁷ Ribeiro, Maria Manuel Tavares. “Vivências das Crises. Vencer a Crise”. In *Tratados do Atlântico Sul. Portugal-Brasil, 1825-2000*. Coleção Biblioteca Diplomática do MNE – Série A. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006, p. 150.

¹⁸ Ribeiro, Maria Manuel Tavares, *op. cit.*, p. 151. A autora cita: *Relatório dos actos da Direcção da Associação Industrial Portuense no período decorrido desde 1 de Julho de 1891 a 1 de Agosto de 1892*. Porto: Imprensa Civilização, 1892, p. 24.

¹⁹ Ribeiro, Maria Manuel Tavares. *Op. cit.*, p. 154. A autora cita fonte sobre o tratado: *Arquivo da Legação de Portugal no Rio de Janeiro*, Março, 29, Tratado do Comércio.

²⁰ Ribeiro, Maria Manuel Tavares. *Op. cit.*, p. 155. A autora cita: Pauta B do *Tratado de Comércio e Navegação entre Portugal e Brasil*, assinado no Rio de Janeiro a 14 de Janeiro de 1892. AHMNE, Caixas de Tratados entre Portugal e Brasil. C/1/Março 12.

uma vez que as questões governativas estavam concentradas na tentativa de resoluções dos problemas encontrados.

Assiste-se a um diálogo bilateral retórico sem capacidade de concretização de acordos, apesar de sucessivos eventos, mantendo o interesse de elos luso-brasileiros, ao mais auto nível, com as visitas recíprocas dos Presidentes do Brasil Epitácio Pessoa (1919) e de Portugal, António José de Almeida (1922)²¹.

Embora não haja estudos dirigidos ao perfil dos nossos comerciantes portugueses dedicados ao negócio da importação e exportação de rochas ornamentais e mobiliário, vamos encontrar uma rede instalada no Brasil nas principais cidades. Desconhecemos, mas admitimos, ter existido, uma relação com o fluxo de imigração de Portugal para a Europa e também para o Brasil.

Nessa dimensão, paralela às questões políticas entre estados, devem ser enquadrados os fluxos temporais originados pela imigração portuguesa, italiana e japonesa na procura de uma oportunidade social e económica. Sobre estas duas últimas comunidades, têm sido amplamente estudado o fenómeno da imigração nos seus países.

Sobre o fenómeno de imigração de portugueses para o Brasil, desde o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, três fatores devem ser tidos em conta: a crise vinícola do norte de Portugal, com o aumento da proletarianização pela divisão da terra por força de nova lei sucessória e a criação de um minifúndio; a abolição da escravidão no Brasil, onde as maiores cidades brasileiras vão oferecer salários superiores aos praticados em Portugal; e uma nova política implantada pela república brasileira instalada em 1889²².

A escolha dos portugueses, devem-se sobretudo pelas características de aproximação, idioma e religião, comum aos dois povos. A província de São Paulo criou um programa para a imigração em 1887, com ofertas de facilidades e oferta de serviços públicos ao imigrante, que se estenderam até 1920, cumprindo alguns critérios como a idade, sexo, estrutura familiar e ocupação²³.

Verificou-se no primeiro quartel do XX a chegada de agricultores e operários agrícolas, seguidos proprietários do sector terciário (comércio, alfaiates, barbeiros e outras profissões de oficiais). Do sector secundário, operários e profissionais liberais ou artistas constituíam um reduzido número²⁴. A instalação dos portugueses nas primeiras décadas do século XX, era dirigida à participação de negócios, como

²¹ Santos, Paula Marques. “As Relações Portugal-Brasil na primeira metade do século XX (1910-1945)”. In *História de Portugal*, (vol. 6) José Hermano Saraiva (dir.). Lisboa: Publicações Alfa. 1985, pp. 135-165.

²² Lobo, Eulalia Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

²³ Matos, Maria Izilda Santos de. “Imigração portuguesa em São Paulo: perspectivas e possibilidades de investigação”. In *A emigração portuguesa para o Brasil*. (F. de Sousa; I de L. Martins; C. M. Pereira (orgs.)) Porto: CEPESE / Afrontamento, 2007, pp. 291-304.

²⁴ Serrão, Joel. *A emigração portuguesa: sondagem históricas*. (4.^a ed.). Lisboa: Livros Horizonte, 1982. Grangeia, Mario Luís. *Memórias e Direitos na Imigração Portuguesa no Brasil do Século XX*. História (v. 36 e16). São Paulo, 2017, pp. 1-20. <https://www.scielo.br/j/his/a/wMS35K-tkTj6YtxJwb7DP6fB/?format=pdf&lang=pt>

bancos, comércio e indústria. Após a proclamação da República em Portugal, o Estado brasileiro abriu os portos ao acesso livre, apenas com algumas restrições a africanos e asiáticos. No final da década 1920 a comunidade portuguesa era maior, ultrapassando mais de trezentos mil, bem acima das comunidades vindas de Espanha, Itália, Alemanha, Japão, sendo a sua esmagadora maioria de nacionais instalados no estado de São Paulo, Distrito Federal, Minas Gerais e Pará²⁵.

4. Os agentes comerciais portugueses no alvor do século XX.

As sucessivas campanhas de promoção dos nossos recursos pétreos portugueses ao longo de anos, nas diversas exposições internacionais, foram essenciais, para que existisse uma procura pelos mercados, onde o Brasil se destacava através da presença de publicistas, que davam a conhecer a qualidade dos mármore provenientes das “inesgotáveis” pedreiras da vila de Estremoz²⁶.

O aumento da exploração dos calcários portugueses disponíveis, em abundância de reservas, a dimensão dos blocos alcançados e a sua grande homogeneidade textual e cromática, permitiram a oferta desse recurso ornamental de boa qualidade a preços favoráveis, pelo que, na segunda metade do século XIX em diante, estes recursos são reclamados pelos principais mercados da Europa e da América.

Como já se disse, estamos longe de dispor de uma historiografia, conhecida, sobre a participação de empresários nacionais no comércio das rochas ornamentais no mercado internacional. Certo será, a existência de uma relação de portugueses com o Brasil, pela proximidade da língua, por circunstâncias políticas, sociais e económicas, que terão levado centenas de milhares de portugueses à procura do “el dourado” aos países da América do Sul. Não é de excluir, que entre o fenómeno da imigração de nacionais, se tenham juntado os comerciantes e artífices dedicados à arte da cantaria, na procura de uma oportunidade para a sua vida. Poderá existir uma relação entre a procura e a oferta, num período de desenvolvimento e expansão urbana das cidades no Brasil, onde a mão de obra qualificada vai ser necessária, para assegurar o conhecimento sobre materiais na qualidade ornamental da arquitetura. Os mármore italianos, eram amplamente conhecidos nos países da América, consolidavam a sua procura nos finais do século XIX, com uma presença significativa de comerciantes italianos estabelecidos nas principais cidades, através do comércio, que garantia por essa via as exportações de Itália para o Brasil.

²⁵ Lobo, Eulalia Maria Lahmeyer. *Op. cit.*

²⁶ *Almanach Luzo-Brazileiro para o Ano de 1863*. Dirigido por Alexandre Magno de Castilho e António Xavier Rodrigues Cordeiro. Lisboa: Typographia da Sociedade Typografica Franco-Portuguesa, 1863, p. 325. Cf. Cardoso de Matos, Ana e Quintas, Armando. “A afirmação do mármore alentejano em contexto nacional e internacional (do século XVIII a 1945)”, *idem*, pp. 70-71.

O mesmo irá acontecer com o mercado português, que procura intensificar essa oferta em vários países daquele continente, com destaque para o país irmão.

Da coleção de documentos que identificámos com o título: «Viagem de Manuel Filipe ao Brasil, Uruguai e Argentina como promotor de vendas da Empresa “Souza Baptista” (1928-1929)», que nos chegaram, generosamente por um familiar de Manuel Filipe, fazem parte do fundo documental do estudo – *Património e História da Indústria dos Mármore*s²⁷. [Fig. 1]²⁸. Pouco conhecemos até ao momento, sobre a atividade comercial de Manuel Filipe, uma vez, que estamos perante fontes indiretas, que necessitam de um aprofundamento do seu percurso profissional [Fig. 02]. Da documentação recebida, destacamos uma correspondência pessoal manuscrita; um conjunto de cartões de visita, com a identificação de nomes de empresas, comerciantes, moradas e países; tabelas com indicação dos recursos pétreos portugueses; encomendas com medidas, pesos e valores; uma amostra de calcário lioz, que nos leva a concluir a existência de um mercado estabelecido e de uma rede de contactos activa, com muito interesse para a cronologia do estudo em causa. [Fig. 3, 4, 5 e 6].

A empresa “Souza Baptista” estava instalada na região de Lisboa, com exploração de pedreiras numa propriedade denominada “Pedra Furada” na freguesia de Almargem do Bispo, concelho de Sintra²⁹. O empresário Sousa Baptista, detinha ainda uma fábrica em Lisboa, exclusiva para a produção de móveis em madeira com a incorporação de mármore levados de Vila Viçosa, Borba e Estremoz, produção que se destinava à exportação para o mercado brasileiro.

Também vamos encontrar António Soares de Sousa Baptista, em 1930, com exploração de uma pedreira na Herdade da Lagoa, freguesia de Pardais, concelho de Vila Viçosa³⁰.

Como se pode depreender, a exportação é um dos principais objetivos de algumas empresas portuguesas, entre elas, destacamos a empresa “Souza Baptista” com sede na capital na Praça do Município, que reclamava dispor das melhores jazidas do país, publicitando para o mercado: “Grande exportação de mármore portugueses em blocos e serrados”³¹. Em sua representação encontrava-se Alfredo dos Anjos, como viajante internacional, representante de diversas firmas, propagandista comercial, com experiência de negócios internacionais na Europa e Amé-

²⁷ Estudo em progresso, desenvolvido por uma equipa de investigadores multidisciplinar desde 2012 no Centro de Estudos Cechap.

²⁸ Na imagem em cima um motorista; no centro esquerdo, um empresário de nome desconhecido; no lado direito atrás o comerciante Alfredo dos Anjos e mais abaixo o comerciante Manuel Filipe. Desconhece-se o lugar onde foi tirada a fotografia, talvez na Baía no lugar de Nossa Senhora da Lapa.

²⁹ Boletim da Direcção Geral da Indústria, volume I, n.º 37, 1938-05-25, p. 536. <https://www.marmore-cechap.pt/data/5051/Sousa%2520Baptista>

³⁰ Direcção Regional da Economia do Alentejo. *Registo do Trabalho Nacional (RTN), cancelados*. Lv. 3, registo 03660, 1930-08-20. <https://www.marmore-cechap.pt/data/3501/Sousa%2520Baptista>

³¹ Souza Baptista. *Grande Exportação de Mármore Portuguezes*. Descrição.

rica do Sul. Dispunha de escritório no Rio de Janeiro e agências em todos os Estados do Brasil com vendas nas cidades de Santos no Brasil, Montevideu no Uruguai e Buenos Aires na Argentina.

Entre alguns contactos na região, destacamos o escritor Emídio Amaro, que terá mantido contactos com Alfredo dos Anjos em Vila Viçosa ou em Lisboa, como se pode depreender as suas palavras escritas em artigo publicado: “Conversando há tempo, com o viajante internacional sr. Alfredo dos Anjos, um técnico competentíssimo que há 30 anos negocia em mármore nos melhores mercados universais e a quem devemos algumas informações amáveis...”³².

Sobre Manuel Filipe, como se pode verificar, foi um percursor dedicado ao comercio externo das rochas ornamentais portuguesas, tendo sido um dos fundadores da empresa de mármore “Marmetal” empresa com atividade na exploração de pedreiras na região de Borba, Estremoz e Vila Viçosa, desconhecendo nós até esta data, outras informações relevantes para um estudo biográfico completo.

Para identificação destes circuitos comerciais, destacamos, de entre os documentos recebidos por doação³³, os contactos através de “cartões de visita” das empresas sediadas nos países da América do Sul com os seguintes contactos:

- *Agustin Sivori e Hijos* / Introdutores de mármore / y Gran Marmolería Mecánica / Buenos Aires [Argentina] / Honduras.
- *Alfredo dos Anjos* / Representante Comercial de diversas Firmas / Em Grandes Viajens Interestadoais e Internacionais / Lisboa / Rio de Janeiro [Portugal e Brasil].
- *Carmelo Di Giorgio* / Mármore / Especialidad em Trabajos de Obras / Azcuénaga [Buenos Aires – Argentina] / 1930.
- *Casa Paoletta* / Taller de Marmoleria y Lapidaria / San Isidro [Santiago de Chile].
- *Casa Aloys* / Oficina de Mármore / de J. Aloys Friederichs / Porto Alegre [Brasil].
- *Castelpoggi Hnos* / Mermolería / Decoracion y obras / Pavón / Buenos Aires [Argentina].
- *Cesar Rossi y Hno.* / Antigua Marmoleria / Y Lapidaria / “SUIZA” / Buenos Aires / Córdoba [Argentina].
- *Giovanni Rovida & C.ia L.tda* / S. Paulo [Brasil].
- *José Floriani Filho* / Porto Alegre [Brasil].
- *João Leite* / Leite e Nogueira / Porto [Portugal].
- *José Soares de Carvalho* [??].

³² Amaro, Emidio. *Riquezas do Alentejo. A exploração dos mármore em Vila Viçosa. Abundância e valor dos mármore – Seu aproveitamento no passado – A exploração de pedreiras na actualidade – Serrão e oficinas de canteiro – A Sociedade dos Mármore de Vila Viçosa – O que poderá ser, no futuro, esta grande riqueza.* Vila Viçosa: Revista Portuguesa, 1928.

³³ Agradecemos a José Manuel C. Pombeiro Filipe, neto de Manuel Filipe a doação do conjunto de documentos.

- *João Rodrigues / da firma / Rodrigues & Cia / Constructores* [??].
- *Mármoles Granitos / Laviere Vitacca e Hijos / Montevideo* [Uruguai].
- *Marmoleria Francesa / José Lux / Buenos Aires* [Argentina].
- *Marmoraria Nunes / Luiz Nunes & Cia / São Paulo* [Brasil].
- *Marmoleria / Massarelli Hnos. / Rosario* [Santa Fe – Argentina].
- *Rogelio Ferrari / Constructor Técnico / Tiunvirato / Buenos Aires* [Argentina].
- *Manoel Felipe / (Jerente das Pedreiras de mármores / de Souza Baptista) / Lisboa* [Portugal].
- *Marmoraria Carrara / Nicodemo Roselli & C.ia / São Paulo / Santos* [Brasil].
- *Officina de Marmores / Ramos & Dinis / Rio de Janeiro* [Brasil].
- *Imprensa / “Rosgal” / de / RHilario Rosillo / Montevideo* [Uruguai].
- *Serraria e Officina de Marmores / Souza & Guimarães / Rio de Janeiro* [Brasil].
- *Serraria de Marmores/ e / Esportação / Souza Baptista/ Lisboa* [Portugal].
- *La Artística” / Marmoleria Y Lapidaria / Santiago Baccarelli / Buenos Aires* [Argentina].
- *Talleres Eléctricos / de / José Migliasso y hino / Vicente Lopez / Azcuénaga / Buenos Aires* [Argentina].
- *Talller de Marmolería / Erminio Celsi / Rio de Janeiro / Buenos Aires* [Brasil e Argentina].
- *Taller Benedetti Hnos / Montevideo* [Uruguai].

Os cartões de visita apresentados, permitem-nos identificar 27 agentes comerciais entre Portugal e a América Latina. Confirma-se desta forma, a existência de uma rede de agentes dispersos, além de Portugal, pelo Brasil, Argentina, Chile, Honduras, Uruguai, não se conhecendo as datas em que foram estabelecidos os contactos, apenas conjecturando entre os anos de 1915 a 1930.

Para além deste espólio, consultamos ainda imprensa no Brasil, tendo sido identificado um conjunto de anúncios publicitários:

- *Marcineria de Gavazza & Irmão / Pedras Marmores para commodas, consolos, toilet, lavatorios de todas as cores e tamanhos / Junto à igreja do Corpo Santo / Bahia / 1860*³⁴.
- *Marmoraria Central / de Conti, Valenti & C. / Rua da Boa Vista 62 / S. Paulo / 1888*³⁵. [Fig. 07].
- *Gesteira & Meira / Grande depósito de mármores de todas as qualidades, oficina de escultura em mármores / Rua da Ajuda 23 / Rio de Janeiro / 1873*³⁶.

³⁴ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia, para o ano de 1860. Tomo I. Bahia: Typographia de Camilo de Lellis Masson & Ca, 1860, p. 415.

³⁵ Almanach Administrativo, Comercial e Industrial da Província de S. Paulo, para o ano de 1888. S. Paulo: Jorge Sckler & Comp., 1888, p. 48.

³⁶ Almanak Laemmert, Administrativo, Mercantil e Industrial para a província do Rio de Janeiro, para o ano de 1873. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1873, p. 53.

**Os mármore portugueses na América latina: exportação e agentes comerciais
(1850-1945)**

- *A Corôa de Louro / de Blas Crespo Garcia, Succ. De José Benito Garcia / Estabelecimento de Obras de Mármore / Mármore de Carrara, Mármore de Lisboa, etc. / Rua da Ajuda 35 / Rio de Janeiro / 1873*³⁷. [Fig. 08].
- *Ricardo Graça & C. / Depósitos de Cimento, Ladrinhos [...] mosaicos e de mármore [...] / Rua de S. José, 60 e 61 / Rio de Janeiro / 1873*³⁸.
- *Achille Bernardssay / Armazém e loja de Mármore / Praia de S. Cristóvão 67k / Rio de Janeiro / 1873*³⁹.
- *Antônio Joaquim de Sousa Braga / Armazém e loja de Mármore / Rua do General Polydoro 36A / Rio de Janeiro / 1873.*
- *David Rina / Armazém e loja de Mármore / Praça do General Osório 73 / Rio de Janeiro / 1873.*
- *Delpino & C. / Armazém e loja de Mármore / Rua do Rosário 136 / Rio de Janeiro / 1873*
- *Giovanne Pierroni / Armazém e loja de Mármore / Rua do General Polydoro 40 / Rio de Janeiro / 1873.*
- *José Bolgiano / Armazém e loja de Mármore / Rua da Ajuda 31 / Rio de Janeiro / 1873*
- *José Baptizt Buzzi / Armazém e loja de Mármore / Praça da Glória, 40 e 41 / Rio de Janeiro, 1873.*
- *João Manoel Pomar / Armazém e loja de Mármore / Rua da Ajuda 37 / Rio de Janeiro, 1873.*
- *José baptista Saroldi / Armazém e loja de Mármore / Rua da Ajuda 21 / Rio de Janeiro / 1873.*
- *José Berna / Estabelecimento de mármore de todas as qualidades e escultor de ornatos / Rua da Ajuda 47 e 51 / Rio de Janeiro / 1873.*
- *Luiz Rossi / Armazém e loja de Mármore / Rua da Quitanda 54 / Rio de Janeiro / 1873*
- *Paulino Luiz Savalde / Armazém e loja de Mármore / Rua da Ajuda 19 / Rio de Janeiro / 1873.*
- *Antigo e imperial estabelecimento de mármore de Carrara / Rua da Ajuda 25 / Rio de Janeiro / 1873.*
- *Joaquim Pereira da Motta / Grande oficina de mármore (fundada em 1861) / executa todo o tipo de obras em mármore, sepulturas, mausoléus, pias, salas de jantar / Rua de S. Pedro 181 / Rio de Janeiro / 1891*⁴⁰. [Fig. 09].
- *Manoel Duarte de Avellar, succ. De Rocha & Avellar / Marmorista e importado, correspondente das principais casas na Europa, proprietário do maior depósito de mármore no Brasil, especialidade de pedras para sepulturas e*

³⁷ *Ibidem*, p. 54.

³⁸ *Ibidem*, p. 55.

³⁹ Este estabelecimento e os seguintes de 1873, também se encontram referidos na mesma fonte do Almanak Laemmert para esse ano, na página 669.

⁴⁰ Almanak Laemmert. *Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, para o ano de 1891*: Rio de Janeiro, Companhia Typographica do Brazil, 1891, p. 7748

- mobílias / Travessa Dias da Costa 8 e Rua dos Andradas 41 / Rio de Janeiro / 1891⁴¹.
- *Mármore Ciosia Moneda* / Rua da Ajuda 16 / Rio de Janeiro / 1891⁴².
 - *Manoel Antônio da Cunha & C.* / Armazém de mármore em bruto e oficina de mármore de Carrara / Especialidade em mausoléus, estátuas, pias, mobílias / Rua da Carioca 134 / Rio de Janeiro / 1891⁴³.
 - *Manoel de Oliveira Campos & C., succ. De João Gonçalves da Silva* / Grande oficina de trabalhos em mármore, grande sortimento de mármore de todas as qualidades e de trabalhos nacionais e estrangeiros / Rua da Ajuda 14 / Rio de Janeiro / 1891⁴⁴.
 - *Francisco Roberto Pimenta* / Oficina de mármore, trabalhos de ornatos, monumentos, lápides / Praia de S. Cristóvão, 157 / Rio de Janeiro / 1891⁴⁵.
 - *A.P. de Almeida & Malheiros* [em liquidação] / Oficina de mármore, com especialidade em mausoléus, anjos, vasos de mármore, mármore de Itália, Bélgica e Lisboa / Rua da Quitanda 41 e 44 / Rio de Janeiro / 1891⁴⁶. [Fig. 10].
 - *Companhia de Mármore e Ladrinhos*, sucess. Das antigas firmas A.P. de Almeida 6 Malheiros, Emanuele Cresta & C. e outras / Rua da Quintanda 41 e 44, Rua da Ajuda 33, 18 e 35, Rua Fresca 14 / Rio de Janeiro / 1891⁴⁷.
 - *Domingos Ferreira Mano* / Marmorista e negociante de mármore em bruto / Praia de S. Cristóvão 10 / Rio de Janeiro / 1891⁴⁸.
 - João Manoel Pomar / Marmorista e negociante de mármore em bruto / Rua da Ajuda 39 / Rio de Janeiro / 1891.
 - *José Rodrigues Moreira & C.* / Marmorista e negociante de mármore em bruto / Rua Senador Dantas 10 / Rio de Janeiro / 1891.
 - *José Vicente da Costa* / Marmorista e negociante de mármore em bruto / Rua 7 de Setembro 189 / Rio de Janeiro / 1891.
 - *Luiz Alves Soutello*, Marmorista e negociante de mármore em bruto / Rua General Polydoro 102 e 108 / Rio de Janeiro / 1891.
 - *Luiz Rossi* / Marmorista e negociante de mármore em bruto / Rua Quitanda 48 / Rio de Janeiro / 1891.
 - *João Gonçalves da Silva* / Marmorista e negociante de mármore em bruto / Rua da Ajuda 14 / Rio de Janeiro / 1891.
 - *Paulino Luiz Saroldi* / Marmorista e negociante de mármore em bruto / Rua da Ajuda 6 / Rio de Janeiro / 1891.

⁴¹ *Ibidem*, p. 1953.

⁴² *Ibidem*, p. 1954.

⁴³ *Ibidem*, p. 1999.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 2034.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 2061.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 2073.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 748.

⁴⁸ Este estabelecimento e os seguintes de 1891, também se encontram referidos na mesma fonte do Almanak Laemmert para esse ano, na página 836.

Os mármore portugueses na América latina: exportação e agentes comerciais (1850-1945)

- *Viúva Berna* / Marmorista e negociante de mármore em bruto / Rua da Ajuda 19 / Rio de Janeiro / 1891.
- *Antonio Alves Barbosa* / Oficina de Marmorista, A mais antiga desta capital / Rua da Ajuda 37 / Rio de Janeiro / 1903⁴⁹. [Fig. 11].
- *José Vicente da Costa* / Depósito e Oficina de Mármore, Nacionais, Lisboa e Carrara, Casa fundada em 1850 / Rua Sete de Setembro, 183 e 189 / Rio de Janeiro / 1922⁵⁰. [Fig. 12].

Fazendo uma apreciação destes agentes comerciais, podemos constatar que os anos de 1873 e 1891, separados por quase duas décadas, revelam uma dimensão do que seria o comércio de mármore nas cidades mais importantes do Brasil. Destaca-se a cidade do Rio de Janeiro que durante o período analisado era a capital daquele país, primeiro como capital do Império e depois como capital da República. Em 1873 registam-se 16 lugares de produção, venda e depósito de mármore, em 1891 ascendem a 18 pontos, ainda que alguns seriam depois integrados em negócios maiores. Também se verifica alguma concentração geográfica urbana, com a Rua da Ajuda a deter metade dos locais em 1873, ou seja, estas oficinas e lojas eram muito próximas umas das outras. Também se mantêm oito lugares de mármore para o período de 1891 na mesma rua. Em termos de permanências, verificamos que o estabelecimento de João Manoel Pomar, o da família Saroldi e do da família Berna, todos eles na Rua da Ajuda ainda se mantêm no final do século, bem como o de Luiz Rossi na Rua da Quitanda. Fazemos notar ainda, que a Companhia de Mármore e Ladrilhos acaba por absorver os estabelecimentos de A.P. de Almeida Malheiros, de Emanuele Cresta e de Blas Crespo Garcia.

Por último, uma leitura do catálogo⁵¹ da *Société Anonyme de Merbes – Sprimont*, sociedade internacional de exploração de mármore, surgida em 1921 e representada em Portugal através da sua filial – Sociedade Luso Belga de Mármore em 1928⁵², com os seguintes agentes comerciais para a América Latina:

- Argentina e Uruguai – Hermanos Grigio – Buenos Aires.
- Brasil – Edmundo de Leers – Rio de Janeiro.
- Costa Rica, Guatemala e El Salvador – Adrien Delprée – Cidade de Guatemala.

⁴⁹ Almanach Ilustrado do Brasil. *Portugal para o ano de 1903*, Lisboa: Redacção do Brasil – Portugal, 1903, p. 58

⁵⁰ Anuário Commercial Industrial, Agrícola, Profissional e Administrativa da República dos Estados Unidos do Brasil, ano 1922-1923. Rio de Janeiro: Oficinas Typographicas do Almanak Laemmert, 1992, vol. 1, p. 388.

⁵¹ *Société Anonyme Merbes – Sprimont, Bruxelles*, J. Rozez, 1928, p. 64

⁵² Cardoso de Matos, Ana e Quintas, Armando. *Op. cit.* 2019.

Notas finais

Lidar com uma diversidade de fontes indirectas, cruzando-as continuamente, é estabelecer com elas possíveis relações dialógicas. Travar esse diálogo, com o que propositadamente se ausenta das fontes, formulando hipóteses e problematizações é primordial, cabendo examinar exaustivamente essa documentação. No caso concreto, não podemos assumir, que a documentação agora divulgada, nos possa garantir todo o nosso ponto de partida, isto é, comprovadamente todo o resultado do nosso trabalho.

Tal como foi anteriormente admitido, estamos perante a falta de um trabalho sistematizado, envolvendo biografias que nos leve ao conhecimento para a construção de uma historiografia sobre redes de mercados, empresas e empresários portugueses, que se movimentaram desde a segunda metade do século XIX até à década de 1940, nos mercados externos das rochas ornamentais. Será necessário consultar alguns fundos documentais de arquivos públicos, que não têm estado ao serviço da investigação e que podem ser determinantes, para novos elementos de veracidade das exportações de Portugal para os continentes europeu e americano.

Depois de cem anos passados, após o início da recuperação dos mármore do maciço de Borba-Estremoz-Vila Viçosa, é importante reaver todo um percurso da nossa indústria, exploradora, transformadora e de cantaria, numa retrospectiva sobre a sua resiliência.

Fica aqui o desafio, procuraremos a partir de um conjunto identificado com nomes de agentes e entidades do comércio, proporcionar outras áreas da investigação, com o contributo da história económica, determinante para o seu conhecimento.

Como escreveu Emidio Amaro em 1928: “Os mármore desta privilegiada região alentejana, já hoje representam uma riqueza imensa, mas podem tornar-se, dentro de poucos anos, se o Estado quiser, uma riqueza muito maior, incomensurável, factor importantíssimo para o equilíbrio da nossa depauperada situação económica”.⁵³ E nós também concordamos, certamente nos ajudará a posicionar no futuro o comércio dos mármore alentejanos nos mercados mundiais.

Fontes documentais, bibliografia e webgrafia

Fontes documentais – Imprensa periódica

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia, para o ano de 1860. Tomo I.

Bahia: Typographia de Camilo de Lellis Masson & Ca, 1860.

Almanach Administrativo, Comercial e Industrial da Província de S. Paulo, para o ano de 1888: S. Paulo, Jorge Sckeler & Comp., 1888.

⁵³ Emídio Amaro, *op. cit.*, 1928.

Os mármore portugueses na América latina: exportação e agentes comerciais (1850-1945)

- Almanak Laemmert, *Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, para o ano de 1891*. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1891.
- Almanach Ilustrado do Brasil – *Portugal para o ano de 1903*. Lisboa: Redacção do Brasil – Portugal, 1903.
- Anuário Commercial, Industrial, Agrícola, Profissional e Administrativo da República dos Estados Unidos do Brasil, ano 1922-1923. Rio de Janeiro: Oficinas Typographicas do Almanak Laemmert, 1922, vol. I.
- Boletim da Direcção Geral da Indústria, volume I, n.º 37. 1938-05-25, p. 536.

Fontes documentais – Legislação

- Decreto com força de Lei de 31 de Dezembro de 1852*. Diário do Governo n.º 2 de 3 de Janeiro de 1853.
- Decreto de 6 de Março de 1884*. Diário do Governo n.º 57 de 11 de Março de 1884. Regulamento sobre a lavra de pedreiras.
- Portaria de 17 de Agosto de 1889*. Diário do Governo n.º 185 de 20 de Agosto de 1889.
- Decreto de 13 de Abril de 1892*. Diário do Governo n.º 94 de 28 de Abril de 1892.

Fontes escritas – outras

- Société Anonyme Merbes – Sprimont, Bruxelles*, J. Rozez, 1928.

Bibliografia

- Amaro, Emídio. «Riquezas do Alentejo, A exploração dos Mármore em Vila Viçosa». Vila Viçosa: *Revista Portuguesa*, 1928-01.
- Bastos, Celina. “A família Déjante: a marcenaria e a indústria dos mármore no Portugal de Oitocentos”. In. *Revista de Artes Decorativas* 3, n.º 3. 2009, pp. 160-165.
- Castilho, Alexandre Magno de e António Xavier Rodrigues Cordeiro. *Almanach Luzo-Brazileiro para o Ano de 1863*. Lisboa: Typographia da Sociedade Typografica Franco-Portuguesa, 1863, p. 325
- Grangeia, Mario Luís. *Memórias e Direitos na Imigração Portuguesa no Brasil do Século XX*. História (v. 36 e16). São Paulo, 2017, pp. 1-20.
- Lobo, Eulalia Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- Mata, Maria Eugénia. *As finanças públicas portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Banco de Portugal, 1992, pp. 274-275.
- Matos, Ana Cardoso de e Armando Quintas. “A Afirmção do mármore alentejano em contexto nacional e internacional (do século XVIII a 1945). In *Mármore 2 000 Anos de História. A evolução industrial, os seus agentes económicos e a aplicação na época Contemporânea*, Ana Cardoso de Matos e Daniel Alves (coord.). Lisboa: Teya Editores e Centro de Estudos Cechap, 2019, pp.13-120.

- Matos, Maria Izilda Santos de. “Imigração portuguesa em São Paulo: perspectivas e possibilidades de investigação”. In *A emigração portuguesa para o Brasil*. (F. de Sousa; I de L. Martins; C. M. Pereira (orgs.) Porto: CEPESE / Afrontamento, 2007, pp. 291-304.
- Quintas, Armando. “Os mármore do Alentejo em perspectiva histórica: de meados do século XIX a 2020”. In *História e Economia, Revista Interdisciplinar*, (vol. 23), n.º 2. Instituto BBS, 2019, pp. 93-116.
- Quintas, Armando e Alexandre Ramos. “Visual Memories of the Marble Industry: Using Cinema and Photography in Mining Heritage Studies”. *ICON*, (vol. 25), 2020, pp. 96-109.
- Quintas, Armando e Ana Cardoso de Matos. “Objectos técnicos da extracção de mármore”. In *A Descoberta do Ouro Branco, Caderno Patrimonial, Ciência e Mármore n.º 2*, Carlos Filipe (coord.). Vila Viçosa: Centro de Estudos Cechap, 2022, pp. 13-17.
- Ramos, Rui. «A Crise». In *Portugal Contemporâneo*, António Reis (dir.). Lisboa: Publicações Alfa, 1990, p. 166.
- Ribeiro, Maria Manuel Tavares. “Vivências das Crises. Vencer a Crise”. In *Tratados do Atlântico Sul. Portugal-Brasil, 1825-2000*. Coleção Biblioteca Diplomática do MNE – Série A. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006, p. 150.
- Santos, Paula Marques. “As Relações Portugal-Brasil na primeira metade do século XX (1910-1945)”. In *História de Portugal*, (vol. 6). Lisboa: Publicações Alfa, José Hermano Saraiva (dir.). 1985, pp. 135-165.
- Serrão, Joel. *A emigração portuguesa: sondagem históricas*. (4.ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte, 1982.
- Silva, Zenaide Carvalho. *O Lioz Português. De lastro de navio a arte na Bahia*. Lisboa: Edições Afrontamento, 2007.
- Sousa, Carlos Alexandre. “As primeiras tentativas contemporâneas de regulamentação: de 1850 a 1892”. In *Mármore, Património para o Alentejo: contributos para a sua História (1850-1986)*. Vila Viçosa: Centro de Estudos CECHAP, 2015-06, pp. 23-43.

Webgrafia

<https://www.hemagra.uevora.pt>
<https://www.marmore-cechap.pt>
<https://www.marmore-cechap.pt/data/5051/Sousa%2520Baptista>
<https://www.marmore-cechap.pt/data/3501/Sousa%2520Baptista>

Anexos



Figura 1 – CECHAP-PHIM. Descrição: em cima o motorista; ao centro um presumível empresário brasileiro; no lado direito atrás Alfredo dos Anjos; no lado direito em baixo Manuel Filipe. Desconhecemos o lugar e data, segundo informações talvez em Nossa Senhora da Lapa no interior da Baía no Brasil.



Figura 2 – CECHAP-PHIM. Cartão de visita de Manoel Filipe.



Figura 3 – CECHAP-PHIM. Cartão de visita de *Serraria e Officina de Marmores*.



Figura 4 – CECHAP-PHIM. Cartão de visita de *Ramos & Diniz*.



Figura 5 – CECHAP-PHIM. Cartão de visita de Souza Baptista.



Figura 6 – CECHAP-PHIM. Cartão de visita de José Floriani Filho.



Figura 7 – CECHAP-PHIM. Publicidade: *Marmoraria Central*.

54 NOTABILIDADES

À CORÔA DE LOURO
35 RUA D'AJUDA 35

MARMORES DE CARRARA MARMORES DE LISBOA, ETC.

ESTABELECIMENTO DE OBRAS DE MARMORES

BLAS CRESPO GARCIA
SUCESSOR DE
JOSÉ BENITO GARCIA

Nesta casa aprumta-se com toda a brevidade e perfeição e por preços razoáveis qualquer obra concernente à profissão de Marmorista como sejam:

tumulos, lapides com letras em relevo ou gravadas, e ornatos (pias baptismaes) grades, escadas, balaustres, columnas e toda a obra de torno.

Encarrega-se de executar qualquer trabalho á vista de desenhos para frente e interior de igrejas, palacetes e predios, etc., etc.

O annuenciante acha de receber um bonito e completo sortimento de Figuras de diversos tamanhos e gostos, assim como, marmores de diversas medidas e qualidades.

Recebem-se encomendas para importação de tudo relativo ao negocio, por estar em correspondencia com as principaes casas importadoras de marmores para este paiz.

Encarrega-se de assentar tudo em seus lugares, nesta cidade e subúrbios.

35 RUA D'AJUDA 35
Casa de tres portas em frente á rua de Santo Antonio
RIO DE JANEIRO.

Figura 8 – CECHAP-PHIM.
Publicidade: *Blas Crespo Garcia*.

Industriales e Profissionais do Brazil

GRANDE OFFICINA DE MARMORES
Fundada em 1861
PELO ARTISTA

JOAQUIM PEREIRA DA MOTTA
181 Rua de S. Pedro 181

E' nesta grande officina de marmore que se tem executado as primeiras obras nesta capital, assim como no interior com o seio: capellas, mausoleos, e obra de igrejas

Tem sempre em seu estabelecimento pedras para sepulturas ornamentadas em baixo e alto relevo, estatuas, pias para baptismo, ditas para sala de jantar, ladrilhos e pedras para mobílias.

Encarrega-se de todos os trabalhos e fornece os desenhos para serem escolhidos (art. 702)

CARLOS JOFFERT & C.

Importadores e exportadores de farinha de trigo, farello, farellinho e remoido

60, Rua 1.ª de Março, 60
(1.º Andar)
art. 501 660

Sá, Guimarães & C.
NEGOCIANTES DE AGUARDENTE, ESPRITO E MEL
ESTABELECIDOS NO
ANTIGO TRAFICHO NOVO-PORTO
26, Rua da Saúde, 26
ESCRITÓRIO A
82, RUA DE S. PEDRO, 81
RIO DE JANEIRO
art. 466—666—800) **1895**

Figura 9 – CECHAP-PHIM.
Publicidade: *Joaquim Pereira da Motta*.

**Os mármorees portugueses na América latina: exportação e agentes comerciais
(1850-1945)**

Industriales e Profissionais do Brazil

GRANDE DEPOSITO

DE
LADRILHOS, MOSAICOS e AZULEJOS
E
Officina de Marmore
A. P. DE ALMEIDA & MALHEIROS
AZULEJOS



MARMORES

Mansões, anjos, figuras e vasos de marmore. Pedras para sepulturas, ladrilhos brancos e pretos. Encarregio-se de fazer letras gravadas e em relevo, e tudo quanto é concernente a uma officina de primeira ordem. Incumbem-se de fazer qualquer trabalho em marmore, para o que têm pessoal habilitadissimo, ou mesmo mandar vir da Europa qualquer encomenda no mesmo genero.

41 e 44 Rua da Quitanda 41 e 44
TELEPHONE N. 44
2073

Figura 10 – CECHAP-PHIM.
Publicidade: *A. P. de Almeida & Malheiros*.

OFFICINA

Marmorista

A MAIS ANTIGA PISTA CAPITAL

Antonio Alves Barbosa

Grande sortimento de ladrilhos, mosaicos e retilificados dos melhores fabricantes, azulejos de variadissimas padrees.

Tem sempre grande deposito de marmores brancos, lavados e de cores

IMPORTAÇÃO DE MARBRE EM BLOCO E EM LAGE

Fabrica de ladrilhos hydraulicos

Formoseira das obras de Igreja da Candelaria, do Hospital das Lajas, do Palácio do Carreio e muitos outros importantes trabalhos dirigidos por profissional auxiliado pela longa pratica do chefe de casa.

Executa qualquer encomenda relativa a trabalhos de marmore, como: seixos monumentais, alvaros, decalques, entalhes, esculturas, lapides, vasos, joes, etc., etc.

37, RUA DA AJUDA, 37
RIO DE JANEIRO
Telephone 91

Figura 11 – CECHAP-PHIM.
Publicidade: *Antonio Alves Barbosa*.

388 NOTABILIDADES COMMERCIAES VOL. I

José Vicente da Costa

CASA FUNDADA EM 1850

Deposito e Officina de Marmores

Nacionais, Lisboa e Carrara

Estabelecimento possuindo uma bem montada officina sob a direcção technica do seu proprietario e dispondo de pessoal habilitado, achase apto a executar com toda a perfeição, qualquer trabalho d'esta arte.

GALERIA COM BELAS ESTATUAS, ANJOS, CRUZES, VASOS, PIAS PARA BAPTISMO, CHRISTOS E GRINALDAS, TUDO DE MARMORE DE CARRARA

Importação directa com as principaes casas no estrangeiro

Premiado com Medalha de Ouro na Exposição Nacional de 1908

Perfeição no trabalho e modicos preços

183 e 189, Rua Sete de Setembro, 183 e 189

Telephone: Central, 4369

Filial á Praia de S. Christovão, 266 a 270

Telephone: Villa, 2873

RIO DE JANEIRO

Figura 12 – CECHAP-PHIM. Publicidade: *José Vicente da Costa*.

A arquitectura dos mármore nos conventos paulistas. Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Elvas da Ordem de S. Paulo

Carlos Filipe* | João Pires Lopes**

Nota prévia

Na continuação dos anteriores artigos dedicados à “arquitectura dos mármore” nos Conventos Paulistas, vamos, no presente texto, virar as nossas atenções à presença dos eremitas religiosos de S. Paulo da Serra D’Ossa na cidade de Elvas, com a sua história desde o século XV, passando pelo progresso da comunidade nos séculos seguintes até ao encerramento da sua casa ocorrida em 1834, na sequência da lei de extinção das Ordens Religiosas.

Daremos particular descrição sobre a sua última casa, construção iniciada no último quartel do século XVII e que foi aumentada durante as décadas seguintes, com evocação de Nossa Senhora dos Remédios.

Para este trabalho contribuíram os estudos de Fernando Correia Pina, com a transcrição de alguns documentos, e do artigo de Nuno Grancho, que mais à frente faremos nota. São poucos os estudos ou referências sobre a comunidade paulista de Elvas, não tendo sido possível identificar inventários publicados ou monografias dedicadas a esta importante Ordem, que estivera presente ao longo de cinco séculos na região e cidade de Elvas.

1. Origem dos eremitas de São Paulo da Serra d’Ossa na região de Elvas

Nos artigos publicados anteriormente abordámos a temática das comunidades dos “pobres da pobre vida” como um fenómeno associado à Serra D’Ossa. Como verificamos, é neste espaço geográfico que tem a sua génese o movimento eremítico medieval no Alentejo. Contudo, dispersadas pelo território transtagano, vão surgindo pequenas comunidades de eremitas ligados espiritualmente à vivência

* ARTIS – IHA – FLUL | CECHAP.

** CECHAP.

religiosa da Serra D'Ossa. No primeiro artigo publicado sobre esta temática, explicamos que, no actual concelho de Vila Viçosa, existiam, nos séculos XIV e XV, os eremitérios de São Pedro de Bencatel (1395), o eremitério do Ameal do Gorjão (1409) e o eremitério de Valbom (1416). No concelho de Borba o eremitério de Montes Claros (1441). Em Estremoz o eremitério da Espadaneira (1433) e o eremitério da Amieira (1428). Todos estes locais estavam espiritualmente ligados à Serra D'Ossa o que permite entender uma dinâmica de disseminação deste ideal religioso junto das vilas em crescimento.

Os dados documentais que nos chegaram mostram-nos que estes eremitérios eram criados por um ou dois indivíduos aos quais se juntava uma pequena comunidade de seguidores. Durante o século XV, assistimos à aglutinação de alguns eremitérios que se pode justificar por uma tentativa de se alargar as comunidades de religiosos. Assim, em 1441 o eremitério de São Pedro de Bencatel junta-se ao de Montes Claros; em 1425 o eremitério do Ameal do Gorjão junta-se com a Provença de Viana do Alentejo, extinguindo-se esta em 1450, anexa-se ao eremitério de Valbom; em 1440 o eremitério de Amieira é incorporado no convento da Serra D'Ossa; durante o século XVI sabemos que o eremitério da Espadaneira é extinto e aglutinado com o de Elvas, na Herdade da Provença. Este último eremitério é conhecido desde pelo menos o ano 1418, com o nome de “Provença de Rio Torto”¹. As crónicas do convento de São Paulo de Elvas contam que já antes de 1400 viviam os nossos heremitas com o titulo de pobres da pobre vida no termo da cidade de Elvas, tendo ainda o titulo de villa, em o sitio do Rio Torto, no lugar a que chamam a Provença de Rio Torto². Esta propriedade teria sido doada, no ano de 1418, por Lourenço Eanes Reguengo e sua esposa Margarida Domingues, aos eremitas João Lopes e Lourenço Mateus³. É neste mesmo ano, que se pode considerar a génese oficial do convento de São Paulo de Elvas. Continua a crónica: *Neste sítio fundarão convento com o titulo de Nossa Senhora dos Remedios, e nelle viverão com exemplarissima vida até ao anno de 1593, em que conseguirão licença de El Rey, D. Phelipe 2.º, para fundarem novo convento mais perto da cidade*⁴.

2. A localização das casas dos paulistas em Elvas

A localização das casas dos paulistas, em Elvas, foi mutável ao longo dos séculos. Como referido no ponto anterior, pelo menos desde o início do século XV que existiam eremitas no termo da então vila de Elvas, na herdade da Provença de Rio Torto. Em 1593, receberam licença do rei, para se mudarem para mais perto da cidade, junto à ermida de São Sebastião. Justificam os eremitas esta mudança pelo

¹ Nuno Cruz Grancho. «O convento de Nossa Senhora dos Remédios, da Ordem de S. Paulo em Elvas: diálogos fragmentados». Elvas-Caia. Revista internacional de Cultura e Ciência, 2009, p. 62.

² Arquivo Distrital de Portalegre. *Promptuario das Capelas e fazendas do Convento de N. Sr.ª dos Remédios da Ordem de S. Paulo da Cidade de Elvas*, 1792, fl. 2.

³ *Ibidem*.

⁴ *Idem*, fl. 2v.

facto de ser o *sobredito sitio* [Provença de Rio Torto] *muito doentio, e como viviaio de esmolos lhe servia de grande inconveniente no Inverno as ribeiras para virem pedir à cidade*⁵. Nesta mudança, também lhes é doada, pela Câmara de Elvas, uma porção de terra, pois *pelo sitio ser muito apertado deu a Camera para a nova fundação huma manga de terra junto ao ribeiro do Canção e huma estrada*⁶ em troca de os eremitas instituírem, gratuitamente, uma escola de latim para os jovens elvenses. Contudo, nesse mesmo ano de 1593, os eremitas fazem novo pedido para mudarem de lugar, pelas razões apresentadas numa petição:

*E estando já assim vivendo no ditto sitio se achou haverem grandes inconvenientes de viverem no ditto lugar por ficar junto ao poço de que bebe toda a cidade e onde vão mulheres impudicas buscar agua, e assim há hum ribeiro junto da horta, onde vão lavar muytas mulheres que uzão de deshonestidades e cousas indecentes, o que cauza desconsolação aos Padres e inquietação aos Estudantes para fazerem o que não devem*⁷.

Justificam-se ainda com o seguinte: *e fica longe da cidade para os Estudantes hirem la duas vezes cada dia, mormente em tempo de calmas e de chuvas*⁸. Estas duas razões apresentadas na petição ao rei, culminam no pedido de se mudarem para junto da *ermida de São Pedro, que esta fora dos muros e perto deles*⁹. Como verificamos são razões do foro moral e do foro prático. Esta aproximação do eremitério ao núcleo urbano é contemporânea da transferência do eremitério de Valbom, para o Rossio de Vila Viçosa, sob o patrocínio dos Duques de Bragança, mostrando que no século XVI, a dinâmica da Ordem de São Paulo estava em mutação, abandonando o espaço rural, e aproximando-se do espaço urbano e citadino, onde poderiam mais facilmente estar em contacto com as populações e receber mais rendimentos por isso, ao mesmo tempo que se assumiam como uma ordem dedicada à *doutrina, pregação e confição*¹⁰, para proveito das populações. Pelo alvará do rei Filipe II, em agosto de 1598, ficamos a saber que os eremitas começaram a construir o mosteiro junto da ermida de São Sebastião, tendo abandonado a obra para se fixarem, com autorização da Câmara de Elvas, no *sitio e hermita de São Pedro, junto dos muros*¹¹. Para que se fizesse esta mudança de local, os eremitas trocaram com a Câmara *as cazas que nelle estão feitas* [sítio de São Sebastião] com um *pedaço do rocio que mais conveniente parecer junto da ditto hermita de São Pedro para a cerca que se houver de fazer no ditto mosteiro*¹². O rei Filipe II manda ainda que a Câmara de Elvas dê aos eremitas *cem cruzados em dinheiro*

⁵ *Ibidem*.

⁶ *Idem*, fl. 3v.

⁷ *Idem*, fl. 4.

⁸ *Ibidem*.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ *Idem*, 4v.

¹¹ *Ibidem*.

¹² *Idem*, fl. 5.

*pagos em dous annos para as obras do ditto mosteiro que houverem de fazer tudo à custa de rendas do Concelho da dita cidade*¹³. Em 1608, compraram, aos Padres de São Domingos, uma horta e outros pedaços de terra que lhe permitiu aumentar e constituir um *magnífico convento no rocio da Porta da Esquina extra-muros*¹⁴. Contudo, em 1658, durante a Guerra da Restauração, e porque o convento competia com as fortificações e necessidades de defesa táctica da cidade *resolveram em Concelho de Guerra os Governadores das Armas se arrasasse o Convento para melhorar a defeza da praça*¹⁵, o que aconteceu por ordem direta de Dom Sancho Manuel, governador da Praça de Elvas. Com a demolição do convento, entregou-se aos eremitas a ermida da Madalena, para rezarem os ofícios divinos, e para sua habitação se alugaram casas na cidade às custas do erário régio. A situação precária da comunidade religiosa começou a fazer-se sentir, conforme se diz nas crónicas: *Com grande incomodo passavam os religiosos por não viverem com a clausura monástica e observância regular que desejavão*¹⁶. Assim, em 1677, receberam licença do Príncipe Dom Pedro, regente de D. Afonso VI, para fundarem um novo convento *a Porta da Esquina intramuros da cidade*¹⁷. Para isso, concedeu-se-lhes o sítio das barcas conforme se descreve: *lhe fizesse mercê conceder-lhes faculdade para poderem edificar hum convento na cidade de Elvas no sitio que occupão humas alpendroadas em que estão recolhidas as barcas que servião de ponte ao exercito no tempo da guerra*¹⁸. Esta doação foi feita com a condição dos eremitas mudarem as barcas e construírem um abrigo para as mesmas junto à muralha do *trem principal*¹⁹. Para fundarem a nova casa, precisavam também de mais espaço, porque o que ocupava a alpendorada das barcas era reduzido, para isso a Câmara, em reunião de vereação de 13 de março de 1678, concedeu-lhes um terreno entre a alpendorada das barcas e a cisterna da cidade, com a obrigação de a comunidade participar *com cruz nas procissoens publicas da cidade, em que assistir o Corpo da Camera e obrigação de administrar os sacramentos*²⁰. Foi neste lugar que se construiu a última casa dos religiosos de São Paulo em Elvas, e que durou até à extinção das Ordens religiosas em 1834.

3. A derradeira casa seiscentista de Nossa Senhora dos Remédios de Elvas

Como se descreveu atrás, a comunidade recebeu a doação de um terreno pela Câmara de Elvas, em 1678, localizado na parte superior da cidade, num lugar de maior salubridade, no lado de dentro da Porta da Esquina, resguardado de investi-

¹³ *Idem*, fl. 5v.

¹⁴ *Idem*, fl. 6.

¹⁵ *Idem*, fl. 26.

¹⁶ *Idem*, fl. 33.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ *Idem*, fl. 33v.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ *Idem*, fl. 35.

A arquitectura dos mármore nos conventos paulistas. Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Elvas da Ordem de S. Paulo

das bélicas e ainda, pela proximidade do aqueduto, com uma maior disponibilidade no abastecimento de água. Contaram os religiosos com o apoio do príncipe regente D. Pedro II, sendo-lhes concedida autorização para erigirem a sua casa, aos quais foi atribuído, em forma de apoio, um montante de mil cruzados, durante um período de dez anos. Em 1682, o mesmo monarca havia de somar uma nova quantia de oito mil cruzados, na sequência da petição apresentada pelos religiosos, contribuindo, dessa forma, para a intensificação da construção de um grande dormitório que ficaria concluído passados cinco anos: *«hum grande Dormitório, e arranques de outro mais pequeno, Refeitorio, cozinha, Portaria, algumas oficinas, e a Igreja sem choro quasi the os arranques das abóbodas»*²¹.

Em março de 1678, a congregação tomou posse do terreno que lhe fora doado e iniciou a construção da quarta e última casa dos paulistas na cidade de Elvas, com o título de Nossa Senhora dos Remédios. A primeira pedra foi lançada solenemente pelo Bispo de Elvas, D. Alexandre da Silva, a 28 de outubro de 1679²². Em 1711, foi adjudicada a conclusão da igreja aos alvanéus Tomé da Silva e João Fernandes, que só viria a ser dada por concluída em 1721²³.

Nuno Grancho revela alguns dados, muito interessantes, sobre nomes ligados à construção do convento. No alvará de 1675, D. Pedro II, nomeia como administrador das obras, Francisco Torres, nomeia também João Furtado de Mendonça, como superintendente das mesmas, como vedor-geral e capitão-geral da Artilharia da Província do Alentejo, respetivamente. Estamos de facto perante homens militares da confiança do reinante. A obra viria a ser entregue a empreiteiros qualificados e reconhecidos na região: *«a obra da fundação do convento pela repartição da Artilharia, pela qual se pagava a consignação dos Mil cruzados cada anno a Pedro Vaz e a João Ortiz»*²⁴.

Como atrás se referiu, a obra de edificação do convento foi demorada. Uma das razões foi o pouco empenho dos governos da comunidade paulista, para reclamar da coroa o apoio financeiro necessário para a conclusão das obras. Tal correspondência mecenática só viria a ocorrer já no reinado de D. João V: *«por muitos annos com grande discomodo dos Religiozos [...] por incúria dos Prelados, que não cuidarão mais em requerer, e pedir humildemente não só ao Sereníssimo Rey D.*

²¹ Arquivo Distrital de Portalegre. CVSPSELV/005, cx. 04, fls. 1-2. Cf. Nuno Cruz Grancho. «O convento de Nossa Senhora dos Remédios, da Ordem de S. Paulo em Elvas: diálogos fragmentados». *Elvas-Caia. Revista internacional de Cultura e Ciência*, 2009, p. 64.

²² Jorge Henrique Pais da Silva. *História Comparada da Arte (Cronologia)*. Lisboa: Colibri, 2004, p. 132. Segundo o autor no ano de 1679, quando é lançada a primeira pedra do Convento de S. Paulo de Elvas, inicia-se a construção da igreja de S. Tiago dos Jesuítas, hoje com a evocação de S. Salvador.

²³ Fernando Correia Pina. «O Convento de São Paulo de Elvas. Breve noticia histórica». *Callipole – Revista de Cultura* n.º 2. Vila Viçosa: Câmara Municipal, 1994, pp. 51-54.

²⁴ Arquivo Distrital de Portalegre. CVSPSELV, cx. 11 / Tombo n.º 23, fls. 47-48. Cf. Nuno Cruz Grancho, *idem*, p. 65.

Pedro 2.º, mas também, e principalmente, ao nosso Serenissimo Monarcha o Sr.º Rey D. João 5.º»²⁵.

Foi no século XVIII, que a comunidade acabou por receber a totalidade das doações, reclamadas à coroa, num montante total de vinte e oito mil cruzados, valor pelo qual se intensificou a conclusão das empreitadas da sua casa. É de notar, que o apoio financeiro dos reinantes D. Pedro II e do seu filho D. João V, se deveu ao compromisso de D. Afonso VI, após o dismantelamento da anterior casa, localizada extramuros, justificada pela necessidade do ordenamento do terreno seguindo as orientações definidas na estratégica-militar, no decorrer do cerco que se verificou na cidade pelo exército castelhano em 1658. Na sequência desse facto a comunidade paulista, reclamou, junto do regente do reino, e decorrente da avaliação do convento demolido, o acordado para se voltar a erigir uma nova casa destinada aos religiosos do Convento de Nossa Senhora dos Remédios²⁶. [Fig. 01]

– A Ordem de S. Paulo na última etapa da sua presença em Elvas

No decorrer do reinado de D. João V, promoveram-se algumas campanhas de obras, envolvendo a encomenda de mármore. Não foi possível determinar a sequência das campanhas de obras no largo período ocorrido, por falta de documentação. Conhecido é o contrato celebrado, em 1711, com os mestres *alvaneus* Tomé da Silva e João Fernandes, para a continuação das obras no espaço da igreja. Um outro contrato foi celebrado com o mestre-de-obras de alvenaria Tomé da Silva com obrigação de: «*o dito Tomé da Silva para efeito do mesmo acabar a igreja do dito convento de empreitada em preço de um conto duzentos e oitenta mil réis e os materiais todos que se acham naquele convento dedicados para a dita obra sem se lhe descontarem com obrigação de que o dito mestre empreiteiro a dará a dita obra digo a dará acabada até fim de dezembro deste presente ano de setecentos e vinte e um*», em 25 de março de 1721²⁷.

O mestre-de-obras Tomé da Silva, que esteve bastante ativo na cidade de Elvas, era reconhecido pela sua capacidade de assegurar o bom cumprimento em várias encomendas contratuais com as comunidades religiosas e pelo estatuto que ocupava advindo da sua ligação à câmara da cidade. Foi possível até ao momento, identificar e reunir alguma documentação para um período entre 1715 e 1746²⁸,

²⁵ Arquivo Distrital de Portalegre. CVSPELV/005, cx. 04, fls. 1-2. Cf. Nuno Cruz Grancho, p. 65.

²⁶ Google Earth. Elvas, Hotel Vila Galé Collection Hotel (38°52'49"N 7°10'01"W). Complexo do extinto Convento de Nossa Senhora do Remédios da Ordem de S. Paulo. (Consultado 2024-05-28).

²⁷ Arquivo Distrital de Portalegre – Cartório Notarial de Elvas. *Contrato de acabamento da igreja do Convento de S. Paulo na cidade de Elvas*. Escritura Pública. Elvas, 25 de março de 1721. 1º. Ofício, Caixa 047, liv. 0192, f. 30v-31. Escritura transcrita por: Fernando Correia Pina. *Fontes para o estudo da História da Arte no Distrito de Portalegre, séc. XVIII, concelho de Elvas*, p. 67.

²⁸ O mestre-de-obras de alvenaria Tomé da Silva, esteve ao serviço da câmara de Elvas, que serviu desde 1713; celebrou com outros companheiros, contratos com os padres da Companhia de

sendo necessário alargar o estudo sobre o percurso deste mestre no contexto das campanhas de encomendas realizadas na primeira metade do século XVIII naquela cidade. Sabe-se que era natural de Elvas onde vivia, casado com Maria Gomes, onde foram padroeiros de uma capela na igreja de S. Paulo, desde o ano 1735, tendo nomeado os religiosos do convento para administradores da referida capela e doado para sua manutenção a quantia de seiscentos mil réis em dinheiro e umas casas na Rua de Alcamim, posteriormente trocadas por outras na Rua Diogo Amado, conforme consta na escritura lavrada da dita capela, a 27 de julho de 1735²⁹.

Concluída a construção da igreja, em 31 de dezembro de 1721, foi consagrada pelo Bispo da diocese de Elvas D. João de Souza de Castelo Branco (1716-1728)³⁰. Da campanha de obras no interior e cobertura da igreja, segundo Nuno Grancho, devem ser atribuídas aos mestres Tomé da Silva e João Fernandes este último, natural de Borba³¹, tendo feito ambos parte da campanha de obras do colégio dos jesuítas. [Fig. 02]

Segundo a descrição nas Memórias Paroquiais da Sé, de 30 de maio de 1758, a construção da arcada marmórea da fachada principal da igreja integrada no convento de Nossa Senhora dos Remédios, foi iniciada 1738, sobre a qual se desenvolveu o coro-alto e outros elementos da arquitectura e do ornato de produção em mármore: «*bella architectura de hua nave e três portas sobre que fica o coro, que se estende sobre a magnifica alpendroadada de cantaria que no anno de 1738 se fez diante da igreja; a qual tem muitas tribunas e janelas que a fazem clara e alegre, e nove capellas: a maior em q stão as imagens de N.ª S.ª dos Remédios seu orago;*

Jesus “Jesuítas”, para as obras de construção do seu colégio e igreja; esteve envolvido na reforma do convento e igreja dos religiosos de S. Domingos; aceitou com os companheiros Gaspar Rodrigues pedreiro, morador na vila de Borba, Caetano Martins oficial do mesmo ofício morador em Vila Viçosa e o alvenú João Fernandes de Elvas um contrato por escritura com os irmãos das Chagas de Jesus, para a construção do arco capela da sua confraria, ereta na Igreja da Sé (atual igreja paroquial de Nossa Senhora da Assunção). Cf. Victorino d’Almada. *Elementos para um dicionário de geographia e historia portugueza: concelho d’Elvas e extinctos de Barbacena, Villa-Boim e Villa Fernando – Apontamentos Documentos Século XVIII – Maço 14. Anos 1701 a 1750*. Cf. Sousa Viterbo. *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, (2.ª ed.), 1988, pp. 37-38.

²⁹ Cf. Nuno Cruz Grancho, *idem*, p. 72.

³⁰ Diocese foi criada em 9 de junho de 1570 pela bula *Super cunctas* do Papa Pio V que desvinculou da diocese de Ceuta, com jurisdição eclesiástica nas localidades de Olivença, Campo Maior e Ouguela e, da diocese de Évora, Elvas, Juromenha, Alandroal, Veiros, Monforte, Barbacena, Vila Fernando, Vila Boim, Fronteira, Cabeço de Vide, Alter Pedroso, Alter do Chão e Seda. Foi suprimida em 30 de setembro de 1881, tendo o seu território sido integrado na Arquidiocese de Évora, com exceção das freguesias de Cabeço de Vide e Degolados, incorporadas à diocese de Portalegre. Cf. Almeida, Fortunato de e Damião Peres (direc.). *História da Igreja em Portugal*. Vol. 4.º Porto: Portucalense Editora, 1967-71, pp. 181-189; cf. José Manuel Pasadas Figueira Pimenta. «Diocese de Elvas (1570-1636). Criação, Organização e Recepção Tridentina». Dissertação de mestrado, (1.º grau canónico). Faculdade de Teologia. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2014.

³¹ O mestre alvanú João Fernandes ou João Fernandes Cordeiro, esteve ativo com encomendas em Borba e Elvas desde os finais do século XVII.

e São Paulo primeiro eremita. Nella tem seu jazigo d. António de Mattos de Noronha 2.º Bispo d'esta cidade que era padroeiro do Convento demolido de onde lhe transladarão os ossos para esta capella. Deixou-lhe duas Missas quotidianas para as quais o administrador do morgado, que o mesmo Bispo instituiu paga 80\$000 Reis Cada anno. No cruzeiro sta a capella do sanctissimo e defronte a do Senhor dos Aflitos com sua irmandade, n'esta tem seu jazigo Joseph de Mello de Lacerda seu padroeiro. No corpo da igreja da parte do evangelho a capela de N.ª S.ª do Carmo imagem de muita devoção n'esta cidade, mui bem ornada, com sua irmandade mui bem assistida. Há mais do mesmo lado a capella do Senhor dos dezemparedos, e a de Sancto António. No lado da Epístola a Capella de Sancta Rita mui bem ornada, e tem irmandade bem assistida. A capella de São Jorge, que hé dos militares d'esta provincia, por darem para a sua factura no anno de 1703 a quantia de 250\$000 reis juntos das partes a que cada hum pertencia nas prezas feitas na guerra. Na Capella em hum mármore sta o letreiro seguinte – Esta capella he dos militares d'esta provincia e nella se diz hua missa cada mez por sua alma 1704 – A ultima capela he de Sancto André em q se venera a imagem do mesmo sancto»³². [Fig. 03]

O complexo arquitectónico do antigo convento terá sido estabelecido de planta irregular, com edificação de construções em vários períodos da sua existência. A Igreja do convento com planta rectangular de nave única, transepto e capela-mor de menor largura e espaço da clausura, desenvolvido à direita da igreja e à volta do claustro, disposto em eixo com a igreja. [Fig. 04]. A fachada principal virada a Nordeste, rebocada e caiada de branco, com soco em cantaria de mármore em disposição simétrica, dividida por três panos, separados por pilastras em dois registos, divididos por um duplo friso e cornija, com remate em empena reta, de friso, cornija e platibanda plena de cantaria marmórea. No primeiro registo abria-se o portal em arco de volta perfeita sobre pilastras, de chave sobressaída, entre dois portais, mais baixos, com moldura em arco, encimados por óculos elípticos recortados. No segundo registo, abre-se, no pano central três janelas de varandim, a do meio em arco recortado, com dupla moldura, terminada em cornija contracurva e pináculo, e as laterais de verga abatida, encimada por pequeno espaldar e cornija angular, todos com guarda em balaustrada de cantaria marmórea, encimada por óculos recortados. Nos panos laterais, abre-se de verga abatida, encimada por óculo de igual modinatura, e, no segundo registo, janela de varandim de ângulos recortados, e óculo facetado³³.

Sobre a autoria do projeto e dos respectivos riscos, não é conhecido o nome do arquitecto, uma vez que a obra esteve sob o controlo do comando da Divisão de Artilharia da Província do Alentejo de João Furtado de Mendonça e de Francisco Torres³⁴. [Fig. 06]

³² Arquivo Nacional Torre do Tombo. Memórias Paroquiais da Sé de Elvas, vol. 13, n.º (E) 14, p. 71 a 106.

³³ http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14243

³⁴ Cf. Nuno Cruz Grancho, *idem*, p. 72.

– A presença dos mármore na arquitectura conventual: campanhas de obras setecentistas

A unicidade das casas das comunidades dos religiosos da Serra D'Ossa, baseava-se na mensagem simbólica, com um sentido evangelizador, que a arte religiosa comporta através da manifestação artística e iconográfica, na pintura, no azulejo, na talha e também na clara evidência do ornato pela utilização dos mármore. O espaço conventual comportava uma iconografia incorporando os mármore, percorrendo-o como um todo: na igreja, capelas, sacristia e sala do capítulo, mas também no claustro, nos corredores dos dormitórios de acesso às celas, refeitório e noutras dependências da comunidade, como ocorreu no caso do Convento de Elvas.

Podemos apontar algumas considerações para a intensificação do uso do mármore na arquitectura e escultura na região do Alentejo: o conhecimento de uma reserva natural que manifestava grande valor policromático, (amplamente conhecido e utilizado desde o século XIII); a proximidade das pedreiras de Vila Viçosa, Borba ou Estremoz, onde o Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros detinha propriedades suas e arrendadas com esse nobre recurso natural, facilitando por essa via o seu negócio; a circulação do conhecimento do que vinha a ser produzido em Roma e nos principais centros artísticos do Sul da Europa, recorrendo à utilização de rochas ornamentais; a permanência de mestres canteiros com os seus telheiros oficinais, conhecedores do território e do recurso, dotados de competência artística; a disponibilidade dos mecenas e encomendadores, investindo nas artes ao serviço das diversas comunidades e finalmente o período histórico que se viveu, com a acalmia de conflitos com os vizinhos castelhanos, libertando dessa preocupação nas várias dimensões. Tudo isto poderá ter determinado a escolha do “nobre” mármore na arquitectura, como na escultura ou ornato entre a comunidade ao longo do século XVIII.

Daí vamos verificar na primeira metade do século XVIII, um conjunto de encomendas destinadas à transformação do espaço ou na reforma dos edifícios da Ordem de S. Paulo. Essa evidência no caso dos mármore é comprovada nas diversas casas de proximidade à casa-mãe da Serra D'Ossa³⁵. Segundo Vítor Serrão, as pedreiras de mármore da região de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, aliadas às circunstâncias naturais ajudaram a fixar um mecenato consciente dessa mais-valia e uma escola de artistas com técnica e competência para a usar³⁶.

³⁵ Carlos Filipe, e João Pires Lopes. «A Arquitectura dos Mármore nos Conventos Paulistas. O convento de Nossa Senhora do Amparo em Vila Viçosa». Vila Viçosa: *Callipole – Revista de Cultura*, 2022, pp. 281-316. Carlos Filipe e João Pires Lopes. «A Arquitectura dos Mármore nos Conventos Paulistas. O Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros». Vila Viçosa: *Callipole – Revista de Cultura*, 2023, pp. 303-328.

³⁶ Vítor Serrão. «Testemunhos da “nobre arte do mármore” na arquitectura e na escultura maneirista alentejana (séculos XVI-XVII): três casos de estudo. *Mármore 2 000 anos de História. Volume I. Da Antiguidade à Idade Moderna*. Lisboa / Vila Viçosa: Theya Editores, 2019, pp. 173-196. Cf. Luís Aires-Barros. *As Rochas dos Monumentos Portugueses – Tipologias e Patologias*. (2 vols.) Cadernos, II série, 3. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001.

Entre os elementos das artes encontramos uma notável representação artística em mármore policromos, que fizeram parte integrante da arquitectura religiosa da Época Moderna. Destacamos os retábulos setecentistas e oitocentistas, pela qualidade e dimensão estética que hoje ainda se podem observar com forte impacto visual. Outros elementos funcionais como os púlpitos, onde se pregava a doutrina, vão conhecer a partir dos primeiros modelos da Época Moderna uma evolução no seu estilo, de acordo com as normas do Concílio de Trento (1545-1563), bem como outros elementos, ligados simbolicamente à purificação: lavabos de sacristia, pia baptismal e de água benta, e também as balaustradas do coro, as teias ou cancelos, dividindo o espaço das capelas ou no espaço do transepto. A utilização dos mármore nos sarcófagos e tampas sepulcrais e na escultura das imagens devocionais ou de representação eclesiástica, todos eram produzidas de acordo com padrões estéticos estabelecidos entre o encomendador e o mestre escolhido, artista de cantaria³⁷. Sobre o caso em estudo nos ilumina a importância das escolhas artísticas, quer na escolha dos materiais marmóreos, quer na escolha dos mestres de cantaria, que asseguraram a qualidade final das encomendas. [Figs. 07, 08, 09, 10]

O volume de encomendas de mármore utilizados, no Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Elvas, teve enorme impacto no seu emprego, difícil de quantificar, embora hoje, seja possível identificar, na igreja, no claustro, na escadaria de acesso ao piso nobre e tantos elementos estruturais da sua arquitectura. A extinção da comunidade levou ao abandono ou à entrega para outro fim aquele património, e como consequência de lá foram retirados muitos elementos marmóreos que viriam a ser levados e utilizados para outros fins. [Fig. 11]. Na sentença de 11 de março de 1886, foi ordenado que se retirasse os objectos da igreja, notificação recebida por officio do Ministério da Justiça de Julho de 1887 transferido para algumas igrejas paroquiais da cidade e também na entrega ao Museu Arqueológico Municipal, dos quais se destacava: «*Pias d'agua benta. Entablamentos, ornatos de cantaria e madeiras das capellas, em especial da de N.º Christo, Santa Rita e Senhora do Carmo, propriedade da confraria que alli estava erecta. Púlpitos; balaústres do coro, e arvellos da capela mor; Lavatório; Pedra de Jazigo dos Bispos e mais lapides que tenham inscripções pera o museu archeologico, na Biblioteca municipal*»³⁸.

Sobre a participação ou encomendas entregues ao mestre-de-obras José Francisco de Abreu, não dispomos de qualquer fonte que possa envolver aquele artista canteiro em qualquer campanha realizada para a comunidade paulista, conforme sugere o historiador Miguel Vallecillo Teodoro³⁹.

³⁷ Carlos Filipe, Maria João Pereira Coutinho, e Patrícia Alexandra Rodrigues Monteiro. «O apogeu do mármore no Alto Alentejo: equipamentos da arquitectura religiosa no século XVIII». *Mármore 2 000 anos de História. Contributo dos mármore do Alentejo para afirmação das artes*, (vol. III). Coimbra: Edições Almedina, 2022, pp. 325–382.

³⁸ Jornal *O Elvense*, ano 7, 1887. Cf. Nuno Cruz Grancho, *idem*, p. 71.

³⁹ Miguel Ángel Valleccillo Teodoro. «El arquitecto elvense José Francisco de Abreu. Su aportación a la arquitectura y escultura alentejana del XVIII». *Revista Cultural de Portalegre, A Cidade*. Portalegre: Câmara Municipal, 1998, pp. 213-217.

A arquitectura dos mármore nos conventos paulistas. Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Elvas da Ordem de S. Paulo

Pelos documentos transcritos, foi possível identificar alguns dados com bastante interesse para a história daquele complexo conventual, sobre a aplicação dos mármore e mestres envolvidos, para isso, devemos um reconhecimento a Fernando Pina, pela transcrição paleográfica dos contratos notariais através de um laborioso contributo⁴⁰.

Doc. 1

«frei António da Conceição seu secretário e pregador e Tomé da Silva mestre das obras de alvenaria morador nesta cidade pessoas que eu tabelião conheço e dou fê serem as próprias aqui contidas e logo pelo dito reverendíssimo padre geral e padre secretário foi dito em minha presença e das testemunhas ao diante nomeadas e assinadas que ele estava contratado com o dito Tomé da Silva para efeito do mesmo acabar a igreja do dito convento de empreitada em preço de um conto duzentos e oitenta mil réis e os materiais todos que se acham naquele convento dedicados para a dita obra sem se lhe descontarem com obrigação de que o dito mestre empreiteiro a dará a dita obra digo a dará acabada até fim de dezembro deste presente ano de setecentos e vinte e um e à conta do preço ajustado lhe dão logo quarenta moedas de ouro e o mais resto lhe pagarão em iguais partes de dois em dois meses para assim poder continuar a dita obra sem lhe levantar mão cuja obra contém o seguinte será obrigado a guarnecer toda a igreja e estucá-la de cal branca inclusas todas as tribunas assim a principal como as particulares e assim porá as pedrarias pretas que forem necessárias para as quatro colunas ou pilares e a pedraria branca será por conta dos padres do dito convento e fará os altares ladrilhará o cruzeiro e o mais que restar dos estrados de ladrilho de rasoira, assentará presbitérios, escadas e púlpitos se se fizerem, como também as grades do passadiço; e fará os remates que pe |→f.31| que pedirem as tribunas, e guarnecerá a sacristia e a ladrilhará com a via sacra de ladrilho de rasoira e a caiará, e assentará o lavatório e pias, fará a sacristia da serventia da tribuna com sua escada telhada como também a tribuna principal exceto as madeiras da dita sacristia e do francês da tribuna que serão por conta dos ditos padres; e fará o lanço da varanda sobre que se há de assentar a tribuna com quatro postes na forma dos que já estão feitos com quatro arcos e quatro barrotes ladrilhará por cima e para cima dos ladrilhados um corrimão da altura da outra varanda e fará um seguinte de alvenaria no último pilar até altura dos capitéis do mesmo pilar para lhe servir de repuxo»⁴¹.

Doc. 2

«frei Luís da Anunciada estava o mesmo presente e bem assim Manuel Rodrigues Caramona morador nesta cidade pessoas que conheço serem os próprios aqui declarados e bem assim estava presente Manuel Antunes morador na vila de Estremoz e ora estando nesta cidade pessoa conhecida das testemunhas ao diante assinadas e logo pelo dito Manuel Antunes foi dito em presença de mim tabelião e ditas testemunhas que ele estava ajustado com o reverendíssimo padre geral a lhe pôr

⁴⁰ Fernando Correia Pina. «Fontes para o estudo da História da Arte. Distrito de Portalegre, séc. XVIII. Contratos de obras para o concelho Elvas», s/d.

⁴¹ Arquivo Distrital de Portalegre. Cartório Notarial de Elvas, 1.º Ofício, Caixa 047, liv. 0192, fls. 30v-31. Escritura pública de Contrato de acabamento da igreja do Convento de S. Paulo de Elvas, datada de 21 de março de 1721.

pronta nesta cidade toda a pedraria que for necessária para o alpendre e coro que o dito reverendíssimo padre geral intenta fazer no dito convento que vem a ser quatro pés direitos com seus arcos para o alpendre do coro e degraus para eles |→f.71| eles e o lajedo que for necessário para o lajeamento e três janelas ou as que forem necessárias para a luz do coro com o feitio mais ligeiro que se puder acomodar, e assim mais toda a pedraria branca de Estremoz que for necessária para a dita obra por preço de cento e sessenta réis por cada um palmo do lavrado da dita pedra posta nesta cidade ao pé da dita obra por conta e risco dele dito Manuel Antunes cuja pedra se obriga pôr toda pronta até meado do mês de janeiro digo de março de mil e setecentos e trinta e oito com condição de que toda a pedraria há de ser toda escodada o que tudo se obriga cumprir muito pontualmente sem a isso pôr dúvida»⁴².

Doc. 3

«presente o reverendíssimo padre mestre e geral da dita ordem frei Manuel de Santa Rosa bem assim estavam presentes Jacinto Fernandes e António Gomes mestres pedreiros assistentes nesta cidade pessoas que disse o reverendíssimo padre mestre e geral eram os próprios e logo por ele foi dito que estava ajustado e contratado com os sobreditos para o efeito de fazerem toda a obra do dormitório de pedraria que lhe for precisa e necessária pelos preços e forma seguinte a pedraria dos cunhais e dos postes do claustro a cem réis cada palmo e os travessões se pagarão por côvados que é a cinquenta réis cada palmo e os dois leitos se medirão e a mais pedraria de forros e lajedo do cano e toda a mais que for precisa pelo preço de noventa e cinco réis cada palmo e com estas cláusulas condições e obrigações e as mais expressadas na primeira escritura que o dito Jacinto Fernandes havia feito disse o dito reverendo padre mestre lhe havia a dita obra por arrematada e se obrigava fazer-lha boa segura e de paz durante o tempo dela como são obrigados na primeira escritura sob obrigação dos bens e rendas da ordem e logo pelos ditos mestres Jacinto Fernandes e António Gomes foi dito em minha presença e das testemunhas que eles tomavam e aceitavam a dita obra das mãos do dito reverendo padre mestre e geral pelo dito preço e se obrigavam fazer a dita obra dentro do tempo declarado na primeira escrituras»⁴³

Doc. 4

«padre mestre frei Manuel de Santa Rosa qualificador do Santo [Ofício] lente jubilado, e geral da sagrada religião do senhor São Paulo, e bem assim assim (sic) se achavam também presentes Jacinto Fernandes e seus companheiros João da Costa morador da vila de Borba por si e em nome de sua mulher Isabel da Conceição como seu procurador como constou da procuração que no fim desta nota irá

⁴² Arquivo Distrital de Portalegre. Cartório Notarial de Elvas, 3.º Ofício, liv. 0115, fls. 70v-71. Escritura pública de contrato e obrigação que fez Manuel Antunes, morador na vila de Estremoz com o reverendíssimo padre Frei Luís da Anunciada, Geral da Ordem de São Paulo., datada de 12 de novembro de 1737.

⁴³ Arquivo Distrital de Portalegre. Cartório Notarial de Elvas, 2.º Ofício, Caixa 074, liv. 0042, fls. 42-42v. Escritura pública de obrigação que fez Jacinto Fernandes e António Gomes ao reverendíssimo padre mestre Geral da Ordem de São Paulo frei Manuel de Santa Rosa, datado de 10 de dezembro de 1746.

A arquitectura dos mármore nos conventos paulistas. Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Elvas da Ordem de S. Paulo

lançada e o dito Jacinto Fernandes por si e em nome de sua mulher Leonor Gonçalves moradores desta cidade cuja outorga será tomada no fim desta escritura e Bernardo de Sousa morador na vila de Borba mestres pedreiros pessoas que eu tabelião conheço e dou fê serem as próprias aqui contidas e logo pelo dito muito reverendíssimo padre geral frei Manuel de Santa Rosa foi dito em minha presença e das testemunhas ao diante nomeadas e assinadas que ele se achava ajustado e contratado com os sobreditos mestres pedreiros para efeito continuarem no convento do senhor São Paulo desta dita cidade nos claustros do mesmo convento a obra seguinte: Primeiramente os pilares que se hão de fazer para a dita obra, serão de cinco palmos e meio de alto, e o feitio será como o risco, muito bem brunidos, e cimalha será brunida também, e o feitio conforme o risco, e será medido tudo o que tiver lavrado, e terá de largura três palmos, e quarto; o guarda-chapim terá de largo palmo e meio, e três quartos de alto, as gárgulas hão de ser também brunidas, e terão de comprimento cinco palmos e meio, e três e meio para fora, e dois para dentro, toda esta pedraria há de ser brunida, e se pagará por preço de cento, e trinta réis cada palmo as lajes serão lavradas com picola com as suas juntas bem feitas de tal sorte que se não ficarem bem ajustadas se não assentarão, e pagar-se-á o palmo a cinquenta e sete réis e meio; toda esta pedraria há de estar acabada até vinte de abril do ano de mil setecentos e quarenta e nove de tal sorte que se se não acabarem até o tempo mencionado se não pagarão as lajes que tiverem feitas senão a meio tostão e a mais pedraria a tostão»⁴⁴.

4. Extinção com novas experiências de um património paulista transformado

Com a extinção do convento em 1834, novas atribuições ao seu património lhe foram entregues, embora continuando a igreja a servir ao culto. O subprefeito interno da Comarca, Manuel Rodrigues Silvano, a 20 de maio de 1835, dá conhecimento à Mesa da Misericórdia de Elvas, ter apresentado à Coroa uma proposta de transferência do hospital do edifício onde estava instalado, para o extinto Convento de S. Paulo, dando assim melhores condições aos doentes. A portaria da 3.^a Repartição do Ministério do Reino autoriza a mudança do hospital para o convento a 20 de julho de 1836, devendo em troca o edifício do hospital da Misericórdia ser entregue à Fazenda Nacional, livre dos encargos que tivesse. No entanto o negócio nunca viria a ser realizado. Por requerimento do provedor da Misericórdia datado de 1 de abril de 1838, dirigido ao Administrador do Concelho de Elvas, viria a ser entregue a título de depósito ou empréstimo.

O espaço viria a ter ao longo dos séculos XIX e XX, variadas utilizações, desde espaço de circo, teatro, albergando regimentos e tropas inglesas, tendo sido instalada a primeira estação de telégrafo elétrico, sede da Sociedade Assembleia Elvense, Tribunal Militar e outros fins ao serviço do exército.

⁴⁴ Arquivo Distrital de Portalegre. Cartório Notarial de Elvas, 1.º Ofício, Caixa 052, liv. 0222, fls. 119v 121. Escritura pública de contrato entre partes o reverendíssimo padre Geral de São Paulo, e Jacinto Fernandes e seus companheiros João da Costa e Bernardo de Sousa, datado de 17 de agosto de 1748.

Durante uma tempestade de trovoadas ocorrida em 25 de março de 1862, um raio atinge a cobertura da igreja, aumentando os danos que já se faziam sentir pelo abandono em que se encontrava aquele espaço. Para maior declínio, as obras administradas pelo engenheiro militar Tomás de Aquino de Sousa, que o levaram a demolir uma parede mestra, viriam a deixar o edifício com graves problemas de estabilidade.

A mesa da Santa Casa da Misericórdia de Elvas, voltaria e reclamar pelo edifício do extinto convento paulista, suplicando ao rei D. Carlos a concessão daquele espaço, conforme consta no documento em anexo à ata da mesa administrativa da reunião de 5 de janeiro de 1894, subscrita por proposta do provedor José Nunes da Silva Sobrinho, e que aqui deixamos em memória pelo seu valor histórico:

Petição da Mesa Administrativa da Misericórdia dirigida ao rei D. Carlos I
Pedido de concessão do edifício do extinto Convento de S. Paulo

Senhor!

A meza administrativa da Santa Casa da Misericórdia da cidade d'Elvas, confiada na muito maternal benevolência, pelo coração magnanimo de Vossa Magestade sempre dispensada a todos os que lhe supplicam em nome dos indigentes e dos que soffrem, ousa vir depôr junto aos pés do throno de Vossa Magestade a seguinte exposição:

Senhor!

O hospital dêsta Santa Casa acha-se de ha muito installado n'um edificio de acanhadas dimensões para o numero de doentes que tem de comportar (sendo a sua media annual de 1200 a 1300), sem as condições hygienicas exigidas em estabelecimentos d'aquella natureza, sem as enfermarias necessarias para o movimento ordinário quanto mais para o isolamento dos indivíduos atacados de moléstias infecciosas, sem um terraço ou cerca para passeio dos convalescentes,

sem uma casa apropriada para os banhos geraes ou parciais dos seus enfermos, sem uma sala adequada para as operações cirúrgicas, e o que é ainda peor – esse edificio está situado no centro da cidade, na parte onde a população é mais condensada e o movimento maior, resultando d'esta circumstancia evidentes perigoz, em epocas de epidemias para os habitantes d'Elvas.

Ao passo que isto succede, existe deshabitado já ha annos, exposto à acção devastadora do tempo, desmoronando-se dia a dia por falta das necessarias reparações, inútil no presente – por não se lhe dar applicação – e inútil no futuro – se assim continuar desaproveitado –, porque em curto espaço de tempo estará completamente em ruinas, um edificio em condições diametralmente oppostas, áquellas em que se encontra o que ora serve de hospital pois não só possui a vastidão precisa para remediar os defeitoz que naquelle se apontam, mas tambem fica colocado n'um dos extremos da cidade, em ponto elevado, longe dos centros populosos, em sitio onde o bulício e movimento da população quasi não chegam, accrescendo ainda a circumstância de estar situado próximo d'uma das portas da cidade e d'aquella que fica fronteira do cemiterio publico, tomando-se por esse facto de mais facil acesso a remoção dos cadaveres.

É esse edificio o extinto Convento de São Paulo, que já nos começos do anno de 1835 foi concedido a esta Santa Casa, pelo Governo da Augusta Avó de Vossa

A arquitectura dos mármore nos conventos paulistas. Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Elvas da Ordem de S. Paulo

Magestade, da Senhora Dona Maria Segunda, de mui saudosa memoria, para nelle se installar o hospital; concessão esta que naquella época não pôde ser aproveitada, pelas precarias circunstancias em que se encontrava então este estabelecimento de beneficencia, pelo que o referido edificio foi mais tarde entregue ao ministerio da guerra, servindo de aquartelamento a um dos corpos da guarnição até aos fins do anno de 1888, epoca em que mandou a sua sede, dêsta praça para a de Abrantes, o regimento de caçadores numero oito.

Sendo, pois, em vista os altos benefícios que a transferência do hospital para o edificio do extinto Convento de São Paulo traria para os infelizes, que as vicissitudes da vida obrigam a vir receber os socorros da caridade; Considerando que esse edificio é hoje desnecessario ao Ministério da Guerra, que d'elle se não utiliza ja ha annos para aquartelamento; e considerando ainda que a esta Santa Casa, e para o fim indicado, ja este fôra concedido em 1835, a meza administrativa da Santa Casa da Misericordia da cidade d'Elvas, vem mui humildemente e respeitosamente Pedir a Vossa Magestade que, pela competente secretaria de estado, seja concedido à supplicante o edificio do extinto Convento de S. Paulo da cidade d'Elvas, com todas as suas dependências para nelle ser installado o hospital da mesma Santa Casa⁴⁵.

O extinto Convento de S. Paulo, depois de ter conhecido várias utilizações desde o século XIX até ao presente século, viria a conhecer a 29 de julho de 2016 um concurso público para a reabilitação do edificado e do seu espaço envolvente. A 3 de agosto do mesmo ano é assinado um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Elvas, a Direção Geral do Património Cultural, a Direção Regional de Cultura do Alentejo e o Turismo de Portugal, I.P., com vista à concretização do projeto de reabilitação do convento no âmbito do Programa REVIVE. A 21 de outubro, dois dias após a deflagração de um violento incêndio nas instalações do antigo Tribunal Militar de Elvas, foi assinado um contrato com a empresa Vila Galé – Sociedade de Empreendimentos Turísticos, S.A. para a reabilitação do convento e exploração de uma unidade hoteleira de quatro estrelas. Em junho de 2019, após obras de reabilitação é inaugurada a atual unidade hoteleira: *Vila Galé Collection Elvas – Historic Hotel, Conference & Spa*⁴⁶. [Fig. 12, 13, 14, 15, 16]

Notas finais

Como podemos observar, foram profundas as transformações na arquitetura realizadas no extinto convento de S. Paulo, até chegar à atual ocupação do espaço hoteleiro, perdendo-se irremediavelmente elementos da sua origem.

⁴⁵ SCME – Livro de Actas da Mesa Administrativa. *Sala do consistório da Santa Casa da Misericordia d'Elvas, 5 de Janeiro de 1894. O provedor: José Nunes da Silva Sobrinho.* Cf. Carlos Filipe. *A Misericórdia de Elvas: Memórias do Século XX.* Elvas: Santa Casa da Misericórdia e Regi7, 2016, pp. 493-494.

⁴⁶ http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14243

Como atrás ficou descrito, importantes equipamentos e elementos de ornato foram retirados para servirem outros lugares ao serviço da igreja ou da museologia da cidade. Não cabendo neste artigo, consideramos ser necessário a realização de um levantamento sistematizado para que se possam ter um conhecimento lacto da dimensão e qualidade dos elementos produzidos em mármore, procurando produzir um inventário dos lugares onde foram depositados.

Intervir em património histórico construído, implica respeitar o conjunto das pré-existências, através do conhecimento crítico de análise, utilizando metodologias específicas, que respeitem os modelos construtivos, os materiais aplicados e a envolvente do espaço. Para isso, o diálogo é fundamental com os diversos agentes, sem perder o controlo tecnológico dos novos sistemas de construção modernos que possam vir a por em causa todo um projeto de preservação e reabilitação do edificado.

Com este artigo completamos a terceira etapa, sobre conventos provindos da Ordem de S. Paulo dos eremitas da Serra D'Ossa, com a convicção que estamos a reunir, um conjunto de informação relevante, sobre a presença de encomendas de mármore, utilizados na sua arquitectura conventual e que nos levará a um estudo, mais alargado, sobre encomendas, desenhos e mestres envolvidos para cada uma das empreitadas realizadas.

Fontes documentais e Bibliografia

Fontes Documentais

- Arquivo Distrital de Portalegre. *Convento de São Paulo de Elvas*. Caixas I a VII
- Arquivo Distrital de Portalegre. *Promptuario das Capelas e fazendas do Convento de N. Sr.ª dos Remédios da Ordem de S. Paulo da Cidade de Elvas*, 1792.
- Arquivo Distrital de Portalegre. CVSPELV/005, cx. 04, fls. 1-2.
- Arquivo Distrital de Portalegre. CVSPELV, cx. 11 / Tombo n.º 23, fls. 47-48.
- Arquivo Distrital de Portalegre. Cartório Notarial de Elvas. 1.º Ofício, Caixa 047, liv. 0192, fls. 30v-31.
- Arquivo Distrital de Portalegre. Cartório Notarial de Elvas, 1.º Ofício, Caixa 052, liv. 0222, fls. 119v-121.
- Arquivo Distrital de Portalegre. Cartório Notarial de Elvas, 2.º Ofício, Caixa 074, liv. 0042, fls. 42-42v.
- Arquivo Distrital de Portalegre. Cartório Notarial de Elvas, 3.º Ofício, liv. 0115, fls. 70v-71.
- Arquivo Nacional Torre do Tombo. *Memórias Paroquiais da Sé de Elvas*, vol. 13, n.º (E) 14, p. 71 a 106.
- D'Almada, Victorino. *Elementos para um dicionário de geographia e historia portugueza: concelho d'Elvas e extinctos de Barbacena, Villa-Boim e Villa Fernando – Apontamentos Documentos Século XVIII – Maço 14. Anos 1701 a 1750.*

A arquitectura dos mármore nos conventos paulistas. Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Elvas da Ordem de S. Paulo

Fontes Impressas

- Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, DGFP/RP/PTG/ELV/CONVF/001.
Convento de Nossa Senhora dos Remédios da Ordem de S. Paulo de Elvas
Santo António, Fr. Henrique de e Francisco Silva. *Chronica dos Eremitas da Serra de Ossa*.
(Vol. 1). Lisboa: Officina de Francisco da Sylva, 1745.
Santo António, Fr. Henrique de e Francisco Silva. *Chronica dos Eremitas da Serra de Ossa*.
(Vol. 2). Lisboa: Officina de Francisco da Silva, 1752.

Bibliografia

- Aires-Barros, Luís. *As Rochas dos Monumentos Portugueses – Tipologias e Patologias*. (2 vols.) Cadernos, II série, 3. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001.
- Almeida, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Tomo II. Coimbra: Imprensa Académica, 1910.
- Almeida, Fortunato de e Damião Peres (direc.). *História da Igreja em Portugal*. Vol. 4.º Porto: Portucalense Editora, 1967-71, pp. 181-189.
- Cabeças, Mário Alexandre Zacarias. «A transfiguração barroca de um espaço arquitectónico: a obra setecentista na Sé de Elvas». Dissertação de Mestrado apresentada em História da Arte. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011. <http://hdl.handle.net/10451/6789>.
- Dentinho, Céu Cavalheiro Ponce, e Henrique Barrilaro Ruas. *Elvas: monografia*. Elvas: Câmara Municipal de Elvas, 1989.
- Filipe, Carlos. *A Misericórdia de Elvas: Memórias do Século XX*. Elvas: Santa Casa da Misericórdia e Regi7, 2016.
- Filipe, Carlos, e João Pires Lopes. «A Arquitetura dos Mármore nos Conventos Paulistas. O convento de Nossa Senhora do Amparo em Vila Viçosa». *Callipole – Revista de Cultura*. Vila Viçosa: Câmara Municipal, 2022, pp. 281-316.
- Filipe, Carlos, Maria João Pereira Coutinho, e Patrícia Monteiro. «O apogeu do mármore no Alto Alentejo: equipamentos da arquitetura religiosa no século XVIII». In *Mármore 2 000 anos de História. Contributo dos mármore do Alentejo para afirmação das artes*, (vol. III). Coimbra: Edições Almedina, 2022, pp. 325–382.
- Filipe, Carlos, e João Pires Lopes. «A Arquitetura dos Mármore nos Conventos Paulistas. O Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros». *Callipole – Revista de Cultura*. Vila Viçosa: Câmara Municipal, 2023, pp. 303-328.
- Grancho, Nuno Cruz. «O convento de Nossa Senhora dos Remédios, da Ordem de S. Paulo em Elvas: diálogos fragmentados». *Elvas-Caia. Revista internacional de Cultura e Ciência*, 2009, pp. 61-86.
- Grancho, Nuno Alexandre Cruz Santos. «A extinção dos conventos na antiga diocese elvense: o exemplo histórico-artístico de S. Domingos de Elvas». Dissertação mestrado Arte, Património e Teoria do Restauro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011. <http://hdl.handle.net/10451/4577>.

- Keil, Luís. *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Portalegre*. Lisboa: Academia Nacional das Belas Artes, 1943.
- Monteiro, Patrícia; Maria João Pereira Coutinho e Carlos Filipe. «Das virtudes da pedra e cal. Teoria e Arte em Portugal entre os séculos XVII e XIX». In *El Arte de la Cantería Historia y Técnica*. Eduardo Azofra Agustín, Henrique Rabasa Díaz e Alexandra Gutiérrez Hernández (Edic.) Instituto Juan de Herrera, Ayuntamiento de VillaMayor, Salamanca, 2013-12, pp. 211-220.
- Pimenta, José Manuel Pasadas Figueira. «Diocese de Elvas (1570-1636). Criação, Organização e Recepção Tridentina». Dissertação de mestrado, (1.º grau canónico). Faculdade de Teologia. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2014.
- Pina, Fernando Correia. «O Convento de São Paulo de Elvas. Breve notícia histórica». *Callipole – Revista de Cultura* n.º 2. Vila Viçosa: Câmara Municipal, 1994, pp. 51-54.
- Pina, Fernando Correia. «Fontes para o estudo da História da Arte. Distrito de Portalegre, séc. XVIII. Contratos de obras para o concelho Elvas», s/d.
https://www.academia.edu/107585983/FONTES_PARA_O_ESTUDO_DA_HIT%C3%93RIA_DA_ARTE_NO_DISTRITO_DE_PORTALEGRE.
- Pina, Fernando Correia. «Convento de S. Paulo de Elvas. Catálogo topográfico». *Convento de S. Paulo de Elvas. Catálogo topográfico*. Elvas: Arquivo Distrital de Portalegre, s/d.
<https://independent.academia.edu/FernandoPina>.
- Serrão, Vítor. «Testemunhos da “nobre arte do mármore” na arquitetura e na escultura maneirista alentejana (séculos XVI-XVII): três casos de estudo. *Mármore 2 000 anos de História. Volume I. Da Antiguidade à Idade Moderna*. Lisboa / Vila Viçosa: Theya Editores, 2019.
- Silva, Jorge Henrique Pais da. *História Comparada da Arte (Cronologia)*. Lisboa: Colibri, 2004.
- Teodoro, Miguel Ángel Valleccillo. «El arquitecto elvense José Francisco de Abreu. Su aportación a la arquitectura y escultura alentejana del XVIII». *Revista Cultural de Portalegre, A Cidade*. Portalegre: Câmara Municipal, 1998, pp. 213-217.
- Viterbo, Sousa. *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, (2.ª ed.), 1988, pp. 37-38.

Webgrafia

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14243

A arquitectura dos mármore nos conventos paulistas. Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Elvas da Ordem de S. Paulo

Anexos



Figura 1 – Google Earth – (38°52'49"N 7°10'01"W). Elvas, Hotel Vila Galé Collection Hotel. Complexo do extinto Convento de Nossa Senhora do Remédios da Ordem de S. Paulo. (Consultado 2024-05-28).



Figura 2 – Paula Noé. SIPA imagem: Igreja sem a cobertura parede lado Evangelho.

IPA.00014243 (2017).

https://www.facebook.com/photo/?fbid=173463949409885&set=a.173461569410123.40854.172212356201711&locale=pt_BR



Figura 3 – Carlos Filipe. CECHAP-PHIM: Fachada da extinta Igreja de Nossa Senhora dos Remédios (2013).



Figura 4 – Maria Luísa Cidrais.

Autor desconhecido: lado nascente (1947).

https://www.facebook.com/photo/?fbid=759223554167252&set=a.173461569410123.40854.172212356201711&locale=pt_BR



Figura 5 – Autor desconhecido: Convento vista do lado Noroeste, com a sua antiga Torre sineira da igreja. https://www.facebook.com/photo/?fbid=173463949409885&set=a.173461569410123.40854.172212356201711&locale=pt_BR



Figura 6 – Carlos Filipe. CECHAP-PHIM: mármore, ornatos com elementos de cartela vegetalistas, torçal, escamas adossadas às ombreiras (2023).



Figura 7 – Carlos Filipe. CECHAP-PHIM: mármore, emoldramento de porta do claustro com verga abatida e duplo frontão angular, bandeira recortado, nos laterais, ornatos com elementos de cartela vegetalistas, torçal, escamas adossadas às ombreiras (2023).



Figura 8 – Carlos Filipe. CECHAP-PHIM: mármore, emoldramento com frontão interrompido, com ornatos vegetais e pináculo em fogaréu centralizado (2023).

A arquitectura dos mármorees nos conventos paulistas. Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Elvas da Ordem de S. Paulo



Figura 9 – Carlos Filipe. CECHAP-PHIM: mármore, emolduramento de porta com verga abatida e duplo frontão angular, bandeira recortado (2023).



Figura 10 – Carlos Filipe. CECHAP-PHIM: mármore, cornija arquitravada e gárgula de despejo de águas pluviais (2023).



Figura 11 – Paula Noé. SIPA imagem: Igreja nave, vista para a parede testeira da capela-mor IPA.00014243 (2017).



Figura 12 – Carlos Filipe. CECHAP-PHIM: espaço da antiga igreja e capelas laterais com molduras em mármore.



Figura 13– Carlos Filipe. CECHAP-PHIM: espaço da antiga igreja e acesso a antiga sacristia, molduras de mármore.



Figura 14 – Carlos Filipe. CECHAP-PHIM: escadaria nobre com moldura e degraus de mármore para o acesso ao coro-alto e dormitórios.

A arquitectura dos mármore nos conventos paulistas. Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Elvas da Ordem de S. Paulo

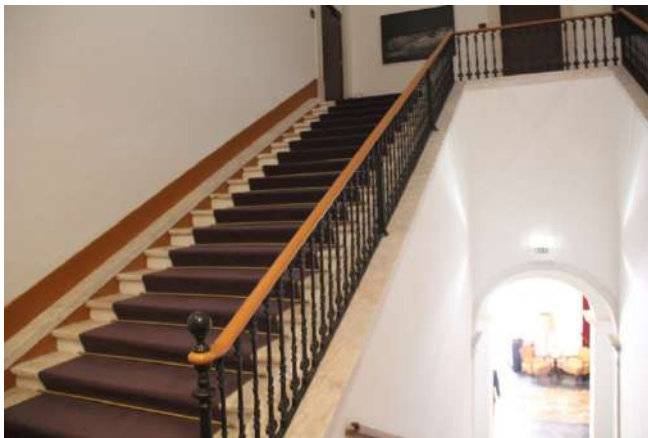


Figura 15 – Carlos Filipe. CECHAP-PHIM: escadaria nobre de dois lanços, degraus de mármore para o acesso ao coro-alto e dormitórios.

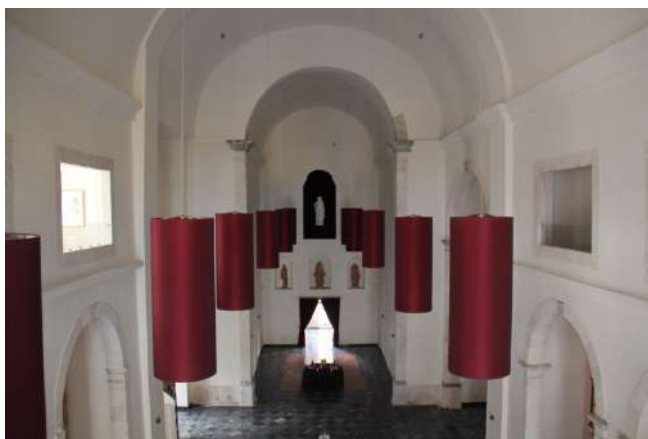


Figura 16 – CECHAP-PHIM: vista do coro-alto para o espaço da nave da antiga igreja, piso em quadradinhos de mármore ruivina escuro.

Rose Project A.C.E.

Luís Brito da Luz*

“A mudança é a lei da vida. Aqueles que olham apenas para o passado ou para o presente serão esquecidos no futuro”

John Fitzgerald Kennedy

Resumo: O Rose Project A.C.E. foi um agrupamento complementar constituído por sete empresas que se uniram em torno de um bem comum, o mármore do anticlinal de Estremoz-Borba-Vila Viçosa, visando a sua defesa, valorização, sustentabilidade e imagem.

Palavras-chave: Rose Project A.C.E.; Agrupamento; Mármore; Internacionalização; Mercados; Imagem.

Introdução

No processo de evolução da ASSIMAGRA, Associação Portuguesa dos Industriais de Mármore, Granitos e Ramos Afins, hoje designada Associação Portuguesa da Indústria dos Recursos Minerais, em finais dos anos noventa da centúria anterior, processo evolutivo que procurou criar novas dinâmicas visando o desenvolvimento e sustentabilidade do sector face aos então constrangimentos comerciais, ambientais e económicos que se vislumbravam no horizonte, um grupo de industriais assumiu os órgãos desta associação¹, a mais importante do ramo.

* Economista e Mestre em Economia – Especialidade em Estudos Europeus pela Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico. Este artigo foi escrito ao abrigo do antigo acordo ortográfico.

¹ Para além do presidente da Direcção, Eng.º João José Canhoto da Saúde, representante da Alandromar, Transformação de Mármore, Lda., faziam parte desta nova direcção, empossada a

Esta equipa que se propunha não só modernizar esta associação como também o próprio sector, preparando-os para melhor enfrentarem as adversidades vindouras, trazia consigo para além de uma vontade férrea de mudança algumas ideias arrojadas.

Entre elas, figurava uma proposta lançada por José Manuel dos Santos Brito da Luz, meu pai, de um projecto comum na vertente comercial, para onde o material das empresas seria escoado, e, uma vez aqui, vendido a preços consertados. Esta cooperativa moderna tinha como principal finalidade controlar os preços evitando assim a disparidade dos mesmos entre as várias empresas, que os canibalizavam em função das suas necessidades de tesouraria, independentes umas das outras, necessidades que na sua maioria eram diametralmente opostas. Por um lado, os *inputs* desta central de compras compunham-se pelos seus participantes, que no caso seriam as empresas nacionais aderentes do triângulo dos mármore de Estremoz – Borba – Vila Viçosa, pelos seus produtos, particularmente, mármore em bloco, chapa e material em obra e também pela capacidade financeira, medida em necessidades de fundo de maneio, para suportar um prazo acordado entre as partes, igual para todos os aderentes. À central de compras exigia-se que tivesse tesouraria suficiente para pagar as mesmas dentro dos prazos acordados. Por outro lado, pelos *outputs* cabia à central de compras a definição dos seus mercados preferenciais onde estaria presente, estabelecendo depósitos de materiais em parceria com empresários locais consoante o mercado alvo. Futuramente, podia e devia reforçar aos sócios o preço inicial acordado tendo por base os *superavits* da operação comercial. Em resumo, o saldo da central de compras seria a diferença entre as vendas realizadas retirando às mesmas os custos de estrutura, saldo esse que poderia ser utilizado, em parte para reforçar o seu fundo de maneio e na parte restante para distribuir percentualmente aos associados em função da quantidade dos materiais colocados por cada um.

16 de Maio de 1998, o Eng.º Jorge Manuel Rodrigues Galvão Jorge, responsável pelos Mármore Galvão – Eduardo Galvão Jorge & Filhos S.A., na qualidade de Tesoureiro, Eduardo Miranda Galvão, em representação da Granisintra, Mármore e Granitos, Lda., José Manuel dos Santos Brito da Luz, em representação da Marbrito, Indústrias Reunidas de Mármore, Lda., José dos Santos Luís, pela Pedramoca, Sociedade Extractiva de Pedra, Lda. e João dos Santos Machado, representando a Graminho – Granitos do Minho, Lda., todos os quatro como Membros. A Assembleia Geral era constituída pelo seu presidente Joaquim de Oliveira Guedes, representante da Cooperativa dos Pedreiros, C.R.L., pelo vice-presidente Plácido José Simões, em representação da Plácido José Simões, S.A., e pelos dois secretários Eng.º Alfredo Francisco Aranha Salema Reis e Hermano Santos, o primeiro em representação da Granital, Granitos de Portugal, Lda. e o segundo pela Fabrimar, Indústria de Rochas e Equipamentos, S.A. Já o Conselho Fiscal era constituído pelo presidente Luís José Alves Cochicho, representando a empresa Cochicho, Lda., e pelos secretários Carlos Ferreira da Mata em representação da C. Mata Export, Mármore e Granitos, Lda., e Silvino Santos Paiva pela Incoveca, Granitos S.A., todos eles membros efectivos. Como membros suplentes deste órgão estavam Isidoro Simões, representando a M. Simões, Lda., e João Miguel dos Santos Brito da Luz pela Marmoz, Companhia Industrial de Mármore de Estremoz, Lda. Fechava esta equação o Secretário Geral, Dr. Luís Sottomayor.

Subjacente a esta ideia estava a necessidade de flexibilizar e dinamizar as estruturas empresariais com a finalidade de garantir a satisfação de um mercado cada vez mais globalizado².

Infelizmente não estava o nosso tecido empresarial preparado para implementar esta ousada ideia, que não saiu do papel, que nos teria salvo do desastre a que temos vindo a assistir de há muitos anos a esta parte em matéria de preços, sobretudo para o mercado árabe, no nosso anticlinal, ou para o mercado chinês, na zona do Moca Creme, em Porto Mós.

Algumas foram as razões para essa recusa elencando eu à cabeça o ainda período de ouro que as empresas viviam, não sentindo na pele os problemas futuros que não tardaram em chegar, mas que nessa altura ainda eram de outros, também um tecido empresarial que na generalidade era tradicional, conservador e avesso a mudanças, principalmente as de âmbito estrutural, ainda a dimensão das empresas, na sua maioria de pequena grandeza, controladas familiarmente e com uma cultura muito própria que não privilegiava o associativismo e a cooperação, além disso também a falta de quadros técnicos qualificados na área comercial e, finalmente, uma diminuta interligação entre todos os operadores da fileira do sector, em particular nos mármore.

Muito pouco tempo após esta tentativa de organização conjunta o mundo deixou de ser o mesmo. Abriu o milénio, acontecendo simultaneamente, nos primeiros anos deste período, os atentados do 11 de Setembro, o fim do período de ouro deste sector, a permanência da globalização e o percurso da China rumo à primeira posição da hierarquia, principalmente como maior produtor mundial de mármore. Por esta altura, já o sector se encontrava fragilizado e dependente do mercado árabe, mais propriamente do Saudita, o qual tomou as rédeas no Médio Oriente após o colapso do Iraque. Sem trunfos para jogar restava-nos a sobrevivência. A machadada final dá-se com a crise financeira do *subprime*³, colocando particularmente este sector e as suas empresas, numa posição muito delicada. Não mais a relação com a banca seria a mesma, dando eu aqui a título de exemplo a cobrança de um juro na casa dos dez pontos percentuais para abonos à exportação.

O Projecto

Em 2012, numa situação particularmente difícil para as empresas deste sector, estando a laborar somente trinta pedreiras das cerca de duzentas e setenta que exis-

² Esta abordagem comercial, apesar de inovadora à altura, pois não existia nenhuma experiência destas neste sector no nosso país, fora de portas era comum. Aqui ao lado, no país vizinho, sem ser necessário viajar muito, na província de Alicante, o comércio do Crema Marfil, material originário desta região, era na sua maioria realizado a preços consertados entre as várias empresas, escudadas numa central de compras.

³ Crise desencadeada em 24 de Julho de 2007, a partir da queda do índice *Dow Jones* motivada pela concessão de empréstimos hipotecários de alto risco (em inglês *subprime loan* ou *subprime mortgage*) arrastando vários bancos para a insolvência, com repercussões em todas as bolsas de valores, crise que atingiu o seu auge entre Agosto e Setembro do ano seguinte com a falência do banco americano Lehman Brothers, cuja fundação provinha de 1850.

tiam no final do milénio, em conjunto com uma quebra acentuada e abrupta da procura no mercado interno nos três anos anteriores, uma constante e progressiva redução do peso dos mercados tradicionais de exportação, uma monopolização crescente do mercado por um numero restrito de clientes, a entrada de novos *players* no mercado, uma regressão significativa dos preços de comercialização dos produtos, chegando nalguns casos a quebras de cinquenta por cento, um aumento generalizado e bastante acentuado dos custos de produção, sobretudo as componentes energéticas, combustíveis e energia eléctrica, que representavam à altura cerca de quarenta por cento dos custos de produção e uma maior concorrência pelo facto de terem surgido novos países produtores, eu e o Luís Sottomayor entabulámos naturalmente conversas onde voltamos a abordar a ideia antiga de uma central de compras, de que eu tanto tinha ouvido falar a meu pai e ao próprio Luís, central essa que teria atenuado em muito os percalços deste sector. Não sendo uma panaceia ou uma cura milagrosa, certamente que teria robustecido as empresas, colocando-as num outro patamar permitindo às mesmas ultrapassar de uma outra maneira todas as adversidades até então encontradas. Com alguma certeza se a ideia tem sido posta em prática, o sector em geral e as suas empresas em particular teriam tirado enorme vantagem e estariam noutras condições de enfrentar os tempos conturbados da globalização e as várias catástrofes que aconteceram.

Apesar de termos absoluta consciência de os tempos não serem mais os mesmos, e de não termos do nosso lado as vantagens de outrora, decidimos arriscar, pois não tínhamos nada a perder, urgindo combater o marasmo que se verificava, sob pena de definharmos ainda mais ou até mesmo encerrarmos a actividade.

Sob o lema de que é sempre preferível decidir mal do que não decidir, encebamos imediatamente conversações, em primeiro lugar, dentro de portas, conseguindo a anuência, partindo de imediato com quatro empresas, as duas pertencentes ao nosso grupo familiar das quais eu era administrador de uma delas, a Marbrito, agora sociedade anónima, e as restantes duas na esfera do Luís onde exercia o cargo de administrador de ambas. Convidámos quase todos os empresários com peso no anticlinal, apresentando-lhes o projecto e explicando-lhes minuciosamente ao que vínhamos. Aceitaram logo mais dois empresários em representação de mais três empresas, lamentando-nos por outros com dimensão terem preferido ficar de fora à espera da evolução dos acontecimentos. Apesar de aspirarmos a que um maior número de empresas tivesse anuído ao convite endereçado por nós, procurando dotar o projecto com uma dimensão inquestionável, não podíamos esperar mais pois toda a massa crítica, ao momento, ou tinha aceite ou tinha decidido não entrar. Ainda assim, tivemos sempre a porta aberta par quem se quisesse juntar de futuro.

Como era possível passadas décadas da primeira ideia ainda haver industriais reticentes nesta matéria quando mal sobreviviam?

A sensação que tínhamos acerca do seu pensamento e do que se ouvia falar no meio era que também desta vez o projecto não passaria do papel...

Enganaram-se redondamente quando a 15 de Janeiro de 2013, o meu pai e o meu tio, em representação da Marmoz, Lda. e Marbrito, S.A., o Dr. Asdrúbal Calisto como procurador das empresas Marmetal, Mármore e Materiais de Cons-

trução, S.A. e Margrimar, Mármore e Granitos, S.A., o José Artur Lopes Batanete na qualidade de gerente da Lopes Batanete, Sociedade Comercial Mármore, Lda e RBRMÁRMORES, Lda e finalmente António Fernando Pinto Galego representando a empresa António Galego & Filhos, Mármore, S.A. constituíram entre as sociedades representadas um agrupamento complementar de empresas denominado Rose Project A.C.E. com sede em Vila Viçosa no largo Gago Coutinho, loja 15, com uma participação igual de vinte e cinco por cento por bloco. Ficou decidido por unanimidade ficar presidente da Assembleia Geral o Sr. António Galego secretariando-o o meu tio, João Miguel Brito da Luz. A mim coube-me a responsabilidade de presidir ao Conselho de Administração sendo coadjuvado pelo José Artur Batanete e pelo Luís Sottomayor.

Este agrupamento ainda era responsável, no final do ano de 2012, por cerca de quatro milhões de euros de vendas, bem longe dos onze milhões e meio vendidos em 2009, por oito mil e quinhentos metros cúbicos de blocos extraídos, duzentos e vinte mil metros quadrados de chapa serrada, duzentos e trinta mil metros quadrados de chapa polida, trezentos e vinte mil metros quadrados de ladrilho polido, dez pedreiras, estando oito delas no anticlinal, cinco unidades de transformação, dois armazéns no norte e sul do país e um sem número de equipamentos extractivos e de transformação. Reunia ainda na sua oferta cerca de noventa por cento da produção mundial de mármore rosa.

Como objectivo, tínhamos aspiração de ser um reconhecido fornecedor de mármore cristalino nos mercados emergentes, e também nos tradicionais, prestigiando e acrescentando valor a este produto natural, marcando presença em importantes obras nesses mercados e contribuindo para o desenvolvimento de novos produtos para assegurar futuro do sector.

A nossa missão centrava-se em contribuir para a sustentabilidade e crescimento das empresas constituintes, disponibilizando o que a natureza criou e acrescentando valor aos produtos da fileira.



Figura 1 – Marca Institucional com fundo rosa.



Figura 2 – Marca Institucional com fundo branco.



Figura 3 – Logotipos das sete empresas constituintes.

Candidaturas

Concluída que estava a primeira fase e não tendo capital o agrupamento, era da maior urgência obter fontes de financiamento para colocar o projecto o quanto antes em velocidade cruzado, uma vez que até lá as despesas eram suportadas pelas agrupadas na percentagem da sua participação, o mesmo é dizer, em partes iguais.

Sublinho aqui a enorme abertura que tivemos na DGEG, Direcção Geral de Energia e Geologia⁴, particularmente nas pessoas do Eng. Carlos Caxaria e do Dr. José Silva Pereira que foram inexcedíveis na prossecução dos nossos objectivos, compreendendo e valorizando a ideia, disponibilizando-se ambos, também a título pessoal.

Para o efeito, colocaram à disposição um apoio de duzentos mil euros, o qual se consubstanciou num programa de apoio ao sector em nome da Câmara Municipal de Vila Viçosa, ao qual quer o agrupamento quer outras empresas que tivessem projectos igualmente inovadores, numa lógica de parceria e que se quisessem internacionalizar se podiam candidatar⁵.

Igualmente o apoio da Câmara Municipal de Vila Viçosa que se materializou nos seus presidentes, inicialmente na pessoa do Dr. Luís Caldeirinha Roma, mais tarde no Prof. Manuel Fontainhas Condenado, os quais desde a primeira hora abraçaram a todos os títulos esta iniciativa, foi de extrema importância pois cederam gratuitamente as instalações, sede do agrupamento.

Logo na primeira reunião que decorreu dois dias após a escritura tomamos várias medidas que nos iriam nortear durante toda a vivência do projecto. Uma vez que estava em causa a obtenção de fundos públicos e a sua utilização, verbas que eram de cariz comunitário e nacional, ainda assim, todas elas pertencentes aos contribuintes, tinham as mesmas que ser investidas com o máximo rigor minimizando o desperdício. Nesse sentido, e como “o dinheiro é um bem escasso” decidimos não usufruir de nenhum salário, não fazer qualquer viagem acompanhando o nosso comercial com verbas do agrupamento, a menos que fosse de todo impossível a sua presença, não adquirir qualquer viatura, nem mesmo para o comercial,

⁴ Órgão da Administração Pública Portuguesa que tem por missão, entre outras, a contribuição para a concepção, promoção e avaliação das políticas relativas aos recursos geológicos numa óptica do desenvolvimento sustentável.

⁵ Estes projectos tinham como tecto um máximo de cinquenta mil euros e uma comparticipação de 100%, sendo avaliados conjuntamente pelo município calipolense e a ADRAL, Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo.

não contratar nenhum administrativo que trouxesse despesa para o agrupamento, realizando nós, na sua maior parte o Luís, este trabalho e limitar ao mínimo qualquer despesa de representação.

Decidimos igualmente que o agrupamento iria respeitar os clientes de cada uma das agrupadas mantendo-os na esfera das mesmas, por outras palavras, as empresas continuariam a fazer os seus negócios com os seus parceiros históricos e os clientes angariados a partir daquele momento pertenciam ao A.C.E. Para o efeito e para que tudo fosse claro cada uma das agrupadas entregou a sua listagem com todos os seus clientes.

Resolvemos igualmente e convictamente não vender mais os nossos materiais da forma tradicional e convencional, divididos que estavam por categorias, primeira para os mais caros, segunda relativa aos medianos e terceira para os mais baratos. Do nosso ponto de vista esta nomenclatura desprestigiava os nossos mármorees com desvantagens gravíssimas que se verificaram ao longo dos anos. As nossas tabelas de preços continham as mesmas três categorias agora designadas de platina, ouro e prata, sendo a primeira a categoria dos materiais mais exclusivos.

Ainda nessa reunião, abordou-se também a cobertura já realizada pela rádio Campanário com entrevistas ao Sr. António Galego, José Batanete e eu próprio, assim como o ponto de situação de como tinha decorrido a recolha da imagem que passou nesse mesmo dia na RTP regiões às 18.00 horas.

Finalizando a reunião decidimos também distribuir o documento de apresentação do agrupamento por diversas entidades oficiais, nomeadamente ao Ministério de Estado e dos Negócios Estrangeiros na pessoa do seu ministro Dr. Paulo Portas, à AICEP, Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, à DREAL, Direcção Regional da Economia do Alentejo, à DGEG, já acima citada, às embaixadas, adidos comerciais, câmaras de comércio assim como outras entidades.



Figura 4 – Capa do catálogo, parte da frente.

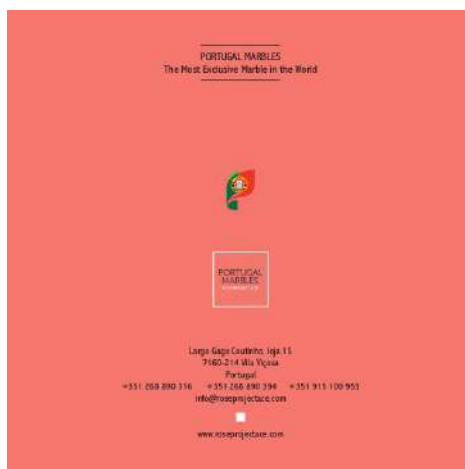


Figura 5 – Capa do catálogo, parte de trás.

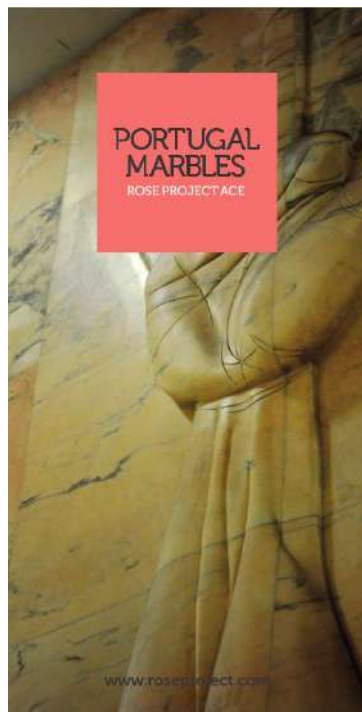


Figura 6 – Frente do folheto.

A primeira candidatura efectuada no âmbito desta linha contemplava apenas os itens necessários ao arranque do agrupamento pois estava em curso, paralelamente a esta linha, a elaboração pela ADRAL de uma candidatura ao QREN, Quadro de Referência Estratégico Nacional, na vertente internacionalização, para o A.C.E., pelo que os valores candidatos àquele programa, não estavam contemplados na candidatura a este quadro.

Assim para este primeiro projecto, concentrámo-nos primeiramente, na contratação de um comercial e na comunicação do A.C.E. No primeiro caso, após várias consultas a pessoas seleccionadas por nós, a escolha recaiu sobre o Eng.º Nelson Almeida, engenheiro de minas e conhecedor da realidade dos mármore alentejanos por ter sido técnico das pedreiras da Solubema, SA, importante empresa do sector, durante um largo período, tendo posteriormente trabalhado por sua conta em projecto de obra para clientes, o que também se considerou pertinente para esta fase do plano, que através dos seus

conhecimentos podia rapidamente encetar contactos e colocar em andamento o mesmo. Já no segundo caso demos primazia à estratégia de comunicação com os meios de comunicação social, construção de um site, registo de marca (Rosa Portugal Art), produção gráfica, mostruários, folhetos, fichas técnicas, catálogos e cartões de visita. Finalizava o projecto com a promoção exterior que consagrava neste ponto duas deslocações, uma ao Médio Oriente e outra à Rússia, as primeiras prospecções do agrupamento⁶.



Figura 7 – Brochura, parte interior.

⁶ Este projecto teve o valor de quarenta e nove mil oitenta e dois euros e cinquenta cêntimos.



Figura 8 – Brochura, parte exterior.

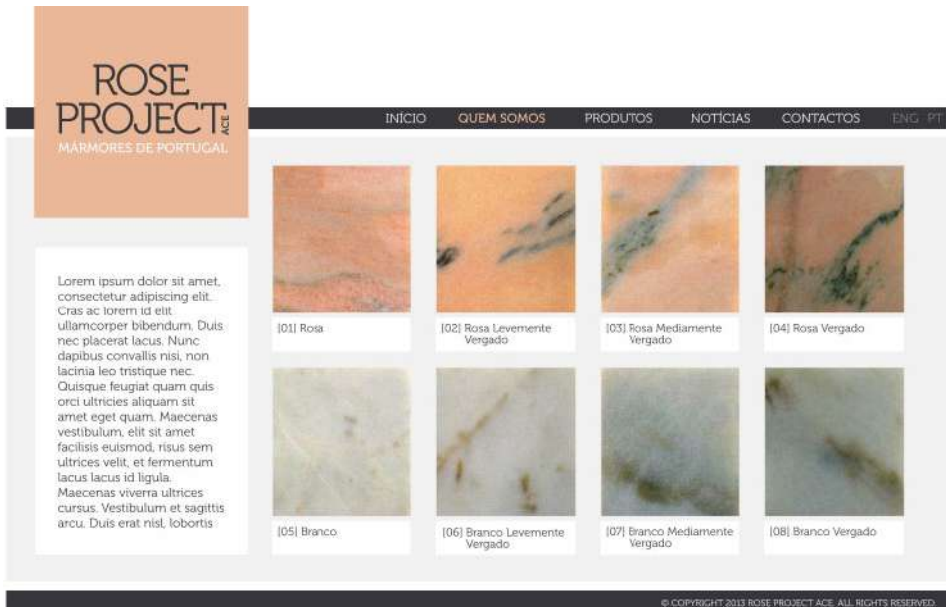


Figura 9 – Site institucional.

Paralelamente como se referiu atrás submetemos candidatura, através da ADRAL ao QREN, candidatura essa que foi aprovada⁷. Este projecto para além de um reforço das componentes contratação e comunicação do projecto submetido à autarquia calipolense, visava sobretudo a internacionalização, âmbito principal do

⁷ Com um investimento elegível de cento e sessenta e nove mil setecentos e vinte e oito euros de um total de trezentos e oitenta e seis mil oitocentos e quatro euros e cinco cêntimos a realizar em quatro semestres, com um incentivo não reembolsável de oitenta e cinco mil setecentos e quatro euros.

mesmo. Definiu-se como mercados alvos a quase totalidade dos países importadores da nossa pedra no Médio Oriente, Singapura, Malásia, países sul americanos e antigas repúblicas soviéticas.

Uns meses volvidos, no dia 12 de Abril, submetemos o segundo projecto ao município de Vila Viçosa⁸, candidatura quase na sua totalidade direccionada para a exportação, onde estavam previstas prospecções à Indonésia, países do Magrebe, Qatar, Iraque (Curdistão), Omã e Arábia Saudita.

A terceira candidatura submetida à autarquia calipolense datada de dois de Setembro de 2013, complementar às duas anteriores, visou o nosso compromisso de apoio a duas realizações que se mostraram âncora para o sector, o museu do Mármore Raquel de Castro e o *Stone Project*. No primeiro caso, o nosso objectivo centrava-se na promoção do sector e indústria apostando no marketing cultural através daquela infraestrutura, já nas suas novas e actuais instalações, uma vez que o número crescente de visitantes a esta região, complementada com as actividades desenvolvidas pela Rota do Mármore podiam, com este Museu, catapultar-se a uma promoção e divulgação do mármore e da sua actividade, procurando incentivar a procura por este produto natural, numa lógica de tentar desmistificar a ideia existente de se tratar de um produto de difícil acesso, quer por questões logísticas quer por questões de preço. Em relação ao *Stone Project*, a afirmação dos nossos mármore junto dos prescritores de diferentes origens era muito importante na segunda edição deste projecto. Passada que foi a primeira edição, realizada no ano de 2011, impunha-se apoiar esta segunda edição uma vez que se contava com a presença de um número significativo de arquitectos e alunos finalistas de arquitectura determinantes na prescrição deste material. A sua presença em Workshops com os industriais seria relevante para tomarem conhecimento dos nossos materiais com as suas propriedades de coloração e cristalinidade únicas e, sobretudo, desmistificar algumas questões que se colocavam tais como o movimento produzido pelas vergadas, que sendo uma característica natural dos nossos mármore, muitas vezes eram e ainda hoje são entendidas, erradamente, como um defeito. Para além disso, havia que combater veementemente a actividade cerâmica, concorrente da nossa pedra pela simples razão de a poder substituir e imitar nas vergadas, praticando preços três vezes superiores. Em concreto, foram preparadas e impressas fotos de elevada dimensão para reflectirem nas paredes do museu as três áreas distintas da actividade, extracção, transformação e produto acabado e a realização de um concerto de lançamento na pedreira d'El Rei, o *Stone Symphony*, poema sinfónico teatral pelo autor e compositor Daniel Bruno Schvets que teve lugar a 21 de Setembro de 2013 pelas nove horas da noite. Paralelamente, todas as sete empresas aderentes ofereceram ao museu várias chapas de mármore de grandes dimensões, todas em livro aberto, as quais passaram a cons-

⁸ Candidatura complementar da primeira no valor de quarenta mil oitocentos e trinta e quatro euros.

tituir o mostruário real dos mármore extraídos da região, presentes agora neste importante espaço museológico⁹.



Figura 10 – Museu do Mármore.



Figura 11 – Museu do Mármore, pormenor.

⁹ Importou esta candidatura em vinte mil cento e quarenta e cinco euros, oito mil oitocentos e setenta e cinco euros destinados ao museu para as cinquenta e cinco fotos, sinalética de peças e respectiva montagem e o restante valor para o lançamento do *Stone Project* onde se incluía o espectáculo concerto, respectivos serviços de apoio e montagem.

Ainda no âmbito do *Stone Project* e em parceria com o arquitecto Jorge Pinto, foi criado o Quiosque Lanterna Urbana de Vila Viçosa, actual Posto de Turismo, situado na zona do Paço Ducal, peça de mobiliário urbano, de um vasto conjunto de peças, tais como bancos de jardim, bebedouros, painéis de informação, balcões, cubos, papelarias, molduras entre outras peças, idealizadas por este arquitecto, com sentido ecológico e de aproveitamento dos nossos mármore, matérias residuais existentes nas escombrelas, procurando-os valorizar estética, funcional e economicamente.

A quarta e última candidatura realizada também em Setembro de 2013, e entregue ao município de Vila Viçosa no dia 20 de Setembro, norteava-se pela prospecção directa de clientes e parceiros em duas grandes áreas geográficas, líderes no dinamismo dos respetivos continentes, a Colômbia e o Peru, na América Latina, o Gana e a Nigéria, no Golfo da Guiné, na África Ocidental, sendo esta prospecção realizada com a EXPANDIA¹⁰.

Saliento que todas estas candidaturas, não obstante terem sofrido alguns reajustamentos, todos eles aceites, como é normal em qualquer início de projecto com esta natureza, nomeadamente na troca de alguns mercados alvo, foram integralmente cumpridas e encerradas. A título informativo também outras empresas que nada tinham que ver com o agrupamento se candidataram ao fundo disponibilizado pela DGEG.

Missões e promoção

Fechámos o ano de 2013 com 7 viagens internacionais, realizadas pelo Eng.º Nelson Almeida, que nos trouxeram larga experiência, sobre estes países seleccionados, e várias oportunidades de negócios.

Duas missões realizadas à Argélia, a primeira de 16 a 18 de Fevereiro onde integrámos a comitiva oficial do ministro da economia, Dr. Álvaro Santos Pereira, a Argel, no âmbito da terceira secção do grupo de trabalho Luso-Argelino e a segunda de 25 de Maio a 4 de Junho onde estivemos presentes com stand próprio

¹⁰ Área de apoio à expansão internacional da Protir, consultora em gestão, com vasta experiência neste tipo de serviços, com clientes institucionais como a AEP, Associação Empresarial de Portugal e individuais como a SONAE, na área da distribuição, a INOSAT na área da TI, a MARGON na área da cerâmica estrutural ou a BH FITNESS nos equipamentos desportivos, a título de exemplo. Numa primeira fase, em cada um dos mercados alvo e em estreita colaboração com o agrupamento, esta área de apoio analisava o sector e identificava quais as empresas mais relevantes que o compunham e que podiam ter interesse numa parceria, contactava-as no sentido de lhes apresentar a oportunidade, e em caso de interesse elaborava um relatório e agendava reuniões transmitindo depois o resultado. Numa segunda fase tinha lugar a viagem do nosso comercial ao país havendo a definição de uma estratégia de relacionamento mais profícuo e contínuo, baseado em acordos de parceria, agenciamento e/ou distribuição. Ainda estavam previstas, no caso de sucesso das fases anteriores, missões invertidas desses clientes a Portugal. Este projecto importava em quarenta e nove mil e trezentos euros.

na FIA, Feira Internacional de Argel. Dos contactos com as autoridades e com cerca de dez empresas argelinas surgiu o convite de cooperação técnica no domínio da extracção e transformação de mármore, sendo-nos solicitado apoio na formação profissional de activos aos mais diversos níveis. O facto de sermos mediterrânicos e termos uma relação muito próxima com Angola e Moçambique ajudou bastante, pois este país tinha à altura excelentes relações políticas e de amizade com esses países. Importante também foi o recrutamento de um agente comercial para trabalhar o mercado assim como o estabelecimento de um contacto que nos levou ao recrutamento de um agente para Marrocos.

A terceira missão, que decorreu entre 5 e 11 de Abril em Riade, capital da Arábia Saudita, integrou a comitiva oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Portas, a este país. Prolongámos a nossa estadia para podermos visitar os nossos clientes e também para melhor nos apercebemos do mercado saudita e das suas necessidades. Contactámos vinte e oito empresas e ainda as empresas de negócios sugeridas pelo AICEP. Promovemos igualmente acções de avaliação comparativa (*Benchmarking*), com o propósito de conquistar novos clientes e aferir os preços praticados no mercado.

A quarta missão de 5 a 12 de Maio ao Médio Oriente, principiou em Doha capital do Qatar, depois em Mascate, capital de Omã finalizando em Dubai, a maior cidade e emirado do mesmo nome dos Emirados Árabes Unidos, uma federação de sete monarquias absolutas. Foram contactadas dezassete empresas, em geral, de pequena dimensão e com capacidade de transformação rudimentar, num mercado onde o nosso material era conhecido e com condições para crescer.

A quinta viagem, à Indonésia, decorreu entre 18 e 23 de Maio, uma visita de prospecção comercial integrada na missão empresarial promovida pelo Banco Espírito Santo. A comitiva comportava 26 empresas, era chefiada pelo Dr. Ricardo Bastos Salgado e apoiada pelos Dr. Paulo Afonso, e respectivos embaixadores dos dois países Dr. Albert Matadong e Dr. Moreira de Lemos. Estabeleceu-se contacto através de reuniões sectoriais com cinco empresas.

A viagem seguinte a Marrocos teve lugar de 1 a 7 de Setembro com dois propósitos, em primeiro lugar, a pesquisa de novos clientes num país já nosso conhecido, uma vez que a maioria das empresas do agrupamento já trabalhavam aqui com os seus parceiros, e, em segundo lugar, conhecer o Luís Marquês, nosso agente comercial no país, recrutado durante a viagem à Argélia. A percepção que tivemos foi muito positiva, tratando-se de um profissional competente e bem integrado na actividade económica das empresas que visitámos, em número de dezasseis, nas zonas de Rabat, Casablanca, Fez e Marraquexe. Deparámos-nos com uma economia em franca expansão exibindo um crescimento imobiliário muito significativo, tornada num destino de férias dos árabes do Golfo Pérsico e de alguma elite europeia com elevados recursos financeiros, que teve como consequência, por um lado, a explosão da construção de luxo, principalmente no litoral, mais propriamente em Rabat e Marraquexe, e por outro, uma mudança no acento tónico, se bem que ténue, na compra baseada no baixo preço. Os nossos mármore de cor rosa recuaram enormemente face aos de cor creme, particularmente o Creme Marfil e o Perlatino.

Notou-se também a presença do Carrara Venato nos depósitos das empresas. Apesar das nossas pedras serem sobejamente conhecidas junto dos marmoristas, tínhamos pela frente um enorme trabalho para recuperar a imagem do mármore português junto dos prescritores e promotores. A nossa estratégia centrou-se na colocação dos mármore de cor branca com um preço médio em alternativa aos de cor rosa.

Marcamos também presença na semana empresarial China-Portugal que decorreu em Macau, Cantão e Hong Kong entre 14 e 22 de Outubro¹¹. Uma vez que era impossível a deslocação do nosso comercial, em virtude de a data quase coincidir com a viagem seguinte ao Médio Oriente, deslocou-se o Luís Sottomayor em representação do agrupamento. Logo no dia 16, em Hong Kong, participámos num encontro empresarial com empresários desta região administrativa chinesa e também visitámos um grande e importante projecto na cidade. De 17 a 20 de Outubro, marcamos presença, com um espaço de nove metros quadrados, na MIF, Feira Internacional de Macau, sem a companhia de qualquer empresa portuguesa deste sector. Por esta razão, suscitou interesse ao Eng.º Carlos Caxaria que de pronto nos convidou para marcar presença neste certame, reservando antecipadamente um espaço sem qualquer obrigação, colocando-nos à disposição os contactos das entidades locais, contactos esses que nos foram de grande utilidade. No decorrer da mesma teve lugar no dia 19 uma visita à feira de Importação e Exportação da China, na cidade de Cantão, a maior feira deste país onde pudemos conhecer uma realidade diferente assim como novos clientes.

Decidimos abordar o mercado chinês de uma forma arrojada e fora da caixa. Atendendo a que havia na China cerca de trinta milhões de milionários e uma apêndia por artigos de luxo, tornámos o nosso material uma obra de arte. Com base na célebre citação do filósofo estoico romano Séneca de que “Toda a arte é imitação da natureza”, criámos o Rose Project Art e uma filosofia assente numa peça e num cliente único. Assim, passámos a disponibilizar o que a natureza criou de uma forma singular com base na valorização da nossa matéria prima, a partir de blocos criteriosamente seleccionados, transformados em chapas que depois de serradas seriam polidas em livro aberto e vendidas como painéis, verdadeiras obras de arte. A título de exemplo e para se entender melhor, se um determinado bloco produziu sessenta chapas comerciais conseguimos trinta painéis de duas chapas cada em que cada uma era simétrica da outra. A fim de os tornar exclusivos cada painel tinha um certificado de origem, tinha um número de série, tinham as coordenadas do local onde tinha sido extraído, e estava agrupado numa das colecções temáticas, de acordo com as suas características, colecções essas que representavam uma diversidade de temas tais como a natureza, o ser, o exotismo, entre outras.

¹¹ Semana empresarial organizada pela Fundação AIP, através da AIP Feiras Congressos e Eventos com o apoio institucional da AICEP e a parceria com o IPIM, Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau.



Figura 12 – Paniel 1.



Figura 13 – Paniel 2.



Figura 14 – Paniel 3.



Figura 15 – Paniel 4.

A oitava missão que decorreu entre 27 de Outubro e 6 de Novembro teve como propósito aprofundar os conhecimentos dos mercados do Iraque, mais propriamente da cidade de Erbil, capital da região autónoma do Curdistão iraquiano, dos Emirados Árabes Unidos, com visita a Abu Dhabi e do Kuwait, assim como na prospecção de novos clientes. Em Erbil o nosso mármore não era conhecido estando familiarizado o mercado com o mármore turco de muito má qualidade. A qualidade de construção era muito fraca, de resto a Turquia, país vizinho, estava massivamente presente em todas as actividades económicas, situação de quase monopólio que muito preocupava os curdos, que pretendiam contrariar este caminho mostrando intenção de diversificar a procura, especialmente por fornecedores de origem europeia. Visitou-se a feira *Project Iraq* 2013 em duas ocasiões, onde oportunamente nos inteirámos sobre alguns projectos imobiliários interessantes. Na capital dos Emirados, Abu Dhabi foram visitados vários marmoristas que conheciam e compravam mármore português. Estes empresários queixavam-se de uma certa estagnação do mercado das moradias, apesar de ser nitidamente visível a construção de inúmeros arranha céus assim como obras públicas. Contactámos três importantes empresas com forte e marcada presença no sector. Finalizou a viagem no Kuwait com visita a quatro importantes empresas, persistindo a ideia que se teve nos Emirados em relação às condicionantes e vantagens deste mercado serem muito semelhantes às assimiladas neste último.

A última missão do ano, inserida na missão empresarial da AICEP, liderada pelo Vice-Primeiro-Ministro Dr. Paulo Portas, teve lugar no Qatar, nos Emirados Árabes Unidos, novamente em Abu Dhabi e no Dubai e também no Bahrein. Esta missão permitiu contactos de alto nível com promotores de grandes projectos, grandes empresas de construção e distribuidores, três no Qatar, dois em Abu Dhabi e outros tantos no Dubai e um no Bahrein. Em relação a este último país decidimos não apostar mais neste mercado, com pouco interesse para nós pois a sensação com que ficamos foi que os negócios desta pequena ilha estão controlados por Dammam, a cidade mais próxima da Arábia Saudita. Conseguimos um acordo com o Estado do Qatar, para a compra de chapa e ladrilho polidos no valor de quinhentos e setenta mil e quinhentos euros, pagamento da responsabilidade da Project Procurement Division, Ministry of Endowments and Islamic Affairs.

Das viagens efectuadas ao Médio Oriente concluímos, de um modo geral, com excepção da Arábia Saudita, que as encomendas em mármore português não aconteciam com a periodicidade e quantidade desejáveis, simplesmente porque a maioria dos prescritores, arquitectos, designers, promotores, consultores, entre outros actores desconheciam ou tinham uma informação precária quer do nosso mármore, enquanto pedra ornamental, quer das nossas capacidades produtivas. Apesar da sua qualidade e beleza o mármore português estava muito subalternizado face a outras pedras ornamentais, confirmando nós esta evidência pelos preços que os marmoristas aceitavam pagar pelo mesmo. Só através de iniciativas consertadas junto de cada mercado alvo, privilegiando a divulgação e promoção dos nossos mármore junto dos prescritores mais importantes se conseguiria inverter esta situação. Concluindo, eram na sua maioria mercados potenciais que devíamos visitar com fre-

quência estabelecendo pacientemente uma rede de distribuidores, preferencialmente influentes e ligados a importantes projectos, a par dos marmoristas, igualmente interessantes.

No final do ano deixou de colaborar com o A.C.E. o Eng.º Nelson Almeida sendo substituído pelo Carlos Duarte, antigo vendedor e comissionista da Marmetal, empresa pertencente ao grupo Opway, nesta altura uma das agrupadas. O Carlos Duarte que nós já conhecíamos bem passou a ser o nosso pivot na área comercial, onde era muito experiente, com traquejo a orçamentar obras com algum grau de dificuldade, óptimos conhecimentos e boas relações, depressa se enquadrou na equipa. Muito trabalho havia a fazer, desde logo acompanhar todo o trabalho já realizado, mas também tínhamos pela frente, um novo ano cheio de viagens que importava materializar.

Na primeira de todas, no mês de Abril de 2014, voltámos novamente a Marrocos e à Argélia, no primeiro caso para acompanhar o trabalho desenvolvido na viagem anterior assim como encontrar novos possíveis parceiros de negócios, onde visitámos vinte e quatro novas empresas nas cidades de Casablanca, Agadir, Rabat e Tânger. Em relação à República Argelina foram efectuados contactos com um importador de materiais de construção, Mr. Hammadi, para quem já se havia exportado vários contentores, e também com um distribuidor local. Existiam à altura na capital Argel inúmeros projectos desde hotéis, a escolas, hospitais, bem como uma área de edifícios modernos que iriam ser o centro económico e empresarial da cidade.

A grande missão desse ano, em parceria com a EXPANDIA, aconteceu no mês seguinte de Maio com uma magna viagem de prospecção de mercado à América do Sul onde foram visitados quatro países, Paraguai, Chile, Perú e Colômbia entre os dias 10 a 25. De 11 a 14 de Maio, no Paraguai, tivemos a oportunidade de dar a conhecer o projecto no Congresso Nacional, mais propriamente na Câmara de Deputados, nos ministérios de Obras Públicas e Comunicações e no de Relações Exteriores, no vice-ministério de Minas e Energia, na União Industrial Paraguaia, a associação empresarial mais influente deste país, na Câmara Paraguaia da Indústria e da Construção, a vários arquitectos e algumas empresas. Seguiu-se o Chile até dia 17 onde o projecto foi apresentado ao Dr. Jorge Salvador da AICEP, assim como a várias empresas de média dimensão e alguns gabinetes de arquitectos num total de seis entidades. De 17 a 21 de Maio no Perú demos a conhecer o Rose Project não só a entidades oficiais mas sobretudo a alguns distribuidores e a sociedades de investimentos e projectos de construção num total de sete organizações. Finalizou a viagem na Colômbia com visitas a pequenos marmoristas num total de dez empresas, mas também ao maior distribuidor de materiais de construção do país, o grupo ALFA e ainda à maior empresa de rochas ornamentais a Granitos Y Marmoles, SA. O primeiro resultado desta viagem foi a realização de uma Acção Inversa, por parte de uma comitiva do Paraguai, encabeçada pelo Francisco Acosta, nosso braço direito na América do Sul, economista e director executivo do WordReference Paraguai, comitiva essa que visitou o anticlinal e se inteirou das reais possibilidades deste projecto.

A terceira missão, decorreu na Arábia Saudita em finais de Junho onde foram efetuados trinta e cinco contactos, treze dos quais desenvolvimentos das missões anteriores. Comprovamos o que já tínhamos verificado nas viagens antecedentes, que os nossos materiais não tinham preço indicado, apenas constando junto dos mesmos a frase “sob consulta”. Esta situação levou-nos a querer saber qual a razão para este procedimento esquisito chegando à conclusão que o nosso material era vendido a um preço muito superior aquele que pensávamos que o mesmo era transacionado. Indo mais a fundo ficamos a perceber claramente que este mercado era controlado fortemente. Os pequenos e médios empresários não tinham qualquer hipótese de vir comprar material a Portugal, ficando essa tarefa nas mãos das grandes empresas que pela sua dimensão podiam baixar os preços. Convidámos alguns destes pequenos empresários para nos visitarem em Portugal e todos alegaram impossibilidade de o fazer. Depois, o nosso material que era comprado e posteriormente expedido para este país a preços baratos era tratado de maneira peculiar com o intuito de ser vendido muito caro.

Durante os anos de 2015 e 2016, e com as candidaturas já finalizadas e integralmente cumpridas, concentramo-nos em cimentar a relação com os nossos novos parceiros, já com vendas materializadas, surgidos dos contactos que havíamos realizado no decorrer das variadíssimas viagens de prospecção. Continuamos também durante este período a dar primazia à relação com o Médio Oriente e também a trabalhar todos os outros interessantes contactos que ainda não tinham dado resultados.

Ainda assim, estivemos presentes na quinquagésima primeira edição da Casa Decor Madrid, evento que decorreu de 19 de Maio a 26 de Junho de 2016. A AICEP convidou Pepe Leal, um dos mais conceituados decoradores espanhóis, apaixonado pelo nosso país, que considerava sofisticado e elegante, para ser o responsável pelo espaço de Portugal neste evento que ao longo de um mês e meio funcionou como uma montra do nosso país na capital espanhola. Aceitando o desafio e reunindo produtos de mais de 20 empresas portuguesas da fileira casa, selecionadas por si de um lote de mais de duzentas companhias lusas, este interiorista madrileno desenvolveu o projeto com o acento tónico, segundo o próprio de “romper com a ideia feita de que Portugal é rústico, decadente e antigo” e salientar “o mérito de ser um país onde a tradição e a atualidade convivem em paz e com qualidade”. Pela primeira vez na sua história a Casa Decor, epicentro das últimas tendências da arquitetura, decoração e design, contou com a participação de uma marca país, mais precisamente a de Portugal. Para o agrupamento, este prestigiante convite era uma oportunidade de ouro para se promover, pois, por aqui passaram muitos profissionais, que depois iriam criar a tendência, assim como público estrangeiro, nomeadamente turistas uma vez que nesse ano a localização da feira, foi na Casa Palacio Atocha, 34, no centro de Madrid. Ficamos incumbidos de fornecer o revestimento de uma casa de banho, toda ela em mármore rosa com exceção do lavatório que ficou em mármore branco Pardais.



Figura 16 – Casa Decor Madrid, casa de banho.

Reconhecimento

Esta ideia piloto de, pela primeira vez, juntar vários empresários do ramo das rochas ornamentais todos a trabalhar no mesmo sentido para o prestígio do mármore português e defesa do nosso sector e das suas indústrias no longo prazo, teve desde o início um forte reconhecimento, o qual foi transversal. Desde as entidades oficiais, nacionais e regionais, passando pela tutela, até aos meios de comunicação, todos eles sem excepção atestaram muito mérito a este projecto. Televisão, rádio local e regional, jornais, revistas de âmbito nacional e sectorial, programas de cooperação, iniciativas culturais e toda uma série de eventos foram unânimes nesta apreciação.

No início do mês de Abril de 2013 fomos contactados pelo presidente da autarquia de Vila Viçosa que nos solicitou se fazíamos uma lápide para homenagear Túlio Espanca, insigne calipolense¹². A autarquia eborense através da sua Divisão

¹² A cidade de Évora assinalava em 2013 o centenário do nascimento deste metódico pesquisador e estudioso do património cultural do Alentejo, através de um programa de comemorações criado em parceria pela Câmara Municipal de Évora, Governo de Portugal, através do seu Secretário de Estado da Cultura, Direção Regional de Cultura do Alentejo, Biblioteca Nacional de Portugal e Biblioteca Pública, e que contava com o apoio da Universidade de Évora e do Grupo Pró-Évora.

do Património, na pessoa do Dr. Rui Arimateia, contactou o CECHAP, Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Património, que prontamente, pelo seu vice-presidente Carlos Filipe diligenciou junto do município calipolense, uma colaboração directa tripartida sobre esta justa homenagem. A lápide em mármore com a assinatura deste agrupamento, com as dimensões de dois metros e meio por um metro e dez, sem sinais religiosos e com a inscrição “À Memória de Túlio Alberto da Rocha Espanca – Vila Viçosa 1913 – Évora 1993 – Escritor e Historiador – Homenagem da Cidade de Évora – 2.05.2013” foi colocada junto dos seus restos mortais, os quais, foram trasladados para o Cemitério dos Remédios, mais precisamente para o talhão dos Historiadores, precisamente no dia do seu falecimento, 2 de maio, pelas 16:00, dia em que se iniciaram as comemorações do centenário do seu nascimento¹³. Muito nos honrou tomar parte nesta justíssima homenagem a um dos grandes calipolenses.

Para além do que já foi elencado e objecto de análise destacaria ainda o reconhecimento do sector pelo projecto, na reportagem da revista InfoGEO, Revista de Recursos Minerais e Indústria Extractiva, logo no seu primeiro número de 2013, referente ao primeiro trimestre, onde expliquei o que era o A.C.E. e ao que ia. Seguiram-se importantes jornais destacando o Jornal de Negócios e o Expresso, onde no primeiro caso se deu a primeira entrevista conjunta, sob o título “Exportações estão sólidas como rochas”, reportagem de âmbito mais alargado, publicada na edição de 4 de Abril de 2013. No caso do jornal Expresso, debaixo do tema “Internacionalizar mais o mármore português” na edição de 20 de Julho desse ano o nosso comercial Eng.º Nelson Almeida, para além de apresentar o agrupamento explicou a razão da viagem à Indonésia a convite do Banco Espírito Santo.

Também nas revistas foi divulgado e reconhecido o Rose Project, nomeadamente na Visão onde a 23 de Janeiro de 2014, sob o tema “Quando a união é o melhor negócio” e com a pedreira JPL do Rosal, em Borba, um dos ex-libris do rosa, como pano de fundo, o agrupamento foi dissecado. Igualmente a Portugalglobal, revista da AICEP, quis saber a fundo os segredos do agrupamento revelando-os eu na edição de 20 de Março. Sublinhar ainda que o actual Ministro da Economia, Dr. Pedro Reis, à altura presidente desta agência muito se congratulou pela existência de iniciativas como o Rose Project.

Destaco ainda a nossa participação no Programa de Cooperação para a Internacionalização das PME’s¹⁴, que após terem tido conhecimento através do artigo da revista Visão, convidaram-nos a participar, como exemplo de caso de sucesso, na sessão pública de arranque e apresentação do Programa, realizada a 9 de Abril de 2014 em Sines, onde numa sessão de quinze minutos eu e o Luís Sottomayor apresentamos o agrupamento.

¹³ Cerimónia que contou com o apoio destas entidades e também da agência funerária Maurício João Marques.

¹⁴ Iniciativa da responsabilidade da Associação Empresarial de Sines, concebido e executado pelo Sines Tecnopolo, associação privada sem fins lucrativos, e co-financiado pela União Europeia, através do InAlentejo.

Finalmente, destaco o convite que o Presidente da República Portuguesa, Professor Aníbal Cavaco Silva e sua mulher Dra. Maria Cavaco Silva, me endereçaram na qualidade de presidente do Conselho de Administração do Rose Project A.C.E., para marcar presença no jantar em honra do Presidente da República da Indonésia e sua mulher, Ani Bambang Yudhoyono, que decorreu no Palácio da Ajuda no dia 19 de Setembro de 2014.

Conclusão

Ao fim deste quadriénio e terminada a primeira fase da implementação deste projecto piloto, impunha-se um ponto de situação, para pesar aquilo que tinha corrido bem e também as barreiras encontradas que não foram possíveis de contornar.

Do lado das vantagens tínhamos ganho a aposta em prestigiar o nosso mármore, nacional e internacionalmente. Não tenho nenhuma dúvida em afirmar que o mármore português, num período extremamente difícil onde os preços destes materiais há muito que não eram controlados pelas nossas empresas, tinha ganho muitos graus de liberdade em matéria de reconhecimento, notoriedade e importância. Nunca as gamas baixas e intermédias foram tão valorizadas como nesta altura.

Igualmente com este projecto foi prestigiado o anticlinal, onde as empresas respiravam com dificuldade, contribuindo em larga escala o A.C.E. para essa situação. Repentinamente começou-se a olhar de uma outra maneira para este sector notando-se sinais de esperança.

Também fizemos cair por terra a ideia bacoca que trabalhando sozinhos, sem dar satisfação a ninguém trazia mais vantagens do que trabalhar em conjunto. Esta ideia enraizada culturalmente na nossa idiossincrasia lusitana caiu por terra com esta sinergia, conseguindo o agrupamento demonstrar que quatro empresários representando sete empresas podiam trabalhar em conjunto por um bem maior sem se atropelarem uns aos outros, beneficiando todos com isso.

Outro benefício extremamente importante foi o facto de conseguirmos provar que com uma gestão exigente, assente numa estrutura de custos fixos muito reduzida e rigor no dispêndio dos dinheiros públicos se consegue obter acréscimos de produtividade.

Ainda uma razão final que se prendeu com o facto de se poder unir este negócio com a cultura, sem beliscar a sua performance. Foi responsável o Rose Project por inúmeras iniciativas de cariz cultural, extremamente importantes, as quais deixarão marca futura com a sua assinatura.

Mas também nos debatemos com problemas, mesmo sabendo à partida que o tempo não jogaria a nosso favor, pois esta ideia devia ter sido implementada quinze a vinte anos antes, numa altura em que a situação era muito favorável, não obstante o esforço e a premência da ideia subjacente a tudo isto, não foi possível encontrar os enquadramentos institucionais e financeiros para passar à segunda fase do projecto.

Também nos deparamos com um decréscimo acentuado na extracção, onde, de um modo geral as pedreiras no anticlinal apresentavam sinais de cansaço, com problemas estruturais e ambientais notórios não sendo possível satisfazer os clientes tradicionais de cada agrupada e ainda aqueles angariados pelo agrupamento, por outras palavras, a disponibilização de matéria-prima para o A.C.E. enfrentava sérias dificuldades pelas razões acima expostas, sendo o alargamento das áreas de exploração encontrando novas frentes comuns de lavra o caminho a seguir. Neste contexto, o facto da Estrada Nacional 255 estar desclassificada, havendo até a probabilidade do seu encerramento, fazia com que essa área pudesse ser considerada como um projeto piloto para testar a aplicabilidade desta solução.

Outro dos problemas encontrados centrou-se na ideia de que os preços praticados estariam inflacionados percebendo os mercados e clientes o pagamento de um preço superior pelo facto de estarem a comprar ao agrupamento o que não correspondia minimamente à realidade. A realidade é que se praticava o mesmo preço no agrupamento que as várias empresas constituintes praticavam, justamente para desviar intencionalmente o cliente para lá, pagando o A.C.E. uma taxa às empresas, que em vez de ser paga à saída era paga no acto da compra.

Apesar deste projecto ter sido responsável por vendas directas e indirectas num montante próximo dos três milhões de euros, durante um período muito curto, descontando os meses iniciais, que não chegou a três anos, assim como não ter qualquer dívida a qualquer entidade, estando as suas contas em dia, decidimos colocar um ponto final nesta experiência, sobretudo pelas dificuldades na obtenção de matéria prima e pela errada percepção dos preços.

Descansados com o dever cumprido, também orgulhosos do trabalho desenvolvido, mas com um amargo de boca por o projecto não ter sido realizado na altura devida, ainda que com outras pessoas, que não nós, fechámos o ciclo, acalentando a esperança que o perfume do agrupamento perdurasse nos tempos e fosse um porto de abrigo para aqueles que pensam diferente e arrojadamente.

Bibliografia

Monografias

LUZ, Luís Miguel Nunes Barata de Brito da – Análise crítica ao modelo de desenvolvimento do sector das pedras naturais: o caso dos mármore no triângulo de Estremoz-Borba-Vila Viçosa 1980-2003. – Porto: A. Alves – Arte e Edições Lda., 2008.

MARTINS, Ruben; LOPES, Luís; LUZ, Luís Brito da; GERMANO, David; MELO, Natália – Museu do Mármore – O futuro, presente! / in Revista de Cultura Callipole n.º 23, 2016. Páginas 227-256.

Publicações em série

EXPRESSO/Prop. e ed. Impresa Publishing S.A., dir. Francisco Pinto Balsemão. – Lisboa: [s.n.], 1973. Publicação semanal referente ao n.º 2116, 20 de Julho de 2013.

- INFOGEO, Revista de recursos minerais e indústria extractiva / Propr. Comedil, Comunicação e Edição, Lda., ed. Nuno Henriques, dir. Miguel Goulão. – Lisboa: Comedil e Assimagra, 2013. – Publicação trimestral referente ao n.º 1, 1.º trimestre de 2013.
- JORNAL DE NEGÓCIOS/Propr. e ed. Medialivre, S.A., dir. Diana Ramos. – Lisboa: [s.n.], 1997. – Publicação diária do dia 4 de Abril de 2013.
- REVISTA PORTUGALGLOBAL/Propr. AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, dir. Olga Benquerença. – Porto: AICEP, 2008. – Publicação mensal referente ao n.º 63, Março de 2014.
- VISÃO / Propr., ed. Trust in News, Unipessoal Lda., dir. Rui Tavares Guedes. Paço de Arcos: Trust in News, 1993. – Publicação semanal referente ao n.º 1090, 23 a 29 de Janeiro de 2014.

Agradecimentos

A minha primeira palavra de apreço vai, como não podia deixar de ser, para os meus parceiros, representantes das sete empresas agrupadas que, desde o primeiro até ao último dia, revelaram sempre total disponibilidade, cooperação e interajuda.

Reitero o agradecimento à DGEG, Direcção Geral de Energia e Geologia e ao Município de Vila Viçosa, particularmente às pessoas já citadas no artigo, entidades que foram cruciais e decisivas para o arranque e desenvolvimento do projecto, assim como, à ASSIMAGRA, na pessoa da sua Técnica, Sílvia Pestana, a importante informação prestada sobre os Órgãos da Associação no período solicitado.

Aos nossos colaboradores, clientes e a todas as entidades que connosco colaboraram, o meu obrigado.

Finalmente, agora em particular ao Luís Sottomayor, uma honra desde a primeira hora servir esta causa com ele e agradecer-lhe as acutilantes achegas para este trabalho.

Aplicação de lamas carbonatadas da indústria extrativa e transformadora de pedra natural em compósitos pétreos

Ruben Martins^{1,a} | Luís Lopes^{1,2,b} | Paula Afonso^{1,c} | Vera Pires^{1,3,d} | Paula Faria^{1,4,e} | Paulo Mourão^{5,f} | Jorge Velez^{1,g} | Antônio Azzalini^{1,h}

Resumo: As lamas carbonatadas (vulgarmente conhecidas por “natas”), resultam do processamento industrial de mármore e/ou calcários explorados no Anticlinal de Estremoz e no Maciço Calcário Estremenho, respectivamente. Tratando-se de materiais homogêneos e relativamente puros (> 95% CaCO₃), têm elevado potencial para aplicação industrial pelo que se justifica o estudo da viabilidade técnica e económica de aplicação em novos produtos, acrescentando-lhe valor económico e contribuindo para a classificação como subproduto. As natas apresentam boa capacidade de ligação com agregados o que permite a sua utilização como matéria-prima em argamassas e produção de compósitos, este foi o principal objetivo do projeto Calcinata onde se desenvolveu o estudo que agora se apresenta. A investigação demonstrou a viabilidade da aplicação técnica destas lamas associadas a resinas poliéster, apresentando forte capacidade de ligação com agregados, permitindo assim, a sua utilização como matéria-prima em argamassas ligantes na produção de compósitos pétreos de base mais sustentável.

Abstract: Carbonate sludge (commonly known in the marble region as “cream”) is the result of the industrial processing of marble and/or limestone exploited in the Estremoz Anticlinal and the Estremadura Limestone Massif, respectively. As these materials are homogeneous and relatively pure (> 95% CaCO₃), they have a high potential for indus-

¹ Departamento de Geociências, Universidade de Évora.

² ICT – Instituto de Ciências da Terra, Pólo de Évora.

³ Laboratório HERCULES & IN2PAST – Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território, Universidade de Évora.

⁴ GeoBioTec, Departamento de Geociências, Universidade de Aveiro.

⁵ Departamento de Química e Bioquímica, CHANGE & MED, Universidade de Évora.

^a rubenvm@uevora.pt, ^b lopes@uevora.pt, ^c pafonso@uevora.pt, ^d vlcp@uevora.pt,

^e pagf@uevora.pt, ^f pamm@uevora.pt, ^g jmav@uevora.pt, ^h antonioazzalini@hotmail.com

trial application, which is why it is worth studying the technical and economic feasibility of applying them to new products, adding economic value and contributing to their classification as a by-product. Cream has a good bonding capacity with aggregates, which allows it to be used as a raw material in mortars and composite production. This was the main objective of the Calcinata project, where the study presented here was conducted. The research demonstrated the viability of the technical application of these sludges, associated with polyester resins, which have a strong bonding capacity with aggregates, thus allowing them to be used as a raw material in binding mortars in the production of more sustainable stone-based composites.

1. Introdução

A investigação a que reporta este trabalho foi realizada no Departamento de Geociências da Universidade de Évora no âmbito do projeto Calcinata (Projeto de I&DT Empresas em Copromoção, com referência n.º 72239 cofinanciado pelo Alentejo 2020, Portugal 2020 e União Europeia através do Programa “Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional”).

Teve como principal objetivo o estudo da viabilidade técnica da aplicação, em compósitos pétreos, de lamas carbonatas, provenientes do corte e processamento de mármore e calcários, provenientes respetivamente do Anticlinal de Estremoz e do maciço Calcário Estremenho. Foram parceiros do projeto a empresa Ineditbrown Lda. (líder) e a empresa Solid Defender, Máquinas Industriais Lda. A gestão do projeto foi realizada pela Associação Cluster Portugal Mineral Resources e pelo Gabinete de Apoio aos Projectos da Universidade de Évora (Martins *et al.*, 2021, 2022, 2022a). Não obstante o uso generalizado na indústria da pedra de resinas epóxi, por razões técnicas e económicas, os estudos foram direccionados para a aplicação de resina poliéster.

Sendo as lamas carbonatadas um rejeito da indústria extractiva e transformadora do Sector da Pedra Natural (por vezes designado por “Rocha Ornamental” ou mesmo “Dimension Stone” na nomenclatura anglo-saxónica), a comprovação da sua aplicação industrial, acrescenta-lhes valor económico, possibilitando assim a substituição da actual classificação como resíduo, pela classificação de subproduto (Alves, 2015; Juvandes, 2002; Korneliussen *et al.*, 2014; Ventura *et al.*, 2009).

São conhecidos os baixos rendimentos quer na extração, quer no processamento (ou transformação) de mármore e calcários. Nas unidades extrativas (pedreiras), estes rejeitos resultam do ciclo produtivo, fundamentalmente de operações de perfuração, corte e desmonte. O baixo rendimento neste subsector e em particular na Zona dos Mármore (Estremoz, Borba e Vila Viçosa) deve-se em grande parte às características geológicas do maciço nomeadamente a elevada densidade de descontinuidades que apresenta. O rendimento produtivo nas pedreiras oscila entre 10% e 30% (sendo por vezes substancialmente inferior), significa que 90% a 70% do material extraído é depositado diariamente em escombreyas e depósitos de lamas carbonatadas. Nas pedreiras estes rejeitos são constituídos por fragmentos

Aplicação de lamas carbonatadas da indústria extrativa e transformadora de pedra natural em compósitos pétreos

rochosos (95%) e lamas (5%). Nas unidades transformadoras, o ciclo produtivo é constituído essencialmente por operações de corte e tratamento de superfícies, onde se destaca o polimento de chapas e ladrilhos, produzindo 30% de rejeitos nos processos ligados ao corte de blocos para produção de chapas e 30% noutras operações de corte e acabamento de superfícies. Analisando a tipologia dos rejeitos, obtém-se em média cerca de 58% de fragmentos rochosos e 42% de lamas carbonatadas (Fig. 1).



Figura 1 – Nível médio de produção de resíduos em pedreiras e serrações.

2. Materiais e Métodos

Obedecendo a uma sequência lógica, o planeamento da investigação seguiu um diagrama projetado no arranque do projeto (Fig. 2), onde se considerou a diversidade das lamas provenientes dos mármore e calcários. A amostragem decorreu na Zona dos Mármore, com recolha de amostras de lamas carbonatadas marmóreas nas empresas António Galego & Filhos – Mármore SA, referenciadas como M(AGF) e A.L.A. de Almeida SA., referenciada como M(A), e no Maciço Calcário Estremenho (Santarém) com recolha de amostras de lamas carbonatadas calcárias nas empresas Solancis – Sociedade Exploradora de Pedreiras SA, referenciadas como C(S), e MVC – Mármore de Alcobaça Lda., referenciadas como C(MVC). Por sua vez, os agregados de mármore, doravante apenas referidos como “agregados”, foram cedidos pela empresa Marvisa, Mármore Alentejanos Lda.

Considerando a produção de “natas” e não havendo atualmente qualquer aplicação industrial, estas são acumuladas em depósitos a céu aberto. Daqui resultam impactes ambientais tais como a redução do coberto vegetal, a diminuição da atividade agrícola, a impermeabilização dos solos, a alteração das linhas de água com significativa redução da qualidade da mesma, a alteração dos ecossistemas, a diminuição da qualidade do ar, a redução do processo fotossintético das plantas e o impacte visual, este último evidente devido à cor branca dos depósitos em contraste com o ambiente circundante (Martins, 1997, Fig. 3).

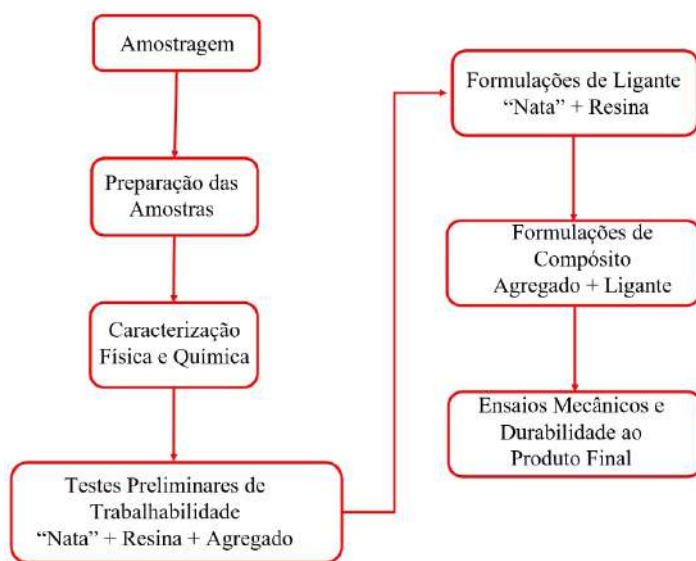


Figura 2 – Sequência dos trabalhos realizados.

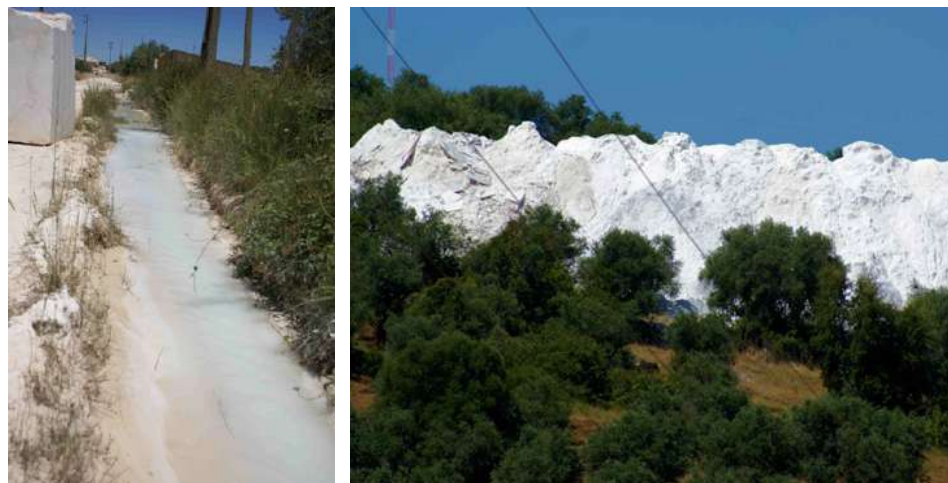


Figura 3 – Linha de água com carga sólida e depósito de “natas” a céu aberto.

Aplicação de lamas carbonatadas da indústria extrativa e transformadora de pedra natural em compósitos pétreos

Nos laboratórios do Departamento de Geociências da Universidade de Évora as amostras foram secas à temperatura ambiente, posteriormente desagregadas num moinho de maxilas Retsch – BB200 e de seguida ensacadas em lotes de 5 kg (Fig. 4).



Figura 4 – Secagem e desagregação das “natas”.

Seguiu-se uma fase dedicada à caracterização física e química das lamas carbonatadas, tendo-se determinado as distribuições granulométricas, massas volúmicas, composições químicas e composições mineralógicas. A distribuição granulométrica das partículas foi obtida pela conjugação das análises granulométricas da fração composta pelas partículas de diâmetro esférico equivalente (d.e.e.) > 0.063 mm e da fração composta pelas partículas de diâmetro esférico equivalente (d.e.e.) < 0.063 mm. A distribuição granulométrica da fração constituída pelas partículas de d.e.e. > 0.063 mm, foi determinada por peneiração, segundo a Norma E234-1969, especificação LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil). As análises granulométricas da fração inferior a 0.063 mm foram efetuadas no Laboratório Ambiterra, da Universidade de Évora, tendo a distribuição dimensional das partículas sido determinada com recurso a um sedimentógrafo, da marca Micromeritics, modelo Sedigraph 5100, com fontes de raios-X (Afonso *et al.*, 2024; Martins *et al.*, 2023; Viegas *et al.*, 2023).

Para determinação da massa volúmica da lama carbonatada, fundamental para a formulação das composições, foi utilizada a norma NP EN 1097-7 2002 – Determinação da massa volúmica do filler – Método do Picnómetro (Viegas *et al.*, 2023). As composições químicas efetuadas às lamas carbonatadas, foram determinadas no Laboratório Ambiterra, da Universidade de Évora a partir das frações < 0.063 mm, tendo-se determinado a perda ao rubro e os teores dos seguintes elementos maiores: Mn, Ti, Ca, K, Si, Al, Mg, Na e Fe, expressos sob a forma de óxidos: MnO, TiO₂, CaO, K₂O, SiO₂, Al₂O₃, MgO, Na₂O e Fe₂O₃, através de Espectroscopia de Emissão Ótica com Fonte Indutiva de Plasma (ICP-OES) (Afonso *et al.*, 2024; Viegas *et al.*, 2023).

A composição mineralógica foi determinada no Laboratório Hércules, da Universidade de Évora, através da difração de raios-X em pós (DRX), em partículas de diâmetro esférico equivalente inferior a 0.063 mm. Utilizou-se um difratômetro Bruker D8 Discover com tubo de radiação $\text{CuK}\alpha$ operado a 40 kV e 40 mA e um detetor linear Lynxeye (Martins *et al.*, 2022).

Paralelamente fizeram-se testes preliminares com formulações de ligante, com “nata” e resina em diferentes proporções, no sentido de se perceber até que ponto as misturas constituíam um material com elevado grau de ligação entre partículas, condição primordial para serem classificadas como argamassa.

Após a determinação das melhores composições de “nata” e resina poliéster, realizaram-se provetes em moldes cúbicos com 15 cm de aresta e escolheram-se três tempos de cura: 7, 14 e 28 dias para os ensaios seguintes. Estes provetes foram serrados e deles foram obtidos provetes cúbicos com sensivelmente 5 cm de aresta para ensaios de resistência mecânica à compressão uniaxial executados numa prensa de marca Pegasil, de acordo com a norma NP EN 1926:2008.

Para a seleção das melhores composições percentuais de “nata” e resina poliéster, de forma a obter-se o melhor compromisso entre fluidez e tempo de secagem, procedeu-se a ensaios de viscosidade num dispositivo desenvolvido pelos investigadores do projeto. A medição da velocidade de fluência da mistura foi realizada em plano graduado e inclinado a 45°. Após a adição da “nata” com a resina e o secante procedeu-se a uma mistura manual durante 60 s, findo os quais se enchia uma seringa (30 ml), despejando-se o conteúdo no plano inclinado deixando fluir livremente a mistura até um tempo máximo de 90 s e fazendo registo continuo da distância percorrida em função do tempo (Fig. 5).

Na fase seguinte e depois de selecionado o ligante ideal (“nata” + resina), procedeu-se à realização de formulações onde o ligante foi misturado com o agregado de mármore com três composições granulométricas distintas, preparadas com diferentes proporções de três agregados distintos que possuíam dimensões nominais compreendidas entre 4 mm e 6.3 mm (Bago de Arroz, BA), 8 mm e 14 mm (Brita 1, B1) e 14 mm e 25 mm (Brita 2, B2).



Figura 5 – Realização do ensaio de viscosidade.

Após a definição da composição ótima, foram produzidos provetes para análises e ensaios mecânicos e físicos mais detalhados, tais como resistência à flexão, ao impacto, ensaio de gelo/degelo, ensaio ao escorregamento, à abrasão, entre outros, com vista à completa caracterização da formulação e perceber a sua competência e durabilidade quando aplicada em obra. Os tempos de cura considerados foram idênticos aos das formulações do ligante.

3. Resultados

A seguir apresentam-se os resultados dos ensaios de caracterização das lamas em estudo.

a) Análise Granulométrica

A distribuição granulométrica das partículas constituintes das “natas” é um parâmetro fundamental para a compreensão do seu comportamento, quer nas formulações de ligante com nata e resina, quer nas formulações do compósito com ligante e agregado. Ambas as “natas” apresentam distribuições semelhantes, com as de calcário [C(MVC) e C(S)] a revelarem uma granulometria ligeiramente mais fina que as de mármore [M(AGF) e M(A)], não sendo ultrapassada a dimensão máxima de 2 mm (Fig. 6).

b) Massas Volúmicas

As massas volúmicas determinadas pelo método do picnómetro revelaram os seguintes valores: M(A) – 2.537 g/cm³; M(AGF) – 2.559 g/cm³; C(S) – 2.490 g/cm³; e C(MVC) – 2.493 g/cm³.

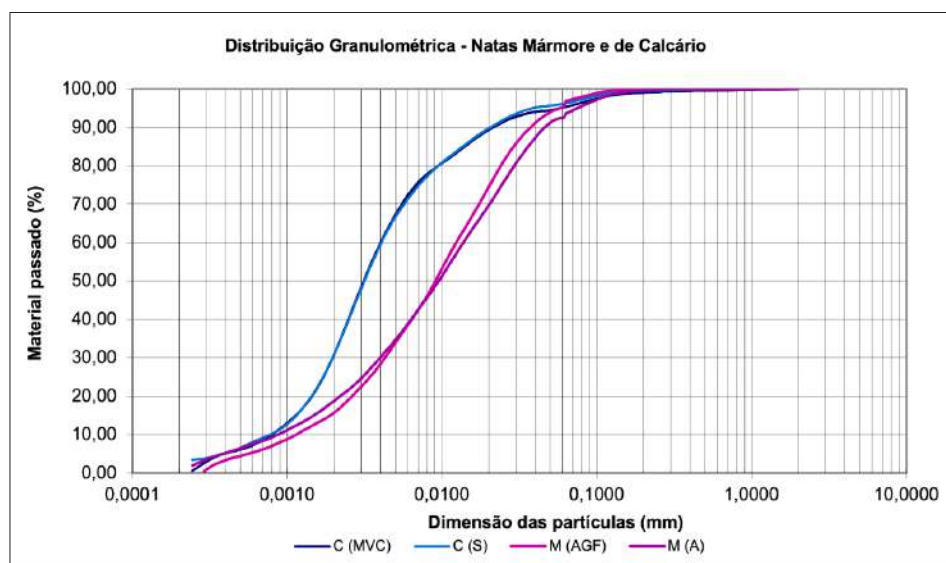


Figura 6 – Distribuição granulométricas das “natas” de mármore e calcário.

c) Análises Químicas

Todas as lamas revelaram uma componente fortemente carbonatada com percentagens significativas de CaO e perda ao rubro. M(AGF) e M(A) apresentam uma pequena percentagem de SiO₂ (2.5 – 3.5%), naturalmente associada ao quartzo e M(AGF) ligeiramente dolomítica atendendo à presença de magnésio (MgO) (Tabela 1).

Tabela 1 – Composição química e perda ao rubro (P.R.). Valores em percentagem (%).

AMOSTRAS	Al ₂ O ₃	SiO ₂	CaO	MgO	Fe ₂ O ₃	K ₂ O	Na ₂ O	MnO	P. R.
C(MVC)	0.278	0.357	52.580	0.337	0.089	0.092	0.583	0.004	43.50
C(S)	0.276	0.297	54.189	0.301	0.089	0.143	0.620	0.004	43.30
M(AGF)	0.545	2.549	45.504	3.156	0.228	0.253	0.564	0.030	42.97
M(A)	0.716	3.537	51.555	0.829	0.274	0.362	0.670	0.008	42.15

d) Composição Mineralógica

A análise mineralógica por difração de raios-X (DRX), corroborou o carácter carbonatado das lamas, revelando um pico bem definido na calcite (CaCO₃), principal mineral constituinte das rochas carbonatadas (Fig. 7). Registaram-se ainda os picos referentes ao quartzo (SiO₂) e à dolomite CaMg(CO₃)₂ na amostra M(AGF) o que está em sintonia com o teor de MgO encontrado na análise química. A existência de um pico correspondente à ilite/moscovite, somente nos mármore é justificada por serem minerais comuns em rochas metamórficas, como é o caso do mármore.

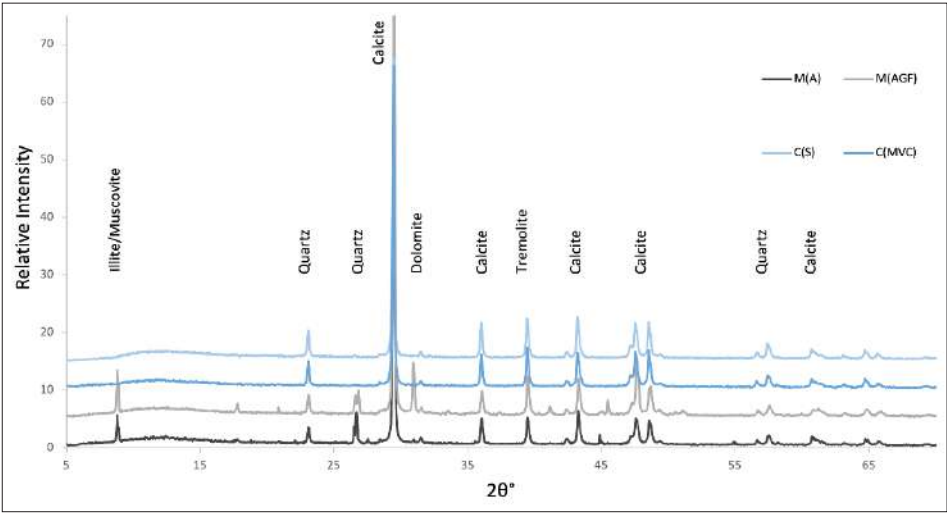


Figura 7 – Difractogramas realizados às amostras de mármore e calcário.

e) Viscosidades

Este ensaio não sendo de caracterização física e química das “natas” estudadas, foi fundamental para perceber a fluidez e trabalhabilidade quando misturada em diferentes proporções com a resina poliéster (Recapoli 2196 da Empresa Castro Composites), e posterior avaliação físico-mecânica. A seleção desta resina baseou-se na comparação de resultados laboratoriais com outra resina poliéster (Crystic), tendo a Recapoli revelado melhores desempenhos. É também uma resina transparente, com filtro UV para evitar amarelecimento e ideal para vazamento sobre moldes de silicone na fabricação de peças decorativas de grande transparência, maquetes, protótipos, etc. (Martins, 2017; Odegard *et al.*, 2011).

Foram realizadas quatro formulações de ligante com resina e “nata” calcária e outras quatro de resina com “nata” marmórea, tendo o seu comportamento no dispositivo de plano inclinado sido representado num gráfico tempo versus distância (Fig. 8) O número fracionário na legenda da figura 8 representa a percentagem de lamas (numerador) e a percentagem de resina de poliéster (denominador).

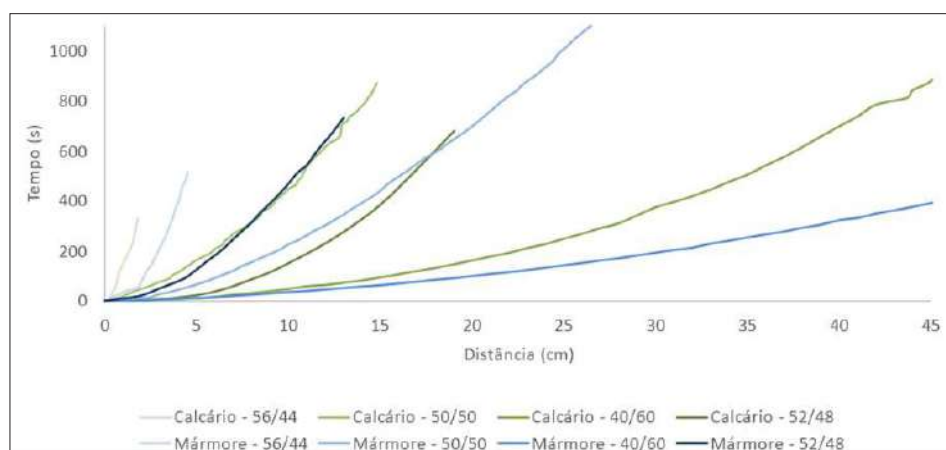


Figura 8 – Viscosidades das diferentes composições “nata” / resina.

Da análise do gráfico constata-se que há um comportamento semelhante entre formulações com os mesmos contributos percentuais de “nata” calcária e marmórea, bem como a fluidez que aumenta com o incremento de resina.

As argamassas (futuros ligantes) foram homogeneizadas com um misturador mecânico e despejadas em moldes cúbicos com 15 cm de aresta. Em seguida utilizou-se um vibrador de cimento para promover a compactação, forçando a saída de bolhas de ar existentes nos vazios, de seguida os provetes foram deixados a secar à temperatura ambiente. Terminado os tempos de cura foram desmoldados e serrados em provetes cúbicos de 5 cm de aresta utilizados na determinação das resistências à compressão uniaxial (Fig. 9). Como o principal propósito desta investigação foi o de reduzir ao máximo a utilização da resina, aumentando os contributos da “nata” no ligante, sem comprometer a sua resistência, foram efetua-

dos posteriormente ensaios de resistência à compressão uniaxial das diferentes formulações a tempos de cura de 7, 14 e 28 dias, tendo-se obtidos os máximos valores no maior período de secagem (Tabela 2) (Viegas *et al.*, 2023).

Tabela 2 – Resistência mecânica à compressão uniaxial aos 28 dias de cura.

ANM – “Nata” Mármore; ANC – “Nata” Calcário; Res. – Resina

Formulações	R (MPa)	Formulações	R (MPa)
ANM3 – 54%NM / 46%Res.	102.73	ANC3 – 52%NC / 48%Res.	103.20
ANM4 – 50%NM / 50%Res.	98.35	ANC4 – 50%NC / 50%Res.	102.12
ANM5 – 47%NM / 53%Res.	96.23	ANC5 – 47%NC / 53%Res.	96.04
ANM6 – 52%NM / 48%Res.	106.37		



Figura 9 – Mistura mecânica do ligante, despejo em moldes, cubos desmoldados, provetes elementares de 15 cm de aresta e provete com 5 cm de aresta ensaiado na prensa para obtenção da resistência mecânica à compressão.

Aplicação de lamas carbonatadas da indústria extrativa e transformadora de pedra natural em compósitos pétreos

As formulações com melhores resultados foram as que apresentaram as proporções de 52%/48%, tendo a formulação ANM6 (52%NM/48% Res) revelado o melhor desempenho. De facto, cruzando esta informação com o resultado do teste de viscosidade, onde se observou o melhor compromisso entre fluidez e tempo de presa, conclui-se que estas proporções constituem os ligantes ideais.

4. Formulações de Compósitos (Agregados + Ligante)

As formulações com agregados destinaram-se a criar o protótipo de um compósito pétreo, mais sustentável ambientalmente e mais económico. Selecionou-se o ligante com melhor desempenho, máximo teor em “nata” e menor incorporação de resina (52/48). A mistura de agregados de mármore inclui três frações granulométricas e também aqui se fizeram vários testes laboratoriais a pequena escala para se determinar quais os contributos percentuais de agregado e ligante com melhor desempenho. Coincidentemente, as proporções ideais de Agregado e Ligante são 52% / 48%.

Assim, elaboraram-se 8 misturas com agregado marmóreo (Bago de Arroz (BA), Brita 1 (B1) e Brita 2 (B2)): 4 com ligante calcário (“nata” calcária + poliéster); 4 com ligante marmóreo (“nata” de mármore + poliéster), tal como é observável na tabela 3.

Tabela 3 – Formulações de Agregados (52%) / Ligante (48%) e os contributos percentuais individuais de cada um dos componentes.

BA – Bago de Arroz; B1 – Brita 1; B2 – Brita 2; NC – Nata Calcária; NM – Nata Marmórea.

Formulações	Agregados (52%)			Ligantes (48%)		
	BA	B1	B2	NC	NM	Resina
F1	30%	30%	40%	52%		48%
F2	20%	20%	60%	52%		48%
F3	35%	15%	50%	52%		48%
F4	40%	40%	20%	52%		48%
F5	30%	30%	40%		52%	48%
F6	20%	20%	60%		52%	48%
F7	35%	15%	50%		52%	48%
F8	40%	40%	20%		52%	48%

O procedimento foi idêntico ao adotado para os provetes do ligante: produção de cubos com 15 cm de aresta, cortados em provetes cúbicos com sensivelmente 5 cm de aresta (Fig. 10), a utilizar no ensaio de resistência mecânica à compressão (Tabela 4).



Figura 10 – Provetes cúbicos de 15 cm de aresta e 5 cm de aresta, estes para o ensaio de resistência mecânica à compressão.

Tabela 4 – Resistência mecânica à compressão das oito formulações aos 28 dias de cura.

Formulações	R.M.C. (MPa)
F1	73.30
F2	69.06
F3	61.11
F4	91.96
F5	52.26
F6	76.33
F7	81.20
F8	88.19

Pela análise da tabela anterior, conclui-se que as formulações com valores mais altos de resistência mecânica à compressão foram as F4: 52% Agregados (40%BA / 40%B1 / 20%B2) + 48% Ligante (52% Nata Calcária + 48% Resina) e a F8: 52% Agregados (40%BA / 40%B1 / 20%B2) + 48% Ligante (52% Nata Marmórea + 48% Resina).

Terminada a fase que permitiu definir quais as formulações de misturas com melhor desempenho, o projeto entrou numa nova etapa, com a preparação das for-

Aplicação de lamas carbonatadas da indústria extrativa e transformadora de pedra natural em compósitos pétreos

mulações em moldes paralelepípedicos de maiores dimensões (55 cm x 15 cm x 15 cm) para a obtenção de novos provetes para mais ensaios de caracterização, nomeadamente testes de polimento em contexto industrial. Para o efeito os moldes foram cuidadosamente preparados com o revestimento de um filme plástico, tendo-se procedido de forma semelhante em relação aos ensaios anteriores (Fig. 11). Realce-se o facto, que a fase de vibração da mistura no molde ter sido fundamental, devido à inexistência de câmara de vácuo este é processo mais eficaz para a libertação de bolhas de ar. Terminado o tempo de cura, os provetes foram cortados de acordo com as dimensões requeridas para os ensaios a realizar posteriormente (cubos, paralelepípedos e chapas para polimento).

Na Tabela 5 constam os resultados referentes à resistência mecânica à compressão, à flexão, massa volúmica aparente e porosidade aberta, absorção de água à pressão atmosférica, absorção de água por capilaridade.

Tabela 5 – Ensaios de caracterização do protótipo de compósito.

NM – Formulação com ligante de Nata Marmórea; NC – Formulação com ligante de Nata Calcária.

Ensaio	Agregado + Ligante	
	NM	NC
Resistência Mecânica à Compressão (MPa)	88.19	91.96
Resistência Mecânica à Flexão (MPa)	15.49	13.49
Vol. Poros Abertos (ml)	0.224	0.214
Vol. Aparente (ml)	117.01	104.59
Massa volúmica aparente (g/m ³)	2.279	2.263
Porosidade aberta (%)	0.191	0.203
Absorção de água à pressão atmosférica (%)	0.2	0.1
Absorção de água por capilaridade (%)	0.088	0.062

Dos blocos de dimensões de 55 cm x 15 cm x 15 cm foram cortadas placas a 2 cm de espessura e posteriormente polidas na fábrica da empresa António Galego & Filhos – Mármore S.A. (Fig. 12), tendo-se obtido superfícies com um padrão estético aceitável. Do ponto de vista cromático realça-se o facto do compósito cujo ligante incorporou “nata” calcária” ter apresentado uma matriz de cor bege, mais escura do que o compósito com ligante que incorporou “nata” de mármore, revelando-se esta mais clara e esbranquiçada.



Figura 11 – Preparação dos moldes, enchimento dos mesmos, vibração, desmoldagem e provetes longitudinais após corte para ensaios de resistência mecânica à flexão.

Aplicação de lamas carbonatadas da indústria extrativa e transformadora de pedra natural em compósitos pétreos

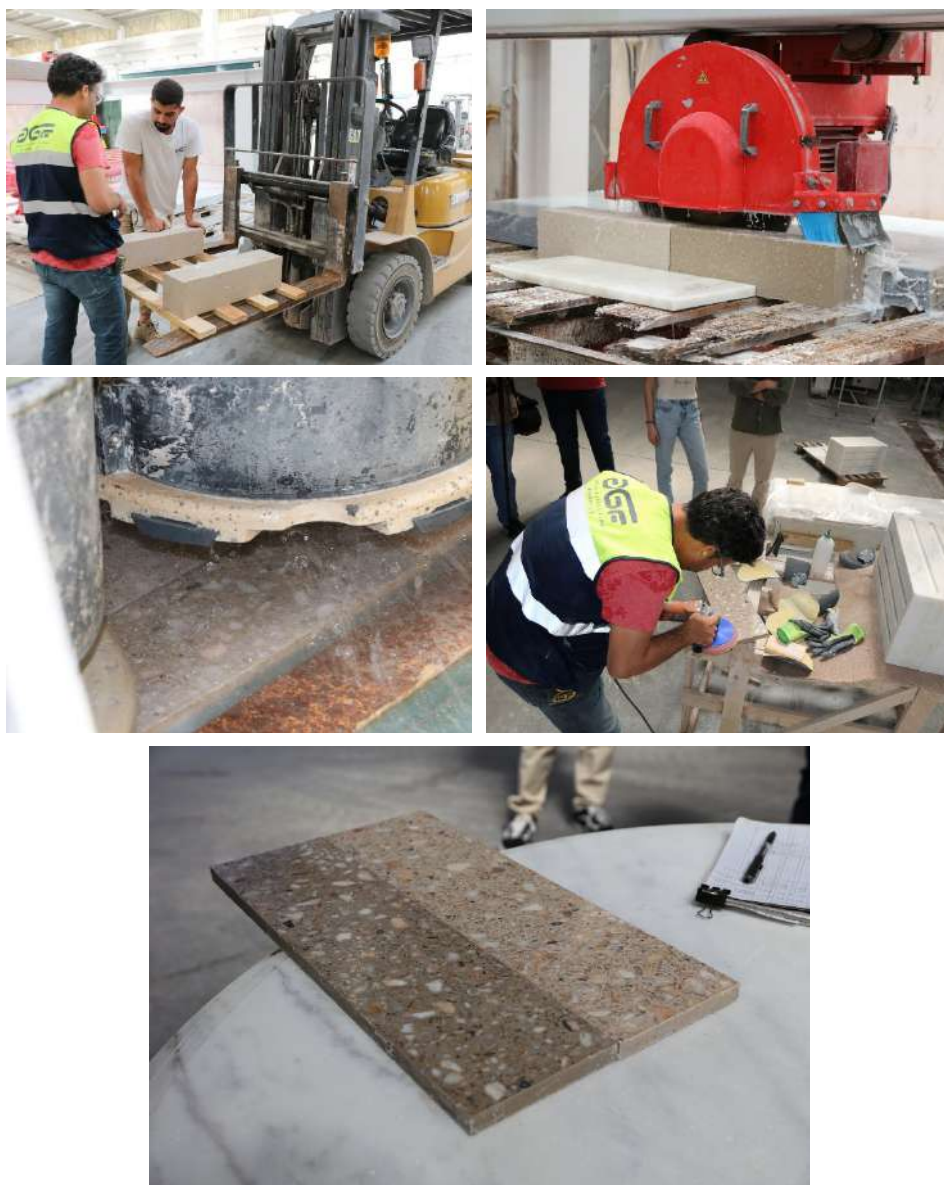


Figura 12 – Sequência do polimento das placas na Empresa António Galego & Filhos S.A.

5. Conclusões

Apesar das “natas” estudadas terem proveniências diferentes constatou-se uma grande semelhança do ponto de vista da análise granulométrica entre as amostras de natureza calcária e marmórea, sendo este um aspecto positivo na perspectiva de utilização industrial, já que não será necessária qualquer recolha seletiva.

A composição mineralógica das amostras M(A), M(AGF), C(S) e C(MVC) revelou lamas marcadamente carbonatadas, com picos na DRX, bem definidos na calcite.

Relativamente à composição química, todas as lamas carbonatadas possuem percentagens significativas de CaO na perda ao rubro, corroborando a composição mineralógica.

A proporção 52% de lama carbonatada e 48% de resina, revelou na formulação com a lama carbonatada de mármore uma resistência mecânica à compressão de 3 MPa superior à do calcário.

Constatou-se a possibilidade de substituição de resinas epoxídicas pelas resinas poliéster, sendo estas, em média, quatro vezes mais baratas que as resinas epoxídicas.

Os resultados obtidos, nos ensaios de resistência à compressão e flexão são promissores, devendo ser analisados à escala laboratorial, uma vez que apenas foi utilizado um misturador mecânico ligeiro de baixa capacidade para se proceder à homogeneização das formulações. A execução em contexto industrial com utilização de um misturador adequado e com câmara de vácuo, assegurará certamente um produto mais homogêneo, de maior densidade e menos defeitos estruturais, permitindo, seguramente, valores de resistência à compressão e flexão, superiores.

Também se provou que em certas condições é possível um produto homogêneo sem defeitos, com recurso a um sistema vibratório, revelando-se mais económico do que o sistema a vácuo. Comparando-se os valores obtidos para a resistência mecânica à compressão ($F_4 = 91.96$ Mpa e $F_8 = 88.19$ Mpa) com os valores de algumas rochas comercializadas como rocha ornamental, conclui-se que se encontram dentro do intervalo de valores para a Pedra Natural. Para demonstrar, apresentam-se alguns exemplos, considerando os valores mais baixos e mais altos de cada tipo de rocha (Catálogo de Rochas Ornamentais Portuguesas):

1. Calcários: Pedra de Ançã (23 MPa) – Banco de Baixo (167 MPa).
2. Mármore: Rosa Venado (70 MPa) – Branco Venado (102 MPa).
3. Granitos: Amarelo Vila Real (70 MPa) – Cinzento Alpalhão (253 MPa).

Em relação à resistência mecânica à flexão, para se estabelecer uma comparação com diferentes litótipos comercializados como rocha ornamental dá-se o exemplo de alguns valores de referência (Catálogo de Rochas Ornamentais Portuguesas):

1. Calcários: Olho de Sapo (Arrimal) (9 MPa) – Branco do Mar (31 MPa).
2. Mármore: Rosa (15 MPa) – Creme Venado (29 MPa).
3. Granitos: Amarelo Figueira (6 MPa) – Cinzento Azulália (35 MPa).

À semelhança do que se passa com os valores de resistência mecânica à compressão, também os de flexão estão dentro dos parâmetros normais de uma grande parte das rochas ornamentais (NM: 15.49 Mpa, NC: 13.49 Mpa).

Relativamente à absorção de água à pressão atmosférica, os valores para os calcários oscilam entre 0.2% e 9.6%, para os granitos entre 0.2% e 1.05% e os

mármore na ordem de 0.1% (i.e. <https://www.primeirapedra.com/stones/> acesso em 30 de junho de 2024). Pelo exposto também neste parâmetro os compósitos formulados apresentam bons valores de absorção (NM: 0.2; NC: 0.1).

Relativamente à porosidade aberta, os dois compósitos apresentam valores aproximadamente de 0.2%, equivalente às porosidades abertas que se observam no mármore e que são inferiores às dos granitos (0.4%, 0.7%) e às dos calcários (0.4%, > 1%) segundo o Portal das Rochas Ornamentais Portuguesas, LNEG (<https://geo-portal.lneg.pt/pt/bds/rop/> acesso em 30 de junho de 2024).

A investigação é um processo contínuo e por isso ainda se pode ir mais longe, para já a possibilidade de utilização de resina poliéster em compósitos pétreos revelou-se promissora, assim como a incorporação de lamas e fragmentos carbonatadas provenientes do processamento de calcários e mármore, contribuindo assim para a otimização do aproveitamento da matéria-prima extraída e para a redução dos impactos ambientais provocados pela circulação e depósito a céu aberto destes materiais.

Agradecimentos

Este estudo foi desenvolvido no âmbito do projeto “CALCINATA – Produção de argamassa à base de cal a partir da calcinação de lamas carbonatadas provenientes da indústria das rochas ornamentais (mármore e calcários)” com a referência ALT20-03-0247-FEDER-072239. Projeto cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) enquadrado no ALENTEJO 2020 (Programa Operacional Regional do Alentejo).

Os autores agradecem especialmente à Associação Cluster Portugal Mineral Resources, cogestora do projeto e ao Gabinete de Apoio aos Projectos da Universidade de Évora.

Vera Pires agradece ao Contrato Programa entre FCT e a Universidade de Évora no âmbito do concurso estímulo ao emprego científico institucional 2018, à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) no âmbito dos projetos UIDB/04449/2020 e UIDP/04449/2020 – através do laboratório HERCULES.

Um especial agradecimento às empresas António Galego & Filhos – Mármore SA, A.L.A. de Almeida SA., Solancis – Sociedade Exploradora de Pedreiras SA, MVC – Mármore de Alcobaça Lda. e Marvisa, Mármore Alentejanos Lda.

Referências

- Afonso P., Pires V., Faria P., Azzalini A., Lopes L., Mourão P., Martins R. A Novel Approach for the Reuse of Waste from the Extractive and Processing Industry of Natural Stone Binders: Development of Stone Composites. Sustainability. 2024; 16(1):64. <https://doi.org/10.3390/su16010064>
- Alves, T. 2015. Formulação de Pastas Cerâmicas a partir de Matérias-Primas Argilosas dos Concelhos de Vila Viçosa e Redondo para a Produção de Olaria Tradicional. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Geociências. Universidade de Évora. 259 p.

- Comité Europeu de Normalização. CEN/TC 246 – Natural Stones. <https://standards.cen.eu/> consulta em 30 de junho de 2024
- Instituto Português da Qualidade. NP EN 1097-7 2002 – Determinação da massa volumica do filler – Método do Picnómetro.
- Instituto Português da Qualidade. NP EN 12372_2008 – Determinação de resistência à flexão por carga central.
- Instituto Português da Qualidade. NP EN 13755_2008 – Determinação da absorção de água à pressão atmosférica.
- Instituto Português da Qualidade. NP EN 1925_2000 – Coeficiente de absorção por capilaridade.
- Instituto Português da Qualidade. NP EN 1926_2008 – Determinação de resistência à compressão uniaxial.
- Juvandes, L.F.P. 2002. Materiais Compósitos Reforçados com Fibras, FRP. Ciência dos Materiais, Licenciatura em Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Departamento de Engenharia Civil, pp. 76.
- Korneliussen, A.; Lopes, L.; Martins, R. 2014. Estremoz Marbles, Portugal – a potential resource for high whiteness industrial applications; V Global Stone Congress (22–25 October 2014), Antalya, Türkiye.
- Laboratório Nacional de Engenharia Civil. NP E234-1969 – Análise granulométrica de filler.
- Martins, Dias da Silva K. A. 2017. Análise do envelhecimento acelerado de polímeros. Tese de Mestrado. Universidade de Aveiro.
- Martins, R., Faria, P., Lopes, L., Pires, V., Mourão, P., Azzalini, A. 2021. Relatório N.º 01/2021 Entregável N.º E1.1 – Relatório Preliminar. <http://hdl.handle.net/10174/31722>.
- Martins, R., Faria, P., Lopes, L., Pires, V., Mourão, P., Azzalini, A. 2022. Relatório N.º 01/2022 Entregável N.º E2.1 – Relatório sobre as especificações técnicas da nata e da argamassa. <http://hdl.handle.net/10174/33766>.
- Martins, R., Lopes, L., Faria, P., Pires, V., Afonso, P., Mourão, Paulo., Velez, J. 2022a. Relatório N.º 02/2022 Entregável N.º E3.1 – Relatório sobre construção dos protótipos necessários para a validação dos resultados da solução estrutural. Ajuste de detalhe nas especificações dos protótipos. <http://hdl.handle.net/10174/33701>.
- Martins, R., Lopes, L., Faria, P., Pires, V., Afonso, P., Mourão, Paulo., Velez, J. 2023. Produção de argamassa à base de cal a partir da calcinação de lamas carbonatadas provenientes da indústria das rochas ornamentais (mármore e calcários) RELATÓRIO N.º 01/2023 Entregável N.º E7.6 – Relatório Final. <http://hdl.handle.net/10174/36916>.
- Martins, R., V. 1997. Aplicações Industriais de “Natas” Resultantes da Indústria Transformadora de Rochas Ornamentais Carbonatadas. Tese de Mestrado. Universidade de Aveiro, pp. 150.
- Odegard, G.M., Bandyopadhyay, A., 2011. Physical aging of epoxy polymers and their composites. J. Polym. Sci. Part B Polym. Phys. <https://doi.org/10.1002/polb.22384>.
- Ventura, A., Martins, R., Andrade, G., Gomes, C., Lopes, L. 2009. Incorporação de lamas de serragem e polimento de rochas carbonatadas em pastas para produção de cerâmica monoporosa; *Kerâmica, Revista da Indústria Cerâmica Portuguesa*, APICER, pp. 6-15.

Aplicação de lamas carbonatadas da indústria extrativa e transformadora de pedra natural em compósitos pétreos

Viegas, P., Azzalini, A., Lopes, L., Faria, P., Mourão, P., Martins, R., Ribeiro, V. 2023. Escombreiras e depósitos de lamas provenientes da indústria de rochas ornamentais carbonatadas – um caso de estudo de aplicação de "natas" na produção de ligantes à base de resina para a produção de compósitos pétreos; Atas do 18.º Congresso Nacional de Geotecnia (18CNG) Geotecnia e Alterações Climáticas, Évora, 14 a 17 de maio de 2023; ISBN: 978-989-54038-9-9.

As *novenas* de Padre Joaquim Espanca presentes no arquivo musical do Santuário da Nossa Senhora da Conceição em Vila Viçosa

Laura Susete Viegas*

Resumo: As celebrações litúrgicas em Vila Viçosa têm-se manifestado como um motor essencial para o quotidiano calipolense. São, não exageradamente, um elemento fulcral na sua identidade, quer isto se entenda pela sua tradição histórica, quer pela devoção que se verifica até aos dias de hoje pelos seus habitantes.¹

O presente estudo, que se situa no âmbito da problemática “**As *Novenas* do Padre Joaquim Espanca presentes no Arquivo Musical do Santuário da Nossa Senhora da Conceição em Vila Viçosa**”, tem em vista compreender a forma como são celebradas as *Novenas* no Santuário da Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, e como as mesmas tiveram expressão durante a segunda metade do século XIX, levantando as problemáticas deste e de futuros artigos que giram em torno das componentes musicais mais exploradas por parte de Pe. Joaquim José da Rocha Espanca na sua obra e a linguagem musical essencialmente utilizada, tanto do ponto de vista analítico como composicional.

O tema torna-se particularmente pertinente uma vez que pretende consolidar dados e impressões que permitam identificar os principais motivos que levaram ao declínio da música erudita que outrora tivera um impacto ciclópico ao longo da história que marca Vila Viçosa.

Neste sentido, foi desenvolvido um levantamento das obras deste compositor no que concerne a *Novenas* (ou a partes de *Novenas*) presentes no Arquivo Musical do Santuário da Nossa Senhora da Conceição, compreendendo as suas principais características e a data em que foram compostas.

A questão central desta pesquisa designa-se: Qual o papel do levantamento das *Novenas* de autoria de Pe. Joaquim José da Rocha Espanca presentes no Santuário da Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa na contribuição de um enriquecimento do conhecimento do panorama musical de Vila Viçosa?

* Doutoranda em Música e Musicologia pela Universidade de Évora.

¹ “Em Vila Viçosa, ao longo dos séculos, uma visita da Família Real era sempre uma ocasião para regozijo religioso, cívico e popular.” (Espanca, 1892)

Para dar resposta a esta questão, foi utilizada a metodologia de carácter **qualitativo**, cujo método foi o **estudo de caso** e no qual foi utilizada a técnica de **análise documental**.

Os resultados mostraram-se relevantes, não só do ponto de vista da produção de *Novenas*, mas também na produção de outras obras de Pe. Joaquim José da Rocha Espanca, e de demais compositores. As conclusões mostraram-se úteis para a continuação do trabalho iniciado.

Palavras chave: Novenas; Vila Viçosa, Música Sacra, Arquivo Musical, Inventário.

Abstract: Liturgical celebrations in Vila Viçosa have proven to be an essential driver of daily life in the village. They are, not exaggeratedly, a central element in its identity, whether this is understood by its historical tradition, or by the devotion that can be seen to this day by its inhabitants.

The present study, which falls within the scope of the issue “**The *Novenas* of Father Joaquim Espanca present in the Musical Archive of the Sanctuary of Nossa Senhora da Conceição in Vila Viçosa**”, aims to understand the way in which *Novenas* are celebrated in the Sanctuary of Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, and how they had expression during the second half of the 19th century, raising the problematics of this and future articles that revolve around the musical components most explored by Father Joaquim José da Rocha Espanca in his work and the musical language essentially used, both from an analytical and compositional point of view.

The theme becomes particularly pertinent as it aims to consolidate data and impressions that allow identifying the main reasons that led to the decline of classical music, which had already had a cyclopean impact throughout the history that marks Vila Viçosa.

In this sense, a survey of the works of this composer with regard to *Novenas* (or parts of *Novenas*) present in the Musical Archive of the Sanctuary of Nossa Senhora da Conceição in Vila Viçosa was developed, comprising their main characteristics and the date on which they were composed.

The central question of this research is: What is the role of the survey of *Novenas* written by Father Joaquim José da Rocha Espanca present in the Sanctuary of Nossa Senhora da Conceição in contributing to the enrichment of knowledge of the musical panorama of Vila Viçosa?

To answer this question, the **qualitative** methodology was used. The method was the **case study**, in which the **document analysis** was the technique used.

The results proved to be relevant, not only from the point of view of the production of *Novenas*, but also in the production of other works by Father Joaquim José da Rocha Espanca, and other composers. The conclusions proved to be useful for the continuation of the work started.

Key-words: Novenas, Vila Viçosa, Sacred Music, Musical Archive, Inventory.

Revisão da literatura existente

Por forma a fundamentar a informação destacada neste artigo, foi feito um levantamento bibliográfico que visa fundamentar a pesquisa. De acordo com a

As novenas de padre Joaquim Espanca presentes no arquivo musical do Santuário da Nossa Senhora da Conceição em Vila Viçosa

documentação levantada, o *Compêndio de Notícias de Vila Viçosa* (Espanca, 1889) e as *Memórias de Vila Viçosa* (Espanca, 1880) tornam-se os principais motores de análise relativamente à contextualização histórica de Vila Viçosa, aos olhos do autor. Uma vez que se tratam de documentos de época e redigidos pelo compositor em estudo, revelam-se como documentos de especial interesse e de valor sublime. Se por um lado o *Compêndio de Notícias* de Vila Viçosa, marca com detalhe e sinteticamente os vários eventos que assinalaram a evolução da vila, separando cada evento por ano e mês, as *Memórias de Vila Viçosa* distinguem-se das *Memórias* habituais. Neste sentido, e tendo em conta a proximidade de Rocha Espanca à música erudita em contexto litúrgico, o mesmo observava atentamente os fenómenos musicais de Vila Viçosa e contrastava-os com a visão social inerente, bem como com a imagem sonora que sofreu as maiores alterações dos seus tempos (Cranmer, 2019).

A par destes, juntar-se-ão capítulos de livros e de revistas escritos por David Cranmer, nomeadamente: “O Fundo Musical do Santuário da Nossa Senhora da Conceição” (2016), “O Pe. Joaquim José da Rocha Espanca (1839-96) e a Música” (2018), e “A Paisagem sonora de Vila Viçosa no século XIX.” (2019). Nestes artigos, Cranmer direcionou e trabalhou os testemunhos de Rocha Espanca do ponto de vista musical, bem como o cenário musical de Vila Viçosa durante o século XIX.

Para a componente crítica e analítica da música a ser estudada, as fontes serão os manuscritos presentes na matriz e na Biblioteca do Palácio do Paço Ducal.

Objetivos

A redação deste artigo tem como principais objetivos fazer um levantamento das *Novenas* (ou partes de *Novenas*) compostas por Pe. Joaquim José da Rocha Espanca presentes no Arquivo Musical da igreja matriz, Santuário da Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa; recolher as informações mais relevantes das obras musicais em destaque; promover um maior conhecimento sobre a música produzida em Vila Viçosa por compositores locais, em específico por Pe. Joaquim José da Rocha Espanca; conhecer o Arquivo Musical do Santuário, fazendo uma análise das obras musicais nele presentes.

Contexto histórico do panorama musical de Vila Viçosa

A atividade musical calipolense vive essencialmente da sua simbiose para com a vida religiosa que tão afirmativamente se prende na vila. Estima-se que é desde a extinção do Colégio dos Santos Reis de Vila Viçosa, em 1834, e a atividade do último mestre de capela, que se verifica um declínio desta prática (Alegria, 1983). A extinção do principal motor de ensino de música de Vila Viçosa acabou por impactar a atividade musical erudita, principalmente no panorama litúrgico, e pode

ser interessante refletir sobre se foi esse o motivo que levou Vila Viçosa a ter permanecido pouco presente no que toca à música erudita até aos dias de hoje.

Importa destacar que Pe. Joaquim José da Rocha Espanca, nascido já após o encerramento do Colégio (1839), recebeu a sua formação musical de forma gratuita “de Francisco António Franco (1796-1857), que recebera a sua própria formação no Real Colégio dos Santos Reis Magos, em Vila Viçosa, entre 1804 e 1814, sobretudo sob a orientação do Pe. Joaquim Cordeiro Galão (ca. 1762 – após 1831)” (Cranmer, 2018. pp. 253-254)

Alguns compositores, nomeadamente padres que tiveram a sua formação nos seminários ou em conventos nos arredores da vila, como foi o caso de Pe. Rocha Espanca, continuam a compor para cerimónias solenes e a conservar os seus manuscritos na Igreja Matriz². Ainda assim, este repertório deixa de ter a visibilidade representativa de Vila Viçosa no panorama internacional, como outrora tinha acontecido³.

Vila Viçosa vive uma afluência de eventos desde o início do século XIX que influenciaram a vida e o quotidiano calipolense. Nesta altura, a história marca a guerra “dos *hispanholes*” (Espanca, 1889. p. 210) e, por consequência, surgem os primeiros grandes marcos históricos desta época.

Espanca (1889) explica que nas primeiras décadas do século XIX, o Marquês de Alorna integra o quartel-general em Vila Viçosa e incorpora quarenta pares de reclusos para fins de labores em obras públicas. Afirma ainda na mesma fonte que tal evento fez com que a avenida calipolense tenha então um aspeto ajardinado e cuidado (p. 211). Do ponto de vista político, Pe. Joaquim José da Rocha Espanca destaca a partida do Príncipe Regente para o Brasil aquando a aproximação dos franceses a Portugal:

Em 27 de Novembro (1807) sai daqui o Regimento de infantaria n.º15, porque já os Franceses, tendo atravessado a Espanha, se aproximavam de Portugal, e o Príncipe Regente já tinha em Lisboa o tesouro da Real Capela para o levar consigo para o Brasil. Dois dias depois embarcava-se ele com toda a família real deixando nomeada uma regência. (Espanca, 1889. p. 211)

Em 1808 foi estabelecido governo em nome de Napoleão I, e, apesar de Vila Viçosa ter padecido consideravelmente neste ano, servia de alívio aos calipolenses a aliança entre espanhóis e portugueses, sendo que, no meio da guerra *Peninsular*, a vila permanecia segura, sem receber um único disparo (Espanca. 1889. p. 213). Não obstante, pode-se considerar que a situação económica de Vila Viçosa se encontrava em enorme instabilidade nestas primeiras décadas do século XIX.

Após a revolta contra o regime liberal em 1823 e o falecimento do Rei D. João VI em 1826, a dualidade entre este e o regime absolutista provocou alterações na qualidade de vida na vila e, em 1832, a Casa de Bragança começou a faltar com as

² Santuário da Nossa Senhora da Conceição, sita em Vila Viçosa.

³ Note-se a relevância de compositores como João Lourenço Rebelo.

restituições que geralmente atribuía ao Colégio dos Santos Reis (ou Seminário), levando à extinção da atividade que este facultava em 1834⁴. Aliás, esta extinção não se resumiu apenas ao Seminário, mas, também ao encerramento dos seis conventos de Vila Viçosa.

Resultante ainda das ações políticas e da instabilidade económica que se impunha sobre a vila, afetados pela extinção do Colégio dos Santos Reis, os seus próprios capelães e ministros da Capela Real nada receberam durante os primeiros dez anos do regime liberal. A vida na vila estava, desta forma, fortemente afetada pela crise que se refletiu, também, na música.

No mesmo ano (1834) faleceu, a 24 de setembro D. Pedro e a sucessão ficou imediatamente atribuída à Rainha D. Maria II.⁵

Alguns compositores, continuavam a escrever para cerimónias solenes, embora tal não evitasse um declínio claro na produção musical erudita. Este fenómeno verifica-se até aos dias de hoje. Um exemplo claro representativo do mesmo será que, aquando da morte repentina da Rainha D. Maria II, as solenes de música foram apenas as da Capela Real, “sita no Colégio de S. João Evangelista”.⁶

Metodologia utilizada

A metodologia utilizada para este estudo foi a de carácter **qualitativo**, cujo método foi o **estudo de caso** e no qual foi utilizada a técnica de **análise documental**.

Tendo como base a questão central de investigação destacada, delineei um conjunto de tarefas, com vista a recolher resultados que foram posteriormente analisados:

1. Leitura, análise e pesquisa de estudos que fizessem parte da revisão da literatura existente e que se manifestem como um contributo para o estudo desenvolvido.
2. Organização dos parâmetros de recolha de dados, nomeadamente dos aspetos que considere mais relevantes e que constituem maior fonte de contraste musical: nome e data da composição, tonalidade, número de andamentos e instrumentação.
3. Consulta do Arquivo Musical do Santuário da Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

⁴ Em 13 de Julho são expulsados, os suspensos, da Capela Real todos os miguelistas notórios. (...) Depois de fechados os conventos de frades em fins de julho, extingue-se, a 15 de outubro, o Colégio dos Reis ou Seminário, porque faltando a casa de Bragança com as consignações do costume desde 1832, o reitor não tinha de dar de comer aos colegas.” (Espanca, 1889. p. 224)

⁵ “(...) porque a declararam de maior idade, apesar de só contar 15 anos” (Espanca. 1889.p. 225)

⁶ “A 16 de Novembro pela tarde chegou a notícia de ter falecido repentinamente n véspera a Rainha D. Maria II, e à noite confirmou-se com os dobres na torre da Capela Real, a que responderam logo as paróquias e conventos. Houve depois exéquias pelo clero, porém solenes de música só foram as da Capela Real, sita no Colégio de S. João Evangelista, às quais assistiu a Câmara com as autoridades civis e militares, e no dia seguinte houve uma missa rezada na mesma igreja pelo capelão de Cavalaria 3 assistindo o Regimento inteiro.” (Espanca. 1889. p. 238)

4. Fazer o levantamento das principais características musicais, de acordo com a organização dos parâmetros de recolha de dados.
5. Análise da amostra e da recolha de dados.

Apresentação e discussão de resultados

O Arquivo Musical do Santuário da Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, que terá já sido parcialmente inventariado pelo Dr. David Cranmer⁷, apresenta uma vasta compilação de música escrita para vários momentos da liturgia. Nele encontram-se manuscritos originais e cópias realizadas na época, nomeadamente de obras sacras compostas por Pe. Joaquim José da Rocha Espanca. Encontram-se, entre elas, dentro da secção de *Observações marianas* (RMa)⁸ uma *Novena completa* (RMa47) e as “Jaculatórias” da *Novena da Nossa Senhora da Conceição – Terno* (RMa52). Além destas, existe ainda , uma *Antífona* (RMa33), um *Hymno de Nossa Senhora da Lapa* (RMa35) e uma compilação de *Matinas de Conceição*, descritas como “partitura original” – *Música para o coreto nas Matinas da Festa anual da Imaculada Conceição da Bem-Aventurada Maria*, datada de 1873 que se encontra, ainda, por catalogar.

A *Novena completa* (RMa47), consta de uma formação interessante do ponto de vista da instrumentação. Para a sua execução são necessárias quatro vozes (*tiplé*, *contralto*, *tenor* e *baixo*), um *órgão*, um *baixo instrumental* e dois *violinos*. Não consta de partitura geral.

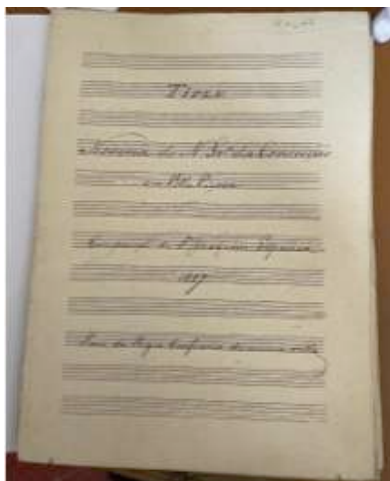


Figura 1 – Novena da Nossa Senhora da Conceição (1887). Capa de Tiple.



Figura 2 – Novena da Nossa Senhora da Conceição (1887). Capa de Contralto.

⁷ “Não sendo possível uma organização por compositor, optou-se por uma divisão entre música religiosa, a música profana e a música didática, com uma série de categorias largas provisórias dentro da música religiosa.” (Cranmer, 2016. p.172)

⁸ Cranmer, 2016. p. 173

As novenas de padre Joaquim Espanca presentes no arquivo musical do Santuário da Nossa Senhora da Conceição em Vila Viçosa

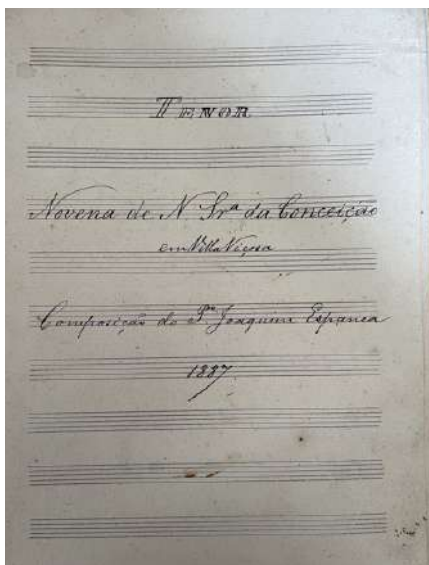


Figura 3 – Novena da Nossa Senhora da Conceição (1887). Capa de Tenor.

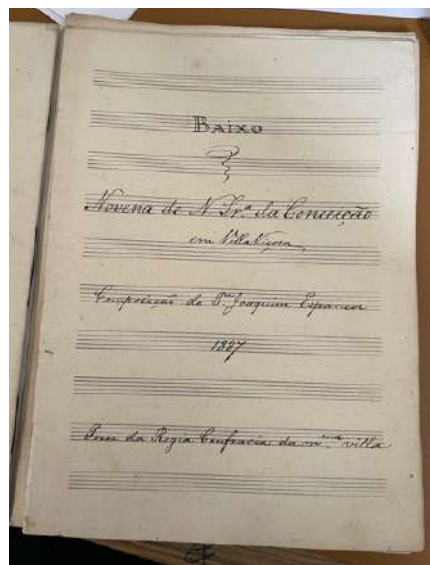


Figura 4 – Novena da Nossa Senhora da Conceição (1887). Capa de Baixo.

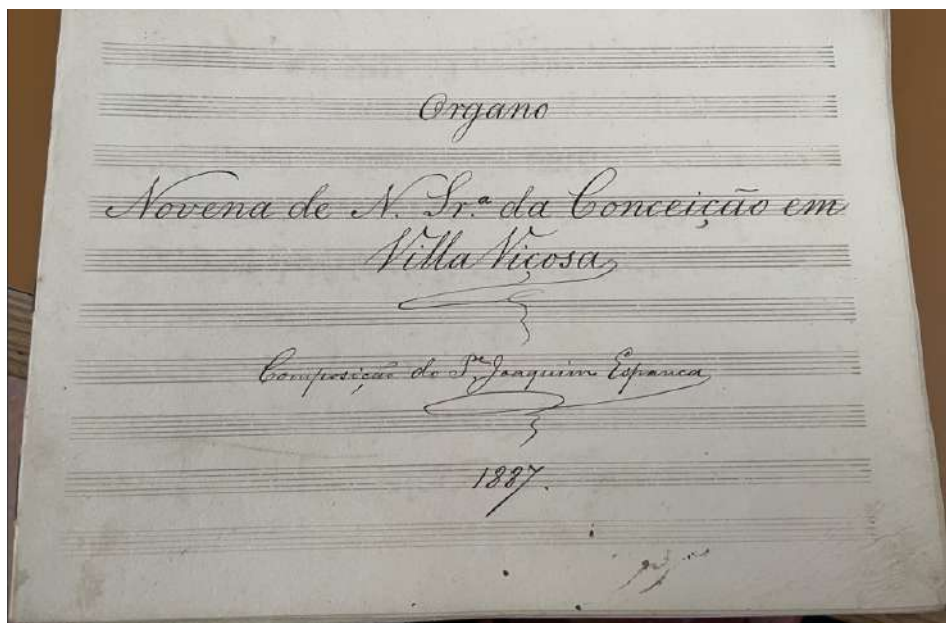


Figura 5 – Novena da Nossa Senhora da Conceição (1887). Capa de Órgãos.

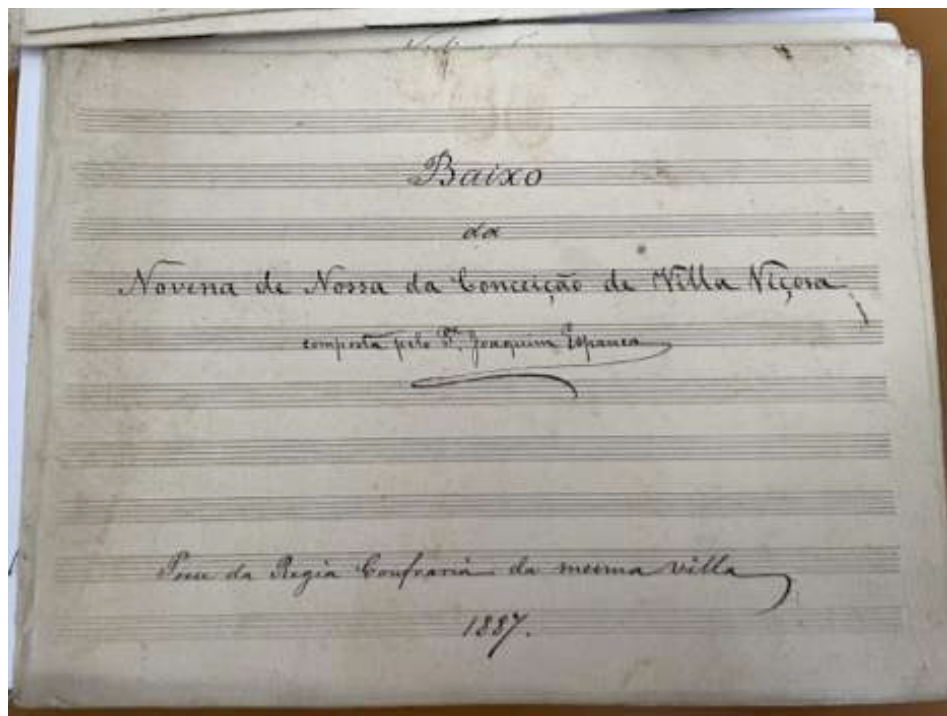


Figura 6 – Novena da Nossa Senhora da Conceição (1887). Capa de Baixo (instrumental).



Figura 7 – Novena da Nossa Senhora da Conceição (1887). Primeira página, Violino 1.º



Figura 8 – Novena da Nossa Senhora da Conceição (1887). Primeira página, Violino 2.º

Já para as “Jaculatórias” da Novena da Nossa Senhora da Conceição – Terno, a instrumentação, mais reduzida anterior, consta apenas de um piano e de canto.

As novenas de padre Joaquim Espanca presentes no arquivo musical do Santuário da Nossa Senhora da Conceição em Vila Viçosa



Figura 9 – Novena da Nossa Senhora da Conceição (1881). Capa.

Destas obras, foi feito o seguinte levantamento e análise:

Nome	Data	Localização	Andamentos	Tonalidade	Instrumentação
<i>Novena da Nossa Senhora da Conceição</i>	1887	RMa47 (Cranmer, 2016)	<i>Veni Sancte Spiritus</i>	Fá M	Tiple
			<i>Invictatório</i>	Dó M	Contralto
			Canção	Fá M	Tenor
			<i>Ave Maria</i>	Fá M	Baixo
			Ladainha	Fá M	Órgão
			<i>Tota pulchra</i>	Fá M	1.º e 2.º Vlns
			Jaculatórias finais	Fá m	Contínuo
<i>Novena da Nossa Senhora da Conceição – Terno</i>	1881	RMa52 (Cranmer, 2016)	Jaculatórias para o mez de Maria	Fá M	Piano e Canto

Implicações da investigação

O estudo sobre as *Novenas* escritas por Pe. Joaquim José da Rocha Espanca e o seu levantamento permitem, como projetos futuros, uma expansão do conhecimento científico sobre o património musical produzido em Vila Viçosa ao longo do século XIX.

Está prevista a realização de futuras edições musicais críticas sobre estas mesmas obras. A elaboração destas não só permite um acesso facilitado entre a comunidade calipolense e a música composta em Vila Viçosa, bem como compreender as estruturas e tendências musicais essencialmente utilizadas durante este período histórico.

Além das obras destacadas para este estudo, a visita ao Arquivo Musical do Santuário da Nossa Senhora da Conceição mostrou-se fulcral para conhecer a obra de demais compositores ativos ao longo do século XIX, sendo o levantamento e análise das mesmas de especial pertinência no panorama musical calipolense desta época.

Esta visita deu-me também a oportunidade de folhear e analisar as *Matinas de Conceição – Música para o coreto nas Matinas da Festa anual da Imaculada Conceição da Bem-Aventurada Maria*, datadas de 1873 que, sendo anteriores às *Novenas* destacadas, podem dar-nos uma perspetiva notável sobre a evolução da escrita musical do compositor, além de se tratar de uma obra completa, extensa e com enorme valor cultural.

A análise da *Antífona* (RMa33⁹) e do *Hymno de Nossa Senhora da Lapa* (RMa35¹⁰) podem ser também contributos sobre a evolução do estilo de Pe. Joaquim José da Rocha Espanca.

Conclusões

Apesar do declínio da atividade musical erudita em Vila Viçosa, o Arquivo Musical do Santuário da Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa compreende-se como um património musical de especial interesse, principalmente no que toca à produção de música sacra após o encerramento do Colégio dos Reis em 1834.

A relevância e o estatuto de Vila Viçosa acabaram por se dissuadir a partir deste período, sem que muitos historiadores se interessassem por constituí-la. Pode-se considerar, ainda assim, que do ponto de vista sociológico se trata do período mais complexo da história musical da vila e, por esse motivo, compreende uma leitura atenta.

Vila Viçosa conheceu um amante de música e da própria vila (Pe. Joaquim José da Rocha Espanca) que deixou registado, ao pormenor, os elementos que

⁹ Cranmer. 2016.

¹⁰ Cranmer. 2016.

As novenas de padre Joaquim Espanca presentes no arquivo musical do Santuário da Nossa Senhora da Conceição em Vila Viçosa

caracterizaram vida no local, desde as questões musicais aos elementos políticos e económicos para que fosse possível uma leitura contextualizada e completa¹¹.

É também de realçar o trabalho de estudo das fontes feito por David Cranmer, que possibilita e facilita o acesso e a procura dos documentos de época pela sua proximidade ao tema e à história de Vila Viçosa, realçando e apresentando aos portugueses e outros curiosos a sua componente histórica riquíssima.

Referências Bibliográficas

- Alegria, J. A. (1983). *História da Capela e Colégio dos Santos Reis de Vila Viçosa*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cranmer, D. (2016). O Fundo Musical do Santuário da Nossa Senhora da Conceição, Vila Viçosa. In *Callipole: Revista de Cultura* n.º 23. (pp. 171-187). Vila Viçosa: Câmara Municipal.
- Cranmer, D. (2018). O Pe. Joaquim José da Rocha Espanca (1839-96) e a Música. In *Callipole: Revista de Cultura* n.º 25. (pp. 253-272). Vila Viçosa: Câmara Municipal.
- Cranmer, D. (2019). A Paisagem sonora de Vila Viçosa no século XIX. In *Paisagens sonoras urbanas: História, Memória e Património*. Conde, A. & Sá, V. (Dir.)
- Espanca, J. J. R. (1880). *Memórias de Vila Viçosa*. <https://www.cm-vilaviciosa.pt/municipe/arquivo-historico-municipal/memorias-de-vila-viciosa/>
- Espanca, J.J. R. (1889). *Compêndio de Notícias de Vila Viçosa – Composto pelo Padre Joaquim José da Rocha Espanca*. CECHAP Centro de Estudos, Filipe, C. (Coord.), 2016.

¹¹ Escreve sobre tudo o que se passava: as secas e inundações, as colheitas, as epidemias, os crimes, as invasões, a turbulência política, a nova legislação e as suas consequências locais, e os eventos anuais e únicos, quer nas igrejas e conventos, quer nas ruas. Os sons fazem sempre parte destes eventos: os coros, os órgãos, as bandas filarmónicas, os sinos e os foguetes – no seu todo, uma paisagem sonora de enorme riqueza. (Cranmer, 2019. p. 133)

Os painéis do Salão Nobre dos Paços do Concelho de Arraiolos: Uma obra incontornável de Dórdio Gomes

Rui Miguel Lobo

Simão César Dórdio Gomes, alentejano pelas raízes familiares, pelo nascimento e de alma, foi um dos grandes pintores portugueses do século XX e uma figura destacada do movimento modernista em Portugal. A história da arte evoca-o quase sempre pelo nome “Dórdio Gomes”, com acento e entoação no “o”, herança dos longos anos que passou como professor (entre 1934 e 1960) na então denominada Escola de Belas-Artes do Porto, cidade onde as vogais ganham força e o alentejano Dórdio passou a Dórdio. Porém, entre a família e amigos mais próximos foi sempre “Dórdio”, sem acento, à boa maneira alentejana.

No presente texto interessa-nos abordar uma das suas mais importantes obras, a que dedicou, quase em exclusivo, quatro anos da sua vida. Referimo-nos aos onze painéis a óleo que pintou para o salão nobre dos paços do concelho da sua terra natal, Arraiolos, no período entre 1927 e 1932. Notamos que apesar da dimensão e importância dessa obra, raramente é referida entre os seus principais trabalhos, sendo normalmente destacadas obras como *Casas de Malakoff* (1923) ou *Grande auto-retrato de natureza morta* (1924), produzidas durante a sua estância em Paris, ou mesmo *Éguas de manada* (1929), que pinta precisamente no período em que, em Arraiolos, se dedica à pintura dos painéis do salão nobre.

O jovem Dórdio em Arraiolos, entre Lisboa e Paris.

Interessa-nos, pois, em jeito de biografia e para melhor enquadramento e contextualização esboçar o percurso de vida de Dórdio Gomes até à produção dos painéis do salão nobre, como forma de entendermos quem era o homem e qual a sua relação com o espaço e as gentes. Começamos pois, como sempre deve ser, pelo início da história, o seu registo de nascimento:

“Aos dezasseis dias do mez d’Agosto do anno de mil oitocentos e noventa n’esta igreja parochial da freguesia de Nossa Senhora dos Martyres, villa e concelho

d'Arrayollos, archidiocese de Évora, o Parocho d'esta freguesia António Severiano Varella baptizou solenemente um individuo do sexo masculino a quem deu o nome de Simão e que nasceu n'esta freguesia às cinco horas da manhã do dia vinte e seis do mez de julho d'este anno de mil oitocentos e noventa, filho legítimo primeiro d'este nome, de José Francisco Pereira Gomes, proprietário, e de Dona Francisca Benedita Dordio, proprietária, naturais, recebidos e parochianos d'esta freguesia e moradores n'esta villa de Arrayollos"¹

Simão César Dordio Gomes nasceu no seio de uma família com raízes profundas na vila de Arraiolos, tal como provou o genealogista Luís Jaime R. Martins:

*"A família de Dordio estava há muito assentada em Arraiolos, sendo o pintor descendente, em duas linhas, de famílias de cristãos-novos, de antiga confissão hebraica, há muito estabelecidos em Arraiolos. (...) Dordio Gomes era um dos descendentes do tintureiro Manuel Fernandes Delgado, batizado em Arraiolos no ano de 1565."*²

Para contextualização do estatuto social da sua família à data do seu nascimento, os pais de Dordio Gomes eram identificados como "proprietários", tanto no seu registo de casamento, em 1879,³ como no registo de nascimento de Dordio, em 1890.⁴ O epíteto de proprietário era por si só definidor de alguma capacidade económica e vivência diferenciada no contexto local.

Para melhor perceção do local onde Dordio Gomes nasceu, em 1890 Arraiolos era sede de um concelho com 8.420 habitantes, sendo que na freguesia da vila residiam 3.094 pessoas segundo os censos daquele ano.⁵ Era uma terra de alguma relevância regional, inserida na órbita e dinâmica social e económica da cidade de Évora e, como acontecia então com todas as terras do Alentejo desses tempos, com um regime de exploração da terra assente no latifúndio, com a agricultura e pecuária a serem as principais atividades económicas. A franja maior da população era constituída pelos trabalhadores rurais, sendo os senhores da terra e demais proprietários a assumirem maior influência no contexto social, político e económico. Nesta conjuntura, podemos incluir a estrutura familiar de Dordio e, em especial o seu pai, numa pequena elite de proprietários, letrados, com acesso ao exercício de cargos de destaque, como eram a chefia do serviço de correios ou o papel de escrivão na mesa administrativa da misericórdia local.⁶

¹ Arquivo Distrital de Évora (ADE), Paróquia de Arraiolos, Registo de Batismos, Livro 59 (1890), f. 21-21v.

² Luís Jaime R. Martins (2016), *Judeus de Arraiolos e outros cristãos-novos (Séculos XV-XIX)*, pp. 13-14.

³ ADE, Paróquia de Arraiolos, Registo de Casamentos, Livro 29 (1879), f. 3-4v.

⁴ ADE, Paróquia de Arraiolos, Registo de Batismos, Livro 59 (1890), f. 21-21v.

⁵ Instituto Nacional de Estatística (INE) – Censo da População Portuguesa de 1890.

⁶ Rui Miguel Lobo (2023) – *Arraiolos e o Alentejo na vida e obra de Dordio Gomes* In *Chiado, Carmo, Paris: Os "lugares" de Dordio Gomes e as bifurcações da pintura – Artes na esfera pública*, pp. 155-156.

**Os painéis do Salão Nobre dos Paços do Concelho de Arraiolos:
uma obra incontornável de Dórdio Gomes**

Cerca de três anos após o seu nascimento, Dórdio Gomes ficou, inesperadamente, órfão de pai.⁷ Ainda assim, apesar das maiores dificuldades que esse trágico acontecimento trouxe à sua vida familiar, não deixou de beneficiar de uma educação diferenciada para a época, na qual alguns amigos e pessoas da sua família tiveram um contributo fundamental. Joaquim António do Franco Cano, seu professor primário, deu-lhe as primeiras noções de francês,⁸ seguiu também ensinamentos da professora Bernardina Angélica da Visitação, abastada proprietária,⁹ e teve como primeira professora de desenho Angélica Perdigão de Carvalho,¹⁰ figura importante na história dos tapetes de Arraiolos.¹¹

Todavia, entre os vários amigos e familiares que se terão mantido por perto e a dar apoio após a morte do pai de Dórdio, terá tido especial relevância o contributo do seu tio materno Francisco Simões da Guia, farmacêutico, que em 1902 o acompanha na matrícula no curso de Pintura Histórica da então denominada Academia Real de Belas-Artes de Lisboa¹² e o acolhe na sua casa de Lisboa, sendo, em conjunto com a sua mulher, “a tia Dina”, determinante para a formação de Dórdio enquanto homem e artista.

Foi, pois, com doze anos, que pela primeira vez Dórdio saiu de casa. Para longe da mãe, dos irmãos e de Arraiolos e, por consequência, para longe dos campos em volta da vila e para longe da herdade da Palmeira, propriedade rústica da família, onde os cavalos, os sobreiros e as gentes alentejanas nos seus tradicionais afazeres já certamente haviam sido plenamente integradas no seu imaginário.¹³

Após 1902 mantém-se em Lisboa, dando continuidade aos seus estudos nas Belas-Artes, onde teve mestres como Columbano Bordalo Pinheiro, Veloso Salgado ou Luciano Freire. Em 1910, com 20 anos, obtém o diploma em Pintura de História.¹⁴ Logo após, tem uma curta passagem por Paris na sequência da atribuição de bolsa do prestigiado Legado Valmor, que obtém por portaria de 15 de novembro de 1910 e que lhe permite partir para Paris no início de 1911.¹⁵ Frequentaria, por alguns meses, o atelier Jean-Paul Laurens.¹⁶ Porém, essa estadia revela-se curta e, em setembro de 1911, o Estado põe um fim inesperado à bolsa devido a um desentendimento com a Embaixada, supostamente de cariz político.¹⁷

⁷ ADE, Paróquia de Arraiolos, Registo de Óbitos, Livro 47 (1893), f. 5.

⁸ Laura Castro (2022), *Dórdio Gomes*, p. 60.

⁹ Idem, *Ibidem*, p. 60.

¹⁰ Idem, *Ibidem*, p. 60.

¹¹ Cf. *Exposição de Tapetes de Arrayollos*, Catálogo de Exposição, 1917.

¹² Laura Castro, *op. Cit.*, p. 60.

¹³ Rui Miguel Lobo (2023), *Arraiolos e o Alentejo na vida e obra de Dórdio Gomes* In Chiado, Carmo, *Paris: Os “lugares” de Dórdio Gomes e as bifurcações da pintura – Artes na esfera pública*, pp. 157-158.

¹⁴ Raquel Henriques da Silva (2015), *Pintura modernista na Coleção Millennium BCP*, p. 114.

¹⁵ Laura Castro, *Op. Cit.*, p. 61.

¹⁶ Raquel Henriques da Silva, *Op. Cit.*, p. 114.

¹⁷ Laura Castro, *Op. Cit.*, p. 62.

Dordio regressa contrariado, pois queria continuar em Paris, mas vê-se obrigado a voltar para Arraiolos, onde, por essas alturas e apesar da sua juventude, era já uma figura proeminente, tendo sido recebido, aquando do seu regresso de Paris, por uma multidão de conterrâneos e pela banda filarmónica da vila.¹⁸

As circunstâncias obrigam então Dordio a passar a década seguinte em Arraiolos, junto da família, pintando por encomenda, mas também, como sempre, por paixão, por destino. Mas o jovem Dordio, depois de estudar em Lisboa e passar alguns meses em Paris, tomando contacto com muitos artistas e obras de arte, certamente não sentiria que Arraiolos fosse lugar onde pudesse progredir enquanto pintor, por mais que amasse a sua terra e as suas gentes. É, por isso, que apesar de passar a maior parte do tempo em Arraiolos nessa fase da sua vida, não deixou de ir participando nos grandes certames da pintura portuguesa de então. Entre 1913 e 1919, e depois em 1921, participa nas exposições anuais da Sociedade Nacional de Belas-Artes, levando a concurso muitas das suas obras mais emblemáticas desse período, de cariz tradicional e de temáticas vincadamente alentejanas.¹⁹

Dordio continuou, pois, nessa fase da sua vida, a apostar na sua formação e a expor perante a comunidade da arte em Portugal, nunca permitindo que o esquecessem. Para além das exposições anuais da Sociedade Nacional de Belas-Artes, no ano letivo de 1914-15 fez uma última matrícula na academia lisboeta e, ao mesmo tempo, foi seguindo, durante esses anos, o decorrer do processo que moveu contra o Estado pelo fim abrupto da sua bolsa do Legado Valmor, alimentando sempre a esperança de voltar a Paris.²⁰

Paralelamente, nessa década passada em Arraiolos, Dordio integra-se na vida local e colabora com os jornais da terra e com o tecido associativo da época, produzindo pequenos trabalhos gráficos que deixam a sua marca na imagem de grupos e associações. Assim foi procurando equilibrar a vida na periferia com alguma atividade no centro artístico que era Lisboa, ansiando pelo cosmopolitismo parisiense.

De um ponto de vista técnico e da obra pictórica produzida, Cristina Azevedo Tavares resume assim este longo período – uma década – passado por Dordio Gomes em Arraiolos:

*(...) ocupa-se sobretudo de motivos do Alentejo como a ceifa e a apanha da azeitona, os cavalos, desenvolvendo o desenho e a pintura como temas regionalistas, e realizando simultaneamente retratos interessantes de personalidades e pessoas de Arraiolos, em obras onde o sabor do ensino da academia se fazia sentir, pela reminiscência dos valores oitocentistas, mas onde o apelo para outra abertura de abordagem plástica é palpável”.*²¹

¹⁸ Laura Castro (2022), Dordio Gomes, p. 62.

¹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 64.

²⁰ Idem, *Ibidem*, p. 64.

²¹ Cristina Azevedo Tavares (2023), *O modernismo de Dordio Gomes e o seu protagonismo na Sociedade Nacional de Belas-Artes* In Chiado, Carmo, Paris: Os “lugares” de Dordio Gomes e as bifurcações da pintura – Artes na esfera pública, p. 77.

Os painéis do Salão Nobre dos Paços do Concelho de Arraiolos: uma obra incontornável de Dórdio Gomes

Sobre esse período em Arraiolos, o escultor Diogo de Macedo, seu amigo e crítico, que o haveria de acompanhar no período de Paris, escreveu o seguinte:

*“Lá em Arraiolos ficara a matutar nos êxitos, a desconfiar da coisa – e a confiar mais em si... Queria ir mais além, dominar jeitos, encontrar maior personalidade. Queria falar virilmente, sem habilidades escolares; ver, sentir, interpretar, mesmo com independência das imposições herdadas, com o perigo de negar o latim da crítica simpática. E com tanto querer, teimoso, obstinado, confiado, partiu de novo para França, depois das festas do Armistício.”*²²

E de facto, em 1921, Dórdio Gomes viu resolvido o conflito com o Estado e foi-lhe restituída a bolsa do Legado Valmor, o que lhe permitiu viver em Paris entre 1921 e 1926, no que é muitas vezes apresentado como o período mais prolífero da sua produção artística e é, claramente, o que mais relevância acabou por ter no contexto da história da arte em Portugal.

Sobre este período de Paris, Raquel Henriques da Silva, de forma extremamente eficiente, resume em poucas palavras a importância que teve na obra de Dórdio:

“Em 1921, regressa a Paris, onde permanecerá cinco anos, frequentando a École de Beaux-Arts, o atelier de Ferdinand Cormon e participando no Salon d’Automne de 1922. Entre 1921 e 1926, Dórdio Gomes empreendeu igualmente um conjunto de viagens pela Bélgica, Suíça, Holanda e Itália, as quais lhe permitiram tomar contacto com os grandes nomes da história da pintura e desenvolver o seu interesse pela técnica do fresco. A estadia na capital francesa constitui uma oportunidade para Dórdio contactar com as vanguardas europeias – em especial o cubismo e o expressionismo – cuja presença ecoa nas suas épocas na década de 20, como Casas de Malakoff (1923) e Auto-Retrato de Natureza Morta (1924)”.²³

Após a longa estadia em Paris, o pintor alentejano, muitas vezes tradicionalista nas temáticas, “com reminiscência de valores oitocentistas”, como bem referiu Cristina Azevedo Tavares, tinha por fim tomado contacto direto com um vanguardismo artístico pelo qual tanto ansiava. Às referências portuguesas, académicas, que havia bebido, juntavam-se agora mestres europeus, modernos, como Paul Cézanne, o mais visível na sua obra pós-Paris. Foi esse novo Dórdio, a fervilhar de novidades, a quem se pediu, logo após o regresso de Paris, que plasmasse toda a tradição do seu Alentejo e das suas gentes na grande encomenda para pintura dos painéis do salão nobre da sua terra natal, que lhe foi feita pela Câmara Municipal de Arraiolos.

²² Diogo de Macedo (1944), *Artistas Portugueses. O Pintor Dórdio Gomes* In *Litoral*, Vol. II, n.º 5, p. 10.

²³ Raquel Henriques da Silva (2015), *Pintura modernista na Coleção Millennium BCP*, p. 114.

A encomenda dos painéis do salão nobre

Em meados da década de vinte do século XX, Dordio Gomes era uma figura célebre e muito respeitada na vila de Arraiolos, motivo de orgulho para os seus conterrâneos. E o pintor retribuía com uma forte ligação à vila e às suas gentes e instituições, havendo variados exemplos do seu contributo e colaboração na vida local. Não foi por isso de estranhar que tenha sido escolhido para levar a cabo a tarefa de pintar um conjunto de painéis a óleo para decoração do salão nobre dos paços do concelho, edifício que havia sido inaugurado em 1901, após um longo e rocambolesco período de obras.²⁴

Assim, todo o processo se inicia com a vontade que havia de se decorar o salão nobre, o que tomou a forma de deliberação em duas reuniões do senado municipal, realizadas em 15 de abril e 24 de junho de 1925, e que se referiam em ata de reunião municipal de 1927.²⁵

Será, pois, em 1927 que o então vereador Jerónimo Vidigal Rodrigues propõe o nome de Dordio Gomes para execução dos trabalhos, e com o convite já realizado e as condições acordadas entre a câmara e o artista, é presente a reunião de câmara, para aprovação, o contrato que viria a ser assinado pelas partes e que, desenvolvido em treze pontos, demonstra a forma meticulosa com que tudo foi preparado, sendo um documento com conteúdo de grande relevância e que nos ajuda a perceber o resultado da obra, terminada cinco anos depois da sua redação, aprovação e assinatura:

“Pelo Sr. Jerónimo Vidigal Rodrigues, foi pedida a palavra e disse: Que recordando as deliberações do Senado Municipal d’esta câmara dos dias 15 de Abril e 24 de Junho de 1925, e que parecendo-lhe de toda a vantagem procede à decoração das paredes da sala nobre do edifício dos Paços do Concelho, e tendo o nosso conterrâneo e distinto pintor, o Sr. Simão Dordio Gomes provado toda a competência para a efetivação desses trabalhos propunha que fosse o mesmo senhor encarregado deles, nos termos das seguintes condições: 1.^a – Devem ser pintadas, a óleo sobre tela, as quatro paredes da sala nobre, excluindo o tecto. 2.^a – Que essa pintura deve ser dividida em dez painéis, cinco grandes e cinco pequenos, na disposição em que as paredes da sala presentemente se encontram, sem prejuízo da adaptação necessária à harmonia da pintura. 3.^a – Que as pinturas dos painéis devem versar assuntos de carácter agrícola e industrial com um acentuado cunho regionalista e local. 4.^a – Que a obra de decoração deverá efectuar-se num período de 4 anos, a começar da data da escritura. 5.^a – O Sr. Simão Gomes obriga-se a apresentar no fim do primeiro ano um estudo de conjunto em aquarela, bem como o estudo já feito para os primeiros painéis definitivos. 6.^a – No fim do segundo ano apresentará as telas definitivas em execução. 7.^a – E nos últimos dois anos deverá concretizar as

²⁴ Cf. Rui Miguel Lobo (2021), *As ruas da vila de Arraiolos: história, toponímia, urbanismo e património*. Volume II Arraiolos: Câmara Municipal, pp. 108-113.

²⁵ Arquivo Histórico Municipal de Arraiolos (AHMA), CMA/B/A/001/Lv 080, Reunião da Câmara Municipal de Arraiolos de 07/02/1927

**Os painéis do Salão Nobre dos Paços do Concelho de Arraiolos:
uma obra incontornável de Dórdio Gomes**

*telas, de forma a poderem ser colocadas nas paredes. 8.^a – O Sr. Simão Gomes dirigir a instalação e colocação das telas nas paredes, ficando, contudo, as despesas a fazer com essa instalação e colocação a cargo exclusivo da Câmara Municipal. 9.^a – E do Sr. Simão Dórdio Gomes será concedido o prazo dum ano, além dos quatro já estabelecidos, a fim de aquele Sr. concluir um ou outro painel que ele julgue necessário retocar. 10.^a – Por todo o trabalho de pintura receberá o Senhor Simão Dórdio Gomes a quantia de 60.000\$00 que a câmara municipal lhe entregará em prestações mensais de 1.250\$00 durante os quatro anos estipulados, pois que no quinto ano que lhe for concedido de trabalhos de retoque das telas, não receberá qualquer remuneração. 11.^a – Se no caso de falecimento do Sr. Simão Gomes, ou por outro qualquer motivo de força maior, esse senhor não puder concluir os trabalhos de que é encarregado, todos os estudos encontrados no seu atelier ou lugares onde trabalhe e que se destinem à decoração da sala nobre, ficarão sendo propriedade da câmara municipal, não tendo a câmara n'estas condições, direito a haver as prestações que já tenham sido entregues. 12.^a – Se por motivo de deliberação municipal ou de resolução de qualquer ou quaesquer vereadores ou de quem as substitua, o Sr. Simão Dórdio Gomes for impedido de realizar os trabalhos para que foi contratado, terá sempre o direito de haver uma indemnização nunca inferior à quantia que lhe falta receber, de forma a perfazer os 60.000\$00 que a câmara se obriga a pagar-lhe pelo acabamento da obra de decoração da sala nobre. 13.^a – Para garantia de efetivação dos trabalhos a realizar, deverá o Sr. Simão Gomes apresentar fiador idóneo que responderá na falta d'aquela, por todos os prejuízos que advirem dessa falta. Que as importâncias a dispendar com os trabalhos de decoração sejam pagas por uma verba especial a incluir no orçamento, em parcelas de 15.000\$00 cada ano.*²⁶

Embora tendo sido combinado a execução de dez painéis, foram onze que Dórdio Gomes acabou por concretizar, os quais pelo seu número, dimensão e temática, pelo seu veemente colorido e pela força que transmitem a quem observa, são uma obra fundamental para compreensão do percurso artístico de Dórdio Gomes, e constituem Arraiolos como um local de referência do itinerário histórico da arte portuguesa contemporânea.

Aos onze painéis evocativos das tradições, história, património e cultura tradicional da sua terra, Dórdio Gomes deu as seguintes designações: “Primavera (Romaria)”; “A Tapeçaria”; “Verão (A ceifa)”; “Inverno (A montanha)”; “A Cortiça”; “Os Gadanheiros”; “Ilhoas à volta da fonte”; “D. Nuno Álvares Pereira”; “Pormenor de Outono (Um domingo em 1850)”; “Noite de S. João”; “A Tosquia”.

Laura Castro, a investigadora que mais se tem dedicado ao estudo da vida e obra de Dórdio Gomes nos últimos anos, enquadra assim este trabalho realizado para a Câmara Municipal de Arraiolos no contexto da sua carreira enquanto artista plástico:

“A obra a fresco não é aquela em que o pintor se inicia no trabalho para o espaço público, respondendo à sua primeira encomenda com uma série de onze

²⁶ AHMA, CMA/B/A/001/Lv 080, Reunião da Câmara Municipal de Arraiolos de 07/02/1927

*painéis a óleo sobre tela. Este grande projecto de decoração do Salão Nobre dos Paços do Concelho de Arraiolos, ocupa-o entre 1927 e 1932 e dele resultam breves apontamentos, estudos de pormenores e estudos de conjunto e aguarela a óleo. Trata-se de uma importantíssima encomenda para o artista, regressado de Paris em 1926, que assim pode dar continuidade à prática artística, num lugar onde as escassas oportunidades de trabalho eram as das instituições locais e as resultantes do relacionamento com famílias locais, cujos membros retratou.*²⁷

O Estado da Arte

Não sendo estas onze telas do salão nobre dos paços do concelho de Arraiolos, tal como referimos, uma das mais conhecidas produções de Dordio Gomes, já vários autores se debruçaram sobre o assunto, uns de forma mais geral, outros com uma abordagem mais específica. Nesse sentido, é importante que se apresente o seu Estado da Arte, pois é através dessa abordagem que consideramos que melhor se poderá perceber a sua relevância no contexto da obra de Dordio.

No percurso desta análise escolhemos referir alguns autores e os respetivos trechos de texto que nos permitam transmitir o tipo de abordagem realizada e a sua relevância no contexto do estudo da obra em apreço, no sentido coletivo de que as onze telas individuais constituem em si parte de uma só obra.

Começamos por recordar uma curta referência a esta obra de Dordio, mas importante pela relevância do seu autor, José-Augusto França, porventura o mais respeitado historiador de arte do século XX, que nos deixou palavras de descrição muito gerais com uma crítica inerente, pela referência à necessidade que o artista terá sentido de moderar o estilo nos anos que se seguiram a essa obra:

*“(…) na série de onze telas que em 1932 realizou para a Câmara Municipal de Arraiolos – imagens de vida provincial, com os seus labores de campo e seus trabalhos, numa urdidura álcere e dissonante que o próprio autor mais tarde criticará. Essas dissonâncias serão certamente moderadas no painel sobre Évora que executou em 1937 para a Exposição de Paris (e que, como a Soares e a Barradas, mereceu um prémio, no seu caso medalha de ouro).*²⁸

Porém, os primeiros autores a escrever sobre as telas do salão nobre foram amigos próximos de Dordio Gomes. Os seus grandes amigos Celestino David, intrinsecamente ligado ao Grupo Pró-Évora, e Diogo de Macedo, escultor e pintor conceituado e companheiro de viagem, e o seu biógrafo, Manuel Mendes, na grande publicação que lhe dedicou em 1958. Cada um adotou um registo próprio, e deu maior ou menor ênfase à análise da obra no seu todo, mas fundamentalmente foram análises de proximidade, sem o distanciamento isento de quem não conheceu Dordio ou pouco conviveu com ele. Ainda assim, são três importantes contri-

²⁷ Laura Castro (2022), *Dordio Gomes*, p. 136.

²⁸ José-Augusto França (2009), *A Arte em Portugal no século XX (1911-1961)*, 4.^a edição, p. 121.

Os painéis do Salão Nobre dos Paços do Concelho de Arraiolos: uma obra incontornável de Dordio Gomes

butos, que não podem deixar de ser tomados em conta quando tentamos saber qual o Estado da Arte.

Celestino David, logo em 1932, publica um discurso breve, de grande ênfase, mas com um conteúdo muito de acordo com o período histórico que se vivia, finda a I República, e com muitas transformações a ocorrer na sociedade de então, valorizando-se claramente o arreigamento de Dordio à sua terra e gentes trabalhadoras do Alentejo, o que era tremendamente valorizado à época:

“(...) grande e adorável terra! Nobre e trabalhadora gente! A vida mais activa no campo que mais se insinua! E a casa acolhedora: aceno branco para quem chega, sorriso de saudade para quem se afasta? E o monte branco, rasteirinho, asseado, modesto? (...) o Alentejo luminoso ou sombrio, ora só e triste, ora calmo e risonho, inspirador orgulhoso das mais belas páginas dos seus escritores consagrados, encontrou em Dordio o pintor a quem deve as telas representativas dos seus aspectos inconfundíveis, únicos da província soberana e característica.”²⁹

Do seu grande e próximo amigo, o escultor Diogo de Macedo, destacamos umas breves palavras sobre a obra do salão nobre, nas quais depreendemos uma crítica latente, ainda que valorizando o retrato geral do Alentejo e das suas gentes conseguido por Dordio:

“(...) as decorações do Município de Arraiolos, tóda a história viva do seu Alentejo, em arrojadas e, ao mesmo tempo, ingénuas composições (há quem o considere incapaz desta soberba profissional), com pastores e sobreiros de uníssona expressão, majestosa e sonhadora e sombria; com tecedeiras e tapêtes para noivados e noviças; com carrinhos e fidalgos em ginetes; com as lendas da passagem do menino sob o arco de S. João; com feiras de ilhas e varas no montado, o Alentejo que vivifica em soturnidade as clareiras mouriscas (...)”³⁰

Por fim, dos três autores referidos, destacamos as palavras em tom elogioso que Manuel Mendes na sua obra biográfica intitulada *Dordio Gomes*, de 1958, dedicou às telas do salão nobre dos paços do concelho de Arraiolos. Analisa num plano temático, técnico, cromático e expressa o que subentende ser a proposta artística de Dordio. Apesar de se tratar de uma longa citação, consideramos fundamental apresentá-la, pois trata-se da mais detalhada análise à obra do salão nobre em tempo de vida de Dordio Gomes:

“(...) estes painéis agita-os um sopro forte e ao mesmo tempo sereno da epopeia da terra e do povo da sua província. Aquilo que poderemos chamar a parte central destas decorações é constituído por quatro grandes motivos – Inverno, Primavera, Verão e Outono – nos quais, por uma superfície de alguns vastos metros quadrados

²⁹ Laura Castro (2022), *Dordio Gomes*, p. 138; Adelaide de Almeida Ribeiro e José Pires Lopes de Azevedo (1993), *Dordio e as cópias do Louvre*, p. 7.

³⁰ Diogo de Macedo (1944), *Artistas Portugueses. O Pintor Dordio Gomes* In *Litoral*, Vol. II, n.º 5, p. 13.

de pintura, assistimos ao desenrolar panorâmico das estações, na sucessão das suas admiráveis cenas de trabalho rural e de uma romaria e um domingo de passeio. Em largas manchas, a pintura de Dordio estende-se numa gradação magnífica de cores, desde os negros e os verdes sombrios de tamanha profundidade como são os do Inverno naquela região, passando pela graça delicada dos tons primaveris e outonais, a uma explosão de luz estival, crestada da canícula, nos amarelos de tal maneira intensos que dir-se-ia que cegam. Os outros quadros, de dimensões variáveis, representam cenas de trabalho com as suas figuras de acentuado carácter regional – os porquieiros, os ceifeiros, o gadanhheiro, o tosquiador; o homem que tira a cortiça, as mulheres das tapeçarias e as mulheres que vêm da fonte –, assim como a figuração de algumas crendices e festividades populares, e ainda duas telas de motivos do passado. É com uma síntese do labor e da história da sua vida natal, representada em grandes cenas, nas quais a terra e o povo desempenham papel fundamental.

O que foi anotando em fragmentos, nas pochades e nos cartões directamente pintados no campo, une-se aqui uma larga harmonia de composição e de cor, na sua vasta e impressionante massa decorativa. As coisas não têm, por vezes, nem a mesma força nem o mesmo realce das pequenas telas, onde vibra a impressão directa, o domínio imediato e poderoso da natureza, mas a verdade é que no seu desenvolvimento decorativo esta narrativa pictural é admiravelmente contada, expressiva pela eloquência larga da composição e pelo calor comunicativo da mancha. Haverá, por vezes, na vastidão da demorada história, aspectos em que o pitoresco se sobrepõe à força viva da pintura, mas forçoso se torna compreender que certas concessões e sacrifícios há que aceitar, quando se pretende, como no presente caso, realizar determinado tipo de obra decorativa, atendendo às suas mais elementares exigências.”³¹

Muito recentemente, em 2022, a Câmara Municipal de Arraiolos, no âmbito da celebração dos 130 anos do nascimento de Dordio Gomes, editou a publicação de uma obra da autoria de Laura Castro, que poderemos considerar como uma foto-biografia e que se constitui como a mais completa publicação sobre a vida e obra de Dordio Gomes. Nesta obra a sua autora atribui um evidente destaque às telas do salão nobre e considera ser um momento marcante num período de transição no percurso de Dordio. Destacamos, por isso, as duas seguintes referências na obra de Laura Castro:

*“O revestimento do Salão Nobre de Arraiolos foi uma escola de pintura, depois de Lisboa e Paris. Quatro anos de trabalho dariam força e forma a uma pintura sólida, matérica, em que a organização espacial, a inserção de episódios, os volumes arquitectónicos, a estrutura das árvores, as massas de vegetação e o uso da cor rompiam com a neutralidade cromática que o estudo do cubismo impusera, nas “Casas de Malakoff” e no “Grande auto-retrato”, e demarcavam-se da suavidade do fresco que se afirmaria mais tarde. Esta é a nascente de muito do que, na cidade do Porto ou no Alentejo, viria a pintar”.*³²

³¹ Manuel Mendes (1958), *Dordio Gomes*, p. 65.

³² Laura Castro (2022), *Dordio Gomes*, p. 139

Os painéis do Salão Nobre dos Paços do Concelho de Arraiolos: uma obra incontornável de Dórdio Gomes

“Durante o trabalho que realizou para o Salão Nobre da Câmara Municipal de Arraiolos, Dórdio Gomes desenhou e pintou a flora característica do Alentejo. Os sobreiros encontram-se entre as árvores que têm lugar privilegiado na sua obra. No painel “Inverno” incluído na encomenda municipal, representou um sobreiro que haveria de receber a designação de “árvore de Dórdio”, expressão clara do seu amor pelas árvores.”³³

A análise realizada pela historiadora de arte Laura Castro, que é porventura a investigadora que mais se tem dedicado ao estudo da vida e obra de Dórdio Gomes, é, pelas razões enunciadas, uma referência deveras importante. Porém, apesar de pequenas referências específicas, como esta última ao painel “Inverno”, não havia sido realizada uma análise pictórica exaustiva, completa e específica a cada uma das telas que compõem o conjunto da obra até ao artigo publicado pela muito justamente consagrada historiadora de arte Raquel Henriques da Silva no livro de ensaios do projeto “Chiado, Carmo, Paris” que em 2023 teve como figura central precisamente Dórdio Gomes.

Na referida publicação, Raquel Henriques da Silva dedica-se a, mais que analisar, descrever o conjunto da obra, numa perspetiva geral, fazendo também uma análise e minuciosa descrição e avaliação pictórica a cada uma das telas, no que é um contributo fundamental para o seu estudo. Não sendo o nosso objetivo apresentar aqui todo o texto de Raquel Henriques da Silva, consideramos importante, no contexto deste artigo e, precisamente quando estamos a tentar apresentar o Estado da Arte, que façamos referência e citemos algumas das passagens gerais, e um breve trecho de texto representativo da análise realizada sobre cada uma das telas. Assim, partiremos de breves das análises realizadas por Raquel Henriques da Silva, com resumos dos textos sobre cada uma das telas, para no final darmos ênfase à contextualização realizada e às conclusões a que chegou. Dada a relevância do texto, consideramos fundamental este exercício.

Seguindo-se a ordem pela qual a ilustre historiadora de arte apresentou as onze telas, esta destaca em cada pintura, ora em descrição direta e literal, ora discorrendo sobre as composições num plano mais subjetivo, o seguinte:

“Primavera (Romaria)” – “A composição desenvolve-se, no primeiro plano, com três registos distintos mas articulados: ao centro avança um cavaleiro cujas dimensões agigantadas marcam uma espécie de centro descaído a que, nos extremos superiores da pintura, responde a colina do castelo e o casario da vila. Ele caminha em direção a um terreiro onde, à volta de uma igreja se dispõem os grupos que dançam ou se movimentam, numa mancha quase indistinta. Por sua vez, o mesmo cavaleiro é seguido por outros forasteiros que se deslocam de burro ou de carroça. No canto inferior direito, decorre um piquenique familiar, com os adultos à volta da toalha posta sobre a relva e as crianças dançando de roda. Além do cavaleiro solitário, outro homem se distingue, acima da zona do piquenique, sentado numa grande pedra à sombra do sobreiro. (...) trata-se pois de uma aurea mediocritas

³³ Laura Castro (2022), Dórdio Gomes, p. 188.

que todos reúne numa primavera festiva e domingueira de onde o trabalho está ausente e a urbanidade de Arraiolos se proclama, nos trajes das famílias em piquenique mas também, numa articulação produtiva, na jovem mulher que caminha através do cavaleiro, montada à amazona o que permite perceber a sensualidade do seu corpo.”³⁴

“Inverno (A montanha)” – “(...) é dominado pelo grande sobreiro, com os troncos feridos pela cortiça recolhida e que se repercute nos corpos de outras árvores cuja distância lhes retira a majestade do ícone principal. No limite inferior da composição, em frente do grosso tronco (três vezes superior à largura de um homem?) parece pousar, para o pintor e para nós, o único homem da companhia, constituída por seis mulheres de tronco curvado, excepto as duas à esquerda que conversam uma com a outra. Todos – homens e mulheres – vestem os rudes trajes invernosos, capote, lenço e chapéu que iludem os corpos e a sua natural gestualidade. À frente, dispõem-se os gordos porcos que estão a ser objecto da montanha: é a época final da engorda, em pastos naturais de azinheiras e sobreiros. Virá depois a morte que eles ignorarão e que conforta os humanos. (...) Não há padrões há vista, só aquela irmandade tão organicamente desigual. Antes dela está a terra e as árvores cujo ciclo amplia o curso de vida dos animais, humanos ou porcos, numa certeza de continuidade.”³⁵

“Verão (A ceifa)” – “Dispõe-se de uma luz aberta. A terra estende-se, em ondulações suaves com os amarelos secos – outro ícone da pintura alentejana de Dordio – sobrepondo-se aos verdes acizentados que proclama a existência de água. (...) A figura da pilha fecunda articula-se, à esquerda, com a copa da grande árvore à sombra da qual os camponeses descansam, dois merendando e um terceiro, o mais próximo de nós, adormecido. (...) Rostos baixos, corpos atafalhados de roupas sobre outras roupas, enunciando a sabedoria antiga que, desse modo, a gente se defende melhor do calor. Mas a quantidade de roupa é também o instrumento eficaz para as carnes resistirem às agressões dos trabalhos envolvidos na colheita. (...) O pintor não encontra, como razão do seu trabalho, senão a terra já sequiosa e o labor violento de quem trabalha imemorialmente, gerações atrás de gerações.”³⁶

“Noite de São João” – “É uma das pinturas mais complexas do conjunto. A metade superior da composição desenrola a vila sob a colina do castelo e da igreja do Salvador, antiga Matriz. Na metade inferior os dois quadros evocam a liturgia do desnudar a criança e de desnudar na água da fonte e, nessa organização em díptico, embora da esquerda para a direita, é impossível não pensar na pintura italiana dos séculos XIV, nomeadamente Giotto que Dordio tanto admirou na sua memorável viagem a Itália. (...) E se no campo não há senhores da terra, aqui,

³⁴ Raquel Henriques da Silva (2023), *Dordio Gomes: As pinturas do salão nobre da Câmara Municipal de Arraiolos* In Chiado, Carmo, Paris: Os “lugares” de Dordio Gomes e as bifurcações da pintura – Artes na esfera pública, pp. 91-92.

³⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 92-93.

³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 93.

Os painéis do Salão Nobre dos Paços do Concelho de Arraiolos: uma obra incontornável de Dórdio Gomes

intramuros da vila, é o povo miúdo que se movimenta e actua, sem mandantes, nem sequer padres apesar do ritual se celebrar em honra de S. João.”³⁷

“Os gadanheiros” – *“A personagem principal é a grande árvore cujo tronco acentua a verticalidade e articula o próximo com o longe. À frente desse ícone dordiano por excelência, em diagonal expressiva, dispõem-se camponeses a trabalhar de que se destaca, quase tocando no canto inferior direito, uma figura frontal, apoiada no cabo da gadanha e que parece ter interrompido o trabalho para pousar para o pintor, ou seja para nós. Inexpressiva, denota uma resignação atávica que o colorido do traje não dulcifica. Mais uma vez, afirma-se a repetição cíclica de uma cultura que mal fora tocada por sucessivos ritmos de industrialização. O trabalho braçal é duro e sem especial grandeza. Num jogo subtil, creio que insinua a ausência dos beneficiários de tanta labuta.*”³⁸

“A cortiça” – *“Actividade fundamental do ciclo anual da vida agrícola, a extracção da cortiça ocupa homens concentrados que ladeiam as grandes árvores centenárias. Com uma paleta densa, Dórdio evoca ritmos e particularidades da faina, mas mais uma vez, onde os nossos se detêm é no entrosamento dos troncos da árvore pujante do primeiro plano que corta a visão para o que se passa atrás. Os homens despojam-na com os gestos sábios de quem não lhe compromete a eternidade.*”³⁹

“Tosquia” – *“(…) O acto da tosquia do primeiro plano e, atrás, o estábulo onde os animais estão recolhidos, constituem o espaço próprio a que se opõe, à direita, a amplidão azulada da paisagem, fechada pelas montanhas de fundo. A transição de um espaço de trabalho para as lonjuras da terra, é assegurada pela operação movimentada de apanhar o gado que foge das mãos calejadas dos homens.*”⁴⁰

“Outono (Um domingo em 1850)” – *“Dórdio evoca o liberalismo monárquico, quando o poder municipal se consolidou, através de um casal de burgueses. O homem destaca-se pela altivez da pose. Estaremos finalmente perante um terratenente alentejano ou um alto dignitário da administração. À volta é a paisagem de um mundo rural, sendo especialmente divertido o paralelismo entre o cavalo do poderoso e o carro de bois, carregado de gente modesta. (...) Este será o painel em que a pintura é mais descritiva mas a exuberância do primeiro plano onde as gentes se concentram, contrasta com o delicado fundo de paisagem onde se apagam as particularidades epocais.*”⁴¹

³⁷ Raquel Henriques da Silva (2023), *Dórdio Gomes: As pinturas do salão nobre da Câmara Municipal de Arraiolos* In Chiado, Carmo, Paris: *Os “lugares” de Dórdio Gomes e as bifurcações da pintura – Artes na esfera pública*, pp. 94-95.

³⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 94-95.

³⁹ Idem, *Ibidem*, p. 95.

⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p. 95.

⁴¹ Idem, *Ibidem*, pp. 95-96.

“A tapeçaria (Passado e Presente)” – “À esquerda, num interior modesto, assiste-se, no fundo, às primeiras operações de preparação da lã e à frente, ao trabalho lentíssimo do bordado. À direita, numa ala de claustro conventual com abóbadas góticas, procede-se à mostra e eventual tentativa de venda de um tapete concluído. Duas das mulheres são freiras, em consonância com o lugar; assim evocando a lenda da origem conventual dos tapetes de Arraiolos; as outras são damas à século XVIII, algo desdenhosas do que vêem. (...) No interior de cada um desses tempos, o pintor tanto salienta o que acontece no primeiro plano, como nos atrai pela disposição dos fundos, através de anti académicos dos pontos de fuga.”⁴²

“Ilhõas à volta da fonte” – “É a composição mais pós-cubista do conjunto, sobretudo nos rochedos do primeiro plano à esquerda, e nos troncos geometrizados dos sobreiros que parecem ser de pedra como os pedregulhos facetados de onde irrompem. E se as arquitecturas, no plano intermédio e sobre o fundo, são mais descritivas, as mulheres vistas de costas – com as bilhas à cabeça que sintetizam a ondulação dos seus próprios corpos – possuem rara ressonância simbólica. Elas são deusas antigas tanto quanto pobres camponesas, e geram os ciclos quotidianos como a natureza gere o ciclo fecundo das águas.”⁴³

“Dom Nuno Álvares Pereira” – “É surpreendente. Evoca o facto de o Condestável ter sido, desde 1387, conde de Arraiolos. A cena de fundo recorda esse tempo longínquo quando, embora já dotado de Foral concedido por D. Dinis em 1290, o povoado e as suas gentes sofriam os actos de guerra senhoriais contínuos e às vezes incompreensíveis. (...) No primeiro plano, Dordio coloca dois pastores. Um de pé, apoiado no cajado numa actitude expectante, o outro, sentado em pose de melancolia. Acompanham-nos uma cabra lãzuda e um boi majestoso tranquilamente deitado mas que parece partilhar com os homens uma inexplicável expectativa. Adivinham a guerra e as desgraças que trará por todos eles? Resistem desejando a invisibilidade? Do primeiro plano campestre e pacífico para o plano guerreiro junto do castelo recém-construído, o pintor traça uma ausência de caminho mas que é um belo entrosamento de pintura tonal.”⁴⁴

Estas descrições e análises de elevada erudição realizadas por Raquel Henriques da Silva assumem uma importância grande para o estudo das telas do salão nobre dos paços do concelho de Arraiolos, pois trata-se de uma avaliação específica a cada parte do todo que constitui a obra, não deixando, porém, de ter, como noutras avaliações, de outros autores, uma abordagem geral, ao todo da obra, que importa também aqui resumidamente apresentar, pela qualidade do texto e da crítica, mas também pela lúcida contextualização do período de produção artística e atenção à perspectiva de quem encomendou:

⁴² Raquel Henriques da Silva (2023), *Dordio Gomes: As pinturas do salão nobre da Câmara Municipal de Arraiolos* In *Chiado, Carmo, Paris: Os “lugares” de Dordio Gomes e as bifurcações da pintura – Artes na esfera pública*, pp. 96-97.

⁴³ Idem, *Ibidem*, p. 97.

⁴⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 97-98.

Os painéis do Salão Nobre dos Paços do Concelho de Arraiolos: uma obra incontornável de Dórdio Gomes

*“Numa época de intensos confrontos políticos, marcada pela primeira revolta contra a ditadura militar, iniciada no Porto em 1927 e que se estendeu a Lisboa em 1928, em Arraiolos, a Câmara Municipal insere-se nos valores regionalistas defendidos pelas elites locais, entre quais foram eleitos os sucessivos presidentes. (...) O esplêndido ciclo das pinturas para o Salão Nobre dos Paços do Concelho de Arraiolos, realizado entre 1927 e 1932, permitiu-lhe, recém-chegado da segunda estadia em Paris como bolseiro do Estado (1921-1926) definir algumas linhas mestras da sua obra. Sintetizando a sua determinação, pode afirmar-se que os aspectos inovadores da sua pintura parisiense, relacionados com uma estética que elegera Paul Cézanne como referência fundamental, foram a seiva de uma nova fase de trabalho, aparentemente mais conservadora pelo seu intencional regionalismo.”*⁴⁵

Num primeiro momento, acima citado, Raquel Henriques da Silva contextualiza, analisa e enquadra esta obra de Dórdio, mas é no final, epílogo do seu texto, que vai mais além na análise, avançando da descrição para a crítica, através da realização de um enquadramento que até à data nenhum investigador ou historiador de arte havia feito em referência a estas “telas esquecidas de Dórdio em Arraiolos”, na medida em que tenta adivinhar as intenções artísticas de Dórdio Gomes, explanando um pensamento que pela sua complexidade enquadra a obra numa perspetiva filosófica e dos movimentos artísticos internacionais, diferenciando-a e atribuindo-lhe um valor concreto, no espaço e no tempo, querendo dizer que o artista pretendeu assumir uma posição, artística, mas também académica como também social, incluindo nela uma posição de defesa do que é tradicional, não sem uma crítica indelével e sem afirmação cabal, criticando sem que tal seja perceptível ao olhar incauto.

Pela profundidade do pensamento e contextualização realizada por Raquel Henriques da Silva, assente no seu saber e perceção, ainda que arriscando uma ideia difícil de confirmar, não podemos deixar de aqui transcrever essa complexa teia de raciocínio, que valoriza a obra de Dórdio e se constitui como um fundamental raciocínio quando nos propomos a apresentar o Estado da Arte das telas do salão nobre dos paços do concelho de Arraiolos:

“Considerarei, tal como Laura Castro, que o conjunto de pinturas de Arraiolos manifesta a pesquisa formal e cromática que Dórdio prosseguiu em Paris mas com uma imensa particularidade que advém do tema tratado: uma narrativa regionalista valorizando traços etnográficos da cultura alentejana. Este aspecto liga Dórdio às iconografias do naturalismo (de Malhoa, Carlos Reis, Alves Cardoso ou Joaquim Lopes). No entanto, os recursos expressivos do modernismo introduzem uma ruptura considerável em relação a essa herança; por outro lado, e essa será a minha tese fundamental, também as iconografias, aparentemente comuns (a celebração da vida camponesa no território e história de Arraiolos) são subtilmente

⁴⁵ Raquel Henriques da Silva (2023), *Dórdio Gomes: As pinturas do salão nobre da Câmara Municipal de Arraiolos* In Chiado, Carmo, Paris: Os “lugares” de Dórdio Gomes e as bifurcações da pintura – Artes na esfera pública, p. 88 e 93.

*inovadoras.⁴⁶ (...) Descrevi as onze pinturas de Dordio Gomes, colocadas no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Arraiolos como o pintor gostaria que fossem apresentadas: um livro aberto de histórias e lendas que remete os espectadores para a riquíssima história e etnografia da vila alentejana. Mas este procedimento clássico que, na pintura europeia foi conceptualizado por Nicolas Poussin – apropriando a expressão do poeta romano Horácio *Ut Pictura Poesis* – foi questionado pelo modernismo parisiense que, desde os impressionistas, denega a iconografia como questão central de pintura. Nos limites de um sistema de representação, Dordio, entre 1927 e 1932, utiliza a sua aprendizagem formalista, ligando Cézanne e o pós-cubismo, para a pôr ao serviço do seu vincado regionalismo. A prevalência do povo trabalhador no campo e nas actividades urbanas, a exuberância da natureza e o culto das suas árvores que parecem eternas permite sugerir que estamos perante um “regionalismo crítico” que, na teorização arquitectónica de Kenneth Frampton, valoriza, contra o internacionalismo da “máquina de habitar” à Corbusier, as particularidades de lugares concretos.”⁴⁷*

Para completarmos as referências bibliográficas que considerámos necessárias para se saber qual o Estado da Arte das telas do salão nobre dos paços do concelho de Arraiolos, apresentamos ainda uma abordagem realizada pela artista plástica Olga Berens, que na mesma publicação em que, em 2023, Raquel Henriques da Silva dedicou um texto descritivo e de análise a todas as pinturas que constituem a obra, apresentou um texto dedicado exclusivamente a uma das telas, a “Noite de São João”, sendo um importante contributo não só pela especificidade da análise, mas também por se tratar da visão de uma artista, com uma perspetiva claramente diferente do historiador de arte.

Neste texto é muito bem explicado, com pormenor, a importância da abordagem etnográfica e imaterial realizada por Dordio, registando as tradições locais. Porém, mais do que a abordagem às questões etnográficas muito presentes em todas as telas da obras, mas em especial nesta da Noite de São João, interessa-nos neste texto de Olga Berens captar e referir aqui as citações em que a autora mais se debruçou sobre as técnicas pictóricas de Dordio e a forma como se constituem como cabais demonstrações de quem era Dordio Gomes nesta fase do seu trajeto enquanto pintor:

“Ao analisar esta obra defendemos como Erwin Panofsky que a forma não pode ser separada do seu contexto, entendido nas múltiplas dimensões de cultura e património imaterial local, de recepção crítica da obra, de relações com quem a vê e as diversas possibilidades de interacção com um receptor e as suas diversas interpretações. Sobre esta tela diremos que representa uma tradição ancestral da noite de S. João (a noite mais longa do ano, coincidente com o solstício de Verão), em que os bebés varões eram submetidos à “imposição do vime”, seguida de uma imersão

⁴⁶ Raquel Henriques da Silva (2023), *Dordio Gomes: As pinturas do salão nobre da Câmara Municipal de Arraiolos* In *Chiado, Carmo, Paris: Os “lugares” de Dordio Gomes e as bifurcações da pintura – Artes na esfera pública*, p. 89.

⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p. 98.

Os painéis do Salão Nobre dos Paços do Concelho de Arraiolos: uma obra incontornável de Dórdio Gomes

ritual na fonte das Fontainhas, cerimónia concebida como garante de virilidade futura.

É uma pintura a óleo com tonalidades de fim de tarde, sólida, muito material, com pincelada larga e decidida. Os azuis do céu entram em diálogo com os verdes luminosos da encosta e com o verde assumidamente forte e escuro das árvores do primeiro plano; os ocres dos edifícios pontuam a colina e vêm a dominar com tonalidades laranja e amarelo o cenário arquitectónico mais próximo, perfazendo assim um jogo de forte oposição cromática e de cariz cèzanniano. O traço é intenso e pastoso, em grandes volumes redondos que desenham as formas mais biológicas do monte, das árvores, dos seres humanos, por contraposição aos volumes mais geométricos das casas e do castelo.

*Este traço tão seguro atesta o longo percurso de treino de Dórdio Gomes, que tinha então 36 anos, e chegara à maturidade artística que o tornou capaz de responder tão cabalmente ao pedido e ao propósito da Câmara Municipal de Arraiolos. Podemos considerar que essa maturidade procede de duas vertentes formativas de vinte e quatro anos de experiência: uma vertente da sua primeira estadia em Arraiolos por dez anos (1911-1921), em que consolidou alguns aspetos mais naturalistas do seu estilo.*⁴⁸

Optámos por apresentar, com recurso a citações, por vezes longas, os principais trabalhos realizados sobre as telas do salão nobre, que, como pudemos constatar, só nos últimos anos têm tido um análise mais detalhada por parte de, ainda assim, escassos investigadores. Antes, só homens mais chegados ao próprio pintor, como o seu amigo Diogo de Macedo ou o seu biógrafo Manuel Mendes, ainda em vida do pintor, ou ainda, mais raramente, pequenas referências em manuais de história da arte portuguesa, de carácter geral, deram destaque a esta obra ainda algo desconhecida entre as muitas produzidas por Dórdio Gomes.

Considerações finais

Mais do que a qualidade pictórica ou a capacidade conceptual expressa em cada uma das composições das onze telas que constituem a obra do salão nobre dos paços do concelho de Arraiolos, consideramos haver um valor simbólico inerente a esta obra, seja pela importância da harmoniosa união entre a tradição e a novidade no contexto da obra do pintor, seja num plano mais geral da história da arte portuguesa, em que assume a união entre a tradição oitocentista da pintura portuguesa, assente num realismo formal, e a modernização, expressa em subjetividade e transformação da realidade, ainda que no caso desta obra de Dórdio sem recurso à abstração. Passamos, pois, a explicar o nosso ponto de vista nos próximos parágrafos.

⁴⁸ Olga Berens, *Dórdio Gomes & a Noite de São João: uma homenagem modernista a uma realidade imemorial* In Chiado, Carmo, Paris: *Os “lugares” de Dórdio Gomes e as bifurcações da pintura – Artes na esfera pública*, pp. 185-186.

O momento em que Dordio Gomes chega de França é o ponto de ebulição entre o que levou, de aprendizagem, e o que trouxe, de novo conhecimento. E esse ponto de ebulição criou um novo artista. E é precisamente nesse momento que assume a encomenda de pintura das telas do salão nobre de Arraiolos. Depois de cinco anos intensos, de aprendizagem e acesso privilegiado ao conhecimento, com recurso ao passado, principalmente na sua passagem por Itália e Holanda, e com assunção da vanguarda apreendida em Paris, e adotada na sua obra, com os exemplos mais visíveis e marcantes a serem *Casas de Malakoff*, de 2023, e *Grande auto-retrato de natureza morta*, em 2024, Dordio estava pronto e ansioso por apresentar na sua terra o seu novo eu artístico. E é nesse exercício interno que Dordio Gomes foi obrigado a fazer para dar resposta à obra que reside a sua relevância.

Voltando à referência que fizemos, aparentemente exagerada, da importância desta obra para a própria história da arte portuguesa, essa ideia assenta em características presentes em todas as telas do salão nobre. Foi pedido a Dordio Gomes, homem da terra, que vindo de Paris, onde tomou contacto com as vanguardas da arte europeia, moderna, realizasse umas pinturas de cariz tradicionalista, etnográficas, em que se valorizasse a cultura regional e local. Sem que se incluía esta obra, que Dordio iniciou em 1927 e terminou entre 1931 e 1932, entre as grandes pinturas portuguesas de então, há nela um equilíbrio ténue e difícil, entre a tradição da pintura portuguesa do século XIX e início do século XX, muito marcada pela figura de Columbano Bordalo Pinheiro, que foi também um dos mestres de Dordio na escola de Lisboa, e um cariz essencialmente realista, formal, avesso à abstração da realidade e precisamente em contraposição com as tendências então vigentes na arte europeia, de que Paris era o centro em ebulição e para onde, desde inícios do século XX, todos os jovens com pretensões a pintor tendiam a ir.

É precisamente esse equilíbrio que ressalta da obra do salão nobre. O equilíbrio entre a tradição e o modernismo, entre Columbano e Cézanne, entre o pintor alentejano, retratista de província, e o homem viajado, conhecedor, académico sem ser refém dos cânones da academia.

Consideramos ser “equilíbrio” a palavra certa para descrever esta obra e, principalmente, no caso de a pretendermos catalogar quanto ao período, movimento ou estilo artístico em que se deverá enquadrar, no espaço e no tempo. Há um equilíbrio entre dois mundos, entre passado e presente.

Dordio, então já com 37 anos, quando iniciou o trabalho nas telas do salão nobre, consegue expressar de forma harmónica, ainda que porventura com algum exagero no colorido de que o próprio se chegou a lamentar, todo o seu extenso saber acumulado e toda a sua complexa teia de conhecimentos. Foi, por isso, o tradicionalista, formal, académico e homem da província que os requisitos da encomenda demandavam, e foi o homem que viveu e viajou pela Europa, tocado pelo que viu e aprendeu. Foi o tradicionalista que quis ser moderno sem renegar a sua essência, unindo dois mundos.

A rutura que em 1923 se anunciava com a sua emblemática obra “Casas de Malakoff”, que justamente lhe veio a valer o epíteto de “modernista”, e que indi-

Os painéis do Salão Nobre dos Paços do Concelho de Arraiolos: uma obra incontornável de Dórdio Gomes

ciou a sua adesão às ideias do cubismo ou pós-cubismo, ainda que de forma moderada, acabou por não o desviar por completo do seu passado, e até à sua morte, em 1972, nunca deixou de ser o pintor que unia a tradição pictórica portuguesa oitocentista com o novo e moderno século XX, sempre com equilíbrio e moderação. Esse foi Dórdio, o académico, pintor formal, criador de sobreiros e cavalos pujantes dos campos alentejanos, com uma base retratista, mas que soube incluir, ainda que com moderação e equilíbrio, o cubismo, o expressionismo e outros movimentos e características da arte moderna, fazendo-os caber na tradição portuguesa, mais avessa à mudança.

As telas do salão nobre são muito provavelmente o momento em que dois mundos se unem e aí continuam unidos no imaginário de Dórdio ao longo de todo o seu percurso artístico, umas vezes com um maior pendor conservador, outras com um maior modernismo, mas sem nunca mais se ver de forma tão clara como nas telas do salão nobre a união improvável de Columbano com Cézanne.

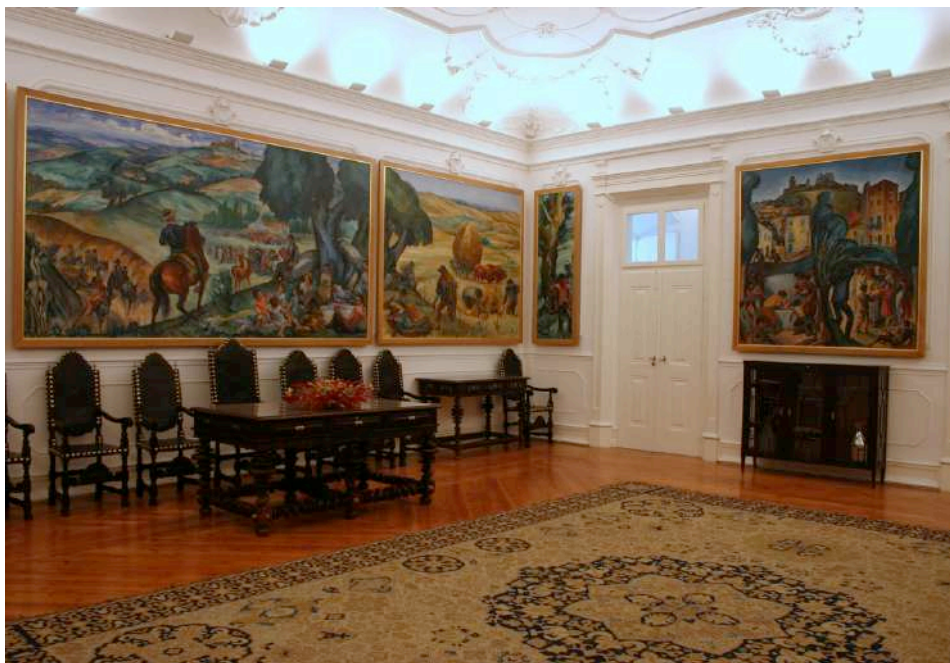


Figura 1 – Salão nobre dos Paços do Concelho, Arraiolos. © António Santana (2015)



Figura 2 – *Primavera (Romaria)*, 1932. | Óleo sobre tela | 193 x 359 cm | Coleção da Câmara Municipal de Arraiolos. © Jerónimo Heitor Coelho (2021)



Figura 3 – *Inverno (A montanha)*, 1932. | Óleo sobre tela | 193 x 239 cm | Coleção da Câmara Municipal de Arraiolos. © Jerónimo Heitor Coelho (2021)

**Os painéis do Salão Nobre dos Paços do Concelho de Arraiolos:
uma obra incontornável de Dórdio Gomes**



Figura 4 – *Verão (A ceifa)*, 1932. | Óleo sobre tela | 193 x 239 cm | Coleção da Câmara Municipal de Arraiolos. © Jerónimo Heitor Coelho (2021)



Figura 5 – *Noite de São João*, 1932. | Óleo sobre tela | 193 x 239 cm | Coleção da Câmara Municipal de Arraiolos. © Jerónimo Heitor Coelho (2021)



Figura 6 – *Os gadanheiros*, 1932. Óleo sobre tela | 193 x 59 cm | Coleção da Câmara Municipal de Arraiolos.
© Jerónimo Heitor Coelho (2021).



Figura 7 – *A cortiça*, 1932. Óleo sobre tela | 193 x 59 cm | Coleção da Câmara Municipal de Arraiolos.
© Jerónimo Heitor Coelho (2021).

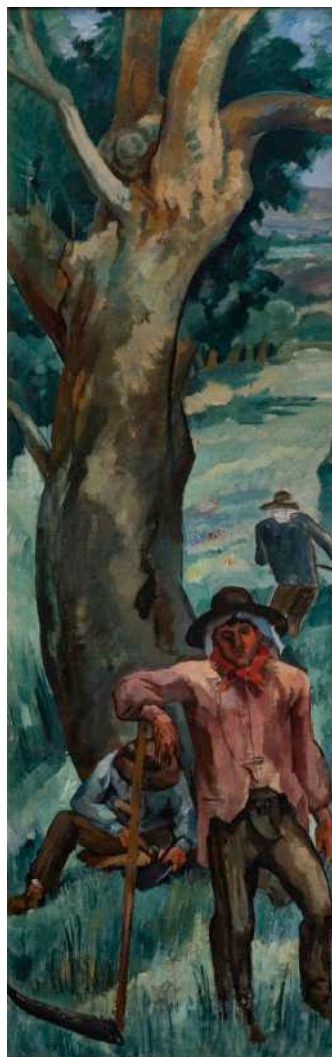


Figura 8 - *Tosquia*, 1932. Óleo sobre tela | 193 x 49 cm | Coleção da Câmara Municipal de Arraiolos.
© Jerónimo Heitor Coelho (2021).

**Os painéis do Salão Nobre dos Paços do Concelho de Arraiolos:
uma obra incontornável de Dórdio Gomes**



Figura 9 – *Outono (Um domingo em 1850)*, 1932 | Óleo sobre tela | 193 x 260 cm | Coleção da Câmara Municipal de Arraiolos. © Jerónimo Heitor Coelho (2021)



Figura 10 – *A tapeçaria (Passado e presente)*, 1932. | Óleo sobre tela | 193 x 113 cm | Coleção da Câmara Municipal de Arraiolos. © Jerónimo Heitor Coelho (2021)

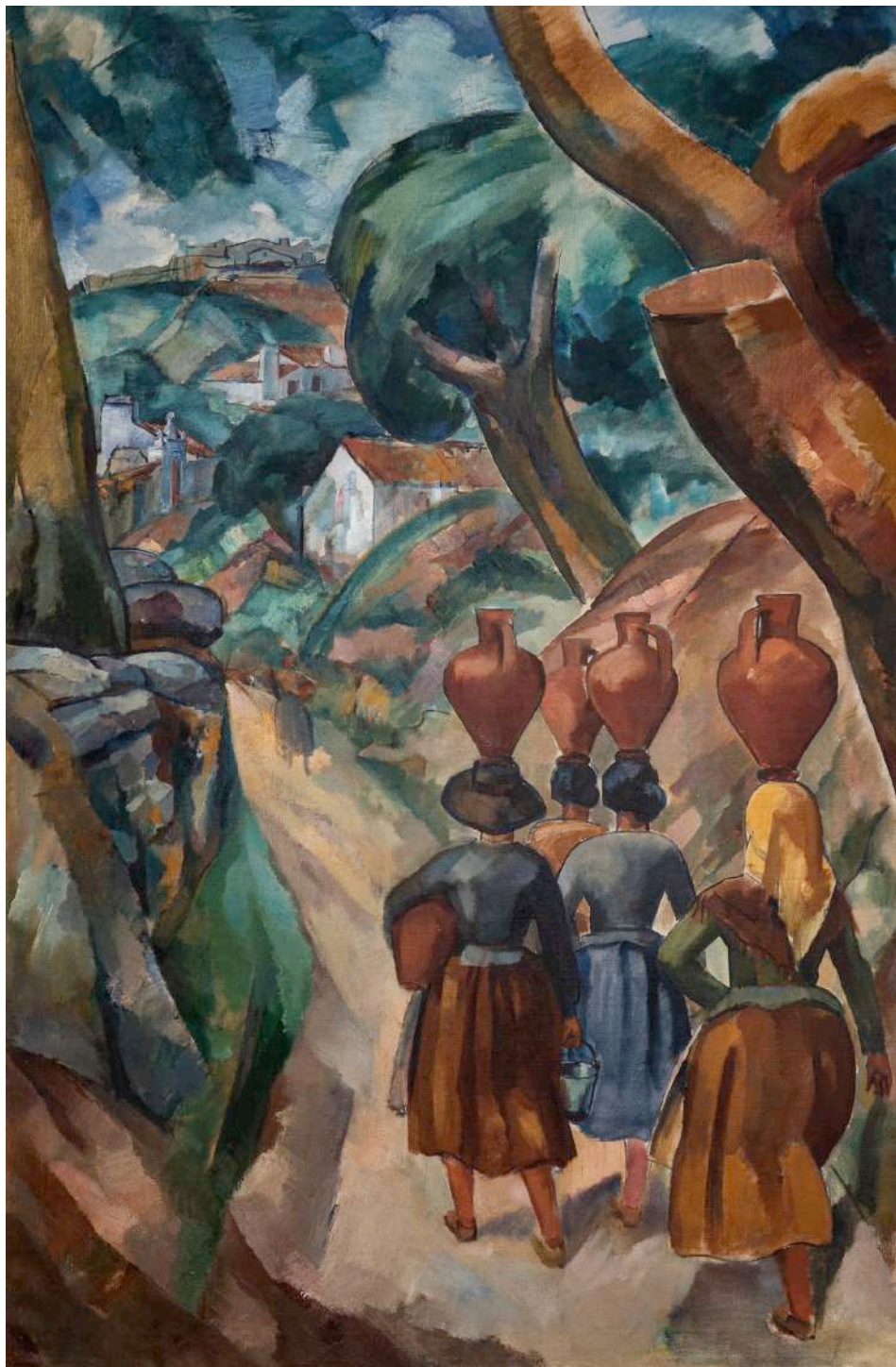


Figura 11 – *Ilhóas à volta da fonte*, 1932. | Óleo sobre tela | 193 x 125 cm | Coleção da Câmara Municipal de Arraiolos. © Jerónimo Heitor Coelho (2021)

**Os painéis do Salão Nobre dos Paços do Concelho de Arraiolos:
uma obra incontornável de Dórdio Gomes**



Figura 12 – *Dom Nuno Álvares Pereira*, 1932. | Óleo sobre tela | 193 x 101 cm | Coleção da Câmara Municipal de Arraiolos. © Jerónimo Heitor Coelho (2021)

Fontes Manuscritas

Arquivo Distrital de Évora (ADE)

– Paróquia de Arraiolos, Registo de Batismos, Livro 59 (1890)

– Paróquia de Arraiolos, Registo de Óbitos, Livro 47 (1893)

Arquivo Histórico Municipal de Arraiolos (AHMA)

– Atas de Vereações, Livro 80 (1925-1927)

Bibliografia

BERENS, Olga – *Dordio Gomes & a Noite de São João: uma homenagem modernista a uma realidade imaterial* In Chiado, Carmo, Paris: Os “lugares” de Dordio Gomes e as bifurcações da pintura – Artes na esfera pública. Lisboa: Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa / Museu Nacional de Arte Contemporânea

CASTRO, Laura (2022) – *Dordio Gomes*. Arraiolos: Câmara Municipal.

FRANÇA, José-Augusto (2008) – *A arte em Portugal no século XX (1911-1961)*. 4.^a edição. Lisboa: Livros Horizonte.

LOBO, Rui Miguel (2023) – *Arraiolos e o Alentejo na vida e obra de Dordio Gomes* In Chiado, Carmo, Paris: Os “lugares” de Dordio Gomes e as bifurcações da pintura – Artes na esfera pública. Lisboa: Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa / Museu Nacional de Arte Contemporânea

LOBO, Rui Miguel (2021) – *As ruas da vila de Arraiolos: história, toponímia, urbanismo e património*. Volume II. Arraiolos: Câmara Municipal.

MACEDO, Diogo de (1944) – *Artistas portugueses: o pintor Dordio Gomes* In Litoral, Volume II, n.º 5.

MARTINS, Luís Jaime R. (2016) – *Judeus de Arraiolos e outros cristãos-novos (séculos XV-XIX)*. Lisboa: Academia de Letras e Artes.

MENDES, Manuel (1958) – *Dordio Gomes*. Lisboa: Editorial Sul Limitada.

SILVA, Raquel Henriques da (2015) – *A pintura modernista na coleção Millenium BCP*. Catálogo de exposição. Lisboa: Fundação Millenium BCP.

SILVA, Raquel Henriques da (2023) – *Dordio Gomes: As pinturas do salão nobre da Câmara Municipal de Arraiolos* In Chiado, Carmo, Paris: Os “lugares” de Dordio Gomes e as bifurcações da pintura – Artes na esfera pública. Lisboa: Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa / Museu Nacional de Arte Contemporânea.

[s.a.] (1917) – *Exposição de Tapetes de Arrayollos*. Catálogo de exposição. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva.

TAVARES, Cristina Azevedo (2023) – *O modernismo de Dordio Gomes e o seu protagonismo na Sociedade Nacional de Belas-Artes* In Chiado, Carmo, Paris: Os “lugares” de Dordio Gomes e as bifurcações da pintura – Artes na esfera pública. Lisboa: Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa / Museu Nacional de Arte Contemporânea.

Jornada Mundial da Juventude em Vila Viçosa

JMJ em Vila Viçosa, jovens do mundo com Jesus

Carlos Aurélio

1. Antes dos jovens chegarem

O que se passou em Vila Viçosa entre 26 e 31 de Julho de 2023 aquando das MJM – *Jornadas Mundiais da Juventude* – foi algo impressionante que convém ficar registado ainda que contado na primeira pessoa. Oxalá o “eu” não canse, mas o testemunho do que vi e ouvi recusa ocultar-se, a boa notícia não pode ficar soterrada em esquecimento. Este vosso aqui cronista de empréstimo estava, um ano antes, em 2022, muito longe de tão impressiva expectativa. O que demonstra, por si, o equívoco do preconceito ou, pelo menos, o erro da dúvida como método!

Convém começar pelo princípio, La Palice não diria melhor, a clareza perceptiva tal o impõe.¹

Em 2022, um ano antes das MJM de Lisboa, o país católico em geral e cada família em particular foram chamados a oferecer acolhimento aos jovens, dando-lhes coabitação familiar nas paróquias durante cinco dias para, depois, rumarem à capital e dioceses limítrofes (Setúbal e Santarém) ao encontro do Papa, entre 1 e 6 de Agosto. Em minha casa decidimos receber dois jovens. A expectativa mostrava-se interessante não só pelo natural e sempre saudável convívio humano, mas no nosso caso, para conhecermos mais de perto realidades católicas de outros países, quem sabe, de outros continentes. Há cerca de uma dúzia de anos havíamos recebido em casa, ainda que só para refeições, dois jovens portugueses inseridos no

¹ Era comum, há décadas, jornalistas e cronistas nomearem La Palice por tudo ou quase nada! Aqui não fará mal afinar a memória. Jacques de La Palice, antigo militar francês (1470-1525) ganhou tamanha popularidade entre os seus soldados que deles mereceu gratas canções depois da sua morte. Uma delas cantava: “*S’il n’était pas mort il ferait envie*” (Se não tivesse morrido, faria inveja); com os anos a fonética equívoca deformou o verso: “*s’il n’était pas mort il serait en vie*” (Se não tivesse morrido, estaria vivo). Na guerra da memória La Palice é muito lembrado pela batalha de se dizer o óbvio pelo que é evidéssimo!

apostolado universitário e o agrado fora recíproco. Ainda para mais perspectivávamos para as Jornadas o bom envolvimento de filhas e netos que, por certo, ajudariam a esbater qualquer possível dificuldade de ambientação. Estes preliminares importam para descrever do lado de cá a expectativa ora confiante, ora hesitante, bem natural frente ao desconhecido. Dizendo de forma crua: «afinal, assim de repente, quem meteríamos entre as quatro paredes da família durante uma semana?». A fé cristã e a vivência comunitária ajudariam, claro que sim, e, todavia, só o futuro falaria. Um par de meses antes, talvez em Junho de 2023 o futuro falou e ficámos a saber que, para Vila Viçosa, viriam cerca de duzentos e cinquenta jovens: do México (70), do Mónaco e de França (175), isto nos primeiros cinco dias e ... meu Deus!, depois chegariam mais 3500 de Paris, nos dois dias seguintes, de 31 de Julho a 1 de Agosto.

Três mil e quinhentos jovens parisienses, assim “despejados” em dezenas de autocarros numa terra de cinco mil habitantes?! Era legítima a expectativa decair em pessimismo antevendo os dois dias finais. Eu por mim, pobre cronista historiográfico de fatal boa memória, lembrei-me logo da devastação sofrida por Vila Viçosa aquando da primeira invasão francesa, napoleónica e fatídica, a qual ocorrera entre 19 e 20 de Junho de 1808, dela resultando mais de setenta mortes!!! Caro leitor, fique tranquilo, estou a gracejar, permita-se a ironia mesmo à custa de tragédia factual histórica. A *invasão* da JMJ seria católica e pacífica, mas convenhamos, 3500 parisienses entre 5000 calipolenses desequilibrariam qualquer relação de “forças” ainda que, no caso do bom convívio cristão, se tratasse de colaboração de esforços para tudo dar certo. Perplexo, confessei aos meus botões: 3500 de Paris? Porque escolheram eles Vila Viçosa? E esperei.

Acresce dizer que um mês antes, entretanto, ficámos a conhecer que as duas paróquias locais em a colaboração com a Câmara Municipal de Vila Viçosa e diversas outras entidades haviam definido um programa devidamente calendariado para receber os jovens mexicanos, franceses e monegascos. Em reunião das quinze famílias calipolenses de acolhimento, dias antes de 26 de Julho, soubemos que seriam distribuídos cerca de 32 jovens mexicanos. Os dois jovens que nos calhariam em casa seriam sorteados, como todos os outros, na tarde da sua chegada, depois de almoço do dia 26, quarta-feira, frente à Escola Secundária. Arrumados em espera os 3500 franceses que só chegariam na segunda-feira seguinte, acantonados na mistura entre confiança divina e conjecturas pouco optimistas, fomos esperar o *México con sus muchachos y sombreros* sob o calor abafado de Julho, à sombra dos plátanos da Avenida da Estação. *Muchachos*, depende, a *nosotros* calharam duas *chicas*, a Lídia e a Monse. Já vê o leitor que no final dos cinco dias de acolhida já só dava *portunhol* pois, como sempre, o portuguesito arranha qualquer língua enquanto os de língua castelhana nem arranham nem esgravatam, a sua amplitude auditiva, quase só sonora, não apanha frequências suaves! Mas adiante, a Lídia e a Monse (era Monserrat, mas preferia o diminutivo) foram duas jovens extraordinariamente simpáticas, harmoniosas e queridíssimas. Os mexicanos são alegres, como em geral a hispanidade, mas mais afectuosos e ajustados às circunstâncias como tantas vezes escapa aos espanhóis. Nós, cá por casa, acabá-

mos mais mexicanos e elas quase portuguesas, nós, *papás postizos*, como nos chamavam, elas, *hijas adoptivas*! Melhor que isto, seria difícil de imaginar! Este foi o ponto de chegada quando na segunda-feira, dia 31, as levámos em abraços e lágrimas ao Largo da Estação, na despedida para Lisboa. Mas, falta o entretanto que irei narrar e é bem importante. O leitor fará o favor de esperar. Se nós cá em casa esperamos meses, quem me lê espera apenas parágrafos e, por agora, temos que dar volta atrás, larga até a 1984 e ao Papa São João Paulo II. Senão, não se percebe o entusiasmo mexicano, a delicadeza monegasca e a devoção dos parisienses. A paciência também é virtude.

2. Os jovens e o Papa João Paulo II

Porventura, um dos dons de santidade de São João Paulo II eclodiu logo na primeira missa do seu pontificado, a 22 de Outubro de 1978, clamando à multidão *urbi et orbi*, à cristandade e ao mundo: «Não tenhais medo!». Depois, ele mesmo veio revelar que a frase nada tivera de premeditado, acreditou que foi o Espírito Santo a pôr-lhe na boca aquelas palavras pelas quais desafiou a esfumarem-se os receios e os medos do mundo na confiança ao Coração Redentor de Jesus Cristo. Não por acaso, o propósito e legenda do seu pontificado, associado ao seu querido lema mariano – *Totus Tuus Mariae*² –, veio a ser explicitado na primeira encíclica: *Redemptor Hominis* (*O Redentor do Homem*) publicada a 4 de Março de 1979 e dedicada a Jesus Cristo.

Esse mesmo dom de comunicar de forma sincera e verídica com as pessoas, avassalador e jovial, terno e entusiasta mesmo entre multidões, revelou-se poderosamente evangelizador aquando do Ano Santo da Redenção em 1983-84, assinando os 1950 anos da Ressurreição de Jesus. No Domingo de Ramos de 1984, a 15 de Abril, uma Roma surpreendida viu 300 000 jovens acorrerem ao sentido pascal do Redentor através do apelo de João Paulo II.³ Directamente deste domingo especial nasceram as futuras *Jornadas Mundiais da Juventude*, a primeira das quais, convocada a 20 de Dezembro de 1985, aconteceu no Verão do ano seguinte em Roma, em 1986. Importa também assinalar que três semanas antes desse memorável Domingo de Ramos, no dia da Anunciação, a 25 de Março de 1984, o Papa, ajoelhado frente à imagem de Nossa Senhora trazida directamente da Capelinha das Aparições de Fátima, havia consagrado o mundo inteiro (e, entre linhas *silen-*

² A legenda do brasão pontifício do Papa João Paulo II – *Totus Tuus* – expressa a total pertença a Jesus através de Maria na consagração total à Virgem em S. Luís Maria Grignion de Montfort: «*Tuus totus ego sum, et omnia mea, tua sunt*», ou seja, «Sou todo teu, Maria, e tudo o que é meu é teu».

³ Esse inolvidável encontro de João Paulo II com os jovens aconteceu sob a designação de *Jubileu Internacional da Juventude* e, tão inesperado foi o número de peregrinos, que os problemas de alojamento tiveram que ser resolvidos com o recurso às famílias de Roma. Assim nasceram as futuras famílias de acolhimento.

ciadas supõe-se também a Rússia, ainda comunista!) ao Imaculado Coração de Maria procurando acertar e cumprir o pedido clamado pela Irmã Lúcia desde 1959 e, por várias vezes, «não aceite pelos céus», conforme declarara a vidente. Desta vez sim, assegurou Lúcia, os Céus aceitaram. Profeticamente, passados cinco anos, em 1989, caía pacífica e inesperadamente o Muro de Berlim e, depois, o regime comunista da União Soviética. Dez anos antes, em 1979, o Papa polaco Karol Wojtyła que tanto ajudou a derrubar o Muro, havia visitado a sua Polónia natal ainda sob domínio da URSS.

Desde 1986, em intervalos de dois ou três anos, já se realizaram 16 edições das Jornadas incluindo a portuguesa, em 2023, atraindo sempre multidões impressionantes de jovens como em Manila nas Filipinas, em 1995, onde cinco milhões saudaram João Paulo II, um milhão e meio juntou-se a Bento XVI em Madrid em 2011 (igual cifra à de Lisboa), quase quatro milhões no Rio de Janeiro com Francisco em 2013.

É decisivo que se esclareça um equívoco que a comunicação mundana propaga e que em tempos me iludiu: os jovens verdadeiramente buscam a Jesus Cristo através da figura visível, petrina e paternal do Papa e não o inverso, não é o Papa que, qual estrela *pop* moderna, embrulha a mensagem cristã num género *woodstock* católico a puxar para a *nova era* falsamente espiritual. Com João Paulo II a comunicação social criou, talvez por ligeireza, o engodo mediático mundial que iludiu muita gente crescida, não os jovens que, reiteradamente, foram sempre testemunhando o inverso. Disso tenho provas próximas, familiares e amigas. Aliás, veja-se que, depois do Papa polaco, o alemão e o argentino receberam similar entusiasmo juvenil. É Jesus o demandado: «Quem és tu, Senhor? Onde estás? Como te encontro?». Só quem esteve, como é o meu caso, por dentro da experiência das paróquias antes do encontro com o Papa Francisco, e mais ainda na vivência das famílias de acolhimento, percebe e experimenta a força real e efusiva dos jovens em demanda deste *Santo Graal* que há já vinte séculos se nos deu a conhecer: Jesus Cristo! Nele habita a possibilidade redentora da fé, frente ao vazio que o consumo e a mundanidade não preenchem.

Cada jornada das JMJ percorre um caminho de preparação de alguns meses o qual, sucintamente, apoia e anima reuniões prévias dos jovens através de dois símbolos fixos, a Cruz Peregrina e o Ícone de Nossa Senhora, e dois nódulos móveis, um tema e um hino com o respectivo emblema criado para o encontro em cada cidade sede.

Para termos uma ideia diga-se que, para a preparação das primeiras JMJ oficiais de 1986 em Roma, o Papa João Paulo II, depois do Ano Internacional da Juventude em 1985, entregou aos jovens uma cruz de madeira com quase quatro metros da qual existem hoje dezenas de cópias. Essa cruz que os jovens carregam e levantam em todas as dioceses tem diversos nomes – Cruz do Ano Santo, Cruz do Jubileu, Cruz da JMJ, Cruz Peregrina ou Cruz dos Jovens – e transporta com ela a mensagem que o Papa João Paulo II então lhes entregou: «Levem-na ao mundo como símbolo do amor de Cristo, apregoem a todos que só em Cristo, morto e ressuscitado, encontramos a salvação e a redenção». Mais tarde, em 2003, o mesmo Papa

outorgou um segundo símbolo, uma cópia do Ícone de Nossa Senhora – a *Salus Populi Romani* (Salvação / Protecção do Povo Romano) – que se encontra na primeira basílica dedicada à Mãe de Deus, a de Santa Maria Maior em Roma. E disse-lhes: «Hoje, confio-vos o Ícone de Maria. Daqui em diante, ele vai acompanhar as Jornadas Mundiais da Juventude, juntamente com a Cruz. Contemplem a vossa Mãe! Será um sinal da presença materna de Maria, próxima aos jovens, chamados, como o apóstolo João, a acolhê-la nas vossas vidas».

Nas segundas JMJ, a de Buenos Aires/1987, o seguinte versículo evangélico deu o tema: «Nós conhecemos o amor que Deus tem por nós e cremos nele» “(I Jo 4,16). O hino respectivo cantou *Um Novo Sol*. Em Lisboa/2023, o tema proposto a meditar foi: «Maria levantou-se e partiu apressadamente” (Lc 1,39); quanto ao hino, cantou-se a plenos pulmões que *Há Pressa no Ar*.

Apresentado o enquadramento necessário para distinguir a essência desta impressionante e repetida manifestação de jovens em busca da sua realização espiritual, por isso mesmo humana e existencial, podemos assim perceber o quanto os meios globais de comunicação tantas vezes o deturpam ou menorizam, reduzindo tudo a um encontro com o Papa. Mas se fosse apenas isso, bastaria ir a Roma, em cada domingo à hora do *Angelus*, ele fala e mostra-se desde a sua janela, a segunda, em cima à direita, desde a biblioteca do Vaticano.

Mas, o melhor mesmo, aprofundando as Jornadas, é regressarmos a Vila Viçosa sob a boa sombra dos plátanos da Avenida da Estação.



A Cruz Peregrina e o Ícone da Virgem expostos na paróquia de São Bartolomeu, Igreja de S. João Evangelista, Vila Viçosa

3. As Jornadas em Vila Viçosa

Após pesadas horas de viagem desde o México – autocarro-avião-autocarro – os jovens mexicanos chegaram ao fim da manhã de quarta-feira, 26 de Julho. A maioria ficou alojada na Escola Secundária e, outros trinta e dois, foram distribuídos ao início da tarde por quinze famílias de Vila Viçosa. Os monegascos chegaram ao final da tarde imediatamente antes da missa das 18,30h à Igreja de São João Evangelista, sede da paróquia de São Bartolomeu.

Deu-nos o sorteio duas jovens, a Lídia, fisiatra com cerca de 30 anos, e a Monserrat, 25 anos, funcionária de uma multinacional, ambas de Guadalajara, cidade de 1,5 milhão de habitantes a cerca de 500 Km da colossal Cidade do México, em cujo círculo metropolitano vivem 22 milhões de pessoas. As indicações de apoio que nos deram em atenção à saúde das nossas duas, diziam: diabetes, uma, *disautonomia* controlada, outra; as precauções, sendo justificadas, felizmente revelaram-se apenas potenciais. O que vimos e não foi meramente potencial, antes efectivo, foram as enormes e pesadas malas (malões também!) e mochilas, violas e largos *sombreros* mexicanos com que se apresentaram a generalidade dos acolhidos e, diga-se, “assustando” algumas famílias de acolhimento. No nosso caso fizemos duas viagens até casa para transporte de tamanha bagagem. Eu, interroguei-me calado, à boa maneira lusa, em expectativa hospitaleira. Mas afinal, aquiesci no meu pensar, sempre era uma viagem intercontinental ao longo de quinze dias, pois alguns como a Monse, iriam ainda a Roma.

Depois de acomodadas e um curto descanso, demos uma volta ligeira pela Vila ao calor áspero de Julho para ganharem autonomia e orientação espacial. Ao início da missa das 18,30h, em S. Bartolomeu, chegaram os do Mónaco e de França e logo, ao longo da eucaristia, assistimos, admirados e gratos à alegria, cantada e jubilosa, das centenas de jovens dos três países que enchiam a igreja e também, pasme-se, aos momentos certos e precisos com notável reverência pelo acto litúrgico. Estava dado o mote: esta gente jovem que nos visitava trazia consigo a alegria contagiante em busca do próximo e, ao mesmo tempo, a atenção da demanda íntima para com Cristo. O perto e o alto! Bem respondeu o divino Mestre ao fariseu: «Amarás ao Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua mente. Este é o maior e o primeiro mandamento. O segundo é semelhante: Amarás ao teu próximo como a ti mesmo.» Aqui está tudo e estes jovens sabiam-no e desejavam vivê-lo. Naquele final de tarde de quarta-feira fiquei ciente porque tinham vindo de tão longe para se reunirem com outros, tão diferentes e tão iguais. À noite, fomos os quatro, Lídia, Monse, Luísa e eu comer gelados numa das esplanadas da Praça. As Jornadas prometiam grandes coisas!

Descanse o leitor, a narrar assim além da maçada seria demoradamente extenso, irei pois poupá-lo, apenas quis mostrar o mote do que se revelou um intenso poema de convívio humano e comunhão espiritual. As Jornadas estiveram ganhas logo desde as primeiras horas e, estou certo, ao longo de todo o país foi isto que se viveu. «Há pressa no ar», cantava o hino, pressa em viver Cristo, foi esse o perfume que logo sentimos.

Na manhã seguinte, quinta-feira, dia 27, mexicanos e monegascos apresentaram-se mutuamente entre orações e cânticos alegres de uns para outros. Tal sucedeu no Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição a que se seguiu uma visita guiada: Palácio Ducal, algumas igrejas e museus para dar a conhecer os cantos à Vila. Ao final da tarde, os quatro novos *luso-mexicanos* cá de casa fomos em passeio a Estremoz, rezámos o terço no carro pelo caminho, subimos ao alto da colina da Pousada abarcando a extensão alentejana sob o olhar esculpido da Rainha Santa, contemplámos com demora o vale colorido pelos ocre e amarelos do Verão, estendemos a visão até ao recorte longínquo do castelo de Évora-Monte e descemos, depois, até ao Largo do Rossio onde apreciámos a olaria dos tradicionais bonecos pintados. Antes do regresso adoçámos a boca: quem poderia vir a Portugal sem se deliciar num pastel-de-nata? À noite, na Mata Municipal, a juventude das Jornadas foi recebida festivamente em largo convívio pelos jovens locais, nomeadamente o Grupo de Escuteiros, também por exhibições de ginástica, outras musicais e etnográficas mostrando as nossas danças e cantares. A alegria foi imensa e transbordante com música e refrões uníssonos cantados espontaneamente em desafios mútuos. Os calipolenses que viveram esta festa com sincera emoção, de mãos dadas e coração aberto, sabem curta a presente descrição que peca por diminuta. No final, muita gente comentava a alegria viva e simples. E mais, coisa extraordinária, a festa foi iniciada pelo Padre Luís Filipe que a todos convidou a rezarmos com ele. E todos rezámos publicamente, a Mata nocturna escutou o coro ritmado do Pai-Nosso e da Ave-Maria. Nunca eu vira uma festa pública começar assim. Se este segundo dia das Jornadas não estava ganho o que faltaria para a vitória?

Ao alvor do terceiro dia, 28 de Julho, sexta-feira, as Jornadas calipolenses pareciam renovadas e em união com Cristo: começaram com uma eucaristia no santuário à qual se seguiu uma Missão Evangelizadora a dar conta do amor do Ressuscitado ao povo de Vila Viçosa, batendo às portas, falando com as pessoas nos mercados e praças. Ao início da tarde – nós quatro, cá de casa, ainda fizemos uma escapadinha e fomos almoçar à Orada fruindo larga vista sobre colinas alentejanas – e logo após o almoço, os jornalheiros peregrinos foram levados a banhos para se refrescarem na praia fluvial das Azenhas do Rei (Alandroal) tirando proveito do Alqueva.



Festa na Mata Municipal, as boas-vindas aos jovens peregrinos (27 de Julho)

Se da parte da manhã os jovens buscaram a atenção ao próximo, à noite mergulharam na meditação do Altíssimo: a Vigília de Oração na amplidão noturna da Igreja dos Agostinhos foi um encontro profundamente digno de vivência e comunhão cristãs. Centenas de jovens de joelhos adoraram em cânticos, com orações ou em silêncio o ostensório magnífico iluminado apenas pelas velas, colocado sobre o altar sob o zimbório do templo, todo ele envolvido pela obscuridade. Cantou-se de joelhos em perfeito coro o *Misericordias Domini* e depois, nas três línguas da assembleia – português, espanhol e francês – alguns jovens semearam meditações sob o tema da JMJ: «Maria levantou-se e partiu apressadamente» (Lc 1,39). Todos sentíamos, caso a fê se possa dizer tão exemplarmente sensível, a verdade daqueles momentos de comunhão à volta da Presença real de Cristo exposto no ostensório. Ali nos abrimos em amor comunicado Àquele que é realmente a Luz do Mundo! O final fechou-se em cânticos jubilosos, entre eles o hino das Jornadas ao som das violas, na cadência das palmas: «Todos vão ouvir a nossa voz / Levantemos os braços, há pressa no ar / Jesus vive e não nos deixa sós / Não mais deixaremos de amar.» Como poderia não o ser se ali o vivêramos? A atmosfera em alma e espírito propunha mesmo imitarmos Maria, apressada no seu amor ao próximo, levar Jesus, no seu caso à sua prima Isabel antes estéril, Maria que foi assim há vinte séculos o dossel maternal da primeira *procissão do Corpus Christi*! Depois, lá fora, sucederam-se as fotos de grupo entre risos e bandeiras sob o signo de uma noite especial de Verão, a recordar sempre, para não esquecermos tamanha alegria à volta de Deus.



Vigília de Oração com Adoração Eucarística, Igreja dos Agostinhos (28 de Julho)

No sábado, 29 de Julho, apressando o relato, a juventude visitante foi levada até ao Santuário da Senhora da Boa Nova em Terena em Missão Ambiental entre caminhadas e jogos a que se seguiu almoço ao ar livre. Depois, regresso e descanso já em Vila Viçosa até à missa da tarde na Igreja de São Bartolomeu. À noite, Oração Mariana e terço no Santuário, tudo sempre no mesmo espírito alternado entre a

alegria comunitária e o recolhimento pessoal. No desfecho cá fora, no adro, as fotos, o hino, as bandeiras e a alegria. Naquele céu de Julho e escuro do Alentejo, escuríssimo no adro de Nossa Senhora entre o casario medieval e o arvoredado do Castelo, lá no alto, as estrelas cintilavam atónitas parecendo cismar: «somos, cá em cima, a luz daquelas florinhas que rezam, ali em baixo». E eu concordei calado!

No domingo, 30 de Julho, a Lídia e a Monse com a sua viola, foram desde as 9h da manhã preparar com os seus companheiros mexicanos a Festa da Juventude, a realizar a partir das 9,30 da noite no enorme palco instalado na Praça. Seria a grande festa de despedida entre todos: mexicanos, monegascos e franceses como visitantes, os calipolenses como anfitriões. Por isso, logo pela manhã deixámos as duas nossas amigas junto ao pavilhão desportivo da Escola Secundária, ou do Colégio, como elas sempre disseram. Pelas 11h reencontrámo-nos na Igreja de Nossa Senhora para participarmos na missa solene dominical presidida pelo Bispo do Mónaco, Dominique-Marie David, homem cordial, de esmerado trato, olhar transparente. No final, as já habituais fotos de grupo com as quase três centenas de jovens, entre muitos risos e alguns gritos salpicados de bandeiras do México, da França, de Portugal e até do Brasil pela imediata participação por osmose da parte das *freirinhas de azul* ⁴ chegadas há pouco ao Seminário de São José. Tanta bandeira nacional à volta de Cristo e ainda há quem faça objecções às nações na universalidade que, por sê-la, se diz católica!



Foto de grupo depois da Missa Dominical, adro do Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição (30 de Julho)

⁴ Estas freirinhas usam hábito azul e pertencem à *Comunidade Católica Sementes do Verbo* que, desde 2023, está instalada no Seminário de São José. Fundada no Brasil em 2004 é uma Associação Privada de Fiéis, está em cinco países e reúne no seu seio membros de diversos estados de vida – solteiros, consagrados, casais, famílias, padres... – em doação inteira, ao serviço da missão para a vida do mundo, *Pro Mundi Vita*.

No nosso almoço domingueiro, cá em casa, com as nossas queridas *hijas adoptivas* trocámos prendas em ambiente de saudável aliança luso-mexicana. E também houve fotos com a bela bandeira do México, algo similar à nossa nas cores verde e vermelha, bem diferente ao centro: em vez da esfera armilar, com escudo e quinas, a deles mostra uma águia sobre um cacto, asas abertas filando no bico uma serpente. Os símbolos contam!



Confraternidade luso-mexicana em família de acolhimento: Carlos, Luísa, Lídia, Monse (30 de Julho)

A programada tarde desportiva passou em branco, tal o calor e mais ainda o entusiasmo na preparação da Festa nocturna na Praça. Descrever o que veio a ser este acontecimento seria moroso e justificaria narração à parte. Antes, no grande palco da Praça e ao início da noite, propositadamente para dar as boas vindas aos jovens em abraço de anfitrião da Diocese, veio o nosso Arcebispo de Évora, D. Francisco Senra Coelho.

A Festa foi forte e terminou já passava muito da uma hora da madrugada. Dando pinceladas sem retoque dir-se-ia ter sido o jorrar final da garrafa de espumante em modo de verdadeiro *champagne* gaulês e, às tantas, não sei se os franceses não o terão trazido. Os jovens mexicanos apresentaram-se numa exuberância extraordinária com os seus trajes coloridos, as mantas listradas, as saias largas de folhos, pesadas mas esvoaçantes na ligeireza das danças, as botas masculinas de tacão alto, as violas e os largos *sombreros*. Tiveram o apuro de erguer com todos os apetrechos um *altar de muertos*, essa bizarra tradição popular do México. Até um *burrito* em pau com grande cabeça felpuda trouxeram, tudo para nos encantarem com as suas cores e tradições. Ficámos assim esclarecidos porque haviam atravessado o Atlântico carregados com grandes mochilas e pesados malões! Em palco e em todo o recinto da Praça cantou-se e bailou-se em ritmo avassalador e contagiante, toda a gente, novos e velhos, em grupo ou não, reunindo as três nações presentes em unísono. O público deixou de assistir, fez da Praça uma arena, o povo dançava e corria, erguia os braços, batia palmas, assobiava, pedia bis. Regressámos os quatro a casa, lamentando a despedida na manhã seguinte, mas sabendo que à volta de Jesus Cristo tínhamos feito amigos para a vida. Quem fosse à Praça vazia pelas duas horas da

noite não imaginaria o que ali se havia dado, muito menos uma festa com cerca de mil pessoas, a maioria jovens: tudo limpo, nem um papel no chão!



Festa na Praça, a despedida (30 de Julho)

A madrugada de 31 de Julho levantou-se fresca, acordámos após o alvor para levarmos a Lídia e a Monse ao largo da antiga Estação de Caminho de Ferro. As várias famílias de acolhimento despediram-se com abraços e sorrisos e, também, lágrimas furtivas surgiram sem surpresa. Alguns subiram à coxia dos autocarros a dar o derradeiro carinho, «até quando meu Deus, o México é do outro lado do mar». Ao mesmo tempo, ao regressarmos, envolvia-nos uma paz feliz, uma alegria serena por tudo ter corrido tão ao jeito como Deus quer. Adeus *muchachas*! Voltem quando quiserem!

A partida ainda foi antes das oito da manhã. Logo ali, à ilharga da velha Estação, comecei a ouvir uma cadenciada salmodia conventual vinda do recinto fechado da Escola Secundária. Pareciam vozes de claustro, subindo ao ar livre! Eram os primeiros jovens acabados de chegar de Paris, os tais 3500, alguns aqui em pequenos grupos rezando, sacos-cama no chão. Prestei atenção: eram orações da liturgia das horas, naquele momento, não havia dúvida, rezavam as laudes. Eis aí a tal temida *invasão* dos franceses. Vamos ter com eles, isto promete!

4. E chegaram os parisienses

Quando voltei a sair passava um pouco das 10 h da manhã, já o sol subia no céu a prometer calor. No Campo da Restauração, no Carrascal e no Rossio sob as largas

tendas abertas que a Câmara havia levantado e à sombra das árvores vários grupos de jovens franceses iam-se reunindo, alguns muito cansados pela longa viagem de autocarro deitavam-se, mais pareciam ovelhas pela hora do acarro esperando pelo *Bom Pastor*. Passada meia-hora levantaram-se e começaram, uns ensonados bocejando, outros estugando o passo cantando, a dirigirem-se em grupos para os lados da Igreja de São Bartolomeu antes de desaguiarem na Praça, reunindo rios num mar de gente salpicando cor e risos. A Missa era às 11h, o altar no palco. Dezenas de sacerdotes, quase todos muito jovens paramentaram-se na Igreja de S. Bartolomeu, enquanto uma cantora mulata e entusiasta ensaiava a mole juvenil com veemente empenho, pelo microfone, os cânticos eucarísticos. Até escutei, bem soletrado e em português, em refrão mais rápido e sincopado o *Ressuscitou, Aleluia!* Os jovens sentavam-se no chão com os seus calções, jardineiras, camisolas de alças, mochilas, bonés, bandeiras e estandartes, alguns traziam inscritas na roupa mensagens cristãs vibrantes de evangelho, como por exemplo: *Soyons saints, le reste on s'en fout!*⁵ O Bispo de Paris, Laurent Bernard Marie Ulrich, presidiu à missa frente a cerca de quatro mil pessoas. O sol já estava empinado no céu esplendoroso dardejando calor, das janelas da Câmara pendiam largos panos azuis próprio dos dias festivos de Vila Viçosa.



Oração de Laudes parisiense antes das 8h da manhã.



Rebanhos reunidos à espera do Bom Pastor (31 de Julho)



Missa na Praça com os peregrinos parisienses: das 11 às 13 h.

⁵ Sejam santos, o resto não nos importa!

Quem assistiu à eucaristia com os parisienses, melhor, quem nela participou, só pode ter ficado empolgado com a alegria contida envolvendo o ritmo feliz dos cânticos (jovens menos exuberantes que os mexicanos), maravilhado com a atitude e a postura reverentes aquando da consagração eucarística. Paremos aqui comentando, façamos reparo auto-reflexivo: não sei se por serem jovens, se estrangeiros – eis dois critérios bem absurdos – mas o facto evidente é que, ao longo destas jornadas e pelo que se viu pelas TVs, a esmagadora maioria da juventude que nos visitou ajoelha realmente no momento solene da missa, ou seja, na consagração eucarística. Por cá, ainda que razões de saúde ou de idade o possam justificar, a generalidade portuguesa não ajoelha.⁶ A exemplo destes parisienses que belas atitudes nos trouxeram os jovens *invasores* peregrinos. Adiante!

No final da missa, ao lado da imagem de Nossa Senhora da Conceição num andor, que aliás, pontificou no altar, um sacerdote explicou com detalhe porque é Vila Viçosa sede da Casa de Bragança e a Imaculada, Rainha e Padroeira de Portugal. Incluiu mesmo o significado magnífico que levou, desde D. João IV, os nossos reis a prescindirem da coroa. A História de Portugal fez-nos na monarquia lusa (e na república, os juramentos a Deus não prescrevem!) súbditos dilectos da Mãe do Céu e, aquele padre, destacou isso mesmo para exemplo dos jovens franceses na sua vida quotidiana. Depois, convocou-os para se reunirem na parte da tarde a fim de *prier le chapelet à seize heures et demie*⁷ no adro do Santuário. Entretanto, consegui ficar com um exemplar do excelente livrinho de apoio que a organização *JMJ Lisbonne 2023* havia editado e, pelo qual, com jovens meus circundantes, participei na missa. Pela narrativa final do sacerdote e pelo livrinho de apoio comecei a perceber o porquê de os 3500 jovens parisienses terem sido convidados a peregrinarem a Lisboa, mas passando por Vila Viçosa.⁸ Na sua grande devoção Mariana haviam entendido Fátima a partir da inicial entrega de Portugal à sua Rainha ao prescindir dos símbolos da realeza! Talvez às duas primeiras repúblicas da Europa, França e Portugal, lhes falte restaurar o reino das suas devoções fundadoras.

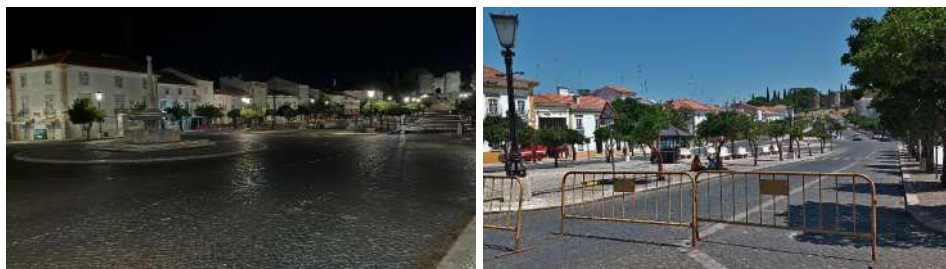
No final da missa, um pouco antes da uma da tarde, quem passasse pela Praça, lembraria nos efeitos de higiene pública o mesmo que vira na Festa nocturna da véspera: nem uma ponta de lixo no chão! E no resto do país, o mesmo. Ainda dizem

⁶ «para que, ao nome de Jesus, se dobrem todos os joelhos, os dos seres que estão no céu, na terra e debaixo da terra; e toda a língua proclame: Jesus Cristo é o Senhor! para glória de Deus Pai» Fl 2, 10-11.

⁷ *prier le chapelet à seize heures et demie* = rezar o terço pelas dezasseis hora e meia. Um rosário é uma coroa de rosas que se oferece a Nossa Senhora, quando antigamente completo seria de três terços (daí, terço em português) com 150 ave-marias, essa salmodia dos pobres não letrados, imitando os 150 Salmos. Em francês, coroa de flores, diz-se *chapelet*, ou seja, terço ou rosário.

⁸ O dito livro – *Magnificat, MJM 2023 Lisbonne* – tem formato de bolso em 465 pg. (!) e, além do tema das Jornadas (*Marie se leva et partie en hâte*), resume a História de Portugal e as aparições de Fátima, bem como meditações diárias e leituras litúrgicas entre 25 de Julho e 7 de Agosto, incluindo laudes a que chamam *prière du matin*, salmos e vésperas, ditas, *prière du soir*. Notável esta preparação religiosa!

que as Jornadas são um *Woodstock* católico?! Quem o afirme tem que desembrolhar outro epíteto.



Rescaldo imediato na Praça depois das Festas: da música até à 1h da noite, à eucaristia até à 1h da tarde, com mexicanos ou com parisienses, a mesma limpeza, nenhum lixo!

Pelas quatro da tarde já estavam todos no adro e no terreiro do cruzeiro frente ao Santuário, terço na mão. O calor intenso abria enorme clareira ao centro entre as muralhas e a igreja, ainda que muitos desafiassem o sol e até rezassem de joelhos (!), a maioria buscou a sombra rala das oliveiras enquanto outros cobriam a encosta do castelo. Sob um leve vento quente deste último dia de Julho, no adro, a imagem peregrina de Nossa Senhora da Conceição, posta num andor, foi rodeada por dezenas de bandeiras e estandartes drapeando vigorosos, quer da república da França, quer dos vários reinos devocionais de confrarias e associações católicas jovens. O ambiente foi sereno e sublime, compassado pelo ritmo das ave-marias, pelos cânticos intermédios, alguns em latim. Ajudados e acarinhados, seis a sete jovens deficientes, alguns com muitas limitações físicas, rezavam também no seu tartamudear sacudido.

No final, em ritmo lento, quatro jovens ergueram o andor da Virgem Peregrina e, entre duas filas de bandeiras reverentes sacudidas pelo vento que naquele momento se levantou, entraram no Santuário levando até ao altar-mor a imagem escultórica. Atrás, o Bispo de Paris levou entre ambas as mãos uma pequena coroa em réplica singela que seria oferecida ao Santuário, um espelho da França a imitar o gesto de Portugal no reinado de D. João IV em que fizemos da Rainha do Céu «*a Glória da nossa terra*». No interior dessa coroa, significativa e simples, ficaram inscritos os nomes próprios de todos os jovens que desde Paris peregrinaram a Vila Viçosa antes de rumarem a Lisboa. Eles quiseram dar-se pessoalmente a Maria para melhor chegarem a Cristo, *Totus Tuus Maria*. Que gesto magnífico! Estava resolvido o enigma do porquê parisiense ter apontado primeiro ao Santuário Nacional da Padroeira de Portugal antes dos jovens franceses chegarem a ver o Papa Francisco, no vastíssimo Parque Tejo. Afinal, se «Maria se levantou e partiu apressadamente» também os jovens católicos de Paris quiseram levantar neles o amor irreprimível a Jesus através de Maria e, fizeram-no, na alegria solene do Portugal antigo onde peregrinaram. Porque havia pressa no ar!

No desfecho daquela tarde ainda faltou desenlace de sério alvoroço na Vila: o telhado do Cine-Teatro, então em obras, ardeu por completo entre labaredas altas,

escuras e densas, também elas apressadas. Eram quase seis horas da tarde. Os bombeiros acorreram, o povo assistiu e, na Praça, vários jovens franceses rezaram de joelhos. Quem sabe se alguns deles também haviam suplicado a Deus, a 15 de Abril de 2019, frente ao drama do incêndio que lhes quis devorar a sua *Notre-Dame de Paris*?

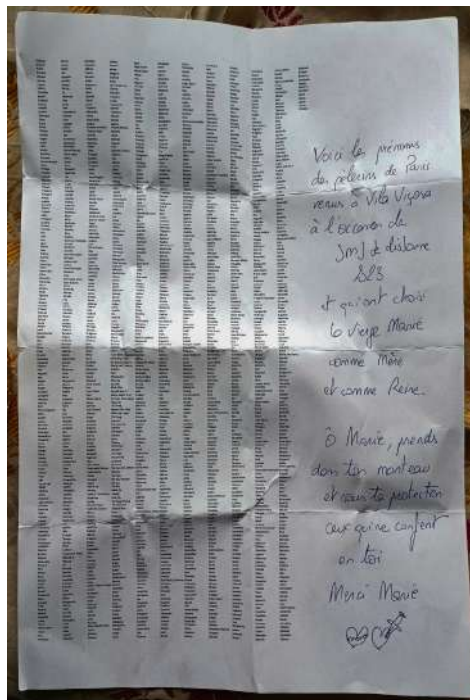
Esta é a parte pequeníssima das Jornadas Mundiais da Juventude que eu vi passar pela minha terra entre 26 e 31 de Julho de 2023. Não pude reprimir o testemunho, tal a sublime alegria vivida. Suponho, estou certo, algo similar se passou nos outros lugares da JMJ ao longo de Portugal inteiro, qual caleidoscópio variado e colorido. O que aqui contei é só, creiam, uma parte ínfima, quiçá sugestiva, mas sempre diminuída de uma folhinha de árvore entre a floresta. Alguém consegue imaginar ou abarcar o que foi o mundo interior e também o exteriorizado, a vivência real, sincera e generosa de cada um dos jovens entre o milhão e meio que, como largo mar, fez inveja ao Tejo naqueles memoráveis dias de Lisboa? Eu não. Ninguém! Só Deus, por Ele, com Ele e para Ele vieram!



O terço dos parisienses no adro do Santuário (31 de Julho)



O terço dos parisienses no adro do santuário; *les handicapés*, *À fond la vie*, diz o pano (Em Cristo Jesus, jovens com deficiência também vivem a vida no seu máximo)



Uma coroa de plástico cheia de pedras preciosas: lista com todos os nomes dos 3500 peregrinos que, desde Paris, vieram rezar a Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Portugal



Enquanto o fogo devorou o Cine-Teatro de Vila Viçosa em 31.07.2024 alguns jovens peregrinos parisienses rezaram de joelhos; memórias da Notre-Dame de Paris em 15.04.1919?

Estudos Florbelianos

Florbela Espanca no jornal “A Comarca de Arganil” (Arganil, distrito de Coimbra)

Joaquim Saial



“A Comarca de Arganil” é um jornal centenário, nascido em 1 de Janeiro de 1901 em Arganil, vila do distrito de Coimbra, e então publicado aos sábados. O “proprietário e editor responsável” era A. José Rodrigues e o número avulso custava 40 réis, mas tinha assinaturas a três, seis e doze meses, na vila e para fora. A redacção, administração e impressão, previstas para a arganilense Rua do Poço, estava de início provisoriamente instalada na Rua Nova do Loureiro, 17 Lisboa. O jornal, que continua a existir, possui a sua 1.ª série (1901-2009) digitalizada e disponibilizada online (num total de 11.888 edições), em www.acomarcadearganil.cm-arganil.pt/. Foi desse longo acervo que extraímos os dados sobre a poetisa Florbela Espanca que agora facultamos aos leitores de “Callipole” – nomeadamente no que concerne ao pensamento de alguns autores acerca dela. De interesse para um melhor conhecimento deste jornal, será também ler o texto de Irene Vaquinhas “As Mulheres na imprensa regional. O caso de ‘A Comarca de Arganil’”, in revista “Ler História”, n.º 45, 2003, pp. 63-90, escrito para o volume comemorativo do centenário desta ilustre publicação. Sempre que possível, tentámos esclarecer pontos mais obscuros do conteúdo dos textos – ainda que nalguns casos necessariamente com parcimónia –, para o que concorremos com cerca de 50 notas, dentro do texto (como neste caso) e em rodapé.

02.12.1938, pág. 2

Florbela Espanca falecera oito anos quase exactos, antes de este artigo ser dado à estampa. Escrevia-o desde Rio de Mel (Oliveira do Hospital) Aníbal Mendes¹, que o dedicava «À distinta poetisa e camarada D. Aurélia Borges², amiga íntima da infeliz artista». Aníbal Mendes virá a ser autor em 1947 da obra “Flor-bela Espanca – Soror Saudade”, (42 pp.), editado pela Livraria Editora, Braga. O motivo nuclear do texto encontra-se perto do final, quando ele critica a inércia na inauguração do busto da poetisa em Évora. Esta foi motivada por longa polémica em que teve destaque o padre José Augusto Alegria. Da autoria de Diogo de Macedo, o busto de Florbela fora modelado em gesso em 1931 e oferecido à cidade em 1934. A inauguração só teve lugar no Jardim Público de Évora a 18 de Junho de 1949, sobre pedestal do arquitecto Jorge Segurado, cujo desenho também foi gracioso³. Estranhamente, não menciona as “obrigações” relativas ao mesmo assunto que a terra natal da poetisa teria perante a sua memória.

Essa flor-bela do Párnaso, que neste mundo se chamou Florbela Espanca, e que no vendaval da vida passou cantando a sua dor, o seu sonho de mulher sensível que nunca adejou ao páramo do seu ideal, foi bem a encarnação heróica da mulher portuguesa, de tradições gloriosas!

Os gemidos de revolta saíram daquele peito de mulher visionária, cantando! A dor moral martirizou-a; a ingratidão do mundo, chibateou-a; e mesmo depois de morta a poetisa-mártir, ainda se ouve a sua revolta suave exalando o perfume dos laranjais floridos, em lindos versos que nos encantam:

*Tenho ódio à luz e raiva à claridade
Do sol, alegre, quente, na subida.
Parece que a minh'alma é perseguida
Por um carrasco cheio de maldade⁴!*

Quase sempre a Virtude, dizem ser um eremitério! A Verdade é filha primogénita da Virtude, e a poetisa-mártir, galgando placidamente com estoicismo as pedras gélidas do seu calvário, a cantar, disse ao mundo que já noivava com a Morte e que o seu fim seria trágico:

¹ Aníbal Mendes virá a ser autor em 1947 da obra “Florbela Espanca – Soror Saudade”, (42 pp.), editado pela Livraria Editora, Braga. No mesmo ano e com a mesma chancela publica “Casimiro de Abreu”, alusivo ao poeta brasileiro do mesmo nome.

² Aurélia Borges (Santiago, Torres Novas, 1904 – Amadora?, 2015). Professora particular de crianças deficientes e poetisa, foi discípula de Florbela Espanca e publicou em 1946 “Florbela Espanca e a sua Obra”, ed. Expansão, Lisboa.

³ A este propósito, ver os seguintes artigos: SAIAL, Joaquim. *Bustos Desiguais de Florbela em Évora e Vila Viçosa*, in “Diário de Notícias”, Lisboa, 17.06.1989 e SAIAL, Joaquim. 1949: O Ano Estatuário Dia-a-Dia (3) – O busto de Florbela em Évora, etc., in “As Artes Entre as Letras”, Porto, Fevereiro. 2024, pág. 14.

⁴ Excerto do soneto “A minha tragédia”, in “Livro de Mágoas”, 1919.

**Florbelas Espanca no Jornal “A Comarca de Arganil”
(Arganil, distrito de Coimbra)**

*Passo pálida e triste. Ouço dizer:
– Que branca que ela é. Parece morta!
E eu, que vou sonhando, vaga, absorta,
Não tenho um gesto ou um olhar sequer⁵.*

Que doridas mágoas não lancetaram aquela alma moça de mulher sonhadora em noites de insónias, quando a saudade, lentamente, a vinha oscular ao lado das musas que abraçavam a filha eleita, convidando-a a cantar, chorando:

*Toda esta noite o rouxinol chorou,
Gemeu, rezou, gritou perdidamente!
Alma de rouxinol, alma da gente,
Tu és, talvez, alguém que se finou!⁶*

Gemendo a sua inspirada lira (válvula suave do seu sofrer melancólico), a artista exultou um amor perdido, que só na escaldante memória de mulher lírica e apaixonada atingiu a perfeição dos anjos:

*Mas não te invejo, Amor, essa indiferença
Que viver neste mundo sem amor⁷
É pior que ser cego de nascença⁸!*

Pobre flor bela, espancada pelo vendaval da vida!

A perfectibilidade da diamantina alma de mulher sonhadora, não foi bem compreendida, porque o seu desespero, o seu modo altivo, sonhando a imagem subjetiva do seu ideal, desse ideal místico, só tinha uma morada estranha. Essa morada era o dorido peito da artista:

*Fui tudo que no mundo há de maior;
Fui o cisne, fui o lírio e águia e catedral⁹!*

Florbelas Espanca foi a catedral do sonho! Foi a Soror Saudade! Foi o Sol aurifulgente que aqueceu ninhos pelas frondes! Foi a Lua (a poesia errante) que osculou suavemente a enxerga do mendigo, e, finalmente, foi a poetisa mártir que arrojadamente, após o seu último canto (canto do cisne) se martirizou, despedindo-se do mundo, onde cantou como ninguém nas garras do sofrimento:

⁵ Excerto do soneto “Tédio”, in “Livro de Mágoas”.

⁶ Excerto do soneto “Alma perdida”, in “Livro de Mágoas”.

⁷ Leia-se “amar”.

⁸ Excerto do soneto “Frieza”, in “Livro de Soror Saudade”, 1923.

⁹ Excerto do soneto “O meu mal”, in “Livro de Soror Saudade”. Leia-se: “Fui cisne, e lírio, e águia, e catedral!”

*Eis aquela¹⁰ que tudo te entristece,
Irrita e amargura, tudo humilha;
Aquele a quem a Mágoa chama¹¹ filha;
A que aos homens e a Deus nada merece¹².*

Mereceu talvez o perdão de Deus e oxalá que mereça dos homens seus compatriotas a justa consagração póstuma que tanto se tem ventilado sem sucesso, na imprensa nacional e estrangeira!

Aos filhos da cidade de Évora é que mais compete saldar essa dívida de saudade e gratidão. Deixai (sic)¹³ de evasivas, para erigir o busto da infeliz autora de “Charneca em Flor”.

Deixai a mulher pecadora de lado e olhai com olhos de justiça para a poetisa arrojada que teve a veleidade de gritar do alto, cantando ao mundo altaneiramente:

*O mundo quere-me¹⁴ mal porque ninguém
Tem asas como eu tenho! Porque Deus
Me fez nascer princesa entre plebeus
Numa torre de orgulho e de desdém¹⁵.*

Faz agora anos, neste mês festivo e glacial, que a Florbela murchou para sempre, vestindo a túnica da Morte.

E já que os homens teimam em não querer fazer justiça à poetisa-mártir, ide vós, poetisas e poetas, desfolhar pétalas de saudade na campa da vossa irmã Florbela, cuja memória é espancada ainda pela ingratidão dos homens!

31.10.1939, pág. 4

Coluna “De várias localidades”

Também nos visitou o prisioneiro da “Torre de Marfim”. Foi uma escapada, quase a fugir, que o nosso poeta nos fez, mas mesmo assim agradecemos. Deu-nos a esperançosa notícia de que em breve ia publicar um estudo dessa tão infeliz como inspirada poetisa que se chamou Florbela Espanca. O Aníbal Mendes, com a sua alma vibrátil de poeta, quer carrear uma pedra para o monumento que se pretende erigir à infeliz cantora de tão lindos versos. Este livro deve ser recebido com carinho por todas as almas que sentem o belo.

¹⁰ Leia-se “És Aquele”.

¹¹ Leia-se “chamou”.

¹² Excerto do soneto “O que tu és”, in “Livro de Soror Saudade”.

¹³ Seria “Deixai-vos”.

¹⁴ Leia-se “quer-me”.

¹⁵ Excerto do soneto “Versos de orgulho”, in “Charneca em Flor”, 1930.

08.12.1939, pág. 2

Este texto foi publicado no dia em que se completavam nove anos sobre a morte de Florbela Espanca e é do mesmo autor (Anibal Mendes) do texto de 2.12.1938.

Morreu Florbela Espanca!

Foi a nova cruciante que deu a volta ao mundo num dia glacial e monótono do mês de Dezembro! Ela mesma já tinha cantado com a ternura da sua alma dorida o fim da vida que se aproximava:

*Deixai entrar a Morte, a iluminada,
A que vem para mim, pr'a me levar.
Abri todas as portas par em par
Como asas a bater em revoada¹⁶.*

A vida, uma estrada de espinhos, foi para ela o ritmo indefinível, o motivo primordial do seu cantar dolorido, a consagração da sua memória!

O seu nome já emprestava à triste e inspiradora cantora, algo de trágico: Florbela Espanca.

Florbela, com a alma espancada pela rajada agreste da vida, não resistiu e sucumbiu cantando.

Florbela sofreu e cantou como ninguém!

Só sofrem doridamente as super-almas!

Só cantam com sentimento e heroísmo os génios que já no berço são orvalhados com as água mágicas do lago de Hipocrene¹⁷!

Florbela Espanca foi a poetisa mártir que dominou com a sua lira supernal¹⁸ e arrojada, empolgando-o com o seu fatalismo panteísta.

Morreu Florbela Espanca! Morreu a filha dilecta da poesia!

Não foi hóspede apressada da poesia, intrusa do sonho, das musas excelsas! Não. Foi a poetisa que sofreu e sentiu, antes de cantar, chorando a dor da vida:

*Cheguei a meio da vida, já cansada
De tanto caminhar! Já me perdi!
Dum estranho país que nunca vi
Só¹⁹ neste mundo imenso a exilada²⁰.*

Não foi a poetisa material, mecânica, que fez poesia, como o marceneiro faz móveis para viver! Não foi poetisa que fez poesia por vaidade de ser poetisa! Não.

¹⁶ Excerto do soneto “Deixai entrar a Morte”, in “Reliquiae”, 1934.

¹⁷ “Fonte do cavalo”, no Monte Hélicon, fonte da antiga Grécia consagrada a Apolo que teria propriedades inspiradoras da poesia.

¹⁸ Altíssima, superior.

¹⁹ Em vez de “só”, leia-se “sou”.

²⁰ Excerto do soneto “Caravelas”, in “Livro de Soror Saudade”.

Foi poetisa, porque nasceu poetisa, vindo ao mundo fadada para sofrer a dor da vida e refugiar-se nos braços da canção, para lenitivo da sua alma insatisfeita e ambiciosa de um mundo melhor de humanismo e caridade:

*Os meus males ninguém²¹ adivinha...
A minha dor não fala, anda sozinha...
Disseste ela o que sente! Ai quem me dera²²!*

Morreu Florbela Espanca? Sim, dizem uns. Não, dizem outros.

Morreu corporalmente a insigne poetisa, mas ela vive! Vive mais querida e admirada nos seus versos imortais, de ternura, de revolta suave e de dor impressionante!

Se a vida é transitória, um átomo de areia no oásis que desaparece ao mais leve ameaço de ressaca, a imortalidade é trono volatilizado que indefinidamente exalça as virtudes de um mortal que deixou a vida indo descansar no dossel do paraíso eterno.

Florbela Espanca – essa filha querida da linda e histórica Vila Viçosa – foi poetisa mártir do amor e da bondade, que vegetou no mundo, com a alma sempre erguida, para além da vida.

Por muito amar o semelhante, foi abjurada e ofendida!

Por ter uma alma rutilante e bela, que se espelha nas suas poesias, não suportou o fardo brutal da vida e por suas próprias mãos (mãos sublimes que souberam esculpir diademas de encanto) empunhou corajosamente o cálice que continha a libertação da sua grande alma do frágil corpo de mulher pecadora!

É por isso que o mundo lhe quis mal!...

Morte heróica, sem dúvida, que o cristianismo condena, mas que Deus, ao certo, lhe perdoaria... pelo muito que sofreu no mundo!

A cantora inspirada – a mártir dolorosa – vivendo desiludida e não tendo o bálsamo suave para a sua alma ferida, num momento de cruel desespero, cometeu essa acção extravagante, pecaminosa!

Como Deus lhe perdoaria... os homens bons e de boa vontade também lhe souberam perdoar! E, em breve, a poetisa-mártir terá a sua justíssima consagração pública, como último preito de carinho pela sua memória, pelo seu talento, pelo seu sofrer de mulher heróica, que deixou o mundo vibrando no espaço o grito lancinante para o perdão do seu tresloucado adeus à Vida:

*O Mundo quere-me²³ mal, porque ninguém
Tem asas como eu tenho²⁴ (...)*

Rio de Mel (Oliveira do Hospital), 1939
Aníbal Mendes

²¹ Leia-se “ninguém mos adivinha”.

²² Excerto do soneto “Impossível”, in “Livro de Mágoas”.

²³ Leia-se “quer-me”.

²⁴ Excerto do soneto “Versos de orgulho”, in “Charneca em Flor”.

05.12.1944, pág. 2

Trata-se de um excerto do livro anunciado no final do artigo como tendo o título “Florbela Espanca e Casimiro de Abreu”, de Anibal Mendes, “pronto a entrar no prelo”. O texto segue linha semelhante à dos anteriores. É possível que esta prevista obra tenha sido dividida em duas e que elas sejam “Florbela Espanca – Soror Saudade” e “Casimiro de Abreu” ambas de 1947 e da Livraria Editora, de Braga. Na mesma página do jornal, um anúncio fazia mais propaganda deste livro, cuja existência desconhecemos: “NOVIDADE LITERÁRIA – FLORBELA ESPANCA E CASIMIRO DE ABREU POR ANÍBAL MENDES – A todas as pessoas a quem interessar este livro, avisamos de que devem fazer os seus pedidos ao autor desta obra ou para a poetisa Aurélia Borges, Rua Bernardim Ribeiro, 6 – 1.º Dt.º, Amadora. A edição será restrita. Num simples postal, a pessoa interessada dirá, em letra bem legível, o seu nome e morada. Em devido tempo, receberá os exemplares pretendidos, que irão à cobrança. Cada exemplar não irá além de 5\$00.”

Faz hoje anos que desapareceu do mundo uma das maiores poetisas de Portugal!

Morreu corporalmente a insigne poetisa, mas ela vive! Vive mais querida e admirada nos seus versos imortais, de ternura, de revolta suave e de dor impressionante!

Se a vida é transitória, um átomo de areia no oásis que desaparece ao mais leve ameaço de ressaca, a imortalidade é trono volatilizado que indefinidamente exalta as virtudes de um mortal que a morte arrebatou, indo sua alma descansar no dossel do paraíso eterno.

A autora do livro “Mágoas²⁵” – a filha nunca esquecida da linda e histórica Vila Viçosa – fez do amor e da bondade um poema e vegetou no mundo com a alma sempre erguida para além da vida.

Por muito amar o seu semelhante, foi abjurada e ofendida!

Por ter uma alma rutilante e bela, que se espelha, a cada passo, nas suas poesias, não suportou o fardo brutal de um viver inconstante e por suas próprias mãos (mãos delicadas que souberam esculpir diademas de encanto na tela do livro) empunhou corajosamente o cálice diabólico que continha a libertação da sua grande alma de Artista – vidente e desiludida!

É por isso que o mundo lhe quis mal!...

Morte heróica, sem dúvida, que o Cristianismo condena, pelo seu dogma fundamental: «A vida é dada por Deus e só Deus dispõe dela».

Mas o Supremo Deus – o Pai Misericordioso – ao certo soube perdoar a essa mulher pecadora, pelo muito que ela sofreu no mundo!

Que desespero – que sofrimento atroz que não podemos alcançar nem definir – não povoariam de sombras soturnas, aquela cabeça irrequieta, no momento do desenlace trágico!

²⁵ A obra, de 1919, intitulava-se “Livro de Máguas” (sic).

Debruçada sobre a janela da sua incomensurável mágoa – olheiras fundas e arroxeadas, pelas noites perdidas num cismar cruciante – a poetisa mártir, ouvindo o quérulo pipilar monótono e fúnebre das aves noctívagas, não resistiu e vestiu a túnica da morte:

*Sinto hoje a alma cheia de tristeza!
Um sino dobra em mim, Avé-Marias,
Lá fora, a chuva, branca, mãos esguias,
Faz na vidraça rendas de Veneza...*

*O vento, desgrelhado²⁶, chora e reza
Por alma dos que estão nas agonias²⁷!*

Quase sempre a Virtude dizem ser um grande eremitério... a Verdade é filha primogénita da Virtude, e a poetisa, galgando placidamente, e com estoicismo, as pedras gélidas do seu calvário, a cantar disse ao mundo que o seu fim seria trágico:

*Passo, pálida e triste. Ouço dizer:
– Que branca que ela é! Parece morta!
E eu, que vou sonhando, vaga, absorta,
Não tenho um gesto, ou um olhar sequer...*

.....
*Morte, minha senhora dona morte,
Tão bom que deve ser o teu abraço!
Lânguido e doce como um doce laço
E como uma raiz, sereno e forte²⁸.*

Gelada na sua frente a alegria de viver, Florbela Espanca exaltou a morte – numa emoção fúnebre, delirante, comovedora!

Vencida pelo desânimo e nunca pelo doentio pessimismo, esta mulher de talento original – com lágrimas acerbadas convertidas em poesias banhadas na taça do seu sofrer – ofereceu à literatura da sua Pátria uma relíquia, um estudo sapiente e sentimental, que vigorará enquanto houver portugueses e brasileiros de coração bem formado!

Um amigo carinhoso, da sua terra natal²⁹, já nos deu o sumo prazer de vermos dois retratos da saudosa morta, os quais, o pai, João Maria Espanca, conserva piedosamente.

²⁶ Leia-se “desgrelhado”.

²⁷ Excerto do soneto “Neurastenia”, in “Livro de Mágoas”.

²⁸ Excertos dos sonetos “Tédio”, in “Livro de Mágoas” e “À Morte”, in “Reliquiae”.

²⁹ Eventualmente um dos primos Torrinha, Joaquim ou Francisco, este um dos mais estrénuos defensores da memória de Florbela Espanca.

**Florbela Espanca no Jornal “A Comarca de Arganil”
(Arganil, distrito de Coimbra)**

As nossas impressões, ao contemplar essas fotografias, foram latentes e espontâneas: na mais nova³⁰, ressalta candura, tristeza e inocência; na mais recente, desilusão, sofrimento e estoicismo.

É que no círculo daqueles olhos lânguidos e tristes como a noite escura, projecta-se a sombra que desfalece e morre nos braços da desilusão do sonho!

A psicologia de “Soror Saudade” está bem definida nos seus sonetos onde trans-lucida a sede do amor sem mácula, resplandecente de luz e seiva:

*Dize-me amor, como te sou querida,
Conta-me a glória do teu sonho eleito,
Aninha-me, a sorrir, junto ao teu peito,
Arranca-me dos pântanos da vida*³¹.

Sangrando a sua alma, pela inclemência da vida, pela ressaca impiedosa, a poetisa, em pensamento diáfano, recolhe-se no convento, lamenta a vida exterior profana e resigna-se a servir a Deus e orar por um “amor” que se perdera.

*“Soror Saudade” abriu a sua cela...
E num encanto que ninguém traduz,
Despiu o manto negro que era dela,
Seu vestido de noiva de Jesus.*

*E a noite escura, estasiada ao vê-la,
As brancas mãos no peito, quase em cruz,
Teve brilhar feérico de estrela
Que se esfolhasse em pétalas de luz*³²!

A esmoler do amor, a dulcificada jardineira do jardim do sonho, lamenta, cantando com os seus lábios sequiosos em místicos de prece, o seu anelo desfeito pelos golpes cruciantes dos ventos outonais:

*A nossa casa, amor, a nossa casa!
Onde está ela, amor, que não a vejo?
Na minha doida fantasia em brasa
Construiu-a num instante o meu desejo!*

*Onde está ela, amor, a nossa casa,
O bem que neste mundo mais invejo?
O brando ninho onde o nosso beijo
Será mais puro e doce que uma asa*³³?

³⁰ O autor queria dizer algo como “naquela em que Florbela surge mais nova”.

³¹ O soneto tem o título do verso inicial.

³² Excerto do soneto “O último sonho de Soror Saudade”, in “Reliquiae”.

³³ Excerto do soneto “A nossa casa”, in “Charneca em flor”.

Em cada ser uma vida, em cada vida um coração que palpita na embriaguez pela conquista da felicidade terrena!

A poesia fluente pelejou na vida para colher flores brancas, símbolo dum viver suave! Mas o realismo brutal da vida rasgou-lhe impiedosamente a perfeição almejada na sua alma de mulher vidente e desiludida, fazendo-a vogar por mundos desconhecidos, na fantasia amarga de cantar chorando:

*Toda esta noite o rouxinol chorou,
Gemeu, rezou, gritou perdidamente!
Alma de rouxinol, alma da gente,
Tu és, talvez, alguém que se finou!*

.....
*Rasga esses versos que te fiz, amor!
Deita-os ao nada ao pó, ao esquecimento,
Que a cinza os cubra, que os arraste o vento,
Que a tempestade os leve aonde for³⁴!*

O peregrino talento de Florbela, aliado a uma educação esmerada, foram os factores principais para o seu sofrimento moral de poetisa eleita:

*Tenho tanto aprendido e não sei nada...
E as torres de marfim que construí
Em trágica loucura as destruí
Por minhas próprias mãos malfadada!*

S. Sebastião da Feira (Oliveira do Hospital), Dezembro de 1944

26.12.1947, pág. 4

Coluna “Vida literária”

Florbela Espanca – Um novo livro sobre a imortal poetisa alentejana

Carlos Sombrio³⁵, escritor, romancista e contista de reconhecidos méritos, nome premiado em vários concursos literários, acaba de publicar um estudo sobre a imortal poetisa alentejana Florbela Espanca, livro que é um documentário valioso, pois apresenta retratos, versos e páginas de prosa inéditos.

³⁴ Excertos dos sonetos “Alma perdida”, in “Charneca em Flor” e “Os meus versos”, que hoje pode ser lido in “A mensageira das violetas”, selecção e edição de Sérgio Faraco, ed. L&PM, Porto Alegre, Brasil, 1999.

³⁵ Carlos Sombrio, pseudónimo de António Augusto Esteves (Figueira da Foz, 1894 – Figueira da Foz, 1949). Proprietário de uma ourivesaria-relojoaria na Figueira da Foz, colaborou abundantemente na imprensa nacional. Foi autor de conferências, crónicas, contos, ensaios, novelas e várias vezes premiado.

Ao lado desses magníficos informes, vem o sereno comentário do autor, erguendo a Artista e dando a *Soror Saudade* a altura respeitosa a que tem direito quem, pelo seu talento, se fixou na nossa literatura como um génio invulgar.

Desapaixonadamente, Carlos Sombrio escreveu esta obra que fica, dentro dos livros sobre Florbela, como uma chama cintilante e para sempre.

Livro sobre uma Mulher, que tão brilhantemente honrou as nossas letras, hão-de amá-lo e compreendê-lo intimamente comovidas, as mulheres portuguesas.

Em “Florbela Espanca” – como se intitula o volume – a par de outros informes, aparecem cartas inéditas, e ainda publicadas na íntegra, as cartas que “Bela” escreveu a sua grande amiga D. Júlia Alves³⁶, das quais são apenas conhecidos pequenos trechos que foram publicados num pequenino livro sob a direcção do prof. dr. Guido Battelli³⁷.

Este trabalho, que é o mais vasto repositório até hoje publicado sobre Florbela, é posto à venda no dia 1 de Janeiro próximo, em todo o país, sendo a edição que é da “Homo Limitada”, de Lisboa, artisticamente apresentada³⁸.

29.03.1949, pág. 1

Trata-se de um artigo sobre o então recente falecimento de Carlos Sombrio, no anterior dia 25. Dele, apenas registamos as linhas que de novo o ligam a Florbela Espanca.

(...) Foi conferencista, destacando-se de muitas e notáveis orações proferidas em vários pontos do país, um precioso trabalho sobre Florbela Espanca, na Casa do Alentejo, em Lisboa. (...)

05.06.1941, pág. 2

Artigo alusivo a uma conferência do Dr. José de Pina Martins³⁹ em Florença, na Sociedade Leonardo da Vinci, sobre poesia modera portuguesa. De novo, apresentamos apenas o excerto em que se refere Florbela Espanca.

³⁶ Amiga de Florbela (nunca se conheceram pessoalmente), subdirectora de “Modas e Bordados” (suplemento do matutino lisboeta “O Século”). Em “As Mulheres e a Imprensa Periódica”, AREIAS, Laura e PINHEIRO, Luís da Cunha, ed. CLEPUL, Lisboa, 2014, SILVA, Fabio Mario (sic) refere no seu artigo *A Lírica de Florbela Espanca* em Modas e Bordados e Portugal Feminino, as dúvidas da investigadora florbeliana Maria Lúcia dal Farra sobre as verdadeiras identidades desta Júlia Alves e de uma Madame Carvalho, esta dada como directora do suplemento e que poderiam ser afinal a mesma pessoa.

³⁷ Trata-se do livro “Cartas de Florbela a Dona Júlia Alves e Guido Battelli”, ed. Livraria Gonçalves, Coimbra, 1931. Guido Battelli (Sarzana, La Spezia, Itália, 1869 – Florença, 1955). Estudou Direito e Filosofia. Entre 1930 e 1934 leccionou literatura italiana na Universidade de Coimbra. Na cidade conheceu Florbela Espanca, de quem foi amigo e confidente e da qual publicou obra.

³⁸ O livro, com esse título e 163 pp., saiu de facto no ano seguinte, com essa chancela.

³⁹ Natural de Penalva d’Alva, Oliveira do Hospital.

(...) Depois de prestar homenagem a Guido Battelli, estudioso italiano que descobriu e revelou a maior poetisa portuguesa de todos os tempos, Florbela Espanca, o orador deteve-se na análise da obra de Teixeira de Pascoaes, Fernando Pessoa, Lopes Vieira, Correia de Oliveira, José Régio, Afonso Duarte, Florbela Espanca, Campos de Figueiredo, Carlos Tinoco e dos poetas dos últimos movimentos literários portugueses, integrando a poesia lusitana moderna europeia, dando relevo às tendências mística ou metafísico-religiosa, social e de cunho existencialista. (...)

22.04.1952, pág. 2

Anúncio à saída de nova edição dos “Sonetos Completos”⁴⁰, com estudo de José Régio.



19.05.1964, pág. 5

Coluna “Por aí além... Em poucas linhas”

Curta nota em que se anuncia a trasladação dos restos mortais de Florbela Espanca, de Matosinhos, para Vila Viçosa.

Os restos mortais de Florbela Espanca foram trasladados do cemitério de Sendim, Matosinhos para o de Vila Viçosa, terra natal da célebre poetisa.

23.05.1964, pág. 6

Coluna “Carta de Coimbra”

Interessante relato da passagem do cortejo fúnebre de Florbela Espanca por Coimbra, a caminho de Vila Viçosa.

Homenagem à grande poetisa alentejana Florbela Espanca

⁴⁰ Era a 9.ª edição.

A caminho de Vila Viçosa, sua terra natal, passaram por Coimbra no último domingo os restos mortais da grande poetisa Florbela Espanca, que durante muitos anos estiveram depositados no cemitério de Matosinhos (Porto).

Pouco passava das 11 horas, quando o carro que transportava a urna chegou a esta cidade, junto à entrada do Parque Dr. Manuel Braga, seguido de uma fila de automóveis. Centenas de pessoas prestaram então, uma singela mas significativa homenagem a Florbela Espanca.

Presentes, a Associação Académica de Coimbra, o seu presidente Joaquim de Magalhães⁴¹ e a estudante Sr.^a D. Madalena Teles Marques⁴², bem como outros elementos; o presidente do Orfeão Académico, estudante Carlos Baptista Ganho⁴³; muitos estudantes alentejanos, entre os quais muitas senhoras de Vila Viçosa, os srs. drs. Tarquínio e Tito de Bettencourt⁴⁴, promotores desta homenagem; o poeta Miguel Torga e sua esposa, a escritora sr.^a prof.^a Dr.^a Andrée Crabbé Rocha⁴⁵; Dr.

⁴¹ Pensamos que se tratará de uma figura de docente que foi reitor de liceu, com grande influência no financiamento, edição e divulgação de obras do poeta António Aleixo e pai do historiador Romero de Magalhães, este presidente da Assembleia Municipal de Coimbra.

⁴² Madalena Teles Marques fez parte da direcção da Associação Académica de Coimbra em 1963-1964, pela LIA (Lista Independente Académica). Ver TAVARES, Maria Manuel Paiva Fernandes. “Feminismos em Portugal, 1947-2007”, tese de doutoramento em Estudos Sobre as Mulheres, Especialidade em História das Mulheres e do Género, Universidade Aberta, 2008.

⁴³ Presidente do Orfeão Académico de Coimbra, desde 1963. Ver MARCHI, Riccardo, “Del nacionalismo-revolucionario al liberal-conservadorismo: El recorrido de una élite política entre autoritarismo y democracia en Portugal”, pág. 331 (ISCTE-IUL), in MÜCKE, Ulrich-KOLAR, Fabio, “El Pensamiento Conservador y Derechista en America Latina, España y Portugal, Siglos XIX y XX”, Bibliotheca Ibero Americana, Publicaciones del Instituto Ibero-Americano, Fundación Patrimonio Cultural Prusiano, Vol. 173, Iberoamericana, Vervuert, Madrid, 2018.

⁴⁴ Talvez Tarquínio Augusto de Matos Bettencourt, aluno de Direito na Universidade de Coimbra entre c. 1916/c.1923 e Tito Vespasiano Bettencourt, ali estudante na mesma licenciatura, entre 1916 e 1918, in www.pesquisa.auc.uc.pt/details?id=280797 e www.pesquisa.auc.uc.pt/details?id=280805

⁴⁵ Miguel Torga será talvez a figura mais enigmática, no âmbito deste relato. Diríamos mesmo, a que causa maior estranheza, não por ter estado presente com a esposa na passagem do féretro de Florbela Espanca por Coimbra – o que é perfeitamente natural, dada o significado do acontecimento que atraiu as principais forças vivas com representatividade cultural da cidade universitária –, mas por disso não ter dado conta no seu minucioso diário, no qual refere inúmeros eventos de muito menor relevo. A 3 de Maio insere ali o poema “Lição” escrito em S. Martinho da Anta, no qual fala de um melro madrugador que de manhã cedo o deixa encantado, e só volta ao diário a 8 de Junho, altura em que dá conta ao leitor dos conselhos que ofereceu a um amoroso infeliz que conhece há anos. Nem uma palavra só, sobre o seu visionamento do cortejo final da poetisa alentejana pela lusa Atenas. Não deixa de ser misterioso, este silêncio...

Joaquim dos Santos Simões⁴⁶; o escritor Lopes Rodrigues⁴⁷, autor de uma obra sobre Florbela, e muitos alentejanos de todas as categorias sociais, jornalistas, pintores e poetas da nova geração. Dos professores universitários, estava presente o brasileiro sr. dr. Guilhermino César⁴⁸, da Faculdade de Letras.

A urna foi colocada numa improvisada essa imediatamente coberta de flores, ofertadas pela comissão promotora da homenagem, pelos livreiros de Coimbra, Associação Académica, jornalistas e de muitos anónimos alentejanos ou admiradores da obra e figura de Florbela.

Falou em primeiro lugar, o quintanista de Direito e conhecido poeta José Carlos de Vasconcelos⁴⁹ que em nome da Academia de Coimbra disse:

«Não viemos aqui, Florbela, para te lamentar. Um poeta nunca se lamenta: invoca-se e vinga-se – faz-se por merecê-lo. Nem viemos aqui, Florbela, para te chorar. Um poeta nunca se chora: ama-se e canta-se.

Vemos aqui, sim, para te saudar à tua passagem – agora que, finalmente, voltas à tua terra onde “sob as urzes queimadas nascem rosas”, para a charneca rude em que para sempre abrirás em flor. Viemos aqui – vim aqui em nome de uma Academia e de uma juventude – para te agradecer tudo o que nos deste e continuas a dar, para manifestar quanto te amamos e para sempre te amaremos, a ti que alcançaste “esse verso imenso de ansiedade”, “esse verso de amor” que te faz “ser eterna por toda a eternidade”».

O orador fez depois uma análise sucinta da obra poética de Florbela, acrescentando:

«Sim, a terra dá-te pousada, Florbela! Mas não é na paz do cemitério que tu vais “matar a fome de rosas”. Em toda a parte, em Vila Viçosa ou aqui, junto ao Mondego, na planície em brasido, nas montanhas ou a beira-mar, são os teus versos que matam a fome às rosas, é por eles que vemos o interior dos sonhos e das águas, é com eles que escutamos “pelos montes o coração das pedras a bater”».

⁴⁶ Joaquim António dos Santos Simões (Espinho, Penela, 1923 – 2004). Dinamizador cultural de relevo, entre a sua actividade nessa área pode salientar-se que foi presidente da Sociedade Martins Sarmiento, em Guimarães, e que instalou o Museu da Cultura Castreja em Salvador de Briteiros. Foi autor de vasta e variada bibliografia.

⁴⁷ RODRIGUES, Lopes. “Nótulas Florbelianas”, ed. Papelaria e Tipografia Leixões, Matosinhos, 1956.

⁴⁸ Guilhermino César da Silva (Eugenópolis, 1908 – Porto Alegre, 1993). Escritor, poeta, crítico literário, administrador público, jornalista, professor e historiador. Foi docente de Literatura Brasileira na Universidade de Coimbra, entre 1962 e 1965, e por ela agraciado com o título de doutor honoris causa. Longa Biografia na Wikipédia.

⁴⁹ José Carlos de Vasconcelos (Freamunde, 1940). Licenciado em direito e jornalista, contemporâneo de Manuel Alegre e Fernando Assis Pacheco e homem da oposição ao Estado Novo, escreveu entre outros no “Diário de Lisboa” e “Diário de Notícias”. Foi fundador do semanário “O Jornal”, escreve na revista “Visão” (pertence à sua direcção editorial) e é director do “Jornal de Letras”.

**Florbela Espanca no Jornal “A Comarca de Arganil”
(Arganil, distrito de Coimbra)**

E concluiu, declamando alguns poemas da homenageada e afirmando:

«Adeus, Florbela! É quase com alegria que eu te digo adeus, pois é um adeus a quem continua cada vez mais vivo, asa no ar, erva no chão, gota de água na fonte – cada vez mais vivo na paisagem e no coração de cada um de nós. É um adeus a Alguém a cujo comovente convívio, a cuja deslumbrante intimidade já nada nos pode roubar. É um adeus a um dos maiores poetas de todos os tempos da nossa Pátria, que apenas vai de longada até à sua terra, onde o povo amado o aguarda. É um adeus de “até já!” É um adeus de até sempre, Florbela!»

A seguir, o nosso colega Sertório Fragoso, de “O Século” e alentejano devotado, lembrou a época já distante em que conviveu com Florbela, prestando homenagem a mulher alentejana.

E a terminar a homenagem dos estudantes de Coimbra e da sua população, a sr.^a D. Madalena Teles Marques declamou um poema do Dr. Tito Bettencourt especialmente escrito para esta cerimónia.

“É amar-te, assim, perdidamente”.

A figura de Florbela Espanca na construção auto-identitária de jovens calipolenses

Vera Lúcia Mendes da Silva* | Rosalina Pisco Costa**

Resumo: Florbela Espanca é uma figura inolvidável no panorama cultural português. Este texto apresenta e sintetiza os resultados de um estudo exploratório, quantitativo, de corte transversal, desenvolvido em contexto académico com o propósito de explorar sociologicamente o modo como os jovens calipolenses integram e interpretam a figura de Florbela Espanca numa narrativa identitária de construção de si. Metodologicamente, a recolha de dados assentou num inquérito eletrónico, autoadministrado, dirigido a jovens naturais de Vila Viçosa com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos. Os jovens foram inquiridos sobre a literacia em torno da poetisa, os contextos de aquisição de conhecimentos e a avaliação da figura de Florbela Espanca nas suas narrativas e experiências de vida. Os dados analisados permitem concluir que os jovens inquiridos integram, valorizam e interpretam de modo plural, por vezes ambivalente, a figura de Florbela Espanca nas suas narrativas e experiências de vida. A compreensão de aspetos identitários dos jovens calipolenses e sua relação com a cultura constitui um tema particularmente relevante para a potencialização, dinamização e preservação patrimonial e local.

Palavras-chave: cultura; Florbela Espanca; identidade; jovens; Vila Viçosa.

Abstract: Florbela Espanca is an unquestionable figure on the Portuguese cultural scene. This text presents and summarizes the results of an exploratory, quantitative, cross-sectional study carried out in an academic context with the aim of sociologically exploring how young people from Vila Viçosa integrate and interpret the figure of Florbela Espanca in an identity narrative of self-construction. Methodologically, the data collection was based on a self-administered electronic survey addressed to young people from Vila Viçosa aged between 15 and 24.

* Investigadora Independente. E-mail: vera_lmsilva@hotmail.com

** Universidade de Évora e CICS.NOVA.UÉvora. E-mail: rosalina@uevora.pt

The young people were asked about their literacy in relation to the poet, the contexts in which they acquired such a knowledge and their evaluation of the figure of Florbela Espanca in their narratives and life experiences. The data analysis allows to conclude that the young people surveyed integrate, value, and interpret the figure of Florbela Espanca in their narratives and life experiences in a plural and sometimes ambivalent way. Understanding the identity aspects of young Calypsonians and their relationship with culture is a particularly relevant issue both to boost and preserve local heritage.

Keywords: culture; Florbela Espanca; identity; youth; Vila Viçosa

Nota introdutória

Este texto apresenta e sintetiza os resultados de um estudo desenvolvido com o propósito de explorar sociologicamente o modo como os jovens calipolenses integram e interpretam a figura de Florbela Espanca (1894-1930) numa narrativa identitária de construção de si¹. Elaborado em contexto académico, o trabalho foi motivado pela proximidade geográfica que a primeira autora estabelece com a figura de Florbela Espanca, já que com esta partilha a condição de natural de Vila Viçosa (Alentejo, Portugal). Foi nesta vila portuguesa que tomou contacto pela primeira vez, ainda de modo informal, com temas vários da vida e obra da escritora; porém, seria em contexto escolar que viria a adensar o interesse – e admiração – pela figura ímpar que “A Diva” (Correia, 1990) ocupa na cultura portuguesa. Empenhada em “compreender a sociedade de maneira disciplinada” (Berger, 2001, p. 26), a frequência do ensino superior na área das ciências sociais seria decisiva para alimentar a curiosidade e imaginação sociológica pela vida da poetisa. Convidada a desenvolver um trabalho de investigação no último ano da licenciatura em sociologia não hesitou em procurar mobilizar o conjunto de teorias e conceitos próprios dessa disciplina para a compreensão, não tanto do contributo de Florbela Espanca para os estudos literários ou feministas; antes para o modo como tal contributo foi possível no contexto histórico-social em que viveu, já que, justamente como refere Wright Mills, “[a] imaginação sociológica nos permite compreender a história e a biografia e as relações entre ambas, dentro da sociedade. Essa a sua promessa e a sua tarefa.” (Mills, 1975, p. 12).

A curiosidade pessoal colocada por detrás da escolha do tema serviria, não de obstáculo, mas de motivação acrescida para o desenvolvimento de um estudo científico. Com efeito, a sociologia “[...] tem uma natureza científica. Isto significa que aquilo que o sociólogo descobre e afirma a respeito dos fenómenos sociais que estuda ocorre dentro de um certo quadro de referência de limites rigorosos.”

¹ O presente texto resulta do trabalho desenvolvido pela primeira autora, com supervisão da segunda, na unidade curricular “Laboratório de Investigação – Elaboração de Projeto” e “Laboratório de Investigação – Execução de Projeto”, disciplinas obrigatórias do último ano do curso de licenciatura sociologia na Universidade de Évora no ano letivo 2022/23.

(Berger, 2001, p. 26). Uma das principais características desse quadro de referência científico está na utilização de uma metodologia científica, “[...] de as operações obedecerem a certas regras de verificação. Como cientista, o sociólogo tenta ser objetivo, controlar suas preferências e preconceitos pessoais, perceber claramente ao invés de julgar normativamente.” (Berger, 2001, p. 26). Tomando a perspectiva sociológica como enquadradora, este texto dá conta dos resultados obtidos por meio de um estudo exploratório, de corte transversal quantitativo, orientado por uma questão de partida que procurava questionar exatamente o modo como os jovens calipolenses integram e interpretam na construção auto-identitária a figura de Florbela Espanca. Qual a literacia que apresentam em torno da poetisa? Quais os contextos de aquisição de tais conhecimentos? E de que forma avaliam a figura de Florbela Espanca nas suas narrativas e experiências de vida? Este exercício convida à reflexão em torno das questões de identidade e juventude, o que exploramos com recurso à teorização sociológica contemporânea.

Guiada metodologicamente pelas orientações distintivas da prática sociológica, a investigação desenvolvida procurou conciliar rigor e criatividade. Como refere P. Bourdieu, “[...] a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a *rigidez*, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o *rigor*, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina – e das disciplinas vizinhas: etnologia, economia, história.” (Bourdieu, 1989, p. 26). Foi com base neste pressuposto que se tomaram as principais decisões que do ponto de vista teórico-metodológico alicerçam a pesquisa. Por um lado, a escolha do tema de estudo convoca a imaginação sociológica a pensar relações (in)visíveis entre a figura de Florbela Espanca e a identidade juvenil de jovens calipolenses. Se pensar sociologicamente questões de identidade não é nem novo, nem incomum; já tomar a sociologia como ponto de partida para refletir sobre a influência da figura literária Florbela Espanca na construção da identidade juvenil afigura-se tão desafiante quanto inovador, principalmente em contexto português e para além de uma “sociologia da escrita feminina” (Santos e Paiva, 2010). Por outro lado, a opção por apoiar a recolha de dados num inquérito autoadministrado dirigido a jovens naturais de Vila Viçosa com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos procurou, justamente, romper com a “rigidez” metodológica que levaria a uma recolha determinada exclusivamente pela proximidade geográfica. A contrário, alargar a recolha de dados para além dos limites da residência atual no município, contemplando também jovens que estão a trabalhar ou estudar fora de Vila Viçosa, permite compreender de um modo mais amplo e texturado o lugar da figura de Florbela Espanca nas narrativas auto-identitárias que jovens calipolenses constroem de si.

Atendendo à vocação da Revista de Cultura *Callipole*, na redação deste texto privilegiou-se a apresentação síntese dos principais resultados obtidos através da inquirição dos jovens calipolenses que, de outro modo, permaneceriam desconhecidos de um público mais alargado. Assim, após esta introdução é efetuado um breve enquadramento teórico-conceitual em torno dos desafios e limites que se

impõem ao interrogar, sociologicamente, as relações entre a figura de Florbela Espanca e a construção da auto-identidade por parte dos jovens. Segue-se a apresentação e descrição dos resultados obtidos e a enunciação das principais conclusões e pistas para investigação futura. No final, espera-se contribuir de forma original e inovadora para a compreensão de aspetos identitários dos jovens calipolenses e sua relação com a cultura local, tema particularmente relevante num momento histórico-social em que o município de Vila Viçosa se encontra num processo mais amplo de candidatura à Lista de Património Mundial, procurando-se com isso a potencialização patrimonial e local (Caia, 2019).

Interrogar, sociologicamente, as relações entre a figura de Florbela Espanca e a construção da auto-identidade dos jovens

Pensar sociologicamente a questão da identidade, e particularmente da auto-identidade dos jovens, obriga, desde logo, a rejeitar uma visão única e homogênea e a reconhecer a diversidade e pluralidade, quer das identidades, quer da condição juvenil.

A construção da identidade é um processo complexo, multifacetado e dinâmico, moldado pelas interações sociais e o contexto em que os indivíduos estão inseridos. Para ajudar à compreensão desta problemática convocamos o contributo de Anthony Giddens, sociólogo que conceptualiza a construção da identidade na relação direta com a modernidade. Giddens define a auto-identidade como “o eu entendido reflexivamente pelo indivíduo em termos de sua biografia.” (Giddens, 2002, p. 221). A modernidade é uma ordem pós-tradicional, cujo dinamismo assenta na transformação e separação do tempo e do espaço; em mecanismos de desencaixe, isto é, fichas simbólicas e sistemas especializados (em conjunto, sistemas abstratos) que separam a interação das particularidades do lugar, afastando a vida social da influência de práticas e preceitos estabelecidos; e na reflexividade institucional, ou seja, no uso regularizado de conhecimento sobre as circunstâncias da vida social como elemento constitutivo de sua organização e transformação (Giddens, 2002).

O tempo presente – a modernidade “alta” ou “tardia” – é apresentado por Giddens como uma ordem pós-tradicional, caracterizada por uma “reflexividade institucional amadurecida”. Esta reflexividade traz profundas implicações para o eu, que, assim como os contextos institucionais mais amplos em que existe, “e contra o pano de fundo de novas formas de experiência mediada” (Giddens, 2002, p.12), se torna um empreendimento construído e organizado reflexivamente sob uma diversidade de opções e possibilidades. Como refere Giddens, na ordem pós-tradicional da modernidade “[o] projeto reflexivo do eu, que consiste em manter narrativas biográficas coerentes, embora continuamente revisadas, tem lugar no contexto de múltipla escolha filtrada por sistemas abstratos.” (Giddens, 2002, p.12). Deste modo, o eu “não é não é uma entidade passiva, determinada por influências externas” (Giddens, 2002, p.9); antes ativa. Acrescenta o autor, “ao

forjar suas auto-identidades, independente de quão locais sejam os contextos específicos da ação, os indivíduos contribuem para (e promovem diretamente) as influências sociais que são globais em suas consequências e implicações.” (Giddens, 2002, p.9). Importa, pois, atender aos contextos específicos da ação, mas também a olhar para além deles.

Assente no princípio da pluralidade e diversidade da condição juvenil (Pais, 1990), a sociologia da juventude encontra no estudo da identidade um dos seus temas de eleição. Por juventude tem-se entendido “o processo e a condição social de transição que decorre entre o final da adolescência e o acesso à condição adulta, adquirida com a autonomização em relação à família de origem, nomeadamente pela entrada na vida activa e conjugal.” (Conde, 1990, p. 676). Preocupada em compreender o modo como os jovens constroem a sua identidade individual e colectiva, a sociologia da juventude leva em consideração fatores vários como o género, a classe social, a etnia, a religião ou a orientação sexual. Todavia, para além do peso das variáveis ditas clássicas, a identidade dos jovens é também influenciada pelas interações sociais, pelas instituições sociais e discursos presentes na sociedade, incluindo os media eletrónicos. Neste contexto, a sociologia da juventude tem vindo a reconhecer a valorização da identidade pessoal e a autonomização dos jovens relativamente às estruturas sociais em que os indivíduos estão inseridos, seja a família, a comunidade mais ampla ou o contexto profissional (Guerreiro e Abrantes, 2007; Pappámikail, 2017).

De modo transversal, falar de identidade juvenil obriga a falar de uma identidade geracional, a qual surge “forjada na partilha colectiva de valores e representações que, necessariamente, se sobrepõem à diversidade social dos vários perfis juvenis.” (Conde, 1990, p. 675). Isto faz com que a identidade tenha de ser perspectivada num contexto relacional, ou seja, “no âmbito da pluralidade das relações que os jovens estabelecem com os seus meios sociais e com os membros das outras gerações.” (Conde, 1990, p. 675). Giddens salienta como o “conteúdo” da auto-identidade, isto é, “os traços de que se constroem as biografias – varia social e culturalmente” (Giddens, 2002, p. 57) e Conde acrescenta que a identidade social é tributária “de uma identidade societal, aquela que convoca referenciais colectivos de ordem mais ampla.” (Conde, 1990, p. 676). Daqui resulta que tanto a identidade nacional, como também a local, são quadros estruturadores da própria identidade juvenil, na medida em que veiculam uma continuidade entre identidade pessoal e coletiva. É neste enquadramento que procuramos conhecer o lugar de uma figura literária de relevo no panorama cultural português na construção da auto-identidade dos jovens. Muito embora Florbela Espanca seja reconhecida à escala nacional e global, interessa-nos a compreensão desse lugar na relação direta com o local – Vila Viçosa – e sobre uma categoria particular de indivíduos – os jovens –, pelo que recortamos como unidade de análise os jovens calipolenses.

Notabilizada principalmente pela sua obra poética, Florbela Espanca é hoje considerada uma figura “multifacetada e de matizes de muitas nuances” (Leite & Silva, 2024). A qualidade e complexidade da sua obra, imbricada num contexto socio-histórico específico e indissociável de uma vida pessoal densa e con-

turbada, fizeram desta autora um ícone inolvidável para os estudos literários e de género (Bessa-Luís, 1979; Dal Farra, 2023; Sena, 1947). Volvidos 130 anos sobre o seu nascimento, longe da investigação literária recente (Dal Farra, 2023; Leite & Silva, 2024), mas fortemente influenciada pelo vasto universo florbeliano, afigura-se pertinente questionar, em perspetiva sociológica, de que modo é que os jovens calipolenses integram e interpretam a figura de Florbela Espanca numa narrativa identitária de construção de si? Os estudos de diagnóstico juvenil à escala nacional (Sagnier & Morell, 2021), como também os conduzidos em contexto geográfico contíguo (Infante, et al., 2019) têm confirmado empiricamente a diversidade interna por detrás da categoria sociológica “jovens”. Importa, pois, no contexto mais amplo desta diversidade, caracterizar a literacia dos jovens calipolenses em torno da figura de Florbela Espanca, identificar e descrever os contextos de aquisição desses conhecimentos e, por fim, compreender o modo como os jovens calipolenses avaliam a figura de Florbela Espanca nas narrativas e experiências de vida.

Se é certo que o enfoque nos jovens calipolenses obrigou, do ponto de vista investigativo, a um recorte empírico que se viria a traduzir no conjunto de indivíduos naturais de Vila Vilosa com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, tal não significa que não se reconheça o princípio da diversidade da condição juvenil (Pais, 1993). A contrário, a aparente unidade que o critério geográfico e demográfico operacionaliza cobre necessariamente uma diversidade de perfis de ancoragem e de pertença, bem como de representações e experiências. Esta diversidade implica o reconhecimento da não sobreposição dos planos “identidade”, “juventude” e o respetivo critério operatório ante uma pluralidade de combinatórias possíveis (Conde, 1990), condição *sine qua non* para uma melhor compreensão da experiência juvenil na sua pluralidade (Pappámikail, 2017).

Metodologia

Por forma a responder às interrogações levantadas foi desenvolvido um estudo sociológico quantitativo, de corte transversal (Creswell, 2018; Fortin, 2009). A recolha de dados foi operacionalizada através de um inquérito por questionário anónimo, autoadministrado, disponibilizado por via eletrónica a partir da plataforma *GoogleForms*. Tendo por base as questões de investigação e precedido por uma fase de problematização teórico-conceitual (Quivy & Campenhoudt, 1998), o guião do inquérito por questionário foi estruturado em quatro dimensões destinadas a recolher informação relativa à caracterização sociodemográfica dos respondentes, caracterização da literacia sobre Florbela Espanca, identificação e descrição dos contextos de aquisição de conhecimentos sobre Florbela Espanca e aspetos da construção identitária das narrativas e experiências de vida dos jovens calipolenses por relação com a figura de Florbela Espanca. O questionário foi alvo de pré-teste e esteve ativo entre 7 de maio de 2023 e 26 de junho para resposta por jovens naturais de Vila Viçosa com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos. O recrutamento para uma amostra não probabilística, de tipo acidental, foi feito

através de um apelo à participação mediante a divulgação do link², acionando, num primeiro momento, a rede de contactos pessoais e profissionais da investigadora principal, natural e residente em Vila Viçosa. Face-a-face e através de redes sociais virtuais foram contactados jovens e grupos de jovens de Vila Viçosa, apresentando-lhes o questionário e solicitando-lhes a participação e subsequente divulgação junto da sua rede de contactos. Num segundo momento, a dimensão da amostra cresceu graças à disseminação em bola-de-neve, procedimento através do qual após o preenchimento do questionário os respondentes reencaminharam o link para potenciais respondentes que sabiam corresponder aos critérios de inclusão. Este procedimento foi especialmente importante para garantir a participação de jovens naturais de Vila Viçosa aí não residentes à data da recolha de dados.

No final, foram validados para análise um total de 141 questionários. De acordo com os resultados definitivos do XVI Recenseamento Geral da População de Portugal, em 2021 residiam em Vila Viçosa 706 jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos (INE, 2022), donde a amostra obtida representa 20% da população. Este valor reflete as dificuldades apontadas pela literatura para a inquirição *online*, designadamente a reduzida e variável taxa de participação em função das características do estudo, tópicos de pesquisa, modo de implementação do questionário e características dos participantes (Wu, Zhao, & Fils-Aime, 2022).

A análise de dados foi conduzida com recurso a análise estatística uni e biviariada, apoiada pelo software IBM® SPSS® Statistics, versão 24 (licença da Universidade de Évora). As questões abertas foram alvo de um tratamento manual e exploradas com recurso a uma análise qualitativa de conteúdo, de tipo temática (Bardin, 1977; Guerra, 2006). Para a apresentação de dados recorreu-se à elaboração de gráficos no Microsoft® Excel® para Microsoft 365 MSO (licença da Universidade de Évora) e nuvens de palavras através da aplicação gratuita WordItOut³. Em todas as fases de pesquisa foram observadas as boas práticas de investigação científica que norteiam este tipo de estudos, nomeadamente as disposições constantes no Código Deontológico da Associação Portuguesa de Sociologia a que as coautoras aderem no exercício da sua atividade investigativa e profissional (APS, 1992).

Resultados

Caracterização sócio demográfica da amostra

Este estudo incide sobre uma amostra de 141 jovens naturais de Vila Viçosa com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos de idade, média de 19,2 anos e desvio-padrão de 2,8. Destes, 36,2% identificaram-se como sendo do sexo masculino e 63,8% do sexo feminino. A totalidade dos inquiridos é de nacionalidade portuguesa. À data, 63,1% dos jovens residiam em Vila Viçosa e 36,9% noutra

² O questionário esteve disponível em <https://forms.gle/qsVCXqh49XYMUS5MA>

³ URL: <https://worditout.com>

localidade. A grande maioria dos jovens inquiridos encontrava-se a estudar (81,6%), contra 18,4% que estavam a trabalhar. A maior parte dos jovens inquiridos tinha, à data, o ensino secundário como o nível máximo de escolaridade concluída (57,4%) e 31,9% o 3.º ciclo concluído. Um total de 3,5% de jovens inquiridos tinha apenas o 2.º ciclo concluído e 7,1% o ensino superior. Os jovens a estudar faziam-no em proporção igual (50%) no ensino secundário e superior.

O cruzamento dos dados de caracterização sociodemográfica permite observar que a amostra inquirida é relativamente escolarizada, já que, por um lado, todos os jovens que apresentam como nível máximo de escolaridade concluída o 2.º ou 3.º ciclo estão na condição de estudantes (4,3% e 39,1% respetivamente); por outro, os jovens trabalhadores dividem-se entre os que têm o ensino secundário (76,9%) ou o superior (23,1%) como nível máximo de escolaridade concluída.

Literacia sobre Florbela Espanca

Questionados sobre se já tinham ouvido falar em Florbela Espanca, 100% dos inquiridos respondeu de forma afirmativa (Figura 1) e apenas 1,4% (2) afirmou julgar não reconhecer a figura de Florbela Espanca em registo fotográfico (Figura 2).

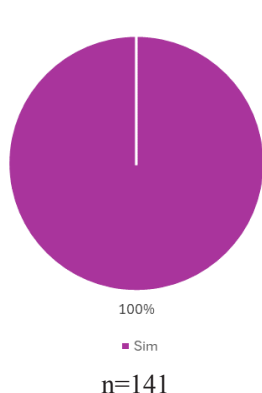


Figura 1 – Distribuição dos inquiridos sobre se ouviu falar em Florbela Espanca

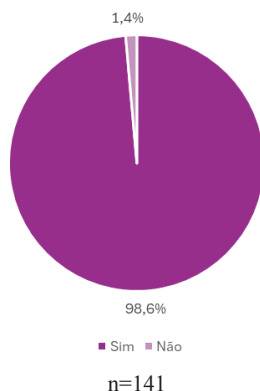


Figura 2 – Distribuição dos inquiridos sobre se julga reconhecer a figura de Florbela Espanca em registo fotográfico

Como forma de aprofundar a caracterização da literacia sobre Florbela Espanca, os jovens inquiridos foram convidados a selecionar as palavras que associam à Figura, Vida e Obra de Florbela Espanca. Relativamente à primeira dimensão analisada, a Figura de Florbela Espanca, observou-se que no conjunto, a quase totalidade dos inquiridos (99,3%) associa a figura de Florbela Espanca a “Poetisa” e 90,1% a “Escritora”. As outras palavras associadas à figura de Florbela Espanca são, por ordem decrescente de referências pelos inquiridos, “Mulher” (77,3%), “Feminista” (71,6%) e, em menor percentagem, “Revolucionária” (24,8%) e “Modernista” (7,1%) (Figura 3).

“É amar-te, assim, perdidamente”. A figura de Florbela Espanca na construção auto-identitária de jovens calipolenses



Casos válidos = 522

Figura 3 – Palavras associadas à Figura de Florbela Espanca (Questão de Escolha Múltipla).

Quanto à Vida de Florbela Espanca, 90% dos jovens inquiridos escolheu a palavra “Tristeza” para a caracterizar, 82,9% “Sofrimento”, 79,3% “Solidão” e 60,7% “Boémia”. As outras palavras associadas à vida de Florbela Espanca são, por ordem decrescente de referências, “Rotineira” (12,1%) e o conjunto de palavras situadas num espetro positivo, as quais colhem percentagens iguais ou inferiores a 10%, designadamente, “Felicidade” (10%) e “Alegria” (7,9%) (Figura 4).



Casos válidos = 480

Figura 4 – Palavras associadas à Vida de Florbela Espanca (Questão de Escolha Múltipla).

No que diz respeito à Obra de Florbela Espanca, mais de 70% dos jovens inquiridos caracteriza-a com recurso a palavras como “Tristeza” (76,4%) e “Deprimente” (72,9%). Seguem-se, por ordem decrescente de referências, “Profundo” (64,3%), “Belo” (42,9%), “Nostálgica” (40,0%), “Desinteressante” (36,4%) e “Alegria” (23,6%) (Figura 5).



WordItOut

Casos válidos = 499

Figura 5 – Palavras associadas à Obra de Florbela Espanca (Questão de Escolha Múltipla).

Contextos de aquisição de conhecimentos sobre Florbela Espanca

Quando questionados sobre os contextos em que ouviram falar de Florbela Espanca, a “Sala de aula” é o mais citado, sendo referenciado por 95% dos jovens inquiridos. Seguem-se, por ordem decrescente de referências, “Em espaço do município (jardins, esculturas, etc.)” (79,3%), a “Biblioteca da escola” (63,6%) e “Em atividades promovidas pelo município” (42,1%), “Visitas de estudo temáticas” (22,1%) e o “Meio familiar” (17,9%). Já os contextos menos referidos pelos jovens inquiridos para a aquisição de conhecimentos sobre Florbela Espanca são o “Círculo de amigos” e as “Redes Sociais”, ambos citados por 1,4% (2) dos inquiridos e o “Infantário”, referido por apenas um inquirido (0,7%) (Figura 6).



WordItOut

Casos válidos = 453

Figura 6 – Contextos de aquisição de conhecimentos sobre Florbela Espanca (Questão de Escolha Múltipla).

“É amar-te, assim, perdidamente”. A figura de Florbela Espanca na construção auto-identitária de jovens calipolenses

Da análise empreendida até agora resulta que junto da amostra inquirida, o contexto educativo em sentido amplo, composto pelo espaço da sala de aula, biblioteca e visitas de estudo temáticas, afigura-se especialmente importante para a aquisição de conhecimentos sobre Florbela Espanca. Efetivamente, quando questionados de forma mais dirigida sobre se a figura de Florbela Espanca foi abordada durante o percurso escolar/académico, 97,2% dos jovens afirmam que sim, sendo que apenas 2,8% (4) indica que tal não aconteceu. Nos casos em que a figura de Florbela Espanca foi abordada durante o percurso escolar/académico, isso fez-se principalmente através de atividades como a análise da sua obra (70,6%), seguido da realização de um trabalho (25%) e visitas de estudo (4,4%). Esta abordagem deu-se, segundo os jovens inquiridos, principalmente no 3.º ciclo (63,5%), seguido do ensino secundário (29,2%), 2.º ciclo (5,8%) e, por fim, no 1.º ciclo do ensino básico (1,5%). Quanto aos temas abordados, eles incidiram principalmente sobre a qualidade da obra (48,2%), os conteúdos da obra (46%), o suicídio de Florbela Espanca (3,6%) e outros aspetos da sua vida pessoal (2,2%).

Do mesmo modo, quando inquiridos sobre se a figura de Florbela Espanca foi abordada na família, 59,6% dos jovens afirmam que sim, contra 40,4% que refere que não. Nos casos em que a figura de Florbela Espanca foi abordada em família, tal aconteceu principalmente por parte dos pais (89,5%) e avós (9,3%), e num único caso pelos irmãos (1,2%). Em termos globais, esta abordagem acontece esporadicamente, “de vez em quando” (88,4%) ou mesmo “raramente” (11,6%). Quanto aos temas abordados em família, eles têm que ver principalmente com a qualidade da obra (54,1%), o suicídio de Florbela Espanca (16,5%), os conteúdos da obra (15,3%), outros aspetos da sua vida pessoal (12,9%) e em um caso, a morte do irmão de Florbela Espanca (1,2%).

No que diz respeito à abordagem da figura de Florbela Espanca entre amigos, 64,3% dos jovens inquiridos afirmam já o ter feito, contra 35,7% que refere que não. Nas situações em que os jovens afirmaram ter já abordado a figura de Florbela Espanca entre os pares, tal acontece esporadicamente, “de vez em quando” (72,4%) ou mesmo “raramente” (27,6%). Quanto aos temas abordados na rede amical, eles incidem principalmente com os conteúdos da obra (62,4%) e o suicídio de Florbela Espanca (25,9%), seguidos da qualidade da obra e outros aspetos da vida pessoal de Florbela Espanca, temas que colheram percentagens idênticas (5,9%).

Comparados os diferentes contextos de aquisição de conhecimentos, observa-se que é no percurso escolar/académico que mais jovens dizem ter abordado a figura de Florbela Espanca (97,2%), seguido do grupo de amigos (64,3%) e, por fim, na família (59,6%). O tema mais abordado durante o percurso escolar/académico e na família é a qualidade da obra de Florbela Espanca (48,2% e 54,1%, respetivamente), enquanto o tema mais abordado no grupo de amigos são os conteúdos da obra de Florbela Espanca (62,4%). Já o suicídio de Florbela Espanca é o segundo tema mais abordado no grupo de amigos e em família (25,9% e 16,5%, respetivamente) e o terceiro mais abordado no percurso escolar/académico (3,6%), onde os conteúdos da obra de Florbela Espanca ocupam o

segundo lugar (46%), o terceiro em família (15,3%). A análise detalhada dos temas abordados deixa ainda perceber variações percentuais, quer em função do contexto, quer na relação percentual com outros temas. De referir que a morte do irmão de Florbela Espanca é tema abordado exclusivamente em família (1,2%) (Quadro 1).

Quadro 1 – Contextos de aquisição de conhecimentos sobre Florbela Espanca.

Contextos	Percurso escolar/académico (%)	Em família (%)	No grupo de amigos (%)
A figura de Florbela Espanca foi abordada?			
Sim	97,2	59,6	64,3
Não	2,8	40,4	35,7
n	141	141	140
Se sim, quais os temas abordados?			
Qualidade da obra de Florbela Espanca	48,2	54,1	5,9
Conteúdos da obra de Florbela Espanca	46,0	15,3	62,4
Outros aspetos da vida pessoal	2,2	12,9	5,9
Suicídio de Florbela Espanca	3,6	16,5	25,9
Morte do irmão de Florbela Espanca	0,0	1,2	0,0
n	137	85	85

Fonte: Elaboração própria sobre os dados do inquérito por questionário “‘É amar-te, assim, perdidamente’. A figura de Florbela Espanca na construção da narrativa auto-identitária de jovens calipolenses”.

No que ao espaço público diz respeito, 70% dos jovens inquiridos afirma ter já presenciado algum evento dedicado a Florbela Espanca no município, enquanto 30% afirma não o ter feito. Quanto à frequência com que tal ocorre, os jovens inquiridos responderam “de vez em quando” (79,2%) ou mesmo “raramente” (17,8%), sendo que apenas 3% dos jovens inquiridos (3) refere que tal sucede “frequentemente”.

Questionados sobre a relevância da organização de eventos dedicados a Florbela Espanca em Vila Viçosa, 71,5% do conjunto dos jovens que responderam a esta questão (137) consideram ser relevante. A análise das justificações avançadas para esta avaliação permite identificar dois domínios temáticos estruturados em torno das principais palavras que a nuvem de palavras destaca: “exposição” (11 referências) e “figura” (10 referências) (Figura 7).

“É amar-te, assim, perdidamente”. A figura de Florbela Espanca na construção auto-identitária de jovens calipolenses



Casos válidos = 44

Figura 7 – Nuvem de palavras sobre a justificação para a relevância de organização de eventos dedicados a Florbela Espanca em Vila Viçosa ($f \geq 4$).

Os argumentos apresentados pelos jovens inquiridos para a relevância da organização de eventos dedicados a Florbela Espanca em Vila Viçosa radicam, em primeiro lugar, na necessidade de expor e divulgar a sua obra. Como ilustram os testemunhos selecionados, tal exposição e divulgação é importante para “dar a conhecer”, “dar relevo” e, ao mesmo tempo, “homenagear” a escritora e poetisa:

Dar a conhecer melhor.

Dar relevo.

Dinamizar a sua figura.

Uma ótima escritora que deveria ser mais homenageada.

No conjunto de justificações apresentadas pelos jovens inquiridos, a necessidade de expor e divulgar a obra de Florbela Espanca surge indissociavelmente ligada à própria história e cultura local de que a escritora e poetisa “faz parte”. Para isso mesmo remete o outro conjunto de testemunhos selecionados, o qual enfatiza a importância de Florbela Espanca enquanto figura “marcante” e “proeminente” para o património cultural local. A apropriação da figura de Florbela Espanca através do pronome possessivo “nosso” é icónica da relação inextricável entre a escritora e a vila e parece fortalecer junto dos jovens inquiridos a necessidade de ser “recordada”, “vívada” e “valorizada”, inclusivamente junto das “novas gerações”:

Como qualquer outra figura que marque a história, principalmente de uma localidade, deverá ser recordada e vivida.

É importante a realização de eventos dedicados a Florbela Espanca, já que a promoção de figuras proeminentes valoriza e não deixa morrer o património cultural de Vila Viçosa.

Faz parte da história de Vila Viçosa.

Valorizar o que realmente é nosso e passar a palavra a novas gerações.

Florbela Espanca nas narrativas e experiências de vida dos jovens calipolenses

O conjunto de questões destinadas a compreender o modo como os jovens calipolenses integram a figura de Florbela Espanca nas suas narrativas e experiências de vida iniciou com um convite à avaliação da importância da figura de Florbela Espanca em Portugal. Numa escala de 1 a 5, em que 1 significa “nada importante” e 5 “muito importante”, os jovens inquiridos foram perentórios em reconhecer tal importância, somando mais de metade, 56,7% os que assinalaram os pontos 4 e 5 da escala (Figura 8).

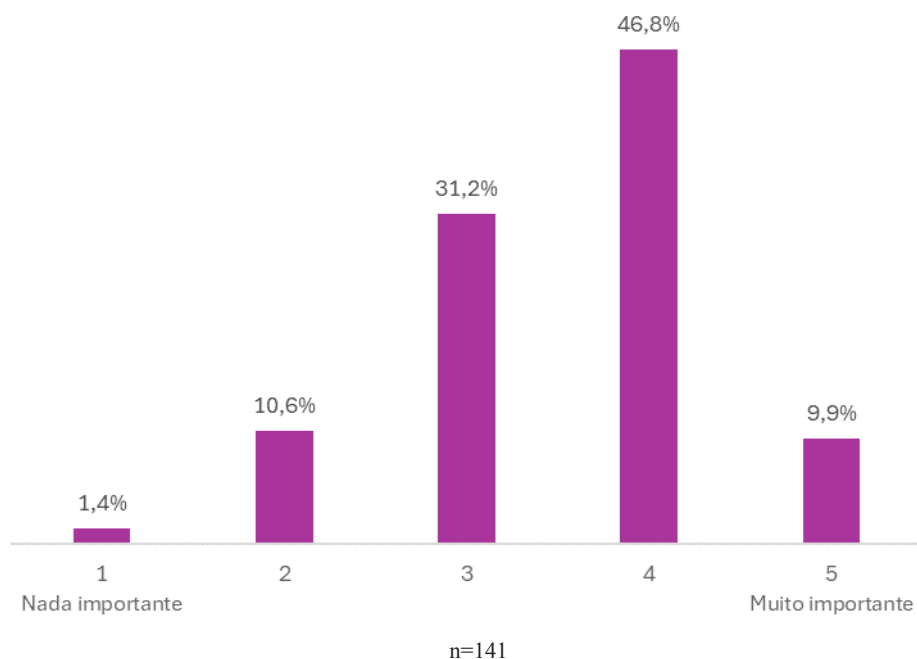
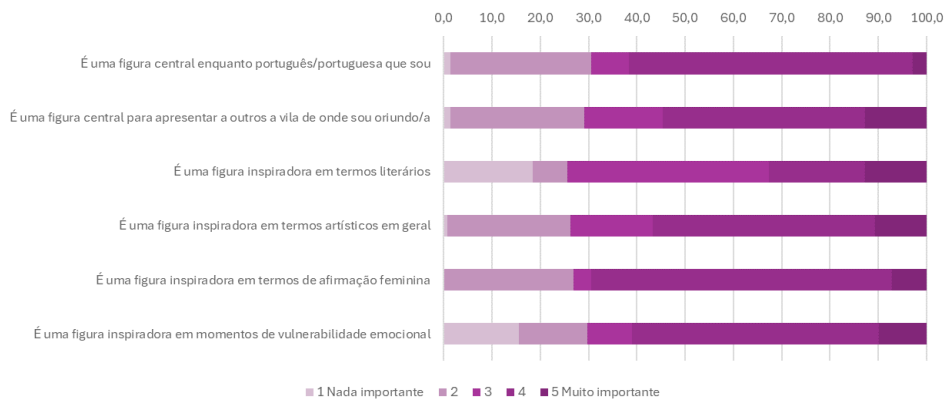


Figura 8 – Importância da figura de Florbela Espanca em Portugal.

A importância da figura de Florbela Espanca na vida dos jovens calipolenses foi avaliada utilizando a mesma escala de 1 a 5, em que 1 significa “nada importante” e 5 “muito importante”. No conjunto dos itens em apreço, observa-se que os pontos superiores da escala de importância (4 e 5) somam sempre mais de metade das respostas dos jovens inquiridos, com exceção do que reconhece em Florbela Espanca uma figura inspiradora para a vida dos jovens calipolenses em termos literários. As afirmações que colheram as avaliações mais elevadas por parte dos jovens são, por ordem decrescente de importância (soma de avaliação dos pontos 4 e 5 da escala): “É uma figura inspiradora em termos de afirmação feminina” (69,5%), “É uma figura central enquanto português/portuguesa que sou” (61,7%), “É uma figura inspiradora em momentos de vulnerabilidade emocional” (61%), “É uma figura inspiradora em termos artísticos em geral” (56,7%), “É uma figura central para apresentar a outros a vila de onde sou oriundo/a” (54,6%) (Figura 9).

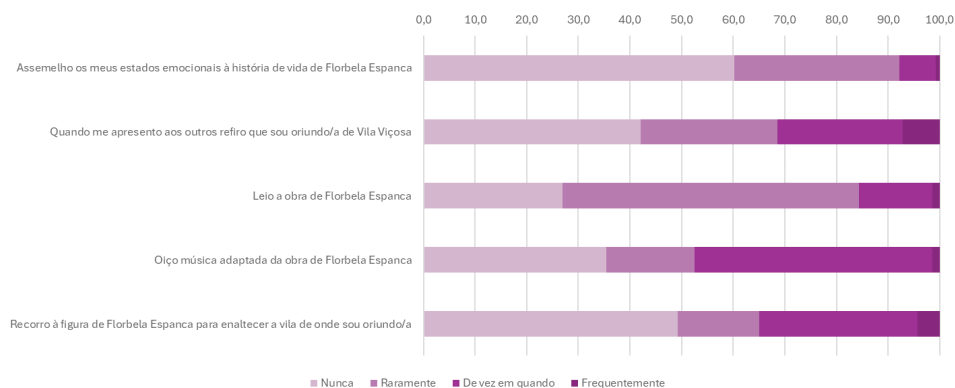
“É amar-te, assim, perdidamente”. A figura de Florbela Espanca na construção auto-identitária de jovens calipolenses



n=141

Figura 9 – Importância da figura de Florbela Espanca na vida dos jovens.

No conjunto dos itens em apreço para avaliar a frequência com que os jovens calipolenses se aproximam da figura de Florbela Espanca observou-se que com exceção da afirmação “Assemelho os meus estados emocionais à história de vida de Florbela Espanca”, todas as restantes somam sempre mais de metade das respostas dos inquiridos. As afirmações que colheram níveis de frequência mais elevados por parte dos jovens inquiridos são, por ordem decrescente de importância (soma de avaliação de “Raramente”, “De vez em quando” e “Frequentemente”): “Leio a obra de Florbela Espanca” (73%), “Oíço música adaptada da obra de Florbela Espanca” (64,5%), “Quando me apresento aos outros refiro que sou oriundo/a de Vila Viçosa” (57,9%) e “Recorro à figura de Florbela Espanca para enaltecer a vila de onde sou oriundo/a” (50,7%) (Figura 10).



n=141

Figura 10 – Frequência de aproximação dos jovens da figura de Florbela Espanca.

A fechar o questionário foi utilizada uma questão aberta para perguntar aos jovens calipolenses de que modo a figura de Florbela Espanca está presente nas suas histórias de vida. A análise das respostas obtidas permite destacar a centrali-

dade temática do contexto educativo. Um total de 44 referências a “escola” em 59 casos válidos patenteia de modo evidente como a presença de Florbela Espanca na história de vida dos jovens inquiridos parece indissociável de uma determinada fase da vida que se sobrepõe com “o tempo de escola” e, consequentemente, com a condição de estudante. Com referências quantitativas bastante inferiores (5), mas ainda assim qualitativamente relevantes, surge um conjunto de respostas que remete para a partilha geográfica com a poetisa da mesma vila de origem:

Apenas como oriundo da mesma terra.

Dada a minha naturalidade, é frequente associar a figura de Florbela Espanca para localizar no espaço a importância de Vila Viçosa.

Está presente, pois eu sou de Vila Viçosa e sempre tive curiosidade na vida dela.

Graças a Vila Viçosa.

Tal como ela também sou de Vila Viçosa.

Com número igual de referências (4) surgem os dois temas remanescentes que aludem para a presença direta e indireta da figura de Florbela Espanca na história de vida dos jovens inquiridos. Um conjunto de jovens refere o contacto direto com a obra de Florbela Espanca, enfatizando assim uma presença artística, que contempla manifestações de ordem literária ou musical:

Em forma de poemas.

Literário.

Principalmente, pela música das suas obras.

Uma grande poetisa.

Um outro conjunto de jovens remete para uma forma de presença da figura de Florbela Espanca nas suas vidas que extravasa a materialidade do contacto com a obra para incorporar uma dimensão interior, estética e inspiracional:

Beleza interior.

Identifico-me pelo sofrimento e dor que a poetisa descrevera nas suas obras.

Na sua força e luta.

Por ser uma inspiração.

Conclusões

Inspiradas pela figura de Florbela Espanca, procurámos neste texto apresentar os resultados principais de um estudo exploratório, desenvolvido a partir da sociologia com o objetivo principal de compreender o modo como os jovens calipolenses integram e interpretam a figura de Florbela Espanca numa narrativa identitária de construção de si. Tomando como referência a questão de partida que norteou o estudo, é possível concluir que os jovens inquiridos integram, valorizam e interpretam de modo plural, por vezes ambivalente, a figura de Florbela Espanca nas suas narrativas e experiências de vida.

“É amar-te, assim, perdidamente”. A figura de Florbela Espanca na construção auto-identitária de jovens calipolenses

No domínio da literacia, os resultados obtidos são reveladores do modo como a figura de Florbela Espanca faz parte dos conhecimentos dos jovens inquiridos, sendo que 100% afirmaram dela já ter ouvido falar e 98,6% julgam reconhecê-la em registos fotográficos. Ademais, os jovens inquiridos veem em Florbela Espanca a “Poetisa” e a “Escritora”, para além da “Mulher”, mas também uma “Feminista” e, em menor percentagem, uma personagem “Revolucionária” e “Modernista”. A descrição da vida de Florbela Espanca por parte dos inquiridos colhe maioritariamente palavras situadas num espetro negativo, como “Tristeza”, “Sofrimento” e “Solidão”. A caracterização da obra de Florbela Espanca acompanha esta tendência, sendo que mais de 70% dos jovens inquiridos caracteriza Florbela Espanca com recurso a palavras como “Tristeza” e “Deprimente”. Ainda assim, a obra de Florbela Espanca parece mais ambivalente que a figura ou vida da escritora, caracterizada que é com recurso a palavras como “Profundo”, “Belo”, “Nostálgica”, “Desinteressante” e “Alegria”.

Os dados obtidos sobre os contextos de aquisição de conhecimentos sobre Florbela Espanca dão visibilidade a variações importantes, quer em função do contexto propriamente dito, quer na relação percentual entre os temas aí abordados. No conjunto, a sala de aula foi referenciada como o principal contexto de aquisição de conhecimentos sobre Florbela Espanca pela amostra inquirida (95%). Comparados os diferentes contextos, observou-se ser no percurso escolar/académico que mais jovens dizem ter abordado a figura de Florbela Espanca, seguido do grupo de amigos e, por fim, na família. O tema mais abordado durante o percurso escolar/académico e na família é a qualidade da obra de Florbela Espanca, enquanto no grupo de amigos são os conteúdos da obra. Já o suicídio de Florbela Espanca é o segundo tema mais abordado no grupo de amigos e em família, mas ocupa lugar terceiro no percurso escolar/académico, onde os conteúdos da obra de Florbela Espanca ocupam o segundo lugar, terceiro na família.

Os dados obtidos permitem também destacar a importância do espaço público para a aquisição de conhecimentos sobre Florbela Espanca. No conjunto, 70% dos jovens inquiridos afirma ter já presenciado algum evento dedicado a Florbela Espanca no município, considerando que tal acontece “de vez em quando” (79,2%). Ademais, questionados sobre a relevância da organização de eventos dedicados a Florbela Espanca em Vila Viçosa, 71,5% do conjunto dos jovens que responderam a esta questão consideram ser relevante. As justificações avançadas para esta avaliação radicam na necessidade de expor e divulgar a obra de Florbela Espanca, o que surge indissociavelmente ligado à própria história e cultura local, de que “faz parte”. No discurso dos jovens inquiridos, a figura de Florbela Espanca surge referenciada como “marcante” e “proeminente” para o património cultural local. Disto mesmo é evidência a apropriação da figura de Florbela Espanca através do pronome possessivo “nosso”, aspeto que parece indiciar a inextricável relação entre a escritora e a vila e, ao mesmo tempo, fortalecer junto dos jovens calipolenses a necessidade de ser “recordada”, “vivida” e “valorizada”, inclusivamente junto das “novas gerações”.

Convidados a avaliar a importância da figura de Florbela Espanca em Portugal, os jovens inquiridos foram perentórios no seu reconhecimento, somando mais de metade os que assinalaram os pontos 4 e 5 de uma escala de 1 a 5, em que 1 significa “nada importante” e 5 “muito importante”. Esta avaliação global está alinhada com a importância que atribuem à figura de Florbela Espanca em vários domínios da sua vida. No conjunto dos itens em apreço, observou-se que os pontos superiores da escala de importância (4 e 5) somaram mais de metade das respostas dos jovens calipolenses nas afirmações que dão conta da figura inspiradora que representa em termos de afirmação feminina, enquanto portugueses que são, em momentos de vulnerabilidade emocional, em termos artísticos em geral, e ainda em momentos de apresentação a outros da vila de onde são oriundos. Já no conjunto dos itens em apreço para avaliar a frequência com que os jovens calipolenses se aproximam da figura de Florbela Espanca, observou-se que as afirmações que colheram níveis de frequência mais elevados por parte dos jovens inquiridos foram a leitura da sua obra, a audição de música adaptada da obra de Florbela Espanca, a apresentação aos outros com a referência de que são naturais de Vila Viçosa e, por fim, o recurso à figura de Florbela Espanca para enaltecer a vila de onde são oriundos.

Os dados obtidos permitem ainda destacar como a presença de Florbela Espanca na história de vida dos jovens inquiridos parece indissociável de uma determinada fase da vida que se sobrepõe à condição de estudante. Para além das referências à “escola”, um outro conjunto de referências assume relevância qualitativa, já que, embora menos expressivas do ponto de vista quantitativo, permitem compreender a influência texturada da figura de Florbela Espanca na vida dos jovens inquiridos. Tais referências remetem, ora para a partilha geográfica da vila de origem com a poetisa e para o contacto direto com a obra de Florbela Espanca, enfatizando assim uma presença artística que contempla manifestações de ordem literária e musical; ora para uma forma de presença que extravasa a materialidade do contacto com a vila de origem e obra de Florbela Espanca e incorpora uma dimensão interior, estética e inspiracional.

Como pistas de investigação futura destaca-se a relevância de aprofundar o estudo, por um lado, procurando contornar as limitações associadas a uma amostra não probabilística e de reduzida dimensão; por outro, alargando-o a categorias de jovens não contemplados na amostra, seja porque menos escolarizados, seja porque vão além do limite etário considerado, mas também por meio de estratégias qualitativas de recolha de dados, que permitam ouvir de forma mais audível e diversificada as vozes dos jovens a respeito. Tal seria interessante não apenas para analisar em detalhe o efeito mediador de algumas variáveis sociológicas, designadamente a educação e a geração, como também para ultrapassar as limitações impostas pelo instrumento de recolha de dados utilizado, adensando as experiências e significados que o inquérito por questionário não permite captar na totalidade. Ao mesmo tempo, se é certo que o estudo desenvolvido possibilita uma aproximação simultaneamente interessante e válida à categoria dos jovens calipolenses, não vem senão adensar a curiosidade sociológica em torno da perceção da figura de Florbela Espanca por outras categorias sociais e fases da vida, como sejam crianças ou pes-

soas idosas. Definitivamente, a compreensão de tal variabilidade cultural importa não apenas à ciência fundamental, mas também à ação e intervenção social já que, sabe-se, o envolvimento multigeracional é fator decisivo na dinamização e preservação do património cultural local.

Agradecimentos

As autoras agradecem reconhecidamente à Câmara Municipal de Vila Viçosa a disponibilidade para publicação de uma versão adaptada do trabalho académico desenvolvido na Universidade de Évora na Revista de Cultura *Callipole*, permitindo, por essa via, a disseminação dos resultados obtidos inicialmente em contexto universitário a um público mais vasto e a devolução dos resultados à sociedade.

Referências bibliográficas

- APS – Associação Portuguesa de Sociologia (1992). *Código Deontológico*. [consult. 20 jun., 2023]. Disponível em: <https://aps.pt/pt/codigo-deontologico>
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Berger, P. (2001). *Perspectivas Sociológicas – Uma Visão Humanística*. 23.^a ed. Petrópolis: Editora Vozes.
- Bessa-Luís (1979). *Florbela Espanca, a Vida e a Obra*. Lisboa: Arcádia.
- Bourdieu, P. (1989). Introdução a uma Sociologia Reflexiva. *O poder Simbólico* (pp.17-58). Lisboa: Difel.
- Caia, J.G. (2019). História e Usos Políticos da Memória de Vila Viçosa enquanto “Vila Ducal Renascentista” entre os séculos XIX e XXI: a propósito da candidatura a Património Mundial. *História. Revista da FLUP*. 9 (2), 200-216. Doi: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist9_2a10
- Conde, I. (1990). Identidade nacional e social dos jovens. *Análise Social*, 54, p. 675-693.
- Correia, N. (1990). A Diva. *Florbela Espanca, Diário do Último Ano* (pp. 9-30). Amadora: Bertrand.
- Creswell, J. (2018). *Research design. Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. 5th ed. Los Angeles: Sage Publications.
- Dal Farra, M.L. (2023). *Caleidoscópio Florbela*. Évora: Universidade de Évora.
- Fortin, M. (2009). *O processo de investigação: Da conceção à realização*. 5.^a ed. Loures: Lusociência.
- Giddens, A. (2002). *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Guerra, I.C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Estoril: Príncipe.
- Guerreiro, M.D., & Abrantes, P. (2007). *Transições incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*. 2.^a ed. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Infante, P., Costa, R., Afonso, A., Jacinto, G., Conde, J., & Policarpo, M. (2019). *Diagnóstico Juvenil: os Jovens em Évora dos 15 aos 29 anos*. Évora: Câmara Municipal de Évora.

- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2022). *Censos 2021. Resultados Definitivos – Portugal*. INE, I.P.
- Leite, J., & Silva, F. M. (Eds.). (2024). *Dicionário de Florbela Espanca*. Lisboa: Edições Esgotadas.
- Mills, C. W. (1975). *A Imaginação Sociológica*. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Pais, J.M. (1990). A Construção Sociológica da Juventude – alguns contributos. *Análise Social*, XXV(105-106), pp.139-165.
- Pais, J.M. (1993). *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Pappámikail, L. (2017). Juventude(s), autonomia e Sociologia: questionando conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, XX, p. 395-41. url: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2296>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. 7.^a ed. Lisboa: Gradiva.
- Sagnier, L., & Morell, A. (Coord.). (2021). Os jovens em Portugal, hoje. Quem são, que hábitos têm, o que pensam e o que sentem. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Santos, V.M., & Paiva, A.C.S. (2010). Florbela Espanca: o “ser mulher” na resignação e na transgressão pelo desejo. Por uma sociologia da escrita feminina. *Baleia na Rede. Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa em Cinema e Literatura*, 1(7), p. 167-190. url: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/27045>
- Sena, J. (1947). *Florbela Espanca ou a Expressão do feminino na Poesia Portuguesa*. Porto: Biblioteca Fenianos.
- Wu, M., Zhao, K., & Fils-Aime, F. (2022). Response rates of online surveys in published research: A meta-analysis. *Computers in Human Behavior Reports*, 7, 100206. doi: <https://doi.org/10.1016/j.chbr.2022.100206>

Homenagens

À memória de João Tavares (1949-2024)

Carlos Aurélio



A 8 de Agosto deste ano de 2024 partiu mais um dos nossos, um dos mais firmes e persistentes do movimento da filosofia portuguesa, o nosso querido Amigo João Tavares foi-nos levado quase de supetão assim como quem leva bofetada inesperada. Desde 18 de Julho se começou a anunciar o pior desfecho e três semanas exactas bastaram para que Deus o levasse fisicamente de entre nós.

João Manuel Lopes Tavares nasceu a 18 de Janeiro de 1949 em Barão de São Miguel, humilde aldeia entre Vila do Bispo e Lagos e foi nesta cidade algarvia que completou os estudos liceais, vindo depois a licenciar-se em Filosofia em Coimbra. Casou em Vila Viçosa, terra alentejana que o tem como filho adoptivo desde 1973; foi professor ao longo de décadas na Escola Padre Bento Pereira em Borba.

Homem de forte erudição e cultura cedo se incorporou no grupo da filosofia portuguesa de Estremoz em torno do filósofo António Telmo, mantendo ligação directa com o grupo de Lisboa onde conviveu com Álvaro Ribeiro, António Quadros, Orlando Vitorino, Afonso Botelho, Pinharanda Gomes entre outros, sem esquecer o ramo nortenho do qual urge destacar Dalila Pereira da Costa e o Padre Ângelo Alves em linha aproximativa a Leonardo Coimbra. Além das tertúlias e conferências animadas pelo veio da filosofia portuguesa João Tavares também integrou na década de oitenta do século XX o ensino metafísico e acroamático de Max Hölzer, proeminente poeta austríaco. Conheceu e conviveu com Agostinho da Silva mas foi, todavia e sempre, Álvaro Ribeiro a sua referência maior em sua patriótica espiritualidade manifestada na obra filosófica, em conferências e tertúlias. Colaborador em textos dispersos na imprensa, caso de o *Setubalense* ou no livro *António Telmo e as Gerações Novas*, escreveu na Revista Cultural *Callipole* tendo pertencido ao seu conselho de redacção, foi também o destacado director das *Edições Serra d'Ossa*.

O João Tavares foi cultor profícuo da religiosidade portuguesa no seu veio católico perscrutante à tradição, um firme amante da língua portuguesa, um patriota raro, uma pessoa de trato afável com cada um que teve o gosto e o proveito saudável do seu convívio. Era um homem justo atento aos outros, um amigo da paz em busca da perfeição evangélica pela qual Jesus anuncia a bem-aventurança dos pacificadores «porque serão chamados filhos de Deus». Nestes dias de saudade sem remédio após a sua partida, alguém recordou a delicadeza da sua voz que nunca vimos exacerbada ou colérica, sempre procurando o tom acertado à concórdia. Às vezes, mais consternado em situações quicá aflitivas, soltava de si para si um «Valha-me Deus» como que invocando em silêncio o olhar sequente de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro a quem amiúde recorria. Obrigado João pela tua generosa amizade e por teres sido sempre um dos nossos. Foste um Homem. Que Deus te guarde!



João Tavares e António Telmo no Claustro do Mosteiro dos Jerónimos, Lisboa, 1995.

Notícias

Este ano houve procissão pelo Santo António

Ana Rita Aurélio Ramos

Neste ano 2024 houve Santo António em Vila Viçosa e, desta vez com procissão, assim nos pede cada um dos três a que os portugueses carinhosamente chamam Santos Populares. Neste 12 de Junho, vésperas de Santo António, não estavam muitas pessoas na nossa humilde procissão, mas fico feliz por se recuperar esta tradição que me levou diretamente à minha infância!

Nesses tempos, vivia esses dias a correr entre as casas das minhas avós Luísa, na Avenida, e Mariana, na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, antiga dos Gentis... todos por aqui esperavam com ansiedade as tardes e noites em que o calor já se fazia sentir e era preciso ir à do Sr. Carrasco buscar as resmas de papel de seda, já cortado em pequenos quadrados multicoloridos. Uns seriam bandeirolas, outros depois de enrolados habilmente, por mulheres e crianças, davam vida a rosas que eram depois penduradas num cordel fininho que os homens suspendiam, de uma fachada a outra. Os dias de preparação eram quase melhores que os dias da festa, pois era um motivo para sair de casa à noite nos verões já quentes de Junho. Lembro-me que as flores eram guardadas, de noite, na carpintaria do sr. Penco (António Silva de seu nome), até à véspera do dia 12, quando pela noite dentro se preparava tudo.

No dia seguinte, era ir ao campo arranjar fetos e rosmaninho que se deitaria ao chão no final da tarde do dia 12, antes de passar a procissão. Nesse dia preparavam-se ainda as sardinhas, as febras e os manjericos. E as pessoas trabalhavam, e muito, mas também faziam a festa até altas horas da noite. Nesse dia, eu deixava a casa das avós e fazia da casa da minha querida Georgina, a minha! Aliás era com a Teresa, sua filha, que me juntava nestas lides!

Mais tarde, teria já 13 ou 14 anos, achei que a minha rua, a Rua do Poço, também merecia ter festas! Pois se na Rua das Vaqueiras e na Rua Três se comemorava o São Pedro por que não podíamos também fazer a festa?

Nessa altura, as noites de Verão eram passadas a brincar às escondidas e ao lencinho com a gaiatagem da minha rua. Entre todos, começámos a arranjar manei-

ras de fazer a festa. Lembro-me de bater às portas dos vizinhos a pedirmos dinheiro para comprar o papel de seda, acho que no início não nos levaram a sério! O certo é que quando demos por nós estávamos nos serões de junho a fazer flores e bandeirolas, com as vizinhas que se sentavam à porta em cadeiras de praia à caça de osgas e nos mandavam aos gambuzinos! Não tardou muito que o vizinho que vendia rações, o Sr. Pereirinha, nos levasse, com o marido da vizinha Dionísia, o Sr. Joaquim, numa madrugada da véspera de São Pedro, à curva dos fetos da estrada de S. Romão! Aí, apanhámos fetos e flores campestres até que o sol cáldido de junho nos permitiu e voltámos felizes na caixa da carrinha. Era uma rua cheia de miúdos! Eu, a Cátia, a Paula, o Rui, o Ricardo, a Dora e outros que sendo, irmãos mais velhos ou mais novos, primos ou amigos se nos juntaram para fazer a melhor festa de sempre! Nessa noite cada vizinho pôs a mesa na rua e os miúdos corriam de mesa em mesa comendo de tudo e nada...! Até o Zé Mau teve o belo gosto de sentar-se connosco!

Que saudades destes tempos, do que foram estas ruas ... e que hoje encontrei tão abandonadas!



Procissão de Santo António na Rua da Pascoela (12 de Junho de 2024)

Este ano houve procissão pelo Santo António



Procissão de Santo António (12 de Junho de 2024)

Isabel Machado, “*Luísa de Gusmão*”, Manuscrito, 2023*

António Rosa

O livro *Luísa de Gusmão*, da autoria da Dr.^a Isabel Machado, é um romance histórico que descreve a vida da rainha espanhola que lutou pela independência de Portugal. Foi publicado pela editora Manuscrito, do grupo editorial Presença, em Novembro de 2023. Teve lançamento oficial na Sociedade Histórica da Independência de Portugal, a 23 de Novembro e também, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Vila Viçosa, a 3 de Dezembro.

Isabel Machado nasceu em Lisboa e passou parte da sua adolescência no Texas, onde completou o 12.º ano. Licenciou-se em Línguas e Literaturas Modernas na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa. Foi professora de línguas no ensino secundário, tradutora e jornalista. Nos anos 80, recebeu o primeiro prémio nacional de um concurso europeu de dissertação em língua francesa, promovido pela Alliance Française de Paris, e obteve uma bolsa de estudo para um curso de História e Cultura Francesas, em Paris.

Na actividade de jornalista, trabalhou vários anos como pivô da TDM (televisão de Macau), desenvolvendo também trabalhos de grande reportagem e entrevista, assistindo à transferência daquele território para a China. Mais tarde, entre 2003 e 2011, trabalhou como pivô do Canal Parlamento, na Assembleia da República, aqui em Portugal. Em 2003, foi-lhe atribuído um prémio de jornalismo da Fundação Roche e da Liga Portuguesa Contra o Cancro, por uma grande reportagem sobre cancro infantil, publicada na revista LuxWoman.

Sendo uma mulher de grandes causas, sempre em prol dos mais desafortunados e dos mais débeis, tendo vivenciado as realidades nos quatro cantos do Mundo, Isabel Machado adquiriu uma bagagem cultural que, aliada à sua habilidade inata para escrever e à sua paixão pela História lhe permitiram enveredar pela difícil arte do romance histórico, tendo-se iniciado em 2012 com a publicação de “Isabel I de Inglaterra e o Seu Médico Português”.

* O Artigo não respeita o Novo Acordo Ortográfico.

O romance histórico é uma modalidade literária muito singular, pois o escritor tem de ter o grande cuidado de aliar a verdade dos factos históricos ocorridos, baseada na investigação de todas as fontes credíveis e fidedignas que tenha disponíveis, com a intervenção activa das personagens envolvidas, com as suas falas e as suas atitudes, como se de teatro se tratasse, dando-lhes a vida adequada ao momento e às circunstâncias que desencadearam esta ou aquela acção, este ou aquele diálogo.

Como é evidente, não havendo registos sonoros desses tempos idos, tem o escritor que ter a habilidade de encontrar, para o discurso directo, a frase, a fala, que teria sido a mais plausível que a personagem teria proferido perante aquelas circunstâncias e naquele contexto.

É aqui, nesta simbiose perfeita entre a verdade histórica, atestada pelos factos, e a plausibilidade dos diálogos entre os intervenientes, que Isabel Machado se mostra uma exímia escritora, transformando figuras históricas em pessoas de carne e osso, com sentimentos e emoções. Isabel Machado consegue-nos transportar e incluir nesse ambiente de há quatro séculos atrás com uma mestria tal, que quase nos julgamos contemporâneos dos duques e da sua corte ducal, perfeitos conhecedores do seu ambiente, dos seus problemas, de todo o seu quotidiano, e até dos sentimentos, das emoções e dos medos que os assolaram. É como se estivéssemos presentes naquela ocasião. Não é sem alguma razão que Isabel Machado se diz admiradora de alguns dos seus pares como Eça de Queiroz, pelas suas descrições minuciosas das personagens e dos ambientes, de José Luís Peixoto, pela sua grande preocupação em apresentar uma escrita simples e concisa, perfeitamente compreensível para todos os leitores.

Ora isto só se consegue com profundos conhecimentos dos factos históricos e um forte gosto pela História, que diz ter herdado de seu pai, e que aliás está patente em toda a sua obra literária já com seis títulos publicados e que atravessa todas as dinastias da Monarquia Portuguesa, realçando sempre e dando particular atenção ao importante papel da mulher na influência directa ou indirecta que teve nas tomadas de decisão que foram relevantes para assentar os marcos históricos do rumo que tomou o reino de Portugal.

A obra que aqui se analisa, tem um prólogo muito bem estruturado para enquadrar o leitor no problema da dificuldade que Castela tinha, no tempo de Filipe IV (Filipe III de Portugal), para assegurar todo o seu vasto Império espalhado pelos quatro cantos do Mundo. A desconfiança do rei com a aparente submissão do reino de Portugal que, desde os tempos de seu avô, D. Filipe II, se subjugava à coroa espanhola com grande passividade, mas que no íntimo aguardava ansiosamente um rei português e começava a reclamar a excessiva carga de impostos, tendo já havido no Porto a revolta das maçarocas, em 1629, contestando a tributação do linho fiado.

O conde-duque de Olivares, valido do rei Filipe IV, influenciava todas as decisões que este tomava e começou a insinuar-lhe o casamento de D. Luísa Francisca de Guzmán y Sandoval (Luísa de Gusmão), ainda sua parente, filha de D. Manuel de Guzmán, 8.º duque de Medina Sidónia, com D. João II, 8.º duque de Bragança

e herdeiro presuntivo da coroa portuguesa, para assim o afastar de eventuais pretensões e o manter sob controle.

Isabel Machado desenvolve detalhadamente, nos 88 capítulos desta sua obra, o percurso da vida atribulada de D. Luísa de Gusmão, desde a sua infância e adolescência em Sanlúcar de Barrameda, na Andaluzia espanhola, onde nasceu a 13 de Outubro de 1613, até à sua morte no Convento do Grilo, em Lisboa, a 26 de Fevereiro de 1666.

Até ao capítulo 30, onde é assumida como Rainha consorte de Portugal, a obra está recheada de descrições fabulosas e diálogos muito marcantes, como o que teve com seu pai na despedida após o casamento por procuração, ou outro ainda, já como duquesa de Bragança, com seu marido, quando descobriu as infidelidades deste e de seus cunhados. Também relevante é o diálogo com o marido, em que o incentiva a aceitar as insistentes propostas dos conjurados para que viesse a encabeçar a revolta e se assumisse como Rei de Portugal.

A primeira parte do livro, como aliás as restantes, estão carregadas de descrições minuciosas, ricas de pormenores, como a chegada a Portugal, a ratificação do casamento em Elvas, o acolhimento em Vila Viçosa e em Évora, o nascimento do primeiro filho, o banquete e reunião de amigos na tapada, os momentos harmoniosos passados com o marido e filhos nos jardins do paço, etc., os melhores momentos da vida de D. Luísa. Mas as tribulações e os desgostos que sofreu com a morte de dois filhos à nascença, a morte de seu pai e depois de seu irmão D. Belchior, também amarguraram muito o seu coração.

A partir do capítulo 30, já a viver em Lisboa e na sua condição de rainha, não teve vida mais aliviada, muito antes pelo contrário, pois partilhava intensamente com o seu marido as preocupações do governo do reino, que nesses primeiros tempos não foram nada poucas, com grande escassez de dinheiro para refazer o exército e o preparar para a defesa das fronteiras que iriam ser devassadas pela ira do exército castelhano; com as preocupações de segurança da família quando se descobriu a conjura de um atentado encabeçado por eclesiásticos e nobres descontentes por não terem sido, segundo eles, devidamente agraciados com benesses por parte de D. João IV; com o fracasso de algumas missões diplomáticas que o rei enviara a outros reinos da Europa para que reconhecessem Portugal independente de Castela, incluindo a Santa Sé, tendo essas tentativas sido goradas. Também o desgosto que D. Luísa sofreu com as retaliações que Filipe IV fez a seu irmão D. Gaspar de Gusmão, incriminando-o de ter ajudado Portugal e retirando-lhe as suas terras e os seus bens. E também da prisão de seu cunhado D. Duarte de Bragança, impedido de regressar a Portugal e vendido pelo imperador Fernando III, do Sacro Império Romano-Germânico, aos aliados espanhóis.

Também as possessões portuguesas nos outros quatro cantos do Mundo, nomeadamente no Brasil e em África, que outrora trouxeram ao tesouro da coroa imensas riquezas, tinham ficado abandonadas à pilhagem dos holandeses e dos franceses, e reclamando por auxílio urgente da coroa. D. João IV, que não suportava a ideia de as perder, via-se incapaz de lhes dar protecção. As dificuldades na governação do reino eram imensas e D. Luísa, sempre preocupada com a causa da

independência de Portugal, partilhava intensamente todas estas preocupações com o seu marido.

Na obra, são analisadas quase à exaustão, imensas questões da política internacional da época, retratando muito bem os jogos de interesses entre os vários reinos e impérios da Europa de então, bem como dos seus interesses nas terras descobertas e colonizadas no novo continente, na África e no Oriente. São também explorados os diálogos entre o rei e a rainha sobre todas estas questões e as que se relacionavam com a tentativa de estabelecer, através da diplomacia, alianças que conduzissem ao reconhecimento e protecção internacional do novo reino restaurado, e que, na maior parte das vezes, passavam pelo estudo das hipóteses de casamentos dos infantes com herdeiros doutros reinos hostis a Espanha. A esse propósito, há que destacar o ponto alto desse tipo de negociações, que culminou com o casamento de D. Catarina com o rei Carlos II de Inglaterra, já depois da morte de D. João IV, e que fora sempre o sonho e o empenho do casal real, pois restabeleceria a antiga aliança com a Inglaterra.

Após a morte prematura do rei em 6 de Novembro de 1656, com um cálculo renal, problema físico que nos tempos de hoje teria sido facilmente resolvido, D. Luísa viu-se a braços com a complicada governação do reino. Ela própria jurara ao marido moribundo, no seu leito de morte e angustiado pela inaptidão do seu descendente D. Afonso para assumir a governação do reino, que Portugal não ficaria desprotegido e continuaria a ser dos portugueses.

Os sentimentos e as emoções de D. Luísa de Gusmão estão sempre presentes ao longo de toda esta obra em que se relata a sua vida atribulada, quer nos momentos alegres, que não são muitos quando comparados com os momentos tristes, que foram muitíssimos, mas sempre encarados com uma resignação e aceitação sem limites dos supremos desígnios de Deus. Tal era a sua fé. A grande infelicidade que teve com as mortes de quatro dos seus sete filhos e da doença que causou a incapacidade a um deles, deixariam destruída qualquer mãe que não tivesse a tenacidade e a resistência para lutar como ela teve, até aos seus últimos dias. D. Teodósio, o filho primogénito do casal real, foi um jovem saudável, destemido, extraordinariamente culto, profundamente religioso e de grande inteligência, que tinha como tutor o padre António Vieira, e que aos treze anos de idade acompanhava o rei nas reuniões do Conselho do Estado e pedia autorização para se pronunciar sobre os temas em debate, dando as opiniões e os conselhos mais sábios, que deixava boquiabertos os restantes nobres conselheiros. Era muito estimado por todo o povo e teria dado um excelente rei para Portugal, não fosse uma tuberculose pulmonar tê-lo cruelmente vitimado com apenas dezanove anos. É particularmente comvente a descrição que Isabel Machado faz da morte de D. Teodósio.

D. Ana, que nascera no ano a seguir a D. Teodósio, morrera com poucas horas de vida. Seguiu-se D. Joana que era saudável e de grande formosura, mas que também contraiu tuberculose, que escondeu da família, acabando por morrer com dezassete anos, poucos meses após a morte de D. Teodósio. Restavam D. Catarina, D. Afonso e D. Pedro, já que D. Manuel, que nascera a seguir a D. Catarina, morreu também no dia do nascimento.

A sucessão dinástica estaria assegurada com D. Afonso, mas este, em tenra idade, foi acometido por uma febre que o deixou longos dias à beira da morte. Quando recuperou alguma mobilidade, arrastava uma perna e tinha a face e um olho diminuído, além de um comportamento instável, que ia da ira à prostração, talvez até com algum deficit cognitivo.

A partir do capítulo 60, Isabel Machado revela-nos as grandes qualidades desta grande rainha. À frente dos destinos de Portugal, por força destas adversas condições que o destino lhe impôs, D. Luísa de Gusmão viu-se a braços com tarefas para as quais receava não estar capacitada, mas que, com a sua força e vontade inabaláveis, desempenhou de forma excelente. A guerra com a Espanha ainda nem sequer começara, restringindo-se a pequenas escaramuças na fronteira do Alentejo, ocupados que estavam os exércitos de D. Filipe IV a terminar as revoltas na Catalunha. Os cofres da coroa estavam esgotados, com muito pouco dinheiro para refazer um exército capaz e modernizado, o que era absolutamente necessário, dada a inevitabilidade da guerra. A política de tentar alianças com países europeus hostis à Espanha, através de casamentos dos infantes continuava a falhar, restando agora a esperança na infanta D. Catarina. A falta de apoio de familiares directos e experientes que a ajudassem na gestão, levou-a a recorrer aos velhos amigos dos Bragança e aos conjurados que lutaram ao lado do seu falecido marido pela restauração da independência.

Apesar de estar muito próxima a maioria de D. Afonso e de este já ter sido jurado em cortes como rei, embora com alguns protestos, D. Luísa retardava ao máximo a entrega do trono pois reconhecia a sua incapacidade e escutava também os conselhos dos nobres que a rodeavam e que apontavam o infante D. Pedro como melhor opção, mas ela insistia em não alterar a sucessão dinástica, esperando que D. Afonso melhorasse. Devota fervorosa, pedia a Deus forças para continuar lutando e Ele satisfiz-lhe a sua vontade. Colocou-se à frente da Junta do Governo, presidindo a todas as reuniões diárias daquele órgão, inteirando-se ao pormenor de todos os assuntos da governação e sendo sempre dela a última palavra nas decisões tomadas, tanto mais que começava a ver que, entre os conselheiros, se estavam a formar dois partidos, o dos “velhos”, antigos nobres ligados à família real por amizade, com ideias mais conservadoras, e o dos “novos”, conjurados e filhos de conjurados, mais activos que os primeiros e que exigiam resoluções rápidas para os problemas. Também entre os seus próprios conselheiros espirituais havia divergências, embora sempre dissimuladas. Por um lado, o padre António Vieira, confidente que fora de D. João IV e tutor dos seus filhos e por outro o seu confessor particular, frei Domingos do Rosário.

Assim, depois de um longo período de hostilidades directas que vão desde a batalha de Montijo, nas proximidades de Badajoz, comandada por Matias de Albuquerque, governador de armas do Alentejo, em que os portugueses venceram mas não obtiveram o sucesso esperado, quando D. Luísa teve conhecimento que as tropas espanholas tinham tomado as praças de Olivença e de Mourão, quis, ela própria ir aos locais conversar com os comandantes, e substituí-los se necessário fosse, tendo, a custo, sido dissuadida desta ideia pelos restantes conselheiros da

Junta do Governo. Entre os conselheiros havia quem tivesse a opinião de que Portugal deveria ter uma intervenção mais directa e activa no conflito, o que vinha a favor das ideias de D. Luísa. Então decidiu-se por um cerco a Badajoz com cinco mil homens comandado por Joane Mendes de Vasconcelos, que entretanto já recuperara a praça de Mourão. Este cerco encontrou muito mais resistência do que era expectável e prolongou-se por vários meses, tendo uma peste que então surgiu e a notícia da aproximação de um exército de vinte mil homens comandados pelo novo valido de D. Filipe IV, Don Luis de Haro, obrigado os sitiados portugueses a retirar para Elvas.

D. Luísa, que se interessava vivamente por todos os detalhes da guerra, nomeou Sancho Manuel para comandante da praça de Elvas, com onze mil homens para a sua defesa. Tinha a perfeita noção das insuficiências desta força para resistir ao cerco feito pelos espanhóis que dispunham de mais do dobro dos efectivos e que entretanto tinham cavado um fosso em torno das muralhas da cidade. Conhecia todos os comandantes militares e sabia do seu valor, mas tinha que escolher um que lhe desse garantias de cumprir capazmente aquela missão considerada impossível. A sua intuição levou-a a mandar chamar o conde de Cantanhede, António Luís de Meneses, a quem nomeou comandante-geral das armas do Alentejo, com a incumbência de recrutar milhares de homens, contratar mercenários e reunir equipamento para fazer o milagre de salvar a independência do reino.

O conde de Cantanhede desguarneceu parte de algumas praças mais afastadas do ponto da refrega e recrutou homens e equipamento ao longo de toda a fronteira e até das ilhas, incluindo mesmo homens da comunidade cigana que vivia na raia. Conseguiu assim alguns milhares de combatentes que, mesmo com pouca experiência, alguma valia haveriam de ter, a juntar à grande valia dos sitiados. A 13 de Janeiro de 1659, decidiu o conde iniciar o ataque aos sitiados, destruindo a linha de trincheira que parecia mais vulnerável e que corria entre o Forte da Graça, onde estava D. Luis de Haro, e o Forte de São Francisco, também ocupado pelos espanhóis. Abriu assim passagem a um dos quatro corpos em que tinha dividido o exército português, o que permitiu à infantaria, apoiada pela cavalaria na retaguarda, entrar nas linhas inimigas e levar mantimentos às tropas de Sancho Manuel cercadas no castelo, além de fazer fogo cruzado para os dois fortes.

A surpresa do ataque só foi apercebida pelo grosso das tropas de Luis de Haro quase uma hora depois de se ter iniciado, o que, aliado à protecção de um providencial nevoeiro que se abateu sobre o vale que medeia os dois fortes, desorientou as tropas espanholas, menos conhecedoras do terreno, que começaram a debandar, apesar de ter havido inúmeras baixas nos dois exércitos.

Entretanto, em Lisboa, D. Luísa e até o rei D. Afonso VI, juntamente com os conselheiros do Estado, recebiam continuamente os mensageiros que traziam as novidades do que se estava a passar no campo de batalha e, em frente de mapas sobre a mesa de trabalho, avaliavam ponto a ponto a situação, conjecturando sobre as melhores hipóteses. O velho conde de Odemira garantia que a experiência em fogo aberto, que tinham os homens do exército português, era uma grande vantagem para virar o resultado a nosso favor. Chegou a altas horas da noite a notícia

que D. Luis de Haro se retirara com a cavalaria para Badajoz e que, apesar de continuarem os combates, tudo indicava para a vitória portuguesa, o que se veio a confirmar a 15 de Janeiro.

Entretanto França e Espanha assinaram a paz no Tratado dos Pirinéus e D. Luísa viu mais uma vez goradas as expectativas de casamento de D. Catarina com Luís XIV, que viria a casar com a filha de Filipe IV.

Na Inglaterra, a morte de Oliver Cromwell e a renúncia de seu filho, Richard Cromwell, ao cargo de Protector, fez ressurgir a esperança de restaurar a monarquia, dadas as desavenças entre o exército e o Parlamento. O rei Carlos II, exilado em França, cansado de procurar alianças entre os holandeses, os franceses e até os espanhóis, para recuperar o trono, recebeu o apoio do poderoso governador da Escócia, afecto à monarquia, o general George Monck, que lhe disponibilizou um exército de sete mil homens. Isto aconteceu enquanto os portugueses ainda cercavam Badajoz.

O jovem rei inglês, de vinte e nove anos, por quem D. Luísa nutria alguma simpatia, apesar da contrariedade de religiosamente ser anglicano, mas moderado, necessitava de apoios e de dinheiro para restaurar a monarquia e subir ao trono. Decidiu-se a encetar negociações com vista ao casamento de D. Catarina com ele. Ambos os reinos iriam beneficiar.

Depois da vitória na batalha das linhas de Elvas, sabia-se perfeitamente que a guerra não estava ganha e que Filipe IV, agora em paz com a França e calada já a revolta na Catalunha, viria em grande força para tomar Portugal. Até se sabia que tinha um plano de ataque duplo por terra e por mar em simultâneo. Havia a urgente necessidade de contratar no estrangeiro um general de renome, habituado às novas técnicas de guerra, com armas de fogo mais capazes. Esse general seria o famoso general Schomberg, um germânico que à época era considerado a maior sumidade em assuntos de guerra. D. Luísa prescindiria da sua fortuna pessoal e das suas joias para custear estas e muitas outras despesas. Para ela, a defesa de Portugal era mais importante do que tudo isso.

Francisco de Melo e Torres fora nomeado por D. Luísa como embaixador extraordinário de Portugal em Londres, para tratar dos trâmites do casamento. O dote exigido pelo rei era muito elevado, dois milhões de cruzados. Isso afligiu D. Luísa e os seus nobres conselheiros, que viam a impossibilidade do reino pagar tal exorbitância.

Conseguiu-se negociar o pagamento faseado em duas partes e a entrega das praças de Tânger e de Bombaim, que também faziam parte do extenso contrato. Realizou-se o casamento em Inglaterra pelos ritos anglicano e católico.

Ficou D. Luísa muito fragilizada ao perder a companhia da sua filha querida, com quem confidenciava todas as suas amarguras e em quem sempre se apoiava. É extraordinária a leitura da correspondência que amiudadamente passaram a trocar e que revela bem a grandeza das suas almas.

Conforme previsto, o poderoso exército de Filipe IV, com vinte e cinco mil homens comandados pelo seu próprio filho bastardo, Juan José de Áustria, aproximava-se da fronteira e preparava-se para a invasão. A praça de Arronches foi

facilmente tomada, o que fazia perigar de novo a defesa de Elvas. Entretanto, o general Schomberg organizava o exército português, para o qual já tinham sido contratados mercenários e militares franceses. Também já estavam em Portugal as tropas inglesas e a frota do general irlandês, conde de Insequin, enviadas por Carlos II de Inglaterra, ao abrigo da aliança conseguida pelo casamento de D. Catarina.

O exército espanhol avançou pelo Alentejo dentro e cercou a cidade de Évora, que por poucos dias resistiu até ser tomada. A intenção era seguir até Alcácer do Sal, dividindo o país ao meio, e depois tomar Lisboa. Ainda nas proximidades de Évora, o general Schomberg coadjuvado no comando por Sancho Manuel, pelo conde da Ericeira e pelo marquês de Marialva, mantiveram as tropas portuguesas na retaguarda do exército espanhol e fizeram-se perseguir até ao Ameixial, nas proximidades de Estremoz, travando aí uma das mais importantes e vitoriosas batalhas desta guerra da restauração, tendo os espanhóis fugido em debandada até Arronches, na esperança de poderem restabelecer as forças. Vendo que não conseguiam, retiraram-se para Espanha.

D. Luísa, que entretanto já tinha terminado a sua regência como rainha e entregado o trono definitivamente ao seu filho D. Afonso VI, por exigência deste, não deixava, ainda assim, de acompanhar na Quinta do Grilo, onde residia depois de ter abandonado o Paço da Ribeira, os acontecimentos de desfecho da guerra. O seu empenho e preocupação com a causa portuguesa eram tais, que escreveu ao seu filho rei para que não deixasse de estar em permanência no Conselho de Guerra a acompanhar o desenrolar da situação, como ela própria fazia, enquanto os portugueses estivessem a combater. Escreveu também ao seu filho D. Pedro, no qual tinha muita confiança, para que não deixasse de acompanhar o irmão e o encaminhasse nas boas decisões, sem se deixar influenciar pelos maus conselhos do conde de Castelo Melhor.

Em Junho de 1665, determinado a tomar Portugal de vez, depois de tantos fracassos das campanhas anteriores, D. Filipe IV enviou o marquês de Caracena à frente de um exército de vinte e três mil homens que tomaram a praça de Borba, indo depois cercar Vila Viçosa, que resistiu heroicamente até à chegada das tropas do general Schomberg e do marquês de Marialva, com cerca de vinte mil homens, que aguardaram a refrega em Montes Claros, entre Vila Viçosa e Estremoz. A batalha foi muito dura e os portugueses estiveram por duas vezes em risco de perder. Acabaram por vencer graças à perspicácia do general Schomberg, retirando-se o inimigo definitivamente para Espanha.

D. Luísa, tomou conhecimento deste feliz desfecho já no Convento do Grilo, que ela própria mandara construir e onde se recolhera. No seu oratório, deu graças a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa por este sucesso, que considerou um milagre.

A autora desta obra teve o condão de retratar muito bem todas as extraordinárias características desta grande mulher que foi D. Luísa de Gusmão. Foi uma grande mãe, uma grande estadista, uma grande patriota, numa pátria que não sendo a sua de origem a foi por adopção. Já no final da sua vida, agastada com os desmandos e mau comportamento de seu filho D. Afonso, agora rei, a quem os súbditos não

respeitavam, mesmo assim nunca deixou de o apoiar e de se compadecer dele, desculpando-o sempre que podia, apesar da evidente falta de respeito que este lhe tinha. Sonhava com um reino de harmonia fraternal, em que os seus filhos varões fossem casados com princesas francesas de elevada cultura, reinando D. Afonso e tendo como valido o seu irmão D. Pedro sempre a apoiá-lo. Sonhava também com um neto da sua filha D. Catarina, que lhe salvasse o casamento e lhe aliviasse a infelicidade em que a sentia na corte britânica.

Salvou-a Deus de assistir à cisão entre os irmãos e à inevitável tomada do poder por D. Pedro em 1668, que prendeu D. Afonso e acabou por casar com sua cunhada D. Maria Francisca de Sabóia, como nos conta, em nota final, a autora.

Isabel Machado teve a arte de nos descrever com a maior minúcia possível o ambiente do século XVII em todos os seus aspectos, quer nos hábitos de vida da sociedade aristocrática de então, com as suas festas, cerimónias religiosas, encontros sociais, indo ao ponto de descrever os menus apresentados aos seus convidados, o modo como trajavam, com pormenores sobre as indumentárias, que vão desde os materiais da sua confecção à descrição do design que tinham e aos preciosos adereços que usavam, até às questões protocolares e ao tipo de fino trato na comunicação entre si, bem patente nos diálogos. Na questão do ambiente físico dos locais, também desce ao pormenor de os descrever carregados dos adjectivos que melhor os definem e caracterizam. Tem a particularidade de encontrar sempre a palavra certa, a que melhor se adequa ao momento e às circunstâncias para que o leitor fique com a imagem correcta, como se estivesse ele próprio a compartilhar os acontecimentos.

O modo como a autora descreve os diálogos amorosos que D. Luísa tem no trato com os seus filhos é elaborado de uma maneira sublime, de modo a realçar as grandes qualidades morais desta grande senhora que sempre, mas sempre, demonstrou ser a mais extremosa e tolerante das mães, sempre pronta a desculpar as pequenas traquinices dos infantes e mais tarde a agressividade e má conduta de D. Afonso, por exemplo.

Isabel Machado é, na realidade, uma grande escritora e esta sua obra “*Luísa de Gusmão*” merece que todos a leiam e a apreciem tal como eu a apreciei. É um daqueles livros que não interrompemos a meio e lemos “de fio a pavio”, pelo interesse que tem e pelo modo sublime com que está escrito. E ainda um conselho: deverá o leitor, mesmo que seja dos de coração empedernido, ter por perto um lencinho de papel para enxugar alguma lagrimita que poderá surgir na leitura de alguns momentos pungentes.

Cine-Teatro Florbela Espanca de Vila Viçosa

– O renascer de um património cultural calipolense

Inês Borrões* | Madalena Barros | Paulo Silva*****

Enquadramento histórico

Vila Viçosa é considerada como uma das povoações mais notáveis da província em que se insere e deste modo definida como a “Princesa do Alentejo”. Esta designação abrange o seu carácter aristocrático no que diz respeito às suas praças e terreiros, mas sem nunca esquecer um dado histórico da vila, o Palácio Ducal, que tanto valoriza o seu património. Desde o séc. XVI, inicialmente com o patrocínio dos Duques de Bragança, que Vila Viçosa tem tido vários espaços, edifícios e associações, onde a expressão teatral se manifesta.

No decorrer da vigência do Estado Novo, tendo como Presidente do Ministério o General José Vicente de Freitas (1869-1952), foi aplicada à Misericórdia de Vila Viçosa um subsídio, para desta forma melhorar as suas atividades. Através do Ministério das Obras Públicas, o município mandou construir um bairro de 76 casas económicas e foram reparados os pavimentos da Praça da República por iniciativa do então Ministro das Obras Públicas, Eng.º Duarte Pacheco. Contudo, estas não foram as únicas alterações que ocorreram em Vila Viçosa, tendo sido também construído um Cine-Teatro, uma estação de correios e a estátua consagrada a D. João IV.

No quadro das *Duplas Comemorações da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência Nacional* (de 1140 e 1640, em 1940), a Praça da República de Vila Viçosa é duplicada na direção do antigo castelo, assumindo no resultado final, a tipologia nova de uma alameda monumental, aberta e arborizada, com uma placa central de utilização pública, dotada de mobiliário urbano (bancos,

* Licenciada em História e Arqueologia, pela Universidade de Évora.

** Técnica Superior na Universidade de Évora.

*** Chefe de Divisão de Obras Municipais, na Câmara Municipal de Vila Viçosa.

iluminação, etc.) em lugar de uma praça fechada. Deste modo foi redesenhada e alargada a Praça da República para nordeste, no sentido do Castelo, demolindo três quarteirões de origem medieval, repetindo o processo entre a Alcáçova e o Terreiro do Paço Ducal (Avenida Duques de Bragança).

No centro da Vila, a Praça da República e a Avenida Bento de Jesus Caraça relacionam a Igreja de São Bartolomeu, inserida na estrutura urbana, com o Castelo. Por sua vez, a Avenida Duques de Bragança une o Castelo ao Paço Ducal. Nos remates das Avenidas Bento de Jesus Caraça com a dos Duques de Bragança, construíram-se dois edifícios do século XX, do período do Estado Novo, tais como os Correios e o Cine-Teatro. O Cine-Teatro Florbela Espanca foi inaugurado em 29 de julho de 1957.



Figura 1 – Praça da República, depois da intervenção do Estado Novo (1953).
Vista da praça para o Castelo. © Revista Monumentos n.º 6, 1997.



Figura 2 – Antiga Avenida Engenheiro Duarte Pacheco com os terrenos para o Cine-Teatro (à esquerda) e a estação dos Correios (à direita). © Revista de Cultura *Callipole*, n.º 20 (2012).

Cine-Teatro Florbela Espanca de Vila Viçosa – O renascer de um património cultural calipolense



Figura 3 – À esquerda, o edifício do Cine-Teatro, inaugurado em 29 julho de 1957.

© Revista de Cultura *Callipole*, n.º 20 (2012).



Reprodução de uma fotografia tirada pelo Joaquim F. Soeiro Torrinha em 20 de Outubro de 1952.

Trabalho de Implantação do Cine-Teatro de Vila Viçosa, onde se vê: o Eng.º Manuel V. F. Camarinhas, debruçado sobre a planta da obra, tendo ao seu lado direito o trabalhador rural João Cabreirinha? e à esquerda de pé, o Mestre Valdemiro Catela responsável pela construção civil.

FOTO CALIPOIENSE
FOT. TEL. - FILMS
PÓS. - FILMS - FILMS
ENQUAD. E OCTOG.
R. Florbela Espanca, 81
Tel. 2022-7150 V. VIÇOSA

Figura 4 – “Reprodução de uma fotografia tirada pelo Joaquim F. Soeiro Torrinha em 20 de Outubro de 1952. Trabalho de Implantação do Cine Teatro de Vila Viçosa, onde se vê: O Eng.º Manuel V. F. Camarinhas, debruçado sobre a planta da obra, tendo ao seu lado direito o trabalhador rural João Cabreirinha? e à esquerda de pé, o Mestre Valdemiro Catela, responsável pela construção civil.”.

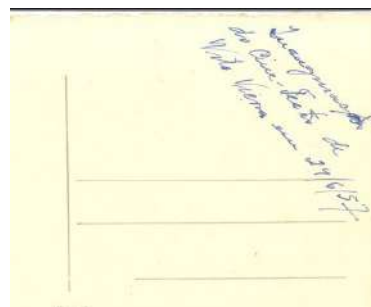


Figura 5 – Postal: “Inauguração do Cine-Teatro de Vila Viçosa em 29/6/57”.

Da esquerda para a direita, Sr.ª D.ª Aida Camarinhas, Dra. Fernanda Torrinha e a sua mãe, D.ª Glória.

No ano de 1992, o Cine-Teatro Florbela Espanca sofreu obras de remodelação que alteraram substancialmente a sua estrutura interna, passando a contar com um Auditório com capacidade para 344 pessoas, um Cine-Bolso para 140 pessoas e com Gabinetes de Tradução Simultânea.

Simultaneamente passa a dispor de espaços privilegiados, salas amplas, e bem iluminadas, para a realização de Exposições. Também a excelente localização deste espaço cultural, situado na Avenida Bento de Jesus Caraça, uma das principais artérias de Vila Viçosa, constituiu uma mais-valia para este edifício que passou a albergar espetáculos musicais, peças de teatro, exposições e conferências.



Figura 6 – Jornal Brados do Alentejo, datado de 13.06.1997.

Com cerca de 70 anos, já foi alvo de uma grande remodelação há cerca de três décadas, no entanto esteve encerrado para espetáculos durante vários anos, devido à degradação do teto e da cobertura, sendo utilizadas só algumas salas e espaços onde se realizavam exposições e reuniões.

O Teatro e o Cinema em Vila Viçosa

No n.º 1 da Revista *Callipole*, encontramos um breve mas muito esclarecedor artigo do Dr. Joaquim Saial (1993, pp. 31-34) sobre o assunto, intitulado “*O Teatro e o Cinema em Vila Viçosa – Breve visão, do século XVI à actualidade*”.

Nesse artigo é feita uma cuidada análise cronológica sobre o Teatro e o Cinema em Vila Viçosa:

- Para além de outros festejos, o Teatro era já uma arte que Vila Viçosa conhecia, desde as festas e casamentos que ocorreram em Vila Viçosa em 1537, 1603 e 1633, com o patrocínio dos Duques de Bragança;
- Só em 1835 o burgo teve um espaço expressamente dedicado à atividade dramática. Tratava-se do refeitório do então extinto mosteiro de S. Paulo (que posteriormente foi a SOFAL – Sociedade Fabril Alentejana);
- Em 1836 organizou-se novo teatro no palácio dos Corregedores à Carreira das Nogueiras (atual Rua Luis Casadinho), na antiga Ouvidoria seiscentista da Casa de Bragança, ao qual foi dado o nome de Teatro Calipolense. No SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – encontramos informação detalhada sobre o Teatro Calipolense. Em 22 de Dezembro de 1836 a Casa de Bragança cede, a título precário, o edifício à autarquia, para aí se instalar o Teatro Calipolense, no andar nobre, sendo a parte térrea destinada ao arrendamento. Em 1858, foi o fim da sociedade recreativa Teatro Calipolense;
- Em 1885 houve mais uma tentativa de implantação de um teatro, desta vez naquele que parece ter sido o antigo dormitório do convento de Santa Cruz;
- O artigo culmina com a descrição do Cineteatro Florbela Espanca, em Vila Viçosa, inaugurado em 1957: “(...) Instalações de raiz, só as houve em 1957, quando se erigiu o Cine-Teatro Florbela Espanca (arquitectos Carlos Rebelo de Andrade e David).

Construído ao gosto alentejano, em estilo sóbrio mas funcional, com algum luxo de mármore e ferragens, boa organização de acessos interiores e sábia integração no ambiente circundante – em que sobressaem as altivas muralhas medievais e o contraponto do posterior edifício dos Correios – este espaço cumpriu durante alguns decénios a sua tarefa e teve importante papel na animação cultural e social da vila. (...).

Fundado em 1 de outubro de 1991, existe também o Grupo de Teatro de Amadores de Vila Viçosa, que ainda hoje desenvolve atividade, tendo a sua sede em imóvel cedido pela Câmara Municipal de Vila Viçosa, na Praça da República.

Empreitada de requalificação do Cine-Teatro Florbela Espanca – 1.ª fase e 2.ª fase

Em 31 de dezembro de 2020 o Município de Vila Viçosa assinou o contrato referente à Empreitada de Reabilitação do Cine-Teatro Florbela Espanca de Vila Viçosa no valor de 613.662,95€ com prazo de execução de 12 meses, que consistia em fornecer um novo teto falso a instalar nos espaços do auditório e do cinebolso, substituição do revestimento em tecido existente nas paredes laterais de ambas as

salas, bem como da alcatifa existente no pavimento, incluindo as escadas da plateia, a alteração da instalação elétrica, a revisão das instalações mecânicas de AVAC, trabalhos de segurança contra-incêndio e a substituição das cadeiras, por novas idênticas às existentes, mantendo a estrutura de plateia existente com espaçamento inferior a 40 cm entre cadeiras de filas contíguas em incumprimento do disposto no n.º 4 do Artigo 53.º do Capítulo II da Portaria n.º 1532/2008.

A empreitada de Reabilitação do Cine-Teatro Florbela Espanca de Vila Viçosa teve início em 29 de janeiro de 2021, contudo o empreiteiro não concluiu todos os trabalhos contratualizados e entrou em processo de insolvência, tendo como consequência a resolução do contrato de empreitada e aplicação de sanções contratuais à entidade executante, determinando que o Município de Vila Viçosa tivesse que rever o projeto de execução da 2.ª Fase da Reabilitação do Cine-Teatro Florbela Espanca de Vila Viçosa e incluísse na execução dos trabalhos, os trabalhos que não foram executados na fase inicial, nomeadamente a substituição das cadeiras, revestimento de pavimentos em alcatifa e a conclusão dos trabalhos de instalações elétricas e mecânicas de AVAC.

No dia 30 de maio de 2023 teve início a 2.ª Fase da empreitada de Reabilitação do Cine-Teatro Florbela Espanca de Vila Viçosa, adjudicada no decurso de um concurso público pelo valor de 1.214.600,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor com um prazo de execução de 150 dias, e que iria permitir concluir os trabalhos da primeira fase, bem como proceder à substituição integral da cobertura, fornecimento e instalação de novo sistema de som e vídeo, fornecimento e instalação de novo sistema de mecânica de cénica e dar cumprimento ao espaçamento mínimo entre cadeiras de filas contíguas através da demolição integral das bancadas do auditório e do cinebolso e construção de novas bancadas em cumprimento do n.º 4 do Artigo 53.º do Capítulo II da Portaria nº1532/2008.

A 31 de julho de 2023 ocorreu um incêndio no edifício do Cine-Teatro Florbela Espanca, em Vila Viçosa, originado por génese num acidente elétrico (mais concretamente com uma sobretensão elétrica) que destruiu a cobertura, a instalação elétrica, a instalação de climatização, o revestimento da parede interior, o teto falso do auditório, bem como as salas de tradução que obrigou a suspender os trabalhos da 2.ª Fase da empreitada de Reabilitação do Cine-Teatro Florbela Espanca de Vila Viçosa e determinou que se procedesse à realização de uma investigação levada a efeito pela Polícia Judiciária – Unidade Local de Investigação Criminal de Évora, à realização de perícias e diligências tomadas pelas companhias de seguros que representam as diversas entidades envolvidas, nomeadamente do dono de obra, da entidade executante e dos subempreiteiros, bem como à elaboração de um aditamento ao projeto que incidisse sobre a remoção e transporte a vazadouro dos escombros resultantes do incêndio, a Consolidação de Paredes ao nível da Cobertura, a Reconstrução de Cobertura, a reconstrução das instalações elétricas, da Rede de AVAC, e a reconstrução dos revestimento de paredes e tetos do auditório e cinebolso e a reconstrução das salas de tradução.

Cine-Teatro Florbela Espanca de Vila Viçosa – O renascer de um património cultural calipolense



Figura 7 – Incêndio ocorrido no Cine-Teatro Florbela Espanca, em Vila Viçosa, no dia 31 de Julho de 2023. © Hugo Calado (O Digital)



Figura 8 – Vista da cobertura do telhado após o incêndio ocorrido, no dia 31 de Julho de 2023. © CMVV

Após conclusão do aditamento ao projeto de execução e respetiva aprovação por parte da Câmara Municipal de Vila Viçosa, procedeu-se ao recomeço dos trabalhos no dia 17 de outubro de 2023 e prevê-se que a conclusão dos trabalhos de Reabilitação do Cine-Teatro Florbela Espanca de Vila Viçosa esteja concluída a 12 de outubro de 2024 e que no início do mês de novembro, do corrente ano, o edifício do Cine-Teatro Florbela Espanca esteja disponível para utilização de todos os calipolenses.

Agradecimentos

Agradecemos ao Eng.º Manuel Camarinhas, pela disponibilização dos postais ilustrados, e ao Dr. Luís Brito da Luz, a imagem do Jornal Brados do Alentejo.

